

OTONI MOREIRA DE MESQUITA

LA BELLE VITRINE

O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)

Tese de Doutorado em História
pela Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Doutor. Área de Concentração:
História Social.

Orientação: Professor Dr. Paulo Knauss

NITERÓI

2005

OTONI MOREIRA DE MESQUITA

LA BELLE VITRINE

O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus - 1890/1900.

Tese de Doutorado em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor.
Área de Concentração: História Social.

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Paulo Knauss – Orientador. Universidade Federal Fluminense

Professora Dr.^a Ana Maria Mauad – Universidade Federal Fluminense

Professora Dr.^a Ismênia de Lima Martins – Universidade Federal Fluminense

Professora Dr.^a Maria Stella Bresciani – Universidade de Campinas

Professora Dr.^a Sônia Gomes Pereira – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

2005

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Amazonas, à Universidade Federal Fluminense e à CAPES/PICD pelos seus respectivos programas de pós-graduação. Aos integrantes do Laboratório de História Oral e Imagem – Labhoi e do Laboratório de Estudos Medievais – Scriptorium. Aos funcionários da pós-graduação em História da UFF, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico do Ministério do Exército, do IHGB e da Biblioteca Pública do Amazonas.

Mesmo passível de injustiça com algumas pessoas, devo ressaltar alguns nomes de uma longa lista formada pelos que me apoiaram nesta empreitada. Inicialmente àqueles que proporcionaram meu retorno ao caloroso solo brasileiro e minha reabilitação através da transferência para o Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense: professores Guilherme Pereira das Neves, Vânia Leite Fróes, Ismênia de Lima Martins e Eduardo Gomes.

Ao magnífico reitor da Universidade Federal do Amazonas, professor Hidembergue Ordozgoith da Frota, pela sensibilidade e apoio em um momento de grande dificuldade. Aos membros do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFAM pela compreensão do problema e pela permissão concedida.

Ao professor Dr. Paulo Knauss, pela orientação, pelas críticas que reconduziram o trabalho e pelo crédito depositado em sua realização. Aos demais membros da Banca de defesa de tese pela disposição e atenção dispensada à leitura deste trabalho e, de antemão, pelos possíveis comentários e críticas originários dessa tarefa. Às professoras doutoras Ana Maria Maud e Ismênia Martins, pelas observações e indicações feitas no momento da qualificação.

Pelas sugestões feitas na fase inicial deste trabalho, à minha orientadora de mestrado, professora Dr.^a Sônia Gomes Pereira. Ao amigo Geraldo de Sá Peixoto, que também leu alguns capítulos e emitiu considerações. Aos amigos que fizeram apreciações sobre alguns trechos: Cassandra Guimarães Freitas, Geraldo Valle, Maria Eugênia Luchsinger, Elenise Faria Sherer, Rita Bacury e Elvira França. Pela paciência com que me ouviram em diferentes momentos, pelo apoio e pelas contínuas tentativas de me trazer de volta ao século presente, aos amigos Rafael, Cristina, Camila, Athamis e Jan, Ellen, Sinval e Maria, Ana Lúcia, Aidalina, Lúcia, Sandra e Yoben.

À toda minha família, que me apoiou e se esforçou para compreender o meu estado de reclusão e o sentimento de solidão que me dominou durante os anos em que estive empenhado nesta pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CIDADE COMO ARTEFATO CULTURAL	09
--------------------------------------	----

PARTE I

TRANSFORMAÇÃO	26
----------------------	----

1 IMAGEM DA CIDADE	27
---------------------------	----

1.1 CIDADE COMO OBRA DO SÉCULO XIX	35
---	----

1.2 REDEFINIÇÃO DO ESPAÇO URBANO	37
----------------------------------	----

1.3 HOMEM, CONFRONTO E SOCIEDADE.	41
-----------------------------------	----

1.4 HIGIENE E SEGURANÇA PÚBLICAS	48
----------------------------------	----

1.5 DEFINIÇÃO E DIFUSÃO DO MODELO	56
-----------------------------------	----

2 BELEZA DA CIDADE	68
---------------------------	----

2.1 IMAGEM DA VIRTUDE	72
-----------------------	----

2.2 VITRINE DO PROGRESSO	80
--------------------------	----

2.3 TRANSPOSIÇÃO DO MODELO	92
----------------------------	----

2.4 FORMATO DAS IMAGENS BRASILEIRAS	96
-------------------------------------	----

2.5 BELEZA DO ARTEFATO	106
------------------------	-----

PARTE II

REFUNDAÇÃO	111
-------------------	-----

3 CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE MANAUS	112
---	-----

3.1 IMAGEM EM FORMAÇÃO	112
------------------------	-----

3.2 NARRATIVAS DA CIDADE	119
--------------------------	-----

3.3 DESENHO DESCRITO	128
----------------------	-----

3.4 ARQUITETURA DO LUGAR	136
--------------------------	-----

3.5 CARTILHA PARA CIVILIZAR	139
-----------------------------	-----

4.INDICATIVOS DA REFUNDAÇÃO	156
------------------------------------	-----

4.1 – SUPORTES DAS NOVAS IMAGENS	156
----------------------------------	-----

4.2 – MAPAS E TOPONIMIAS	161
--------------------------	-----

4.3 PROPOSTAS DE TRANSFORMAÇÃO	177
4.4 – DEFINIÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS	183
4.5 – <i>EIXOS DA CIDADE</i>	188
4.5.1 – <i>TRADIÇÃO DO TRAÇADO</i>	189
4.5.2 – <i>RUPTURA DO SENTIDO</i>	191
4.6 – <i>POPULAÇÃO E MELHORAMENTOS URBANOS</i>	197
5. PLANO DE EMBELEZAMENTO DO HAUSMANN MULATO	210
5.1 ATRIBUTOS DA BELEZA	215
5.1.1 Teatro Amazonas	216
5.1.2 Palácio do Governo	226
5.1.3 Palácio da Justiça	232
5.1.4 Instituto Benjamin Constant	233
5.1.5 Outras construções	234
5.2 - VERDE NA CIDADE	235
5.2.1 Praças e Jardins	235
5.2.2 Parques e Bosques	237
5.3 SERVIÇOS PÚBLICOS COMO SÍMBOLOS DO PROGRESSO	240
5.3.1 Iluminação	240
5.3.2 Abastecimento d'Água	243
5.3.3 Comunicações	244
5.3.4 <i>Bonds</i>	246
5.3.5 Porto	250
5.4 SANEAMENTO COMO CIVILIZAÇÃO	252
5.5. MÃO-DE-OBRA E IMIGRAÇÃO	258
5.6 EDUCAÇÃO	265
5.7 JUSTIFICATIVAS DE RIBEIRO	269
PARTE III	
POLÍTICA E EMBELEZAMENTO.	275
6. ARTÍFICE DA CIDADE	276
6.1 EDUARDO RIBEIRO – O PENSADOR : 1862 – 1900	277

6.2 ORIGEM E FORMAÇÃO	278
6.3 CARREIRA POLÍTICA	286
6.4 NEGRITUDE DELIMITADORA	293
6.5 VISIONÁRIO	295
6.6 ABALOS E QUEDA	298
7. CIDADE DA POLÍTICA	309
7.1 - GOVERNADORES COMO COLABORADORES	309
7.2 - SIGNIFICADO DAS MENSAGENS	313
7.3 - TRANSIÇÃO POLÍTICA NO AMAZONAS: 1890/1892	321
7.4 – ADMINISTRAÇÃO DE GREGÓRIO AZEVEDO – 1891/1892	325
7.5. – ADMINISTRAÇÃO DE EDUARDO RIBEIRO – 1892/1896	331
7.6 - ARTICULAÇÕES PARA A SUCESSÃO	336
7.7 - ADMINISTRAÇÃO DE FILETO FERREIRA (1896-1898)	344
7.8 – ADMINISTRAÇÃO DE: RAMALHO JÚNIOR (1898-1900)	352
7.9 – PRÁTICAS REPUBLICANAS	357
8. OLHARES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CIDADE	362
8.1 DESQUALIFICAÇÃO DA OBRA	362
8.1.1 Desserviços	373
8.2 – VITRINE REVELADA-DISCURSO CONFISSÃO	378
8.3 - IMAGEM DIFUNDIDA	382
8.4 – CHOQUE DO NOVO	388
8.5 – BALANÇO EM PERSPECTIVA	399
CONCLUSÃO	
CIDADE DO PODER, ORNAMENTOS DO PROGRESSO	416
I BIBLIOGRAFIA	428
I.I Fontes	
I.II Viajantes e cronistas	
I.III Documentos	
I.IV Iconografia	
I.V Periódicos	
II Estudos	

RESUMO

La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus – 1890/1900 propõe uma discussão sobre a reforma urbana ocorrida na capital do Amazonas, na última década do século XIX, como um recurso retórico aplicado pelo Estado. Tratava-se de um projeto de propaganda baseado na concepção de progresso e modernidade que pretendia desfazer a imagem negativa da região e atrair investidores e trabalhadores. Além disso, a prosperidade econômica garantia os investimentos e atendia aos interesses da sociedade burguesa e capitalista que se instalava. Ainda que compulsoriamente, Manaus participava de um processo de abrangência internacional. Dentre os governadores do período estudado, destacamos Eduardo Ribeiro, apontando-o como o responsável pela modernização da cidade. Sua história e trajetória política são exemplos das possibilidades da nova sociedade. O resultado de suas ações administrativas repercutiu positivamente no aspecto urbanístico de Manaus. À medida que definia a configuração para a capital, Ribeiro ganhava destaque e notoriedade. Autor e obra se modelam através de uma ação dialética que ratifica a compreensão da cidade como artefato cultural.

ABSTRAT

La Belle Vitrine: the myth of the progress in the refoundation of the city of Manaus – 1890/1900 proposes a discussion on the urban reform which took place in the capital of the State of Amazonas towards the last decade of the XIX century, as a rhetorical resource applied the State. It had to do with a propaganda project based on the idea of progress and modernity which intended to undo the negative image of the region and to attract investors and workers. In addition, economic prosperity would guarantee investments and fulfil the interests of the developing and capitalistic society. Though compulsively, Manaus shared and world-wide process. Among the governors of the period and study, we would highlight Eduardo Gonçalves Ribeiro, indicating him as the responsible for the modernization of the city. His history and political path are examples of the possibilities of the new society. The result of his administrative actions affected positively the urbanistic aspect of Manaus. As he defined the configuration for the capital, Ribeiro would gain important and notoriety. Author and work are molded through a dialectic action which confirms the understanding of the city as a cultural artifact.

INTRODUÇÃO

A CIDADE COMO ARTEFATO CULTURAL

Uma cidade não é feita somente da matéria concreta e dos aspectos visíveis que podem identificar sua imagem ou das informações contidas nos documentos que contam sua história. Uma afirmação feita por Alberti e que inspira este trabalho diz: “a cidade é **uma totalidade irreduzível**”¹.

Inicialmente, busca-se discutir o caráter transformador e artificial do espaço urbano, compreendendo a cidade como uma obra modelável. Uma forma que é configurada, sobretudo, pelos aspectos urbanísticos e arquitetônicos, resultante de um trabalho complexo que expressa a digital de seus autores perante os condicionantes temporais, geográficos e culturais. Como poderemos constatar, sua confecção não se restringe ao plano da objetividade nem se limita aos aspectos materiais.

Essa concepção embasa-se em alguns estudos tradicionais sobre a origem e o desenvolvimento das ferramentas como o processo desencadeador da humanização e das artes. Nesse sentido, priorizam-se os estudos de Childe, Herbert Read e Ernst Fischer. Esses autores, através de uma abordagem evolucionista, apontam o processo de criação de ferramentas e artefatos como o ato humanizador que distingue o homem dos outros animais. Um ato bilateral, no qual o criador se constrói no ato da criação ou, nas palavras de Fischer: “o homem tornou-se homem através da utilização de ferramentas. Ele se fez, produziu-se a si mesmo, fazendo e produzindo ferramentas”.

A partir das idéias expostas por Fischer², compreende-se que o ato de criação pode ser explicado como uma poderosa operação capaz de transformar as duas partes envolvidas no processo. Ao mesmo tempo em que o homem atua transformando a matéria, esta promove novas percepções em seu autor. Ou seja, à medida que o artista manipular a matéria e domina a técnica, dando uma configuração pessoal a sua obra, ele é envolvido por um conjunto de experiências.

¹ *Apud* CHOAY, Françoise. *A Regra e o Modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. p. 92. (O grifo é nosso.)

É como se o confronto do homem com esse seu reflexo disparasse um dispositivo de aferição de imagens, sempre a exigir um ajuste de ambas as partes envolvidas no processo. A relação que se estabeleceu é de retro-alimentação, gerando um vínculo indissociável entre ambos e, dessa maneira, a forma configurada ganha um sentido e um conteúdo como um produto da intersubjetividade.

As sensações e as reflexões geradas a partir do processo, assim como a percepção das formas e do conhecimento dos materiais, promovem o domínio técnico e estimulam o desenvolvimento daquilo que Pierre Francastel³ denominou de “pensamento plástico”, uma maneira de pensar e se expressar da humanidade.

A participação dos aspectos estéticos na confecção de um artefato é tão determinante quanto a busca de seu aspecto funcional. Tanto quanto a aparência de um produto do design contemporâneo, um artefato paleolítico demonstra a efetiva participação da sensibilidade estética de seu autor. A mesma prática parece se manifestar na construção das cidades, de seus exemplos mais remotos aos mais contemporâneos.

Traçada ao sabor das necessidades, desejos e fantasias, a cidade é modelada pelos acontecimentos políticos, sociais e culturais de determinado grupo. A materialidade das obras construídas sinaliza os diferentes tempos do lugar e recupera a memória de seus usuários. O tratamento de seu aspecto visual assume um papel tão preponderante quanto a eficácia de seu funcionamento. Assim, a cidade se afirma como artefato cultural, um documento histórico, uma obra artística.

Antecedendo os traçados dos projetos para as obras futuras, destacamos a incisiva contribuição da difusão de discursos e de imagens da cidade. Concebemos que essas manifestações assumem um papel fundador e orientador na construção da cidade real, atuando como um anteprojeto da configuração idealizada. Se, por um lado, as justificativas e promessas manifestas na retórica dos discursos extrapolam os limites da narrativa e são capazes de traçar

³FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

desenhos bastante convincentes e precisos para o futuro, por outro, o caráter virtual das imagens é capaz de expressar argumentos tão eficazes quanto as explicações discursivas, traduzindo desejos e princípios idealizados. Ambos os recursos aguçam a imaginação, criam expectativas e assumem caráter realizador.

Ao inserir a participação das narrativas como representações da cidade, este trabalho destaca, sobretudo, o discurso elaborado e emitido pelos representantes do Estado, através de instâncias reivindicatórias e realizadoras. Esses discursos são constituídos por representações significativas de um determinado tempo e assumem um papel projetivo para a cidade que pretendiam construir. O repertório de imagens veiculado nesses discursos pode ser interpretado como um esboço ou projeto da cidade idealizada.

Uma pequena imagem da cidade impressa e difundida em cartões-postais pode construir múltiplas cidades e sugerir espaços e tempos diferenciados. O contacto com uma dessas imagens, apresentadas no formato de dez por quinze centímetros, pode resgatar referências capazes de reconstituir aspectos reais da cidade retratada, assim como pode estimular o imaginário a complementar os espaços e as situações urbanas, com elementos que só existirão na imaginação de quem os pensou.

A interpretação dos elementos que compõem uma imagem não se restringirá ao reconhecimento dos elementos que integram a composição, mas encontra-se sujeito a um processo mais complexo, envolvendo o repertório de informações e de imagens acumuladas no conhecimento e mantidas pela memória do leitor.

Como elementos da comunicação, as imagens são constituídas por representações contidas em um repertório de informações. Sua interpretação exige o domínio de um código e a eficácia de sua decodificação dependerá do nível de informação do leitor. Certamente teremos diferentes níveis de leitura e, ao contrário do que possa parecer, o domínio desse código não reduzirá a capacidade criadora da leitura.

³ FRANCASTEL, Pierre. *A realidade Figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p.p.3-4.

Além das experiências ditas objetivas e concretas, como o contacto com a cidade real ou as informações obtidas sobre sua história e o significado de seus elementos, a leitura das imagens pode ser orientada por muitos outros elementos. Dentre eles, destacamos o relevante papel do imaginário, cujo repertório se constrói a partir das mais diversas fontes: das referências fixadas através dos contos infantis, da literatura, do cinema, do noticiário e das conversas do cotidiano, entre outros.

Aparentemente, a leitura de uma imagem impressa poderia se constituir apenas em mais um problema para as Ciências Sociais ou para as Ciências da Comunicação, não um problema para a História. Contudo, identifica-se um cartão-postal como um documento histórico impregnado das marcas de seu tempo, pelos traços que evidenciam a época e os costumes da cidade representada e por conter um universo amplo de informações.

Da escolha do ângulo registrado pelo fotógrafo ao destinatário que recebe o cartão, percorre-se um longo trajeto de escolhas e exclusões. A circulação desse produto da indústria cultural envolve tecnologia, mercadologia, relações humanas e comunicações. Cada passo desempenha uma função determinante no processo: a escolha das técnicas de reprodução, os textos escritos no verso do cartão, os selos e os carimbos que podem determinar o trajeto geográfico e o momento histórico.

Efetivamente, o presente trabalho não discute o processo de confecção ou leitura de cartões-postais, mas pretende criar uma analogia desse processo com a construção da imagem da cidade como um artifício para vários outros fins, que vão da difusão de idéias à comercialização de produtos.

Na primeira década do século XX, a imagem da cidade de Manaus se apresentava com características modernas e embelezadas, bem de acordo com as noções de progresso da época. Sem dúvida, essas características foram intencionalmente confeccionadas a partir de uma concepção de cidade que permeou todo o trajeto de sua construção: das ações políticas à escolha dos projetos a serem implantados.

Concentramo-nos nessa face privilegiada da cidade e não apenas pela

conveniência das fontes, mas por reconhecermos a validade de um trabalho de investigação mais detido sobre o projeto em questão. Não nos detivemos nas instigantes questões que envolvem a desigualdade social existente entre as múltiplas faces da cidade de Manaus. Da mesma forma, não investigamos as condições de vida da classe operária, dos seringueiros ou dos índios da região, que, em última instância, e sob um regime injusto, sustentavam nas costas o peso do progresso e da modernidade, sem deles usufruírem.

O impacto visual provocado pelas características das imagens veiculadas encontra-se impregnado de significação. Elas representam não só a difusão de uma administração ou os atrativos de uma cidade, mas a propaganda do progresso. A construção de uma cidade em plena selva já seria suficiente para demonstrar os efeitos da “civilização”, mas era necessário muito mais para demonstrar os efeitos das novas idéias e a ação da uma nova era.

Naquele momento, a imagem de uma cidade urbanizada e embelezada atendia às aspirações de uma elite ávida por demonstrar seu *status* perante a situação de prosperidade iniciada algumas décadas antes. A configuração da cidade fora definida pelo Plano de Embelezamento implantado na última década do século XIX e graças aos excedentes econômicos provenientes da comercialização da borracha foi possível concretizar os projetos. Assim, surgiram as obras arquitetônicas mais significativas do período, que, posteriormente, viriam a se impor como referências da cidade.

Uma reflexão sobre os monumentos históricos proporciona discussões sobre o contínuo processo de construção da imagem da cidade, de seu desempenho retórico em benefício das práticas políticas, práticas que atualmente se repetem em gradação relativamente semelhante.

A cidade resiste, mesmo que seus espaços físicos tenham sofrido intensas modificações, sua área de ocupação tenha sido ampliada e o número de seus habitantes se elevado muito rapidamente. Ainda que a diversidade de atividades e a disparidade de remuneração acentuem a heterogeneidade das classes sociais, nota-se que a ação da indústria cultural e da sociedade de consumo reduzem as

diferenças, promovendo um comportamento mais ou menos homogêneo da população.

O desenho da cidade, suas proporções e o ritmo de vida evidenciam grandes transformações em sua área de ocupação. Os loteamentos para grandes condomínios fechados, as invasões e o uso inadequado dos recursos naturais têm promovido a degradação do meio-ambiente da região. Já não se trata da mesma cidade que havia há poucas décadas. E mais distante ainda se encontra daquela que teve imagens exibidas nos cartões-postais do início do século XX.

Mesmo com tantas transformações impostas a Manaus, parte do centro antigo ainda guarda exemplares significativos do conjunto arquitetônico que instiga a memória de sua população. É crescente o interesse pela história dos prédios, significação de suas fachadas e função original, assim como pela concepção dos projetos e sua contextualização no cenário nacional e internacional, no momento de sua construção.

Apesar de todas as transformações que se processaram e que rapidamente passaram a fazer parte de nossas vidas, permanecem referências tradicionais que são mantidas nos costumes e, sobretudo, na memória dos usuários da cidade. Além das edificações que resistem e se impõem no visual da nova paisagem, sobrevivem marcadamente na memória de muito dos seus usuários situações urbanas que já não existem no plano material. Ao serem destruídos ou modificados, muitos elementos podem ser apagados da memória, mas a ausência de outros os faz mais presentes, dando-lhes maiores proporções e cores, como se, reconstituídos pela nostalgia, recorressem a um princípio básico da lei da compensação.

Além de nossa própria memória, das referências históricas e das conversas, contamos com um respeitável acervo sob a guarda de arquivos e bibliotecas. Mas, infelizmente, a ação do tempo, do clima, do mofo e das traças é muito mais intensa e avassaladora que o desempenho construtivo dos pesquisadores e dos administradores públicos. Assim, dados da história sucumbem num simples passar de página de um jornal desidratado. A história se desfaz em farelos e volta ao pó.

Os valiosos acervos de periódicos, tanto da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quanto da Biblioteca Pública do Amazonas e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, ainda não oferecem condições favoráveis para a investigação. Além disso, faz-se necessário promover urgentes e mais detidas investigações sobre essas fontes, definindo melhor o papel desempenhado por seus redatores na política local, assim como a análise dos conteúdos veiculados.

A situação dos acervos e as dificuldades encontradas na pesquisa nos conduzem a uma reflexão sobre as deficiências que se apresentam no plano da educação e nos remetem aos problemas decorrentes da falta de uma política de preservação dos acervos históricos e documentais. A inexistência de condições materiais para a guarda dessas fontes de pesquisa, o reduzido quadro de pessoal especializado disponível e a ausência de recursos que garantam a utilização de novas tecnologias para reproduzir esses documentos colocam em situação de risco a memória do País. Se nossa história relativamente recente se esvai em pó, conclui-se que, se não forem tomadas providências cabíveis para conter esse estado de coisas, é possível antever que em um futuro não muito distante as referências documentais serão perdidas definitivamente.

Atualmente, a discussão sobre a cidade e seus múltiplos aspectos vem produzindo grande interesse acadêmico, não somente do ponto de vista histórico, mas também devido às implicações políticas e sociais que se observam nas reformas urbanas promovidas no século XIX. A reflexão sobre problemas específicos daquele contexto tem despertado o interesse da sociedade e gerado o debate em torno das formas de intervenção que afetam grande parte das cidades contemporâneas.

Um desdobramento importante e atual do problema proposto é vincular essa discussão diretamente às políticas públicas de conservação de monumentos, revitalização de centros históricos e memória da cidade. Aponta-se a relevância de estudos desse tipo para a orientação de projetos e para subsídio de intervenções históricas e arqueológicas. Tais intervenções, além de sensibilizarem os meios de comunicação de massa e repercutirem positivamente

na sociedade, vêm apoiando políticas de conservação que conduzem à intervenção e a uma legislação sobre os espaços urbanos.

O centro histórico da cidade de Manaus foi sendo descaracterizado e desvalorizado em seu processo de ocupação e uso. Atualmente, cresce uma consciência da valorização desse patrimônio histórico e artístico, mas ainda ocorrem demolições criminosas que permanecem impunes. Das obras destruídas ficam apenas referências na memória afetiva dos usuários da cidade. A partir da última década do século XX, algumas administrações do Estado e da Prefeitura Municipal, ora em ações conjuntas, ora separadamente, vêm promovendo políticas públicas voltadas para o melhoramento da imagem da capital amazonense.

Nota-se, entretanto, que as intervenções implementadas atualmente em Manaus mantêm uma relativa proximidade com as práticas adotadas no final do século XIX, ou seja, busca-se uma imagem moderna e embelezada de acordo com a concepção contemporânea. Em que pese esse aspecto, é possível destacar, nesse conjunto de intervenções, alguns trabalhos de conservação e recuperação do patrimônio urbano que estruturam uma política de valorização da memória patrimonial da cidade. A recuperação dessas referências e, sobretudo, seu uso social são fundamentais para estimular a memória dos usuários e favorecer as relações e os vínculos afetivos com a cidade, promovendo princípios de cidadania e auto-estima na população.

Particularmente para mim, a recuperação de trechos do centro histórico assume grande relevância. Não somente por ter vivido em tais espaços durante a minha vida, mas pelo caráter afetivo que essas áreas significam através dos prédios históricos e da memória da cidade. Meus laços com essas obras urbanísticas e arquitetônicas tornaram-se mais estreitos através de minha dissertação de mestrado *A Belle-Époque Manauara e sua Arquitetura Eclética: 1852-1910*, defendida em 1992 no Programa de Pós-graduação da EBA-UFRJ. O referido trabalho promoveu a investigação da história da cidade através de sua arquitetura, concentrando-se em seus exemplares mais destacados. Em consequência desse trabalho, passei a orientar bolsistas em projetos de pesquisa

do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na Universidade Federal do Amazonas, entre 1994 e 1999.

A dissertação de mestrado foi editada em formato de livro com o título *Manaus: História e Arquitetura – 1852/1910*. Após a publicação deste livro, ampliaram-se as solicitações para participar de discussões em torno da história da cidade, sua urbanização e arquitetura. As discussões decorrentes deste tema estimularam a investigação e exigiram uma contínua reflexão sobre vários aspectos da cidade.

O compromisso decisivo para continuar com o estudo sobre a cidade de Manaus decorreu, sobretudo, de minha atuação como coordenador do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura do Estado, no período de fevereiro de 1997 a outubro de 1998. A convite do secretário Robério Braga, foi possível articular uma equipe composta por profissionais da área de arquitetura, arte e restauração, além de fotógrafos e historiadores. Assim foi possível elaborar e implantar os primeiros projetos para recuperação de edifícios históricos, do acervo da Pinacoteca do Estado, assim como promover curso de capacitação para restauradores e conservadores de patrimônio arquitetônico.

Em síntese, foram essas motivações afetivas, históricas e acadêmicas que estimularam os investimentos para a realização deste doutoramento e apoiaram grande parte das discussões presentes neste trabalho de tese. O projeto foi elaborado a partir da conclusão de meu trabalho de mestrado – *La Belle Vitrine*, na qual afirmo que os melhoramentos dos espaços urbanos aplicados a Manaus, principalmente o embelezamento da imagem da cidade, realizado no final do século XIX, se assemelhavam ao processo de confecção de uma vitrine. Melhoramentos e serviços eram apresentados como produtos dispostos artificialmente com estratégias comerciais, visando atrair investimentos e mão-de-obra para a região.

A conclusão da dissertação de mestrado foi em grande parte inspirada na expressão “embelezamento estratégico”, empregada por Walter Benjamin para sintetizar o caráter autoritário e artificial da reforma de Paris. As críticas à reforma parisiense foram reproduzidas também no Brasil por grande parte dos

historiadores que tratam das reformas urbanas, e delas me utilizei amplamente no mestrado. Além dessa fundamentação teórica, saliento a relevância das fontes primárias (relatórios e discursos dos presidentes da Província do Amazonas entre 1852 e 1892, mensagens governamentais de 1892 a 1915, coleção de regulamentos, decretos e leis, códigos de posturas municipais), cuja investigação, concentrada em torno das obras públicas realizadas no período de 1852 a 1915, tornou possível embasar a conclusão.

O período da exploração econômica da borracha na Amazônia vem sendo exaustivamente estudado pela historiografia local. Sua delimitação temporal foi denominada de “Época da Borracha”. Sem dúvida, foram produzidos muitos trabalhos de relevância para a historiografia do Amazonas, mas eles, em geral, priorizaram o estudo da economia, da política e de alguns aspectos sociais da época.

Foram limitados os estudos sobre as transformações urbanas processadas em Manaus na última década do século XIX. Faz-se necessária uma discussão sobre essas questões, buscando-se uma relação entre o aspecto urbanístico e estético e as questões políticas e sociais. Com a abordagem deste trabalho, aparentemente voltado para a cultural regional, pretende-se demonstrar como o impacto da descentralização política na região foi capaz de produzir um centro de acontecimentos, ao mesmo tempo que promovia uma atualização cultural a partir do contacto com grandes centros.

Assim, *La Belle Vitrine, o Mito do Progresso na Refundação da Cidade de Manaus: 1890-1900* discute a reforma urbana processada na capital do Amazonas na última década do século XIX, como uma **refundação da cidade** e uma **reconstrução da sua imagem**.

Para efeito de demonstração dessa hipótese, que atribui ao Estado a autoria e a execução do projeto que atualiza a **imagem da cidade de Manaus**, tomou-se como base a investigação dos discursos governamentais emitidos entre 1890 e 1900. Com isso, deixa-se evidente a opção de interpretar os atos dos governantes através dos documentos oficiais.

Deve-se ressaltar o aspecto didático que assumiram os comentários dos viajantes e pensadores sobre as vantagens e conveniências de se abraçar as idéias comprometidas com o progresso e a civilização. As informações da imprensa escrita se tornavam cada vez mais atualizadas com o estabelecimento de linhas de vapores cruzando o mundo conhecido. Publicações ilustradas difundiam imagens técnica e esteticamente produzidas. Eventualmente, reproduziam-se fotografias, sobretudo de eventos históricos.

Quanto ao uso de material iconográfico, nota-se que, naquele momento, a técnica da fotografia ganhava credibilidade e aos poucos se popularizava como registro do real: começavam a circular os primeiros postais ilustrados com imagens da cidade. Para maior compreensão do processo de transformação e visualização da abrangência do projeto, insere-se o mapeamento das obras realizadas no período.

O presente trabalho prioriza uma visão da cidade pela perspectiva da documentação oficial emitida pelos governantes. Todavia, não deixa de valorizar o cruzamento dessas informações com os dados fornecidos por outras fontes. Dentre estas, destacamos artigos e debates veiculados em alguns periódicos da época, a iconografia veiculada em álbuns e outras publicações, além do depoimento de cronistas e da produção historiográfica sobre o período.

A discussão em torno da cidade como fruto da civilização revela, principalmente na Amazônia, o paradoxo entre as questões manifestas por uma ecologia romântica e uma globalização mercantil. Enquanto aquela pretende preservar a natureza intocada e um homem puro através do isolamento, esta aponta para as necessidades de sobrevivência das populações ribeirinhas e urbanas, assim como atesta as pressões exercidas pela sociedade capitalista, diante das quais tende a ceder, devido às exigências impostas pelo processo. Certamente essas questões são relevantes para a análise de problemas contemporâneos, inclusive para suscitar uma reflexão sobre o processo de ocupação da Amazônia e a definição dos traços que marcaram suas cidades, com sua cultura específica, diferente da tradicional mundividência cabocla.

A cultura nacional, através de suas manifestações mais abrangentes, como a literatura, a história e os meios de comunicação de massa, tende a conservar uma imagem uniforme da Amazônia e de suas cidades. Em geral, promove uma imagem idealizada e reducionista, reforça os estereótipos criados sobre a região e se detém em aspectos que ressaltam a noção de isolamento geográfico e cultural. Concentra-se na visão impactante da floresta – sua aparência grandiosa e selvagem – e ignora as especificidades, a existência de múltiplas realidades amazônicas, com sua diversidade cultural, seus diferentes tempos, seus variados saberes e diferenças que marcam os contrastes e as dicotomias.

A partir dessa visão reducionista, o interesse pelas cidades amazônicas fica relegado a um plano secundário. Em geral, ignora-se o significativo papel que esses centros assumiram na realidade regional. Grande parte da população da região se concentra, predominantemente, nesses espaços urbanos. Apesar das grandes disparidades econômicas, sua população encontra-se integrada ao ritmo tecnológico e aos padrões de consumo da sociedade contemporânea. Ainda que tenham séculos de história, apresentem economias geradoras de empregos e seus habitantes possuam expressões culturais particulares, os centros urbanos amazônicos são frontalmente comparados a cidades de outras regiões e vistos como apêndices sem importância, permanecendo desconhecidos.

Considera-se que a historiografia nacional, tradicionalmente concentrada em torno dos acontecimentos passados na região Sudeste e na antiga Capital Federal, muitas vezes ignora que os fatos ocorridos nas demais regiões nem sempre são apenas reflexos dos eventos nacionais. As histórias das demais “províncias” brasileiras são diminuídas em sua importância, reduzidas a interesses “regionais”. Aponto para a relevância da refundação de Manaus, fenômeno só na aparência isolado no coração da região amazônica. Mesmo em posição desvantajosa na História do Brasil, encontra-se inserido em um processo mundial. Portanto, este estudo pretende demonstrar, sob outra ótica, sem, entretanto, ignorar os impactos dos acontecimentos nacionais sobre ele, um outro foco de acontecimentos e inovações, ocorrido durante o chamado ciclo da borracha.

Acredito que este trabalho possa trazer contribuições para a historiografia nacional, pois localiza na prosperidade financeira promovida pelo *boom* da borracha um foco gerador de acontecimentos, ainda que desencadeados por fatores econômicos. Em sua abordagem, destaca-se a aplicação dos excedentes da exportação no aspecto urbanístico das cidades de Belém e Manaus, o que teve como consequência o embelezamento dessas capitais.

O presente trabalho foi dividido em três partes: **Imagem do Progresso, Refundação da Cidade e Política de Embelezamento**. A escolha dos referidos temas procurou contemplar os problemas sugeridos pelo título da tese.

A primeira parte se subdivide em dois capítulos, nos quais procuramos localizar as origens dos problemas que, posteriormente, se apresentaram em Manaus, assim como identificar as referências e as motivações que orientaram o modelo implantado. Os dois capítulos se intitulam: **Imagem da Cidade e Beleza da Cidade**. A discussão sobre as transformações de uma cidade com problemas aparentemente específicos nos remete a reflexões comuns a todas as cidades. A investigação sobre a reforma urbana ocorrida em Manaus, no final do século XIX, nos impele a penetrar em um amplo universo de informações que aparentemente extrapolam os domínios da história, mas cujos dados, acreditamos, podem contribuir para a leitura dos problemas abordados. O estudo se faz necessário não somente para localizar o problema em âmbito local, mas para a identificação das referências que orientaram a implantação do processo, que ocorria praticamente em todo o mundo ocidental.

Assim, no primeiro capítulo investigamos alguns aspectos mais gerais, relativos aos espaços urbanos, buscando as referências acerca de sua formação e transformação. Concentramos o estudo nas reformas urbanas processadas na Europa a partir da segunda metade do século XIX, quando os efeitos da industrialização sobre a sociedade e a urbanização passaram a gerar um novo modelo de cidade. Naquele momento, as idéias de progresso difundiam-se por todos os setores da sociedade, impondo uma série de inovações. Busca-se identificar as características que definem o padrão de um modelo, cujas

tendências foram posteriormente adotadas não somente em Manaus, mas em praticamente todas as regiões do planeta,

A formatação desse modelo foi orientada pelas tentativas de solucionar alguns problemas que afetavam a segurança e a circulação dos espaços urbanos. A partir dos confrontos sociais e dos interesses de determinadas classes, o Estado foi pressionado para assumir as políticas públicas de intervenção, priorizando medidas que visavam a melhoria das condições de higiene, de segurança e embelezamento.

No segundo capítulo da primeira parte deste trabalho, **Beleza da Cidade**, iniciamos a investigação em torno dos aspectos estéticos da cidade, buscando comprovar a assertiva implícita no título desta tese, que sugere ser a cidade uma vitrine modelada pelos elementos do progresso. Retomamos o pressuposto desta introdução, apresentando a cidade como um artefato cultural. Procuramos compreender quem foram os modeladores dessa obra, como emergiu sua nova face, quais as motivações e justificativas que garantiram sua confecção. Em suma: quem foram os artistas ou artífices que definiram sua configuração?

Este estudo parte de referências históricas que sugerem uma tradição vinculada às ações da autoridade, tendo como exemplo mais marcante o modelo de cidade barroca, definido pelos príncipes. No entanto, as referências estéticas das reformas urbanas promovidas pelo Estado a partir da segunda metade do século XIX apontam que, além da concepção formal, também se adotavam políticas autoritárias e artificiais. Por isso, buscamos identificar quais eram os interesses que orientavam o processo e que se camuflavam por trás da imagem de uma cidade saneada e embelezada.

Destaca-se nesse processo o papel emblemático que assume a reforma de Paris, executada pelo Barão Haussmann. A definição de cidade a partir de uma imagem embelezada e saneada foi impactante, não somente para alimentar o crescente interesse em torno das imagens urbanas, mas, sobretudo, por configurar um modelo incontestável para os administradores públicos, que buscavam uma receita que solucionasse os problemas que afetavam a maior parte das cidades. Assim, o modelo foi difundido por todo o Ocidente, passando a

constituir-se na matriz geradora dos projetos de reforma ou embelezamento. O discurso pretensamente científico e humanista se apresentava como representação de uma civilização apoiada na tecnologia e no comércio. Havia, portanto, a intenção de apresentar a cidade através de uma imagem de prosperidade e modernidade. Como uma **vitrine do Progresso**.

A segunda parte deste trabalho, **Refundação da Cidade de Manaus**, se subdivide em três capítulos. No primeiro deles, **Construção da Imagem de Manaus**, insere-se o problema específico da história da capital amazonense, de sua origem até o final do período monárquico, como uma tentativa de reconstituir uma das gêneses possíveis da imagem da cidade. Essa tarefa foi orientada por fontes documentais oficiais e não-oficiais, que permitiram, na medida do possível, estabelecer as primeiras vinculações com os problemas teóricos expostos nos capítulos anteriores. As descrições são esparsas, os traços são múltiplos e as diferenças sutis, mas, apesar dessas limitações, pode-se estabelecer uma reconstituição de um desenho bastante singelo da cidade, cujos traços ganham maior significado ao ser contrastado com o período histórico imediatamente posterior. Acreditamos que o contraste resultante desse confronto é um dos mais fortes indicativos que apóiam nossa hipótese de refundação da cidade.

O segundo capítulo da segunda parte, **Indicativos da Refundação**, concentra a discussão em torno dos confrontos e contrastes apresentados nas transformações processadas no espaço físico de Manaus: a topografia, o mapa de ocupação e a toponímia dos lugares públicos. Além do aspecto econômico, destacamos as conseqüências da introdução de uma nova população, o que comprova uma mudança radical em todos os segmentos da sociedade local.

O terceiro capítulo se intitula **Plano de Embelezamento do Hausmann Mulato**. Nele se evidencia a intenção de aproximar a ação do governador Eduardo Ribeiro ao perfil transformador do criticado prefeito de Paris. A partir dos dados fornecidos pela documentação oficial, sobretudo pelas mensagens emitidas pelo governador, apresentamos o “Plano de Embelezamento da Cidade de Manaus”. Destacada como a principal obra implantada por Ribeiro, demarca a área de abrangência do projeto transformador, mapeando o conjunto de obras

realizadas e indicando a mudança do sentido da cidade e a ampliação de seus limites.

A terceira parte desta tese, **Política e Embelezamento**, se subdivide em três capítulos, nos quais se abordam as mudanças políticas e sociais havidas no Amazonas. Especificamente, tratou-se da política local e do papel das mensagens governamentais. Encontra-se aí uma síntese histórica das primeiras administrações e as obras realizadas durante o processo de transformação urbana ocorrido em Manaus, na última década do século XIX.

O sexto capítulo é **Artífice da Cidade** e nessa parte são destacados alguns dados da biografia de Eduardo Ribeiro. O objetivo foi identificar em sua vida alguma relação com a trajetória política e administrativa que teve, como exemplo das novas possibilidades da sociedade republicana: era mulato nascido no Maranhão, de origem muito humilde; cursou a Escola Militar no Rio de Janeiro; desenvolveu uma carreira meteórica em Manaus, tornando-se líder político e o principal responsável pelo processo de modernização da cidade.

A inclusão do segundo capítulo da terceira parte, denominado **Cidade da Política**, foi resultado de uma investigação que buscou esclarecer um pouco mais sobre a organização social manauense, assim como o funcionamento da administração pública local. Mas, à medida que avançamos na pesquisa, inevitavelmente fomos direcionados a investigar um pouco mais sobre os embates políticos que, em grande parte, norteavam as decisões políticas. Significativas lacunas, porém, permanecem e apontam para a necessidade de se realizar maiores investigações sobre os laços políticos e familiares que constituem essa intrincada rede dos interesses e das decisões administrativas.

Assim, foi necessário organizar cronologicamente a sucessão política do Estado do Amazonas. Como metodologia para análise, dividiu-se o período de acordo com os mandatos governamentais transcorridos naquela década, estabelecendo-se três fases distintas: **Transição, Construção e Conclusão**. A primeira corresponde aos três primeiros anos da consolidação do sistema republicano no Brasil e ao início de um período de ajuste político. A segunda refere-se à administração do governador Eduardo Ribeiro (1892 a 1896). A

terceira fase é caracterizada por uma política de manutenção dos projetos implantados por Ribeiro. Esta se inicia com a administração do governador Fileto Pires Ferreira (1896-1898) e se encerra com a administração de seu vice-governador Ramalho Júnior (1898-1900).

O terceiro capítulo da terceira parte, intitulado **Olhares sobre a Construção da Cidade**, adquire aspecto conclusivo nas discussões em torno do projeto de embelezamento e da refundação de Manaus. Apresentamos uma leitura desse projeto na perspectiva crítica da oposição, a qual se fez ouvir principalmente através das matérias veiculadas pelo jornal *Amazonas*. Trata-se de um contraponto às informações e justificativas da administração de Eduardo Ribeiro, expostas no quinto capítulo deste trabalho a partir das mensagens e dos artigos publicados pelo jornal *A Federação*.

Para evidenciar o impacto visual desses dois momentos distintos e destacar o desempenho transformador da administração de Eduardo Ribeiro, durante a última década do século XIX, confrontamos dois conjuntos de imagens. Um produzido entre as décadas de 1860 e 1880 e outro veiculado na primeira década do século XX. Ao final, pretendemos apresentar um quadro geral do processo de refundação da cidade de Manaus.

PARTE I
TRANSFORMAÇÃO



Londres 1870 – Gravura de Gustave Doré

1 IMAGEM DA CIDADE

Discutir a concepção de cidade do final do século XIX implica buscar as referências que definiram o modelo urbano e investigar como se implantaram as idéias que orientaram reformas urbanas como um conjunto de práticas tão bem definidas que, mesmo transplantadas para as regiões mais longínquas, preservavam traços orientadores de sua origem.

Tão complexo quanto o estudo do processo de transformação da cidade é a tentativa de captar sua imagem. Como a própria história, a imagem se reconstrói em cada olhar e investigá-la é agrupar e reconstituir fragmentos de múltiplas narrativas, representações de diferentes tempos. Das imagens retóricas construídas pelo poder, no sentido mais abstrato do termo, à sensação de passear por entre ruas e construções que ainda resistem ao tempo.

Mesmo descontextualizadas de seu espaço original ou descaracterizadas em seu aspecto formal, muitas obras permanecem vivas e habitadas pelo imaginário de seus usuários. Ainda que algumas tenham perdido a função original, sua manutenção física comprova atribuições de valor, indicando que ainda significam para aquela sociedade, que ainda falam e sinalizam para a memória que os homens fazem da cidade.

O termo imagem é de origem latina (*imagine*), sendo, em geral, explicado a partir de uma representação (*representatione*): o ato de representar alguém ou alguma coisa, revelando um parentesco muito próximo com o termo imaginação (*imaginatione*), como faculdade do espírito de representar imagens. Nos dicionários de língua portuguesa editados no Brasil, pelos filólogos Aurélio

Buarque de Holanda⁴ e Antônio Houaiss⁵, o termo “imagem” é definido com grande semelhança. Ambos destacam o aspecto visual, em primeiro lugar, mas não ignoram o seu significado metafórico ou simbólico.

As representações pictóricas, assim como as descrições e narrativas das cidades, remontam a uma longa tradição histórica, que recua à origem de seu tema. A proposta deste trabalho é investigar o papel dessas representações idealizadas, como imagens guias da construção da cidade real. Parte-se do pressuposto de que estão impregnadas de um discurso comprometido com as realizações do poder, ao mesmo tempo em que se constituem em instrumentos para a construção de uma cidade, com características mais harmônicas e humanas.

Em *A Regra e o Modelo*, Françoise Choay⁶ analisa a cidade como objeto construído e, parafraseando Foucault, afirma que o conceito de cidade não existia antes do século XV, sendo preciso esperar até o século XVIII para que seu uso ultrapassasse os círculos eruditos e se popularizasse. Choay vincula a entrada do termo, no uso popular, à mudança ocorrida na representação da cidade. Informa a autora que, naquele momento, optava-se pelo “plano geométrico, até então o único utilizado na figuração prática das fortificações militares”, eliminando-se definitivamente as imagens em perspectiva. Optava-se por “uma representação sem exagero, reduzida à objetividade da medida e da grandeza em superfície”.

As observações de Choay sugerem uma relação direta entre a representação e o conceito de cidade, com uma preponderância daquela sobre este. É preciso notar, entretanto, que as manifestações relacionadas pela autora estão inseridas no mesmo período de transformação da sociedade ocidental, quando se iniciava um processo de clarificação dos centros urbanos medievais e revelava-se uma visão menos atravancada dos antigos centros de habitação. Avanços em todas as áreas do conhecimento auxiliavam as descobertas humanas e promoviam um retorno à tradição clássica. O pensamento filosófico

⁴HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário brasileiro Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 15ª edição, 1975.

⁵ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁶ CHOAY, Françoise. *A Regra e o Modelo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1985., p.p. 54,55.op. cit., p. 54, 55.

recuperava o homem e a natureza; a estética valorizava a criação e a técnica, nas artes; e se promovia a figura do pensador a um *status* de gênio. Era a valorização das qualidades do indivíduo.

Questiona-se, no entanto, a persistência de determinadas imagens ou narrativas, mesmo perante novos conceitos e avanços técnicos, no universo das representações. Poder-se-á compreender esse fato como uma resistência da tradição da imagem? Resta perguntar se a insistência de certas imagens não estaria exercendo influências conservadoras sobre os conceitos. Este questionamento remete a uma discussão entre forma e conteúdo, promovida por Ernst Fischer⁷. Sem priorizar a relevância de um elemento sobre o outro, nem dissociá-los, o autor identifica, na forma, uma resistente tendência conservadora, que se confronta e debate com o caráter transformador e revolucionário do conteúdo.

Representações e conceitos produzidos num mesmo universo cultural se articulam de maneira indissociável. Imagens ganham sentidos e se transformam, à medida que se domina o repertório de conceitos, assim como estes podem ser definidos e reformulados, a partir de imagens. Todavia, observa-se que determinadas imagens, com seus detalhes, extrapolam o limite do espaço visual e assumem características temporais próprias da narrativa.

Antes de se constituírem configurações de uma cidade em particular, deve-se compreender que as representações que se fazem dela são traços de um processo mental da compreensão do seu espaço e de seu tempo. A construção da imagem visual da cidade implica a percepção dos significados dos espaços. Além disso, a concepção de uma estética idealista tende a orientar os artistas no uso de artifícios para a construção de uma imagem embelezada, que assume o estatuto de projeto. Dialeticamente, a cidade gera as imagens que orientam o seu contínuo processo de construção. Da cidade nascem as instituições e tradições que constroem e definem os espaços, que, por sua vez, impregnam de significados as imagens, e estas representações visualizadas assumem um estatuto de bula, no sentido de orientar a construção da cidade idealizada.

⁷ FISCHER, Ernst. *A Necessidade da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 143.

As mudanças processadas na sociedade, sobretudo nos últimos dois séculos, levaram a interpretar a própria cidade como um suporte de símbolos e narrativas. Seis séculos depois de Alberti, Lewis Mumford⁸ alerta para o aspecto simbólico da cidade como construção e infere que o seu ritmo de vida “parece ser uma alteração entre a materialização e a eterização”. Explica que a estrutura concreta surge graças à reação humana e assume “um significado simbólico, unindo o que sabe e o que é sabido”. Nota, também, que imagens subjetivas, como “as idéias, intuições, apenas parcialmente formadas em sua expressão original”, assumem “atributos materiais, em estruturas visíveis, cujo próprio tamanho, posição, complexidade, organização e forma estética estendem a área de significação e valor, do contrário inexprimível”; concluindo que o planejamento da cidade é “o ponto culminante de um adequado processo de materialização”.

Sem se distanciar da compreensão dos diferentes tempos da cidade, Giulio Argan⁹ faz algumas considerações quanto aos limites de seus espaços e afirma que também são espaços urbanos e não menos visuais por serem “mnemônico-imaginárias as extensões da influência da cidade além dos seus limites”. Inclui, entre esses espaços, a zona rural, os bosques, os lagos, os rios, mas para explicar a vinculação entre esses espaços, o autor recorre à noção de espaço figurativo, proposta por Pierre Francastel, segundo o qual o espaço “não é feito apenas daquilo que se vê, mas de infinitas coisas que se sabem e se lembram, de notícias”.

Para ilustrar sua hipótese, Argan¹⁰ recorre à representação da imagem da cidade, na obra *Allegoria del Buon Governo*, de Ambrogio Lorenzetti, indicando que, ao descrever o espaço urbano, o pintor o faz a partir de construções em “linhas retas com certa prevalência das verticais, enquanto o campo era feito de linhas curvas e onduladas, com tendência para a horizontal”. O autor argumenta que, nessa pintura, a representação da cidade já estava definida e ressalta que o conjunto de elementos dispostos leva a interpretar a obra como um documento

⁸ MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1991., p. 129.

⁹ ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo, 1995., p.p. 43,44.

¹⁰ *Ibid.*, p. 116.

capaz de explicar que, no século XIV, já era clara a compreensão da “mudança qualitativa entre morfologia do território e morfologia urbana”.

Argan observa que, mesmo quando o artista pinta uma paisagem natural, na realidade está pintando “um espaço complementar do próprio espaço urbano. O espaço também é um objeto que se pode possuir e que é possuído”. Em síntese, o autor observa que a “cidade era aquilo que os homens elevavam, com a razão e com a técnica, acima do solo”, geometricamente ordenado e em construção. Esta última característica é perfeitamente representada através da imagem dos pedreiros trabalhando, enquanto que, na zona rural, “ao contrário, a obra humana do cultivo dos campos satisfazia a ondulação natural da paisagem”. O autor nota ainda¹¹ que a estrutura de espaço “não está na realidade objetiva, mas no pensamento que a pensa”.

Em discussão sobre a “representação coletiva”, Chartier¹² recorre à definição de função simbólica, proposta por Ernst Cassirer, “como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real”; que opera através de “signos lingüísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científico”. A “forma simbólica”, segundo essa tradição, abrangeria “todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação”.

A construção do espaço real implica um processo constituído por uma série de relações e o universo simbólico ganha grande destaque, na explicação de Muniz Sodré¹³, que afirma não haver cultura que experimente “um acesso imediato ou direto ao real: há sempre uma mediação entendida como um processo simbólico que organiza as possibilidades existenciais do grupo”. O autor ressalta que, dentre as diferentes formas de simbolização, a cultura ocidental “privilegia idéias, em descrição, em interpretação”, deduzindo, portanto, que interpretar “é assim, a operação básica da leitura do real, de atribuir-lhe nomes e significações, a partir de modelos de entendimento”. Para Sodré, sempre haverá

¹¹ Ibid., p. 213, 214.

¹² CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990., p.19.

¹³ Apud PEREIRA, Sônia Gomes. *A Reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ-EBA, 1998. p 26.

“o empenho de redução do símbolo obscuro, indeterminável e inefável – ao signo – claro, determinante e dizível – pela interpretação”, que afirma como “o império sígnico do sentido”.

Partindo do plano da percepção, Kelvin Lynch¹⁴ afirma que a cidade “não é apenas um objeto percebido (e desfrutado) por milhões de pessoas diferentes”, mas ressalta também que é “o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixaram de modificar sua estrutura”. O autor alerta ainda que mesmo a estabilidade temporal é aparente, pois está sempre se modificando nos detalhes, e conclui que “não há um resultado final, mas apenas uma contínua sucessão de fases”.

A compreensão do espaço como “contínua sucessão de fases” nos remete diretamente ao pensamento do pré-socrático Heráclito e à concepção de “puro *devenir*”, demonstrada através da impossibilidade de banhar-se uma segunda vez nas águas de um mesmo rio. Nota-se que, mesmo diante da aparente permanência de certos aspectos materiais da cidade, deve-se considerar a ação do tempo, do meio ambiente e do próprio homem, deduzindo-se, portanto, que também não é possível retornar a uma mesma cidade.

No decorrer do século XIX, o ritmo natural da transformação das cidades tornou-se mais intenso e acelerado. O desenho da paisagem urbana ganhou novos elementos e ampliou sensivelmente sua extensão. Através de uma lamentação, Baudelaire critica as mudanças processadas na capital francesa e diz: “A velha Paris já não existe (a forma de uma cidade muda mais depressa, ai de nós, que o coração de um mortal)”. Esta afirmação foi interpretada diferentemente por Jacques Le Goff¹⁵ e Aldo Rossi¹⁶. O primeiro contesta suavemente o escritor, afirmando que “ainda assim a continuidade se firma em certas formas”, enquanto que Rossi se apropria da afirmação para reforçar sua teoria, dizendo que a forma da cidade “é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade”.

¹⁴ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. *The Image of the city*. 1ª ed, 1960. p. 2.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. *Por Amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1988, p. 143.

¹⁶ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Melhoramentos, 1995, p. 57.

Para explicar esse processo de transformação da cidade, Argan¹⁷ estabelece uma analogia entre o “fenômeno da formação, da agregação, da estruturação” do espaço urbano e o da linguagem, pois compreende que os “fatos arquitetônicos estão para o ‘sistema urbano’ assim como a palavra está para a língua”. Nessa linha de pensamento, Argan conclui que, “assim como não existe nenhuma língua, mas apenas situações de língua, também não existem cidades, a não ser situações urbanas”, demonstrando que não se pode dizer que a História de Roma se constitui numa seqüência de fases de evoluções.

Para Mumford¹⁸, a própria cidade se constitui um fator de permanência e a cultura urbana assume a relevante função de guardiã da memória, identificada através de seus “edifícios e estruturas institucionais duráveis e das formas simbólicas ainda mais duráveis da literatura e da arte”, dos elementos que unem “épocas passadas, épocas presentes e épocas por vir”. O autor assegura que suas estruturas são muito mais resistentes que as funções e finalidades que lhes deram forma; compreende que sua capacidade como um recipiente foi ampliada pelo desenvolvimento dos métodos simbólicos, cujo papel valoriza, ao afirmar que a cidade “manteve e transmitiu uma porção de suas vidas maior do que as lembranças humanas poderiam transmitir pela palavra oral”.

Conclui o autor¹⁹ que essa “condensação e armazenagem, tendo em vista ampliar as fronteiras da comunidade no tempo e no espaço”, são funções singulares desempenhadas pela cidade, enquanto que outras funções, como as municipais, por exemplo, considera como “acessórias e preparatórias”; finalmente, recorre a Emerson para dizer que a cidade “vive pela recordação”.

Nesse sentido, retoma-se a leitura da cidade como “um receptáculo especial destinado a armazenar e transmitir mensagens”, indicada por Mumford²⁰, lembrando, ainda, que, no princípio, todas as suas funções criativas estavam ligadas à religião. Mesmo quando ressalta a importância da função materializadora da cidade, Mumford valoriza o seu papel comunicativo, indicando

¹⁷ ARGAN, *op. cit.*, p. 238.

¹⁸ MUMFORD, *op. cit.*, p. 113.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ *Ibid.*, p. 114, 129.

que “os prédios falam e agem, não menos que as pessoas que neles habitam”. Observa que é graças a essa estrutura física que os acontecimentos do passado, valores formulados e alcançados, “permanecem vivos e exercem uma influência”.

Sob esse aspecto, Mumford²¹ aponta para a transformação dos papéis no interior desses espaços, afirmando que “a reformulação das identidades é uma das principais funções da cidade”. Ressalta que, em qualquer direção, cada período urbano propicia uma diversidade de novos papéis e novas potencialidades, produzindo mudanças “no direito, nas maneiras, nas avaliações morais, no costume e na arquitetura, e finalmente transformam a cidade numa totalidade viva”.

Ao compreender a cidade como uma obra inconclusa ou em eterna transformação, sugere a manutenção de um processo dialético que reflete a dinâmica das relações. Autor e obra são envolvidos numa relação que transforma a ambos. As relações sociais e os espaços físicos, ainda que aparentemente estáveis, integram o universo dessas transformações, sendo continuamente modelados e atualizados pela convivência humana, demarcados pelo uso e desgastados pelo tempo, ainda que preservem velhas estruturas.

Argan²² afirma que a cidade fala, lembrando que, “como representação e comunicação visual de conteúdos histórico-ideológicos”, desempenha vários outros papéis, entre os quais o de “discurso, oratória, retórica”. Todavia, ao deduzir que “retórica é comunicação e persuasão”, o autor afirma que é por meio desta estratégia que o príncipe obtém a colaboração e a obediência dos súditos. Esta dedução leva-o a concluir que a “cidade é forma retórica” e que a engenharia não é somente “perícia técnica”, mas “ciência do construtor”, atribuindo a este uma dignidade que o faz “conselheiro, colaborador e, poder-se-ia dizer, orador do príncipe”.

Para Mumford²³, a organização do espaço foi um dos trunfos da mentalidade barroca, “tornando-o contínuo, reduzindo-o à medida e à ordem, estendendo os limites da grandeza”, abrangendo o “extremamente remoto e o

²¹ Ibid, *op. cit.*, 1991, p. 132.

²² Ibid., p.108.

²³ MUMFORD, *op. cit.*, 1991, p. 396.

extremamente pequeno” e, finalmente, associando-o ao movimento e ao tempo. Mumford explica que essa nova concepção de espaço foi a primeira mudança conceitual que configurava “os interesses imediatos do novo capitalismo, com seu amor abstrato ao dinheiro e ao poder”.

No plano das realizações materiais, Lewis Mumford²⁴ explica que a planta barroca era “baseada em quarteirões. Tinha de ser traçada de um só golpe, fixa e congelada para sempre, como se feita da noite para o dia por gênios das Mil e Uma Noites”, notando que essa planta exigia um “déspota arquitetônico, a trabalhar para um governante absoluto” e entende que o sentido de unidade exterior, no século XVII, talvez tenha sido resumido da melhor maneira por Descartes, no seguinte fragmento: “Pode-se observar que as construções que um só arquiteto planejou e executou são geralmente mais elegantes e mais cômodas do que aquelas que vários intentaram melhorar”.

Entretanto, para Argan²⁵, a crise das culturas urbanas se inicia no século XVI, quando Roma assumiu um destaque tão grande quanto o que atingira durante a Era Cristã. Explica que, naquele momento, a cidade ganhava um estatuto e “um caráter de universalidade que lhe confere uma autoridade sem limites de território”. Segundo ele, a Roma barroca e desenvolvida por Bernini e Borromoni, no século XVII, “constitui em certo sentido o modelo da cidade capital, que reúne em si as razões históricas e ideológicas, bem como os instrumentos políticos e administrativos da autoridade que exerce no âmbito do Estado”.

1.1 CIDADE COMO OBRA DO SÉCULO XIX

Em geral, os trabalhos sobre a cidade europeia do século XIX atribuem grande relevância ao processo de industrialização, ocorrido em muitas daquelas cidades, denominadas de “cidades industriais”. É irrefutável o papel desse processo sobre a configuração dos novos espaços, notando-se que eles não deixaram de ser modelados por um complexo sistema de forças, regido pelas necessidades e desejos de seus usuários.

²⁴ Ibid., p. 426.

²⁵ ARGAN, *op. cit.*, p186.

Lefebvre²⁶ acusa a industrialização de se apoderar da rede de cidades européias, pois, segundo ele: “Ela ataca também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a” e tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se deles; todavia, reconhece que este processo não impede a “extensão do fenômeno urbano”. Para Lefebvre, o processo de industrialização se impõe como ponto de partida para expor a problemática urbana de nossa época, atribuindo-lhe o papel de “indutor” dos problemas da cidade. Como “induzidos”, classifica os problemas relativos “ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana”, mas o autor ressalva, ainda, a crescente importância que adquiriram as questões culturais.

Lewis Mumford²⁷ afirma que, pelo final do século XVIII, cidades como Londres, Paris e Berlim já satisfaziam às condições necessárias para atrair grande população, tornando-se irresistivelmente atraentes, criando um ambiente nefasto. O autor observa que:

Infelizmente, nesse particular, os seres humanos revelam qualidades que se assemelham notavelmente às do porco: dê-se aos suínos um chiqueiro limpo, de terra dura, com bastante luz, e eles o conservarão notavelmente limpo; postos no meio de um monturo de podridão no subsolo acomodam-se-ão a essas condições. Quando há fome e falta de casa para morar são as alternativas, aparentemente não há horrores aos quais homens e mulheres derrotados não se adaptem e que não suportem.²⁸

Lefebvre²⁹ argumenta que se trata de um “duplo processo, ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização”, destacando-os como aspectos inseparáveis. Mas reconhece que se trata de um processo conflitante, um choque entre as duas realidades. Interpreta o ressurgimento arquitetônico e urbanístico do centro comercial como apenas “uma versão apagada e mutilada” do núcleo da antiga cidade, que era, ao “mesmo tempo comercial, religioso, intelectual político, econômico (produtivo)”.

²⁶ LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991. p. 5, 9.

²⁷ MUMFORD, Lewis. *A Cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961. p. 168.

²⁸ Ibid.

²⁹ LEFEBVRE, op. cit., p. 9, 12, 15.

Mumford³⁰ conclui que, naquele momento, a sociedade estava completamente desprotegida, os novos mestres “desdenhosamente voltavam as costas ao passado e a todos os ensinamentos acumulados pela história”, dedicavam-se a criar um futuro, que, por sua própria teoria do progresso, “seria igualmente desprezível”, deduzindo o autor que o passado “seria arrasado de maneira igualmente impiedosa”. Segundo ele, a educação aristocrática manifestava “uma devoção unilateral ao poder industrial e ao sucesso pecuniário”, ainda que, muitas vezes, fosse disfarçada de democracia.

Assim, Mumford³¹ explica que, entre 1820 e 1900, o clima de “destruição e desordem”, nas grandes cidades era semelhante a um campo de batalha. O autor acusa os banqueiros industriais e os inventores mecânicos como os principais responsáveis “pela maior parte do que era bom e do que era mau”. Para ele, esses profissionais criavam um tipo de cidade que, em *Tempos Difíceis*, Dickens chamou de *Coketown*. Era um espaço regulado pelo industrialismo, que descreve como:

A principal força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira; na verdade, até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados.

³²

1.2 REDEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

A chegada a Londres, através do rio, foi uma das imagens que mais impressionara o jovem Frederich Engels³³, levando-o a afirmar: “Não conheço nada mais imponente que o espetáculo oferecido pelo Tâmisia”³⁴. A partir deste impacto, ele descreve sua descoberta da capital inglesa e inicia uma discussão sobre “*As grandes cidades*”, destacando sua extensão urbana e o número elevado de sua população. A esta “enorme centralização” de 3,5 milhões de

³⁰ Mumford, op.cit, 1991, p. 484.

³¹ Ibid.

³² Mumford, op. Cit, p. 484.

³³ ENGELS, Frederich. *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo. Global, 1985. p. 35.

³⁴ O segundo capítulo de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1945. Engels tinha vinte e dois anos, quando chegou pela primeira vez a Londres.

habitantes atribuiu o título de “capital comercial do mundo”. Em seu aspecto geral, o autor descreve a cidade, como:

A massa de casas, os estaleiros navais de cada lado, [...] os numerosos navios dispostos ao longo das duas margens, apertando-se cada vez mais uns contra os outros, a ponto de, por fim, deixarem somente um estreito canal no meio do rio, sobre o qual se cruzam a toda velocidade, uma centena de barcos a vapor – tudo isto é tão grandioso, tão enorme, que nos sentimos atordoados e ficamos estupefatos com a grandeza da Inglaterra antes mesmo de pôr os pés em terra.³⁵

A descrição concentra-se nas imagens que viu, sobretudo, no movimento dos barcos, sem maiores detalhamentos dos elementos urbanos da cidade. Entretanto, é possível inferir que, naquele momento, a diversificação de novos elementos do contexto abalou todos os sentidos de Engels: máquinas em movimento, odores urbanos, ruídos das máquinas e das fábricas, a diversidade de tipos da população, formas e proporções das construções, materiais como o ferro e o vidro.

Com o acréscimo de alguns elementos e tratada através da veia literária de Taine, a imagem da mesma paisagem ganha maior dinâmica:

O rio é apenas uma rua por onde sobem e descem os navios entre duas fileiras de construções, intermináveis filas de um vermelho sombrio, de tijolos e telhas contornadas por grandes estacas plantadas na lama para amarrar os navios que vêm para carregar e descarregar. Sempre novos armazéns (...), sempre fardos que se empilham, sacos que se içam, tonéis que se rolam, guindastes que rangem, cabrestantes que uivam.³⁶

A descrição poderia, ainda, ser mais detalhada e chocante, considerando-se que, naquele momento, Londres, quase imensurável, era a maior e mais populosa cidade européia; a primeira no século XIX a atingir o número de um milhão de habitantes e, em virtude dessa massa humana, ser repentina e exageradamente ampliada. Somente esses aspectos já eram capazes de surpreender qualquer visitante. Imaginemos as inovadoras e bizarras soluções

³⁵ Engels, op.cit ,p.35.

³⁶ Taine *apud* Alain Pleissis, Londres, 1851-1901 : A era vitoriana ou o triunfo da desigualdade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 152.

adotadas, para abrigar, pela primeira vez, tão grande conjunto: o intenso movimento comercial, as filas de carros e carroças, a grande quantidade de barcos, a multidão apressada a se empurrar nas ruas e os diferentes tipos humanos e costumes, convivendo em um espaço em formação.

Na década de 40, do século XIX, a Inglaterra produzia mais da metade do ferro mundial e sua taxa de crescimento industrial elevava-se continuamente. Além de favorecer o movimento comercial, esse crescimento atraía um grande fluxo migratório em direção à sua capital e a algumas outras cidades, onde se concentrava a produção industrial.

É possível imaginar o impacto que deveria causar uma rua comercial de Londres, em sua rotina, plena de atividades, considerando-se, sobretudo, que, naquele momento, a maioria das cidades européias não passava de pequenas vilas, guardadas por velhas muralhas, sendo que a maioria ainda não tinha sofrido reformas que iriam promover o embelezamento e a higienização de suas áreas centrais. Poucas dispunham dos serviços públicos e dos melhoramentos urbanos que, posteriormente, tornar-se-iam norma de toda administração pública.

Esses elementos inovadores traziam consigo novas formas e, certamente, atordoariam qualquer estrangeiro. Imaginemos o choque dessa visão “imponente” sobre o espírito irrequieto do jovem Engels, ansioso por desvendar e explicar criticamente a sociedade que se formava na ebulição das transformações.

Desde a segunda metade do século XVIII, aumentavam as dificuldades de sobrevivência no campo; em contrapartida, a implantação das indústrias, nas cidades, demandava um grande contingente de trabalhadores, atraindo uma grande população, situação que provocava um intenso fluxo migratório que forçou a repentina expansão de antigos centros urbanos.

Mumford observa que, perante as tendências utilitaristas, todos os detalhes da vida ficaram subjugados à fábrica, notando que tudo mais, além da arte e da religião, mesmo a administração inteligente, restringia-se a um papel ornamental. A gravidade do fato é ressaltada pela indicação dos efeitos sociais provocados por esses aglomerados industriais. Para Mumford, eles podiam conter duas mil pessoas e poderiam expandir-se cem vezes mais, sem adquirir “mais que os

vestígios das instituições” que caracterizariam uma cidade, no seu sentido sociológico amadurecido – um lugar que concentrasse a herança social e onde houvesse possibilidades de “continuado intercuro e interação social”, que elevasse “a um nível potencial mais alto as atividades dos homens”.

A história da industrialização apresenta uma seqüência de revoluções, marcada, principalmente, pelos avanços tecnológicos. Não há dúvidas de que os interesses envolvidos nesse processo transformador atuaram como um dos principais definidores do modelo de cidade. Assim, deduz-se que diferentes estágios do processo de industrialização repercutiram e materializaram-se, através da apresentação de espaços urbanos diferenciados. O emprego de novos materiais produzidos pela indústria, assim como as técnicas, não só ampliava as possibilidades construtivas, com formas mais arrojadas e formatos de maiores proporções, mas dava à configuração da cidade um caráter muito mais volátil, jamais experimentado na história.

Os reflexos da industrialização sobre o espaço urbano são demarcados por Lefebvre³⁷ em três períodos distintos. Primeiro, o autor indica a indústria e o processo de industrialização assaltando e saqueando a realidade preexistente, até “destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência”, levando o autor a compreender a industrialização como um “poder negativo”. No segundo período, Lefebvre indica a ampliação da urbanização e a generalização de sua sociedade; todavia, observa que, neste período, se reconhecem como realidade sócio-econômica e se conscientizam de que a falta da cidade e da centralidade põe toda a sociedade em risco. Por isso, o autor entende que o terceiro período é marcado justamente pela tentativa de restituir a centralidade, que caracterizava a rede de cidades, e destacava a capital como o centro do poder. Como paradigma desta prática, Lefebvre indica a reforma de Paris.

Mumford³⁸ observa que “talvez a maior contribuição dada pela cidade industrial tenha sido a reação que produziu contra os seus próprios maiores descaminhos”, ou seja, o surgimento do que denomina de “a arte do saneamento

³⁷ LEFEBVRE, *op. cit.*, p. 21.

ou da higiene pública”. Benevolo³⁹, por sua vez, ressalta o distanciamento entre a experiência urbanística e a política europeia de esquerda; afirma, ainda, que “o utopismo da cultura urbanística e a rigidez programática da cultura política contribuíram, igualmente, para tal, e se o juízo sobre a proporção entre as duas causas pode variar, fica a constatação dos defasamentos, dos atrasos e das dificuldades resultantes desta separação, que ainda hoje perduram”.

1.3 HOMEM, CONFRONTO E SOCIEDADE

Em sua descrição sobre a cidade de Londres, Engels⁴⁰ sugere, inicialmente, uma imagem grandiosa e imponente da cidade, algo que impressiona, num primeiro olhar, mas o aparente deslumbramento não resiste mais que a extensão do primeiro parágrafo de seu texto. Logo revela a intenção de desmascarar a grande cidade. Ele penetra nas áreas mais sombrias, talvez, as mais escondidas e, por isso mesmo, as mais abafadas, feias e fedorentas; conversa com seus habitantes e confirma o que havia por trás das mãos dos trabalhadores, mendigos e outros excluídos. Engels viu e ouviu seres humanos explorados, amontoados e humilhados como escória. Após esses contatos, concluiu que os “londrinos tiveram que sacrificar a melhor parte de sua condição de homem para realizarem todos estes milagres da civilização de que a cidade é fecunda”. Engels pergunta que forças adormecidas foram neutralizadas, “para que somente algumas pudessem se desenvolver mais e fossem multiplicadas pela união com outras”.

Membros da população que deixou os campos e migrou para as cidades industriais, em busca de trabalho e de uma vida melhor, são localizados por Engels⁴¹ entulhados em “vuelas, ainda que muito próximos dos palácios dos ricos”. O autor revela que essa população vivia praticamente escondida, “em geral, designaram-lhe um lugar à parte, onde, ao abrigo dos olhos das classes dos felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior”. Observa, ainda, que em certas

³⁸ MUMFORD, *op. cit.*, p. 513.

³⁹ BENEVOLO, Leonardo. *As Origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 117.

⁴⁰ ENGELS, *op. cit.*, p. 35.

⁴¹ *Ibid.*, p. 38.

idades, é possível viver sem manter qualquer contato com a pobreza, que se mantinha escondida; percebia, entretanto, que todas as grandes cidades “possuem um ou vários bairros de má reputação – onde se concentra a classe operária”. Essa minúcia de detalhes, rica de elementos miseráveis, contrasta acentuadamente com a descrição que Engels fez de sua chegada a Londres. Em uma panorâmica, ele descreve essas áreas como uma composição de ruas irregulares e sujas, sem esgoto ou sistemas de drenagem, repleta de charcos fétidos e sem ventilação. Desenha e descreve vários desses bairros, mas é a descrição do bairro St. Gilles que ganha maior riqueza de detalhes:

[...] só se vê pessoas da classe operária. O mercado está instalado nas ruas: cestos de legumes e frutos, todos naturalmente de má qualidade e dificilmente comestível, ainda reduzem a passagem, e deles emana, bem como dos açougues, um cheiro repugnante. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, são tão sujas no exterior como no interior e têm um tal aspecto que ninguém desejaria habitar. Mas isso ainda não é nada comparado às habitações nos corredores e vielas transversais onde se chega através de passagens cobertas, e onde a sujeira e a ruína ultrapassam a imaginação; não se vê, por assim dizer, um único vidro inteiro, as paredes estão leprosas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou deslocados, as portas - quando as há - são feitas de pranchas velhas pregadas umas às outras; aqui, mesmo nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis porque não há nada para roubar. Em toda parte montes de detritos e de cinzas e as águas vertidas em frente às portas acabam de formar charcos nauseabundos. É aí que habitam os mais pobres dos pobres, os trabalhadores mais mal pagos, com ladrões, os escroques e as vítimas da prostituição, todos misturados. A maior parte é irlandês ou descendente de irlandeses, e os que ainda não se submergiram no turbilhão desta degradação moral que os rodeia, mergulham nela cada vez mais, perdem todos os dias um pouco mais da força de resistir aos efeitos desmoralizantes da miséria, da sujeira e do meio”⁴²

Por oposição à riqueza de detalhes miseráveis dessa descrição, podemos imaginar o outro lado da cidade, a face embelezada e voltada para a luz. Esses espaços ostentavam uma aparência esteticamente elaborada, compostos com elementos monumentais e ornamentais, além dos modernos equipamentos urbanos que evidenciavam a prosperidade econômica e exibiam o seu avançado nível tecnológico Tal qual uma vitrine bem arrumada e perfumada para iludir, a

⁴² Ibid, p. 39

burguesia inglesa se colocava como a detentora de uma cultura refinada, que pretendia demonstrar o melhor da civilização inglesa moderna. Provavelmente, era nesses espaços que aconteciam as festas e os banquetes, que animavam a vida do “homem de bem”.

Ao discorrer sobre o aspecto das cidades modernas, René Rémond⁴³ retoma o viés traçado por Engels, destacando a justaposição “de duas humanidades, que se acotovelam sem se encontrar; que vivem em universos totalmente separados”, descrevendo-as como paisagens contrastantes: “Para uns, os imóveis ricos das avenidas bem desenhadas, plantadas de árvores; para outros, a promiscuidade nos pardieiros superpovoados, antigos palácios que se degradam ou em imóveis de alugueis”.

Engels⁴⁴ aponta para a multidão, acusando-a de fria e apressada, não somente porque passa nas ruas sem se olhar, mas por identificar nela “qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana”. Pergunta-se se esses seres, possuidores das “mesmas qualidade e capacidade e o mesmo interesse na procura da felicidade”, não deveriam buscá-la pelo mesmo método e processos. Entretanto, passam, “como se não tivessem nada em comum” e seguem obedecendo a convenções, sem enxergar uns aos outros, mergulhados num “isolamento insensível” individual, que identifica como “o princípio da sociedade atual”.

Engels⁴⁵ previne que um sentimento “repugnante e chocante” se torna mais acentuado, quanto mais indivíduos forem confinados nesse espaço reduzido, e nota que em lugar algum se manifesta com maior imprudência e segurança que na confusão da cidade. Observa que “a desagregação da humanidade em células, das quais cada uma tem princípio de vida próprio e um objetivo particular, esta atomização do mundo, é aqui levada ao extremo”, resultando no que ele denominou de “guerra social” abertamente declarada, onde cada um explora o próximo:

⁴³ RÉMOND, René. *O século XIX: 1815 – 1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 1997, p. 143.

⁴⁴ ENGELS, *op. cit.*, p. 35.

⁴⁵ *Ibid.*, p.36.

*e o resultado é que o forte pisa o fraco e que o pequeno número de fortes, quer dizer, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto o grande número de fracos; aos pobres não lhes resta senão a própria vida, e nada mais.*⁴⁶

Landes⁴⁷ acusa a disparidade de privilégios de classes, denunciando a drástica inclinação da balança do poder político em favor das classes comerciais e industriais. Segundo ele, este fato foi o primeiro efeito provocado pela Revolução Industrial, mas explica que, com o desenvolvimento econômico subsequente, surgiram “novos inimigos do sistema parlamentar liberal, símbolo e instrumento do governo burguês”. De um lado, a mão-de-obra industrial, “concentrada e dotada de alguma consciência de classe”; e, de outro, “as vítimas burguesas da mudança econômica e social: os empresários marginalizados, os insatisfeitos e os *déclassés* (desconfiados, rebaixados)”. Landes explica que a distância entre esses dois extremos ampliou-se, “à medida que um reagia ao outro”.

Aparentemente, o liberalismo, que surge no início do século XIX, com sua filosofia política idealista, estava inteiramente orientado pela idéia de liberdade, sugerindo a deflagração de um movimento subversivo, exaltando os sentimentos mais nobres, as virtudes mais elevadas. Entretanto, na análise de René Rémond⁴⁸, trata-se de “uma filosofia social individualista, na medida em que coloca o indivíduo à frente da razão de Estado, dos interesses de grupo, das exigências da coletividade”. Para o autor, trata-se de “uma filosofia da história, de acordo com a qual a história é feita não pelas forças coletivas, mas pelos indivíduos”.

Quanto aos “sentimentos mais nobres, as virtudes mais elevadas”, que teriam exaltado os europeus, Rémond⁴⁹ interpreta como uma visão idealista do liberalismo, que estaria limitada ao plano das idéias. Entretanto, o autor sugere que essa interpretação pode ser corrigida por uma visão sociológica dos acontecimentos, que considere os atores e as forças sociais, que dê ênfase aos

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ LANDES, David. *Prometeu desacorrentado*: transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. P. 16.

⁴⁸ RÉMOND, *op. cit.*, p. 27, 30.

condicionamentos sócio-econômicos e às decisões ditadas pelos interesses. Segundo ele, essa visão “corrige nossa interpretação histórica e sugere que o liberalismo é, pelo menos, enquanto filosofia, a expressão de um grupo social, a doutrina que melhor serve aos interesses de uma classe”.

Rémond⁵⁰ afirma que os princípios de aspecto subversivo e revolucionário foram aplicados dentro de limites restritos. Era “íntima a concordância entre as aplicações da doutrina liberal e os interesses vitais da burguesia”. O autor sintetiza a aplicação destes princípios como “disfarce”, “álibi”, “máscara” do poder da burguesia capitalista para impor “seus interesses, seus valores e suas crenças”.

O distanciamento entre a burguesia e as classes populares não se restringia apenas ao espaço físico da cidade, contrastando, sobretudo, nas condições de vida e nos hábitos. Para Mumford⁵¹, “havia apenas uma situação desejável: era a dos ricos”. Era para eles que se preparavam as avenidas, o calçamento, adotavam-se estruturas de conforto e, para sua defesa, os soldados eram postos nas ruas.

Os reflexos dessas mudanças logo se fazem notar, no plano político. Rémond⁵² avalia que a pressão das “massas urbanas sobre o poder é um dado constitutivo do funcionamento dos regimes”. Dessa forma, há maiores precauções quanto ao uso dos espaços urbanos, promovendo-se grandes obras, com os objetivos de abrir “espaço fácil de ser percorrido pela carga de cavalaria ou de ser varrido pela artilharia”. Entretanto, no sentido contrário, o “sufrágio universal” é uma condenação implícita da violência, havendo ainda uma pressão para as administrações intervirem “cada vez mais diretamente nos serviços comuns”.

Por outro lado, Maria Pace Chiavari⁵³ recorre a Samoná, para explicar que o “movente principal” do processo de valorização e controle da cidade foi a iniciativa gradual e contínua da nova sociedade que estava se organizando que,

⁴⁹ Ibid. p. 30, 31.

⁵⁰ Ibid., p. 31.

⁵¹ MUMFORD, *op. cit.*, p. 402, 403.

⁵² RÉMOND, *op. cit.*, p. 148.

segundo ela, estava constituída, “de um lado pela classe dominante, ‘o capitalismo burguês’ e, de outro, por aquelas correntes liberais que estavam se estruturando junto com ela”. A autora indica que a expressão prática e o aspecto mais singular da nova civilização eram “o caráter de tipo ‘profissional’ desta classe média”, constituindo-se a “ossatura fundamental do nosso tempo”, pois em seu papel de “técnicos” eram eles “os grandes executores que permitiram a realização concreta dos programas da classe dirigente”.

Chiavari explica que, no plano ideológico, utilizaram “as teorias liberais, ‘legitimando’, assim, com argumentos de natureza ética e científico-higienística, a atividade do capitalismo, através daquele sistema de livre concorrência que dominou os mercados por todo o século passado”. Entretanto, Benvolo⁵⁴ alerta que a independência técnica “é apenas uma aparência ou uma convenção”, pois, na verdade, a nova urbanística inseria-se no “âmbito do conservadorismo europeu”.

René Rémond⁵⁵ observa que as classes populares, no século XIX, constituem o “quarto estado”, composto por elementos instáveis que representavam “fatores de desordens”. Todavia, o autor indica que esse contingente, herdado do *Antigo Regime*, compunha-se de “nômades, vagabundos e ferroviários”, que não tinham trabalho, nem se integravam à sociedade. Para ele, naquele momento, “o impulso demográfico, o êxodo rural, a extensão do pauperismo encurralam nos subúrbios uma multidão que inspira aos poderes públicos e às classes dirigentes um sentimento de temor”, de que “não temos mais idéias”.

Para Rémond, “estas classes laboriosas, representam o número”, pois: “Elas não têm nem cultura política nem instrução; suas reivindicações muitas vezes são anárquicas; suas manifestações, convulsivas”. Além disso, destaca o papel atemorizante de manifestações como as “*Jornadas de Junho*, a *Comuna* e as outras insurreições populares”. Segundo ele, estes acontecimentos justificaram

⁵³ CHIAVARI, Maria Pace. *As Transformações urbanas no século XIX*. In *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro. PUC. Coleção uma cidade em questão, 1985, p. 571. Giuseppe SAMONÁ – *L’Urbanistica e l’Avenire de la Città* – Bari, 1967.

⁵⁴ BENEVOLO, *op. cit.*, 1994, p. 117.

⁵⁵ RÉMOND, *op. cit.*, p. 60, 61.

os temores de que o século XIX seria dominado pela visão de uma sociedade em perigo, e a violência seria “a forma ordinária das relações entre as classes sociais”.

A desigualdade social e a precariedade das condições de vida dos trabalhadores, que Engels denuncia como a principal causa das “guerras sociais”, posteriormente leva Mumford a classificar a cidade como um “verdadeiro campo de batalha”. Este aspecto da sociedade urbana é, também, detectado por Marcela Delle Donne⁵⁶ como a maior responsável pelas situações patogênicas, no campo higiênico-sanitário, e das tensões conflituais, no âmbito das relações sociais. A autora classifica essas condições como “os perigos imediatos e latentes relacionados com o desequilíbrio provocado por uma organização não controlada das convivências condensadas”.

Delle Donne explica o processo a partir do deslocamento dos imigrantes que se espalhavam pela cidade, indo da periferia para as áreas centrais. Ela informa que, naquele contexto de desordem, o operariado se organizava e adquiria certos direitos que começavam a ameaçar os ricos. A cidade era, portanto, o lugar de choque de classes, mas observa a autora que essas classes ainda não dominavam o espaço racionalizado da cidade, estavam aprendendo a usá-lo:

A burguesia sente-se ameaçada, agita a sua inquietação perante a cidade insana e violenta, desprovida, sobretudo, de instrumentos cognoscivos para controlar e avaliar até que ponto a situação conflituosa ultrapassa níveis aceitáveis para a manutenção do equilíbrio do sistema e para a segurança social.⁵⁷

Para Delle Donne⁵⁸, as discussões sobre a intervenção do Estado colocavam em confronto “as duas formas do estado burguês – a burocracia e o capital privado – aparentemente em contraste”, gerando a polêmica entre liberais como defensores da intervenção pública, no desenvolvimento da cidade, e como adversários, do outro lado, os teóricos socialistas. A autora aponta os acordos

⁵⁶ DELLE DONNE, Marcela. *Teorias sobre a cidade*. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 29.

⁵⁷ Ibid, p. 29-30.

⁵⁸ Ibid.

resultantes dessas discussões como os geradores das leis sanitárias aprovadas, indicando que:

*Em 48 em Inglaterra e em 50 em França, os grandes trabalhos realizados por Haussmann em Paris, como prefeito do Sena (1853-1869), por Vaisse prefeito de Lião (1853), pela instituição Metropolitan Board of Works em Londres (1855), pela administração pública em Viena (1858), pelo plano de Cerda em Barcelona, por Anspach em Bruxelas (1860), pelo chefe de polícia em Berlim (1862), que formam os exemplos mais importantes da nova praxis neo-conservadora e pós-liberal promovida pelos governos autoritários que saem vitoriosos da derrota das lutas revolucionárias em 1848: o império de Napoleão em França, o regime de Bismack na Alemanha, o novo conservadorismo de Disraeli na Inglaterra*⁵⁹.

Benevolo⁶⁰ explica que, após a revolta operária de junho de 1848, tornava-se “definitivamente impossível a revolução econômica teorizada pelos socialistas”; e ainda que o movimento operário tenha saído “confuso e disperso”, havia se tornado “consciente do contraste de interesses subjacentes ao debate político e da necessidade de abordar um novo nível crítico e organizativo”; dessa forma, o movimento toma “um novo curso científico e internacional”.

1.4 HIGIENE E SEGURANÇA PÚBLICAS

A falta de infra-estrutura característica dos aglomerados urbanos, com o meio ambiente comprometido pela poluição, ou pela precariedade de suas habitações insalubres e sem condições higiênicas, propiciava maiores condições de propagação de doenças e epidemias. Nessas condições, a segurança das cidades ficava seriamente comprometida, toda a sociedade estava exposta a grandes riscos, populações inteiras poderiam ser dizimadas, em tempo muito reduzido. Questões envolvendo a higiene e saneamento dos espaços urbanos passaram a estruturar os discursos, em torno da saúde pública.

Naquele momento, teorias saneadoras e instâncias organizadas articulavam-se e reivindicavam providências urgentes para os problemas enfrentados pelas grandes cidades. Sob pressão da sociedade organizada e dos

⁵⁹ .Ibid, p. 31.

⁶⁰ BENEVOLO, *op. cit.*, 1994, p. 116, 117.

diferentes grupos de interesses, o Estado era levado a definir políticas públicas e a intervir com medidas drásticas. Em geral, exigiam-se drásticas intervenções que revertissem a situação instalada e melhorassem as condições de segurança da sociedade como um todo. Esta tendência era assimilada pela administração pública e ganhava relevância, nos discursos oficiais, justificando as mais variadas intervenções e impondo medidas preventivas que intervinham diretamente sobre os hábitos dos cidadãos. Legitimada pelo poder a ela conferido, a administração pública ampliava sua área de ação e penetrava nos espaços privados e passava a ter acesso diretamente sobre o corpo de cada um dos cidadãos.

A análise crítica mais tradicional das reformas urbanas tem vinculado as intervenções pretensamente saneadoras como um artifício adotado pelo Estado, para garantir a segurança de determinadas classes e manter maior controle sobre as ações dos cidadãos. Contudo, não se pode refutar a contribuição de certas medidas preventivas que, incontestavelmente, promoveram a melhoria das condições de vida na cidade, nem ignorar os benefícios introduzidos por essas obras. Embora reconhecendo-se que investimentos aplicados na área social estivessem prioritariamente orquestrados por intenções mercantilistas, que fossem interpretados como uma estratégia para assegurar e manter a força de trabalho e o ritmo da produção, privilegiando o lucro financeiro, não é possível ignorar a grande contribuição dessas intervenções, na melhoria da qualidade de vida e na segurança das classes populares.

Michel Foucault⁶¹, em *Microfísica do poder*, alerta que o controle da sociedade sobre os indivíduos “não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo e com o corpo”. A hipótese do autor é a de que, no final do século XVIII e início do XIX, o capitalismo socializou o corpo como o primeiro objeto“, enquanto força de produção, força de trabalho”. Ao discutir o processo, Foucault localiza o surgimento da medicina de Estado na Alemanha no começo do século XVIII e observa que, no final daquele século, a medicina social surge na França, a partir do fenômeno da urbanização. Segundo ele, naquele

⁶¹ FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da medicina social*. In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 9^o ed, 1990. p. 80, 81, 85. Os textos apresentados na referida publicação são as conferências proferidas por Foucault no Instituto de Medicina Social da UERJ, em outubro de 1974 (1^a edição de 1979).

momento, o poder urbano buscava estabelecer uma unidade capaz “de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado”. Do ponto de vista político, explica que o aparecimento de uma população pobre aumentou as tensões políticas nas cidades.

Foucault⁶² informa que a medicina urbana consistia basicamente em três grandes atividades: a primeira seria “analisar os lugares de acúmulo e amontoado de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos”, apontando essencialmente os cemitérios. A segunda atividade era “o controle de circulação. Não da circulação dos indivíduos, mas das coisas ou de elementos, essencialmente a água e o ar”, destacando, neste ponto, “uma velha crença do século XVIII, que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas⁶³”. O terceiro objeto da medicina urbana, citado por Foucault, é o que ele chama de organização das “distribuições e seqüências”, que abrange diferentes elementos da vida comum da cidade: a localização das águas para consumo e das águas consumidas.

Entre outras conclusões sobre a medicalização das cidades, no século XVIII, Foucault⁶⁴ afirma que ela foi importante, por várias razões, e explica que a medicina urbana “não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposição, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência”. Nota que, muito cedo, a noção de salubridade ganha considerável importância para a medicina social, sendo uma das decisões tomadas pela Assembléia Constituinte, em 1790 ou 1791.

Ao discutir a formação das cidades do século XIX, Maria Stella Bresciani⁶⁵ observa uma “nítida vinculação entre a representação da cidade envolta pelos muros e a formulação da idéia de um meio ambiente urbano degenerador das

⁶² Ibid., p. 89.

⁶³ A teoria do miasma foi publicada em 1897 pelo francês Theodore Baunes, que apontou as águas estagnadas como a causa principal de doenças, sobretudo em solos virgens, como os do Novo Mundo.

⁶⁴ FOUCAULT, *op. cit.*, p. 92.

⁶⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. In: Cultura e Cidade; Revista Brasileira de História. vol.5: São Paulo: ANPUH e Editora Marco Zero, 1985. p. 56.

forças físicas e morais dos homens”. Nota também que “é nítida a solidariedade entre essa idéia e a figuração de multidões de pobres afluindo para os centros urbanos e se amontoando em casas, pardieiros, becos e ruas”. A autora afirma que, desde o século XVI, as classes governantes tentavam controlar seu crescimento, “movidas pelo receio de distúrbios provocados por homens arrancados da terra pelo cercamento das propriedades, a presença de milhares de pobres”. Dessa forma, promovia-se “um crescimento doentio”, que fazia da cidade uma coisa assustadora.

À medida que se acentuava a precariedade das condições ambientais nas grandes cidades, crescia o interesse pela pesquisa das leis que produziam esses fatores, envolvendo pensadores das mais diversas áreas. As questões de saneamento e higiene públicas passavam a assumir maior importância, sendo reivindicadas pela parcela mais esclarecida da sociedade, ganhando espaço e relevância cada vez maiores nos discursos de políticos e administradores públicos, sendo essas propostas tidas como necessidades urgentes.

Segundo Chiavari⁶⁶, nesse período, os médicos são solicitados a sair de seus tradicionais ambientes de trabalho para atender aos pedidos do “grande doente”, que é a cidade. Para a autora, esses profissionais, através dos novos conhecimentos, extrapolam as mais variadas teorias. Em termos médicos, a cidade é tratada como “um organismo canceroso”, oferecendo como alternativas a fuga do corpo contaminado ou a realização de uma “visissecção, cortando e extirpando os tumores”, de forma que preservasse as outras partes.

Para Chiavari⁶⁷, em qualquer remédio que fosse proposto, “os ingredientes comuns são: aeração, ventilação, iluminação e limpeza, que nas mãos do Poder, vão se transformando em decretos, *slogans*, pressupostos, paradigmas e justificações para qualquer operação demolidora”. Segundo ela, o poder criava uma “aura soberana de neutralidade técnica” em torno de suas decisões, tornando-se indiscutível e, dessa forma, explica:

⁶⁶ CHIAVARI, *op. cit.*, p. 570.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 571.

*A ação violenta de destruir, desabrigar, cortar, deslocar transforma-se em conceito positivo de destruição do mal e do veículo, a doença que encarna as noções de “obscuro”, “velho”, “feio”, “fechado”, “estreito”, “tortuoso”, “mal-cheiroso”, “impenetrável”, “sujo”, “sórdido”, “pobre”, “imoral”.*⁶⁸

Lewis Mumford⁶⁹ observa que o culto da limpeza se originou antes da era paleotécnica, devendo-se muito o fato “às cidades holandesas do século XII”, com seus abundantes suprimentos de água, suas janelas amplas, mostrando os impecáveis pisos ladrilhados esfregados pela dona-de-casa holandesa. Mas essa prática ganhou “reforço científico” depois de 1870, a partir da “nova concepção científica do organismo”, que se definiu com Johannes Müller e Claude Bernard, no século XIX, reunindo “os processos fisiológicos e psicológicos, e assim o cuidado corporal tornou a se transformar em disciplina moral e estética”.

Desde o início do século XIX, já eram freqüentes as denúncias quanto à precariedade das condições de vida das classes populares, na Inglaterra, sobretudo nas cidades industriais, como Londres e Manchester; entretanto até os meados daquele século a situação parecia assustadora. Em seu artigo, *A urbanização da humanidade*, Kingsley Davis⁷⁰ discute o elevado índice de mortalidade, nas grandes cidades, como um dos problemas do meado do século XIX, informando que, naquela época, “a água de Londres provinha de poços e rios poluídos”. Em consequência dessa situação, a cidade era “regularmente assolada pelo cólera”, citando as estatísticas de 1841, que “mostram uma expectativa de vida de cerca de 36 anos para Londres e 26 para Manchester e Liverpool”.

René Rémond⁷¹ diz que a saúde pública não podia continuar como uma questão particular e que era responsabilidade dos poderes públicos assumi-la. Aos poucos, o Estado foi regulamentando o exercício da medicina, da farmácia e o da fabricação de medicamentos, assim como a pureza e a qualidade dos

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ MUMFORD, *op. cit.*, p. 514.

⁷⁰ DAVIS, Kingsley. *A Urbanização da humanidade*. In: *Cidades: A Urbanização da Humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 20.

⁷¹ RÉMOND, *op. cit.*, p. 93.

alimentos e das conservas, embora o autor deduza que, na maioria dos casos, o poder público não ultrapassasse a função de controle e só interviesse em circunstâncias excepcionais.

Para Leonardo Benevolo⁷², “o grande animador de todas as iniciativas do governo, para melhorar o ambiente industrial”, foi Edwin Chadwick, o autor do famoso relatório sobre as classes trabalhadoras de Londres em 1842. Para Benevolo, o grande mérito desse profissional foi “haver aprendido com clareza as relações entre os problemas sociais e as condições físicas do ambiente”. Para Lilian Fritsch e Sérgio Pechmann⁷³, Chadwick entendia que as más condições higiênicas decorriam da “existência de habitações insalubres” e da precariedade dos sistemas de esgoto, apontando tais condições como responsáveis pelo alto índice de mortalidade das populações, além de produzir males como o alcoolismo, a prostituição e a delinqüência. Para evitar a manutenção desse estado de coisas, ele propôs “a adoção de medidas preventivas, que somente se tornariam possíveis mediante o estabelecimento de uma administração pública uniforme e centralizadora”.

Maria Stella Bresciani⁷⁴ informa que, na França, o grande idealizador das intervenções de caráter sanitário foi o médico Parent Duchâtelet. Ele “dedicou sua vida profissional à busca de focos de contágio de moléstias epidêmicas em Paris”, tendo a compreensão de que os esgotos e as prostitutas eram os “receptores dos dejetos humanos”. Suas intensas pesquisas resultaram no mapeamento dos desaguadouros subterrâneos da cidade e a regulamentação da prostituição, controlada pela polícia. Duchâtelet compreendia que o problema da saúde era, antes de tudo, “uma questão técnica a ser equacionada e resolvida pela engenharia; e ainda um problema a ser superado pela instalação de equipamentos coletivos”.

⁷² BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 76.

⁷³ FRITSCH, Lilian e PECHMAN, Sérgio. *A Reforma Urbana e o seu avesso*: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 5. n.º 8/9, 1984/1985. p. 45.

⁷⁴ BRESCIANNI, *op. cit.*, p. 62, 65.

A partir das observações explicitadas por Haussmann, em suas memórias, Renato Ortiz⁷⁵ aponta evidências das “implicações ideológicas, políticas e econômicas” da reforma de Paris. Interpreta as ações do prefeito como uma clara preocupação em “expulsar do centro da cidade as classes perigosas”, associando essa “população pobre a um conjunto de sinais fortemente negativos”, tais como: “bairros imundos”, “casas sórdidas”, construções ignóbeis”, encontrando respaldo tanto entre os representantes da classe dirigente, quanto nos discursos médicos. Ortiz afirma que:

*O higienismo associava estreitamente a presença dessas aglomerações inóspitas à proliferação das doenças. Em nome da saúde pública, para que o ar circulasse livremente, purificando a insalubridade existente, as demolições são recomendadas.*⁷⁶

Além da segurança do aspecto sanitário das cidades, a intervenção do Estado sobre os espaços ocupados pelas populações trabalhadoras significava o controle da ordem, tanto através da abertura, quanto da normatização dos espaços públicos. Para Macela Delle Donne⁷⁷, foi após os acontecimentos de 48 que os estudos demográficos passaram a ganhar maior importância, como uma questão do conhecimento descritivo da intervenção programadora, no âmbito de uma política de reforma que se fazia necessária. A autora nota que, naquele momento, os trabalhos realizados nessa área foram bastante explorados pela imprensa e recebidos com grande otimismo; todavia, isso demonstrou que a informação não era suficiente para salvar a situação. Segundo ela, esta conclusão colocava em crise “a política de não-intervenção do estado liberal, que até então se tinha absterido de qualquer forma do controle público sobre a iniciativa e a propriedade privadas, incluindo leis e regulamentos de higiene⁷⁸”.

Conclusões de Henri Lefebvre⁷⁹, Tocqueville⁸⁰, Bogardus⁸¹ e Mumford⁸² levam Delle Donne⁸³ a afirmar que, naquele momento, “tornava-se urgente a

⁷⁵ ORTIZ, Renato. *Cultura moderna: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 200.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ DELLE DONNE, *op. cit.*, p. 56.

⁷⁸ Ibid., p. 30, 31.

⁷⁹ LEFEBVRE. *Il diritto alla città*. A autora recorre ao seguinte trecho: “Nesta desordem os operários ameaçavam os novos ricos, perigo posto pela evidência da jornada de 48 horas e confirmado pela Comuna”.

necessidade de se conhecer numa perspectiva o mais amplo capilar possível o contexto social urbano”, explicando, em seguida, que foi com esse objetivo que se instaurou a prática do recenseamento. Nota-se, entretanto, que os dados deste instrumento de aferição e controle poderiam ser manipulados e direcionados por diferentes interesses e explicar e justificar teorias.

A partir de uma análise comparativa da população de Londres, Leonardo Benevolo⁸⁴ elenca aspectos positivos, introduzidos pela indústria, no cotidiano das cidades. Aponta um crescimento constante da população londrina, explicando que isso não se devia ao coeficiente de natalidade, nem ao excesso das migrações, mas, sobretudo, a “uma decisiva redução do coeficiente de mortalidade”. Quanto à causa dessa redução, o autor afirma ser, principalmente, “de ordem higiênica: melhoria na alimentação, na higiene pessoal, nas instalações públicas, nas moradias, progressos na Medicina e melhor organização dos hospitais”, e ainda:

(...) esses melhoramentos higiênicos dependem da indústria: por exemplo, a melhoria na alimentação é devida aos progressos no cultivo e no transporte, e a limpeza pessoal é favorecida pela maior quantidade de sabão e roupas íntimas de algodão a preço razoável; as moradias tornaram-se mais higiênicas graças à substituição da madeira e da palha por materiais mais duráveis, e ainda mais pela separação entre a casa e a oficina; as redes de esgotos e de águas mais eficientes tornam-se possíveis pelo progresso da técnica hidráulica etc. As causas decisivas, porém, são provavelmente os progressos da Medicina, que produzem efeitos também nos países europeus não industrializados onde de fato, a população aumenta no mesmo mecanismo.⁸⁵

⁸⁰ De Tocqueville, em *Sulla democrazia in América*, destaca-se o seguinte trecho: “Creio que a dimensão de algumas cidades americanas e, sobretudo, a natureza de sua população constituem um verdadeiro perigo que ameaça a segurança futura das repúblicas democráticas do Novo Mundo”.

⁸¹ Bogardus. *Sociology*. Delle Donne informa que, para Bogardus, “a possibilidade de construir uma democracia funcional, em presença de amplas concentrações urbanas indiferenciadas mostra-se improvável”, pois, segundo afirma a autora, o “cidadão singular perde o contato com a realidade e com o poder”.

⁸² Segundo Delle Donne, Mumford afirma que “fica cada vez mais à mercê de *cliques* políticas e de *gangster dictato*, que iniciada em Inglaterra desde a segunda metade do século XVIII, goza por volta de meados do XIX, de um enorme sucesso, especialmente com a aproximação da situação revolucionária de 48”.

⁸³ DELLE DONNE, *op. cit.*, p. 31.

⁸⁴ BENEVOLO, *op. cit.*, 1976. p. 21, 22.

⁸⁵ *Ibid.*

Benevolo⁸⁶ relaciona o aumento demográfico ao crescimento industrial, alegando que esses aspectos “influenciam-se mutuamente de modo complicado”. Porém, ao analisar os números da produção industrial, conclui que ocorreu um progressivo desenvolvimento quantitativo e qualitativo no setor. Atribui, portanto, à industrialização “uma das possíveis respostas ao aumento de população” e frisa, ainda, que esta dependeria da “capacidade de intervir ativamente sobre as relações de produção, a fim de adaptá-las às novas exigências”.

Mumford⁸⁷, por sua vez, afirma serem “injustificadas” muitas ufânias sobre os melhoramentos da saúde urbana perante o industrialismo, alegando que os que acreditavam que “o progresso ocorria automaticamente em todos os departamentos da vida durante o século XIX” se recusavam a enfrentar a dura realidade. Segundo ele, não quiseram fazer o estudo comparativo entre a cidade e o campo, entre o mecânico e o não mecânico e assim contribuíram ainda mais para criar confusão, usando tabelas de mortalidade malfeitas, sem corrigi-las de acordo com grupos de sexo e de idade. Nota o autor que não levaram em conta a distribuição intensa de adultos nas cidades e a maior incidência de crianças e velhos, que estariam mais sujeitos a doenças e à morte, no campo.

Em decorrência dos avanços da medicina e da química, as questões voltadas à higiene pública ganhavam relevância científica e, talvez, tenham sido as primeiras propostas acolhidas pelos discursos reformadores e adotadas como política de estado. Criava-se grande expectativa em torno das medidas, como uma solução salvadora do progresso, capaz de conter o caos urbano. Aliado à instalação dos serviços públicos que, naquele momento, eram considerados essenciais, destacava-se a elaboração de projetos urbanísticos e arquitetônicos voltados para a valorização dos aspectos estéticos dos espaços urbanos, implicando intervenções contundentes que reformulavam os espaços tradicionais da cidade e os costumes da população.

⁸⁶Ibid..

1.5 DEFINIÇÃO E DIFUSÃO DO MODELO

Com o crescimento acelerado de suas populações, as cidades industriais européias ficaram comprimidas em espaços históricos reduzidos, muitas vezes ainda delimitados pelos muros da Idade Média. Todavia, as novas atividades sociais e suas relações exigiam uma série de mudanças radicais. Dentre estas, a ampliação de seus limites, mas, muitas vezes, a expansão exigia a derrubada das muralhas e a integração das aldeias próximas.

Redimensionavam-se espaços tradicionais, a partir da eliminação de trechos mais atravancados e irregulares. Em geral, detinham-se sobre bairros populares, eliminando, alargando e regularizando ruas. Serviços de distribuição de água potável, limpeza pública, arborização, rede de esgotos, sistema de iluminação pública, bondes e telefones foram instalados. O crescimento do mercado de massas estimulava as atividades comerciais e favorecia a especulação imobiliária. Promovia-se a reformulação das áreas mais tradicionais e estimulava-se ocupação dos arrabaldes, assim como as atividades de construção civil.

Rémond⁸⁸ indica o crescimento das grandes cidades como causa dos problemas que abalam, pelo menos, quatro setores importantes: a extensão do espaço, as comunicações internas, o abastecimento e a ordem e segurança, além de apontar para conseqüências sociais e políticas. Especifica, no primeiro, a necessidade das reformas que produziram “as cidades abertas”, nas quais a escassez de espaços provoca a alta de preços, produzindo a “especialização dos bairros”. No segundo setor, o autor explica que ocorreu o estabelecimento de um sistema de transportes, assim como a manutenção da limpeza e dos serviços de melhoramento da cidade, em virtude do aumento das distâncias e da distensão das relações.

No terceiro setor, o autor⁸⁹ identifica o estabelecimento de uma rede de canalização para distribuição de água potável, assim como o abastecimento de gêneros alimentícios e da força de gás e eletricidade. Finalmente, no quarto setor,

⁸⁷ MUMFORD, *op. cit.*, p. 506.

⁸⁸ RÉMOND, René. *O Século XIX: 1815 – 1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 1997, p. 141, 142.

⁸⁹ *Ibid.*

em função da proporção das concentrações, ressalta a extensão das catástrofes naturais, apontando os flagelos gerados pela propagação do fogo, pela contaminação dos portos em relação às grandes epidemias, além de ver nos flagelos sociais, identificados na miséria e na pobreza, as causas da criminalidade, da delinquência e da prostituição. Como exemplos destas intervenções, Rémond relaciona:

*Viena, em 1857 (onde Ring perpetuava o traço das antigas fortificações), como as Ramblas em Barcelona em 1860, Anvers em 1859, Copenhague, Colônia e mais de vinte cidades históricas, que renunciaram à proteção de suas muralhas para se transformar em cidades abertas. O exemplo de Paris, que se fortifica a partir de 1840, resguardada dentro de uma linha contínua coberta de obras, avança, inscreve-se na contra-corrente da evolução geral das cidades européias; é verdade que os muros previstos são desenhados a boa distância das construções, prevendo-se uma larga faixa entre as fortificações e o limite dos bairros habitados.*⁹⁰

Oswaldo Porto Rocha⁹¹ distingue duas etapas, na formação destas grandes cidades. Na primeira, que diz ser tipicamente britânica, identifica “a ausência de um planejamento por parte do Estado”, enquanto que na segunda destaca a “planificação urbana elaborada pelo Estado”. No primeiro grupo, insere as cidades de Londres, Manchester e Liverpool, compreendendo-as como “um processo harmônico, onde o capital e a burguesia desenvolvem-se juntamente com o espaço urbano, permitindo que se operem transformações sem auxílio do Estado, visto que é a própria burguesia que está frente ao processo”. Rocha aponta a reforma de Paris como o melhor exemplo da segunda etapa; segundo ele, naquele momento, Napoleão III e Haussmann “transfiguraram” a cidade, retirando “definitivamente sua aparência medieval”, levando-o a descrever o processo com as seguintes características:

As ruas estreitas cedem lugar a largas avenidas arborizadas, os bulevares. Muralhas limítrofes são derrubadas e agora cabe à estrada de ferro demarcar os limites da nova cidade. O espaço urbano parisiense se organiza em função das novas camadas

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A Era das Demolições*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento. Geral de Documentação e Informação. Cultural, 1986, p. 23.

*sociais, surgindo bairros proletários bem distantes dos bairros burgueses e da city, a área designada para fianças e comércio.*⁹²

Sônia Gomes Pereira⁹³ reafirma a existência de duas maneiras distintas de intervenção na malha urbana das cidades, localizando a definição desse formato entre os séculos XVII e XIX. Da mesma forma que Rocha, Pereira distingue que a harmonia da intervenção inglesa foi mais lenta, gradual e orgânica que a ação francesa. Esta conclusão leva a autora a interpretar a primeira como “mais drástica e radical”, notando, ainda, que, além das implicações políticas da época, houve forte influência da concepção estética que predominava na Inglaterra, explicando que, naquele país, “o Romantismo, em suas várias expressões”, teve uma força notável.

Maria Pace Chiavari⁹⁴ destaca o atraso na implantação do processo de industrialização na França, ressaltando que, nesse país, tal fato aconteceu sob um ritmo acelerado e tumultuado, devido às circunstâncias históricas e culturais como a *Revolução de 1848* e a *Restauração*. Chiavari compreende que o contexto propiciou alianças entre grupos de interesses econômicos historicamente antagônicos, tais como a nova burguesia ascendente e a decadente aristocracia, que se uniram para enfrentar as forças jovens e combativas do operariado.

Chiavari⁹⁵ explica o aspecto visual de Londres a partir de uma coerência com as tendências políticas do país. A autora aponta a contínua dialética entre conservadores e progressistas, entre poder político e econômico, entre público e particular, no ideal comum da estabilidade e do progresso. Justifica que, naquele momento, a aplicação de uma imagem barroca, a partir de um plano prefixado “com absoluta regularidade”, era inaceitável no nível das decisões urbanas, pois, segundo a autora, essa característica “nos outros estados europeus atendia à demanda de um poder absoluto”.

⁹² Ibid, p25.

⁹³ PEREIRA, Sônia Gomes. *A Reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ-EBA, 1998. p. 38.

⁹⁴ CHIAVARI, *op. cit.*, p. 573.

⁹⁵ Ibid., p. 576.

Chiavari⁹⁶ observa que, na França, as novas relações entre os poderes – “o Estado, os particulares e o dinheiro público” –, ainda que com o predomínio do poder executivo, constituía o princípio do Estado Moderno, onde “o poder político e o poder econômico não coincidem mais imediatamente” e o lado renovador do plano de Haussmann é a sua metodologia, à luz dessa mudança essencial.

*O projeto de Haussmann foi o resultado de uma série de hipóteses que se aplicaram com a seqüência e regularidade de uma operação científica, sobre um organismo urbano observado como um corpus unitário. Em 1867, ano da Exposição Universal, Paris é uma cidade ‘nova’, a mais ‘moderna’ do século XIX, para ser mostrada e ficar como exemplo.*⁹⁷

Chiavari⁹⁸ observa que, “do ponto de vista político e social, a imagem ‘moderna’ de Paris é mais conservadora do que a da ‘tradicional’ Londres”. Esta afirmação é complementada por Sônia Pereira⁹⁹, ao informar que as soluções urbanas autoritárias são explicitadas através de “desenhos geometrizados, com grande ênfase nos efeitos cenográficos dos eixos perspectivados e das praças estrelares”, que a autora insere na tradição francesa desde a consolidação da monarquia absolutista, com Luís XIV.

Todavia, as motivações que levaram Napoleão III a reformar Paris, atualizando-a aos novos tempos, parecem ter sido originadas em Londres, onde o imperador esteve exilado por algum tempo. Segundo Jeffrey Needell¹⁰⁰, naquele momento, difundia-se um espírito reformista que imperava sobretudo na Inglaterra, onde o governo promovia reformas urbanas de saneamento, sob a orientação de Edwin Chadwick. O imperador teria se impressionado com o aristocrático *Hyde Park* e com “o lazer popular na cidade pontilhada de praças arborizadas. Esses elementos, somados ao apelo político do aumento de empregos no setor público, levaram-no, assim que se tornou imperador, a dar início às reformas de Paris”.

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid., p. 576.

⁹⁹ PEREIRA, *op. cit.*, p.p. 62; 63.

¹⁰⁰ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 50, 51.

Needell alerta para o fato de que o êxito dessa empreitada dependia de “um administrador agressivo” que, segundo ele, foi encontrado na figura de Haussmann, proporcionando o triunfo da obra. Para o autor, foi a partir de três programas integrados de demolição e construção, realizados entre 1853 e 1870, que se construiu a Paris moderna.

Para Leonardo Benevolo¹⁰¹, os trabalhos realizados por Haussmann podem ser sintetizados em cinco categorias. Na primeira, inclui as “obras viárias, com urbanização dos terrenos periféricos, através do traçado de novas artérias nos velhos bairros, com a reconstrução de edifícios ao longo dos novos alinhamentos”. O centro medieval parisiense foi recortado em todos os sentidos, destruindo-se muitos dos antigos bairros, sobretudo os mais perigosos. Os monumentos mais importantes foram preservados e foram adotados “como pontos de fuga para as novas perspectivas viárias”. Benevolo explica que:

Na prática, Haussmann sobrepõe ao corpo da antiga cidade uma nova malha de ruas largas e retilíneas, formando um sistema coerente de comunicação entre os principais centros da vida urbana e as estações ferroviárias, garantindo eficiência ao trânsito, por meio de cruzamento e anéis; ele evita destruir os monumentos mais importantes, mas faz com que fiquem isolados e adota-os como ponto de fuga para as novas perspectivas viárias.¹⁰²

Nessa primeira categoria, Benevolo¹⁰³ destaca ainda uma tendência à “regularidade, simetria, *culte de l'axe* (culto do eixo)”, o que o leva a sugerir que esses critérios adotados por Haussmann “parecem ser um prosseguimento, em escala maior, do ordenamento barroco”. A segunda categoria se refere às edificações realizadas diretamente pela Administração e outras entidades públicas: escolas, hospitais, prisões, escritórios administrativos, bibliotecas, colégios, mercados. Além da construção dos edifícios militares e das pontes, o Estado se encarregou do problema de moradia para as classes pobres, penetrando na prática política e administrativa. A terceira categoria refere-se à

¹⁰¹ BENEVOLO, *op. cit.*, 1976, p.98.

¹⁰² *Ibid.*

¹⁰³ *Ibid.*

criação de parques públicos, que logo se tornaram “sede da vida mais elegante de Paris”.

A quarta categoria indicada por Benevolo diz respeito à renovação das instalações da velha Paris, incluindo-se o projeto de novos aquedutos e a elevação das águas do Sena, a construção de uma nova rede de esgotos, a ampliação do sistema de iluminação, a ampliação do serviço de transporte e a construção de um novo cemitério. A quinta categoria refere-se à ampliação da sede administrativa da capital e sua descentralização, anexando-se mais doze *arrondissements* e levando os limites da cidade a coincidir com as fortificações. Isso fez um total de vinte *arrondissements*, atribuindo-se parte das funções administrativas às suas prefeituras.

Lewis Mumford¹⁰⁴ compreende que a reforma de Paris foi uma estratégia de Estado, afirmando ser necessária *a construção de um cenário urbano apropriado*, para “governar apenas pela coerção, sem consentimento afeiçoado”. O projeto justificava-se perante um ambiente de ruas irregulares, mal pavimentadas e com grande quantidade de pedras soltas, assim como a existência de lugares para esconder as formações populares, não treinadas, mas que levavam vantagens sobre uma soldadesca adestrada, que em conflitos era facilmente atingida por todos os ângulos. O autor alega que, por essas razões, Napoleão III sancionou “a destruição das ruas estreitas e dos *cul-de-sacs* e o arrasamento de bairros inteiros, para criar amplos *bulevares*: essa era a melhor proteção possível contra ataques partidos de dentro”.

Na análise de Marshal Berman¹⁰⁵, Napoleão III e Haussmann “conceberam as novas vias e artérias como um sistema circulatório urbano”. Os *boulevards* desempenharam um importante papel nesse projeto, pois era através deles que fluía o tráfego pelo centro da cidade, permitindo o deslocamento em linha reta, de um extremo a outro – “um empreendimento quixotesco e virtualmente inimaginável até então”. Berman indica que a destruição das habitações miseráveis abriu “‘espaços livres’ em meio a camadas de escuridão e apertado

¹⁰⁴ MUMFORD, *op. cit.*, p. 401.

¹⁰⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a Aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 146.

congestionamento”, estimulando a expansão de negócios e ajudando a “custear imensas demolições municipais, indenizações e novas construções”. A oferta de empregos pacificava as massas, chegando a “um quarto da mão-de-obra disponível na cidade”. Criavam “longos e largos corredores através dos quais as tropas de artilharia poderiam mover-se eficazmente contra futuras barricadas e insurreição populares”. Todavia, Berman afirma que os *boulevards*:

*(...) representam apenas uma parte do amplo sistema de planejamento urbano, que incluía mercados centrais, pontes, esgotos, fornecimento de água, a Ópera e outros monumentos culturais, uma grande rede de parques.*¹⁰⁶

Sobre os *boulevards*, o autor afirma ainda:

*Os bulevares de Haussmann [...] são instrumentos de uma burguesia dinâmica e de um estado ativo, decididos a modernizar rapidamente, a desenvolver forças produtivas e relações sociais, a acelerar o escoamento de mercadorias, dinheiro e seres humanos pela sociedade francesa e pelo mundo todo.*¹⁰⁷

Apoiando-se em indicações de Engels, Oswaldo Rocha¹⁰⁸ afirma que o traçado urbano seria mais um controle sócio-econômico, refletindo os interesses e necessidades da burguesia ou, de maneira mais ampla, atendia aos interesses do capital. “A disposição dos bairros, a localização de fábricas, lojas e bancos, áreas de lazer, estradas de ferro estariam em função desses interesses e necessidades”. Rocha compreende que outra questão de seu estudo sobre reformas urbanas foi “a associação entre a formação de grandes cidades e o desenvolvimento do capitalismo”, afirmando que: “podemos dizer, sem sombra de dúvida, que as grandes metrópoles são componentes ativos do processo de desenvolvimento do capitalismo. O século XIX é rico em exemplos, tanto na Europa como nos Estados Unidos”. Esta última afirmação remete diretamente à afirmação de Mumford ao discutir a definição do espaço barroco como uma expressão do capitalismo.

¹⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁷ Ibid, p. 218.

¹⁰⁸ ROCHA, *op. cit.*, p. 23

Nesse mesmo sentido crítico, Renato Ortiz¹⁰⁹ afirma que os trabalhos de demolição urbana de Paris eram caros e envolviam múltiplos interesses, exigindo “uma ação entre o Estado e o capital privado” e, muitas vezes, favorecendo a especulação. Ortiz classifica como radical a transformação de Paris, “entre 1853 e 1870”, com as grandes reformas que procuravam “remover a população do antigo centro, empurrando as classes populares para os bairros periféricos, onde se instalavam as empresas fabris”. Ortiz observa que “tudo se passa como se as mudanças estruturais da sociedade se refletissem no espaço urbano”, devendo, a partir de então, se “distanciar das cidades vetustas do Antigo Regime, com suas ruas estreitas e tortuosas”. Impunha-se “um novo modelo de modernidade urbanística [...] privilegiando as grandes vias, a circulação dos transportes e dos homens”. Nota o autor que, na França, essa reformulação não se restringia a Paris, mas estendia-se a localidades variadas, como Lyon, Marselha, Bourdeaux.

Antes de se encerrar a primeira metade do século XIX, as condições de vida nas grandes cidades eram insustentáveis, sobretudo para os pobres. A poluição do ar, das águas, a poluição sonora, as péssimas condições de trabalho, a falta de conforto nas habitações e a falta de lazer faziam da vida na cidade um verdadeiro sofrimento, especialmente para aqueles que não tinham alternativa de sobrevivência.

Contudo, observa-se que o crescimento desordenado da sociedade promovia confrontos inevitáveis entre as classes populares e a burguesia, sobretudo a partir da obtenção de direitos trabalhistas, que ameaçavam os interesses da burguesia e do Estado. A intensificação desses confrontos de interesses promoveu a organização de grupos políticos e determinou estratégias adotadas pelas políticas públicas.

A precariedade em que se encontravam grandes centros urbanos exigia a aplicação de urgentes medidas profiláticas, justificando, assim, grande parte das intervenções processadas. Mas a velocidade com que se introduziam inovações, aparentemente salvadoras, não oferecia tempo suficiente para que a sociedade pudesse refletir e argumentar sobre as propostas. Considere-se ainda que o

¹⁰⁹ ORTIZ, *op. cit.*, p. 21, 202.

caráter persuasivo das justificativas permitia que as medidas fossem impostas sem qualquer resistência, como contribuições incontestáveis. Ainda que esporadicamente ocorressem manifestações contrárias às intervenções urbanas, deve-se ressaltar que elas reverberavam muito pouco, pois eram facilmente desqualificadas como expressão de segmentos conservadores e retrógrados da sociedade, sendo facilmente neutralizadas pelas “vantagens” prometidas pelos discursos do “progresso”.

Em geral, a estrutura dos discursos se apoiava em pressupostos considerados científicos e louvava a civilização e o progresso, além de destacar as referências artísticas. Tais características sugerem outros interesses, que podem ser sintetizados como Comodidade, Segurança e Embelezamento.

A força persuasiva das propostas reformadoras, sobretudo nas obras públicas, se apresenta como uma orientação da nova cidade, funcionando como um anteprojeto das imagens idealizadas. As noções de modernidade e progresso se impunham como orientação preponderante nas negociações, justificando as mais variadas intervenções e ampliando a noção de espaço público. Com frequência, as ações da administração pública se encontravam respaldadas pela ação dos representantes da sociedade, que, apoiados pela legislação, atribuíam ao Estado maior autoridade para a ordenação do espaço urbano.

A sociedade capitalista burguesa se definia em âmbito internacional, regida por uma série de interesses. Grupos comprometidos com a indústria e com o comércio interferiam marcadamente nas decisões administrativas e no direcionamento das políticas públicas. A proposta de estabelecer uma civilização do progresso concorria para a introdução de novas tecnologias e para a adoção de novos equipamentos e serviços, cuja instalação por si só já provocavam grandes modificações no espaço urbano.

Independentemente das diferenças de contexto cultural, os processos de transformações urbanas adotados a partir da segunda metade do século XIX foram mais ou menos semelhantes. O mesmo autoritarismo manifesto nas intervenções realizadas nas reformas de São Petersburgo, Paris, Viena, Barcelona se reproduziram na maior parte das cidades americanas que

dispunham de garantias que assegurassem o retorno dos investimentos. Entretanto, esses aspectos encontravam-se disfarçados sob a forma de um discurso social, principalmente quando se promoviam desapropriações de áreas urbanas. Além disso, as concorrências para a instalação dos serviços públicos expressavam um jogo de interesses comerciais que envolviam muitos segmentos da sociedade, inclusive a participação de políticos e administradores públicos, cujas ações eram regidas pelas possibilidades de maiores ganhos financeiros.

Em geral, as intervenções urbanas estavam orientadas no sentido de organizar os espaços de maneira que o seu uso permitisse maior controle por parte do Estado. Os territórios eram delimitados e hierarquizados através de tratamentos diferenciados, equipados com a instalação de serviços públicos e com alternativas de lazer. Além disso, garantias de segurança tendiam a favorecer as elites sociais.

Mesmo que a nova organização política da sociedade, de alguma forma tenha ampliado a participação do número de artífices e atribuído legitimidade à ação de seus representantes, nota-se que os participantes desse processo eram regidos por uma orientação homogênea, cujos interesses comerciais se expandiam por quase todo o mundo ocidental. Como em qualquer outra sociedade, no século XIX a configuração da cidade expressava os interesses de seu tempo.

Sendo a cidade um produto das negociações, nem sempre justas, das relações sociais e temporalidades, é natural que sua imagem externa reproduza a desigualdade das trocas ocorridas em seu interior. Sua configuração material externa as manifestações mais contundentes, não deixando escapar contrastes existentes entre os diferentes grupos sociais, entre o velho e o novo, entre o belo e o feio. Inevitavelmente, o seu desenho configura os diferentes elementos e traços que participam de sua confecção.

O uso dos espaços urbanos deixa marcado os trajetos e diferentes tendências que se articulam e se confrontam em seu interior. Sua forma e desenho se apresentam como *índex* da passagem dos diferentes tempos e autores – marcas dos múltiplos desejos individuais, das necessidades imediatas

da sociedade, das normas da cultura, das tradições históricas e das utopias para o futuro, as fantasias do cotidiano, a memória e as representações. Compreende-se, portanto, que a imagem configurada é sempre um arranjo transitório, marca de um tempo e expressão dos desejos e necessidades de seus usuários.

Assim como as águas que correm no rio de Heráclito, as cidades, enquanto vivas, jamais podem ser re-visitadas em seus diferentes momentos. Superpostas ou suprimidas, serão sempre múltiplas as suas imagens, reajustadas em função de novas necessidades, em um processo contínuo que conta com a participação de múltiplos fatores e interesses da sociedade.

Programas de construção inseriam novos traços na paisagem e exigiam mudanças nos hábitos da população. Em alguns casos, a malha urbana foi radicalmente modificada, sendo refeita em virtude das necessidades de circulação e segurança. Assim ocorreu com a largura e o sentido das ruas, a relação dos imóveis com o terreno e o conjunto arquitetônico; com a altura das construções e outras especificações materiais, além das tentativas de organização dos espaços públicos por uma perspectiva estética.

O espaço urbano se definia como obra dos interesses capitalistas e da sociedade burguesa. Em geral, o embelezamento dos espaços urbanos e a instalação de serviços públicos e saneamento, ainda que possam ter melhorado consideravelmente a vida nas grandes cidades, são resultantes de práticas autoritárias que privilegiavam a segurança das elites e o controle da população.

Contudo, observa-se que espaços previamente ordenados sob o controle do Estado, muitas vezes, através do uso, passam a ser apropriados pela população e vão ganhando outras significações, nem sempre previstas pelo projeto original. Um exemplo simbólico dessas manifestações foi observado por Marshal Berman, ao citar que, anos após a reforma de Paris, seus largos *boulevards* foram facilmente ocupados pelos manifestantes da Comuna.

2 BELEZA DA CIDADE

As observações sobre a nova formatação de cidade que emerge a partir da segunda metade do século XIX são praticamente unânimes quanto ao papel desempenhado pela industrialização na sociedade, destacando as reformas de Londres e de Paris como modelos que orientaram as reformas posteriores em outros países.

A configuração dos novos espaços evidencia, não somente, soluções políticas que denotam a mesma orientação de interesses políticos e econômicos, mas reproduzem aspectos formais, sobretudo aqueles que evidenciam o caráter estético das obras. Busca-se, portanto, identificar o papel desempenhado pelos recursos estéticos neste novo modelo de cidade.

Indícios arqueológicos evidenciam a valorização do senso estético nas mais remotas manifestações humanas. A harmonia das formas, a aplicação de materiais raros, a originalidade do tratamento técnico e estético são expressões da intencionalidade de distinguir certos artefatos. O aprimoramento de tais manifestações ocupa um papel tão relevante quanto é busca da eficácia no uso de seus instrumentos.

Pierre Francastel alerta que é “absolutamente impossível atribuir à arte um papel apenas acessório na vida dos homens”. O autor destaca a existência de “um pensamento plástico”, explicado como “um dos modos pelos quais o homem informa o universo”, assim como existe o pensamento matemático ou político. Esse pensamento plástico, segundo ele, deve ser apreendido como “uma tomada imediata em atos particulares e específicos”, atribuindo ao trabalho humano um caráter especial que é identificado como um princípio estético. Francastel

identifica a manifestação deste conhecimento estética nas atividades humanas mais úteis e elementares da sociedade, e argumenta que, mesmo na tarefa de dispor pedaços de madeira, testemunha-se a inventividade¹¹⁰.

Categórico, Francastel afirma:

Toda vez que trabalho a mão, a arte está presente de um modo ou de outro; o calceteiro que desbasta o ângulo da pedra como é preciso, ou o artesão que reproduz um objeto grosseiro, inventa um objeto grosseiro, inventa o gesto que dirige sua mão e lhe permite o modelo.¹¹¹

Complementando a concepção de Francastel, a presente pesquisa recorre à noção de configuração proposta por Herbert Read¹¹². Primeiramente, o autor afirma que a “forma de uma obra de arte é a configuração que tomou. Não importa se é um edifício, uma estátua, um quadro, um poema ou uma sonata”, eles ganham uma configuração “especializada”. Em seguida o autor explica que:

(...) na verdade a configuração é-lhe dada por uma pessoa em particular, e a essa pessoa chamamos artista; e não esqueçamos que um artista é não só um homem que pinta quadros, mas igualmente um homem que faz música, poesia, ou móveis — até mesmo sapatos e vestidos. Há todos os tipos e graus de artistas, mas todos são pessoas que dão forma a algo.¹¹³

Assim como é a confecção de um vaso a construção de uma cidade não é uma atividade utilitária, nem é regida apenas pelo senso estético. Apesar das restrições dos materiais e das determinações da função, a obra não é dirigida somente pela necessidade nem somente pela razão. Mesmo que o artífice pretenda priorizar o aspecto funcional da obra, não tem como se abster de uma sensibilidade técnica mais apurada para dosar a noção de equilíbrio, de proporção e outras qualidades. Todos esses elementos são capazes de contribuir para a eficácia do artefato, ainda que a harmonia deles possa promover uma valorização plástica da obra.

Da mesma forma como ocorre a confecção de um artefato, a construção da cidade supera a busca das demandas funcionais e dos aspectos técnicos. Muito

¹¹⁰ FRANCASTEL, Pierre. *A realidade Figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p.p.3-4.

¹¹¹ Ibid, p.p 3; 26.

¹¹² READ, Herbert. *A educação através da Arte*. Lisboa: Edições 70, 1982. P. 29.

¹¹³ Ibid.

além dos interesses sociais que possam promover o reconhecimento e o sucesso, o escultor é impulsionado e conduzido por um desejo, uma necessidade de fazer emergir a beleza da obra. As razões desse ato podem ser explicadas como uma capacidade intrínseca do ser humano de superar seus limites primitivos. Em geral, as manifestações estéticas vinculam-se às virtudes da sociedade, como demonstração de um estágio mais elevado de civilização.

A eficácia das técnicas e a materialidade da cidade sempre representaram um avanço sobre a natureza inóspita, denotando o grau de civilização do grupo e, muitas vezes, permitindo maior liberdade de criação de novas manifestações. Até o século XIX, muitas cidades européias mantinham-se guardadas por trás de muralhas, verdadeiras barreiras materiais, erguidas para delimitar fronteiras, e protegê-las dos perigos externos. Na prática, a materialidade dessas construções ressalta uma relação de confronto com praticamente tudo que se encontrava fora domínios da cidade.

Tão essencial quanto se abrigar em um espaço protegido e seguro, o homem sempre manifestou seus desejos pelas manifestações de beleza e de originalidade. Assim, a cidade, como uma obra humana, revela um processo que concilia necessidades e desejos, sendo sua configuração um arranjo das idealizações e das condições e da capacidade técnica para construir.

Compreende-se que a concepção da cidade, definida na segunda metade do século XIX, apesar de se constituir um produto de aparência premeditada, modelado pelo artificialismo das tendências políticas e econômicas, preserva o aspecto estético, ainda que se apresente como uma alegoria às tradições e à cultura aristocrática. Os novos interesses da sociedade estabelecida priorizam a monumentalidade das obras e a profusão de ornamentos para atrair trabalhadores e investidores. A constatação dessas práticas no processo de transformação urbana, ocorrido no final do século XIX em Manaus, nos levou a interpretá-lo como a **confecção de uma vitrine**: uma ação direcionada para ser mostrada e exibida.

Contudo, faz-se necessário investigar como a beleza dos espaços e dos ornamentos se torna elemento essencial na configuração das cidades de um

modo geral e em Manaus de modo específico. O culto da beleza promove a aproximação com a noção de civilização e de cultura erudita. Valeria perguntar quanto se preservou da tradição e qual o sentido que as formas tradicionais passaram a ter para as gerações burguesas que assumiram o controle das sociedades da época.

Com as motivações que tendiam a valorizar a beleza da cidade, emergia outro problema de relativa importância que é, na pesquisa, identificar o artífice ou artista que lhe imprime a configuração. Quem são os artistas que modelaram a cidade desse período? Eles podem ser identificados na figura do arquiteto que projeta a cidade do príncipe, cujos traços revelam o artificialismo e a autoridade do gesto. Também podemos incluir outros modeladores da cidade, se valorizarmos a capacidade de apropriação natural desenvolvida pelos seus usuários, dando novos sentidos e significados aos espaços urbanos.

Com as reformas urbanas do século XIX, o problema se mantém em evidência: a sociedade organizada reivindica a implantação de políticas públicas que garantam seus privilégios e segurança. As limitações da organização política e cultural tende a preservar representantes comprometidos com as elites, atribuindo a seus representantes um poder principesco que se confronta com os interesses das classes populares, cuja participação e usufruto das vantagens da cidade é mínima. Resta, portanto, a questão a quem se destina a cidade como obra de arte?

Para Francastel:

*os artistas nada mais fazem pois que materializar os valores do meio em que vivem; exprimem-nos com maior ou menor felicidade; não desempenham qualquer papel na elaboração dos imperativos econômicos, institucionais ou sociais*¹¹⁴.

A afirmação de Francastel nos parece um tanto reducionista para atender nosso intuito de classificar como artífices, personagens politicamente atuantes que promoveram projetos emblemáticos, como Haussmann em Paris, Eduardo Ribeiro em Manaus ou Pereira Passos no Rio de Janeiro. Mesmo que esses

¹¹⁴ Francastel, op.cit, p. 2.

atores estivessem comprometidos com determinados interesses políticos, eram os representantes legítimos da sociedade que regia o Estado e, incontestavelmente, suas ações foram determinantes para a configuração da cidade.

2.1 IMAGEM DA VIRTUDE

A cidade autônoma, dotada de um significado ideal próprio, segundo Argan¹¹⁵, é uma concepção fundamentalmente cristã e indica suas raízes no pensamento agostiniano da “*civitas dei*, em relação à qual a *civitas hominum* é como a cópia em relação ao arquétipo”. Argan ressalta a diferença em relação às cidades do Império Romano, lembrando que elas “podiam e deviam ornamentar-se com esplêndidos monumentos, mas o valor ideal de que eram a expressão era sempre o Estado romano”. Enquanto que a cidade cristã concretiza-se na figura da cidade comunal, nascida das “idéias de uma comunidade unida pela fé e pelos mesmos interesses vitais”, na qual todos os componentes e atos cooperam para o objetivo último, que é a “salvação”. Agrupada em torno da catedral e abrigada por seus muros, que protegem “tanto espiritualmente quanto materialmente”, indicando que a cultura é constituída pela diversidade das técnicas artísticas.

Até o final do século XIV, não somente a representação da cidade, mas todas as manifestações artísticas, de alguma forma, estavam restritas à custódia da Igreja, praticamente a única instituição que investia na formação e na contratação de artistas. A produção era regida por um discurso hegemônico, comprometendo a expressividade da obra, limitando-a formal e tecnicamente. Nota-se, entretanto, que a ascensão efetiva da burguesia, com suas aspirações mundanas, propunha novas representações que escapavam dos reduzidos limites do sagrado. A sofisticação do gosto estético diversificou a demanda para um mercado de obras de arte em diferentes cidades.

Observa-se que as imagens pictóricas, assim como as narrativas da cidade, atuaram como verdadeiros discursos, animando conversas e estimulando o imaginário de sua época, fazendo vibrar seus contemporâneos. Essas imagens

¹¹⁵ Argan, op. cit., p. 108.

integravam o conjunto de descobertas e avanços técnico-intelectuais que caracterizaram o período: a retomada do retrato como gênero artístico, as descobertas da técnica do desenho em perspectiva; da técnica do óleo sobre tela; da imprensa; e da técnica de gravura. Ao mesmo tempo em que as obras de arte se tornavam mais valiosas, em virtude de um mercado, ganhavam popularidade e sensibilizavam um público cada vez maior e mais especializado. Dentro deste contexto, as novas técnicas de representação da realidade atribuíam um papel significativo à imagem e sugeriam os primeiros modelos estéticos de uma cidade idealizada pelo artista.

O desejo de avançar é orientado a partir do conflito entre as variadas tendências que se impregnam por toda a obra humana. Assim, a cultura da cidade dos homens com seus espaços embelezados e refinados assume o lugar da virtude e da civilização, em oposição ao pecado e à barbárie dos espaços extra-muros. Os homens desenham e ordenam o espaço, normatizando seu uso e a relação entre seus usuários. Estabelecem uma estrutura de hierarquias e convenções, vetando e excluindo manifestações divergentes. A natureza do campo e das florestas, assim como os seus habitantes, não integra esse universo de “civilização”, pois ignora as normas que o regem, sendo, portanto, excluída como bárbara ou selvagem.

Mas o que seria civilizado? Para compreender o sentido do termo, Nobert Elias¹¹⁶ identifica a primeira evidência literária da evolução do verbo *civilizer* para o conceito de *civilization*, na obra de Mirabeau, datada de 1760, cuja transcrição¹¹⁷ evidencia a vinculação direta deste conceito com o de virtude. Para Elias, tanto Mirabeau quanto Kant vinculam “o conceito de civilização às características específicas da aristocracia de corte”. O autor explica que essa vinculação ocorre, porque “o *homme civilisé* nada mais era do que uma versão um tanto ampliada daquele tipo humano que representava o verdadeiro ideal da sociedade de corte,

¹¹⁶ ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Joorge Zahar Editor, 1994.

¹¹⁷ “Maravilho-me de ver, como nossas opiniões cultas, falsas em todos os sentidos, se enganam no que consideramos ser civilização. Se perguntar o que é civilização, a maioria das pessoas responderia: suavização de maneiras, urbanidade, polidez, e a difusão do conhecimento de tal modo que inclua o decoro no lugar de leis detalhadas: e tudo isso me parece ser apenas a máscara da virtude, e não sua face, e civilização nada faz pela sociedade se não lhe dar por igual a forma e a substância da virtude.”

o *honnête homme*". Quanto ao termo *civilisé*, o autor observa que não raro era utilizado como sinônimo de *cultivé, poli, ou policé*, significando um comportamento refinado que, por comparação, se contrapunha às maneiras dos indivíduos mais simples e socialmente inferiores.

O uso dos manuais, nas cortes européias, definia as convenções de comportamento social e implicava a adoção de um código. A aceitação dos membros na corte, assim como a sua circulação nos "espaços civilizados", dependia do domínio deste código de etiquetas. Através de sua decodificação, detectavam e incluíam os "civilizados" e excluíam os "incultos". Elias interpreta esse controle através de normas como um artifício, para consolidar o modelo de civilização que estava sendo implantado.

Sendo a cidade o receptáculo de múltiplas tendências, seus espaços repercutem e configuram os desejos dos homens, suas lutas psicológicas, sociais e religiosas, gerando um amplo território de tensão. Esses espaços de relações tensas favorecem a sobreposição de algumas tendências sobre outras e, assim, definem as características dos espaços da cidade. Esse arranjo temporário configura a forma da cidade e os interesses que se confrontam em seu interior. Entretanto, é esse conteúdo, ou, se preferirmos, a alma da cidade, que define e orienta seu aspecto paisagístico, dirigindo o uso de seus espaços que, remete a um alerta feito por Henri Lefebvre¹¹⁸ ao ressaltar:

*Se se considera a cidade como obra de certos 'agentes' históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e se 'produto'. Sem com isso separá-los. Não há obras em um sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e condutas, sem mensagem e sem códigos. Tampouco não há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático sensível, sem um lugar, sem uma 'natureza', um campo e um meio. As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a este mundo sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência.*¹¹⁹

A cidade, como obra, materializa os sonhos, os desejos e a imaginação de seus usuários, expressando-se no sentido da virtude humana, orientando-se

¹¹⁸ LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991, p. 48.

¹¹⁹ Ibid.

pelas aspirações de progresso e de modernidade da civilização. Numa concepção platônica¹²⁰, a virtude segue em direção à idéia do bem, aquilo que o filósofo afirmou se adquirir com dificuldade, no mundo inteligível. Para Platão, “ela é a causa de tudo o que de reto e belo existe em todas as coisas; no mundo visível”.

Tal como a discussão em torno do processo de criação de uma obra de arte, poder-se-ia perguntar por que o homem é levado a buscar e construir uma cidade, de forma organizada e bela. A história das cidades sugere que seus caminhos e formas seguem as necessidades impostas pelas relações humanas e nível tecnológico, mas, além da necessidade de defesa ou proteção, persiste um profundo desejo de distinguir-se e sobrepor-se às manifestações da natureza e dos outros grupos. Pelas suas implicações culturais e seu caráter dinâmico, a cidade é, em sua gênese, um produto artificial e, como uma obra de arte, que é, muitas vezes, assume tendências idealistas.

A primeira definição de cidade proposta por Henri Lefebvre¹²¹ é “a projeção da sociedade sobre um local”. Esse princípio indica a ocupação territorial por um grupo e pode sugerir múltiplas imagens, sobretudo, quando o autor propõe a segunda definição da cidade como “o conjunto das diferenças entre as cidades”. Entretanto, reconhece que estas definições são insuficientes, evidenciando as particularidades em vez das generalidades. Para o autor, elas negligenciam a pluralidade e a simultaneidade, todavia, acredita que essas definições não excluam outras, prevendo, ainda, que a cidade possa ser vista por algum teórico como o local do confronto entre o desejo e a necessidade, sendo descrita como **“lugar do desejo”** (grifo nosso). Reconhece, por fim, que tenha mais que um sentido, sob a perspectiva da psicologia, devendo-se, no entanto, ressaltar o papel histórico da cidade.

Jacques Le Goff¹²² aponta o período, compreendido entre os meados do século XII a cerca de 1340, como o apogeu da cristandade latina e indica que, primeiramente, ele se manifestou na França, onde o movimento de urbanização estava no auge. Para ele, as cidades surgem como “uma das principais

¹²⁰ PLATÃO. *A República*. São Paulo: Best Seller. 2002, p. 260.

¹²¹ LEFEBVRE, op. cit., p.p. 56; 57.

¹²² LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.p. 1, 145.

manifestações e um dos motores essenciais dessa culminação medieval', e nota que, embora estivessem situadas no feudalismo, não são as hierarquias da sociedade feudal que melhor podem caracterizá-la. Indica o surgimento de um novo tipo de estratificação social, "ligado à economia, à propriedade urbana, ao dinheiro, à influência na cidade".

Le Goff¹²³ observa que as ordens tradicionais, como a nobreza, a Igreja e a burguesia, estão presentes, e geram uma nova sociedade, marcada pelo "cunho urbano" que, segundo ele, "manifesta-se num relativo equilíbrio entre nobreza, que participa do movimento urbano, mais do que se tem afirmado, burguesia, que dá o tono, senão o tom, à sociedade; e classes trabalhadoras", distinguindo a mão-de-obra urbana e a rural que alimenta a cidade.

As múltiplas tensões sociais, psicológicas, religiosas e políticas da sociedade e seus paradoxos manifestam-se na configuração da cidade, impregnando-se nos seus diferentes espaços. Essas manifestações são evidenciadas através do contraste existente entre diferentes espaços e reforçam a relação de alteridade, que contrapõe integrantes de um mesmo universo. Assim, ressaltavam-se e valorizavam-se as diferenças entre urbano e natural, entre tradição e modernidade, entre riqueza e pobreza, entre o erudito e o popular, entre o utilitário e o estético.

Ao localizar o surgimento da cidade como "lugar de cultura", na tradição clássica europeia, nomeadamente da cultura escrita, Roncayolo¹²⁴ transcreve Agulhon, indicando que as noções de "civismo e civilização, urbanidade e urbano são parentes próximos e opõem-se à rusticidade", observando que essa "posição privilegiada" não se restringia às grandes cidades, mas, sobretudo, às cidades médias, nas quais, tanto na prática como nas intenções, se diferencia o contexto territorial rural, embora nele defina perfeitamente o seu lugar próprio. É exatamente esta característica, aliada à existência de uma classe ociosa, que confere aos pequenos aglomerados mediterrânicos o seu carácter urbano e, eventualmente, os distingue de aldeias mais populosas.

¹²³ Ibid., p. 145.

¹²⁴ RONCAYOLO, Marcel. *Cidade* in Enciclopédia ENAUDI, volume 8 - região. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1986., p. 422

Keith Thomas¹²⁵ destaca a cidade, na Renascença como “sinônimo de civilidade”, enquanto o campo de “rudeza e rusticidade”, e interpreta que, naquele momento, civilizar o homem significava retirá-lo das florestas e encerrá-lo numa cidade, pois esta era “o berço das boas maneiras, do gosto, da sofisticação”.

Compreende-se que a tradição que fez da cidade o lugar da cultura, definindo-a como o espaço da civilização e da história, estava comprometida com o desejo de fazer a obra virtuosa. A vitória da vontade do homem, de seu poder de imaginação e capacidade de criação. Busca-se o lugar da harmonia, da beleza e do prazer - a imagem do paraíso sonhado. A instabilidade das necessidades e dos desejos repercute sobre seus objetos, atualizando sua forma aos novos usos. Nesse sentido, a aparência material da cidade assume um aspecto quase etéreo, manipulado pelo imaginário e pela ação de seus usuários. A configuração da cidade transforma-se; exigindo novas atitudes de seus usuários, reformulando as normas de uso e de comportamento, em seu interior. Até o século XIX, muitas cidades européias ainda preservavam as muralhas, como delimitação de seus domínios, contendo, em seu interior, outras barreiras resistentes que também segregavam grupos e pessoas.

Lefebvre observa que, mesmo preservando um caráter orgânico de sua origem de aldeia, mantinha-se uma tendência a estabelecer sistemas fechados e acabados. Pois, segundo ele, a vida comunitária não impede as lutas de classes, demonstrando, também, a existência de “violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos”. Entretanto, o autor nota que esses aspectos não impedem “o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra”, observando, ainda, que, no contexto urbano, “as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer”. Lefebvre¹²⁶ explica que a “industrialização pressupõe a ruptura desse sistema urbano preexistente”; porque implica a “desestruturação das estruturas estabelecidas”. A constatação deste fato leva o autor a classificar a cidade atual como um centro de “formação e de informação”, caracterizando-a como o projeto de uma nova centralidade, “a do poder”.

¹²⁵ THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Uma variedade de trabalhos sobre a história da cidade destaca o tratamento artístico dos espaços urbanos, vinculando-os às idéias de sua época, apontando uma relação dialética entre forma e conteúdo. Giulio Carlo Argan¹²⁷ é um desses autores e, ao se reportar ao trabalho do americano Lewis Mumford, ressalta a valorização do caráter artístico da cidade. Mas esclarece que esta concepção de Mumford é bastante abrangente, não se restringindo a “um invólucro ou uma concentração de produtos artísticos”. Argan vincula essa manifestação diretamente aos modos de produção e explica que, mudado este sistema, “o que era um produto artístico hoje é um produto industrial”. Para ele, este conceito delineou-se mais claramente com a superação da estética idealista, que retirou da obra de arte o caráter autoral, deixando de expressar “uma única e bem definida personalidade artística”, para assumir a “soma de componentes não necessariamente concentrada numa pessoa ou numa época”.

A concepção de cidade, apresentada pelo norte americano Kelvin Lynch¹²⁸, complementa, em parte, a concepção de Argan e, como este, indica o aspecto coletivo da construção da cidade, livre do controle de uma só personalidade, sem, contudo, classificá-la como um produto industrial. Lynch ressalta o aspecto democrático do processo implícito na diversidade de construtores, mas deduz que o controle sobre a forma e o crescimento dessa obra ocorre de maneira parcial. Compreende que, “como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço”, embora alerte que se trata de “uma construção em grande escala” e explique que o seu “*design*” assume características de uma arte temporal, ainda que escape das seqüências de controle e limitação próprios das artes inseridas nessa categoria. Explica que, no caso da cidade, “as seqüências são invertidas, interrompidas, abandonadas e atravessadas” por pessoas e momentos diferentes, concluindo que “a cidade é vista sob todas as luzes e condições atmosféricas possíveis”.

¹²⁶ LEFEBVRE, op. cit., p.p. 6;7;9;12.

¹²⁷ ARGAN., op. cit., p. 73.

¹²⁸ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.p. 1; 2.

Argan¹²⁹ afirma que “a cidade real reflete as dificuldades do fazer a arte e as circunstâncias contraditórias do mundo em que se faz”, mas constata que “a idéia da história como seqüência imprevista de eventos, e de eventos não previstos nem ordenados” não contradiz o caráter artístico da cidade, pois, segundo ele, se confirma no fato de que “a cidade real jamais corresponde a formas idênticas às dos modelos ideais”. Embora reconheça a cidade como uma construção, Argan compreende que não é resultado de um processo que parta da própria forma, e explica que o ponto de partida de toda construção é a “construtibilidade”. Recomenda, portanto, considerar as relações técnicas antes das categorias estéticas, pois são aquelas que tornam a cidade uma coisa, não apenas concebível, mas projetada, segundo os procedimentos e as técnicas de projeto.

No entanto, a construção de cidades a partir de imagens idealizadas, sempre provocou impactos e evidenciado o choque entre as limitações da natureza e a capacidade técnica e criativa de autores. Quanto maior o contraste entre o espaço dito “selvagem” e o “civilizado” maior a ressonância da obra e, aparentemente este parecia ser um dos objetivos da implantação de uma cidade “moderna” em plena selva amazônica.

Aspectos artísticos da cidade como configuração de poder merece uma reflexão de Henri Lefebvre¹³⁰, quando ressaltar o papel da cidade capital - como um espaço que se destaca sobre as outras cidades, por seu tratamento embelezador e por centralizar o poder. O autor atribui o surgimento dessas cidades a um processo que se desenvolveu e se constituiu com certa semelhança, em diferentes países da Europa Ocidental, a partir de três termos: a Sociedade, o Estado e a Cidade.

Na América, adotou-se a mesma prática européia, concentrando os investimentos nas capitais e valorizando o aspecto visual das mesmas. No Brasil, essa política tornou-se mais evidente após a Proclamação da República, difundindo-se por todo território nacional

¹²⁹ Argan, op. cit., p.p 74; 75.

2.2 VITRINE DO PROGRESSO

No final do século XIX, a concepção de traçado urbano aplicado por Haussmann na reforma de Paris já estava definitivamente difundida por quase todo o mundo ocidental e adotada como modelo eficiente pela maioria das grandes cidades. O novo modelo urbanístico estava inserido no rol das grandes mudanças pelas quais passava a sociedade moderna e orientou as reformas que se processaram em algumas cidades brasileiras, principalmente no que diz respeito à abertura de grandes avenidas e a constante preocupação com o embelezamento das fachadas dos novos prédios. Ao se transplantar a forma da cidade, pretendia-se expressar o pensamento e as ações que regiam a nova sociedade.

O progresso da ciência e o avanço tecnológico construíam uma nova sociedade, em que a participação da máquina tornava o ritmo de vida mais rápido e o consumo equipava os espaços públicos atraindo as famílias mais abastadas, que outrora se mantinham praticamente reclusas, e cujas atividades sociais restringiam-se, basicamente, às missas dominicais. A ampliação das ruas, abertura de *boulevards*, praças e passeios, cafés, galerias e outras instâncias comerciais criavam um clima efervescente e alegre, que estimulava e animava a vida mundana. A noção de progresso estava impregnada em todos os setores da nova sociedade, e a próspera situação financeira configurava-se na classe burguesa, que se expandia, desfrutando e estimulando o desenvolvimento destes espaços.

Em geral, os trabalhos que tratam da Reforma urbana de Paris são unânimes, ao destacar o caráter autoritário da intervenção, assim como suas preferências para os efeitos cenográficos. Sem dúvida, o modelo urbanístico francês, com seu traçado racional e suas tendências barrocas, revestia a cidade com um estudado artificialismo. Como em uma disputa de pensamentos o Estado capitalista marcava sua presença, através das representações urbanísticas e arquitetônicas, evidenciando-se e destacando-se sobre as demais, tal como um arranjo cenográfico.

¹³⁰ Lefebvre, op. cit. p. 5.

Compreende-se que a definição e a difusão do modelo priorizou somente algumas imagens da cidade, preferencialmente os seus espaços devidamente equipados, com os serviços e os melhoramentos públicos, embelezada com seus jardins e vitrines variadas, coisa que só ocorreria após a crise de *fin-de siècle*¹³¹, na última década do século XIX, correspondendo ao espírito da *belle-époque*.

Entre as muitas explicações sobre essa era há concordância quanto ao aspecto próspero e animado das grandes cidades, o desenvolvimento de uma sociedade de consumo e do lazer, os cafés e a vida cultural. Eric Hobsbawm¹³² localiza-a, temporalmente, entre os anos de 1899 e 1914, não somente pela prosperidade e pela vida “atraente para os que tinham dinheiro e dourada para os ricos —, mas também porque os dirigentes da maioria dos países ocidentais, embora preocupados com o futuro, não estavam com medo do presente”. De maneira geral, suas sociedades e regimes pareciam administráveis. Para Eugen Weber¹³³ tornou-se moda, após a guerra, “chamar os anos que a precedam de *Belle Époque* e confundir esse período com o *fin de siècle*, como se os dois tivessem sido um só”. Contudo, explica que a *Belle Époque* “só foi assim chamada, quando se olhou em retrospectiva, através de cadáveres e ruínas, representa os dez e poucos anos antes de 1914”.

A valorização dos aspectos embelezadores que caracterizaram as cidades européias do final do século XIX remete diretamente à tradição barroca; tanto pelo tratamento estético empregado em suas obras, quanto pela marcante utilização política do espaço público. O Barroco se apresenta como herança fundamental, através de suas tendências ornamentais, ressaltando a aparência formal da cidade, por meio da imagem decorada com ornamentos artísticos e espaços para o lazer, como os teatros, com suas fachadas e interiores profusamente decorados, e as praças, embelezadas com monumentos, fontes e jardins, de forma que proporcionassem momentos agradáveis aos seus usuários.

¹³¹ Adota-se nesse trabalho a concepção de *fin-de-siècle* proposta por Weber (p. 9), quando explica que entre 1880 e 1890, os franceses se referiam a si mesmos como *fin de siècle* e, como dominavam o mundo ocidental, “o termo passou a marcar o término do século XIX como não tinha marcado nenhum outro até então”. Por essa indicação considera-se que não se trata de um século, mas uma época, “um modo de vida”.

¹³² Hobsbawm., op.cit. p. 384.

¹³³ Weber, op.cit. p. 10.

Todavia, observa-se que, tanto o tratamento estético diferenciado, quanto a organização ordenada dos espaços barrocos, eram características rigidamente impostas e integravam uma obra que correspondia à vontade do príncipe.

Para Le Goff¹³⁴, a valorização da imagem da cidade inicia por volta do século XII, quando começam a criar “uma certa imagem da cidade”. Como indício dessa afirmação, o autor indica o surgimento de “aglomerações modestas, onde se investem idéias urbanísticas simples: praça central, ruas que se encontram em ângulo reto”. Nota, entretanto, que o urbanismo medieval “caminha lentamente, segue quatro direções: a limpeza, a segurança, a regularidade e a beleza”. Observa ainda, que, nesse período de apogeu das cidades, “a cultura, a arte e a religião têm uma fisionomia eminentemente urbana”.

Lefebvre¹³⁵ recupera parte do processo que fez ressurgir as cidades, na Idade Média ocidental, identificando-o à obra dos mercadores e banqueiros que, naquele momento, promoviam investimentos improdutivos nas cidades, que eram animadas e amadas por eles, como verdadeiras obras de arte. Na interpretação do autor, elas teriam mais um valor de uso do que valor de troca de mercadoria. Compreende também que essas cidades eram centros de vida social e política; nelas, se acumulam, além das riquezas, os conhecimentos, as técnicas, as obras de arte e os monumentos.

Em *Por amor às cidades*, Le Goff¹³⁶ detém-se um pouco mais sobre as manifestações artísticas do período, argumentando que a arte gótica e a escolástica das novas escolas urbanas estabelecem que a “ordem e luz, matemática e razão, cor e verticalidade” passam a normatizar o urbanismo. O autor indica que, depois do urbanismo das praças principescas do *Antigo Regime*, da cidade neoclássica, da cidade haussmaniana, as grandes obras da arquitetura moderna retomam esta inspiração inovadora da cidade medieval. Le Goff identifica neste urbanismo “a beleza inventada” que, às vezes, se baseava nos antigos modelos de Roma, e mais freqüentemente nos modelos góticos dos

¹³⁴ LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo. Martins Fontes, 1992. p. 214.

¹³⁵ LEFEBVRE, op. cit., p. 4.

¹³⁶ Ibid., p.p. 114, 115.

“bárbaros”. Contudo, ele ressalta que a Idade Média não sente a beleza da natureza, “ela cria a beleza artística urbana”.

Assim como Mumford, Lefebvre indica que a própria cidade “é uma obra de arte”, ainda que reconheça nela a existência de um contraste, com a orientação irreversível na direção ao dinheiro, ao comércio, às trocas, e aos produtos. Explica que “a obra é valor de uso e produto é valor de troca”, mas conclui que:

o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro).¹³⁷

Lefebvre¹³⁸ observa o fato de que a cidade, assim como as “criações urbanas mais eminentes, as obras mais ‘belas’ (‘belas’, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) da vida urbana datam de épocas anteriores à industrialização”. Reconhece que, paradoxalmente, para nós, é ainda esse o “modelo de uma realidade urbana, onde o uso (a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro) ainda predomina sobre o lucro e o proveito, sobre o valor de troca, sobre os mercados e suas exigências e coações”.

Para Lewis Mumford¹³⁹ as cidades do século XIX, com seus espaços amplos, organizados e embelezados; com sua arquitetura de fachadas profusamente ornamentadas, não são mais que uma atualização da tradição inaugurada com a cidade barroca. Ao notar o predomínio deste estilo em Paris, Madrid, Viena, São Petersburgo e Berlim, o autor observa, que além de se constituírem espaços do barroco, eram as suas maiores oportunidades de aplicação em larga escala, pois segundo, ele:

Enquanto que as cidades de residência real deixaram de ser construídas no século XVII, as grandes capitais, em seu crescimento e expansão, seguiam as mesmas linhas gerais, e muitas vezes com impiedoso desdém para com os valores históricos que se podiam esperar encontrar preservados e piedosamente incentivados nos santuários e monumentos nacionais. Alguns dos grandes trunfos do planejamento barroco estavam reservados, na realidade à Paris do

¹³⁷ Ibid, p. 4.

¹³⁸ Ibid., op. cit., p. 47.

¹³⁹ MUMFORD, op. cit., p.p. 433. 434.

*século XIX: prova, aliás, de que a fase histórica da cultura cria um arquétipo durável.*¹⁴⁰

A sociedade “civilizada” da Europa convencionou que a imagem correspondente à “cidade moderna” deveria apresentar aspecto seguro, civilizado e belo. Equipar esses espaços com os princípios requisitados era promover uma série de melhoramentos urbanísticos e arquitetônicos; instalar uma série de serviços públicos, assessorados pela indústria, e promover o embelezamento da cidade. As questões de higiene e segurança públicas se impunham como tarefa fundamental e justificavam a primeira providência a ser tomada, que era a clarificação dos espaços, através da ordenação racional de suas vias e comunicações.

Ao tratar do programa de obras públicas promovido em Viena, nos anos de 1860, Schorske¹⁴¹ observa que o termo mais utilizado não era “renovação”, nem “redesenvolvimento”, e sim **“embelezamento da imagem da cidade”** (grifo nosso). Segundo o autor “de modo mais sucinto” do que qualquer outra fonte era as grandes construções que demarcavam o pensamento da época. Para ele, isso era evidenciado através do grande fórum com seus monumentos, que, como as residências, ofereciam um “índice iconográfico da mentalidade do liberalismo austríaco ascendente”.

Além das muitas implicações ideológicas implícitas nas fachadas históricas e ornamentais das cidades do final do século XIX, pode-se interpretá-las como um artifício, para amenizar o impacto provocado pela industrialização que movia o sistema, e demonstrar um comprometimento com a memória histórica da cidade e a valorização de uma pretensa sensibilidade artística.

Schorske¹⁴² explica que, “ao tentar-se assimilar a velha cultura aristocrática da elegância, a burguesia educada se apropriou da sensibilidade estética e sensual, mas sob forma secularizada”. Para o autor, as conseqüências dessa atitude “foram o narcisismo e a hipertrofia da vida dos sentimentos”. Schorske nota que essa tendência ganhou intensidade, diante da ameaça dos movimentos

¹⁴⁰ Ibid, p.433.

¹⁴¹ SCHORSRKE, Carl E. *Viena Fin-de-Siècle*. São Paulo: Editora da Unicamp/ Cia. das Letras, 1990. p 45.

¹⁴² Ibid., p. 31.

políticos de massa, enfraquecendo “a confiança liberal tradicional no seu legado de racionalidade, lei moral e progresso”. Nesse contexto, a arte passou a ter um papel primordial, transformando-se em “de ornamento em essência, de expressão em fonte de valor”. Para o autor, esta situação tornou-se mais grave com a ruína do liberalismo, pois “metamorfoseou ainda mais a herança estética em cultura de nervos sensíveis, hedonismo inquieto e, muitas vezes, franca ansiedade”.

Em geral, a participação dos elementos artísticos nesses programas estava restrita à decoração das fachadas, que nas obras mais monumentais, erguidas pelo Estado, tendiam para uma ornamentação profusa. Além da decoração das fachadas, o gosto artístico do Estado era manifesto através dos monumentos históricos, dos equipamentos industrializados, sobretudo em ferro fundido, instalados nos espaços públicos próprios para o lazer.

Deve-se compreender que, nesse processo transformador, a imagem da cidade não é somente um reflexo das mudanças, a casca ou receptáculo das forças que se debatem, mas um produto dos interesses que a sociedade manipula e expressa. O embelezamento da cidade, no decorrer do século XIX, ganha destaque nas políticas públicas, não apenas pelo seu aspecto estético, mas, sobretudo, pelo desempenho mercadológico que assumia.

Naquele momento, os administradores públicos justificavam que todos os gastos aplicados em prol da imagem da cidade eram investimentos de breve retorno. A valorização desses aspectos não se restringia à materialidade da cidade, mas também às imagens que produziam dela. Muitos espelhos estavam voltados em sua direção, embora procurassem privilegiar somente os seus melhores ângulos. Sua configuração passava a ser discutida, planejada e trabalhada, em direção a um modelo de cidade; isso implicava buscar

características que estivessem mais próximas das idéias de civilização¹⁴³, progresso e modernidade¹⁴⁴.

As soluções barrocas se originaram em propostas renascentistas como as de Alberti, que propunha a articulação e valorização de um desenho regular e nobre para a cidade, a partir da repetição de elementos uniformes. Posteriormente, as propostas de organização dos espaços urbanos passaram a priorizar um desenho mais ornamental e a valorizar a participação de determinados elementos que se tornaram componentes determinantes destes espaços.

Em obra publicada em 1753, o abade Laugier¹⁴⁵ não só evidenciava a persistência do modelo barroco, como indicava os seus elementos mais destacados, afirmando que a beleza e a magnificência da cidade ainda dependiam principalmente de três coisas: suas entradas, suas ruas, suas construções. A partir desta perspectiva, o abade compreendia que, para estabelecer uma forma regular para a cidade, seria necessário embelezar suas entradas, redesenhar e alargar as ruas, antes de conceber a arquitetura do edifício.

Na interpretação de Walter Benjamin¹⁴⁶, a valorização dos aspectos aparentemente estéticos introduzidos na reforma promovida por Haussmann, em Paris, escondia a verdadeira intenção, que era a segurança da cidade em caso de

¹⁴³ Adota-se aqui o sentido resgatado por Le Goff (EINAUDI, vol. 1, p. 354) quando recorre ao 1º Cours d'Histoire Modern de Guizot, em 1829, notando que este assimila a noção de civilização à de progresso: "A idéia do progresso do desenvolvimento parece-me ser a idéia fundamental contida na palavra 'civilização'". Le Goff nota que essa idéia é antes "de natureza econômica e social", explicando, mais uma vez através de Guizot, que o conteúdo do progresso é 'por um lado uma produção crescente de meios de força e de bem-estar produzidos'.

¹⁴⁴ Adotamos, neste trabalho, o sentido dado pela reflexão feita por três teóricos que abordaram o tema. O primeiro deles é Giddens (p. 11) que prefere dizer como "uma primeira aproximação" que "modernidade refere-se a estilo, costume de vida e organização social que emergiram na Europa, a partir do século XVII e que, posteriormente, se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência". Entretanto, Schorske (p. 13) afirma que, "já no século XVIII, a palavra 'moderno' adquiria certa ressonância de grito de guerra, mas apenas como antítese de 'antigo' — incluída aí a Antigüidade Clássica". Contudo, acata-se a divisão proposta por Marshal Berman (1987, p. 87), quando afirma que: "o pensamento atual sobre modernidade se divide em dois compartimentos distintos, hermeticamente lacrados um em relação ao outro: 'modernização em economia e política, e 'modernismo' em arte, cultura e sensibilidade".

¹⁴⁵ O abade Laugier foi um dos pensadores da cidade no século XVIII. Sua obra *Essai sur l'architecture* é citada por Maria Stella Bresciani. *Cidade e História*. In *Cidade: História e Desafio*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 21.

¹⁴⁶ BENJAMIN, Walter. *Paris, capital do século XIX*. In: *Textos de Walter Benjamin*. São Paulo: Ática,

guerra civil. Para o autor, este objetivo justificava a razão da ampla largura das avenidas, que deveriam estabelecer um caminho mais curto entre as casernas e os bairros operários. Por isso, Benjamin afirma que esse empreendimento foi batizado por seus contemporâneos com o termo ***embellissement stratégique*** (*grifo nosso*).

Sem dúvida, a preocupação com a segurança deveria ocupar um papel de destaque, nos projetos das políticas públicas, sobretudo se identificarmos os interesses e a origem dos administradores e políticos que a orquestravam, assim como a repercussão dos confrontos e o fortalecimento das classes populares, perante as condições que a distanciavam dos privilégios da burguesia. A partir da reforma de Paris, encontrava-se uma solução e definia-se a imagem da cidade da nova era, ainda que isso significasse assegurar as garantias das classes dominantes e a adequação aos padrões do progresso material. Contudo, era essa imagem que ganhava impulso e difundia-se por todo o mundo ocidental, integrando os discursos políticos e as propostas de administradores até nas mais distantes províncias brasileiras.

A cidade, como imagem carregada de significados, integra uma longa tradição, veiculando mensagens culturais e políticas. Um relevante exemplo histórico dessa vinculação é a estrutura urbanística e a configuração arquitetônica das cidades romanas. Mesmo localizadas em distantes regiões orientais, as características formais destas cidades eram suficientes para anunciar a presença e o poder do Império Romano. Apesar de apresentar maior diversificação e maior complexidade de elementos em seu interior, as cidades burguesas ostentavam muitas características comuns. Em síntese, a configuração apresentada priorizava traços de um modelo coerente com o pensamento de seu tempo. Este modelo de cidade, independente de território ou língua, expandia-se como uma representação material da cultura, um cenário que sustentava e favorecia a transposição dos hábitos da sociedade aspirada.

A grande maioria dos trabalhos que, critica as formas de intervenção urbana realizadas a partir da segunda metade do século XIX, atribui a aparência

embelezadora da cidade aos interesses comerciais da sociedade que a modelavam. Embutida nesta crítica identifica-se uma idéia que reforça a concepção da cidade como um **artefato cultural** - um autêntico produto de sua época. Exemplos desse modelo de intervenção, que priorizavam os aspectos estéticos e progressistas, proliferaram nas reformas de cidades européias e americanas e orientaram os grandes projetos de cidade. Do pioneirismo artificial de São Petersburgo à repercutida definição de Paris. Da efervescente Viena ao novo traçado de Barcelona. Do transplante para as capitais argentina e brasileira, ou para a longínqua Manaus, o modelo expandia-se e resistia, transportando o pensamento de uma sociedade.

Em geral, a administração pública é acusada de priorizar o aspecto decorativo e monumental das obras públicas, por isso, muitas vezes, sua atividade é colocada no mesmo plano de interesse um vitrinista, ou seja, organiza o espaço de forma a valorizar determinados elementos e seduzir os possíveis investidores e consumidores. Assim, como um produto comercial eficiente e próspero, a cidade deveria ser equipada e embelezada com os elementos típicos de sua época. Portanto, a construção dessa imagem da cidade, tal como a montagem da vitrine, implicava um planejamento estético, sem, contudo, ignorar sua função comercial. A gama de produtos exibidos e ofertados para o consumo apresentava o padrão de vida da sociedade, assumindo, dessa maneira, o papel de um mostruário de “produtos do progresso”.

A eficácia dos melhoramentos promovidos pela Revolução Tecnológica, sobretudo, atuava como a mais eficiente propaganda dos produtos comerciais e a garantia do nível de civilização de seus exibidores. A instalação e funcionamento dos serviços não só demonstravam o investimento feito sobre as cidades, mas também funcionavam como um manual ou catálogo; em geral, indicavam a eficácia dos serviços adotados, sugerindo novas possibilidades para o consumo de seus produtos industriais, comerciais, além da mão-de-obra e a prestação de serviços técnicos e especializados.

Nesse contexto de mudanças bruscas, em geral, o progresso material era louvado como o grande baluarte das ciências, como o sentido de uma nova era,

relacionado com freqüência, aos avanços alcançados pela indústria. As idéias vigentes que circulavam e se difundiam, com maior intensidade, através dos novos meios de comunicações, com freqüência eram abalizadas por cientistas e intelectuais, que passavam a compor um quadro bastante uniforme quanto à defesa das idéias do progresso. Naquele momento, muitos compreendiam que somente a introdução de determinados serviços poderia eliminar certos males e superar a precariedade das condições em que estava mergulhada a vida, nas grandes cidades.

Assim como as Feiras Internacionais, certas cidades constituíam-se verdadeiras “vitrines”, divulgavam e promoviam a comercialização de produtos; procuravam exhibir o mais elevado nível de civilização e, sobretudo, o estágio tecnológico de seu país. O “progresso” materializava-se sob forma de bens e serviços, valorizava-se a expansão de mercados e distanciava-se do pensamento Iluminista de progresso moral, reivindicado no plano das idéias, e veementemente buscado pela Revolução Francesa, como a construção de uma sociedade justa, igualitária e humana. Desvirtuava-se o sentido da liberdade e mantinha-se a exploração do homem pelo homem. Classes sobrepunham-se, ostensivamente, sobre outras e os melhoramentos, muitas vezes, estavam endereçados preferencialmente à burguesia cidadina. Seria esse “progresso” apenas mais um mito¹⁴⁷ ou uma utopia da sociedade moderna?

Como vimos, a construção dessa imagem remonta à estruturação de um discurso, apoiado por justificativas científicas e humanistas, comprometidas com as idéias de progresso e de modernidade. Deduz-se, porém, que a realização das obras foi a mais eficiente propaganda dessas idéias, que promoviam a imagem do novo modelo de cidade. Era a configuração do paradigma da civilização que começava a sofisticar suas relações sociais e o seu gosto artístico. A imagem impunha-se como aspiração e era perseguida por aqueles países que pretendiam alinhar-se entre os civilizados e prósperos.

¹⁴⁷ Nesse trabalho emprega-se o termo “mito”, na acepção usual do termo, como “fábula”, “invenção”, “ficção”, que, segundo Mícea Eliade (1972, p.p. 7, 130) corresponde a mesma perspectiva aplicada no decorrer do século XIX. Embora se observe que contemporaneamente o termo é empregando tanto nesse sentido, de “ficção” ou “ilusão”, como naquele da “tradição sagrada, uma revelação primordial, um modelo exemplar”.

Em obra publicada em 1889, Camillo Sitte¹⁴⁸ reconhece as “eminentes conquistas da construção urbana moderna” e ressalta a relevância do seu papel, no aprimoramento das condições sanitárias das cidades européias, com a sensível redução da taxa de mortalidade. O autor reconhece as necessidades de aperfeiçoamento pelo bem comum, todavia, não demonstra satisfação perante estes êxitos, ao entender que eram limitados e só seriam “obtidos pelo preço terrível da renúncia de toda a beleza dos conjuntos urbanos”.

Entretanto, o atributo de beleza conferido pelo autor vincula-se diretamente com o seu conceito de *pituresco*¹⁴⁹. O autor entende que a “intenção pituresca” jamais será eficaz e perene, se não corresponder às condições da vida moderna”, mas, reconhece as dificuldades de sua aplicação, considerando que as transformações da vida pública foram “tão irreparáveis que muitas das antigas formas de construção perderam o sentido”.

Apesar de reconhecer muitos obstáculos, Sitte¹⁵⁰ instiga tentativas que insistam na melhor aparência da cidade, pois, segundo ele: “não devemos furtar ao nosso atribulado cotidiano as impressões sublimes que jorram continuamente da perfeição artística”. Para o autor, é preciso ter em mente que a cidade é o espaço da arte por excelência, porque é esse tipo de obra que surte os efeitos mais edificantes e duradouros sobre a grande massa da população, enquanto os teatros e os concertos são acessíveis apenas às classes mais abastadas. Sugere, por fim, que a “administração dos negócios deveria ocupar-se também dessa questão, e, por isso, é necessário que se demonstrem as necessidades modernas”.

Contudo, vale perguntar, qual seria o aspecto do ‘*pituresco*’ proposto por Sitte? A que estilo ou tradição artística se refere o autor? Seriam as obras tratadas pelos padrões da arquitetura alemã medieval? Ou sua indicação recairia

¹⁴⁸ SITTE, Camillo. *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*. São Paulo: Editora Ática, 1992. p.p. 112; 113.

¹⁴⁹ Segundo o tradutor da obra, o termo alemão *malerish* é costumeiramente traduzido por pictórico ou pitoresco, mas, por se “tratar de um termo-chave em Sitte - cuja concepção do elemento pictórico da imagem urbana (*Stadtbild*) confere relevância ao seu caráter *pituresco*”, opta pelo “arcaico *pituresco*”, que, apesar de causar certa estranheza, associa pintura com pitoresco. Entretanto, notamos que, ao confrontar o termo pituresco com o prático, Sitte sugere a tradicional discussão entre o estético e o utilitário.

¹⁵⁰ SITTE, op. cit., p.p. 117, 118.

nas características gregas e romanas, que ganhavam sua admiração? Poderia ser o resgate de traços barrocos, conforme propunha para Viena? Ou seria diversificação de estilos, como assumiu o Ecletismo? Mas que estilo estaria mais de acordo com a realidade americana? Que parâmetros estariam adequados a estas cidades de história recente e cultura miscigenada? Que referências deveriam adotar para traçar seus novos espaços?

A história do continente americano não deixa dúvida quanto à orientação dada às suas cidades, no século XIX. Pela lógica da colonização e do sistema político implantado, se atualizavam reproduzindo o modelo europeu. A antiga relação de dependência entre colônia e metrópole mantinha-se viva, sobretudo, no plano cultural e as elites americanas identificavam-se como herdeiros diretos da cultura européia, preservando e atualizando os traços de suas manifestações. Além disso, estas formas estavam impregnadas de significados políticos e sociais. Em última instância, adotar o modelo era integrar-se ao universo que se colocava como o representante de tudo que era progressista e moderno.

No final do século XIX, as imagens de Paris como paradigma de centro civilizado estavam completamente difundidas pelo Ocidente e seus herdeiros culturais. No que diz respeito ao Amazonas, isso significava reconstruir uma cidade na selva tropical. Sem dúvida, as intervenções promovidas por Haussmann, prefeito de Paris, eram a imagem inspiradora da maior parte dos administradores públicos modernos, sinalizando um compromisso com as transformações do progresso e com o embelezamento da cidade.

Além do papel emblemático assumido pela reforma de Paris, deve-se destacar as reformas urbanas de muitas outras cidades européias. Apesar de essas intervenções no espaço urbano serem diferentes umas das outras, nota-se que têm um ponto em comum: assim como a francesa, elas também priorizaram o aspecto estético da urbe.

Ao discutir a reforma do centro histórico de Viena, Schorske¹⁵¹ destaca a frequência com que era utilizado o termo “embelezamento da imagem da cidade” sobre outros termos que poderiam sugerir, com maior precisão, as

características do processo de transformação da capital austríaca. O autor destaca a monumentalidade das construções públicas e residenciais, interpretando-as como um reflexo preciso do pensamento da época.

Schorske observa que as tendências monumentais que caracterizavam as obras em Viena eram uma expressão da burguesia na tentativa de se apropriar da “cultura aristocrática”, através das manifestações da sensibilidade estética e sensual sob forma secularizada. Assim, as artes passavam a assumir um papel relevante na configuração da cidade, sendo promovida de seu papel secundário para uma função essencial nos projetos urbanos. Para Schorske, a arte passava de expressão a fonte de valor; entretanto, o autor lamenta que com a ruína do liberalismo a situação tenha ficado mais grave, com a tradição estética adaptando-se às futilidades da época.

As observações acerca das características de Viena parecem ter se difundido e se generalizado rapidamente por todo o mundo de influência ocidental, introjetando-se não somente nos anseios da burguesia européia, mas caracterizando uma tendência artística peculiar.

2.3 TRANSPOSIÇÃO DO MODELO

A partir da segunda metade do século XIX, administradores europeus buscavam soluções para os problemas decorrentes do repentino crescimento de suas cidades. Os mesmos procedimentos passavam a ser adotados por nações periféricas, priorizando a orientação artificial, na redefinição dos traços de seus espaços urbanos. Marshal Berman¹⁵² ressalta esta tendência, ao discorrer sobre a implantação do projeto *Nevski* - centro moderno de São Petersburgo, na antiga Rússia, que naquele momento, encontrava-se fora do mundo Ocidental.

O projeto visual da nova capital apresentava um predomínio de elementos ocidentais e revelava as pretensões de inserir-se na modernidade ocidental. As obras foram iniciadas em 1830, e Berman destaca o artificialismo do processo, criticando os projetos apresentados, pois exigiam “fachadas de padrão ocidental

¹⁵¹ SCHORSKE, Carl E. *Viena Fin-de-Siècle*. São Paulo: Editora da Unicamp/ Companhia das Letras, 1990, p. 31.

¹⁵² BERMAN, op. cit., p. 173.

para todas as construções” e explica que as propostas com características mais comprometidas com as tradições russas eram “explicitamente proibidas”. Condenavam a inclusão de paredes de madeira e as abóbadas em forma de cebolas. Além disso, determinavam-se as proporções para largura das ruas e altura dos edifícios, de maneira que conferisse ao “panorama urbano uma aparência de amplitude horizontal infinita”.

Em contraste com a rigidez de uma normatização para as fachadas, Berman observa que não havia praticamente qualquer regulamento para o uso dos espaços interiores. Em virtude desta falta orientação e controle, a cidade cresceu, escondendo “favelas supuradas” sob exteriores de aparência majestosa. Esta característica levou Priot Chadaaev, um intelectual russo, a classificá-las criticamente como “**capas de civilização**” (grifo nosso) e define a Rússia como uma nação civilizada apenas em seu exterior. Por sua vez, Berman identifica Nevski como “um centro de progresso” fora do ocidente, mas, descreve-o como uma espécie de “cenário”, que segundo ele, deslumbrava a população, com seus rutilantes tecidos importados, mas alerta que isso, como as “fachadas brilhantes”, servia para ocultar “uma perigosa falta de profundidade¹⁵³”.

Em sua crítica, Berman explicita o caráter comercial e o espírito burguês como os principais modeladores desse espaço, que se apresenta como uma espécie de mostruário de sedução e consumo, numa referência às imagens da metrópole:

(...) a Nevski serviu como vitrina das maravilhas da nova economia de consumo que a produção em massa começava por tornar acessível: mobília e prataria, tecidos e vestuário, botas e livros, tudo era agradavelmente exibido pela multidão de lojas da rua. E ao lado das mercadorias estrangeiras - mobília e modas francesas, tecidos e selas ingleses, louças e relógios alemães -, exibiam-se estilos, homens e mulheres estrangeiros, toda a fascinação proibida do mundo exterior.¹⁵⁴

¹⁵³ Ibid., p.p. 173-77;187;218.

¹⁵⁴ Ibid,p. 187.

Ao discutir o arquétipo barroco, Mumford¹⁵⁵ aponta sua limitação, alertando que “não pode ser corretamente colocado dentro das fronteiras do tempo de qualquer período único”. Observa, ainda, que alguns dos melhores e dos piores planejamentos da cidade barroca surgiram, quando estas haviam deixado de ser “simbólica” ou apropriada para a época que as produzia.

Ao discutir a hipótese da existência de cidades ideais, Argan¹⁵⁶ remete exemplos renascentistas, em cujo período, são hipoteticamente concebidas “como uma única obra de arte, por um único artista”. Todavia, o autor reconhece que “sempre existe uma cidade ideal dentro da cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos”.

Além do modelo de forma, Argan¹⁵⁷ identifica na cidade o modelo de desenvolvimento, seguindo uma lógica e um ritmo próprio, pois compreende que a cidade ideal, mais do que um modelo propriamente dito, é um módulo para o qual sempre é possível encontrar um múltiplo ou submúltiplos que modificam sua medida, mas não a sua substância”. O autor nota que, em geral:

*o desenho da cidade ideal implica o pensamento de que, na cidade, realiza-se um valor de qualidade que permanece praticamente imutável com a mudança da quantidade, na medida em que, por postulado qualidade e quantidade sejam entidades proporcionais. A relação entre quantidade e qualidade, proporcional no passado e antitética hoje, está na base de toda problemática urbanística ocidental.*¹⁵⁸

Segundo Argan¹⁵⁹, a hipótese da cidade ideal implica no conceito de que a cidade é “representativa ou visualizadora de conceitos ou de valores e que a ordem urbanística não apenas reflete a ordem social, mas a razão metafísica ou divina da instituição urbana” e constata que:

(...) assim como a idéia da história, como seqüência imprevista de eventos, e de eventos não previstos nem preordenados, não contradiz de forma alguma a hipótese do caráter artístico

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Argan, op.cit. p. 73

¹⁵⁷ Ibid., p.74.

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.p. 73; 74.

*fundamental da cidade. Esta acaba sendo confirmada pelo fato de que a cidade real jamais corresponde a formas idênticas às dos modelos ideais.*¹⁶⁰

Mais que mera transposição, Angel Rama interpreta as realizações materiais do impulso barroco, na América, como a concretização de um sonho de “começar uma nova era para o mundo”. Isso porque o Novo Continente oferecia um ambiente propício a essas idéias, não enfrentava a limitadora resistência de um passado histórico e podia ignorar os valores próprios da cultura local. Assim, o autor nota que:

*Cidades ideais surgirão da imensa extensão americana. Serão regidas por uma razão ordenadora que se revela na ordem social hierárquica e transporta para uma ordem distributiva geométrica. Não é a sociedade, mas sua forma organizada que é transportada; e não a cidade, mas a sua forma distributiva.*¹⁶¹

Rama¹⁶² classifica de “irreais” as cidades resultantes do artificialismo do processo de urbanização realizada, sobretudo, nas colônias espanholas, pois, segundo ele, estariam desligadas das necessidades do meio. O autor afirma que “muito mais importante que a forma de tabuleiro de damas, que motivou ampla discussão, é o princípio reitor que funciona através dela e assegura um regime de transmissões”. Dessa forma, Rama explica a manutenção do controle do “alto para baixo, da Espanha à América, da cabeça do poder – através da estrutura social que ele impõe - à constituição física da cidade, para que a distribuição do espaço urbano assegure e conserve a forma social”. Observa que previamente à aparição da cidade na realidade:

*Havia uma representação simbólica que obviamente só podia assegurar os signos: as palavras, que traduziam a vontade de edificá-la na aplicação de normas e subsidiariamente, os diagramas gráficos, que as desenhavam nos planos, ainda que, com mais frequência, na imagem mental que desses planos tinham os fundadores, as que podiam sofrer correções derivadas do lugar ou de práticas inexpertas.*¹⁶³

¹⁶⁰ Ibid, p. 75.

¹⁶¹ RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 26.

¹⁶² Ibid, p. 29.

¹⁶³ Ibid.

Ao tratar de aspecto simbólico das cidades capitais, Giulio Argan e Henri Lefebvre sugerem que estes centros eram tomados como o lugar privilegiado para a construção da identidade de uma nação, estado, ou região socializando as elites e produzindo um padrão comportamento que deveria ser imitado. Este conceito parece ter sido assimilado com intensidade pelos governantes do século XIX

Assim como Mumford, Argan e Lefebvre, Rama demonstra que os aspectos materiais da cidade estão diretamente vinculada a um sistema simbólico ideológico, uma forma inerente ao modelo de civilização mantida através de “um regime de transmissão”, capaz de assegurar a manutenção do poder. Por outro lado, o autor compreende que:

*Pensar a cidade competia a esses instrumentos simbólicos que estavam adquirindo sua pronta autonomia, que os adequaria ainda melhor às funções que lhe reclamava o poder absoluto.*¹⁶⁴

2.4 FORMATO DAS IMAGENS BRASILEIRAS

No início do século XIX, em virtude da transferência da família real portuguesa para o Brasil, o Rio de Janeiro já experimentara um breve processo de modernização, recebendo melhoramentos diversos, ressaltando-se, entretanto, que as intervenções se restringiam praticamente aos aspectos de alguns espaços públicos. Mas a intensidade dessas mudanças não foi suficientemente capaz de modificar drasticamente traços da cultura ou dos hábitos locais. As tradições populares mantinham suas expressões em todos os setores da sociedade, preservando hábitos considerados pouco refinados.

Até o final da década de 80 do século XIX, o Brasil era a única nação americana que, ainda regida por uma monarquia, não havia libertado os escravos. A imagem do país no exterior não era capaz de gerar dividendos econômicos nem políticos. Tratava-se de uma grande extensão de terra predominantemente rural, com uma população mestiça e de maioria analfabeta. As indústrias eram insignificantes e incipientes; as cidades, insalubres e propícias às epidemias. Os

¹⁶⁴ Ibid. p. 28.

problemas econômicos e a instabilidade política produziam uma sociedade insegura e afastava possíveis investidores.

Apesar das limitações de caráter econômico e técnico, as políticas públicas brasileiras, orientadas pelo discurso do progresso, priorizavam a adoção de modelos importados, mesmo que, muitas vezes, esse processo implicasse práticas que valorizavam os aspectos formais do modelo aspirado. Contudo, exigia grandes investimentos financeiros e mantinha a desvantajosa condição de consumidor de bens e serviços importados.

A prosperidade financeira dos Estados de São Paulo, Amazonas e Pará, manifesta nas últimas décadas do século XIX, era uma exceção no cenário brasileiro e decorria do monopólio econômico de um produto natural. A monocultura do café animava a região paulista e seu entorno, promovendo a riqueza dos barões do café, enquanto na Amazônia os barões da borracha eram sustentados pela rude economia extrativista do látex.

Pretendia-se apresentar uma nação com espaços seguros, tanto do ponto de vista político quanto social, ressaltando-se a salubridade pública e o embelezamento das cidades. Esse projeto passou a orientar a administração dos Estados brasileiros e a intervir na reformulação de seus espaços urbanos, particularmente o das capitais, onde se concentravam os investimentos para implantação de políticas públicas para atualizar a imagem da cidade, dando-lhes uma aparência mais moderna e “civilizada”.

Sem dúvida, a filosofia positivista de Auguste Comte era uma das maiores fontes inspiradoras da política brasileira, sobretudo na valorização do método e da ordem como práticas ordenadoras para se alcançar o tão aspirado progresso. As idéias positivistas repercutiram no Brasil, sobretudo pela atuação de Benjamin Constant¹⁶⁵ na Academia Militar. Após a Proclamação da República, essas idéias difundiram-se na administração pública brasileira pela ação dos integrantes da Escola Militar, que assumiram a direção de vários Estados. A maior evidência da

¹⁶⁵ SILVA, Hélio. *Nasce a República*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975, p.44, informa que: “As idéias de Auguste Comte começaram a ser difundidas entre nós a partir de uma conferência realizada por Benjamin Constant, no Instituto dos Cegos, onde morava, em 1871. Além de oficial do Exército, Benjamin Constant era professor na *Escola Militar*, onde gozava de grande prestígio”.

valorização dos ensinamentos de Comte foi à escolha do mote inscrito no pavilhão nacional – *Ordem e Progresso* –, capaz de orientar o discurso e a prática dos dirigentes mais atualizados.

Os pensadores políticos acreditavam que, ao construir uma imagem mais de acordo com as exigências do modelo de progresso, garantiriam maior participação dos aplicadores estrangeiros e o retorno dos investimentos feitos pelo Estado. As mudanças exigidas pelos investidores estavam diretamente apoiadas nos discursos progressistas e implicavam a implantação de uma série de obras estruturais na cidade, mas os aspectos embelezadores assumiam maior destaque. Entretanto, a aplicação destas práticas invariavelmente acarretava custos demasiado elevados para a situação econômica da maioria dos Estados brasileiros.

Entretanto, desde o início da segunda metade do século o Estado demonstrava interesse em adotar uma política de reformas urbanas, na tentativa de redefinir a aparência da capital do império e desfazer a imagem negativa do país – uma ex-colônia insalubre e de aspecto rural, com uma capital insegura repleta de escravos e costumes “pouco civilizados”. Esse processo de atualização foi intensificado após a Proclamação da República, quando o governo federal passou a aplicar grandes somas em obras de melhoramentos urbanos, como instalação de serviços que visavam modernizar a cidade; e, por outro lado, atuava sobre os costumes das tradições populares e a ocupação dos espaços urbanos. A aplicação das reformas significava assumir o controle social. No entanto, as solicitações para estes serviços de melhoramentos urbanos estavam apoiadas em um discurso comprometido com as idéias de progresso que, em geral, priorizavam o saneamento e o embelezamento da cidade.

Assim, o aspecto urbanístico da cidade passava a ganhar maior espaço nos documentos oficiais (relatórios, mensagens e outros) e, muitas vezes, as obras são detalhadas e exaustivamente discutidas, demonstrando maior grau de importância. Apesar das limitações de ordem técnica e material, os administradores investem e implementam as obras públicas. Entretanto, a rigidez das medidas empregadas nas intervenções, caracteriza como autoritária a

atuação do Estado. Na prática, desfavoreciam as camadas mais pobres da população, pois, ao “sanear” seus territórios, expulsava-as para fora de suas áreas tradicionais.

Jaime Larry Benchimol¹⁶⁶ informa que, “desde o tempo dos vice-reis, e mais ainda, na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro foi uma cidade insalubre, assolada por freqüentes epidemias”. Segundo ele, a primeira grande epidemia de febre amarela ocorreu entre dezembro de 1849 e setembro de 1850, alcançando um elevado índice de mortalidade. Informa ainda que, em fevereiro de 1850, o Ministério constituiu uma Comissão Central de Saúde Pública que elaborou o *Regulamento Sanitário*, no qual se estabelecia um plano detalhado para o combate à febre amarela e o controle sobre os indivíduos e a vida da cidade.

Após a grande epidemia, Benchimol¹⁶⁷ noticia que a Assembléia aprovou a criação de uma “Comissão de Engenheiros para tratar dos melhoramentos indispensáveis ao saneamento da cidade”, e uma Junta de Higiene Pública, para atuar na Corte e nas Províncias. A partir de 1851, a Junta estava dotada de um Serviço de Estatísticas Demográficas, incorporando, assim, vários ramos das ciências. Benchimol observa que, neste contexto, a medicina social inventariava e analisava o espaço, diagnosticando doenças e propondo práticas; tornando-se “um braço a serviço da prosperidade e segurança do Estado”, à medida que a preservação da saúde coletiva requeria providências.

A teoria em torno dos miasmas orientava as práticas do serviço de saneamento da Capital Federal. Benchimol¹⁶⁸ afirma que, “desde cedo, os médicos defenderam, além do aterro dos pântanos, o arrasamento dos morros”, como medida para evitar as doenças e melhorar o estado de salubridade da cidade. Em 1886, a Junta de Higiene foi transformada em Inspetoria Geral de Higiene, e dela derivou a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos.

¹⁶⁶ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos* : Um Haussmann Tropical. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990. p.113.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p.p. 114;115.

¹⁶⁸ *Ibid* p. 115.

Esse fato demonstra que o Império brasileiro tomava consciência da precariedade de seus portos e assumia a necessidade de tratá-los, saneando não somente o espaço urbano, mas melhorando sua imagem, pois as constantes epidemias levaram a classificar a capital brasileira como um lugar inseguro e afastava de seu porto grande parte das possibilidades de negócios e investimentos, que só poderiam ser realizados através da navegação; logo, essa situação significava grandes prejuízos para economia do País.

Ao discutir a intervenção do Estado no saneamento público da Capital Federal, Maria Pace Chiavari¹⁶⁹ assume a mesma argumentação crítica formulada por Foucault. Reconhece que as epidemias eram, de fato, uma praga para a economia brasileira, pois, segundo ela, internamente “ameaçavam a sobrevivência e a reprodução da própria mão-de-obra”, enquanto que, externamente, a insalubridade excluía o Rio de Janeiro das rotas de navegação. E argumenta que esta situação gerava “evidentes prejuízos no retorno de capitais e na chegada de emigrantes estrangeiros de que a cafeicultura precisava”.

Chiavari¹⁷⁰ afirma que “a progressiva conscientização da complexidade que os problemas urbanos estavam assumindo” levou o governo imperial a conferir “especial importância ao papel da administração e dos serviços públicos e da atuação de técnicos e burocratas”. Ressalta ainda que, naquele momento histórico, a capital assumia um papel simbólico que pode lembrar o que significou as catedrais na Idade Média, seja “uma função determinante na formação de um Estado Moderno”.

No exemplo carioca, Margarida das Neves¹⁷¹ observa que foi aos poucos que ganhou corpo a idéia de transformar o Rio de Janeiro num “cenário que mostrasse aos olhos do país inteiro e aos olhos do mundo que a República trouxera, efetivamente, tempos novos”. Para ela, pretendiam:

Transformar a cidade inteira numa espécie de cartão-postal da era moderna que a República pretendia trazer para o país era fazer da própria cidade reformada em seu traçado urbanístico, na distribuição

¹⁶⁹ Chiavari, op.cit. p.p. 575; 586.

¹⁷⁰ Ibid., p 575.

¹⁷¹ NEVES, Margarida de Souza. *A Ordem é o Progresso: O Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991. p. 56.

*de seus habitantes e em seus costumes, um documento da nova ordem, a capital do progresso. Analisar essa reforma é uma das maneiras de entender o conteúdo da nova ordem, de compreender para quem era o progresso*¹⁷².

A autora¹⁷³ alerta ainda, que, por trás do “discurso do progresso estava a preocupação com a ordem” e para ela, essa ordem “excluía a muitos da cidadania plena, e que hierarquizava a sociedade como um todo”. Assume, portanto, uma posição que deriva diretamente de Walter Benjamin quando criticou a maneira autoritária pela qual foram realizadas as intervenções urbanas de Paris por compreendê-las como um artifício de controle do Estado.

As propostas apresentadas nos discursos dos presidentes e governadores dos Estados¹⁷⁴, em geral, estavam fundamentadas em justificativas próprias dos discursos do progresso e estes estavam impregnados das influências positivistas, cujos ensinamentos eram enunciados em muitos lugares. Além de constarem das mensagens governamentais, apareciam na legislação oficial, nas matérias da imprensa e em outras publicações da época.

Assim como nas reformas européias, a ordem e a segurança assumiam um papel preponderante no projeto de construção da nova imagem da nação, principalmente por buscar aplicar a primeira palavra escrita no pavilhão nacional. Naquele momento de transformações, era preciso apresentar o País através de uma imagem tranqüila e segura, demonstrando o controle das massas e dos espaços públicos. A administração brasileira lançava mão das mesmas estratégias autoritárias aplicadas na Europa, ou seja, o controle da população e dos espaços públicos através das intervenções saneadoras. Ela dominava não somente os espaços de uso público, mas também os espaços privados, nos quais estava legalmente respaldada para penetrar.

Para Oswaldo Rocha Porto¹⁷⁵, o ‘bota-abaixo’ promovido no Rio de Janeiro, além de atingir os cortiços e pardieiros, atingia profundamente os alicerces

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ Ibid., p. 67.

¹⁷⁴ Após a Proclamação da República, alguns Estados mantiveram o título de presidente, enquanto outros optaram pela denominação de governador. No Amazonas, somente na Constituição de 1892 é que se adotou a última denominação.

¹⁷⁵ PORTO, op. cit., p. 110.

culturais. Para ele, “a modernização tão propalada significou uma tremenda abertura para importação em larga escala de uma cultura estrangeira”. O autor reconhece que a importação sempre ocorreu, mas a diferença estava, “nas dimensões com que até então se realizava”, alertando que, com a rapidez que as mudanças ocorriam, em poucos dias o universo cotidiano se transformava em poeira e isso provocava o desaparecimento de comunidades inteiras, enquanto os indivíduos perdiam sua identidade social.

Ao analisar a reforma urbana do Rio de Janeiro, Sonia Gomes Pereira¹⁷⁶ observa que, a partir de 1970 houve “uma verdadeira revolução crítica nos estudos sobre o período pré-modernista”, e cita, entre os muitos trabalhos, os de Eulalia L. Lobo, Nicolau Sevckenko, Margareth Rago, Sidney Chaloub, Flora Sussekind, Roberto Schwarz, Kathia Muricy, José Murilo de Carvalho que, segundo a autora, embora não analisem diretamente a reforma urbanística, “tratam das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do Brasil, e mais especificamente do Rio de Janeiro, nessa passagem do século XIX para o XX”. Sônia Gomes Pereira observa que:

a tônica de quase todos esses trabalhos sobre a reforma urbana é revelar as verdadeiras motivações econômicas e políticas que se ocultam por trás do discurso modernizante que acompanhou a reforma urbana - equipar o Rio de Janeiro de uma estrutura que viabilizasse a introdução do Brasil no circuito do grande capital internacional - e apontar suas conseqüências sociais desastrosas - a hierarquização do espaço urbano e a radicalização das diferenças sociais. Assim, nesta reforma do Rio de Janeiro feita pelo Prefeito Pereira Passos, ou melhor, na mentalidade capitalista que a engendrou, pode-se identificar a raiz dos imensos problemas urbanos que vêm se agravando, sem solução, ao longo do nosso século.¹⁷⁷

Sônia Gomes Pereira¹⁷⁸ observa que a maior parte dos trabalhos que adotam uma perspectiva marxista, para discutir as reformas urbanas, negligencia a “categoria espaço” como um dos problemas. Segundo ela, reduzem a

¹⁷⁶ PEREIRA, Sônia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ-EBA, 1998, p. 15.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p.23.

¹⁷⁸ *Ibid.*.

transformação do espaço físico da cidade a uma “conseqüência unicamente das mudanças econômicas”, cabendo ao pesquisador “rastrear essas mudanças econômicas nos documentos oficiais, nas estatísticas, na imprensa, utilizando assim ao máximo as fontes primárias escritas”. Observa ainda que raramente esses estudos procuram “visualizar o espaço da cidade em transformação”, assim, o resultado apresenta o uso mínimo de mapas e plantas. Esta prática leva Pereira a concluir que: “É, na verdade, uma história em que a visualidade conta muito pouco”.

Concorda-se, em parte, com a crítica apresentada por Sônia Gomes Pereira, quanto ao reducionismo adotado pela maior parte das análises do processo de transformação urbana, promovida a partir da segunda metade do século XIX, acatando-se, sobretudo, sua indicação quanto ao mapeamento das áreas atingidas, como uma metodologia fundamental para a compreensão do processo de transformação. Todavia, deve-se ressaltar que parte desses trabalhos, que analisam e criticam o artificialismo das intervenções, assim como o de Sônia Gomes Pereira é que inspiraram e orientam o presente trabalho. Entretanto, uma das hipóteses desse trabalho é comprovar que a intensificação do processo de transformação da cidade, assim como o artificialismo adotado são apenas representações de uma época, portanto, inerente ao ritmo da sociedade.

Ao concluir seu capítulo sobre a reforma do Rio de Janeiro, Pereira¹⁷⁹ pergunta se a preocupação com uma nova cidade alegre não seria “uma falsidade, uma ilusão? Não seria assim a reforma urbana apenas a criação de espaços civilizados para inglês ver, já que são mesmo os ingleses e seus investimentos que deseja atrair?” Em seguida, a autora confirma que essa tem sido a opinião de praticamente toda a historiografia sobre o assunto. Reconhece que a reforma “não resolveu os problemas básicos do povo carioca: nem de habitação, nem de educação, nem de saúde, nem de cidadania”. Todavia, desvincula esse aspecto da especificidade do pensamento da arquitetura da época e contesta a concepção crítica imposta pela arquitetura modernista, ao afirmar com convicção que: “Não existe fachada, nem cenário sozinho”.

¹⁷⁹ Ibid., p. 204.

Pela lógica da perspectiva crítica modernista, que classifica como cenográficos os efeitos empregados, na reforma urbana do Rio de Janeiro e de tantas outras cidades brasileiras, incluindo Manaus, poder-se-ia resgatar as observações Mumford acerca da cidade como teatro¹⁸⁰.ou compreender todo o sistema socioeconômico como um produto artificial e atribuir aos construtores e usuários da cidade um papel de meros personagens de uma encenação, cujas falas e ações seriam orquestradas pelos interesses de um sistema econômico.

Contudo, compreende-se que a imagem da cidade não é uma expressão isolada, mas uma das evidentes representações da sociedade instalada. A introdução de procedimentos construtivos inovadores, assim como a adoção de novas formas arquitetônicas, definiam um vocabulário de imagens e fazeres da cidade, mas estavam intimamente vinculadas ao universo das idéias que articulavam e moviam a sociedade como um todo. Todos os segmentos da sociedade eram impulsionados pelas exigências políticas, econômicas e sociais e buscavam inserir-se no processo de atualização, imposto pelo momento econômico.

A introdução de uma série de atividades urbanas implicava a criação de novas relações e o desempenho de novos papéis, exigindo, ao mesmo tempo, que estes novos profissionais fossem integrados ao universo social contemporâneo. Estes sujeitos sociais eram orientados por um conjunto de convenções e reproduziam comportamentos que privilegiavam os interesses da sociedade implantada.

Adotar as formas da cidade burguesa era abraçar o universo material do mundo capitalista e isto implicava um íntimo compromisso com o conjunto de idéias e interesses que sustentavam o sistema e definiam suas práticas. As elites locais, através do Estado, não apenas assimilam as idéias, como reivindicam compromissos com grandes encargos financeiros. A administração pública implantava melhoramentos urbanos e tentava normatizar o uso dos espaços públicos e do comportamento social, através de manuais e códigos.

¹⁸⁰ Mumford, op.cit. p. 35.

Os interesses da sociedade são enunciados em diferentes lugares, sob variadas formas de expressão, dentre as quais evidenciam-se a construção e a veiculação de imagens e de discursos. Compreende-se que a construção do discurso, tanto em seu caráter reprodutor, quanto projetivo, é resultado de uma intermediação entre diferentes planos de interesses de seus emissores, assumindo um papel essencial em todo o processo de transformação. É através dos discursos orais e escritos que a sociedade veicula, tanto as idéias estruturais de seu projeto de cidade, quanto as soluções mais supérfluas. Por essa perspectiva, interpreta-se o discurso como o instrumento inaugural do processo. Essencial em todos os estágios da transformação. Através deles emergem os argumentos inovadores e as justificativas para adoção de determinados procedimentos, assim como os argumentos para a manutenção e especialização das medidas mantenedoras. Movidos por um constante processo de atualização, se realimentam e reformulam as demandas e os benefícios.

Contudo, esta discussão em torno das reais intenções da orientação da imagem da cidade, no século XIX, recupera e evidencia a concepção de cidade como artefato cultural, vinculando-a diretamente ao plano simbólico através de seu relevante papel de representação social. A forma configurada constitui-se evidência material de um complexo arranjo das necessidades e desejos de uma determinada sociedade que, em última instância, implica a construção de uma imagem idealizada, que pretende superar as limitações e avançar em direção à idéia de virtude. A busca desta imagem desejada implica na apresentação de soluções formais que privilegiam o tratamento estético, justificando, assim, o caráter artístico que reveste a cidade.

Além dos aspectos sociais e políticos envolvidos na intensificação do processo de renovação urbana, ressalte-se o relevante papel dos interesses econômicos, na disputa do domínio e na formatação desses espaços. Quanto ao uso e significação do espaço, recorre-se à observação introdutória de Paulo Knauss, em *Cidade Vaidosa*:

(...) É preciso ter em conta que o espaço não se apresenta como um elemento natural ou físico, mas sobretudo como um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação. A disputa simbólica surge como transfiguração das disputas de poder da sociedade. Esses sentidos, são socialmente construídos, revelam maneiras de sentir e de pensar da sociedade, é assim que as operações de significação tornam-se objeto da pesquisa histórica.¹⁸¹

Ao refletir sobre a produção de objeto nos espaços urbanos, Knauss¹⁸² nota que, freqüentemente, ela “acompanha um rearranjo do cenário da cidade”. Para o autor, “diferentes grupos sociais, em diferentes circunstâncias, puderam interferir no ambiente urbano, mediante a colocação ou atribuição de caráter histórico e artístico a uma peça urbana”. Para isso, Knauss sugere a existência de uma dinâmica que proporciona aos cidadãos a resignificação dos diversos territórios do seu cotidiano e construir sua identidade com a cidade, ressaltando, ainda, o caráter emblemático desses objetos, erguidos como demarcadores do espaço da cidade e definidores da significação de sua urbanidade.

2.5 BELEZA DO ARTEFATO

A cidade surge como um artefato embelezado a partir de imagens idealizadas pelos artistas. O espaço urbano se consolida como realização da civilização e ganha o caráter de uma obra de arte, passando a significar o lugar da cultura. Após a Revolução Industrial, a cidade atende, prioritariamente, aos interesses da sociedade burguesa e capitalista, sendo transformada em produto. Os aspectos estéticos passaram a ser utilizados como ornamentos de uma sociedade emergente que tentava legitimar-se como herdeira de uma tradição aristocrática.

Mesmo regida por outro ritmo e outros interesses, a cidade do século XIX, também procura garantir a segurança e a ordem. Assim como as urbes localizadas em épocas mais remotas, sua identidade não é definida apenas pelos aspectos estruturais ou pela praticidade do cotidiano. Na realidade, a configuração da cidade ressalta a originalidade do traçado urbanístico e a beleza

¹⁸¹ KNAUSS, Paulo. *Cidade Vaidosa* – imagens urbanas do Rio de Janeiro. Coordenação Paulo Knauss. Introdução. Rio de Janeiro: Sette letras, 1999, p.p. 7;8.

dos espaços públicos, destacando o tratamento estético de seus monumentos e de suas fachadas arquitetônicas. Sendo assim, elementos que nem sempre foram considerados como essenciais, por seu caráter ornamental e suas vinculação com a esfera das emoções e dos desejos dos homens, são, realmente, características que demonstram a virtude e a humanidade das cidades.

Ainda que as intervenções apresentassem um caráter autoritário e valorizassem os efeitos cenográficos, não há como negar que o novo modelo de cidade saneada e embelezada trouxe melhorias consideráveis para a população urbana. Do ponto de vista estético, a cidade modelada a partir da segunda metade do século XIX preserva soluções estabelecidas pelas cidades barrocas. Tais cidades apresentam um traçado regular e de aparência racional, configurado pela planta em forma de tabuleiro de xadrez. Entretanto, a regularidade deste traçado, em geral, contrasta com a diversidade dos estilos apresentados pelo conjunto edificado. Alinhados em seqüência ou destacados por gabaritos monumentais e fachadas profusamente decoradas, as construções ressaltam projetos que priorizam o tratamento estético da obra.

Com freqüência, os projetos mantêm a tradição formal e construtiva vinculada à função da edificação construída, mas muitas vezes, priorizam as soluções materiais e os estilos. Mas em geral, as obras arquitetônicas demarcam o espaço urbano e evidenciam a hierarquização dos setores econômicos e das classes sociais.

Hausmann justificou a regularidade do traçado imposto a algumas áreas de Paris como um recurso estético para destacar a beleza das perspectivas e a monumentalidade e a beleza de determinadas obras arquitetônicas e monumentais. Na prática, a regularidade da malha urbana visava destravar a aglomeração dos espaços mais tradicionais e facilitar o fluxo das vias de circulação. Assim, pretendia-se garantir o controle da ordem e a segurança social dos espaços públicos. Por outro lado, o projeto de reforma de Paris aplicava grandes investimentos no aspecto o aspecto estético dos espaços de convivência como uma marca oficial do Estado e do progresso.

¹⁸².Ibid, p. 7.

Em decorrência das condições culturais encontradas nas Américas, a transposição do modelo urbanístico europeu praticamente não encontrou barreiras, a não ser de ordem técnica e estética. Entretanto, observa-se que as reformas brasileiras, sobretudo a da Capital Federal na primeira década do século XX, foi uma forte inspiração para as outras capitais do País. Deve-se notar, contudo, que a reforma urbana promovida em Manaus ocorreu na década anterior, mas que não deixou de adotar algumas práticas aplicadas na capital do País.

Os novos materiais desenvolvidos pela indústria e o avanço tecnológico mecanizavam o canteiro de obras e ampliavam as possibilidades construtivas além de acelerar o ritmo do processo e das relações sociais. Em virtude dessas possibilidades, o conjunto arquitetônico do novo modelo de cidade apresentava maior diversidade estilística e definia novas características para o desenho da nova paisagem urbana. Além do concreto, o ferro e o vidro revolucionavam as técnicas construtivas associada a versatilidade técnica da indústria tornava-se capaz a reprodução em série, praticamente de todos elementos da arquitetura tradicional, ainda que em geral não fosse obedecida as tradições construtivas, sobretudo no que se refere as relações de proporções e aos padrões das ordens clássicas.

A diversidade de funções promovia o surgimento de um conjunto arquitetônico composto por variadas tendências estilísticas. Por outro lado, nota-se que os projetos dessas edificações seguiam convenções mais ou menos rígidas evidenciando a clara hierarquia entre os variados segmentos da sociedade, reservando um espaço de destaque para a monumentalidade das obras realizadas pelo Estado, sobretudo aquelas que marcavam a presença e a autoridade do poder público, Além das construções para abrigar o corpo administrativo investiam em diversos programas de construções: mercados, estações teatros, igrejas, monumentos, circos, escolas, espaços esportivos, áreas de lazer, como passeios públicos e ajardinamento de praças.

Deve-se reconhecer que em função dos interesses comerciais, o espaço urbano se democratizava, permitindo a instalação das mais variadas atividades

comerciais e industriais. A ampliação e a diversidade estilística manifesta nos centros históricos contava ainda, com efetiva participação de obras do setor comercial e do industrial, cujas características passavam a contribuir para a composição de um novo desenho da paisagem da cidade.

O conjunto arquitetônico com suas fachadas ornamentadas era destacado através de gabaritos monumentais, sobretudo nos projetos governamentais. A sociedade burguesa tratava os espaços urbanos a partir da concepção de cidade barroca, tanto do ponto de vista conceitual quanto em seu aspecto formal. Planejadas a partir da vontade do príncipe, as cidades barrocas se definiram como espaços embelezados e seguros para as elites que dele usufruíam. Todavia, nota-se que sob o manuseio da sociedade burguesa que se redefinia no século XIX, os recursos estéticos tradicionais passaram a ser aplicados como artifícios para demonstrar um nível de civilização mais refinado.

Ao mesmo que o comércio democratizava o uso dos elementos ornamentais e atendia a diversificação de gostos, vulgarizava expressões tradicionalmente comprometidas com a aristocracia, destituindo o seu significado original. Compreende-se que a velocidade com que o processo de modernização e seus produtos foram instalados, não possibilitava imediata assimilação das inovações, nem mesmo nos centros mais atualizados, pois era uma novidade que se implantava no Mundo Ocidental.

O espírito de concorrência estimulado pela sociedade capitalista não se restringia a disputa entre a aparência e a qualidade dos produtos comercializados, mas difundia-se em todas as atividades sociais, assim a aparência visual das fachadas arquitetônicas integravam o universo de concorrência. A cidade como um espaço social assumia o mesmo papel de qualquer produto comercial, necessitava, portanto de embalagens atrativas, A disputa interna era estimulada pelos freqüentes concursos promovidos pelo Estado, ora para a construção, ora para promover a disputa e premiar a capacidade técnica e artística dos profissionais.

A permissividade estilista e a versatilidade industrial possibilitavam os mais ousados projetos arquitetônicos e, mesmo que as construções ainda guardassem

referências históricas, passaram a apresentar projetos com formas mais originais. As novas funções sociais exigiam diferentes espaços, não somente para as suas atividades práticas, mas também para a exibição e a ostentação.

Quanto a apontada extravagância dos projetos arquitetônicos, deve-se observar que naquele momento, o Ecletismo tornava-se um movimento estilístico internacional. Depois de resgatar diferentes vocabulários artísticos manifesto na história ocidental, arquitetos europeus passaram a explorar variadas referências orientais e em seguida passaram a criar híbridos compostos a partir de diferentes referências estilísticas. Os projetos comprometidos com linhas mais tradicionais tendiam a manter a orientação estilística histórica e vinculavam a forma à função das construções. Contudo, entre os projetos de feição mais populares, nota-se o predomínio de tendências mais livres e aleatórias, gerando soluções criativas, mas muitas vezes obras de gosto duvidoso.

Podemos questionar qual o verdadeiro papel desempenhado pelos elementos artísticos no projeto da nova imagem idealizada para a cidade. Como foi visto, o uso do termo “embelezar” e “melhorar” vinculava a conotação estética aos aspectos modernos. Em geral, o seu uso implicava no uso de elementos decorativos, sobretudo como justificativa para os projetos monumentais e profusamente decorados. Características que tornavam muito mais dispendiosas as obras arquitetônicas, mas o uso destes elementos artísticos dava maior relevância e visibilidade aos projetos. Além disso, essas manifestações atendiam as aspirações e desejos da burguesia, que através da ostentação de refinamento pretendia aproximar-se das tradições aristocráticas.

Parte II

REFUNDAÇÃO



Avenida Eduardo Ribeiro - 1900

3 CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE MANAUS

Até a última década do século XIX, algumas cidades européias experimentavam grandes transformações em virtude do processo de industrialização e das reformas urbanas. Enquanto isso, Manaus mantinha-se como um povoado bucólico, praticamente isolado no meio da selva amazônica, afastado dos grandes centros de civilização.

A descrição desse povoamento, a partir de características rudimentares, poderá ser convenientemente confrontada e contrastada com as imagens apresentadas no início do século XX, quando a imagem da cidade encontrava-se completamente transformada. O contraste resultante da confrontação das narrativas e das imagens difundidas nesses dois períodos distintos é um dos principais indícios que sustentam a hipótese de que, na última década do século XIX, ocorreu uma **refundação da cidade**.

Ao se buscar uma imagem da cidade mais de acordo com a noção de civilização da época, constata-se que os presidentes demonstravam preocupações quanto ao planejamento urbano. Eles sugeriam medidas estruturais para ordenar o crescimento da área urbana e evitar a manutenção dos traços orgânicos que marcavam o seu traçado original.

3.1 IMAGEM EM FORMAÇÃO.

A origem da cidade de Manaus data do século XVII, quando os portugueses passaram a explorar a região amazônica em busca de escravos

indígenas e, na segunda metade daquele século, fundaram a primeira povoação do Rio Negro¹⁸³. Ao se referir à sua formação, em 1774, o ouvidor Sampaio Ribeiro¹⁸⁴ relata que era uma Missão Carmelita que concentrava grande número de índios Tarumãs, chegando a ter oitocentos homens, e ficava localizada na enseada do Tarumã.

Para José Ribamar Bessa Freire¹⁸⁵, esse aldeamento serviu para aglomerar índios das mais diversas nações amazônicas, os quais eram trazidos por “descimento”, “guerras justas” e “reduções”¹⁸⁶. Na realidade, funcionava como um posto de trocas, mas a conotação escravagista daquela organização levou Bessa Freire a interpretá-la como um “*curral de índios*”.

Posteriormente, os portugueses se deslocaram para um outro lugar, também à margem esquerda do Rio Negro, mais próximo à confluência do ponto onde este encontra o Rio Amazonas. Ali instalaram um destacamento de resgate¹⁸⁷ e, em torno de 1669, ergueram nesse lugar a fortaleza da Barra de São José do Rio Negro - uma construção quadrangular, muito singela, feita de pedra e barro. Pelas descrições feitas, a fortaleza da Barra era uma construção de pequeno formato, construída com materiais frágeis, sem grande apuro técnico, mas, inegavelmente, foi o marco inaugural da arquitetura européia na cidade e caracterizava a introdução de um novo elemento arquitetônico, na uniformidade da paisagem.

Em torno da fortaleza foram reunidos índios Barés, Baniwas, Passés,

¹⁸³ SAMPAIO, Francisco Xavier de. *Diário da Viagem que em Visitação e Correição das Povoações da Capitania de São José do Rio Negro, fez o Ouvidor e Intendente Geral da Mesma*. Lisboa: Typographia da Academia, 1825. p. 95.

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ FREIRE, José Ribamar Bessa. Manáos, Barés e Tarumãs. In : *Arquitetura e Urbanismo* fev. e mar de 1987. p. 57.

¹⁸⁶ Havia alguma variação entre os termos e os métodos utilizados pelos portugueses para escravizar os índios da região. “Descimento” era o termo utilizado para o ato de transportar índios da floresta até um Destacamento de Resgate. Em geral, esses índios eram apanhados a partir dos ataques que faziam a grupos considerados hostis, que teriam em seu poder índios de outras nações como escravos. Os “resgates”, ainda que ilegais, continuavam sendo feitos até o século XIX. Em 1859, Bates (BATES, Henry Walter. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979, p. 133) observou que, na região, mantinha-se o hábito de comprar ilegalmente as crianças de tribos selvagens. As “reduções” eram as expedições organizadas com o objetivo de reduzir grupos indígenas considerados ameaçadores para o processo de ocupação da região.

¹⁸⁷ Grupamento de soldados que protegia e promovia o tráfico de escravos na região.

Manãos¹⁸⁸, Aruaques, Juris e de outras tribos que, junto a alguns brancos, formaram o primeiro núcleo populacional do que viria a ser a cidade de Manaus. A singela construção se destacava no verde da paisagem do rio Negro e determinava algumas variações da denominação do lugar, que passou a ser conhecido como Fortaleza da Barra, Fortaleza de São José do Rio Negro e, mais freqüentemente, Barra, Lugar da Barra e depois Vila da Barra do Rio Negro.

Uma das impressões mais remotas sobre a construção da fortaleza da barra é fornecida pelo ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio¹⁸⁹, quando visitou as povoações da Capitania de São José do Rio Negro, em 1774-75. Segundo as indicações de seu diário de viagem, essa construção foi realizada por ordem do general Antônio de Albuquerque Coelho, tendo Angelico de Barros assumido como o primeiro comandante dessa fortaleza, que ainda servia para guarnecer a entrada do rio Negro.

Naquela época, a Fortaleza da Barra ficava praticamente esquecida, no centro da região do Maranhão e Grão-Pará, um “Estado” constituído e separado do Brasil, com governo delegado pela metrópole. Seu território começava no Ceará e estendia-se até o rio Oiapoque. Após a morte de D. João V, em 1750, o governo português iniciou uma série de mudanças políticas e administrativas, na região amazônica. Em 1751, o Estado passava a se chamar Grão-Pará e Maranhão, sendo sua capital transferida de São Luís para Belém¹⁹⁰.

Na oportunidade, as medidas introduzidas pelo governo português demonstravam grande interesse em ocupar e controlar o extenso território amazônico. Dentre outros aspectos, essa lusitanização da cultura local significava, também, o estabelecimento de uma política de branqueamento. Em Lei de 15 de junho de 1752, o Conselho Ultramarino retomava a provisão de 1727 e ordenava que os missionários ensinassem os índios a falar, ler e escrever a língua portuguesa.

¹⁸⁸ Sobre os índios que vieram a dar nome à cidade, Martius (op.cit, 1938, p. 228) informa que os índios Manaus, primitivamente, eram antropófagos e muito belicosos, principalmente sob a liderança de seu cacique Ajuricaba. Eram temíveis caçadores de escravos, que vendiam aos holandeses de Essequibo, com os quais mantinham relações comerciais.

¹⁸⁹ Sampaio, op.cit, p.95.

Objetivamente, a intervenção do Estado, através do Marques de Pombal, procurava resgatar o único contingente de trabalhadores disponível na região. Previa-se que, retirando os nativos da tutela dos jesuítas, seria possível convertê-los em vassalos do rei e, assim, integrá-los à comunidade lusitana. Segundo Antônio Baena¹⁹¹, essa medida não convinha aos jesuítas, pois promoveria a efetiva comunicação entre portugueses e índios e retiraria deles o controle sobre o único e grande contingente de trabalhadores disponível no continente.

A questão é revista por Hélio de Alcântara Avellar¹⁹², que explica que a imposição da autoridade leiga “significava substituir a dualidade pela unidade administrativa”, pois, segundo o autor, o governo pretendia integrar economicamente os naturais, “mediante participação no trabalho da colônia, em vez de limitar-se à pequena comuna missionária”. Através de decretos, o governo recomendava o casamento de portugueses com índias, assegurando-lhes que não ficariam “com infâmia alguma”, e, antes, “se farão dignos de minha real atenção e serão preferidos nas terras”, e seus descendentes “habeis e capazes de qualquer emprego”.

Dentre algumas medidas adotadas por D. José I, destaca-se a de 6 de junho de 1755, que restituía “aos índios do Pará e Maranhão a liberdade das suas pessoas e bens”. Através de alvará, determinava-se que “os índios fossem governa-principaes e Justiças-Seculares, com inibição das administrações dos Regulares, derogando (sic) todas as Leis, Regimentos, Ordens e Disposições contrarias”. Nunes Dias¹⁹³ afirma que, quando partiu de Portugal para governar o Grão-Pará, Francisco Xavier Furtado, irmão do Marques de Pombal, trazia “ordens expressas de acabar com a escravidão do índio”, contudo, logo que chegou à região, percebeu que muitas terras permaneciam esquecidas por falta de mão-de-obra e que a liberdade dos índios “somente viria acabar de arruinar o

¹⁹⁰ DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. 1.º volume. Belém: Universidade do Pará, 1970. p. 157.

¹⁹¹ BAENA, Antônio Ladislau. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Pará: Typographia de Santos, 1839. p. 17.

¹⁹² AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fename, 1976. p. 155.

¹⁹³ Dias, op.cit, p. p. 176, 202.

Estado”. Por sua vez, Avellar¹⁹⁴ sugere que a atitude de D. José I em relação aos índios, em vez de traduzir “fins humanitários, representa providência de organização administrativa”.

A falta de braços na região era um problema agravado, sobretudo, pela grande extensão territorial do Grão-Pará e Maranhão, que se encontrava totalmente desassistido pelo Estado. As povoações eram, praticamente, administradas pela ordem jesuítica. A dramática situação em que se encontrava o território amazônico é descrita por Nunes Dias assim

*A terra era um autêntico deserto: desconhecido, bravio, inexplorado. A Amazônia era uma região perdida. Isolada de todos os lados por florestas ignotas e enigmáticas, lutava com dificuldades de contacto entre si e, bem assim, com outras regiões vizinhas. Vivia desamparada. As distâncias não eram medidas em quilômetros, mas, sim, em dias e meses. Tudo era penoso e problemático.*¹⁹⁵

Para ressaltar as grandes dificuldades de ocupação do território, Nunes Dias classifica as terras amazônicas como “um autêntico deserto”, reproduzindo uma expressão hiperbólica empregada pelos primeiros colonizadores perante as dificuldades encontradas para a ocupação do litoral brasileiro e sugerindo uma grande semelhança com o processo ocorrido em outras partes do País.

Naquele momento, o embrião da atual cidade de Manaus não era mais que uma grande aldeia, que agrupava diferentes etnias da região. Em 1774, o ouvidor Sampaio observou que, em torno da fortaleza, em um terreno elevado, havia uma “não pequena povoação de índios”, na qual habitavam alguns moradores brancos.

A presença portuguesa era proporcionalmente muito pequena, portanto, as tentativas de “lusitanização” da Amazônia faziam parte de um processo muito lento e sem continuidade. A presença do Estado era, também, muito limitada. Apresentava-se, sobretudo, através da legislação, que implantava medidas que, muitas vezes, evidenciavam o objetivo de fazer da região “um imenso Portugal”. Além das tentativas de impor o uso da língua portuguesa, substituiu por nomes de origem portuguesa a denominação de todas as povoações que apresentavam

¹⁹⁴ Avellar, op.cit, p. 155.

¹⁹⁵ Dias, op.cit, p. 163.

nomes indígenas.

A emissão da *Carta Régia*, em 3 de março de 1755, demonstra a intenção de ocupar efetivamente o território. Através deste documento, a região foi subdividida, criando-se a Capitania de São José do Javari, que, dois anos depois, passou a denominar-se Capitania do Rio Negro, administrada por um governador subalterno ao Governador e Capitão General do Estado do Pará. A capital da nova capitania ficou sediada na aldeia de Mariuá, que, em 1758, foi promovida a vila e passou a denominar-se Barcelos¹⁹⁶.

Naquele período, o Lugar da Barra mantinha-se como um pequeno povoado, sem maiores destaques no cenário político da região. Em 1786, quando a expedição do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira¹⁹⁷ passou pelo lugar, observou que este se dividia “em dous bairros, ao longo da margem boreal: ambos elles ocupam uma porção da barreira que medeia entre os dous igarapés da Tapera dos Maués, e ditos dos ‘Manãos’”. A população do lugar era de 301 habitantes, dos quais 243 eram índios, 47 brancos e 11 escravos negros. A povoação tinha uma igreja matriz, uma olaria, uma casa para construção de canoas e 45 casas residenciais. Notou, ainda, que o forte, o qual antigamente estava “dirigido tão somente para guarnecer a boca do rio, e para rebater o maior pezo do gentilismo”, encontrava-se em ruínas, era “um fantasma” que muito pouco “iludia” e não conservava uma só peça. Ferreira lembrou que, “antes de se formalisar aquella povoação, até chegar aos termos” em que se achava, “não haviam n’ella mais do que algumas palhoças, em que se agasalhavam alguns indios e indias”.

No final do século XVIII, por um curto período, o Lugar da Barra experimentou uma grande mudança em sua paisagem material, ganhou novas construções públicas e suas atividades industriais tiveram grande impulso. Esta fase de prosperidade foi iniciada em 1791, em decorrência de uma decisão do governador da Capitania do Rio Negro, Manoel Lobo d’Almada, que, sem a autorização do Governador do Grão-Pará, transferiu a sede de sua região

¹⁹⁶ Avellar, op.cit, p. 155 e Baena, op.cit.,p. 135.

¹⁹⁷ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*. Rio de Janeiro: Circulo do Livro, 1971. p. 576.

administrativa para o Lugar da Barra, por entender que sua localização geográfica era muito mais conveniente que a de Barcelos.

Para o historiador Artur Reis¹⁹⁸, a decisão de Lobo d'Almada foi acompanhada de uma série de medidas complementares, tais como a instalação de vários prédios para os serviços públicos (o palácio dos governadores, o quartel de guarnição e a enfermaria militar de São Vicente) e a implantação de diversos estabelecimentos industriais: de confecção de tecidos de algodão, de fécula de anil, de cordoalha e um estaleiro para a construção de canoas. A introdução desses melhoramentos era um fato considerável para aquele momento e gerou um repentino movimento de progresso na região. Contudo, Reis informa que justamente a realização destas melhorias teria provocado o despeito do governador do Grão-Pará, D. Francisco Coutinho, que, temeroso de perder o cargo para Lobo d'Almada, criou-lhe uma série de embaraços, que culminaram com a ordem de “transladar” a capital para Barcelos, através da *Carta Régia* de 1798.

Após o governo de Lobo d'Almada, a Capitania do Rio Negro manteve-se sob a administração de uma junta governativa, até 1801. Posteriormente, foram nomeados alguns governadores, sem qualquer relevância política. A região do Amazonas voltara a mergulhar em uma situação de marasmo e decadência financeira. Todavia, a atitude de Almada não fora em vão. Em 1804, Dom Marco de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, substituiu Coutinho no governo do Grão-Pará e ordenou que a capital da Capitania do Rio Negro se transferisse para o Lugar da Barra. Esta ordem, porém, só foi cumprida em 29 de março de 1808, quando o Capitão de Mar e Guerra, José Joaquim Vitória da Costa, assumiu o posto¹⁹⁹.

Aparentemente sem grandes projetos para a região, em 1823, a *Representação Nacional* do novo império brasileiro manifestava-se através de medidas administrativas, promovendo uma nova distribuição do território e

¹⁹⁸ REIS, Artur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. p.p. 145-7.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 149; 15.

rebaixando a Capitania do Rio Negro à condição de Comarca²⁰⁰.

Em 25 de junho de 1833, o *Conselho Geral da Província do Pará*²⁰¹ retoma a questão dos limites da região e divide a província em três Comarcas, a do Grão Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto-Amazonas. A última compreendia os termos das Vilas de Manáos, Luzêa, Tefé e Mariuá. O artigo 27 desse documento determinava que "O Lugar da Barra do Rio-Negro fica erecto em Villa com a denominação de Manáos, servindo de cabeça do Termo". Além dessas medidas, o documento restabelecia as antigas denominações de origem indígena das vilas e termos²⁰² da região, que haviam sido mudados em 1755, determinando para as novas localidades criadas a mesma orientação.

3.2 NARRATIVAS DA CIDADE

Uma das primeiras descrições da cidade de Barra, no século XIX, foi feita em 1819 por Karl Von Martius e Johann Von Spix²⁰³. Os alemães observaram que, naquela época, o "lugar" ainda não atingira a condição de vila e situava-se "num terreno desigual, cortado por diversos córregos" e, como em todas as vilas do Estado, suas casas eram quase que exclusivamente de um só pavimento, com paredes "construídas a pau-a-pique e barro, cobertas geralmente de folhas de palmeira" e ficavam "espaçadas uma das outras", formando algumas ruas irregulares.

Em 1823, o lugar foi descrito pelo padre José Maria Coelho como uma reduzida povoação, com apenas onze pequenas ruas e uma "praça quadrada". O padre ressaltou a construção de alguns "edifícios nobres", que eram cobertos com telhas, entretanto, Coelho observou que o Palácio do Governo, a Secretaria da Provedoria, assim como o aquartelamento militar, ainda eram cobertos com palha.²⁰⁴

²⁰⁰ ARAÚJO E . AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topographico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Commercial, 1852. p. 83.

²⁰¹ *Divisão das Comarcas – Sessão do Conselho Geral da Província do Pará de 25 de Junho de 1833*.

²⁰² Subdivisão de comarca sob a jurisdição de um juiz ou pretor.

²⁰³ MARTIUS, Carl Friedrich e SPIX, Johan Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Melhoramentos, INL, IHGB. p.p. 127, 128.

²⁰⁴ COELHO, José Maria. *Memória sobre a capitania de São José do Rio Negro*. In: Revista do IHGB, v. 203. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. 121.

Em 1828, o tenente inglês Henrique Lister Maw²⁰⁵ observou que a cidade era dividida por alguns pequenos portos,²⁰⁶ as ruas não eram calçadas e quase todas pareciam inacabadas. Entre as obras arquitetônicas do lugar, o inglês destacou um hospital “grande e bem edificado”, de construção recente; mas, quanto à igreja, notou que era pouco ornada e ficava em frente ao rio, “tendo hum largo de frente e o quartel ao pé, atraz do qual, e hum pouco mais abaixo está o Forte”. Maw observou que havia “huma ponte de páo direita, e supportada por estacas” construída em frente de um dos tais “portos” e ao pé do hospital estava sendo construída outra. Apesar de existirem várias casas boas, algumas com dois andares, não formavam “parte alguma principal da cidade”, porque haviam sido construídas em diferentes ruas, ao lado ou anexas a outras construções de qualidade inferior.

Em 1848, ao ser promovida à categoria de cidade, Manáos passou a denominar-se Cidade da Barra do Rio Negro. Entretanto, mantinha praticamente a mesma paisagem urbana, sem grandes obras ou edifícios públicos destacáveis. No último dia do ano de 1849, desembarcou na cidade da Barra do Rio Negro o naturalista inglês Alfred Russel Wallace²⁰⁷. Observou que a cidade assentava-se em um terreno irregular e era cortada por dois igarapés, e sobre cada um deles havia duas pontes de madeira. As ruas eram “dispostas de maneira regular”, mas não tinham qualquer tipo de calçamento e, além disso, eram “esburacadas e cheias de altos e baixos, tornando bem desagradável caminhar-se por elas à noite”. As casas eram geralmente de um só piso, cobertas de telhas e assoalhadas com tijolos. As paredes eram quase sempre pintadas de branco e amarelo e as portas e janelas de verde. Wallace observou que era “bem agradável o aspecto do casario rebrilhando ao sol” e notou, ainda, que, na cidade, havia duas igrejas, mas eram “muito pobres e bem inferiores a de Santarém”.

²⁰⁵ MAW, Henry Lister. *Journal of passage from the Pacific to the Atlantic crossing the Andes and down the Amazon and descending the river Maranhão*. Londres, 1829. p. 210.

²⁰⁶ É provável que o tradutor não tenha encontrado um outro termo mais adequado para definir os pequenos cursos d’água que cortavam a cidade em várias direções e que na região são denominados de igarapés.

²⁰⁷ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1979. p. 109, 110.

Naquela época, a população de Barra estava calculada em torno de cinco ou seis mil habitantes, sendo em sua maior parte composta por índios e mestiços. Wallace²⁰⁸ suspeitava que fosse “bem provável” não existir, entre as pessoas nascidas no local, uma única de “sangue inteiramente europeu”, pois destacava que a miscigenação entre portugueses e índios tinha sido “considerável”.

Em 1850, Lourenço Araújo Amazonas²⁰⁹ informava que a cidade era cortada por igarapés e seus três bairros eram “todos assaz aprazíveis e arejados”. Destaca o dos Remédios como um dos “pontos de magníficos pittorescos”, de onde se avistava a cidade, confundindo-se as casas com as árvores e os mastros dos barcos ancorados nos igarapés. Segundo ele, “consta a cidade de uma praça e dezesseis ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e illuminar”. O observador notava ainda que as casas eram cobertas de telhas e poucas eram de construção sólida, e os sobrados eram em número diminuto. E, quanto ao aspecto visual das lojas, dizia que “carecem de mais gosto em sua peculiar ostentação”.

Em 5 de setembro de 1850, a Comarca do Alto Amazonas foi elevada à categoria de Província, iniciando, na segunda metade do século XIX, algumas mudanças significativas na história da cidade. Nessa época, a região passou a despertar um crescente interesse internacional, tornando-se mais freqüente a presença de viajantes: pesquisadores, cronistas, cientistas e aventureiros que eventualmente divulgavam os relatos de suas investigações e observações sobre o aspecto da cidade. Contudo, a instalação da Província do Amazonas só foi efetivada em 5 de setembro de 1852, quando chegou à Barra o seu primeiro presidente, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

No ato da Instalação da Província do Amazonas, encontravam-se em Barra William Herndon e Ladner Gibbon²¹⁰, oficiais da marinha americana, que fazem uma descrição da cidade, naquele momento. Observam os americanos que a cidade era cortada por duas ou três ravinas e pontes de madeira bastante

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ Araújo e Amazonas, op.cit, p. 189.

²¹⁰ GIBBON, Ladner e HERNDON, Lewis. *Exploración del Valle del Amazonas* (Tomo I). Quito: Monumenta Amazônica, 1991.

razoáveis, ligando os dois bordos dessas ravinas. As casas eram geralmente baixas, mas havia três ou quatro de dois andares. Eram de madeira e taipa, cobertas com telhas e ladrilhadas; as paredes eram rebocadas com terras coloridas que eram abundantes nas margens dos rios da região.

Manaus era a capital provincial localizada na região mais distante da Corte e, para chegar a ela, era necessário empreender longas, lentas e nem sempre cômodas viagens fluviais; enfrentar os perigos da fauna, das moléstias e da hostilidade dos “selvagens”. A pequena cidade mantinha-se cercada por um vasto e rico território, mas não dispunha de braços nem tecnologia para explorar suas riquezas naturais. Permanecia em condição de pobreza, sua população era rarefeita, a agricultura quase nula e o comércio insignificante.

Atendendo às prerrogativas da Lei n.º 68²¹¹, a partir de 4 de setembro de 1856 a cidade assumia definitivamente a denominação de Manáos, mas este fato não alterava o ritmo de sua rotina. Dois anos depois, foi lançada a pedra fundamental da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - a obra arquitetônica mais significativa da cidade, construída durante o período provincial.

Em 1858, ao passar pela cidade, o pintor e viajante francês²¹² François Auguste Biard²¹³ ficou chocado com a paisagem e com os costumes locais. Ele descreveu Manaus como uma “pequena localidade cheia de subidas e descidas”, onde as ruas eram “esteiradas de capim” e onde se testemunhavam “mexericos e maledicências como nunca se presenciara em outros lugares do mundo”, levando-o a afirmar que as “histórias” locais não mereciam crédito. Além disso, Biard criticou o ritmo local, dizendo que ai não se tinha pressa para nada, deduzindo que, para os habitantes, o dia parecia ter 48 horas.

As maiores dificuldades encontradas pelo viajante francês decorriam de sua limitada compreensão do contexto local, pois preservava os parâmetros de sua cultura, mantidos até mesmo nos adereços de sua indumentária, tais como o uso de luvas, gravata e chapéu. O contraste da relação é acentuado pelo autor, ao se

²¹¹ *Coleção de Leis da Assembleia Provincial do Amazonas*. Manáos: Typographia de Francisco S. Ramos, 1863. p. 32.

²¹² O Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro possui algumas peças significativas desse artista em seu acervo de pinturas do século XIX.

²¹³ BIARD, François Auguste. *Dois anos no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 216, 217, 219.

colocar em uma cena que descreve um senhor “bem trajado”, sentado sobre uma pilha de palha de coqueiro, ao lado de um porco que chafurdava na lama e circundado pelos vôos e ruídos de urubus enfurecidos, na disputa de uma carniça de tartaruga.²¹⁴

Em 1859, quando passou por Manaus, o médico alemão Robert Avé-Lallemant²¹⁵ confessou-se impressionado com o exotismo do lugar e se referiu à localização da cidade como “lindamente situada”, mas, ao descrever seus elementos, teve dúvidas se chamaria de ruas “os meros lanços, términos, esquinas e interrupções ”que subiam e desciam por toda a parte. Para o alemão, o Palácio dos Presidentes “parecia mofar um tanto maliciosamente do seu nome e se sustinha sobre pés fracos”. Avé-Lallemant demonstra um encantamento perante o alegre contraste apresentado pela cidade. Nota que:

Terras altas e baixas - casas nos oiteiros e à beira d'água - sólidos edifícios em estilo europeu, primitivas casas tapuias de barro - ora rua, ora igarapé - ali uma estrada, aqui uma comprida ponte de madeira; junto à margem, um vapor; perto dele, uma canoa do Amazonas; numa porta, uma cara branca; bem perto daí, banha-se um menino fusco-e assim tudo gira, pára, anda e nada confusamente.”²¹⁶

Em setembro de 1865, chegou a Manaus a expedição científica dirigida pelo zoólogo suíço Louis Cary Agassiz²¹⁷, composta por 15 membros, incluindo sua mulher, a americana Elizabeth Agassiz, que atuou como cronista da expedição, fazendo interessantes observações a respeito da cultura local. Ao se perguntar o que poderia dizer de Manaus, a cronista responde:

É um pequeno aglomerado de casas, metade das quais prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de se sorrir ao ver castelos oscilantes decorados com o nome de edifício público: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfandêga, Presidência. Entretanto, a situação da cidade, na junção do Rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi uma das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um

²¹⁴ Ibid., p. 219.

²¹⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas*. Belo Horizonte:Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980. p. 101, 102.

²¹⁶ Ibid., p.100.

²¹⁷ AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: Editora Nacional, 1975. p. 127.

*grande centro de comércio e navegação.*²¹⁸

Explicou ainda que “Palácio” era o nome “invariavelmente dado à residência do presidente”, mesmo que não passasse de uma “pequena casa modesta demais para carregar tão pomposo título”. O casal Agassiz²¹⁹ reconheceu que a construção da igreja Matriz estava muito bem localizada, no alto de uma colina, e que seria digno de nota se algum dia a obra fosse concluída, pois se mantinha no estado em que estava há muitos anos e achava que provavelmente assim ficaria “indefinidamente”.

Em 1868, o engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger²²⁰ passou pela região como integrante da Comissão Demarcadora da Estrada Madeira-Mamoré. Naquele momento, ressaltou que, apesar de ostentar o pomposo título de Capital da Província do Amazonas, Manaus não passava de uma cidade insignificante, com cerca de 3.000 habitantes. Suas ruas eram mal niveladas, sem pavimentação e o conjunto arquitetônico da cidade era composto por casas baixas e cabanas de construção muito primitiva, sem qualquer noção de beleza arquitetural, possuindo muitas vendas de portugueses.

Em publicação datada de 1873, o cônego Francisco Bernardino de Souza²²¹ informava que Manaus possuía mais de vinte ruas, onze travessas, três estradas e sete praças, pelas quais se distribuíam quatrocentas e noventa e quatro casas, sendo duzentas e cinqüenta e cinco cobertas com telhas e duzentas e trinta e nove com palha, notando ainda que, entre as primeiras, havia dezoito sobrados. O comércio era constituído por quarenta e nove casas comerciais.

O cônego Bernardino de Souza²²² observa que a borracha ocupava o primeiro lugar entre os gêneros de exportação, seguida pelo pirarucu seco e outros produtos naturais. Com o crescimento da demanda industrial, o látex

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Ibid., p. 174, 199.

²²⁰ KELLER-LEUZINGER, Franz. *The Amazon and Madeira rivers*. Londres: Chapman and Hall, 1874, p.34.

²²¹ SOUZA, Francisco Bernardino de. *Lembranças e curiosidades do Amazonas*. Pará: Typographia do Futuro, 1873. p. 204.

²²² Ibid.

começava a ser valorizado no mercado internacional e iniciava uma fase de deslumbramento na economia da região. Entretanto, as atividades comerciais ainda eram limitadas e os lucros reduzidos, pois a descrição da cidade não indica qualquer mudança que evidenciasse sintomas de prosperidade financeira na sociedade local. Não havia maiores investimentos aplicados na imagem da cidade.

A fala do presidente Satyro de Oliveira Dias²²³ é esclarecedora a respeito da situação financeira da Província do Amazonas. Em relatório datado de 1º de outubro de 1880, reconhece que a província “carecia” de muitas obras, mas justificava ser impossível realizá-las, por não dispor de recursos suficientes. O presidente afirmava que se ocuparia de algumas, “sem esquecer a necessária prudência na decretação das verbas respectivas”, pois, segundo ele, era conveniente “ter em mira” que o futuro da província não poderia ser “levado à conta das prosperidades do presente”. Contudo, Dias alertava que o Mercado Público funcionava em “um velho edifício esboroadado e repugnante” e convinha ser substituído por outro que desse “melhor idéia da nossa civilização”. O Cemitério Público também necessitava de “favores”, pois, nas condições em que se encontrava, era quase impossível abrir novas sepulturas, conforme exigiam as noções de “Hygiene e a Saúde pública”.

Naquele momento, a idealização de uma nova imagem para a cidade esbarrava, continuamente, nas limitações de ordem financeira. As argumentações do presidente indicam a valorização de uma imagem mais de acordo com as noções de “civilização” e “higiene”, elementos que constituíam a base das reformas urbanas do século XIX, que se orientaram pela busca de uma imagem saneada e embelezada da cidade.

O movimento em torno das atividades comerciais crescia rapidamente e, em poucos anos, a cidade começava a demonstrar alguns indícios de prosperidade financeira. Em 1885, quando o engenheiro Ernesto Mattoso Maia Fortes passou por Manaus, integrando a Comissão de Estudos da Estrada Madeira-Mamoré, observou que a cidade era “assás grande”, com cerca de oito a

nove mil habitantes²²⁴. Entretanto, informava serem raras as “casas boas”. As ruas eram em rampa e mal calçadas. Porém, notou que algumas “casas commodas” se encontravam em construção. O engenheiro elogiou a solidez e a boa edificação da igreja Matriz e as obras da igreja dos Remédios, do Mercado e do Passeio Público. Notou também a existência de oito a dez pontes sobre os igarapés, destacando a construção de uma ponte que se destacava pelo tamanho e outra, de ferro, “construção americana, elegante, inaugurada em 1880”²²⁵.

O custo de vida na cidade era extremamente alto. Fortes ressalta que as casas eram muito caras, assim como os gêneros de primeira necessidade, e observa que os trabalhadores eram raros e caros, concluindo que, na cidade, era “incrível a depreciação do dinheiro”. O engenheiro critica o valor exorbitante gasto na construção de um teatro, cujas obras haviam começado em janeiro de 1884, pois, segundo ele, não era “uma das primeiras necessidades”, uma vez que a cidade ainda não gozava de serviços de iluminação a gás, esgotos e águas encanadas. Todavia, explicava que essa obra se justificava pelo saldo financeiro apresentado pelos cofres da Província, prevendo que, se as verbas fossem bem empregadas, em pouco tempo Manáos seria “uma cidade aprazível”.

Nos primeiros anos da Província, os serviços públicos eram praticamente inexistentes e os que existiam eram deficientes. O sistema de iluminação só foi iniciado em 1857, mas era muito precário e irregular. Posteriormente, fizeram-se várias tentativas para melhorar o serviço, empregando diferentes sistemas de iluminação, mas não se conseguiu uma solução eficiente até os últimos anos do século XIX. Praticamente por todo o período provincial não houve um sistema de abastecimento de água. A população se servia dos muitos igarapés que cortavam a cidade ou recorria aos aguadeiros ambulantes.

²²³. DIAS, Satyro de Oliveira. *Relatório do presidente da Província de 1º de Outubro de 1880*. Manáos: Typographia do Amazonas, 1880. p. 25.

²²⁴ FORTES, Ernesto Mattoso Maia. *Intinerario e Trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada Madeira-Mamoré*. Impressões de viagem por um dos membros da mesma. Rio de Janeiro: Soares & Niemeyer, 1885. p. 61.

²²⁵ Ibid.

A atividade dos aguadeiros foi mencionada por alguns viajantes que passaram em Manáos. Em 1865, Elizabeth Agassiz²²⁶ observou que, em dois horários do dia, índios e negros recolham água no Igarapé da Cachoeira Grande, em potes de cerâmica vermelha, e saíam em verdadeira procissão, vendendo água pela cidade. A inauguração da primeira Estação de Bombeamento de Águas só ocorreu em 1884, entretanto, a regularização de um eficiente sistema de distribuição de água potável só ocorreria décadas depois.

A arborização da cidade teve apenas algumas tímidas tentativas, importando-se palmeiras de outras regiões. Além de inadequado, o sistema era muito dispendioso para as parcas receitas provinciais. As tentativas de se instalar um sistema de limpeza pública, uma rede esgotos e um serviço de telefonia só ocorreriam no período republicano.

A Província do Amazonas ainda não dispunha de uma situação financeira estável, que lhe permitisse usufruir os benefícios promovidos pela industrialização e adotar as práticas propostas pelas idéias de saneamento e saúde pública. Assim, era natural que as condições da pequena capital provocassem impactos e impressionassem os viajantes europeus, sobretudo aqueles que não conseguiam desvincular-se dos hábitos e das tradições de sua cultura, limitando, muitas vezes, a interpretação que faziam dos costumes da população e do lugar.

Em 1886²²⁷, ao comentar as deficiências apresentadas na construção do Liceu Provincial, o presidente da Província, Vasconcellos Chaves, observou que em Manaus quase não havia edifícios públicos e recomendava “maior cuidado” no plano das futuras edificações da cidade, pois compreendia que isso concorreria “grandemente para o seu embellezamento”.

Naquele mesmo ano, o *Jornal do Amazonas*²²⁸ apresentava um editorial exaltando a Província, classificando-a como “grande, rica e cheia de elementos de prosperidade” e elogiando a administração de Chaves que, em um ano, havia trabalhado com patriotismo e se dedicado à causa pública. Entre suas obras,

²²⁶ AGASSIZ, op. cit, p. 127.

²²⁷ CHAVES Vasconcellos, *Relatório de 03 de março de 1886 do presidente da Província*. Manáos: Typographia do jornal *Amazonas*, 1886. p. 32.

²²⁸ *Jornal do Amazona*. 4 de novembro de 1886, p. 4.

destacou-se a conclusão do Liceu Provincial, “o mais vasto ediffico publico”. A tendendo às exigências da higiene pública “dêo vida à empresa das obras de abastecimento d’agua”, concluiu a Igreja de São Sebastião e realizou importantes reparos na Cadeia Civil da capital.

O conjunto de narrativas agrupado neste trabalho, embora com sutis diferenças, apresentam diferentes imagens da cidade. A persistência com que alguns elementos integram as descrições pode definir traços característicos do lugar. Um vilarejo de pequeno formato, de aspecto bucólico, que mesclava, pelo menos, duas tendências culturais. Não se podia afirmar que se tratasse de uma aldeia tapuia, nem tampouco de uma cidade européia contemporânea. Sua população não era branca, nem inteiramente indígena, assim como sua cultura estava em processo de miscigenação.

O clima, os acidentes geográficos, a topografia e os hábitos regionais atuavam de forma determinante na definição das características da cultura local, apresentando uma imagem exótica, que misturava elementos ocidentais aos traços nativos. Certamente, naquele momento, a imagem da cidade não corresponderia aos padrões que vigoravam nos grandes centros europeus.

3.3 DESENHO DESCRITIVO

Poucos viajantes se detiveram tanto nas descrições da cidade e nos hábitos da população da Barra quanto Elizabeth Agassiz, Robert Avé-Lallemant e Alfred Wallace. Quanto aos possíveis confrontos produzidos pelo encontro da cultura européia com as culturas nativas, para Avé-Lallemant²²⁹ era ainda um “quadro” bastante pequeno, no qual as formas eram modestas, tanto do europeísmo, que avançava, quanto da floresta virgem, que se afastava. Observa o médico viajante que “não havia ainda a intensa luta de vida e morte entre as forças poderosas antes agradável reconciliação dos diversos elementos”.

A insistência com que Avé-Lallemant²³⁰ observa e descreve a diversidade de cores dos tipos humanos na região sugere quanto este aspecto da cultura local o impressionou. Além disso, o médico alemão, assim como alguns outros

²²⁹ AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 100.

visitantes, ressalta o ritmo dos nativos e diz que não se pode “compreender como nos climas quentes pode alguém fazer mais do que os movimentos indispensáveis e se mover por prazer”.

Sobre a vida cultural da Barra, Wallace²³¹ observou que os mais civilizados dedicavam-se ao comércio e não conheciam “outras diversões a não ser beber e jogar”, se bem que o fizessem “em pequena escala”. A leitura parecia não despertar grande interesse, levando o viajante inglês a afirmar que a maior parte dos habitantes de Barra jamais abria um livro e desconhecia “todo e qualquer tipo de ocupação intelectual”. Concluía que, nessas circunstâncias, a moda era “uma de suas maiores preocupações”, e o grande acontecimento social da cidade era a missa aos domingos, quando “trajavam-se todos em grande estilo”. As mulheres compareciam “elegantíssimas, num multicolorido desfile de musselinas e gazes francesas”, suas cabeleiras eram “cuidadosamente arrumadas e adornadas com flores”. Os cavalheiros, que durante a semana “ficavam nos seus imundos armazéns em mangas de camisa e chinelos”, surgiam trajando “finíssimos ternos pretos, chapéus de feltro, gravatas de cetim e botinas de verniz de cano bem curto”.

Após a missa, era a “hora das visitas de cerimônia, quando todo o mundo vai a casa de todo mundo, e lá ficam comentando os escândalos que se acumularam durante a semana”. Wallace arriscava concluir que: “Barra deve ser a comunidade civilizada que tem os costumes mais decadentes possíveis”. Segundo ele, o que se ouvia sobre as mais respeitáveis famílias locais, comentado “como se se tratasse de coisa normal e corriqueira, dificilmente poderia ser creditado aos moradores dos piores cortiços de Sr. Gilles!”²³²

As observações feitas sobre os hábitos locais sugerem a existência de uma sociedade sem qualquer sofisticação em suas relações. O comércio era constituído, basicamente, por pequenas vendas de portugueses e as atividades culturais eram limitadas. Apesar de todas as restrições identificadas na sociedade local, não se pode afirmar que a vida cultural na capital da Província do

²³⁰ Ibid. p. 39, 45.

²³¹ Wallace, op.cit, p. 110.

²³² Ibid.

Amazonas fosse nula e sem expressividade; as manifestações locais eram autênticas e expressavam-se através dos limites impostos pela realidade histórica e cultural da região.

Em uma sociedade com limitadas possibilidades de aprimoramento educacional e reduzidas atividades de lazer, era natural que as expressões de caráter erudito fossem muito tímidas, predominando as manifestações mais populares e consideradas pouco construtivas, tais como o jogo, o consumo de bebidas, o hábito de fazer mexericos e a valorização da moda. Estas características, ressaltadas através de severas críticas feitas por alguns visitantes, definiram-se como traços predominantes da cultura local, demonstrando o caráter decadente e artificial da sociedade. Contudo, compreende-se que esses traços, com suas tendências, são expressões autênticas das duras condições de sua formação.

As manifestações da sociedade local que, muitas vezes, chocavam alguns viajantes eram expressões espontâneas, sem o artificialismo das convenções de refinamento. Eram próprias de uma população de origem predominantemente indígena, que, através da imitação, tentava dominar os costumes brancos. Certamente, a origem dessa população era um fator determinante das características que persistiam na cultura local. Em 1839, Antônio Baena informava que a população de Barra era composta de:

347 homens brancos, 327 mulheres brancas, 415 Mamelucos, 450 Mamelucas, 797 homens baços, 1.042 mulheres da mesma raça, 215 escravos, 164 escravas, 225 Mestiços, e 206 mulheres desta casta: todos os numeros de gente livre assomão a 3.809, e os dos escravos a 379. Numero de fogos 232.*²³³

Compreende-se que as criticadas manifestações são características próprias da cultura branca e as limitações apresentadas não eram mais que o resultado natural de um processo de imposição cultural. Ao dominarem a região e escravizarem as nações indígenas, os portugueses fragmentaram e praticamente extinguiram o universo das culturas locais. Ao impor os seus padrões culturais,

* O número de fogos se refere ao número de casas residenciais.

²³³ Baena, *op.cit.* p. 380.

desqualificaram as expressões e os saberes nativos. Neste processo, os sobreviventes perdiam suas referências culturais e eram inseridos em um novo universo cultural, cujas convenções, muitas vezes, se apresentavam completamente incompreensíveis.

A assimilação deste universo implicava um longo processo de reprodução e vivência, entretanto, a imposição consciente da cultura portuguesa, com sua língua e seus costumes, encontrava grandes dificuldades, não somente pelas condições materiais do novo ambiente, mas, sobretudo, pelo contínuo confronto com variadas formas de resistência. Além das evidências apresentadas pelos hábitos alimentares e pelo ritmo de vida, outras manifestações se apresentavam no plano imaterial, articuladas por tendências que sobreviviam inconscientemente.

A origem da sociedade instalada foi marcada por um processo de dominação brutal, introduzida e mantida por práticas que não exigiam qualquer atividade erudita. Sob esta condição, era previsível que os traços adquiridos não privilegiassem as características mais elaboradas ou refinadas dos costumes, mas expressassem a vivência daquele grupo, revelando os aspectos mais rudes da herança européia e a perplexidade das origens nativas. Sua imagem, portanto, mantinha uma considerável distância das idealizações ocidentais contemporâneas, sobretudo pelas precárias condições financeiras da sociedade local. Compreende-se que a sociedade e a imagem da cidade, assim como uma obra artística, expressavam precisamente o tratamento recebido em seu processo de construção.

O padrão da cultura portuguesa sofrera uma série de restrições ao ser introduzido na região. O primeiro deles era, sem dúvida, o nível cultural elementar de seus representantes. Além disso, a ausência de instituições sociais mais tradicionais, a necessidade de adaptação às limitações de ordem material, imposta pelo meio ambiente contribuía para a defasagem cultural a que se ficava entregue. Por outro lado, a organização imposta desvalorizava quaisquer traços indígenas, identificando-os como manifestação de uma cultura indesejada, que deveria desaparecer. Assim, a sociedade local mantinha-se culturalmente afastada das origens étnicas e defasada, regulada por um padrão ultrapassado

que não era inteiramente assimilado. A população, predominantemente mestiça, era composta principalmente de caboclos e índios destribalizados. Muitos desses elementos não experimentavam qualquer transição cultural, sendo inseridos abruptamente na convivência e ritmo da cidade. Portanto, as estreitas vinculações com os hábitos da floresta favoreciam um ritmo de vida mais lento e promovia o informalismo das relações sociais.

Não havia um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades culturais mais refinadas ou mais atualizadas, com exceção das inadequadas tentativas de reproduzir a moda do vestuário europeu e algumas formalidades sociais. Esse formalismo é indicado por Elizabeth Agassiz²³⁴, ao observar que, mesmo nas grandes cidades brasileiras, reinava “certo constrangimento” na sociedade, que, segundo ela, acentuava-se nas cidades menores, “onde para evitar qualquer erro, se exagera ainda mais no rigorismo das convenções sociais”, concluindo que “os brasileiros, com efeito, tão hospitaleiros e bons, são muito formalistas, enfatuados de etiquetas e cerimônias”.

Compreende-se que a tentativa de reproduzir a aparência atualizada do vestuário significava mais que uma manifestação da futilidade ou da vaidade humana local. Esta prática pode ser interpretada como uma das evidências do desejo da sociedade local de integrar a civilização contemporânea, como se a vestimenta por si só fosse suficiente para integrá-los ao universo aspirado.

A elite local era reduzida e sem destaque intelectual, insignificante para promover reformas culturais. Era produto de uma estrutura educacional deficiente, pois não havia escolas suficientes, mesmo para a população da capital. A única biblioteca existente teve um funcionamento bastante irregular, tanto no que se refere ao acervo, quanto à sua instalação física, levando o presidente Satyro Dias²³⁵ a afirmar que ela só existia no nome. Também eram limitados os meios de comunicação.

Em 1852, começou a circular, uma vez por semana, o primeiro jornal do Estado, *A Estrela do Amazonas*. Posteriormente, surgiram vários outros

²³⁴ Agassiz, *op.cit.*, p. 174.

²³⁵ *Relatório do Presidente Satyro Dias de 1.º de outubro de 1880*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1880. p. 25.

periódicos, embora, em 1859, Avé-Lallemant²³⁶ tenha observado que, embora circulasse duas vezes por semana e fosse impresso em papel melhor que a maioria dos jornais alemães da época, *A Estrela do Amazonas* não estendia “até muito longe os seus raios de luz”, não sendo “nenhuma estrela de primeira grandeza”. Os estabelecimentos comerciais eram insignificantes e a indústria, inexistente; as atividades religiosas restringiam-se às missas e à formação de seminaristas.

Com a mesma freqüência com que os viajantes criticavam alguns aspectos da sociedade e suas limitações culturais, os políticos reivindicavam alguns melhoramentos, com o objetivo de modificar as condições locais. Em 1881, o projeto para a construção de um teatro em alvenaria, apresentado pelo deputado Fernandes Junior²³⁷, justificava que: “Considerando que sem haver edificio proprio não teremos representações theatraes, cuja distracção é incontestavelmente de utilidade e muito concorre para a civilização da nossa sociedade”. Em seguida, o deputado complementava sua justificativa, afirmando que, naquele momento, a Província já dispunha de condições financeiras para satisfazer aquela necessidade, que concorreria para o “embelezamento da cidade”.

A localização geográfica de Manaus, assim como os equívocos que a ligavam à mítica Manoa – cidade do império do El Dorado – inseria a capital do Amazonas nos roteiros de viajantes e aventureiros europeus que, no século XIX, perambulavam pelo Novo Mundo e ampliavam o repertório das narrativas folclóricas e fantásticas sobre a cidade.

Jules Verne, o escritor dos temas modernos, do progresso e do futuro, não ignorou a cidade de Manaus. Sem ter estado na Amazônia, descreve a região em detalhes em seu romance *La Jangada*²³⁸. Uma história de aventura que se passa numa grande balsa que desce pelo rio Amazonas, no ano de 1852²³⁹, e foi publicada pela primeira vez em 1881.

²³⁶ Avé-Lallemant, op.cit., p. 151.

²³⁷ *Anaes da Assembleia da Província do Amazonas*, 21 de maio de 1881. p. 77.

²³⁸ VERNE, Julio. *A Jangada*. 2ª parte. *A justificação*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; Lisboa: Livraria Bertrand, sem data de publicação.

²³⁹ Ano em que o Amazonas foi elevado à categoria de Província.

A Manao descrita por Verne²⁴⁰ “nada tem dos esplendores fabulosos” da mitológica Manoa, como ele previne, mas, ao contrário, é descrita com um aspecto singelo e bucólico, muito próximo da imagem divulgada pelos vários viajantes que a descreveram na segunda metade do século XIX.

As descrições da cidade de Manaus, assim como certos detalhes fixados por Verne, se aproximam mais de uma atitude didática do que das fantasias das narrativas fantásticas do ficcionista, demonstrando o conhecimento aprofundado que tinha da região e das narrativas dos viajantes²⁴¹. Ainda que a cronologia de suas publicações sobre exploradores do Novo Mundo se encerre na terceira década do século XIX, parece ter mantido atualizada a leitura dos viajantes, pois certos detalhes de suas descrições sugerem uma derivação direta de algumas narrativas da cidade feitas posteriormente²⁴².

Verne indica que a capital da província ficava localizada “na margem esquerda do Rio Negro, (...) dominando as campinas circunvizinhas com o pittoresco aspecto das suas casas particulares e edificios públicos”. Não se distanciando muito da realidade local, o autor localiza o porto da cidade numa estreita enseada, repleta de numerosas embarcações que se espalham pelos numerosos igarapés que cortam a cidade, de maneira caprichosa, e “concorrem para que o seu aspecto seja um pouco hollandez”. Quanto ao aspecto urbanístico de Manaus, Verne indica a irregularidade das três principais ruas que cortam a cidade, entretanto, reproduz o etnocentrismo europeu ao indicar que o nome dessas artérias eram “significativos e de bastante côr local: rua de Deus Padre, rua de Deus Filho, e rua de Deus Espírito Santo”²⁴³. Em torno dessas ruas,

²⁴⁰ VERNE, op. cit., p. 4; 5.

²⁴¹ Verne escreveu obra sobre *Os navegadores do século XVII* e os *Exploradores do século XIX*, mencionando entre esses alguns dos viajantes que cruzaram a Amazônia, tais como La Condamine, Humboldt, Spix e Martius e Orbigny.

²⁴² Alguns detalhes descritos por Verne estão muito próximos das observações de Bates, Wallace e de Agassiz, enquanto que as ilustrações de *A Jangada* indicam claras referências às imagens publicadas nas obras de Keller-Leuzinger (1874) e de Marcoy (1873), notando-se que dentre os ilustradores de Verne encontrava-se Rioux, um dos ilustradores da publicação de Agassiz (1865).

²⁴³ As descrições de Verne são enriquecidas com informações históricas e geográficas da região, revestindo sua narrativa com um tom científico e certa veracidade de um trabalho educativo, apesar de todas as licenças literárias adotadas pelo autor, sobretudo as que ressaltam o aspecto fantástico da região. Não se trata de um romance histórico sobre Manaus, e a cidade é apenas um dos muitos cenários onde transcorre a história de aventura. Deve-se observar que, quanto ao nome das ruas, a indicação de Verne apresenta um exagero, se não é uma licença literária. Provavelmente, o autor confundiu essa informação com os dados sobre o nome dos

“cruzam-se becos não empedrados, que são cortados sucessivamente por quatro canaes, sobre os quaes há pequenas pontes de madeira”.

Ao investigar as possíveis referências que orientaram Verne, em sua descrição da cidade, identificamos claramente a influência e, até mesmo a transposição de dados divulgados por Paul Marcoy²⁴⁴, enquanto que parte das imagens apresentadas na obra, assinadas pelo ilustrador Bennet, foram evidentemente copiadas das imagens divulgadas por Franz Keller-Leuzinger²⁴⁵.

A narrativa e ilustrações contidas em sua obra foram extraídas de *Voyage a Travers l’Amerique du Sud de l’Océan Pacifique a L’Océan Atlantique par Paul Marcoy*, editada em 1669, portanto, doze anos antes de *La Jangada*. Como indica o próprio título da obra, Marcoy descreve com detalhes o percurso de sua viagem, cujo trecho é posteriormente percorrido pela ficção de Verne.

Na obra de Franz Keller-Leuzinger destacam-se as imagens da cidade de Manaus, além de algumas ilustrações emblemáticas sobre a região, que ainda hoje provocam impactos. As imagens foram divulgadas sete anos antes da obra de Verne, impondo, parece-nos claro, uma forte influência sobre as ilustrações desenhadas por Benett. Nota-se que ambos os conjuntos de imagens apresentados pelos viajantes são compostos por ilustrações descritivas da floresta e de seus elementos. Algumas tratadas de forma bastante naturalista, outras, talvez de espírito mais criativo, tendem muito mais para o plano do fantástico.

bairros e dos igarapés da cidade. Realmente, havia o bairro e o igarapé do Espírito Santo, assim como o igarapé e a ilha de São Vicente e o igarapé e a ilha de Monte Cristo. Mas quanto ao nome das ruas da cidade, em 1852, há um trabalho realizado por Bento Aranha, em 1897 (*Um Olhar pelo passado*), no qual relaciona e recupera os nomes das ruas da cidade, daquele período, e surpreendentemente não há nomes religiosos entre eles.

²⁴⁴ A narrativa integral foi editada em Paris, em 1869, pela Librairie de L. Hachete et C^o. Foi traduzida por Antônio Porro e editada pela Editora da Universidade do Amazonas e Secretaria de Cultura e Turismo do Amazonas, em 2000. Na introdução desse trabalho, o tradutor informa que Paul Marcoy é um dos pseudônimos assumido por Laurent Saint-Cricq, viajante, crítico e jornalista nascido em Bordéus em 1815 e morto em 1888, no mesmo local. Sua obra é resultante da grande viagem realizada através da Bolívia, Peru e Amazônia, que teria ocorrido entre 1840 e 1846. Porro diz que provavelmente o viajante retornou à região em outra ocasião. Entretanto, nota que, ao publicar suas narrativas em capítulos na revista *Le Tour du Monde*, entre 1862 e 1867, Marcoy indica que a mesma ocorreu entre 1846 e 1860.

²⁴⁵ A indicação da obra de Keller-Leuzinger deve-se ao primoroso e inspirador conjunto de gravuras que ilustra sua publicação, denominada *Von Amazonas und Madeira: Skizzen und Beschreibungen aus dem Tage buche einer Explorations-reise*, publicada em 1874. Essa obra apresenta gravuras assinadas tanto por Franz quanto por Ferdinand Keller.

3.4 ARQUITETURA DO LUGAR

Durante todo o período provincial, os presidentes da Província do Amazonas alegavam empreender grandes esforços para promover as obras públicas em Manaus. Entretanto, ao iniciar o período republicano, Manaus apresentava poucas obras arquitetônicas que se destacassem entre as edificações de um só piso, em pau-a-pique, muitas ainda cobertas com palha.

Os bairros eram compostos por poucas ruas, em geral curtas e irregulares. A topografia da cidade era bastante acidentada, com morros e ladeiras. As casas erguiam-se sem muita regularidade sobre colinas ou espalhavam-se nos limites desenhados pela sinuosidade dos igarapés que serpenteavam pela cidade e determinavam sua extensão. Em geral, as construções eram feitas com material da região, tal como a madeira, a palha, a pedra e o barro.

Pode-se afirmar que a cidade de Manaus constituía um típico modelo de cidade portuguesa construída na América, segundo a interpretação feita por Sérgio Buarque de Holanda²⁴⁶, quando afirma que esse tipo de cidade “não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre êsse significativo 'desleixo'”²⁴⁷.

Sob as condições descritas, torna-se possível projetar uma imagem figurada da capital da Província do Amazonas, interpretando-a como uma das filhas do Império, esquecida nos confins e que, de acordo com o ditado popular: era pobre, feia e morava longe. Em matéria de obras públicas, apesar do aparente esforço de alguns administradores, pouco fora realizado na Província do Amazonas, cuja capital exibia poucos exemplares da arquitetura tradicional.

Orientado por abordagens mais tradicionais, os autores que tratam da cidade de Manaus, no período monárquico, raramente mencionam obras arquitetônicas de pequeno formato ou de aspecto popular. Em geral, suas abordagens privilegiam as obras de aspecto monumental e valorizam os

²⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, 1969, p. 76.

²⁴⁷ O uso da palavra “desleixo”, utilizada por Sérgio Buarque de Holanda, é uma referência direta à obra de Audrey Bell, *Portugal of the Portuguese*, na qual o autor considerou-a tão tipicamente portuguesa quanto a palavra saudade.

exemplares de grande formato e comprometidos com os padrões da arquitetura tradicional. Ignoram, entre as construções locais, exemplares de pequeno formato ou de aparência estética menos elaborada.

Arthur Cezar Ferreira Reis²⁴⁸, Leandro Tocantins²⁴⁹ e Luís de Miranda Corrêa²⁵⁰, autores amazonenses que, de alguma forma, trataram da arquitetura da cidade, no século XIX, indicam como “prédios destacáveis” do período provincial apenas a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Prefeitura Municipal de Manaus e o Colégio Estadual D. Pedro II; entretanto, Miranda Corrêa amplia essa pequena relação, incluindo, também, o prédio do antigo Tesouro Público.

No entanto, a valorização de outros aspectos das obras públicas daquele período favoreceu um levantamento mais amplo do ponto de vista quantitativo. Assim, incluem-se, também, entre as realizações arquitetônicas do período, as seguintes obras: a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, antes de receber a fachada projetada pelo italiano Filinθο Santhoro; o Palacete Provincial, atual quartel da Praça da Polícia; o Mercado de Ferro, cuja fachada, voltada para o Rio Negro, foi construída em 1882-83; a Igreja de São Sebastião, antes da reforma de sua fachada; a Ponte de Ferro dos Remédios, que foi demolida na primeira década do Século XX, quando se aterrou o igarapé dos Remédios; o Coreto da Praça D. Pedro II; o Reservatório da Castelhana; a Estação de Bombeamento; a Represa da Cachoeira Grande²⁵¹ e o Teatro Provincial²⁵², cujas obras de construção tinham tido início.

Com a ampliação desse número de obras, vislumbrou-se o delineamento de um conjunto que, apesar de reduzido, já apresentava algumas características marcantes, capazes de fornecer dados para uma breve análise. O conjunto de

²⁴⁸ REIS, op. cit., p. 208.

²⁴⁹ TOCANTINS, Leandro. *Aspectos da arquitetura tradicional de Manaus*. In: *Arquitetura*. Revista do IAB. Rio de Janeiro: Arte Nova, janeiro de 1964. p 37.

²⁵⁰ CORRÊA, Luis de Miranda. *Manaus: aspectos de sua arquitetura*. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1964. p.7-8.

²⁵¹ Essa construção fica na Rua da Cachoeira, no bairro de São Jorge. Atualmente, encontra-se quase totalmente arruinada e parte do que resta é ocupada por habitações de uma favela que se estende em um dos lados do igarapé da Cachoeira Grande.

²⁵² MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura – 1852/1910*. Manaus: Editora Valer; 1999. p. 58, 104.

obras públicas construídas em Manaus, durante o período provincial, indicava um gosto arquitetônico bastante diversificado, demonstrando, nesta tendência, uma preferência pelas influências ecléticas. Esta tendência é caracterizada pela adoção de diferentes estilos arquitetônicos, misturando épocas, estilos e etnias em um conjunto ou em uma mesma obra. A opção por essa tendência não foi exclusividade de Manaus, mas revela a influência de um modismo que se difundia por todo o Mundo Ocidental, alcançando as mais longínquas colônias. O Ecletismo constituiu-se em um movimento artístico de amplitude internacional, destacado na área da arquitetura.

Annateresa Fabris²⁵³ explica que, no Brasil, a introdução do Ecletismo significou um repúdio ao estatuto colonial, pois, naquele momento, a elite local adotava “os símbolos culturais” do universo que almejava integrar. Investia-se na construção de uma nova imagem para a cidade, mais de acordo com sua nova condição financeira e com uma feição “mais civilizada”, tendo como padrão o modelo europeu. A autora explica que a constituição do “ideário eclético”, no Brasil, ocorreu em dois momentos:

— um, após a independência que, no afã de criar uma nova nacionalidade, diferente da colônia e da metrópole, teria abandonado os modelos coloniais (...) — outro, estruturado após o advento da república e, em grande parte, determinado pela diversidade das correntes migratórias (...).²⁵⁴

Ao tratar do processo de urbanização de São Paulo, no final do século XIX, Annateresa Fabris²⁵⁵ explica que a cidade foi assumindo uma “feição européia”, não somente pela presença dos imigrantes, com suas técnicas construtivas e seus modelos arquitetônicos, mas também por ser o “fruto do desejo de participar da modernidade contemporânea”. A europeização das elites, tanto que modernidade (ideologia do progresso) e civilização se tornam sinônimos intercambiáveis, revelam-se igualmente no plano das idéias, no desejo de ser parte integrante do universo *belle époque*. Assim, a autora explica o empenho do prefeito Antônio Prado na erradicação “dos traços caipiras” que ainda perduravam

²⁵³ FABRIS, Annateresa. O Ecletismo à luz do modernismo. In *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, EDUSP, 1987. p. 283.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 284.

na capital paulista, para coadunar a face de São Paulo a seu desenvolvimento econômico.

Para promover reformas urbanas em São Petersburgo, São Paulo ou Manaus, o papel do Estado era similar. Através da administração pública, aplicava-se o mesmo princípio orientador, adotando os mesmos padrões de ações e de formas. Os três exemplos buscavam dissolver os traços comprometidos de origem e impor uma feição moderna para a cidade. Apesar da reduzida quantidade de obras realizadas durante o período provincial, em Manaus, elas são consideráveis, ao imprimirem uma ligeira transformação no desenho da cidade. Nessa paisagem, o ecletismo surge como um traço incipiente, mas bem marcado. As tendências apresentadas, nessa fase da história arquitetônica de Manaus, denotam a opção por um estilo. A confirmação dessa preferência seria evidenciada na última década do século XIX, quando aumentou o volume dos excedentes econômicos, o que possibilitou o financiamento de maior número de obras.

3.5 CARTILHA PARA CIVILIZAR

A instalação dos serviços públicos e dos melhoramentos urbanos, para atender a um padrão de urbanização moderna, implicava uma série de intervenções. As obras públicas ganhavam maior importância no processo de modernização e, muitas vezes, exigiam o redimensionamento do espaço urbano e a reformulação do aspecto arquitetônico. Substituíam-se o antigo traçado provinciano, definido por tímidas linhas curtas e irregulares, por um desenho de concepção e de aparência racional, marcado por linhas retas e traçado com extrema regularidade.

A realização de grande parte das obras era requisitada como necessidade essencial, para estabelecer o novo padrão de civilização que se pretendia adotar. Dentre as obras necessárias, destacam-se o aterro de Igarapés, o nivelamento de terrenos, o alargamento de ruas, o calçamento de vias, a instalação dos serviços de distribuição de água potável, de um sistema de esgotos, de uma rede de

²⁵⁵ Ibid., p. 283.

iluminação pública, dos serviços de telefonia, do serviço de bondes, além da construção de muitos prédios públicos, do ajardinamento de praças e outras obras de melhoramentos.

Como foi sugerido no início deste capítulo, o processo de transformação do aspecto visual da cidade de Manaus e dos hábitos de sua população configura os diferentes momentos históricos. Antes mesmo da instalação da Província do Amazonas, verificaram-se mudanças que, atualmente, seriam interpretadas como insignificantes; entretanto, deve-se alertar para a significação que possam ter assumido em seu tempo. De acordo com o ritmo da cultura local, presume-se que o processo de transformação tenha ocorrido muito lentamente, mesmo sob a contínua pressão de códigos e normas. A representação imperial encontrava muitas dificuldades em administrar a região, sobretudo pela falta de recursos materiais e humanos. Suas atividades eram reduzidas, mas reguladas pelas exigências, pelas convenções próprias da função.

No *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Amazonas*, de Lourenço da Silva Araújo Amazonas²⁵⁶, editado no ano de 1852, consta que a população da cidade era de 8.500 almas, das quais 900 eram brancos, 2.500 mamelucos, 4.080 nativos índios, 640 mestiços de negros com índios e 380 negros escravos. De acordo com esta estimativa, havia uma clara preponderância da população indígena ou de origem nativa. Mas isto não significava uma uniformidade cultural, considerando-se que grande parte dessa população pertencia a diversas nações indígenas, sendo, portanto, falantes de diferentes troncos lingüísticos. Muitos destes habitantes não dominavam a língua portuguesa e isto se constituía num “grande obstáculo para a civilização dos índios”, conforme observou Avé-Lallemant. O médico alemão afirmou²⁵⁷ que “a civilização vestiu o tapuia em Manaus”, mas ressaltou também que “os verdadeiros habitantes da mata” não se sentiam à vontade, quando chegavam vestidos à cidade. O autor observa, também, que da civilização os índios adotaram “tudo que lhes é cômodo, com exclusão do que implica qualquer processo de trabalho”.

²⁵⁶ ARAÚJO E AMAZONAS, *op ct.*, p. 190.

Certamente essa diversidade cultural dificultava as tentativas de uniformizar e integrar a população indígena. Mas o estímulo maior a todos os esforços feitos, no sentido de “civilizar” o índio, residia, sobretudo, na tentativa de resolver a carência de mão-de-obra na região. Além disso, aderir à “civilização branca” significava assumir sua mentalidade e, por conseguinte, diminuir as resistências ao processo em curso.

Avé-Lallemant²⁵⁸ nota que “por toda parte faltam ainda escolas, professores etc., e faltarão ainda por muito tempo”. Apesar das grandes dificuldades observadas, ressalta o grande esforço de alguns pais em educar os seus filhos. Nota o autor que mães de “boas famílias brancas” cuidavam para que suas crianças, “particularmente as meninas”, tivessem uma educação e andassem vestidas. O médico alemão assegura que aprendiam música em casa e estudavam francês e italiano.

Elizabeth Agassiz²⁵⁹ critica a educação local e lamenta, principalmente, a condição da mulher brasileira. Nota a autora que muitas “passam meses e meses sem sair de suas quatro paredes” e raramente se mostravam à porta ou às janelas de suas residências. Para a americana, era triste a existência dessas criaturas que, segundo ela, não tinham qualquer contato com o mundo exterior e viviam “sem qualquer dos encantos da vida doméstica, sem livros, sem cultura de qualquer espécie”.

Sob outro ponto de vista, Avé-Lallemant²⁶⁰ ressalta a existência de um “grupo importante de brancos”, em Manaus, que cuidava “honestamente” para que sua raça não diminuísse de número. Entretanto, o autor nota que, mesmo entre os membros desse “grupo”, os traços indígenas se manifestavam, sobretudo no rosto das mulheres mais velhas. Ele afirma que se podia “falar de uma verdadeira sociedade de brancos em Manaus, muito agradável através do transluzir de indianismo”. Esta observação do autor é mais um indicativo das tendências do lugar e dos esforços para estabelecer ou definir traços da cultura

²⁵⁷ AVÉ LALLEMANT, op. cit., p.p. 105, 116, 141, 142.

²⁵⁸ Ibid., p. 104.

²⁵⁹ Ibid., p. 167.

²⁶⁰ Ibid., p. 150.

européia. Contudo, as próprias informações emitidas por Avé-Lallemant, assim como as de Wallace, levam a inferir que as tradições de origem européia não estivessem perfeitamente assimiladas e atualizadas na capital da Província do Amazonas.

As dificuldades encontradas não eram exclusividade da Província do Amazonas. A precariedade financeira afetava praticamente todas as províncias brasileiras e o nível cultural também era muito limitado, pois a entrada de livros só foi permitida em 1808, quando a família real portuguesa se estabeleceu no Rio de Janeiro. Esse fato implicou uma série de mudanças políticas e culturais, na capital do Império. O Brasil tinha urgência em atualizar sua imagem e demonstrar melhor nível de civilização. Nestes termos, a elite do País procurava apagar os traços mais típicos da cultura local, sobretudo os aspectos urbanos que, de alguma forma, comprometiam a construção da desejada imagem civilizada. O confronto de vontades e realidades instalou o conflito. De um lado, a força do controle do Estado, apoiado pelas normas e leis que buscavam traçar a civilização desejada; do lado oposto, a forte resistência dos hábitos e das tradições, forjados nas práticas populares do cotidiano.

Um dos principais recursos adotados pela administração pública, no século XIX, foi a elaboração e aplicação dos *Códigos de Posturas Municipais*. O conteúdo didático desses documentos, assim como o seu caráter normativo, pode ser interpretado como uma cartilha dos costumes na cidade, cuja função era orientar o processo civilizador. A concepção de um instrumento capaz de guiar a construção de uma imagem da cidade, ordenando os espaços e o comportamento de seus usuários, remete diretamente ao estudo de Nibert Elias²⁶¹ sobre os manuais de etiquetas como reguladores do comportamento das cortes européias.

As características das normas de controle aplicadas em Manaus, na segunda metade do século XIX, assim como sua relação com os hábitos da população, denotam o alcance da intervenção impetrada pelo Estado, que demarcou o seu domínio, ampliando com maior precisão os limites do espaço público, ao mesmo tempo que restringia os espaços privados. Essas tendências

²⁶¹ ELIAS, Nibert. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994. p. 54.

apresentam grandes similitudes com as práticas de controle adotadas pelas cortes européias, principalmente no que pode ser interpretado como mais um artifício para consolidar um modelo de civilização.

Outro importante aspecto da discussão sobre o comportamento “civilizado” é considerado por Elias²⁶² como a inter-relação da estrutura do comportamento civilizado com “a organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estado”. O autor discute o fenômeno que abalava a sociedade descentralizada medieval européia, indicando como o território governado por numerosos guerreiros tornou-se uma sociedade mais ou menos pacificada.

Ainda que tardiamente, era esse mesmo processo que se implantava na Amazônia, no século XIX. O Brasil se estruturava sob a forma de um Estado monárquico e suas idéias expandiam-se por todo o território nacional. A tradição guerreira dos povos amazônicos fora dizimada, perante a violência do processo de colonização e ocupação da região. Apesar de vencidos pela força, esses povos resistiam, quer no predomínio étnico da população, quer nos traços da cultura local. Contudo, essas manifestações nativas não passavam despercebidas pela estrutura de Estado instalada na Província.

As intervenções feitas pelo Estado estavam estruturadas em um modelo de discurso hegemônico. Seus representantes reproduziam e assumiam procedimentos idealizados e aplicados em outras realidades completamente diferenciadas da que encontravam na Amazônia. Nota-se, entretanto, que a formulação de determinadas propostas proibitivas visava, especificamente, a costumes locais.

A figura do presidente da Província representava o ponto mais alto da hierarquia administrativa provincial. Em geral, os ocupantes dos cargos administrativos mais elevados eram enviados pela Corte Imperial, eram originários de outras regiões do País. Seus discursos constituíam uma das principais manifestações da estrutura de Estado e, muitas vezes, evidenciavam as idéias políticas e administrativas que os colocava como os representantes da civilização.

²⁶² Ibid., p. 16.

Em geral, os discursos presidenciais sugerem uma conscientização do papel de seus autores como administradores de um “projeto civilizador”. Suas idéias orientavam o corpo administrativo da região e davam continuidade ao processo de civilização que pretendiam implantar.

As atividades deste corpo administrativo estavam regulamentadas, assim como os instrumentos normativos que aplicavam à sociedade, legislando e fiscalizando o uso dos espaços e das ações dos cidadãos. Este controle do espaço se justificava pelas questões da ordem e da segurança públicas. Ampliava a ação do Estado como o ordenador e modelador da cidade. No entanto, esta ação estava amplamente apoiada por um discurso comprometido com as idéias de progresso e modernidade.

A documentação oficial referente às obras públicas, na Província, encontra-se permeada de solicitações, críticas e lamentos. Em geral, os administradores justificavam as necessidades, expunham as dificuldades e os esforços para a realização de obras públicas no Amazonas. Muitas vezes, lamentavam que, além da falta de verbas, houvesse a carência de materiais e de mão-de-obra. Propunham o emprego de diferentes alternativas, para superar as dificuldades, e alegavam que mesmo uma pequena obra, na capital da Província do Amazonas, se tornava muito mais cara e demorada que em outros pontos do Império. Além disso, as limitações econômicas não permitiam grandes investimentos para a realização das obras requisitadas. Nestas condições, é possível deduzir que, em suas primeiras décadas, a intervenção da administração pública da Província do Amazonas tenha ficado relegada mais a um papel legislador e controlador do que de realizador do projeto.

No período provincial, é notória a insatisfação dos administradores perante a imagem da cidade de Manaus. Frequentemente, seus discursos revelam frustrações diante das dificuldades encontradas. Compreende-se que, com a permanência de determinados aspectos da paisagem, impossibilitava-se a adequação de sua imagem aos requisitos necessários a uma capital provincial. Não compunha um cartão de visita apropriado. O recorte natural da cidade era desenhado pelos igarapés que a dividiam, mas esta característica era

considerada inconveniente, pois além de impedir a regularidade das ruas e a comunicação entre os bairros, os igarapés comprometiam as pretensões de apresentar Manaus através de uma imagem saneada e higiênica.

Em determinados períodos do ano, a irregularidade natural de seus leitos contribuía para a estagnação de águas que, misturadas ao acúmulo de lixo, produziam uma aparência desleixada. Além disso, as teorias vigentes levavam a apontá-los como uma das principais fontes de miasmas²⁶³.

Empreender obras para aterrar igarapés e outros cursos d'água ganhava destaque entre as obras públicas, a partir da orientação veiculada pelo governo central. Em um relatório emitido em 1853, por Francisco Gonçalves Martins, Ministro e Secretário dos Negócios do Império,²⁶⁴ ao tratar de "*Melhoramentos sanitários na Capital e n'outras povoações do Império*", observa-se que, nas províncias, havia poucos empreendimentos nessa área, "apezar das instantes recommendações do Governo na providente Lei Nº 598 de 14 de Setembro de 1850". Entretanto, ressaltava que, na Província do Pará, continuava a obra do "estacamento das vallas da Capital para o deseccamento dos terrenos alagadiços a ellas adjacentes". O Ministro do império comunica que o Governo aguardava "o detalhado orçamento que exigiria da obra do deseccamento do pantano entre as Cidades de Olinda e do Recife". Menciona o trabalho do presidente da Bahia para continuar a canalização do rio Camorogipe, que alagava os campos dos arredores da cidade, pois era uma das causas principais das "febres intermitentes que perseguião e mesmo ceifavão a população em certas estações do anno".

As exposições do Ministério dos Negócios do Império não eram somente sugestões ou indicativos da política nacional, mas pretendiam determinar e orientar o uso dos espaços públicos e das práticas sociais. Entretanto, um dos grandes obstáculos para adotar algumas das práticas sugeridas era a precariedade das condições financeiras de muitas províncias.

A maior parte das intervenções urbanas regionais era orientada pelo Departamento de Higiene e pela Repartição de Obras Públicas. Cabendo a esta

²⁶³ Na época, apontavam-se os igarapés como o principal foco das "emanações palustres".

²⁶⁴ MARTINS, Francisco Gonçalves. *Melhoramentos sanitários na Capital e n'outras povoações do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853. p. 55, 56.

última a realização e administração de grande parte das obras, ela assumia, portanto, um papel relevante na definição dos traços da cidade almejada. Ainda que as obras públicas, em Manaus, tenham sido retomadas em 1853, o regulamento da repartição responsável não satisfazia a seus administradores, que por quase duas décadas solicitaram a sua reforma.

Finalmente, em 1870, o presidente João Wilkens de Mattos²⁶⁵ comunicava a promulgação do novo regulamento da Repartição de Obras Públicas, informando que, durante o ano de 1869, a repartição ficara sob a direção do engenheiro Luiz Martins da Silva Coutinho, que muito auxiliara no “intento de dotar esta capital com diversos melhoramentos materiaes”, executados ou iniciados naquele ano. Dentre as obras públicas em andamento, naquele momento, o presidente destacou a construção da igreja Matriz e a reforma da igreja dos Remédios. Mas lamentou que a Câmara Municipal não dispusesse de meios para realizar o calçamento das principais ruas da cidade, uma necessidade da “commodidade publica”, exigida pelo asseio e pela higiene. Entretanto, o presidente propunha que empregassem nesse serviço as quantias que as leis do orçamento provincial destinavam à Câmara.

Nota-se que a situação financeira da Província do Amazonas ainda era precária, mas as justificativas apresentadas pelo presidente Mattos já contemplavam a questão dos melhoramentos materiais, da comodidade pública e da higiene, sugerindo um formato de discurso que, mais tarde, viria estruturar grande parte da oratória da fase republicana.

O poder público tentava impor controle através dos recursos normativos. Estabelecia e aplicava códigos, leis e outras punições, como multas e prisões, a fim de reprimir determinados comportamentos considerados inadequados para os padrões de “civilização”. As manifestações populares passaram a ser interpretadas como expressões pouco “civilizadas”, pouco “polidas”, devendo, portanto, ser inibidas.

²⁶⁵ MATTOS, José Wilkens de. *Relatório de 25 de Março de 1870*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1870. p. 18, 20.

Provavelmente os códigos de posturas aplicados nas províncias brasileiras derivam do primeiro código do Rio de Janeiro, publicado em 1832²⁶⁶. O conteúdo normativo desse documento estende o poder de controle do Estado e regula praticamente todas as atividades da sociedade, determinando dispositivos de natureza higiênica e de comportamento social. Composto por diferentes rubricas que abrangiam desde o embelezamento da cidade à conservação da paisagem natural de seus arrabaldes, da venda e conservação de alimentos ao comportamento social e lazer da população, esse código passou a ser reproduzido, praticamente na íntegra, e sua promulgação era feita pelo presidente da Província.

Talvez pela abrangência e importância que assumia para a administração pública, o primeiro tema tratado pelo *Código de posturas municipaes de Manáos, de 1872*,²⁶⁷ era o “Aformoseamento e regularidade da cidade e suburbios”. Em seu artigo 3.º, proibia a “edificação de casas cobertas de palha”, sob pena de se demolir a obra por conta de quem a realizasse, impondo-se ainda ao proprietário a multa de trinta réis ou oito dias de prisão. A área delimitada por este artigo abrangia as ruas dos Remédios, Boa-Vista, Espírito Santo, Marcílio Dias, Flores, Imperador, Brasileira, Manáos (até o Aterro), Henrique Martins, Cinco de Setembro, São Vicente, Independência, assim como as travessas que lhe eram correspondentes.

O conteúdo desse artigo pode ser analisado, pelo menos, por dois pontos de vista: a proibição pretendia excluir de suas ruas centrais os aspectos mais comprometidos com os traços nativos e retirar dos centros urbanos as classes mais pobres da sociedade. Essa medida, adotada também em outras cidades brasileiras, pretendia estabelecer um centro urbano de aparência européia. Sua inclusão nos códigos era o reflexo de uma política inspirada nos espelhos, ou seja, pretendia-se organizar e orientar a sociedade tropical, a partir de padrões

²⁶⁶ Ao discutir as mudanças urbanas processadas no Rio de Janeiro, durante o século XIX, Chavari (op.cit, p. 586) e Pechman (op.cit, p. 147) indicam o surgimento do primeiro Código de Posturas Municipais do Rio de Janeiro em 1832, enquanto Cruz (op.cit, p. 484) menciona que o primeiro Código de Posturas de Belém, sob a forma de manuscrito, data de 1831.

²⁶⁷ *Colleção de Leis da Assembleia Provincial do Amazonas*. Tomo XX, de 1872. Manáos: Typographia do Amazonas, 1872.

européus. Em síntese, as intervenções pretendiam promover a civilização, o que, em outras palavras, significava um processo de “branqueamento”, no qual a imagem da cidade ganhava destaque especial. Por outro lado, compreende-se que essa normatização visava atender a exigências naturais do crescimento dos centros urbanos e à necessidade de reduzir as possibilidades dos devastadores incêndios, propiciados pelas construções em palha e madeira, constituindo-se tal fato numa medida de segurança para a sociedade.

A adoção desse conjunto de práticas diferenciadas revela um claro distanciamento da tradição, que, segundo a concepção de Sérgio Buarque de Holanda, teria orientado a formação das cidades brasileiras. O Estado brasileiro adotava, em certa medida, a mesma orientação que séculos antes fora implantada nas cidades espanholas na América: Uma atitude mais racional em relação à ocupação e uso do espaço urbano, cuja rigidez de traçado é interpretada pelo autor²⁶⁸ como um reflexo da disciplina imposta pela mão forte do Estado. Segundo ele, “as ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pela aspereza do solo; impõe-lhe antes o acento voluntário da linha”; denuncia o “esforço determinado de vencer e retificar a natureza caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana”. Todavia, Holanda ressalta a importância de uma abundante legislação, com a finalidade de manter o traçado retilíneo e prevenir “qualquer fantasia e capricho na edificação dos núcleos urbanos”.

O Estado assumia o controle de vários outros aspectos da edificação, inclusive características formais. O 1.º artigo do título *Aformoseamento da cidade*, aprovado pelo *Código de Posturas da Câmara municipal de Manaus de 1875*²⁶⁹, proibia “edificar ou reedificar prédio, cerca ou muro dentro da cidade sem previa licença e alinhamento dado pela Câmara Municipal”. A alínea 1.ª desse artigo determinava que a fachada dos edifícios térreos deveria medir mais que cinco metros de altura, enquanto que a dos sobrados, nove metros de altura. Exigia-se que os portais deveriam medir mais de três metros de altura e as janelas, dois metros e dez centímetros, sobre um e cinco de largura. A alínea 2.ª do mesmo

²⁶⁸ HOLANDA, op. cit, p. 62.

artigo determinava que o desenho do edifício a ser construído acompanhasse a solicitação “alinhamento” para ser aprovado pela Câmara.

A formulação de alguns artigos sugere que tais instrumentos normatizadores fortaleciam o controle exercido pelo Estado e expandiam os limites do espaço público, penetrando no universo privado, através da regulamentação do espaço e do controle do corpo. Mostra também que, em alguns casos, conciliava os interesses com certas atividades capitalistas irregulares, mas toleráveis, como a construção dos criticados cortiços. Em uma demonstração da hipocrisia dessas normas, pode-se citar o artigo 2.º do Código de Posturas de 1875, que proibia “a construção de casebres ou pequenos quartos”, no perímetro urbano da cidade, “sem que os donos ou possuidores de terreno levantem no alinhamento um muro simulando casa” e apresentando as alturas estabelecidas na alínea 1.ª do 1.º artigo. A valorização da fachada ressalta o artificialismo do processo e aproxima-o do vitrinismo, que caracterizou a reforma de São Petersburgo²⁷⁰.

Na ausência de maiores argumentos para impor os códigos de posturas, as autoridades pressionavam os infratores através da previsão de multas e prisões. No uso dos espaços urbanos, destacam-se alguns artigos do código de 1872²⁷¹: multa de cinco mil réis aos “donos de carros ou carroças que chiarem pelas ruas ou praças da cidade”; não era permitido “soltar nas ruas da cidade o fogo de artifício denominado busca-pé”; não podiam “assoalhar-se as roupas às janelas, ruas e praças, armar cordas para estendê-las nos mesmos lugares, bem como lavá-las nos igarapés que cortam esta cidade”; ninguém poderia “disparar armas de fogo dentro da cidade e suburbios, bem como flechas”, não era permitido retirar água do igarapé do Aterro, para vendê-la à população; seria multado em 20 mil réis ou preso por quatro dias “todo aquele que insultar com palavras ou acções a qualquer pessoa”; pagaria cinco mil réis ou seria preso por um dia quem gritasse ou fizesse “alaridos, voseria, assuada e correria nas ruas, praças e

²⁶⁹ Lei 336 de 29 de maio de 1875.

²⁷⁰ C. f. Berman no segundo capítulo desta tese.

²⁷¹ *Coleção das Leis da Província do Amazonas*, Manaus: Typographia do Amazonas, 1872, Tomo XX. p.p. 107; 109, 115, 116; 125.

estradas”, que não fossem para pedir ajuda ou capturar criminoso²⁷².

Algumas infrações, quando cometidas à noite, tinham suas penas dobradas. O valor da multa seria de cinco mil-réis ou dois dias de prisão, para “a pessoa que andasse embriagada pelas ruas”, sendo a prisão “aplicada em dobro” àqueles que não tivessem meios para pagá-la; quem fosse encontrado escrevendo ou fazendo “dísticos, figuras indecentes ou colocando pasquim e escritos imorais”, em qualquer lugar, seria multado em 30 mil réis ou pegaria oito dias de prisão; era proibido “andar semi-nú ou indecentemente vestido pelas ruas, praças e estradas da cidade”, assim como lavar roupa e animais no seo litoral e igarapés que o cortão, ou próximo das fontes que fornecem água para o consumo público”. Para essas últimas infrações, era cobrada uma multa de dez mil réis ou três dias de prisão

Um dos artigos do código de posturas da Câmara Municipal de Manaus, aprovado pela Lei 534, de 3 de junho de 1881²⁷³, proibia qualquer pessoa de “banhar-se nua dentro do litoral e nos igarapés que o cortam”, das cinco da manhã às seis e trinta da tarde, ficando o infrator sujeito a multa de vinte mil réis ou cinco dias de prisão. É provável que essas normas não tenham exercido grande pressão sobre os hábitos locais, tais como estender roupa para secar em lugares não permitidos; ou tomar banho nu no litoral e igarapés da cidade²⁷⁴, além de muitos outros que persistiram e se mantiveram, mesmo no século XX. Havia uma longa distância entre a tradição indígena, mantida em muitos traços da população local e a proposta de uma moral cidadina, regulada através dos códigos.

Alguns mais rígidos que outros, os códigos determinavam das características da morada aos modos de comportamento. As normas estavam impregnadas de princípios moralizadores e suas proibições pretendiam impor

²⁷² Há uma grande semelhança entre o conteúdo dos artigos publicados nos Códigos de Posturas de Belém e do Rio de Janeiro.

²⁷³ *Collecção de Leis da Província do Amazonas*. Tomo XXIV. Manáos: Typographia do Amazonas, 1881, p.6.

²⁷⁴ Essa proibição é comum aos códigos de Belém e do Rio de Janeiro. Todavia, em Manaus, era possível que sua aplicação fosse muito difícil perante as resistentes tradições indígenas. Ao descrever um de seus passeios nos arrabaldes da cidade, em 1865, Elizabeth Agassis (op.cit, p. 175) destaca a presença de dois índios despídos sobre troncos de árvores, pescando com arco e flecha, no igarapé da Cachoeira Grande.

uma ação transformadora, educando e polindo os costumes locais; em última instância, se redesenhava a paisagem urbana. O conjunto de normas constitui um discurso coerente e oficializa a orientação de uma certa moral. A proibição da nudez diurna na beira dos rios e igarapés da cidade colocava o corpo despido no mesmo plano dos casebres, que só podiam ser construídos por trás de falsas fachadas. Estes aspectos do discurso evidenciam a valorização da aparência externa das coisas, assim como das tradições europeias, e é uma clara rejeição às manifestações mais comprometidas com aspectos nativos ou populares, propondo, muitas vezes, padrões completamente inadequados ao clima quente e úmido da região.

A difusão das idéias emitidas na documentação oficial refletia diretamente os anseios da elite nacional. À administração pública atribuía-se um papel regulador, com a tarefa de aplicar e fiscalizar as normas. Esta posição evidenciava-se tanto nos discursos dos presidentes, quanto nos relatórios apresentados pelas várias repartições do Estado. Entretanto, havia outros atores executores que atuavam neste processo transformador. Destaca-se o relevante papel assumido pela imprensa e pela literatura, ora como orientadores, ora como observadores críticos. A educação, a moda e o consumo atuavam de maneira coadjuvante, mas a ação de todos estes segmentos da sociedade mostra uma vinculação direta com um discurso que se articulava em torno das idéias de uma civilização do progresso e da modernidade.

O otimismo e a predisposição com que o Estado recebia as idéias de progresso facilitavam grandemente o estabelecimento dos serviços de melhoramentos urbanos. Por outro lado, esse otimismo, estimulado por interesses comerciais, favorecia determinados grupos que se articulavam através de uma rede de influência, que se estendia no âmbito das políticas públicas e na opinião da imprensa. Assim, a aprovação de projetos e outras propostas de melhoramentos urbanos, muitas vezes, pode ser interpretada como mera manipulação de um jogo.

São freqüentes, nos *Anais da Assembléia Provincial*, as leituras de propostas para os mais diversos serviços públicos financiados pelo Estado,

contendo o nome do beneficiado para executá-las. Muitas vezes, as propostas apresentadas geravam debates acalorados entre os deputados e nem sempre se esgotavam com brevidade, como foi o caso da polêmica criada em torno da aprovação do projeto para a construção de um teatro em alvenaria em Manaus. Outras questões eram contestadas pela autoridade do presidente, cuja argumentação se constituía num forte argumento de decisão. Muitas vezes, dispensava-se a concorrência pública por falta de empresários interessados.

Os mais diversos projetos apresentados na Assembléia apoiavam-se em justificativas que os atribuíam como sendo do interesses da população e da cidade. Um exemplo significativo é a justificativa do projeto para a construção do teatro Amazonas, apresentada em 1881, pelo deputado Fernandes Júnior²⁷⁵: “Considerando que sem haver edificio proprio não teremos representações theatraes, cuja distração é incontestavelmente de utilidade e muito concorre para a civilização de nossa cidade”.

Apesar de todas as limitações de ordem ambiental e cultural, a elite local investia no processo de transformação e são freqüentes as sugestões para a execução de serviços ou formações profissionais orientadas pelo modelo europeu. A Lei 650, de 6 de junho de 1886²⁷⁶, autorizava o presidente a inovar ou rescindir o contrato da iluminação pública e substituí-la por um sistema de luz elétrica, “tendo em vista os últimos aperfeiçoamentos obtidos na França e na Inglaterra por Luone e Uamoud ou outros cujos resultados produzidos tenham sido melhores.” Em 16 de junho de 1887, o presidente era autorizado, pela Lei 762²⁷⁷, a comissionar “um cidadão com as habilitações necessarias para estudar na França, Bélgica, ou qualquer paiz da Europa ou da America, os melhoramentos mais applicados á boa organização da instrucção publica”.

A discussão em torno da construção da imagem da cidade de Manaus, através do conjunto de narrativas feitas por cronistas, viajantes e administradores

²⁷⁵ *Annaes da Assembléia Legislativa do Amazonas - 1880-1881*. Manáos: Tipographia do Amazonas, 1881. p. 80.

²⁷⁶ *Coleção de Leis da Província do Amazonas - 1886*. Manáos: Typographia do Jornal do Amazonas, 1886. p. 39:

²⁷⁷ *Coleção de Leis da Província do Amazonas - 1887*. Manáos: Typographia do Jornal do Amazonas, 1887. p. 100.

públicos que passaram ou atuaram na cidade, desde o século XVIII, até o final do século XIX, vincula a diversidade de configurações à multiplicidade de temporalidades. Tal discussão remete o problema diretamente a teorias expostas por Kelvin Lynch, Julio Argan e Aldo Rossi. Apesar do lento processo de transformação da cidade, é possível identificar um conjunto de percepções que descreve os diferentes tempos que lhe dão forma.

Alguns presidentes da Província do Amazonas demonstravam especial atenção com o melhoramento da capital, cientes de que a imagem da cidade era capaz de demonstrar o nível de civilização da população instalada. Frequentemente, manifestavam insatisfação perante a aparência da cidade, cujos traços pouco refinados evidenciavam os rudimentos da cultura local. Em contrapartida, eles propunham uma série de melhoramentos, cuja realização corresponderia à construção da imagem desejada, com base em modelos de modernidade de países europeus.

Como pretensa herdeira das tradições européias, a elite local e seus governantes perseguiram uma imagem atualizada e mais de acordo com as aspirações de civilização. Promover a atualização dessa imagem significava, portanto, a adoção de modelos europeus. Todavia, a precariedade das condições financeiras e as limitações técnicas e culturais se constituíam em grandes barreiras para a concretização de tal aspiração. Não havia recursos suficientes para financiar grandes obras, nem a disponibilidade de mão-de-obra e de técnicos especializados que pudessem realizá-las. A imagem da cidade se encontrava sempre aquém das expectativas de seus idealizadores, gerando uma predisposição para adotar as propostas de renovação.

As narrativas da cidade de Manaus tornam-se mais freqüentes durante o período provincial (entre 1850 e 1889), quando se observa maior similaridade entre as diversas descrições, feita por diferentes autores. Os dados priorizados pelo grupo de narrativas investigadas permitem estabelecer uma síntese e sugerem o predomínio de determinados elementos que se reproduzem, mesmo em um ensaio ficcional como o de Jules Verne.

A leitura da paisagem, assim como a descrição de características comportamentais da sociedade local, era, quase sempre, apresentada pela ótica do estrangeiro; portanto, comprometida com referências do modelo de civilização européia. De um lado, compreende-se que o distanciamento cultural entre o observador e os elementos da cultura local pode gerar depoimentos menos parciais quanto aos interesses locais. Por outro lado, alerta-se que o limitado conhecimento e envolvimento dos narradores com os costumes e tradições locais reduzia o potencial interpretativo das narrativas.

A sociedade instalada em Manaus até o final da monarquia era movida por acontecimentos de uma lenta temporalidade, e a introdução de inovações materiais era muito tímida. As regras comportamentais da sociedade sofriam poucas alterações, devido ao isolamento geográfico e cultural. Sendo assim, o conjunto composto pelas narrativas dos viajantes apresenta uma diversidade de desenhos do mesmo espaço, sugerindo mudanças em diferentes elementos de sua paisagem natural, urbana e social.

O distanciamento histórico e a simplificação das imagens descritas tendem a agrupar as narrativas em um conjunto mais ou menos uniforme, sugerindo uma interpretação simplificada das transformações realizadas em Manaus. Este procedimento tende a reduzir diferenças e pode levar a generalizações de aspectos da sociedade, retirando-lhes a devida importância de época. Entretanto, ao resgatar e analisar uma grande diversidade de narrativas da cidade em questão, comprova-se a lentidão do ritmo das mudanças implementadas na paisagem local, até a penúltima década do século XIX.

Em consequência da situação geográfica e econômica, o Amazonas mantinha sua reduzida população culturalmente isolada. Foi somente no século XIX, por questões políticas, que o império brasileiro ensaiou implantar algumas medidas para efetivar a ocupação da Amazônia, integrando-a definitivamente ao território nacional. Entretanto, foi apenas nas últimas décadas daquele século, em virtude da exploração da borracha, que o processo de ocupação e “ocidentalização” da Amazônia tornou-se mais intenso.

A gênese das transformações urbanas processadas na cidade de Manaus,

culminando com a grande transformação apresentada no final do século XIX, reproduz em diferente grau características do processo “civilizador” implantado na Europa no final do século XV, momento em que o Estado se estruturava como Nação, ampliando sua ação centralizadora, assumindo o controle dos espaços públicos e definindo o traçado da cidade a partir de uma imagem ordenada e embelezada. Evidenciou-se a previsível multiplicidade e a temporalidade de imagens que se sucedem em uma tentativa de ocidentalização da cultura nativa.

Apesar das limitações para promover os melhoramentos requisitados e realizar grandes mudanças urbanas, a documentação oficial sugere que havia uma predisposição natural, no sentido de atualizar a imagem da cidade por traços mais modernos e “civilizados”. A manutenção desta prática em Manaus sugere que o processo obedece a tradição de longa duração que acompanha o desenvolvimento natural das cidades. Contudo, pretendemos demonstrar que em uma década a contribuição da prosperidade econômica e do sistema republicano foi fundamental para a intensificação do ritmo das transformações processadas, gerando mudanças radicais no traçado e na visualidade da cidade de Manaus, além de proporcionar várias mudanças culturais que evidenciam a refundação. No final do século XIX, o Brasil sofreu algumas mudanças consideráveis em sua organização política, social e econômica, sob o impacto de pressões européias. A libertação dos escravos e a Proclamação da República foram medidas decisivas para essas transformações. Além desses fatores, comuns a todo o País, destacam-se ainda outros de âmbito regional, mas que propiciaram transformações em todos os segmentos da sociedade amazônica.

4 INDICATIVOS DA REFUNDAÇÃO

Ao concentrar na última década do século XIX a delimitação do corte cronológico deste trabalho de tese, procurou-se priorizar uma fase de prosperidade econômica e mudanças acentuadas em todos os segmentos da sociedade amazônica. Compreende-se que, sob as novas condições financeiras, tornava-se possível investir em projetos capazes de definir uma nova imagem para a região, sobretudo a partir das reformas urbanas de suas capitais.

Praticamente no meio da floresta amazônica, a localização das capitais nortistas era apontada como uma das maiores desvantagens para o desenvolvimento da região, sendo interpretada como um fator desvantajoso, um verdadeiro empecilho, sobretudo, para as comunicações e o comércio. Mas apesar de todas as dificuldades que essa localização possa ter provocado, não se pode ignorar que ela, também, favoreceu outros aspectos, tais como a tranquilidade social e a implantação de determinadas políticas públicas. A sociedade regional mantinha-se praticamente isolada dos conflitos provocados pela política da Primeira República, que abalava a ordem e a segurança nacional, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do País.

4.1 SUPORTES DAS NOVAS IMAGENS

A região amazônica assumia uma posição privilegiada no cenário brasileiro, graças à prosperidade financeira gerada pela economia extrativista da borracha – a goma elástica retirada da *Hevea brasilienses*. Os Estados do Amazonas e do Pará detinham o monopólio do produto no mercado internacional

e esta situação provocou mudanças em setores da vida amazônica, abalando, em consequência, todos os segmentos da sociedade regional.

A Constituição da República Brasileira atribuía grande autonomia aos Estados, permitindo que se organizassem através de seus Congressos e Constituições. Caio Prado Júnior²⁷⁸ observa que, com a República, o País passava “bruscamente” do império unitário para uma federação largamente descentralizada, dando aos Estados “uma considerável autonomia administrativa, financeira e até política”.

Os presidentes poderiam dispor das riquezas dos Estados e obter empréstimos, embora tivessem que assumir todas as obrigações decorrentes dos acordos realizados. Entretanto, esta condição só era vantajosa para os Estados que dispunham de recursos capazes de garantir os empréstimos e os investimentos.

Roberto Santos²⁷⁹ afirma que, graças aos excedentes econômicos, fortunas locais foram constituídas, dando “ensejo à formação de capital de residentes na região”. As aplicações beneficiaram as cidades de Belém e Manaus através da construção de habitações e pequenas embarcações, do estabelecimento de um parque industrial incipiente e do lançamento de novas linhas de navegação. Segundo o autor, não há dúvida que a renda interna da região dilatou-se bastante nas últimas décadas do século XIX e na primeira do XX. E explica que esse crescimento esteve associado aos “acréscimos da procura mundial da borracha”, em decorrência das múltiplas utilidades que iam sendo descobertas e que culminaram com a descoberta da roda pneumática, em 1893.

Deve-se compreender que a exploração comercial da borracha estava intimamente vinculada a uma série de acontecimentos, sendo beneficiada temporariamente pelos interesses do próprio momento histórico. As pesquisas em torno de suas aplicações²⁸⁰ se intensificavam perante a viabilidade comercial do produto em vários ramos da indústria.

²⁷⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasileira, 1945. p. 218.

²⁷⁹ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p.p 153. 206.

²⁸⁰ Apoiado por informações veiculadas por Roberto Santos (*História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980), Caio Prado Júnior (*História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasileira,

Ainda que o látex se tornasse um produto valioso no mercado internacional e sua demanda fosse ampliada, sua comercialização estava comprometida. A produção mantinha-se reduzida, em virtude da carência de mão-de-obra para explorar os extensos e irregulares seringais amazônicos²⁸¹. Todavia, a situação de calamidade provocada pelas constantes secas ocorridas no Nordeste brasileiro, nas últimas décadas do século XIX, promoveu uma corrente migratória em direção à Amazônia, favorecendo um significativo crescimento do contingente de trabalhadores na região.

Parte dessa corrente migratória foi “produzida” pelo próprio Estado, ao oferecer terras e garantir trabalho àqueles que se dirigissem para a região. A maior parte das investidas visava atrair o potencial contingente nordestino. Os novos trabalhadores, perante a desvantajosa situação de pobreza do sertão nordestino, sobretudo do Estado do Ceará, freqüentemente assolado por estações de secas devastadoras, não ofereciam qualquer resistência às sedutoras propostas de riqueza fácil em uma região de grandes rios e exuberantes florestas, principalmente porque não conheciam as reais condições de trabalho nos seringais.

Assim, os operários, sem qualquer proteção trabalhista ou segurança de vida, eram, na grande maioria das vezes, ludibriados por contratos extorsivos e se submetiam a um sistema de trabalho semi-escravocrata. A precariedade das condições desse sistema de trabalho tornou possível, apesar de tudo, atender a demanda do mercado internacional e promover os grandes lucros dos seringalistas, cujos excedentes eram aplicados no embelezamento da cidade.

Deve-se considerar que foi essa estrutura frágil, baseada no extrativismo e na injusta exploração da mão-de-obra, que permitiu que a produção da borracha amazônica atingisse destaque na receita da exportação nacional. A partir de 1827, quando ocorreu a primeira remessa do produto, foi crescente sua produção.

1945) e Barão de Ana Nery (*O País das Amazonas*, 1979) traço uma síntese histórica das descobertas do potencial industrial da borracha, na Europa e Estados Unidos.

²⁸¹ Antes da região do Amazonas ser elevada à categoria de Província, viajantes como Avé-Lallemant, Bates e Wallace relatavam a evidente carência de mão-de-obra no local. Durante todo o período provincial, os presidentes do Amazonas lamentavam a falta de braços e propunham diferentes alternativas para superar o problema, cuja discussão foi contemplada em meu trabalho de mestrado.

Roberto Santos²⁸² indica que a fase de expansão do produto ocorreu entre 1840-1910, e destaca a importância da invenção do pneu de bicicleta, em 1888, e do automóvel, em 1893, por Dunlop, como o nascimento de uma “civilização do movimento”.

Caio Prado Júnior²⁸³ indica que a exportação da borracha foi iniciada em 1827 com apenas 31 toneladas do produto, mas em 1880 o volume exportado atingia 7 mil toneladas, subindo rapidamente para 17 mil em 1887. O volume de exportação continuou em crescimento nos anos de 1890 e, na primeira década do século XX, alcançou a média anual de 34.500 toneladas, o que correspondia a 28% do total da exportação brasileira. Em 1912, representou quase 40%, quando o café apresentava índice um pouco maior que isso. Contudo, nesta última fase, a borracha brasileira entrava em franca desvalorização no mercado internacional, perante a superioridade do produto produzido nos seringais orientais.

Uma das maiores dificuldades dos negociantes era o escoamento da produção dos seringais até Manaus ou Belém e o transporte que deveria ser feito destas cidades aos portos importadores. Para tanto, a Companhia de Navegação do Amazonas foi fundada em 1853 pelo Barão de Mauá.

Em 1859, Avé-Lallemant²⁸⁴ destacou a grande importância do estabelecimento de uma linha de vapores para o progresso da região. O viajante alemão observou que, outrora, as embarcações levavam até cinco meses de Belém a Manaus, pois, segundo ele, a “violência da corrente só podia ser vencida por velas; remos e varas não auxiliavam muito contra a correnteza da massa de água doce”. Concluiu dizendo que “a viagem subindo o rio era mais difícil do que para as Índias Orientais”.

O aspecto da ocupação e do transporte na região foi abordado por Tavares Bastos²⁸⁵ em obra publicada em 1870, na qual abordou alguns problemas,

²⁸² SANTOS, op. cit, p. 13.

²⁸³ Prado Junior, op.cit, p.p. 243; 245.

²⁸⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 60.

²⁸⁵ BASTOS, A. C. Tavares. (*O Vale do Amazonas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975). No prefácio da obra, Oscar Tenório informa que Bastos começou a debater sobre a livre navegação no Amazonas a partir de 1862, no *Correio Mercantil*, sendo os artigos condensados e editados no livro *Cartas do Solitário*, em 1870.

sugerindo e demonstrando grande expectativa em relação ao futuro da navegação:

Admiram-se de que seja o Amazonas despovoado e pouco animador o aspecto dos seus desertos? Quanto a mim, eu me admiro de que não seja pior. É uma câmara escura. Portugal fechou-o até 1822, nós o conservamos como o recebemos até bem pouco, e só o abrimos a meia dúzia de barcos de um Estado ribeirinho. Quem o povoa? O índio mais ou menos selvagem. Para que se transformasse depressa, carecia o índio de impulso estranho. De quem? Aí só veio o português, e precisava-se de outra raça. Há de que maravilhar-nos na estabilidade moral dessas populações encarceradas?

Admirai-vos antes do futuro que vem depressa.

Há poucos anos esse mediterrâneo de água doce era cortado apenas por algumas pirogas; hoje é sulcado pelos vapores de duas potências americanas.

Agora é que surge o Amazonas para o mundo social.

A verdadeira descoberta data de 1852.

A sua prosperidade real datará da sua liberdade.²⁸⁶

Era necessário implantar um amplo e regular serviço de navegação capaz de penetrar nas principais regiões produtoras. Uma das primeiras medidas foi decretar a abertura de todos os rios para a navegação internacional. Todavia, Roberto Santos observa que esta medida não era estímulo suficientemente atraente perante as vantagens oferecidas por outras regiões do planeta. Assim, era necessário que o Governo Estadual mantivesse um sistema de subvenções e subsídios aos empresários que estabelecessem linhas de navegação na região.

Com a exploração comercial da borracha reverteu-se o quadro econômico da região, que conheceu uma situação de prosperidade que facilitava algumas tarefas do Estado²⁸⁷. As evidências dessa nova ordem econômica começaram a se manifestar na década de 1880, com o aumento do volume de obras públicas anunciadas nos relatórios oficiais. À medida que a borracha se tornava mais valiosa no mercado internacional e gerava lucros nos negócios locais, ampliavam-se os investimentos nas obras públicas, melhorando a aparência da capital²⁸⁸.

²⁸⁶ Ibid., p. 216.

²⁸⁷ As intervenções promovidas pelo Estado Burguês foram detidamente discutidas no segundo capítulo deste trabalho.

²⁸⁸ Ao confrontar os relatórios emitidos entre as décadas de 50 e 80 daquele século, é possível vislumbrar um aumento considerável do número de obras públicas a partir desta última data.

A administração pública aplicava grande parte dos excedentes econômicos na instalação de equipamentos, serviços e obras para o melhoramento da cidade. Com frequência, esse período de prosperidade econômica e de grandes investimentos urbanos foi denominado pela historiografia local menos recente, como *Época áurea da borracha*. Em geral, a interpretação dessa “época” esteve bastante comprometida com a perspectiva e a visão oficial.

Sem dúvida, os excedentes econômicos derivados da comercialização da borracha foram o maior estímulo a animar e apoiar a atividade dos administradores públicos das capitais amazônicas. Os grandes investimentos propiciavam o surgimento de uma elite financeira que emergia ávida por ostentar uma aparência mais de acordo com o *status* recém-adquirido e que exigia uma imagem mais condizente com a nova situação. As manifestações desta prosperidade econômica evidenciavam-se, sobretudo, no aspecto visual de Manaus e Belém.

4.2 MAPAS E TOPONÍMIA

Um dos principais argumentos apresentados por esta tese para comprovar a refundação da cidade de Manaus é o contraste apresentado entre as plantas desenhadas no período monárquico e a planta levantada em 1893, durante a administração do governador Eduardo Ribeiro.

A característica da topografia local, com seus acidentes naturais, foi determinante na definição do traçado original. O rio Negro se impôs como a primeira orientação espacial do povoamento, determinando o sentido do crescimento na direção Leste-Oeste. Todavia, a ocupação no interior do povoado foi se organizando em torno dos vários igarapés, cujo desenho irregular determinava o limite dos bairros e a interrupção de muitas ruas.

Assim, é possível deduzir que a ação imperativa dos cursos d'água se impôs como a primeira orientação de expansão do povoamento e determinou o desenho de tendência mais orgânica. Além dessa limitação natural, o conjunto de mapas prioriza um desenho do lugar a partir do registro dos limites de ocupação determinado pelos terrenos e imóveis. Até o mapa de 1879 (mapa 04), os mapas

anteriores não apresentavam o desenho definido do traçado das ruas, travessas e outros logradouros: esses elementos ficavam indicados pela disposição dos imóveis e terrenos.

Além dos limites naturais, presume-se que a tradição cultural manifesta no desenvolvimento das cidades brasileiras foi também um fator determinante no crescimento do Lugar da Barra. A natural informalidade que caracterizou o desenvolvimento do povoado e gerou manifestações mais espontâneas, pode ser justificada pela ausência de uma política do Estado, no sentido de investir mais recursos nos melhoramentos das cidades estabelecidas na região.

Até o final do século XVIII, o Lugar da Barra era um povoado insignificante, não ocupava qualquer posição de destaque, não dispunha, portanto, de um corpo administrativo nem recursos financeiros suficientes para promover melhoramentos significativos em seu aspecto urbano. Por outro lado, não se dispunha de recursos capazes de financiar tais obras. Aparentemente, a política do Estado era obter lucros com a exploração da região, sem investir, prevendo que ela fosse gerida por seus próprios recursos.

Como vimos no terceiro capítulo deste trabalho, a primeira tentativa bem sucedida de promover melhoramentos da Vila da Barra foi realizada pelo governador Lobo d'Almada. Em um curto período de tempo, o governador promoveu a construção de vários prédios públicos, inclusive um palácio, e refez a igreja Matriz, que ficava em frente à fortaleza. Implantou algumas atividades fabris e gerou uma animação nas atividades comerciais da região. Contudo, o êxito obtido gerou alguns problemas administrativos, sendo o governador destituído do cargo e a capital da capitania reconduzida a sua antiga sede.

A partir da segunda metade do século XIX, a administração do Império brasileiro começou a implantar políticas públicas orientadas por higienistas. Dentre outros objetivos, procurava-se promover o “dessecamento dos terrenos alagadiços” e promover o saneamento de áreas urbanas²⁸⁹. Em virtude da falta de higiene ou de controle do meio-ambiente, grande parte dos cursos d'água que cortavam a cidade apresentava sinais de degradação, tornando-se, portanto,

inconveniente à saúde pública e sendo apontada como um dos principais focos de miasmas. Não havia argumento que se sustentasse perante a ótica do saneamento.

Na busca de uma imagem da cidade mais de acordo com a noção de civilização da época, os presidentes demonstravam preocupações quanto ao planejamento da cidade. Sugeriam medidas estruturais para ordenar o crescimento da área urbana e evitar a manutenção dos traços orgânicos que marcavam o traçado original da cidade.

Em geral, a intenção de repensar o espaço urbano e ordenar seu planejamento é anunciada a partir da solicitação do levantamento da planta da cidade. Ainda que diversos presidentes tenham feito essa solicitação, poucos foram atendidos, em virtude da falta de verbas ou da ausência de técnico gabaritado para realizar a tarefa.

Tão fundamental quanto obter o levantamento do traçado da cidade era conseguir manter a orientação das futuras ocupações de acordo com as indicações propostas nos mapas. Para garantir essa tarefa, a administração lançava mão de certa autoridade, estabelecendo algumas normas de ocupação e conduta através da emissão de Códigos de Posturas e da ação fiscalizadora dos arruadores²⁹⁰.

Apesar de várias menções a contratos e trabalhos para a confecção de plantas de Manaus durante o período provincial, são conhecidas e se encontram sob a guarda de instituições públicas e disponíveis para a pesquisa as plantas de 1844, 1845, 1852, 1868 e 1879. As duas primeiras²⁹¹ e a última²⁹² se encontram

²⁸⁹MARTINS, Francisco Gonçalves. *Melhoramentos sanitários na Capital e n'outras povoações do Impero*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853. p. 55, 56.

²⁹⁰ O arruador era um profissional designado pela Intendência Municipal para fiscalizar o traçado das ruas e o alinhamento dos imóveis dentro de um plano predeterminado. São reduzidas as informações sobre as atribuições do arruador; entretanto, as indicações levam a deduzir que a sua participação era determinante para a obtenção de licenças para a demarcação de terrenos e a construção de imóveis dentro do perímetro urbano. Sua ação era de caráter fiscalizador e não projetor, mas certamente dava uma grande contribuição para definir um desenho mais organizado e racional, já que deveria manter a regularidade de um plano previamente demarcado em uma planta.

²⁹¹ Paulo Santos, em sua obra *Formação de Cidades no Brasil Colonial* (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001, p. 144) indica a existência de uma planta de Manaus, realizada em 1845, localizada no Arquivo Histórico do Ministério do Exército no Rio de Janeiro. A referida planta foi realizada pelo capitão Tenente Raphael Lopes Anjo, copiada pelo capitão em 1853. Através dessa indicação foi possível contatar com uma

no Arquivo Histórico do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, enquanto que uma cópia da terceira, realizada em 1897, se encontra no acervo da Biblioteca Pública do Amazonas. Já a planta de 1868 se encontra no Atlas de Cândido Mendes²⁹³.

Além das indicações dos traçados da cidade, em geral, os mapas proporcionam outras informações relevantes para a discussão da transformação de seus espaços. Indicações da topografia, dos cursos d'água, das áreas cultivadas, de algumas características das construções, tais como área de ocupação e se eram cobertas com telha ou com palha. Além desses dados, indica-se a toponímia dos logradouros da cidade.

A toponímia é, sem dúvida, um indicativo das referências do lugar e da memória de sua população. A predileção por determinados aspectos pode revelar algumas tendências da cultura local. Mesmo que o processo para definição das denominações nem sempre tenha contado com a efetiva participação popular, não é possível destituir a legitimidade de seus representantes e a importância dos nomes homenageados.

O próprio nome da cidade - Manaus - é resultado da ação de diferentes tendências que visivelmente se manifestaram na história da cidade. A definição do nome marca uma passagem significativa de sua história. Inicialmente, o lugar foi denominado Fortaleza da Barra do Rio Negro, fazendo evidente referência ao elemento natural e à obra construída pelo homem. Essa denominação inicial foi mantida até 1833, quando, por determinação imperial, passou a ser chamada de Manáos.

Naquele momento, a toponímia de nomes portugueses de várias localidades foi substituída por referências indígenas. Essa determinação refletia a preocupação do Império brasileiro, recém-independente, de estabelecer uma política de ocupação do território, definindo uma identidade mais ligada as

outra planta datada de 1844, também de autoria de Lopes Anjo e copiado em 1853 pelo capitão João Pedro de Gusmão.

²⁹² Planta da cidade de Manaus do Arquivo Militar, assinada com a data de 26 de fevereiro de 1879, copiada pelo Major Antônio de Sena Madureira e localizada no acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro.

²⁹³ O primeiro Atlas Brasileiro foi organizado pelo senador Cândido Mendes de Almeida em 1868.

referências nativas e reduzindo os traços portugueses. Ainda que politicamente pudesse atender a outros objetivos, a indicação do nome de uma das tribos que, outrora, habitava a região, era evidente homenagem às raízes locais.

Em 1848, ao ser promovida a cidade, Manáos retomou o seu nome original, passando a ser denominada Cidade da Barra do Rio Negro. Todavia, em 1856, a capital da Província do Amazonas foi rebatizada como Cidade de Manáos..

Possivelmente, a denominação das primeiras ruas do lugar foi sendo definida a partir das relações de informalidade que marcavam a cultura local, contando com a participação das referências de seus usuários. Assim, nota-se a predominância de nomes vinculados aos elementos da natureza e das construções mais destacadas na vida social.

O desenho da Cidade da Barra do Rio Negro registrado nos mapas de 1844 (mapa 01) e de 1845 (mapa 02) apresenta características bastante espontâneas: muitas vezes, o limite das ruas era determinado pela localização dos igarapés que cortavam a cidade e o traçado dessas vias era definido pela disposição dos terrenos e imóveis. Praticamente todas as indicações de ruas são traçadas na direção Leste-Oeste, enquanto que as vias orientadas pelo sentido Norte-Sul recebem a denominação de travessa. A rua Brasileira era a única via que atravessava totalmente a cidade no sentido Leste-Oeste, ainda que sua extensão fosse interrompida por cinco igarapés. Em torno dessa via estavam localizadas as principais construções da cidade.

Desenhado pelos traços dos igarapés e delimitado ao Sul pelo rio Negro e ao Norte pela floresta, o povoado apresentava três bairros. O bairro de São Vicente encontrava-se entre o rio Negro e os igarapés da Pólvora e de São Vicente, Ribeira e Espírito Santo ou da Olaria. Esse bairro era composto pelas ruas de Manáos, de São Vicente, da Matriz, da Estrela, da Alegria, Brasileira, da Lua e pelas travessas de Cumã, do Oriente, da Olaria e do Equador, além do beco de São Vicente. Destacavam-se, pelos seus grandes espaços abertos, os largos da Pólvora, do Pelourinho, da Olaria e a praça da Alegria.

O bairro do Espírito Santo era delimitado pelo igarapé do mesmo nome,

pelo rio Negro e pelo igarapé dos Remédios. O bairro era composto pelas ruas das Flores, Formosa, Nova e pela travessa dos Remédios.

Já o bairro dos Remédios era delimitado pelo igarapé do mesmo nome, pelo rio Negro e pelo igarapé de Manãos e tinha assinaladas apenas as ruas dos Remédios e da Praia, além do cemitério e do largo dos Remédios.

Em 1852, o Presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha mandou levantar o mapa da cidade da Barra (mapa 03). O traçado apresentado por esse mapa revelava o desenho de um pequeno povoado. A malha urbana era reduzida e irregular, composta por quarteirões dispostos sem rigidez, desenhados, em parte, pelo leito dos igarapés que recortavam a cidade.

Os pontos extremos da cidade eram: a Oeste, o Hospital de São Vicente, que ficava na ilha do mesmo nome; a Leste, o Largo dos Remédios; ao Norte, o Campo da Pólvora²⁹⁴, que ficava do bairro de São Vicente, pelo igarapé da Pólvora²⁹⁵, ao Sul encontrava-se o litoral da cidade. Essa pequena área era recortada pelos igarapés de São Vicente, da Ribeira, do Espírito Santo e do Aterro, que separavam os bairros dos Remédios, República, Espírito Santo, Campinas e Ilha de São Vicente. A comunicação entre alguns bairros era feita através de pontes de madeira que, quase sempre, estavam necessitando de reparos.

As quatro primeiras plantas de Manaus, levantadas durante o período monárquico, apresentam grande similaridade. A malha urbana é definida por um desenho irregular e de proporções reduzidas, delimitada ao Sul pelo rio Negro, ao Norte pela floresta, a Leste pelo igarapé da Cachoeira Grande e a Oeste pelo igarapé da Cachoeirinha. As características incertas dos desenhos registrados podem ser interpretadas como indício dos limitados recursos que a administração pública dispunha para intervir e ordenar racionalmente a ocupação do espaço urbano.

²⁹⁴ Atualmente, essa área encontra-se ocupada pelo Colégio Militar de Manaus e seu campo de treinamento.

²⁹⁵ No mapa de 1852, reproduzido em 1897, esse igarapé é grafado como igarapé do Espírito Santo. Já o outro curso d'água ali referido, isolava a ilha de São Vicente do litoral.

MAPA 01



Planta da Cidade da Barra do Rio Negro. De 1844, copiada pelo capitão João Pedro de Gusmão em 1853. Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro. (imagens realçadas)



MAPA 02



Plantas das Villas de Manaós e Ega. Levantada e desenhada pelo capitão tenente Raphael Lopes Anjo. 1845. Acervo Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro. (imagens realçadas)



MAPA 05



Carta cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaus. Levantada por João Miguel Ribas e desenhado por Willy Von Bancel. Lisboa: Cia. Nacional ed, 1895. Acervo Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. (reprodução digital)



Ao confrontar os mapas levantados em 1844 e 1845²⁹⁶ com o mapa traçado em 1879, constatam-se algumas modificações verificadas não somente no desenho das plantas, mas também na toponímia das vias e logradouros. Nota-se um pequeno crescimento da cidade no sentido Norte, assim como a definição de quatro bairros: São Vicente, Matriz, Espírito Santo e Remédios.

Todavia, ao comparar esse conjunto de mapas com a planta desenhada em 1879, nota-se que esta, além de indicar a ampliação da área de ocupação urbana, destaca uma nova área de planejamento, definida por um quadrado bem demarcado. A área, ainda pouco habitada, avançava sobre os arrabaldes no sentido Norte e era delimitada a Leste pela rua da Imperatriz e sua continuação, a estrada de Epaminondas; a Oeste, pela rua Corrêa de Miranda; a Norte, por uma rua sem denominação, que posteriormente foi chamada de Ramos Ferreira, ao Sul, pela rua Brasileira. As áreas localizadas nas extremidades Norte e Oeste apresentavam poucos indícios de ocupação. Contudo, destaca-se que, além da ampliação da rua Brasileira, regularizou-se e ampliou-se a estrada de Epaminondas, passando essa via a indicar um novo sentido de crescimento da povoação, em direção ao Norte.

A demarcação de tal quadrado pode ser interpretada como uma das primeiras demonstrações da elaboração de um plano de crescimento da cidade. Deduz-se que essa indicação tenha desempenhado um papel relevante na orientação dada aos projetos urbanos elaborados posteriormente, assim como deve ter apoiado, em grande parte, a ação fiscalizadora do arruador.

O traçado do bairro de São Vicente não sofreu grandes modificações em pouco mais de três décadas. Contudo, o mapa de 1879 já não apresenta a indicação das primeiras construções erguidas na cidade, cujos vestígios destacavam a área como ponto de referência histórica. A toponímia de suas ruas foi quase totalmente substituída. A rua de Manãos passou a denominar-se rua da

²⁹⁶ Utilizei os dados dos mapas de 1844 e 1845 por apresentarem um número maior de informações, com detalhamento de vários aspectos que marcavam o desenho da cidade, sobretudo no que tange às indicações toponímicas. Uma outra conveniência da utilização desses mapas é que a proximidade temporal de seu levantamento propiciava uma complementaridade, não somente de alguns detalhes do traçado, mas, principalmente, da toponímia, possibilitando a definição um conjunto de referências relevantes para a investigação desses aspectos.

Independência e a rua da Alegria passou a ser assinalada como rua dos Inocentes, enquanto que a rua do Sol passou a compor o prolongamento da rua Brasileira.

A rua da Matriz, cujo traçado se apresentava indefinido, deixa de ser registrada nessa área. Compreende-se que a denominação daquela artéria decorria do indicativo da construção da primeira igreja do lugar, naquela área. Contudo, com o desaparecimento da referida igreja, em conseqüência de um incêndio ocorrido em 1850, a referência perdia o sentido. A área ocupada pela sua marcação passou pois, a ser indicada como parte da praça Tenreiro Aranha, cuja sinal, extensão avançava sobre o espaço do antigo largo do Pelourinho. Esse largo, por foi dividido, sendo o restante de sua área ocupada por um quarteirão de imóveis e pela delimitação da praça de Dom Pedro II.

O bairro da Matriz ficava em torno da nova catedral, inaugurada em 1878. A igreja foi erguida na área entre a antiga olaria e o respectivo largo, ao lado do igarapé do Espírito Santo, que era denominado de igarapé da Olaria. No sentido Leste-Oeste, além da rua Brasileira, da rua da Palma e da pequena rua da Lua, surge a rua de Henrique Martins, a partir da ampliação da antiga rua da Estrela. Já a rua de São Vicente, que limitava-se ao bairro do mesmo nome, foi prolongada e substituiu a rua da Estrela. Dispostas no mesmo sentido dessas vias, foram acrescentadas as ruas da Constituição e do Progresso, além da indicação de outras duas, sem denominação²⁹⁷. O novo trecho traçado ficava delimitado pelas praça de Uruguaiana (parte do antigo Largo da Pólvora) e praça de São Sebastião, que não constavam nos mapas anteriores.

O indicativo de redução dos limites²⁹⁸ do igarapé da Olaria (posteriormente denominado de Espírito Santo), assim como a regularização de algumas ruas localizadas em torno dele, sugere que o processo de aterramento desse curso d'água estava sendo executado e, graças a esse procedimento, já se tornava possível promover a regularização da área.

²⁹⁷ As ruas localizadas entre a rua do Progresso e a da Constituição seriam, posteriormente, denominadas de Dez de Julho e Ramos Ferreira.

²⁹⁸ Nos primeiros mapas, o limite do igarapé da Olaria, que avançava além da rua da Palmava, passa a ser representado por um limite mais reduzido, indo somente até a rua Henrique Martins.

No sentido Norte–Sul, destaca-se o aterramento do igarapé da Ribeira, promovendo um pequeno avanço sobre o rio Negro e ampliando a área da praça da Alegria, que passa a denominar-se praça da Imperatriz. A travessa do Oriente, que se iniciava na referida praça, recebe o nome de rua da Imperatriz e seu prolongamento em direção ao Norte, que apresentava um traço regular, passa a denominar-se rua de Epaminondas. Nos mapas anteriores, essa via era indicada apenas como um traço irregular que indicava o caminho em direção à Cachoeira Grande.

Também no sentido Norte-Sul, paralela à rua da Imperatriz, define-se o traçado da rua da Matriz, em substituição à antiga travessa da Olaria. As travessas de Cumã e do Equador constam no desenho, apesar de não haver indicação de suas denominações; todavia, o prolongamento da segunda surge com o nome de travessa da Conceição.

O bairro do Espírito Santo, que anteriormente apresentava apenas a indicação de duas ruas e uma travessa, surge acrescido por uma malha um pouco mais complexa. A rua das Flores passa a denominar-se rua do Imperador, a rua Formosa passa a denominar-se rua das Flores e surgem as ruas de Marcílio Dias e do Espírito Santo. A travessa dos Remédios passa a chamar-se de travessa Formosa. Surgem as travessas da Glória e da União, além da rua Bela Lembrança. Demarcam-se as áreas das praças de Payssandu, do Riachuelo e de Tamandaré.

O bairro dos Remédios mantinha a indicação da rua dos Remédios e a rua da Praia aparece grafada como rua do Bareges²⁹⁹. Surge ainda a indicação da rua Boa Vista. Nesse trecho referente ao bairro dos Remédios, a rua Brasileira passa a se chamar rua Miranda Reis. No sentido Norte-Sul a rua Sete de Dezembro estende-se do Rio Negro até o encontro com a Miranda Reis e, a partir desse ponto, passa a denominar-se de rua Corrêa de Miranda, que se impõe como uma via que demarca o limite Oeste da cidade e indica o avanço no sentido Norte.

A confrontação dos mapas levantados no período provincial (1844,1845 e

²⁹⁹ Possivelmente se tratava da rua dos Bares, que foi equivocadamente grafada como rua dos Bareges.

1879) permite deduzir que ocorreram algumas modificações na malha urbana da cidade. Percebe-se uma suave ampliação da ocupação urbana e o estabelecimento de uma orientação no sentido de se definir o desenho de uma malha mais regular para a cidade. Além disso, a investigação da toponímia revela alguns dados que podem contribuir para a compreensão do processo de refundação da cidade, sobretudo quando confrontado com o mapa levantado durante a reforma de Manaus.

As conclusões resultantes da confrontação desses mapas já se constituem em um dos primeiros indicativos que apóiam a hipótese de refundação da cidade de Manaus, mas é sobretudo na comparação com o mapa de 1893 (mapa 05) que o contraste se torna mais acentuado e reforça os argumentos da hipótese central deste trabalho.

A demonstração da consciência do significado simbólico das toponímias se revela também no processo de substituição, sobretudo ao se procurar adotar praticamente a mesma escala de valores hierárquicos. Intencionalmente, tentava se demonstrar compromisso com as referências políticas e sociais da época. Assim, as referências mais proeminentes do Império são substituídas pelos principais valores republicanos.

Exemplos significativos do processo de substituição da toponímia na parte mais tradicional da cidade de Manaus foram: a mudança do nome da praça Dom Pedro II, que passou a denominar-se praça da República; a antiga praça da Imperatriz foi ampliada e passou a chamar-se praça Quinze de Novembro; a rua do Imperador ganhou o novo nome de Marechal Deodoro; parte do antigo largo da Pólvora tornou-se a praça de General Osório. Além dessas significativas substituições, houve outras referências a vultos nacionais, principalmente os vinculados à República. Foi dessa formam que surgiram a praça Floriano Peixoto, a praça General Carneiro, as ruas dos Andradas, Quintino Bocaiúva, Marquês de Santa Cruz, Duque de Caxiais e Visconde de Porto Alegre, além da praça da Constituição. Destaca-se, dentre todas, a rua Izabel³⁰⁰, que possivelmente se referia à princesa que assinou a Lei Áurea. Compreende-se que mesmo como

³⁰⁰ Havia também, a rua Santa Isabel.

membro do sistema decaído, a figura da princesa Izabel fosse bastante referenciada pelo gesto libertador.

Foram preservadas as indicações de personalidades nacionais e estaduais através nos seguintes logradouros públicos: praça Tamandaré, praça Tenreiro Aranha, praça Riachuelo, praça Uruguaiana, rua Henrique Martins, rua Marcílio Dias. Conservaram-se também algumas referências cujos significados ainda se encontravam de acordo com o momento histórico, como expressa a denominação das ruas do Progresso, Independência, Constituição e União.

Mesmo que, com a implantação do sistema republicano, o Estado se declarasse separado da Igreja Católica e permitisse a liberdade de cultos, nota-se que, quanto à toponímia, a administração preservou praticamente todas as referências religiosas, mantendo a denominação da praça de São Sebastião, praça dos Remédios, rua de São Vicente, rua da Matriz e rua do Espírito Santo. Além destas, deve-se incluir a praça de Nazaré, a praça de Monte Cristo e a rua de Santa Isabel. Nesse aspecto, foi excluída somente a travessa da Conceição, cuja extensão passou a integrar o traçado da avenida do Palácio. Sem dúvida, a administração tinha consciência de que a questão religiosa era muito delicada, sobretudo considerando-se a significativa devoção católica que predominava na tradição cultural brasileira.

Surgem várias ruas com a indicação de datas comemorativas nacionais e estaduais: Treze de Maio (assinatura da Lei Áurea), Cinco de Setembro (elevação do Amazonas à categoria de Província), Sete de Dezembro (abertura dos portos), Dez de Julho (libertação dos escravos no Amazonas), Quatorze de Janeiro (aclamação de Eduardo Ribeiro como presidente do Estado), Vinte e Quatro de Maio (assinatura da libertação dos escravos) Instalação (local onde foi instalada a Província do Amazonas, em 1.º de janeiro de 1852).

A maior parte dos personagens locais homenageados havia atuado na política, muitos como presidente da Província e outros em diferentes funções. São eles: Bittencourt, Comendador Clementino, Costa Azevedo, Demetrio Ribeiro, Dr. Machado, Dr. Moreira, Eduardo Ribeiro, Emilio Moreira, Epaminondas, Ferreira Penna, Frei José dos Inocentes, Governador Vitório, Guilherme Moreira, Henrique

Antony, Henrique Martins, Joaquim Sarmiento, Jonathas Pedrosa, José Clemente, José Paranaguá, Leonardo Malcher, Leovigildo Coelho, Lima Bacury, Luiz Antony, Major Gabriel, Ramos Ferreira, Rua Barroso, Saldanha Marinho, Tenreiro Aranha.

Grande parte das ruas localizadas na área ampliada recebeu nome de municípios do Estado, cuja denominação, em grande parte, deriva dos rios que cortam a região. São as seguintes: Antimari, Apurinã, Airão, Barcelos, Borba, Canaçari, Canutama, Carauari, Coari, Codajás, Gurupá, Humaitá, Itacoatiara, Japurá, Manicoré, Maués, Nhamundá, Parintins, Pixunas, Silves, Tefé e Waupés.

Algumas das denominações dos municípios, também referenciavam povos indígenas da região, tais como os Maués, Apurinãs, Parintins, Pixunas. Além desses, homenagearam-se os Tarumãs, Mundurucus, Barés e a figura de Ajuricaba³⁰¹.

A tradicional rua Brasileira passou a denominar-se rua Municipal e surgiram as ruas de Tapajós, Mocó, Itamaracá, Cadeia, Comércio e a praça Rio Branco,

A toponímia apresentada no mapa de 1893 (mapa 05) indica mudanças substanciais na tendência adotada, extinguindo-se grande parte das referências dos outros tempos da cidade. Ainda que algumas referências tenham sido preservadas, elas praticamente se perdem perante a ampliação da malha, que aumentou a quantidade de ruas e do repertório toponímico. Essas características sugerem que, além do traçado e do aspecto visual, a atribuição de novas nomenclaturas aos logradouros era uma tentativa de caracterizar os indícios de outra cidade. A sociedade local demonstrava íntimo compromisso com o sistema republicano, homenageando seus vultos mais relevantes, além de símbolos e datas comemorativas.

Nota-se, todavia, que o processo de transformação da toponímia local não ocorreu de forma abrupta, mas foi resultado de um processo gradual que marcou os diferentes tempos do lugar. Das indicações naturais às referências

³⁰¹ Em decorrência do caráter ficcional que reveste as referências ao personagem Ajuricaba, o seu desenho histórico ainda encontra-se indefinido. Salvo o seu papel de líder da tribo dos Manãos, há controvérsias quanto a sua relação com os portugueses. Foi acusado de traição por colaborar com os holandeses e comercializar escravos indígenas. Teria sido aprisionado e transportado em um barco, para julgamento em Belém. Ainda que algemado, teria se jogado no rio Negro, em frente a Manaus, preferindo a morte a submeter-se ao jugo português.

republicanas adotaram-se as indicações do Império e se passou a homenagear personagens ilustres. Certamente que a mudança de sistema político do País exigiu uma substituição repentina, convenientemente de acordo com a nova formatação da cidade.

4.3 PROPOSTAS DE TRANSFORMAÇÃO

É possível que a questão dos melhoramentos materiais em Manaus tenha sido tratada com atenção antes da região ser elevada à categoria de Província, mas é a partir dessa data que a documentação oficial (relatórios, exposições e falas dos presidentes da Província e relatórios dos diretores e chefes de várias repartições públicas) se torna mais densa e permite comprovar que essas questões receberam um tratamento destacado dado pela administração pública local.

Em seu primeiro relatório, o presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha³⁰² afirmou: “mal se pode dizer, que nesta Província tenha se tratado de melhoramentos materiais”. Em seguida, lamentou que a maioria dos prédios erguidos durante “o tempo dos Governadores”³⁰³ se encontrasse arruinada³⁰⁴. O presidente, na oportunidade, inaugurava um padrão discursivo reivindicatório que se manteve por quase todo o período provincial. Em geral, as reivindicações eram encaminhadas ao Tesouro Imperial, para a liberação de verbas. Tenreiro Aranha solicitou-as para a construção de uma igreja e de um palácio para a presidência. A Igreja Matriz havia sido incendiada em 1850 e não havia, entre os edifícios públicos locais, nenhum que oferecesse condições para abrigar a presidência e sua secretaria. O presidente comunicou ter alugado um modesto sobrado para lhe servir temporariamente de palácio. Entretanto, essa situação foi mantida por muitos anos e a presidência permaneceu instalada no velho sobrado, o que era freqüentemente criticado pelos administradores e ironizado pelos viajantes que passavam pelo lugar.

³⁰² ARANHA, João Batista de Figueiredo Tenreiro. *Relatório de 30 de Abril de 1852*. Capital da Província do Amazonas: Typographia do Ramos, 1852. p.70.

³⁰³ Compreende-se que essa referência esteja diretamente relacionada às obras construídas na administração do governador Lobo D'Almada.

³⁰⁴ ARANHA, *op.ci*, p. 70.

Ainda que a Barra do Rio Negro tivesse, em 1808, assumido o posto de capital da Capitania de São José do Rio Negro, foi somente após a instalação da Província do Amazonas, em 1852, que seu corpo administrativo³⁰⁵ ganhou uma significação semelhante à chegada da família real ao Rio de Janeiro. A nova condição administrativa da região impunha uma série de transformações, exigindo a aplicação de normas que passavam a regular, sobretudo, os hábitos da população. Entretanto, o poder constituído confrontava-se com a resistência natural das tradições de origem nativas e populares. Hábitos que eram favorecidos pela situação geográfica, pela natureza circundante e pela história do lugar, cujas transformações eram lentas, devido aos recursos econômicos insignificantes. Nessas condições, tornava-se árduo o trabalho da administração, para instalar um projeto de civilização.

A concepção de cidade como centro de civilização contrapunha-se à imagem definida pelos espaços e hábitos “não civilizados”, “selvagens”, que ainda eram preservados na capital da Província do Amazonas. Essa discussão remete diretamente ao estudo de Marcel Roncayolo³⁰⁶ sobre a cidade. O autor identifica a valorização da “natureza histórica” da cidade, que surgiu com a tradição clássica na Europa, quando foi apontada por ele como “o lugar da cultura, nomeadamente da cultura escrita. Civismo e civilização, urbanidade e urbano são parentes próximos e opõem-se à rusticidade”.

O conteúdo dos discursos sugere desprendimento de grandes esforços para melhor equipar a cidade. Repetem-se as solicitações e propostas para a execução de trabalhos de nivelamento de terrenos e aterro dos cursos d’água e muitas outras obras consideradas urgentes. Assim, o aspecto visual da cidade ganhava maior espaço, no corpo desses documentos, e sugeria que o tema recebia maior atenção da administração pública.

Em geral, a fala dos administradores sugere a preferência por uma imagem mais harmoniosa da cidade, mas entenda-se, também, que isso só seria possível

³⁰⁵ Em 1859, Henry Walter Bates (op.cit. p. 134) criticava a existência do “numeroso quadro de altos funcionários”, que, segundo ele, não tinham o que fazer a maior parte do tempo, apesar dos excessos de burocracia que criavam.

³⁰⁶ RONCAYOLO, Marcel. *Cidad*. In: Enciclopédia ENAUDI, volume 8 - Região. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1986. p. 422.

se se empreendessem as obras necessárias para organizar e sanear a cidade. Dentre essas obras, destacam-se o calçamento e o embelezamento de seus espaços públicos, a instalação de equipamentos urbanos e a construção de obras monumentais, decoradas com ornamentos artísticos.

Ao discutir as nuances de tal processo, na reforma urbana do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, Lená Menezes³⁰⁷ observou que a “chegada da civilização para a população citadina representou a imposição da vigilância e da disciplina em seu cotidiano”. A autora compreende que, com esse fato, o espaço público se definia “como um espaço político ostensivamente policiado e a consagração da vida privada, no contexto da intimidade burguesa, como registro de um novo tempo”. Contudo, não se deve ignorar que, muitas vezes, a aplicação dessas idéias encontrava dificuldades nas limitações geradas pelos vícios que afetavam o corpo administrativo e enfraqueciam suas ações.

A precariedade das condições econômicas da Província do Amazonas dificultava a ação da administração pública e isso ficava evidente através da aparência pouco elogiosa em que se encontravam as obras públicas de sua capital. Por várias décadas, não cessaram as solicitações de verbas encaminhadas ao Tesouro Imperial; todavia, a liberação dependia de demoradas e burocráticas comunicações e, em geral, a verba obtida não era suficiente nem para cobrir os freqüentes concertos das pontes de madeira que ligavam a cidade, nem para a construção da Igreja Matriz, cuja obra prolongou-se por vinte anos.

Não era somente a falta de recursos financeiros o grande empecilho que impedia promover a atualização da imagem da cidade, mas certamente a prosperidade econômica da região foi um dos maiores estímulos para implantar o projeto que a transformou. Naquele momento, emergia uma elite extrativista, ávida por ostentar a prosperidade financeira e o *status* social. Composta basicamente de novos ricos, a sociedade era integrada por seringalistas, empresários, profissionais liberais e funcionários públicos graduados. As possibilidades comerciais eram os principais atrativos da região. A animação em torno da exploração da borracha estabelecia uma rede serviços e de comércio,

movimentando um grande contingente de profissionais das mais diversas áreas e ampliando consideravelmente a população de Manaus.

Além da tentativa de refinar os hábitos, de atualizar a aparência das indumentárias e das habitações, a nova sociedade instalada aspirava a um modelo de cidade mais de acordo com a prosperidade do momento. O que se queria era participar das vantagens do progresso e da animação prometidas pelo Mundo Civilizado, tendo como espelho a imagem vibrante das capitais européias, das quais começava-se a obter notícias³⁰⁸ cada vez mais atualizadas.

Sob o impacto da mudança do sistema político e apoiados pelos excedentes econômicos, os primeiros presidentes e governadores do Amazonas tinham urgência em demonstrar que, sob o regime republicano, em pouco tempo promoveriam uma transformação radical no Estado, sobretudo na capital. Assim, intensificaram-se as propostas e projetos de obras públicas em Manaus. Tanto a quantidade quanto a diversidade de propostas sugerem que embelezar a cidade implicava uma clara tentativa de reconstruí-la em outros moldes. Uma evidência desta intenção durante a República³⁰⁹ foi formalmente apresentada na justificativa de Azevedo³¹⁰ ao solicitar a planta cadastral da cidade de Manaus:

*Lembro-vos, também por ser de reconhecida utilidade e urgencia, o levantamento da carta cadastral da capital, cujo serviço devia correr por conta dos cofres municipais, mas que, attento o estado precario de suas finanças, pode ser feito pelo Thesouro.(...). Sem esta carta geral, na qual fique consignada a planta exacta da cidade e as cotas de nivel de todos os seus pontos, impossivel se torna iniciar a **reedificação** (grifo nosso) da cidade, promovendo o seu embelezamento e evitando as reiteradas indemnizações .³¹¹*

A discussão em torno de uma possível “reedificação” sugere que, mesmo

³⁰⁷ MENEZES, Lená Medeiros. *Nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais* (RJ 1902-1906). In: *A Cidade em debate*. São Paulo: Olho d' Água, 2000. p. 115.

³⁰⁸ As relações com os Estados Unidos e com a Europa intensificavam-se a partir daquele momento: além das relações comerciais, as influências culturais eram inevitáveis. Algumas famílias mandavam seus filhos concluírem os estudos no exterior e de lá eles traziam hábitos e modismos. Afora isso, havia a participação da imprensa, das comunicações pessoais, as cartas, os cartões postais e outras representações visuais.

³⁰⁹ Desde alguns anos antes, os administradores locais solicitavam a confecção de plantas da cidade.

³¹⁰ AZEVEDO, Gregorio Thaumathurgo de Azevedo. Mensagem do presidente do Estado, lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de 25 de novembro de 1891. Manáos. Typographia do “Commercio do Amazonas. 1891. p. 10.

³¹¹ Ibid.

que não existisse um outro modelo de urbanização claramente definido, deveria haver um conjunto de idéias que, por certo, não se adequava às condições apresentadas pela cidade naquele momento. Não resta dúvida de que havia um modelo ao qual se aspirava, mesmo que ele fosse a expressão predominante da elite da sociedade organizada e se manifestasse através de seus representantes legais na administração pública.

Uma das primeiras referências à existência de um “plano de embelezamento” para a cidade de Manaus, localizada pela pesquisa, aparece em uma matéria na primeira página do *Diario de Manáos*, veiculada em 12 de fevereiro de 1892. A matéria critica as condições de algumas construções que estavam sendo realizadas na área central da cidade e questiona o não cumprimento das posturas municipais, quando já havia um plano de embelezamento “em vias de execução”.

Uma outra matéria foi publicada sobre o assunto no mesmo jornal, em 13 de abril daquele ano, sob o título de *Excavações Municipaes*. O editor da matéria lembra que, quando assumira no ano anterior, o presidente Thaumaturgo de Azevedo apresentara um plano de governo no qual incluía o nivelamento das ruas e praças da cidade. O autor do texto prevenia que, em poucos anos a cidade teria o aspecto “elegante e bello que devem apresentar as cidades modernas, e principalmente as grandes capitaes de grandes e ricos Estados como o nosso”.

O editor do artigo afirma que as idéias propostas pelo então presidente não haviam sido aceitas pelo público e o seu jornal se fizera, na época, o intérprete das dúvidas e apreensões da população. Entretanto, naquele momento, sua crítica se concentrava nas obras de escavações realizadas pela Intendência Municipal à rua Comendador Clementino, assegurando que tal obra se fazia “sem um plano de profissional competente” e não dispunha de verbas nem a autorização do governador para a sua execução, que previa ser prejudicial ao bem-estar público.

Ao assumir a presidência do Amazonas Eduardo Ribeiro afirmou: “era desolador o estado em que encontrei Manáos, tudo estava desorganizado”³¹².

³¹² Ribeiro, op.cit, 1897. p.18.

Como causa da situação aponta a administração de seu antecessor, que teria “anarchisado tudo”. Para ressaltar a gravidade da situação, o presidente explica que mesmo os edifícios onde funcionavam repartições públicas haviam sido “tumultuariamente desocupados” para abrigarem índios de Maués, que haviam sido recrutados “para defender o governo impopular que estava prestes a cair”. O presidente ainda esclarece que já havia realizado estudos e pedido meios para “levar avante os melhoramentos de que precisa a bella Manáos, principalmente depois que arruinarão as praças e ruas com inexecuível e irracional plano de nivelamento”.³¹³

Mais que um compromisso administrativo capaz de render grandes dividendos políticos, as obras de embelezamento da cidade eram requisitadas por várias instâncias da sociedade. Das discussões na Assembléia e das notas divulgadas na imprensa é possível deduzir que havia uma grande expectativa em torno da intervenção das políticas públicas.

As propostas apresentadas por Ribeiro assumiam aspecto inovador apenas no contexto local, pois no plano global eram as medidas convencionais, adotadas pelas políticas vigentes. É bom lembrar que a viabilização de sua política só se tornou possível em decorrência dos excedentes econômicos gerados pela exploração comercial da borracha.

As mensagens emitidas pelos presidentes do Estado do Amazonas nos três primeiros anos republicanos adotavam com freqüência as palavras reconstruir, reformar e modernizar. No entanto, em 1893, quando a situação política parecia estabilizada no Estado e Eduardo Ribeiro estava seguro de suas garantias constitucionais e políticas, a mensagem apresentada fez várias referências ao Plano de Embelezamento da Cidade. Nota-se que, a partir desse documento, o governador adota os termos “melhoramento”, “embelezamento”, “aformoseamento” com o mesmo sentido de “modernização” e “reforma”.

A constatação de que esses substantivos eram usados com o mesmo significado conotativo dos discursos europeus demonstra que os administradores públicos locais, além de reproduzirem os argumentos e as justificativas de

³¹³ Ibid, 1892, p.p.11,12.

estrangeiros, tinham também a intenção de adotar um detalhamento formal que valorizasse os aspectos estéticos da cidade, apesar da distância cultural e das diferenças ambientais entre Manaus e as cidades do Velho Mundo.

4.4 DEFINIÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS

Aldo Rossi³¹⁴ se detém no estudo das obras urbanísticas e arquitetônicas, as quais classifica com o termo “fatos urbanos”, mas dentre esses ressalta alguns como “fatos urbanos persistentes”, identificando-os como os monumentos. Nesse trabalho, Rossi resgata o “estudo das permanências”, notando que essa tendência “é dada por seu valor constitutivo, pela história e pela arte, pelo ser e pela memória”.

A discussão sobre a cidade como construção materialmente constituída avança em direção ao futuro e, paradoxalmente, propicia o contato com o passado, remete à noção de **cidade como artefato**. Essa hipótese foi levantada por Aldo Rossi³¹⁵, a partir da “*Teoria das Permanências*” (*grifo nosso*), proposta por Poète e Lavedan. Rossi faz algumas considerações acerca da teoria, sugerindo que, do ponto de vista do conhecimento, deve-se ter presente também a diferença entre passado e futuro, que “consiste precisamente no fato de que o passado é, em parte, experimentado agora e que, do ponto de vista da ciência urbana, pode ser esse significado a dar as permanências: elas são um passado que ainda experimentamos”.

Todavia, Rossi³¹⁶ alerta para o fato de que a teoria de Poète “não é tão explícita”, pois está baseada em muitas hipóteses, dentre as quais as econômicas, relativas à evolução da cidade. Rossi compreende que, substancialmente, trata-se de uma teoria histórica, centrada no fenômeno da persistência, que seria detectável através “dos monumentos, dos sinais físicos do passado”, assim como na “persistência dos traçados e do plano”, insistindo ser esse ponto a descoberta mais importante de Poète:

³¹⁴ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Melhoramentos, 1995, p.57.

³¹⁵ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Melhoramentos, 1995, p. 49.

³¹⁶ *Ibid.*, p.52.

*idades permanecem em seus eixos de desenvolvimento (grifo nosso), mantêm a posição dos seus traçados, crescem segundo a direção e com o significado de fatos mais antigos, muitas vezes remotos, do que os fatos atuais. Às vezes, esses fatos permanecem idênticos, são dotados de uma vitalidade contínua, às vezes se extinguem; resta, então a permanência da forma, dos **sinais físicos** (grifo nosso), do lócus. A permanência mais significativa é dada, pois, pela **rua e pelo plano** (grifo nosso); o plano permanece sob níveis diversos, diferencia-se nas atribuições, muitas vezes se deforma, mas, substancialmente, não se desloca.*³¹⁷

Apesar de Rossi apontar limitações na Teoria das Permanências, não podemos deixar de destacar sua importância para tratar das cidades do século XIX. Isso remete à concepção de Henri Lefebvre, sobretudo na discussão em torno de uma de nossas hipóteses, que é a de caracterizar a reforma urbana promovida em Manaus como uma **refundação**.

Ao discutir a concepção das cidades industriais, principalmente a que se constata na reforma urbana de Paris, Lefebvre³¹⁸ reconhece que, na prática, o núcleo urbano estava rachando, “transbordando, freqüentemente deteriorado, às vezes apodrecendo”; entretanto, ele não desaparece. Lefebvre contesta postulados que proclamam o seu fim ou que alegam que seu tecido foi absorvido. Esse autor, possivelmente orientado por sua experiência européia, onde os fatos e representações mantinham a vinculação com as cidades antigas, pré-industriais e pré-capitalistas, afirma que o núcleo urbano não “cedeu seu lugar a uma realidade nova e bem definida”.

A questão mereceu atenção especial de Rossi, Argan e Mumford, autores que apóiam uma de nossas hipóteses quanto à refundação da cidade de Manaus.

Compreendemos que, durante o decorrer do século XIX, a cidade mudava sua natureza, não somente pelo efeito da nova escala, como bem observou René Rémond³¹⁹, mas também pela sua aparência, que apresentava uma realidade diferente daquilo que “nossos antepassados chamariam de cidade”. Suas funções se diversificaram, acrescentando-se aquelas “provocadas pela técnica, a economia e o governo dos homens”. Rémond afirma, ainda, que o crescimento

³¹⁷ Ibid., p. 52.

³¹⁸ Ibid., p. 13.

³¹⁹ RÉMOND, René. *O século XIX: 1815 – 1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 1997, p. 138.

urbano causou “a formação, e depois a generalização, de um novo tipo de vida: o *habitat*, o trabalho, o lazer, as relações sociais, as próprias crenças e o próprio comportamento passaram a ser afetados”.

Para a realidade européia, na qual a tradição cultural mantinha-se fortemente regida pela história de longa duração, talvez mesmo a reforma de Paris, na qual foram suprimidas significativas referências históricas, não se constituísse numa mudança tão radical quanto as transformações processadas nas cidades americanas. Pois, apesar de todas as mudanças processadas na capital francesa, com a introdução das novidades modernas, manteve-se grande parte de suas referências. Já nas cidades americanas, devido à sua recente tradição, encontrava-se uma cultura muito predisposta às transformações mais radicais. O autoritarismo que marcou as políticas coloniais superava facilmente as resistências à implantação dos projetos, que se tornaram campos propícios à realização das cidades idealizadas, ainda que em moldes de outras realidades.

A introdução das novas idéias significava para alguns a possibilidade de atualização e, para outros, finalmente, a consolidação do processo de ocidentalização que vinham tentando implantar. Com os excedentes econômicos, tornava-se possível o financiamento de grandes projetos, acelerando-se o ritmo das mudanças e a escala de sua atuação. A definição de um plano de construção estabelecia um novo eixo para a cidade, mais de acordo com as necessidades da época, instalando um novo conjunto de referências

As propostas de regularização da cidade apresentadas por Eduardo Ribeiro, em Manaus, se apoiavam nas práticas de aterramento e regularização dos cursos d'água, pois somente essas providências, aliadas à instalação de pontes sobre os igarapés com maior volume d'água, além do nivelamento da topografia irregular, seria possível viabilizar a criação de um traçado regular para a cidade de Manaus.

As exigências da Saúde e Higiene Pública, associadas à disponibilidade de recursos financeiros, acenavam positivamente para a realização de um projeto de regularização do traçado da cidade, mediante o aterramento de vários igarapés

localizados nas áreas litorais, o que significava, ainda, um ganho considerável em termos ocupação de espaço.

Em 1.º de outubro de 1892, aprovou-se a Lei nº. 12³²⁰, que autorizava o aterramento de três igarapés centrais da cidade: o de São Vicente e o do Espírito Santo, que cortavam os bairros do mesmo nome, e o do igarapé da praça Cinco de Setembro. Grande parte desses cursos d'água cortava as áreas mais tradicionais da cidade e o seu aterramento permitiria a regularização e o prolongamento de algumas ruas.

As obras deveriam ser iniciadas na praça Cinco de Setembro e se estenderiam em direção ao cais da Alfândega; posteriormente, se processaria o aterramento do igarapé do Espírito Santo, que deveria começar nas imediações do quartel de Segurança Pública, indo até a ponte de ferro; finalmente, o terceiro aterro seria iniciado na Praça Uruguaiana e se prolongaria até a Enfermaria Militar.

Apoiado pelas decisões do Congresso Estadual e devidamente respaldado pela Constituição do Estado³²¹, Ribeiro argumentava que a desapropriação de várias áreas centrais da cidade se justificava pela necessidade de implantar o Plano de Embelezamento.

O desenho apresentado no mapa levantado em 1893 (mapa 05) apresenta a regularização do traçado sobre a área do igarapé de São Vicente e do Espírito Santo, sugerindo que os cursos d'água haviam sido aterrados ou fornecia uma visão antecipada da realização do projeto.

Em 29 de julho de 1893, a Lei nº 36³²² autorizou o governador a desapropriar os prédios situados à margem do rio Negro, entre a praça Tenreiro Aranha e a praça Quinze de Novembro. Essa área estava delimitada pelas ruas Tenreiro Aranha, Governador Victorio e rua do Tesouro e, posteriormente, foi loteada e vendida em hasta pública para a construção de edifícios particulares.

³²⁰ Coleção de Leis do Estado do Amazonas – 1892. Manaus: Livraria e Typographia Palais Royal, 1901. p. 5.

³²¹ Através do parágrafo 8º, do artigo 48 da Constituição Política do Estado do Amazonas, promulgada em 23 de julho de 1892, o governador poderia autorizar desapropriações por necessidade de utilidade pública, de acordo com a lei.

Esse trecho da cidade mantinha um traçado irregular e provavelmente ainda guardava muitas referências da época em que se constituiu o primeiro centro administrativo, político e religioso na capital amazonense. Seu traçado original era delimitado pelas construções oficiais mais antigas da história local, ainda que, naquele momento, já se encontrassem em ruínas. O conjunto de edificações era composto pela fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, pelo primeiro palácio dos Governadores construído por Lobo D'Almada, pela primeira igreja Matriz, pelo cemitério da Conceição e pelo antigo Seminário dos Carmelitas.

A regularização e o loteamento dessa área localizada estrategicamente no litoral, juntamente com o aterramento do igarapé da Ribeira, modificaram drasticamente o visual da cidade, anunciando uma era de grandes mudanças espaciais. A realização de tais obras apagava, em definitivo, não apenas os vestígios das primeiras construções históricas, mas extinguiu praticamente todas as referências ao traçado urbano mais tradicional da cidade.

Também sob a justificativa de atender exigências do Plano de Embelezamento, em 1895, o governador solicitava a desapropriação e loteamento de uma área localizada entre a rua Municipal³²³ e a rua Henrique Martins, para alargar as ruas da Matriz³²⁴ e Itamaracá. Compreende-se que o traçado irregular e tímido dessas ruas já não estava de acordo com as novas necessidades da cidade. Esse trecho, em torno da igreja Matriz mantinha ainda a irregularidade do traçado original. Seu sentido não foi modificado, mas regularizado, reforçando o sentido Norte-Sul.

No lado Leste estava sendo executado o prolongamento da estrada Epaminondas³²⁵, que se estendia em direção ao Norte e era uma das alternativas viáveis para a expansão dos domínios da cidade. O alargamento dessas vias reforça o sentido orientador da nova concepção da urbe, reservando-se para ela, num futuro próximo, um papel relevante, não somente como contato com os

³²² Coleção de Leis do Estado do Amazonas 1893-1896. Manaus: Livraria e Typographia Palais Royal, 1901, p. 9.

³²³ Atual avenida Sete de Setembro.

³²⁴ Atual rua Joaquim Sarmiento.

³²⁵ Atualmente av. Constantino Nery.

arrabaldes, mas como promessa de expandir os projetos da área urbana naquela direção. Pretendia-se construir uma ponte de ferro sobre o igarapé da Cachoeira Grande³²⁶, tornando possível avançar os limites da cidade em direção ao Norte.

Os argumentos do governador para justificar essas obras eram a conveniência de facilitar o trânsito dos habitantes da Colônia João Alfredo, localizada naquela área³²⁷. Ele previa que essa realização estimularia a ocupação dos arrabaldes de Manaus.

No lado Oeste, o governador mandou nivelar a rua Sete de Dezembro³²⁸, e sua extensão denominada Estrada Corrêa de Miranda, até o ponto localizado na praça de Nazareth³²⁹, de forma que essa via também reforçava a valorização do crescimento da cidade no sentido Norte. Na planta de 1879, esta via marcava o limite extremo do lado Oeste da cidade. Todavia, com a ampliação do mapa, esta via ficou localizada praticamente na área central da cidade.

4.5 EIXOS DA CIDADE

A partir da teoria de Poète e Lavedan, procuramos demonstrar que a reforma urbana de Manaus eliminou alguns dos elementos mais significativos de suas referências originais, que poderiam comprovar a permanência da cidade. Além das mudanças processadas na topografia, através do aterramento de igarapés e do nivelamento de colinas, destaca-se o desenho de um novo mapa (mapa 05), definido a partir do traçado de linhas amplas e regulares. Esse novo plano indica o deslocamento do eixo de desenvolvimento da cidade, redefinindo o traçado de algumas das ruas e mudando a toponímia da maioria delas.

A reforma urbana provocou uma drástica mudança na visualidade da cidade, mas não eliminou algumas referências, como o próprio traçado da rua Brasileira, que, posteriormente, seria denominada de rua Municipal. Apesar da reformulação do espaço, resistiram alguns elementos de outros tempos da

³²⁶ Ponte de ferro da Constantino Nery.

³²⁷ Ribeiro, *op.cit*, 1893. p. 13.

³²⁸ Atual avenida Joaquim Nabuco.

³²⁹ Atual praça Santos Dumont.

cidade, muito embora esses elementos fossem ressignificados e ganhassem novo sentido dentro da novidade que se apresentava.

Dentre as referências de outras épocas, pode-se apontar a persistência de algumas edificações como a Matriz, o Mercado de Ferro, o Lyceu e o novo Palácio Provincial. Contudo, ressalta-se que todas essas obras eram de construção relativamente recentes. A Matriz fora concluída no final da década de 1870, enquanto as demais o foram na década de 1880. Acreditamos que a construção dessas obras sinalizava para o processo de refundação, cuja realização se tornaria mais contundente na década seguinte.

4.5.1 TRADIÇÃO: O SENTIDO LESTE-OESTE

A comparação dos mapas de Manaus sugere que o desenho da malha urbana é marcado por algumas tradições que regem o crescimento da cidade. Deduz-se que a orientação inicial, feita pelo sentido do rio Negro, foi fundamental para a definição da tendência preferencial no desenho da cidade. Seguindo o mesmo sentido do rio, a rua Brasileira (depois Municipal, depois Sete de Setembro) se impôs como o principal eixo da cidade durante grande parte de seu desenvolvimento. Essa orientação determinou que a disposição das ruas que foram surgindo fossem traçadas no sentido Leste-Oeste, definindo uma tradição no traçado da cidade.

Ainda que se possa observar a indicação de uma grande área regularmente demarcada no mapa de 1879 (mapa 04) sugerindo a projeção de um plano de crescimento em direção ao Norte, nota-se, entretanto, que nada fora implementado. Até a implantação do projeto de Ribeiro, o crescimento da cidade mantinha-se restrito em torno da rua Municipal, atual avenida Sete de Setembro.

A rua Municipal era estreita e irregular. Sua extensão era interrompida por cinco igarapés³³⁰ e tinha uma topografia bastante desnivelada. Sem calçamento, essa artéria atravessava praticamente toda a cidade no sentido Leste-Oeste, ainda que apresentasse limitadas condições de trânsito, tanto para veículos quanto para pedestres. Apesar dos inconvenientes que marcavam o seu percurso era, sem dúvida, a principal artéria da cidade. Iniciava-se na lateral do Palácio dos

Presidentes, passava pela praça da República³³¹, seguia pela frente do palacete da Assembléia, indo por trás da igreja Matriz, e passava entre a praça da Constituição³³² e o Liceu Provincial³³³. Além dos prédios públicos e estabelecimentos comerciais, nela estavam instalados alguns hotéis.

Freqüentemente mencionada nas mensagens emitidas por Ribeiro, a rua Municipal motivava solicitações de verbas para realização de serviços ou obras com o objetivo de melhorá-la e ampliar sua extensão. Em 1893³³⁴, foi contratado o serviço de calçamento a paralelepípedos de granito da rua Municipal, que deveria beneficiar quase toda sua extensão, compreendendo o trecho entre as praças da República e Rio Branco³³⁵. No ano seguinte anunciava-se que as obras estavam sendo realizadas.

Um dos maiores investimentos feitos na rua Municipal para regularizar sua extensão foi a construção de três pontes. Tratava-se de duas pontes romanas, em formato de arco e em concreto, com guarda-corpos em ferro fundido – uma localizada sobre o igarapé de Manãos e outra sobre o igarapé do Bittencourt – e de uma terceira, que era a monumental ponte de ferro sobre o igarapé da Cachoeirinha, ligado o centro da cidade ao bairro do mesmo nome.

Em 1896, o governador comunicava a conclusão das três pontes sobre a rua Municipal e anunciava uma quarta, em madeira, localizada sobre o igarapé do Umirisa.³³⁶ Ribeiro ressaltou a importância dessas obras, não somente pela contribuição dada à salubridade pública, mas também por atender ao Plano de Embelezamento da Capital.

Ainda que contestado pelos jornais de oposição, ao finalizar seu governo, Ribeiro informava que a rua Municipal encontrava-se completamente transformada: estava quase toda calçada de paralelepípedos de granito, devendo

³³⁰ A rua Municipal se iniciava às margens do rio Negro, sendo cortada pelo igarapé de São Vicente, igarapé dos Remédios, igarapé de Manãos, igarapé do Bittencourt e igarapé da Cachoeirinha.

³³¹ Atual Dom Pedro II, popularmente conhecida como praça da Prefeitura.

³³² Atualmente Praça Heliodoro Balbi e Praça da Polícia.

³³³ Posteriormente, passou a denominar-se Gymnasio Amazonense; na atualidade, se chama Colégio Dom Pedro II.

³³⁴ Ribeiro, op.cit, 1893, p. 12.

³³⁵ Trecho atualmente compreendido entre a antiga prefeitura até a Escola Técnica Federal do Amazonas.

³³⁶ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem emitida em 1º de março de 1896. Manãos: Typographia do Diário Oficial, 1896. p.p. 24, 25.

dentro de poucos dias completar-se o calçamento em toda a área contratada³³⁷. Na oportunidade, solicitou verba para estender o serviço de calçamento até a ponte de ferro.

Todos os investimentos feitos sobre essa artéria, leva a deduzir que mesmo tendo o plano de Ribeiro sugerido a intenção de mudar o sentido de crescimento de Manaus, deslocando seu centro administrativo, político e cultural, reservava um papel de destaque para a rua Municipal, preservando sua importância no traçado da cidade.

A rua Municipal reafirma a relação tradicional da cidade, configurando no espaço a marcação de determinado tempo da cidade. Assim como ela reproduz o sentido do rio e marca o limite de ocupação de um determinado tempo, serve de orientação para as ruas subseqüentes. Seguem a mesma orientação de sentido a rua que marcava o limite do mapa de 1879 e também o Boulevard Amazonas, que delimita o ponto extremo do traçado da administração de Ribeiro.

4.5.2 RUPTURA: O SENTIDO NORTE-SUL

Ao propor a regularização do traçado urbano e suburbano, o plano de Ribeiro ampliava os limites da cidade e deslocava o seu eixo, priorizando o sentido Norte-Sul. A valorização da nova diretriz foi ressaltada pelos projetos reservados a três importantes artérias que cortavam Manaus nesse sentido.

Primeiramente, os esforços se concentraram sobre a irregular e estreita rua Comendador Clementino, uma das transversais da rua Municipal, que começava na cabeceira do igarapé de São Vicente. Mas também foram tomadas várias providências para alargar e prolongar a extensão da estrada de Epaminondas³³⁸, que tinha início no Campo da Pólvora e se estendia em direção ao Norte até um caminho estreito e irregular que levava até a Cachoeira Grande. No mesmo sentido, havia um projeto ambicioso que pretendia criar a avenida Treze de Maio³³⁹, a partir do aterramento do igarapé dos Remédios e o alargamento de uma rua também estreita e irregular que margeava esse curso d'água.

³³⁷ Ibid., p. 23.

³³⁸ Atualmente rua Epaminondas e av. Constantino Nery.

³³⁹ Atual avenida Getúlio Vargas.

Sem dúvida, o grande eixo do projeto de embelezamento era a avenida do Palácio, que em sua área mais elevada seria construído o arquitetônico mais significativo da administração de Ribeiro: o novo Palácio do Governo, o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça e o Instituto Benjamin Constant, além de três praças já demarcadas naquela área. Ao concentrar ali as obras mais visíveis de seu projeto, Ribeiro escapava do centro tradicional, delimitado pela rua Municipal, e optava por um outro eixo, mais de acordo com a nova malha da cidade, numa zona ainda pouco ocupada por imóveis.

Pode-se deduzir que a escolha de Ribeiro por aquela área tenha sido orientada tanto pelo mapa da cidade, traçado em 1879 (mapa 04), que mostrava uma área de planejamento na direção Sul³⁴⁰, quanto pela indicação do local de construção do teatro, que estava previamente definida desde a década anterior. De qualquer forma, era uma oportunidade rara para um administrador exhibir uma obra de tão grande porte e visibilidade. Ainda que Ribeiro possa ter sido direcionado por uma dessas duas delimitações mais remotas, não se lhe pode negar o raro senso de oportunidade perante as condições encontradas. A localização era indiscutivelmente um ponto estratégico, topograficamente mais elevado, portanto com maior visibilidade e destaque. Qualquer obra ali realizada seria vista de praticamente todos os pontos da cidade.

Era conveniente aglutinar, naquele trecho, o conjunto arquitetônico mais significativo de sua administração. Sendo uma área pouco habitada, oferecia maiores possibilidades para o projeto de se construir um novo centro de animação. Com a concentração de obras em torno da avenida do Palácio, Ribeiro finalmente definia (ou redefinia) o incerto traçado do centro da capital amazonense.

As primeiras intervenções nessa área foram indicadas quando o governador declarou de utilidade pública vários terrenos particulares localizados

³⁴⁰ O mapa de 1879 demarca uma área, ainda não ocupada, localizada mais ao norte, tendo como limite extremo o que seria a rua Ramos Ferreira, a transversal onde se iniciaria a avenida do Palácio. Entretanto, a planta levantada por ordem de Ribeiro, em 1893, ultrapassa bastante esse limite.

na rua Comendador Clementino³⁴¹. Ribeiro solicitou, ainda, “meios” para desapropriar outros terrenos, justificando que seriam para “executar o plano de embelezamento da cidade de Manaus”³⁴². Com essas desapropriações, o governador dizia pretender melhorar “as péssimas condições de trânsito” daquela artéria, além de alargá-la em 30 metros e deixá-la com pouco mais de um quilômetro de extensão. Segundo ele, a estreita rua Comendador Clementino seria transformada em “uma avenida de um bello aspecto”.

Também em virtude das exigências para complementar o Plano de Embelezamento da Cidade³⁴³, o governador informava ter desapropriado a área contígua à praça Quinze de Novembro, mediante a demarcação de um quarteirão com vinte e quatro lotes, delimitado pela avenida do Palácio e pelo prolongamento das ruas Saldanha Marinho, Joaquim Sarmiento e Henrique Martins.³⁴⁴

Após o seu alargamento, a rua Comendador Clementino passou a denominar-se avenida do Palácio e ocupou um papel de destaque no plano de reformas e construções arquitetadas por Eduardo Ribeiro. A avenida do Palácio era o eixo central do projeto de embelezamento da cidade. Iniciava-se no alto de uma pequena colina, onde se projetara o novo Palácio do Governo e descia em direção ao rio, passando entre o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça. Sem dúvida, era o suporte das três obras arquitetônicas mais importantes da administração de Ribeiro.

O projeto de se prolongar a avenida do Palácio implicava o aterramento do igarapé do Espírito Santo e faria com que a avenida passasse pela lateral da igreja Matriz e pela praça Quinze de Novembro e terminasse na rampa de embarque da cidade. O governador acreditava que o aterramento do igarapé também complementaria o embelezamento da praça Quinze de Novembro e do Tesouro do Estado e previa que essa obra se estenderia “em rampa calçada até a linha de máxima vasante do Rio Negro”.

³⁴¹ Antes mesmo da morte de Ribeiro, essa artéria já se denominava avenida Eduardo Ribeiro, sendo até os anos oitenta do século XX a principal avenida da cidade. Apesar de todo o crescimento de Manaus, mantém-se ainda hoje como uma das artérias mais importantes do centro histórico da cidade.

³⁴² Ribeiro, *op.cit.*, 1893, p. 8.

³⁴³ *Ibid.* p. 12.

³⁴⁴ Trecho que até o final do século XX, corresponde a uma importante área comercial de Manaus.

Deduz-se que o otimismo manifesto nas expectativas de Ribeiro imprimiam imagens bastante delineadas e satisfatórias para a construção de uma nova cidade. Algumas das imagens desenhadas pelo discurso de Ribeiro sugeriam que eram conscientemente utilizadas como um recurso retórico para criar maior expectativa em torno das obras e estimular o imaginário da população que, em grande parte, encontrava-se ávida por usufruir os possíveis melhoramentos introduzidos com as mudanças.

Em 1894, Ribeiro transferia aos cuidados da Municipalidade o “domínio util dos terrenos situados à margem esquerda do Rio Negro, compreendido entre os igarapés da Cachoeira Grande e Cachoeirinha”.³⁴⁵ Intencionalmente, o governador pretendia envolver a administração da Intendência Municipal em sua tarefa de embelezar a cidade, passando para ela toda a área do litoral. No entanto, explicou que a medida visava regularizar as concessões de terrenos naquela área, assim como o alinhamento e a construção do cais, além do embelezamento do porto.

Em 1895, Ribeiro comunicou³⁴⁶ que, depois da regularização do leito da avenida do Palácio, haviam surgido novas construções que apresentavam “um aspecto agradável”. Contudo, lastimava que essa transformação não contasse com a colaboração da municipalidade da capital, para que as novas edificações surgidas na avenida tivessem “um aspecto compatível com o embelezamento em execução, não só na avenida, como em toda a cidade”.

Um pouco antes de deixar a administração, Ribeiro anunciava³⁴⁷ o início do serviço de calçamento da avenida do Palácio, demonstrando o seu empenho na realização da obra e informando que, ao longo dessa artéria, correria uma galeria³⁴⁸ de esgotos para o despejo do Teatro Amazonas, dos palácios do Governo e da Justiça e do Benjamin Constant. Lamentou, entretanto, que o

³⁴⁵ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem emitida em 10 de Julho de 1894. Manáos: Imprensa Official. 1894, p.10.

³⁴⁶ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves Ribeiro. Mensagem emitida em 10 de março de 1895. Manáos: Typographia do Diario Official. 1895.p 31.

³⁴⁷ Ribeiro, op.cit. 1896. p. p.23,24.

³⁴⁸ Ibid, p. 34. As grandes galerias de esgoto construídas durante a administração de Ribeiro geraram, posteriormente, uma série de histórias folclóricas sobre passagens secretas e encontros furtivos nos subterrâneos da cidade.

serviço de aterramento do igarapé não estivesse tendo progresso, mas acreditava que em noventa dias a obra seria concluída. O governador explicou que não dispunha de recursos para concluir as obras do aterro e o embelezamento das praças contíguas, assim justificava a solicitação de mais verbas ao Congresso.

Antes mesmo da morte de Ribeiro, a avenida do Palácio passara a ser denominada de avenida Eduardo Ribeiro: era a principal artéria da cidade, concentrando os jornais, restaurantes e o grande movimento que caracterizava a existência de uma sociedade animada, frívola e moderna³⁴⁹.

O mapa de 1893 (mapa 05) indica que no mesmo sentido da avenida do Palácio estavam traçadas muitas outras vias, inclusive a avenida Eduardo Ribeiro, que ocupava as duas margens do igarapé da Cachoeirinha. Todavia, destacamos o projeto da avenida Treze de Maio, tanto por sua grandiosidade e proximidade da área mais central e pelo complexo trabalho que sua concretização exigiria. Seria necessário aterrar e nivelar grande parte da extensão do igarapé dos Remédios (Aterro) e canalizar o seu leito.

Sempre apoiado nas justificativas de embelezar e sanear a capital, Eduardo Ribeiro propôs, em 1894, a construção de uma grande avenida³⁵⁰ com cinquenta metros de largura. Seguindo o alinhamento, a Treze de Maio³⁵¹ deveria se iniciar na praça da Constituição³⁵² e terminar no Boulevard Amazonas³⁵³. A proposta do traçado dessa avenida no mesmo sentido da avenida do Palácio e estrada de Epaminondas reforçava uma clara opção pelo sentido Norte-Sul.

³⁴⁹ Até o final dos anos oitenta do século XX, esta avenida desempenhou um significativo papel para a sociedade e para o comércio local. Além de centro comercial, era onde ocorriam as festas cívicas, comemorativas e o carnaval de rua, mas atualmente, encontra-se em franco processo de degradação com a desvalorização do Centro Histórico e a valorização da cultura de *Shoppings Center*. Quase toda extensão da avenida Eduardo Ribeiro encontra-se ocupadas por um grande acampamento de *camelots*, vendedores ambulantes e pequenos lanches que comprometem não somente a circulação e a segurança dos transeuntes, mas desvaloriza o comércio estabelecido e a boa qualidade da imagem do centro da cidade.

³⁵⁰ Ribeiro, op.cit, 1894, p. 37.

³⁵¹ A obra de aterramento do igarapé foi demorada e criticada pelo menos, em dois momentos raros. O primeiro em 1902, quando o diretor de Obras Públicas Francisco Lopes Braga em seu Relatório de 16 de junho de 1902, quando se manifestou contrário ao aterramento de igarapé, mas concordava em concluir o da Avenida 13 de Maio, pois iniciada a obra a área estava se transformando em pântanos prejudiciais a salubridade. Todavia, deduzia que seria mais econômico murar os igarapés e calçar os leitos. Em 1909, o governador Antônio Ribeiro Bittencourt (1909, p.30) lamentava que esse projeto impossibilitava a valorização da natureza local, mas pelo adiantado do projeto, dava continuidade a obra. Contudo, a conclusão desta obra só ocorreu no final da década de 1930, dando lugar a avenida Getúlio Vargas.

³⁵² Área atualmente ocupada pelas praças Heliodoro Balbi e da Polícia.

As justificativas apresentadas pelo governador para obter financiamento para essa obra demonstravam a especial atenção que dava aos problemas de saneamento que afetavam a cidade e o conhecimento que tinha das teorias em voga na época. A esse respeito, Ribeiro informou que, além de contribuir diretamente para melhorar o aspecto físico da cidade, o aterramento de toda a extensão do igarapé dos Remédios faria desaparecer “o fóco perenne de emanações palustres”. O governador alegava não dispor de recursos para promover esse melhoramento no orçamento daquele exercício e esperava que o Congresso considerasse conveniente sua execução.

Em 1895³⁵⁴, o governador informou que o aterro do igarapé que passava atrás “do batalhão militar de segurança” estava em andamento, assim como a construção das galerias de águas fluviais. No espaço ganho das águas, seria traçada a avenida Floriano Peixoto. Justificava essa obra como uma contribuição ao embelezamento da cidade, sobretudo pela possibilidade de assim extinguir o aspecto desagradável que se apresentava com a baixa do rio.

Ao classificar como “desagradável” o aspecto do leito do rio com a vazante, o governador assumia uma postura bastante convencional e tradicional entre os administradores públicos locais. Em geral, os presidentes da Província manifestavam-se negativamente perante os aspectos naturais do meio-ambiente, solicitando medidas que extinguissem tais aparências. É provável que o aspecto negativo do igarapé fosse causado pela própria população, que, mantendo uma antiga tradição, jogava nos rios produtos imprestáveis.

A falta de uma rede de esgotos era, sem dúvida, um dos grandes problemas estruturais da cidade e, ainda que tivesse algumas menções no projeto de Ribeiro, para ele não se apresentava uma solução. Algumas iniciativas tomadas a respeito ficaram restritas a áreas muito limitadas e nobres. Além da galeria construída sob a avenida Floriano Peixoto, em 1896, construía-se uma outra sob a avenida do Palácio, cuja função era excretar os dejectos das obras públicas localizadas naquela área.³⁵⁵ Segundo o governador, conforme as obras

³⁵³ Atualmente Boulevard Álvaro Maia.

³⁵⁴ Ribeiro, op.cit, 1895, p. 32.

³⁵⁵ Ribeiro, op.cit. 1896, p. 25.

de aterro do igarapé dos Remédios tivessem continuidade, estaria sendo realizada a construção da respectiva galeria de esgotos naquela área. Com isso, ele apenas repetia os tradicionais argumentos sanitários como justificativas para a solicitação de mais verbas.

Contudo, os sucessores imediatos de Ribeiro não levaram adiante esse projeto. O aterro do igarapé já estava concluído em 1900, mas o nivelamento de seu leito só ocorreu na segunda década do século XX. A construção da avenida só foi realizada no final da década de 1930, recebendo a denominação de avenida Getúlio Vargas.

Além das indicações da ampliação da área de ocupação espacial e da nova orientação dada à malha urbana, ordenando a disposição de quadras através de um traçado em forma de tabuleiro de xadrez, o mapa de 1893 evidencia o desenho de grandes vias lineares e contínuas. A predominância desse traçado no sentido Norte-Sul determina os novos eixos da cidade e orienta o sentido de sua expansão.

A visualização e a análise dos mapas da cidade apresentam indicativos suficientes para sustentar nossa hipótese central. Todavia, observa-se ainda a participação de fatores relevantes, como a visualidade da cidade, contrastada através do confronto das imagens visuais e das narrativas de viajantes que transitaram por Manaus. Além disso, deve-se considerar os aspectos sócio-culturais definidos pela população ali instalada.

4.6 POPULAÇÃO E MELHORAMENTOS URBANOS

Um importante indício das transformações processadas na região, principalmente na discussão em torno da refundação da cidade de Manaus, é o aumento da população regional em virtude de uma acentuada imigração e das mudanças de hábito da população.

Com as mudanças políticas e sociais ocorridas no País, no final do século XIX, as cidades brasileiras passaram a oferecer maiores oportunidades de trabalho e a atrair uma massa operária que migrava em busca de melhores possibilidades de vida, elevando a densidade populacional das áreas urbanas.

Além das migrações internas, deve-se ressaltar a intensificação da migração estrangeira para o Brasil. As lavouras do Sul e Sudeste do País eram as principais receptoras da população migrada, mas uma grande parte deste contingente se estabelecia nas cidades.

Celso Furtado³⁵⁶ observa que a economia brasileira parece ter alcançado uma taxa “relativamente alta de crescimento” na segunda metade do século XIX. Em seguida, o autor divide a economia brasileira em três setores principais, deixando fora dessa divisão a Amazônia e a Bahia³⁵⁷. Contudo, ao comparar os dados do censo demográfico referente ao período compreendido entre 1872 e 1900, observa que a taxa de crescimento da região produtora de café (composta pelos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) aumentara com uma taxa de 2,2 por cento. Ele também ressaltava que, ainda que essa taxa fosse “muito superior” à do Nordeste (1,2) e à da Bahia (1,5), era inferior à da Amazônia (2,6) e à da região Sul (3,0).

O Rio de Janeiro era a mais populosa cidade brasileira³⁵⁸, o grande centro comercial e industrial, concentrando o maior número e a maior diversidade de empreendimentos nacionais. Entre 1872 e 1890, o número de sua população quase dobrou, passando de 266 mil para 522 mil habitantes. Entretanto, o censo de 1900 indica um crescimento mais suave em comparação com o número atingido nas duas décadas anteriores: a população carioca elevava-se para 691.565 habitantes.³⁵⁹

Nicolau Sevcenko,³⁶⁰ observando o número da população da capital do País apresentado pelo censo de 1900, que indicava um crescimento de 33%, considerou-o uma “escala impressionante de crescimento (3% ao ano)”. José

³⁵⁶ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 9ª edição. p. 154.

³⁵⁷ Furtado (op.cit. p. 155) observa que, em 1872, a Bahia tinha treze por cento do total da população brasileira, enquanto a Amazônia possuía somente três por cento.

³⁵⁸ Pelos índices do IBGE, o Rio de Janeiro manteve a posição de cidade brasileira mais populosa até o censo de 1960, justamente na década em que deixava de ser a capital do País e passava para o segundo lugar, sendo superada pela população da cidade de São Paulo.

³⁵⁹ *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano II. Rio de Janeiro, 1936. p. 45-46. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960. I.B.G.E, 1960.

³⁶⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo. Brasiliense, 1999, p. 27.

Murilo de Carvalho³⁶¹ notou que, nessa última década, o influxo da população do Rio de Janeiro era tão grande, que somente 45% de seus habitantes eram originários da própria cidade.

Como capital do Brasil, o Rio de Janeiro usufruía uma série de privilégios. Sevcenko³⁶² nota que o seu porto era o terceiro mais movimentado da América, superado somente pelo de New York e o de Buenos Aires. Com o deslocamento da economia cafeeira para a região do Oeste paulista, o vale do Paraíba entrava em decadência e a exportação passava a ser realizada pelo porto de Santos. Mesmo assim, no período de 1888 a 1906, a cidade do Rio de Janeiro conseguiu elevar em 1/3 o seu movimento portuário, graças ao aumento da importação³⁶³ e do comércio de cabotagem.

A concentração de investimentos em torno da capital federal muitas vezes desviava a implantação de projetos em outras regiões do País. Isso ocorreu com o empréstimo para o melhoramento dos portos da República, que foi empregado somente no Rio de Janeiro. Segundo Jayme Benchimol³⁶⁴, Rodrigues Alves, em 1903, justificava tal prioridade, deixando para depois as obras dos portos de Recife, Salvador, Belém, Manaus, Santos e da bacia do Rio Grande do Sul.

A cidade de São Paulo, impulsionada pela economia do café, se apresentava como a região mais próspera do País, recebendo grandes impulsos industriais, intensificando a área da construção civil e requisitando um grande contingente de trabalhadores nacionais e estrangeiros. Nas três últimas décadas, a cidade teve um crescimento populacional proporcionalmente muito maior que o do Rio de Janeiro, que, ainda assim, continuava como a cidade mais populosa do Brasil. Repentinamente, entre 1872 e 1900, a capital paulista deixa a posição de décima cidade mais populosa do Brasil, com 31.385, para assumir a segunda

³⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989., p. 17.

³⁶² Sevecko, *op.cit.* p.27.

³⁶³ Artur Dias, (*O Brasil Actual*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p.95) informa que, em 1901, o Estado de São Paulo participava com o maior valor na exportação do país, seguido pelo Rio de Janeiro e em terceiro lugar ficava o Amazonas. A informação de Dias é confirmada por Godinho e Lindemberg (*op.cit.*, p. 90), quando informam que, pelos seus recursos, o Estado do Amazonas ocupava o terceiro lugar entre as circunscrições federadas.

³⁶⁴ BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990., p. 212.

posição, com a população de 239.820 habitantes.

No mesmo período, observa-se grande similaridade entre as disputas econômicas e o crescimento urbano das capitais do Amazonas e do Pará. Naquele momento, a disputa por braços e privilégios políticos alimentava a relação de concorrência entre os estados amazônicos, promovendo o deslocamento de grandes massas humanas na região.

Somente a prosperidade econômica seria capaz de oferecer maiores oportunidades e ampliar a população, reduzindo os vazios que dificultavam a exploração das riquezas regionais. Além dos aspectos geográficos, o crescimento populacional na Amazônia apresentava algumas especificidades que o diferenciava das demais regiões do País. Durante o longo período de isolamento a que ficou submetida a região, a densidade de seu território era um grande vazio. Mesmo as suas capitais não ofereciam maiores atrativos. As longas distâncias, a falta de comunicação, as eventuais moléstias e a falta de segurança eram limitações cruciais difíceis de serem superadas.

Ainda que as atividades em torno da economia da borracha³⁶⁵ tivessem um crescimento ascendente desde o início da exploração do produto, é somente a partir de 1880 que os relatórios dos presidentes da Província do Amazonas passam a apresentar um aumento considerável do número de obras públicas, indicando que havia prosperidade financeira na capital amazonense.

Os efeitos de prosperidade se fizeram sentir primeiramente em Belém. Na observação de José Ubiratan Rosário³⁶⁶, o processo de urbanização na capital paraense “já era resultado de um processo antigo e não repentino como o de Manaus”. Ressalta ainda que, por ocasião da Independência do Brasil, ela estava entre as doze principais cidades brasileiras.

Em 1872, Belém, a cidade mais populosa da região, tinha 61.997 habitantes, sendo a quarta cidade brasileira, enquanto Manaus contava com 29.334 habitantes, concentrando 50,92% do total da população do Amazonas. Era

³⁶⁵ Ao traçar uma divisão para a história econômica da região, Roberto Santos (*op.cit.*, p. 13) delimita o período compreendido entre 1840 e 1910 como a fase da expansão gomífera.

³⁶⁶ ROSÁRIO, José Ubiratan. *Belém, urbe amazônica: seu destino, evolução e perspectiva*. Belém: Edição Mitograph, 1980., p. 17.

a segunda cidade com mais habitantes no Norte e a 11.^a no Brasil, logo abaixo de São Paulo, que apresentava 31.385 habitantes³⁶⁷.

Considerando-se a concorrência entre o Amazonas e o Pará, é possível prever as disputas entre o comércio e a política dos dois estados nortistas, no sentido de obter maiores vantagens e privilégios para atrair ao seu domínio possíveis investimentos comerciais e industriais, assim como o potencial de mão-de-obra. Sob esta disputa, os administradores eram pressionados a buscar artifícios que produzissem melhor propaganda da região. Concentravam-se, sobretudo, em suas capitais, justificando a adoção de políticas públicas que implantassem melhoramentos em sua imagem.

Em Belém e Manaus, o processo de urbanização e embelezamento representava uma tendência de época, mas a dosagem de certos elementos era, sem dúvida, um artifício que visava distingui-las, atraindo eventuais pretendentes. Da mesma forma aconteceu, durante o Renascimento, com cidades italianas, já que o processo de embelezamento revelava disputas entre elas, como demonstração de prosperidade e sensibilidade artística.

Neste sentido, é possível argumentar que a disputa foi também responsável pela aparência empregada em suas construções mais destacadas, cuja tendência priorizava a aparência do edifício em detrimento da função ou da necessidade real. O Teatro Amazonas, uma evidente manifestação dessa tendência, indica a tentativa de superar o Teatro da Paz³⁶⁸, tanto em proporção, quanto em ornamentos.

Por esta perspectiva, é possível compreender que parte dos investimentos governamentais empregados no embelezamento de Manaus seja facilmente justificável perante o relevante papel atribuído à aparência da cidade na disputa entre os dois vantajosos centros de investimentos. Sem dúvida, o embelezamento dos espaços urbanos era um importante diferencial na concorrência pelos

³⁶⁷ *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. VII Recenseamento Geral do Brasil 1960. I.B.G.E., 1960.

³⁶⁸ O Teatro da Paz foi inaugurado em 1878, enquanto a aprovação para a construção do Teatro Provincial, que seria o Teatro Amazonas, só ocorreu em 1881. A construção do teatro amazonense esbarrou em alguns entraves contratuais e a obra só foi retomada em 1892, sendo virtualmente concluída em 1896. Compreende-se que a construção dessas obras demonstra não somente as aspirações das elites, mas, principalmente, as

capitais.

As vantagens financeiras oferecidas pelo Estado do Amazonas, as oportunidades de negócios e as reivindicações dos políticos e empresários locais forçaram a descentralização dos negócios em Belém. O volume de atividades crescia e se dividia entre as duas capitais nortistas, promovendo a transferência de algumas casas comerciais para Manaus, assim como a abertura de filiais e representações.

O Barão de Santa Anna Nery³⁶⁹ observa que, em 1874, o Amazonas iniciava com a Dinamarca o seu comércio direto com o estrangeiro. Antes, as transações comerciais só ocorriam por intermédio do porto de Belém. Naquele mesmo ano, chegava de Liverpool o primeiro vapor inglês, o qual iniciava uma linha de navegação que manteria a capital amazonense diretamente ligada à Europa.

Possivelmente em virtude da valorização da borracha e das oportunidades financeiras, pode-se explicar a ampliação da densidade demográfica do Estado do Amazonas em duas décadas. O censo de 1890 indica que a população de Manaus passava a 38.720 habitantes, assumindo a oitava posição entre as cidades brasileiras mais povoadas.

No mesmo período, a população de Belém sofreu uma redução em seu número, passando de 61.997 para 50.064 habitantes, mantendo, entretanto, o posto de cidade mais populosa da região, ainda que nacionalmente fosse rebaixada para a sexta posição. Paradoxalmente, nota-se que o índice demográfico do Pará continuava crescente. É possível deduzir que a redução do número de habitantes da capital paraense tenha ocorrido em virtude de uma ligeira migração em direção às oportunidades urbanas oferecidas pela capital amazonense.

Ao discutir a evolução das fortunas de Manaus, entre 1840 e 1880, Patrícia

possibilidades financeiras da sociedade, evidenciando que Belém, muito antes de Manaus, já usufruía os excedentes econômicos promovidos pela exploração da borracha.

³⁶⁹ NERY, Barão de Santa Anna. *O País das Amazonas*. Belo Horizonte:Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. p. 149.

Sampaio³⁷⁰ elabora gráficos estatísticos, dentre os quais nos interessam, particularmente, os dados referentes aos recenseamentos de 1872 e 1890, que tratam da composição da população de Manaus através da indicação da cor dos recenseados³⁷¹. Os dados manipulados pela autora reafirmam as informações da historiografia, indicando um predomínio destacado da população de origem indígena, composta em sua maioria por “caboclos” e “mestiços”. Todavia, ao confrontar os dados dos referidos censos, Sampaio indica um elevado crescimento da população da capital do Amazonas, demonstrando que muito mais elevado que o crescimento da população “cabocla, parda e mestiça” foi o crescimento proporcional da população branca. Enquanto o primeiro grupo cresceu quase 100%, passando de 13.781 para 23.186 indivíduos, o número referente aos brancos se elevou um pouco acima de 400%, passando de 2.899 para 13.911 pessoas. Esses dados evidenciam que o crescimento do número de habitantes de Manaus acontecia, sem dúvida, em decorrência do fluxo migratório que também alterava a composição da população.

A origem desses habitantes pode ser localizada na região Nordeste do País, sobretudo ao se comprovar que os dados divulgados pelos censos levantados entre 1872 e 1890 indicam que cinco das sete capitais nordestinas³⁷² tiveram uma redução numérica, enquanto que, na mesma época, crescia a população de todas as capitais do Sul e Sudeste, com exceção de Niterói.

No censo de 1900³⁷³, Manaus apresentou crescimento, mantendo-se como a oitava mais populosa cidade brasileira, com 50.300 habitantes, ao passo que Belém retomava o ritmo de seu crescimento populacional, indo para a quinta posição nacional com 96.560 habitantes.

Para o Amazonas, era urgente promover a ocupação de seu território e a exploração de suas riquezas naturais. Era significativo o seu crescimento

³⁷⁰ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. O trabalho foi originalmente apresentado sob forma de dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 1994.

³⁷¹ Ibid, p. 245 e 248.

³⁷² Foram reduzidos os números referentes à população das cidades de São Luis, Fortaleza, João Pessoa, Natal e Recife.

³⁷³ *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. VII Recenseamento Geral do Brasil 1960. I.B.G.E, 1960.

demográfico em consequência da grande massa migratória. Apesar disso, o Estado mantinha-se como um verdadeiro deserto humano, com a mais baixa densidade e a menor população do País. Ao contrário da tendência nacional, no Amazonas, até os primeiros anos da década de setenta do século XIX, a população se concentrava na capital.

Com a intensificação da exploração da borracha nos seringais dispersos pela selva, verifica-se que, proporcionalmente, o crescimento populacional do Estado supera o crescimento de sua capital. Em 1872, a população do Amazonas era de 57.610 habitantes, representando somente 0,58% do total brasileiro de 9.930.478 habitantes. O Amazonas apresentava a mais baixa densidade demográfica do País, com 0,03 habitante por quilômetro quadrado. Mesmo em âmbito regional era muito baixa, sobretudo se comparada com o índice de densidade do Pará, que era de 0,24 habitante em relação à mesma área.

Em pouco menos de duas décadas, o censo de 1890 registrou um elevado crescimento da população do Amazonas, que passou a apresentar o número de 147.915 habitantes, representando 1,03% do total da população brasileira, que se elevava para 14.333.915 habitantes. A densidade demográfica do Amazonas passava para 0,08 habitante por quilômetro quadrado, um pouco mais que o dobro do índice apresentado duas décadas antes, mas que não significava muito em termos de ocupação territorial, em virtude de sua grande extensão.

A natureza das atividades econômicas desenvolvidas em função da borracha exigia a exploração dos seringais em pontos cada vez mais remotos do território e esta exigência forçava o deslocamento da população pelo interior da Amazônia. É possível perceber que de 1872 a 1890 houve uma significativa distribuição de pessoas pelo território do Amazonas, promovendo uma sensível redução da proporcionalidade dos habitantes da capital sobre o total do Estado, que se alterou de 50,92% para 26,18%.

Na última década do século XIX, verifica-se que tanto o crescimento populacional do Estado quanto o da capital foi numericamente maior que nas décadas anteriores. O censo de 1900 indica que a população do Estado do Amazonas passou para 249.756 habitantes, representando 1,43% do total

brasileiro de 17.438.434 habitantes. Apesar da considerável elevação numérica, a densidade demográfica do Amazonas mantinha-se muito baixa. Mesmo tendo se elevado para 0,14, continuava a ser uma das mais baixas do País, superando apenas a do Mato Grosso (0,08), mas ficando muito aquém do índice de densidade paraense (0,33).

O motivo dessa elevação no número de habitantes pode ser atribuído ao volume e à diversidade de serviços existentes em Manaus. Além das atividades diretamente ligadas à exploração da borracha, ampliara-se o movimento comercial de bens e serviços e, por causa da implantação das grandes obras públicas, crescera a oferta de empregos na construção civil, que requisitava um grande contingente de operários e de profissionais especializados. Justifica-se, portanto, que, sob essas condições, o percentual da população da capital sobre o número total do Estado tenha permanecido elevado, ainda que se observe uma baixa suave em relação ao censo anterior: representação de 20,14% do total.

A amostra censitária de 1900 demonstra que, mesmo tendo havido aumento em relação ao número observado anteriormente, o percentual de acréscimo na população do Amazonas foi menor. Isso indica que o crescimento demográfico não atingiu a mesma relação de proporcionalidade observada nos dois últimos censos.

Nas três últimas décadas do século XIX, o aumento populacional do Estado foi numérica e proporcionalmente muito maior que o crescimento populacional da capital. Ainda que a concentração demográfica de Manaus tenha se elevado continuamente, nota-se que o seu percentual em relação ao total da população do Estado, em três décadas, baixou bruscamente de 50,92% para 20,14%. Mesmo assim, em 1900, a capital do Amazonas apresentava ainda um percentual dos mais elevados quanto à proporcionalidade de sua população em relação ao Estado, sendo suplantada apenas por Cuiabá, que apresentava o índice de 29,14, e pelo Rio de Janeiro, cuja área geográfica coincidia com o Distrito Federal, no qual concentrava 100% de seus habitantes.

Do ponto de vista numérico, foi considerável o aumento da população manauense: em trinta anos, passou de 29.334 habitantes para 50.300.

Certamente, esse crescimento provocou densidade mais elevada na capital e promoveu o acréscimo dos espaços urbanos. O confronto entre o mapa levantado em 1879 e o de 1893 demonstra uma clara ampliação da área urbana e a definição regular de seu traçado.

Sem dúvida, grande parte da motivação das políticas públicas aplicadas em Manaus sugere que a promoção das melhorias urbanas pretendia não apenas ampliar a população de trabalhadores e de investidores, mas fixá-la na região. Sob esta perspectiva, é possível prever que as demandas dos usuários da cidade ganhassem alguma relevância nos projetos e suas necessidades fossem contempladas na construção da nova imagem da cidade.

Continuamente, os governadores afirmavam que a instalação de melhoramentos e, principalmente, o investimento para embelezar a cidade eram recursos para atrair a necessária mão-de-obra e o cobiçado capital estrangeiro. Era um ponto fundamental para a caracterização de Manaus como cidade moderna, uma estratégia para fixar o homem na região, ressaltando que os traços acentuados das mudanças na visualidade da cidade eram aprofundados também pelos interesses econômicos, cujos objetivos eram o de superar as ofertas da capital paraense. Mas, contraditoriamente, nota-se que grande parte desses benefícios não era usufruído pelo povo, ainda que a cidade passasse a apresentar melhores condições de vida para as classes mais abastadas.

Se, por um lado, a introdução dos melhoramentos era justificada como um atrativo para a imigração, por outro, compreende-se que, mesmo com poder limitado, a nova população passava a exercer pressões para a instalação desses melhoramentos.

Ao concluir o capítulo, vale ressaltar que tanto a análise das transformações apresentadas na malha da cidade como a mudança de sua toponímia evidenciam a intenção de se definir novos espaços de convivência, regido por ritmos e necessidades diferenciadas. Além desses dois importantes aspectos definidos na configuração da cidade, deve-se considerar o aspecto humano como um elemento definidor do espaço urbano.

Partindo do princípio de que é através do uso e do significado dado por sua população que se imprimem os traços de identidade de uma cidade, deve-se considerar que, ocorrendo mudanças substanciais na formação dessa população e de suas referências culturais, conseqüentemente as mudanças se manifestam na aparência da cidade.

O repentino crescimento populacional ocorrido em Manaus, nas três últimas décadas do século XIX, em virtude do fluxo migratório, é mais um dado relevante para a construção da hipótese de que, na última década daquele século, vários fatores participaram do processo de **refundação dessa cidade**. Além de provocar a ampliação dos limites urbanos, foi promovido um processo de branqueamento étnico e cultural da população local. A diversidade de manifestações criava uma predisposição para as inovações e para a formação de uma sociedade menos tradicional e mais cosmopolita.

Parte das características apresentadas pela população recém-instalada em Manaus definia uma sociedade comercial e sem maiores compromissos com as tradições locais, cujas tendências podem ser explicadas como um comportamento previsível perante o processo artificial que foram envolvidas. Um expressivo percentual da massa migratória foi atraído para a região através de campanhas sustentadas por promessas ilusórias de enriquecimento rápido. Parte desse contingente não dispunha de recursos para retornar a suas regiões de origem e, contra a vontade, se adaptaram às agruras locais.

A situação da massa de nordestinos que migrou para a região amazônica se apresentava muito mais dramática que a das classes trabalhadoras da Inglaterra, onde Engels as localizou, longe dos olhos das elites, empurradas para a periferia suburbana ou escondidas sob os muros encardidos e nas vielas improvisadas nas proximidades das próprias fábricas. Ainda que os seringueiros na Amazônia respirassem um ar muito mais puro que o londrino, era igualmente dolorosa sua sobrevivência, pois viviam isolados em distantes seringais no interior da floresta, sem qualquer segurança contra as doenças, feras ou selvagens. Desprovidos de qualquer tipo de organização ou defesa e sob condições mínimas de subsistência, eram explorados por um sistema de trabalho semi-escravocrata,

cujas condições inspiraram Alberto Rangel a escrever alguns contos d'*O Inferno Verde*.

Perante as limitações de ordem material, a região passava a ser um atraente e breve investimento financeiro. Mas, em função dessa oferta, o número da população local se elevou rapidamente, ainda que parte dela fosse constituída por um contingente de trabalhadores e aventureiros, cuja permanência apresentava flutuação, oscilando perante os temporários interesses comerciais com a região, reduzindo o interesse e a vinculação com as questões locais.

Grande parte dessa população imigrante encontrava-se ávida por enriquecer e retirar-se da região o mais rápido possível. Tais idéias e práticas resultantes não encontrariam espaço nem oportunidades perante as tradições e costumes conservadores da sociedade local, que predominaram até o final da monarquia.

Posteriormente, essa população foi classificada pela historiografia como aventureira, capitalista e artificial. Todavia, essas tendências eram bastante convenientes para a implantação dos projetos de modernização da cidade. Por um lado, porque era essa massa de trabalhadores que usufruía a oferta de emprego e apoiava o programa de obras. Por outro lado, compreende-se que essa população, que ainda não se encontrava suficientemente organizada nem identificada com os espaços e as tradições locais, não oferecia resistência às mudanças propostas.

As possibilidades de enriquecimento rápido tanto atraíam trabalhadores e investidores como uma grande gama de aventureiros. Das mais variadas culturas e níveis sociais, eles criaram uma sociedade cosmopolita, abalando a limitada estrutura da sociedade local. A lenta e bucólica sociedade amazônica fora repentinamente despertada pelos hábitos ruidosos de uma nova população que se instalava e transformava os costumes e as tradições locais. Militares, capitalistas e todo tipo de oportunistas galgavam rapidamente os degraus de um sistema recém-instalado. Exploravam uma grande diversidade de atividades comerciais que gerassem lucro, do comércio de produtos importados às empresas de prestação de serviços e do ramo da construção civil.

Sem dúvida, era esse sistema injusto que mantinha toda a economia extrativista, cujos excedentes financiavam os projetos da capital. Tais aspectos facilitavam o caráter autoritário das ações governamentais, de forma que a administração pública tinha grande autonomia para direcionar os investimentos no sentido desejado.

Praticamente de costas para o País, as capitais dos Estados nortistas passaram a usufruir as vantagens econômicas e a situação de quase autonomia proporcionadas pela Constituição Brasileira. Estreitavam-se os vínculos comerciais com outras nações, cujos interesses concentravam-se, primordialmente, na exploração comercial do potencial consumidor do Estado e de sua elite econômica, facilitando a introdução de modernos melhoramentos urbanos e de serviços públicos.

Ainda que a política regional sentisse o influxo dos acontecimentos políticos nacionais, não sofria o impacto direto que repercutia no País e abalava a ordem social e a segurança pública, sobretudo nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, momento em que os projetos amazônicos foram virtualmente concretizados.

Se, por um lado, pode-se apontar como desvantajosa a situação geográfica das capitais nortistas, localizadas na floresta amazônica e isoladas do restante do País, pode-se conceber, por outro lado, que esse isolamento e sua conseqüente desvinculação da política nacional foi fundamental para a implantação e a concretização dos projetos urbanísticos em Manaus.

5. PLANO DE EMBELEZAMENTO DO HAUSMANN MULATO*

O Plano de Embelezamento da Cidade de Manaus implantado por Eduardo Ribeiro é a oficialização de uma política pública voltado para o embelezamento da imagem da cidade. As ações do projeto não estavam limitadas ao centro histórico tradicional, nem se restringia à construção de palácios e praças, se expandia pelos arrabaldes da cidade e incluía obras de infra estrutura. Além desses aspectos, o embelezamento da cidade mantinha-se integrado à política de saneamento e de imigração. Buscava-se promover a ordenação e a segurança dos espaços públicos como propaganda para traçar a mão de obra e garantir a qualidade de vida da população.

Apesar dos esforços empreendidos pelo governador para concluir as obras de sua administração antes do término de seu mandato, não obteve êxito. Obras significativas ficaram inacabadas, o que poderia resultar em um grande prejuízo financeiro para os cofres públicos e comprometeria seriamente sua carreira política. Contudo, as articulações partidárias e os compromissos políticos garantiram a manutenção de seu projeto por parte de seus sucessores.

A questão do embelezamento da cidade de Manaus foi abordada por Ribeiro, pela primeira vez, em sua mensagem emitida em 10 de julho de 1893 e lida na 2ª Sessão do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Essa mensagem é o principal documento anunciador de uma era de grandes

* O título desse subcapítulo inspira-se no trabalho de Jayme Benchimol, *Pereira Passos, um Haussmann Tropical.*, que trata da atuação do prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro, cuja atuação reformadora compara com a do prefeito de Paris, o Barão Haussmann.

transformações em Manaus. A partir dele, sem dúvida, a questão toma corpo e ganha uma estrutura bem definida.

A área de abrangência do Plano de Embelezamento era bastante ampla, extrapolando os limites centrais da cidade, e possivelmente contou com a efetiva participação profissional de Ribeiro. A confirmação dessa possibilidade não exclui a hipótese de ter sido o governador assessorado por profissionais que teriam orientado a elaboração das obras, cujo conjunto compunha um grande projeto.

Dentre os colaboradores da construção desse projeto, pode-se apontar a participação específica do diretor de Obras Públicas, Armênio de Figueiredo, e a do inspetor da Higiene, Henrique Pereira, cujos relatórios detalhados indicavam o conhecimento dos problemas urbanos e sugeriam providências. A reivindicação de alguns serviços, juntamente com a argumentação que justificavam as obras, ganharam maior destaque ao serem praticamente reproduzidas pela mensagem governamental.

O historiador Agnello Bittencourt³⁷⁴, um contemporâneo de Ribeiro, informa que os projetos realizados em sua administração contaram com a participação de três importantes auxiliares: o engenheiro militar Uchoa Rodrigues³⁷⁵ e seus colegas civis, João Carlos Antony e João Baptista Bittencourt. O historiador afirma ainda que, como intendente da capital, Rodrigues realizou trabalhos importantes, tais como o arruamento do bairro da Cachoeirinha e algumas outras obras destacáveis.

Em sua mensagem de 1893, Ribeiro ressaltou uma série de melhoramentos que estavam sendo executados na cidade e solicitou verba para vários outros projetos. A principal justificativa apresentada, repetidas vezes, no corpo da mensagem, era a realização do “Plano de Embelezamento da Cidade de Manáos”. Categórico, em seu discurso, Eduardo Ribeiro afirmava:

³⁷⁴, BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias – vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p. 492

³⁷⁵ Uchoa Rodrigues era natural do Ceará e teria sido colega de Ribeiro na Escola Militar no Rio de Janeiro. Ao chegar em Manaus como capitão-engenheiro teve de pedir exoneração do Exército, por não poder conciliar essa atividade com o cargo de Superintendente da cidade de Manaus, cargo que atualmente corresponde ao de prefeito. Ao casar com uma das filhas do coronel Emílio Moreira, Rodrigues deixava de ser aliado de Ribeiro e passava a fortalecer a oposição dos Moreira, sendo, por isso, exonerado pelo

*De grandes melhoramentos materiaes necessita Manáos para seu bem estar e progressivo desenvolvimento. Póde-se dizer, sem exagero que tudo está por fazer.*³⁷⁶

Argumentando sob esse ponto de vista, o governador parecia seguro de suas justificativas e propunha uma série de obras e projetos de melhoramentos urbanos. Além do planejamento das obras públicas, era necessário dispor de uma planta atualizada da cidade, a fim de exercer maior controle sobre o seu crescimento, o cadastramento de propriedades e a arrecadação de impostos. Assim, o governador comunicou que o serviço de levantamento da “carta cadastral da capital” encontrava-se em andamento, com aproximadamente um terço da área já levantada. Ribeiro assegurou que a realização desse trabalho era importante para o governo conhecer o cadastro da cidade, com a exatidão de seu perímetro urbano, coisa que facilitaria a organização de “um completo plano de arruamento”.³⁷⁷

Não se pode ignorar que grande parte das propostas de obras e serviços apresentadas pelo governador havia sido sugerida pelo Congresso Legislativo ao responder à sua mensagem de 1892³⁷⁸. Além disso, alguns pontos da mensagem emitida em 1893 foram transcritos diretamente do relatório de seu Diretor de Obras Públicas, Armênio de Figueiredo, datado de 20 de junho de 1893. A comprovação desse fato pode reduzir a participação pessoal de Ribeiro na formulação das propostas, mas não retira o caráter pioneiro dos projetos por ele implantados. Deve-se notar ainda que parte das propostas implementadas encontrava-se contemplada no conjunto das reivindicações de seu pleito original.

O governador adotava o procedimento usual da administração pública atualizada, reivindicando os melhoramentos próprios de um repertório que se encontrava em vigência. Foram a sua dedicação e a sua liderança que imprimiram destaque ao plano e atribuíram a ele um papel relevante em seu

governador em 1895. Após a morte de Ribeiro, em 1900, Rodrigues integra o grupo de amigos que através dos jornais locais, exalta a figura do ex-governador e presta-lhe homenagens.

³⁷⁶ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem emitida em 10 de julho de 1893. Mnaós: Typographia do Diário Official. p. 11.

³⁷⁷ RIBEIRO. Op. Cit. 1893. p. 13.

governo. Deve-se observar que o ato de propor as inovações não se constituía um ato revolucionário na administração pública brasileira, mas executá-las era, sem dúvida, uma tarefa rara. A manutenção do projeto de Ribeiro pelos seus sucessores mais imediatos, sugere que apesar das possíveis diferenças e interesses políticos partidários mantinha-se um consenso em torno da política de embelezamento e a vinculação com a modernidade.

As administrações de Fileto Ferreira e de Ramalho Júnior integravam o mesmo mandato governamental e suas realizações se restringiram praticamente à manutenção dos projetos implantados por Ribeiro. As realizações dos dois administradores integram, pois, a mesma seqüência, demonstrando que algumas de suas obras estenderam-se pelas três administrações citadas.

Assim como na administração de Eduardo Ribeiro, a continuidade do programa de embelezamento da cidade implicava a manutenção de um discurso apoiado por um conjunto de argumentos e justificativas coerentes com os programas já aprovados pelo Congresso. Nota-se, entretanto, que, mais relevante que oferecer justificativas plausíveis e capazes de sensibilizar os deputados, era articular com dados financeiros e desenvolver estratégias para convencê-los de que havia disponibilidade de recursos suficientes para assegurar o financiamento das obras solicitadas.

Ferreira³⁷⁹ procurou demonstrar sua sensibilidade perante a região, assegurando que suas idéias com referência ao interior do Estado eram “mais seguras (...) mais dilatadas”, de resultados mais produtivos e práticos. Afirmou reconhecer que era dessas regiões que vinham os recursos que apoiavam as atividades administrativas e os empreendimentos de utilidade pública; portanto, ajudá-las e favorecer o seu desenvolvimento era cumprir com o dever.

Em sua primeira mensagem, Ferreira³⁸⁰ alertou para o fato de que, mesmo que fossem muitas “as medidas de alcance indispensáveis ao desenvolvimento e grandesa do Estado”, sentir-se-ia feliz se pudesse empreender a todas. Todavia,

³⁷⁸ Annaes do Congresso Legislativo dos Representantes do Estado do Amazonas da Sessão Constituinte do anno de 1892. Manáos. Typographia do Amazonas, 1892. Resposta à Mensagem do Governador do Estado 17/06/1892.p 9.

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ Ferreira, *op.cit.* 1897, p. 20.

afirmava permanecer atento às obras de melhoramento. Além de assumir de modo oficial o compromisso com o plano de governo de seu antecessor, Fileto manteve praticamente o mesmo discurso de valorização do embelezamento da cidade, reafirmando:

Estou convencidissimo da necessidade do embellesamento de Manãos, de sua reforma, de modo a offerecer áquelles que á procuram um centro de atração agradável, benefico e vantajoso, assim, apoio todos os esforços do Estado no sentido de dotal-a de tudo o que possa facilitar essa desejada commodidade.

Já o governador Ramalho Júnior, em sua primeira mensagem³⁸¹, deu continuidade ao discurso da prosperidade financeira, inaugurado e propagado durante toda a sua administração de Eduardo Ribeiro³⁸². O governador afirmou que “o Amazonas progride, rapidamente se transforma, a cada momento se assiste a um desdobramento novo de suas forças creadoras”. Até o final de seu mandato³⁸³, o sucessor de Fileto manteve um discurso bastante otimista quanto às previsões financeiras, afirmando que o restabelecimento do crédito brasileiro era cada vez maior, “manifestado pela alta notavel dos nossos titulos no exterior e pela tendencia que se vai accentuando da entrada de capitaes estrangeiros”.

O conteúdo das mensagens veiculadas por Fileto Pires Ferreira e Ramalho Júnior concentrava-se praticamente nas mesmas rubricas que se apresentavam nos discursos de Eduardo Ribeiro. O embelezamento da cidade a partir das obras públicas mantinha-se como a principal atividade, consumindo grandes investimentos do Estado e justificava-se, em parte, como um projeto para atrair os capitais, a mão-de-obra e a ocupação do grande território. A fixação de uma população laboriosa foi idealizada tanto por Ribeiro quanto por Ramalho Júnior e isso justificava os declarados esforços feitos para atrair a imigração. Dentre os vários investimentos empreendidos neste sentido, incluíam-se as melhorias urbanas e, sobretudo, o projeto de embelezamento da capital.

³⁸¹ RAMALHO JÚNIOR, José. *Mensagem emitida em 10 de julho de 1898*. Manãos: Imprensa Official, 1898. p. 3.

³⁸² Certamente, o período compreendido entre 1896 e 1898 foram os mais prósperos em termos de arrecadação.

³⁸³ Ramalho Júnior, *op.cit.*, p. 5.

5.1 ATRIBUTOS DA BELEZA

Além das intervenções na malha urbana, as obras arquitetônicas ocupavam lugar de destaque no plano de Ribeiro e proporcionava maior visibilidade às transformações que se processavam. Seguindo as tendências do modelo adotado, com a intenção de promover o embelezamento da cidade, o governador valorizava a monumentalidade das construções e a ornamentação da fachada dos edifícios.

Ao tratar das obras públicas em sua primeira mensagem, Ribeiro³⁸⁴ solicitava plantas e orçamento para a construção de um palácio, uma penitenciária, um quartel de polícia e casas para o Fórum, o Congresso e outras repartições públicas, além do Instituto Benjamin Constant. O governador explicou que o Estado assumia a tarefa de implantar os melhoramentos necessários à capital porque eles exigiam muito trabalho e o município não dispunha de recursos para realizá-los³⁸⁵.

A rapidez com que se construía as obras monumentais durante a administração de Ribeiro era uma experiência bastante inovadora para a cidade de Manaus, principalmente se a compararmos com o ritmo desenvolvido durante o período provincial. A construção da igreja Matriz, por exemplo, levou vinte anos para ser concluída, enquanto o conjunto composto pelo Teatro Amazonas, Palácio do Governo, Palácio da Justiça, Instituto Benjamin Constant, Palacete da Imprensa Oficial, algumas escolas e outras obras menores foi praticamente terminado em cinco anos.

A construção de obras arquitetônicas era um aspecto dos mais importantes no plano apresentando pelo governador. Assim, para estimular a instalação de uma empresa que realizasse essas obras, o governador sugeria:

*a consignação de um pequeno subsidio annual ou garantia de juros, a empreza ou companhia que organizar um serviço completo de construção urbana, de maneira a proteger as classes menos favorecidas”.*³⁸⁶

³⁸⁴ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. *Mensagem do Exm. Dr. Presidente deste Estado Lida Perante o Congresso Amazonense, Na Seção De Instalação, Em 1º De Junho De 1892*. Manaus: Typ. do Amazonas, 1892. p. 12.

³⁸⁵ *Ibid*, p. 18.

³⁸⁶ RIBEIRO, 1893, p.15.

Ribeiro julgava que a introdução desse serviço traria vantagens incalculáveis para a população de Manaus. Entre as obras arquitetônicas já iniciadas, o governador destacou a construção do Palácio do Governo, a “continuação da construção do Theatro da praça de São Sebastião” e do edifício destinado à Imprensa Oficial do Estado.

5.1.1 Teatro Amazonas

A construção de um teatro em Manaus era reivindicada há várias décadas. No entanto, somente depois de uma grande polêmica realizada na Assembléia Provincial em 1881 é que o projeto para “construção de um theatro em alvenaria” foi aprovado. Em agosto de 1883, Manuel Palmeira de Menezes assinou o contrato para a construção e em 14 de fevereiro de 1884 foi lançada a pedra fundamental.

Quatro meses depois do início da tarefa, em 2 de junho de 1884, o diretor de Obras Públicas, Leovegildo Coelho³⁸⁷, observou que a construção prosseguia “muito vagarosamente”, pois trabalhavam nela apenas dois ou três pedreiros. As dificuldades continuaram e, no ano seguinte, o presidente José Jansen Ferreira Junior³⁸⁸ aconselhou todos a meditar sobre a conveniência daquela obra para a cidade e sugeriu que se fizesse um acordo com o contratante.

A falta de operários e a precariedade financeira da Província do Amazonas eram os grandes obstáculos às obras públicas. Assim, depois de algumas tentativas frustradas, o presidente Vasconcellos Chaves em 1886, declarou ter rescindido o contrato e considerou “caducas as obrigações contractuais”. Os contratantes recorreram da decisão, mas o novo presidente da Província do Amazonas coronel Conrado Jacob de Niemeyer comunicava em 1888, que “foi a reclamação indeferida por falta de base.”³⁸⁹

As questões contratuais ficaram pendentes na justiça até 1892, quando Eduardo Ribeiro foi autorizado a indenizar o proprietário do contrato e dar

³⁸⁷ COELHO, Joaquim Leovegildo de Souza. Relatório do Diretor da Repartição de Obras Publicas, em 8 de julho de 1884; Manaós: Typographia do Amazonas. 1884. p.22.

³⁸⁸ FERREIRA JUNIOR, João Jansen. Falla do presidente da Província, em 21 de Setembro de 1885. Manaós: Typographia do Amazonas. 1885. p.25.

continuidade à obra. Assim como a construção do Palácio do Governo e o da Justiça. Edificar um teatro de grande formato e decorado “com gosto” era um feito considerável na concretização do Plano de Embelezamento da Cidade.

Ao anunciar³⁹⁰ o novo contrato para a construção do teatro da praça de São Sebastião, o governador ressaltou a importância do prédio não somente por ele ser “uma necessidade palpitante”, mas também pelas características técnicas e decorativas que possuiria. Afirmou ainda que o edifício teria “uma fachada luxuosa”, cuja decoração já estava contratada³⁹¹. Seria amplo, com lotação para mil pessoas, além de atender a todos “os melhoramentos mais modernos” quanto às condições acústicas, ao serviço cênico e à segurança³⁹².

O emprego dos termos “fachada luxuosa” e “embelezamento” aparece nas mensagens governamentais como integrante de um repertório que procurava realçar o caráter estético do projeto. Em geral, a classificação “luxuosa” e “embelezada” se referia a prédios cujas fachadas eram profusamente decoradas, ainda que muitas vezes esse excesso de elementos ornamentais tivesse resultados esteticamente comprometidos. No entanto, deve-se observar que essa característica correspondia a uma das tendências do Eclétismo, que definiu o aspecto de grande parte dos conjuntos arquitetônicos surgidos após as reformas urbanas processadas a partir da segunda metade do século XIX.

Além da valorização do aspecto estético do teatro, o discurso do governador indicava uma preocupação com a segurança do espaço público, revelando o comprometimento direto com as idéias que regiam a sociedade que se implantava com o novo modelo de cidade. Um teatro para mil pessoas, com certeza, era um projeto demasiado grande para a época, não só pela significação social que poderia vir a ter, mas, acima de tudo, pela questão da segurança

³⁸⁹ NIEMEYER, Conrado Jacob de. Relatório do Presidente da Província do Amazonas em 10 de janeiro de 1888. Manaós: Typographia do Amazonas, 1888, p. 41.

³⁹⁰ Ribeiro, op.cit,1893. p.7.

³⁹¹ BITTENCOURT, Agnello. Cincoentenário do Teatro Amazonas. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1948, p.115. Informa que o contrato para a decoração do teatro foi realizado com Crispim do Amaral, em 23 de fevereiro de 1894, para o fornecimento de mobiliário, mecanismos em outros elementos decorativos. Amaral era um artista pernambucano que trabalhou alguns anos em Manaus, sendo indicado como o autor de grande parte da decoração da platéia e também teria refeito as plantas e as vistas de fachada do edifício..

³⁹² Ribeiro, op.cit, 1893. p.12.

pública. A obra requeria grandes cuidados e Ribeiro assegurava que seriam tomadas todas as providências para evitar incêndios, que eram tão freqüentes quanto arrasadores em Manaus, naquela época.

Ao expor o projeto para a construção do teatro Amazonas, Eduardo Ribeiro demonstrou estar completamente atualizado com o padrão dos discursos que circulavam nos grandes centros. Ele valorizou os três pontos fundamentais que justificavam e sustentavam praticamente todos os projetos, quais sejam: os recursos para embelezar, os modernos recursos técnicos e a garantia da segurança.

Pela própria tradição histórica e social, os projetos de teatro sempre mereceram especial atenção dos governantes, sendo construídos a partir de concepções eminentemente barrocas. Pela tradição arquitetônica, em geral, os projetos tendiam a vincular as formas imaginativas da ornamentação de suas fachadas com a função desempenhada pelo edifício. Essas tendências exigiam grande habilidade técnica e senso estético, embora permitisse maior ostentação de luxo e exibicionismo decorativo.

A construção de uma grande obra como o Teatro Amazonas significava tanto uma realização considerável do administrador quanto a abertura de um palco para exibição da sociedade local. Em 1894, o governador informou que as obras do teatro Amazonas estavam lentas, mas esperava que dentro de dois meses o edifício estivesse em condições de receber a cobertura, que seria feita sobre urdimento metálico. Para justificar o uso das estruturas de ferro, Ribeiro argumentava que esse material, além de não estar sujeito à deterioração, era muito mais leve que a madeira.

No ano seguinte, 1895, Ribeiro comunicou que a construção do teatro Amazonas marchava regularmente. A ornamentação exterior, que já fora iniciada, seria desenvolvida concomitantemente aos trabalhos previstos para o interior do edifício e à decoração de todas as suas dependências. Contudo, para que isso fosse concretizado, solicitou a liberação de “verbas suficientes”. Em sua última mensagem, emitida em 1896³⁹³, Ribeiro assegurou que as obras do teatro tinham

³⁹³ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem emitida em 1º de março de 1896, p. 25.

tido “extraordinário progresso”. Para ele, o trabalho restante limitava-se à ornamentação da parte interna e, por isso, afirmou que em poucos dias o exterior estaria concluído.

Com o visível de interesse de assegurar a conclusão do prédio, o governador recorreu à promulgação de um decreto³⁹⁴, garantindo a ampliação da verba destinada ao teatro, assim como o contrato com a Companhia Lírica que inauguraria o teatro³⁹⁵. Ribeiro alegou que a verba consignada para o exercício tinha sido insuficiente e justificou seu ato através da seguinte afirmação:

*Lancei mão desse meio em vista da necessidade urgente da conclusão d' aquellas obras de utilidade publica, por isso que vem sanar uma falta não pequena para o engrandecimento moral e material do Estado e porque com a falta do referido credito ficariam paralyzadas, resultando assim não pequeno prejuízo para o Thesouro.*³⁹⁶

Apesar de todos os esforços, não foi possível concluir o teatro antes de Ribeiro deixar o governo do Estado³⁹⁷, o que manteve vivas as discussões e críticas em torno do edifício. Perante a paralisação das obras do Palácio do Governo, que deveria ser a principal construção realizada naquela década, o Teatro Amazonas, pela sua localização e monumentalidade, assumiu papel destacado, tornando-se o emblema arquitetônico daquele período histórico, e, em menos de um século, ergueu-se à condição de símbolo da cidade.

Mesmo já tendo sido inaugurado, o Teatro Amazonas manteve-se como a construção mais mencionada dentre as obras públicas do período da administração de Fileto Pires Ferreira. Na realidade, o edifício foi inaugurado sem estar completamente concluído. A explicação oficial é que havia um contrato entre

³⁹⁴ O Decreto nº 7 havia aumentado o valor do crédito para a construção, que passou a ser de 250:000\$000 réis.

³⁹⁵ Através do Decreto 149, de 23 de janeiro de 1896, foi aberto o crédito de 200:000\$000 réis no orçamento para o pagamento da Companhia Lírica contratada com o maestro Joaquim de Carvalho Franco “para inaugurar o ‘Theatro Amazonas’”. O texto revogava todas as disposições em contrário. O historiador Agnello Bittencourt (1948, p. 117) informa que no dia da inauguração oficial do teatro, ainda que inacabada a sua construção, “houve uma audição para as autoridades proporcionada pela grande companhia italiana empresada e dirigida pelo Maestro Joaquim Franco e que veio especialmente para inaugurar a primeira estação lírica no nosso Teatro, fazendo- a 7 de janeiro de 1897, estreando com ‘Gioconda’ de Ponchineli”.

³⁹⁶ Ribeiro, 1896. p. 46.

o Estado e a Companhia Lírica³⁹⁸ que deveria ali se apresentar. Todavia, pode-se deduzir que a inauguração fora articulada por razões políticas e eleitorais. Era um momento de grande ebulição política, pois no penúltimo dia do ano seria realizado o pleito para eleger os representantes do Amazonas no Senado e no Congresso. Eduardo Ribeiro era candidato ao posto de senador; portanto, era bastante oportuno promover a inauguração do teatro, apresentando uma incontestável realização de seu governo.

Em mensagem de 4 de março de 1897³⁹⁹, Fileto Ferreira informou que o “magnifico Theatro Amazonas” fora inaugurado em 31 de dezembro do ano anterior. Comunicou que o Estado tivera de inaugurar o edifício “logo que satisfizesse as necessidades da Companhia contratada”. Declarou ainda que, naquele momento, nele estava atuando uma companhia lírica italiana subvencionada pelo governo. Todavia, lamentou que “por maiores que fossem os esforços empregados pela administração no sentido de finalizar todos os serviços não poderam ser concluídos”. Previu que, para o término da obra, faltavam “somente” a fachada voltada para a avenida, a platibanda do edifício e os trabalhos internos, que em breve seriam finalizados.

Além desses aspectos, que não eram insignificantes, Ferreira incluiu a construção de uma plataforma em torno do Teatro⁴⁰⁰, argumentando que o projeto da obra deixava ver que sua realização seria de “utilissimo e magnifico efeito”. Otimista em suas previsões, ele assegurou que o restante eram “trabalhos acessórios”, que não acarretavam “grandes despesas” e justificou-se asseverando que, depois da conclusão das partes externas, da decoração e “uns ligeiros retoques”, o Teatro seria “um dos mais soberbos e vistosos edificios entre os que embellezam a cidade de Manáos”⁴⁰¹.

³⁹⁷ O teatro Amazonas foi inaugurado pelo sucessor de Ribeiro em 31 de dezembro de 1896, ainda que faltassem algumas obras internas e externas, que só foram concluídas em 1901.

³⁹⁸ *Colleção de Leis do Estado do Amazonas 1896*. Manáos: Livraria e Tipographia Palais Royal, 1901. O Decreto n.º 149, de 23 de janeiro de 1896, abria o crédito de 200:000\$000 para o pagamento da subvenção da Companhia Lírica que seria contratada pelo maestro Joaquim Franco para inaugurar o Teatro Amazonas.

³⁹⁹ Ferreira, *op.cit.*, 1897, p. 13.

⁴⁰⁰ *Ibid.*, p. 21.

⁴⁰¹ *Ibid.*, p. 13.

Ferreira previu que, se fosse dotado de “todos os melhoramentos possíveis”, o edifício atingiria amplamente o fim a que se destinava, sanando “a falta sensível de que se ressentia a nossa capital pela carencia de uma casa de diversão publica”⁴⁰². A argumentação apresentada foi praticamente a mesma que, anos antes, justificou a aprovação da obra. Sem dúvida, a construção do Teatro assumia um papel extremamente importante para a administração do Estado e sua presença marcante na paisagem atribuía-lhe novos significados.

Muitas obras de embelezamento estavam projetadas para a capital do Amazonas e, segundo a afirmação do governador⁴⁰³, algumas já se encontravam em execução, enquanto outras ainda estavam se iniciando. Todavia, a a construção do Teatro ocupava o maior destaque e o governador comunicou que a plataforma em torno do edifício encontrava-se adiantada e ficaria “uma obra bellissima”. Outrossim, solicitou que no prédio fosse instalado “um completo serviço de distribuição d’agua para abafar incendios”, além de alguns reparos “urgentes e imprescendiveis”.

Com a inauguração oficial do Teatro Amazonas, parte de seus espaços tornaram-se de uso público, o que deu à obra maior significação social e política. Mesmo que o edifício ainda não estivesse concluído, sua aparência já produzia um forte contraste com o entorno, composto por terrenos baldios e ruas inacabadas. As características desse contraste têm sido, muitas vezes, interpretadas como uma evidência da inadequação da obra ao lugar, que seria apenas um capricho extravagante. Mais que demonstrar a rusticidade das limitações de uma cidade em reconstrução, o soerguimento de um teatro monumental e ornamentado poderia ser interpretado como a concretização parcial da promessa de um futuro progressista.

É inquestionável que o Teatro Amazonas era um dos mais importantes centros de ressonância da nova cidade. A realização das obras que o completavam extrapolava os limites da fachada e dos interiores, prolongando-se pelo entorno imediatamente próximo. Tal é o caso da plataforma de sustentação e

⁴⁰² Ibid., p. 13.

⁴⁰³ Ibid., 1898, p. 48.

da praça de São Sebastião. Ferreira⁴⁰⁴ observou que, depois das “sumptuosas obras” que estavam sendo realizadas para o aformoseamento do teatro, tornava-se necessário melhorar o aspecto da praça de São Sebastião, que se encontra em frente. De forma que os trabalhos promovessem a valorização de um conjunto uniforme e de qualidade. O governador criticou a feitura da coluna comemorativa à Abertura dos Portos e sugeriu que fosse substituída por outra “mais de acordo com a nossa epocha e com os principios observados em monumentos de tal natureza”.

Ramalho Júnior⁴⁰⁵ comunicou que estavam em andamento não só as obras da plataforma em torno da edificação, como também alguns “reparos internos”, e anunciou que a decoração do Salão Nobre já estava contratada. Sem dúvida, o Teatro Amazonas tornara-se uma atração para a sociedade local e qualquer projeto para ele causava grande expectativa.

As obras do Salão Nobre foram contratadas com o artista italiano Domenico De Angelis⁴⁰⁶, que trouxe parte de sua equipe de Roma⁴⁰⁷. Além da participação do pequeno grupo de artistas que atuou diretamente nas diversas obras elaboradas na sala, deve-se ressaltar que algumas delas foram executadas na capital italiana. Tal é o caso do conjunto de oito bustos em gesso, representando músicos e literatos brasileiros⁴⁰⁸, que foram confeccionados no atelier de Enrico Quatrinni.⁴⁰⁹ Quanto às nove pinturas executadas em telas e posteriormente fixadas nas paredes, são elas atribuídas a De Angelis; entretanto,

⁴⁰⁴ Ibid., 1897, p. 24.

⁴⁰⁵ Ramalho Júnior, *op.cit.*, 1898, p. 18.

⁴⁰⁶ Em 22 de julho de 1898, o jornal *Commercio do Amazonas* informou que o “disctinto pintor italiano” Domenico de Angelis, contratado para realizar a decoração do Salão Nobre do Teatro Amazonas, fizera uma visita de cortesia ao jornal. Dois dias depois, o mesmo jornal noticiou que o contrato seria assinado em quinze dias na Secretaria da Indústria. Em 2 de março de 1900, foi a vez d’A *Federação* informar o pagamento da terceira parcela dos trabalhos realizados pelo artista italiano. De súbito, em 27 do mesmo mês, esse jornal anunciou a morte do artista em Roma.

⁴⁰⁷ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Teatro Amazonas*, vol. 1, 1965, p.125. O autor afirma que, juntamente com Domenico de Angelis, atuaram na sala do Teatro os italianos Centofanti, Francisco Alegiane e Alberto Andreis.

⁴⁰⁸ São os bustos de Joaquim Manoel de Macedo, Gonçalves Dias, Padre José Maurício, Carlos Gomes, José de Alencar, Domingos de Magalhães, Luís Carlos Martins Penna e H. L. Gurjão.

⁴⁰⁹ Para Valladares (*op.cit.*, p. 109), essas obras teriam sido produzidas pelo escultor Enrico Quatrinni. Informo que são originárias do mesmo atelier as esculturas em bronze do monumento comemorativo à *Abertura dos Portos* e o da *Elevação do Amazonas à Categoria de Província*.

existe controvérsia quanto à autoria, sendo bem possível que tenham sido executadas em Roma, no atelier do pintor Capranesi⁴¹⁰.

Os preparativos da sala foram acompanhados *pari passu* pela imprensa, causando *frisson* na sociedade local, não somente pelos grandes investimentos empregados em sua decoração, cujos valores já indicavam ser produto de luxo, mas, sobretudo, pela diversidade dos elementos ornamentais, que demonstravam a erudição e o refinamento da sociedade.

A sala é decorada com uma grande pintura no teto⁴¹¹, assinada pelo contratante da obra, possuindo várias outras pinturas de autoria questionável, que foram fixadas diretamente nas paredes. Completam a decoração da sala um conjunto de bustos de músicos brasileiros, esculpido em gesso, colunas decoradas, estuques, lustres coloridos de Murano e piso em *parquet* com diferentes madeiras⁴¹². Além disso, deve-se ressaltar o impacto provocado pela elaborada mobília⁴¹³ e os dois grandes espelhos de cristal, que davam a ilusória ampliação da sala, multiplicando a diversidade de elementos. Arrematando o conjunto, destacam-se as pinturas de detalhes arquitetônicos e naturezas-mortas, além de detalhes imitando mármore coloridos e ornamentos dourados.

Sem dúvida, a decoração do Salão Nobre chegava a ser excessiva, mas, naquele momento, o excesso de ornamentos pretendia provocar o impacto de um deslumbramento. Era o mais novo cenário para a circulação da burguesia local, um espaço propício a demonstrações ostensivas de *status*. Um teatro de circulação restrita, localizado dentro do próprio Teatro e assim demarcando a hierarquização do espaço social.

⁴¹⁰ BITTENCOURT, Agnello. Cincoentenário do Teatro Amazonas. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1948, p.116. Bittencourt informa que a polêmica sobre a autoria dessas pinturas ocorreu entre o historiador Mário Ypiranga Monteiro e o ex-cônsul da Itália em Manaus, Giulio Roberti, através do jornal *A Tarde*. Roberti afirmava que, ao levar a correspondência de De Angelis para Capranesi, teve a oportunidade de “apreciar os referidos painéis” no atelier do artista.

⁴¹¹ A pintura assinada por Domenico de Angelis, no teto do Salão Nobre, data de 1897 e se denomina *A Glorificação das Belas Artes na Amazônia*. Segundo Valadares (1974, p. 87), esta é a segunda pintura de forro com motivo profano executada no Brasil, precedida somente pelo *plafond* da sala de espetáculos do Teatro da Paz, em Belém do Pará.

⁴¹² O projeto assinado por De Angelis, que se encontra no acervo do Teatro Amazonas, indica que essa obra seria confeccionada com madeiras de nogueira, carvalho, bordo e mogno.

⁴¹³ Várias notas publicadas no jornal *A Federação*, em junho de 1900, indicam que os móveis foram confeccionados pela marcenaria Brasileira, no Rio de Janeiro.

Em 18 de abril de 1900, *A Federação* informou que o governador Ramalho Júnior visitara as obras do Salão Nobre. O redator da nota dizia poder afirmar que seria “o mais bello salão de theatro de todo o Brazil”. Em 1.º de maio seguinte, o referido jornal voltou a comentar as obras realizadas no salão, comunicando que o governador estivera presente à “experiência da luz elétrica”, que ficara bastante satisfeito com as obras do pintor Domenico de Angelis e que previra que “a bellissima e sumptuosa sala” seria inaugurada no dia 3 daquele mês, em homenagem ao 4.º Centenário da Descoberta do Brasil. Mas o Salão Nobre foi inaugurado somente em 24 de junho de 1900.

Em 12 de junho de 1900, pouco mais de um mês antes da despedida de Ramalho Júnior, *A Federação* publicou duas pequenas notas sobre os melhoramentos a serem introduzidos no Teatro. A primeira delas se referia ao fato de que “cogitava-se” instalar ventiladores em alguns camarotes e frisas; a segunda afirmava que brevemente seria colocado “o grande lustre” que iluminaria o salão de espetáculos. Possivelmente, os ventiladores não foram instalados, mas vale notar que o conteúdo da nota há de ter resultado de alguma discussão que não ignorava a importância do Teatro também como uma vitrine das inovações do desejado progresso.

Apesar do investimento feito e de toda a expectativa gerada com a preparação do Salão Nobre, o seu uso social não parece ter correspondido ao esperado. Tanto isso é verdade que, alguns anos depois, o jornal *O Theatro*⁴¹⁴ anunciaria o seu abandono por parte das senhoras, lamentando que, durante os longos intervalos, elas permanecessem nos camarotes e frisas “bocejando de tédio” e clamando pela presença feminina, a fim de alegrar aquele espaço com sua beleza e “graça humana”.

Provavelmente sob a inspiração das cidades européias, Ramalho Júnior⁴¹⁵ depositava grande expectativa em relação às artes como elemento fundamental

⁴¹⁴ *O Theatro*, 28 de julho de 1906.

⁴¹⁵ Ramalho Júnior, *op.cit.*, 1900, p.25.

para a fixação da memória de um povo. Ao defender que o governo assumisse a Academia Amazonense de Belas Artes,⁴¹⁶ ele exprimiu a seguinte opinião:

As artes são, quiçá o maior symptoma da vitalidade de um povo, é pelos monumentos que se julga de uma civilização; a história nos ensina que são elles que perpetuam a memoria das nações.

Assim, anunciou com destaque que, em breve, seriam inaugurados o Palácio da Justiça e o monumento comemorativo à Abertura dos Portos do Amazonas à Navegação Estrangeira. O governador demonstrou a relevância que as obras assumiam na feição de uma imagem idealizada para a cidade, afirmando que é esse tipo de “construção que nos recommendarão, que nos atestarão os progressos”⁴¹⁷.

Tal afirmação pode ser apontada como mais uma evidência da vinculação que havia entre o aspecto ornamental e monumental com a noção de progresso. A beleza, em última instância atestava o progresso almejado e essa realização pode ser interpretada como a virtude da cidade que se estabelecia em plena selva.

O tratamento dado a essas obras, às vezes profusamente decoradas, autorizava o uso corrente dos verbos “embelezar” e “aformosear”, divulgados tanto nas mensagens governamentais quanto nas matérias publicadas na imprensa local.

Como em Viena, a inclusão de obras “embelezadas” demonstrava a intenção de refinamento de uma elite emergente que, ao mesmo tempo em que procurava ostentar *status* social, tentava demonstrar um refinado grau de sensibilidade artística e uma memória histórica.

Dentre as obras arquitetônicas realizadas em Manaus, ressalta-se a construção do Teatro Amazonas, cujo desenho ainda marca de forma contundente a paisagem da cidade. Sem dúvida o seu significado foi ampliado em

⁴¹⁶ A Escola de Belas Artes do Amazonas se originara de uma instituição privada, denominada Associação Propagadora das Belas Artes, dirigida pelo maestro Joaquim Franco. A partir de 1898, a instituição passou a receber esporádicas subvenções do governo do Estado. Em 1899, o governador Ramalho Júnior transformou-a em um estabelecimento público, tendo como objetivo a formação em nível médio em desenho e música. Contudo, a escola jamais funcionou a contento. Em 25 de julho de 1900, o jornal *A Federação* informou que, por lei, fora autorizada a extinção da Academia de Belas Artes.

virtude da demolição da construção do palácio do Governo, que já estava bastante adiantada e cuja localização, monumentalidade e tratamento estético deveria despertar maiores atenções. Em virtude desse fato, o teatro Amazonas passou a receber maiores investimentos financeiros e políticos, vindo a tornar-se o emblema da cidade.

Ainda que o projeto e a construção do teatro Amazonas tenha sido continuamente manipulado por interesses da política local, não se pode ignorar que a concretização desta obra exigiu uma transformação do espaço, provocando uma mudança do seu entorno, cujos efeitos repercutiam pela cidade. A construção deste monumento é um marco não somente arquitetônico na história da cidade, mas também social, pois o seu uso pela sociedade local provocou consideráveis mudanças de hábito na população. Deve-se notar que, naquele momento, mesmo os grupos mais tradicionais e mais abastados, preservavam os costumes provinciais e mantinha um limitado nível de informação. Suas atividades sociais restringiam-se ao âmbito familiar e as missas dominicais, com reduzidíssimas possibilidades para usufruir de uma experiência artística ou erudita.

5.1.2 Palácio do Governo

O primeiro Palácio do Governo construído em Manaus fora erguido na administração de Lobo d'Almada, no final do século XVIII, mas, cinco décadas depois, a construção encontrava-se completamente arruinada. Com a instalação da Província do Amazonas foram iniciadas as solicitações de verbas para a Corte no sentido de construir um palácio. Por falta de um edifício com acomodações apropriadas, o primeiro presidente provincial ficou instalado em um sobrado particular, bastante criticado por seu aspecto estético e condições físicas. Somente na década de 1880, é que a presidência passou a ocupar o prédio neo-clássico, de propriedade da municipalidade, permanecendo nele até 1917. Após a transferência da sede do governo para o Palácio Rio Negro, o antigo palácio passou a abrigar Prefeitura Municipal de Manaus.

⁴¹⁷ Ramalho Júnior, *op.cit.*, 1900. p.26.

Em 1892, o governador Eduardo Ribeiro informou ter ordenado à *Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização* que organizasse as plantas e o orçamento para a construção de um palácio, de uma penitenciária, do Quartel de Polícia, de edifícios para o Fórum, o Congresso e outras repartições “necessárias e urgentes”.

Quando apresentou seu Plano de Embelezamento, Ribeiro ressaltou o projeto de um palácio suntuoso no ponto mais elevado da principal avenida projetada. A proposta de localizar edifícios monumentais em pontos destacados da cidade estava bastante coerente com a orientação do modelo adotado nas cidades européias que, durante o século XIX, sofreram reformas urbanas. A grande inspiração dessas reformas encontrava-se no traçado regular da cidade, na localização estratégica de construções monumentais, nas fachadas esteticamente ornamentadas, no embelezamento dos espaços públicos e na instalação de monumentos e equipamentos para o lazer.

Com a República, a construção de um grande palácio para o governo, em Manaus, ganhou maior importância, pois, além de concretizar um sonho antigo, sinalizava com a mudança do regime, evidenciando a presença física do poder e a prosperidade da economia regional. Assim, o projeto do Palácio do Governo apresentado por Ribeiro destacava-se sobre as demais instituições arquitetonicamente representadas, não somente por suas proporções, mas também pela localização geográfica e pelo tratamento estético que lhe foi dado.

A construção de uma obra de grande formato implicava enormes investimentos, pois, além de seu detalhamento arquitetônico mais elaborado, envolvia-se também o entorno imediato. E, assim sucessivamente, áreas cada vez mais amplas seriam envolvidas, afetando grande parte da cidade.

Em 1893, Ribeiro informou que já estavam contratadas as obras para a construção do Palácio do Governo, “no termo da Avenida projetada”. Segundo indicação do diretor de Obras Públicas, seria um “vasto edifício” que teria uma “fachada elegante e amplos compartimentos para Secretaria do Estado, expediente da Administração e alojamento do corpo de Bombeiros”.⁴¹⁸

⁴¹⁸ Ribeiro, op.cit, 1893. p. 10.

Em todas as mensagens apresentadas pelo governador, ressaltava-se a prosperidade econômica da região e dos cofres públicos; entretanto, os investimentos feitos nas obras eram sempre insuficientes, levando Ribeiro a fazer reiteradas reivindicações para concluir as obras iniciadas em sua administração.

A construção do palácio teve um “progresso regular”, disse ele em 1894⁴¹⁹, quando declarou que, de acordo com o contrato, a obra deveria estar concluída até setembro do ano seguinte. Em 1895, ele sugeriu que, depois de terminado o palácio, deveriam ser executados trabalhos na fachada de seu corpo central, para assim completar o “embellezamento” e sua “architectura luxuosa” pudesse corresponder ao “fim nobre” a que se destinava⁴²⁰. Justificava que os gastos despendidos na obra do palácio seriam amplamente compensados “pela belleza da perspectiva e pela commodidade do serviço publico” que iriam satisfazer; por isso, solicitava a verba necessária para a sua conclusão.

O uso de traçados que ressaltassem a perspectiva e valorizassem os edifícios públicos era uma herança barroca que foi amplamente resgatada por Haussmann ao realizar a reforma de Paris. Possivelmente, Ribeiro adquiriu a noção desse aspecto técnico da história da arquitetura em sua formação na Escola Militar.

Em março de 1896⁴²¹, o governador lamentou que, no semestre anterior, as obras do palácio tivessem corrido com morosidade, mas enumerou alguns aspectos de sua construção, informando que já estava concluída a parte central da fachada principal, com o frontão, a cimalha e muitos outros detalhes de alvenaria. Nas paredes centrais e no soalho havia sido utilizada uma grande quantidade de vigamento de ferro, assim como na cobertura do edifício. Ele previa para o final daquele ano a conclusão da obra, desde que fosse liberada a verba necessária.

⁴¹⁹ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem emitida em 10 de Julho de 1894. Manaós: Imprensa Official. 1894.p. 31.

⁴²⁰ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves Ribeiro. Mensagem emitida em 10 de março de 1895. Manaós: Typograpnia do Diário Official. 1895. p. 30.

⁴²¹ Ribeiro, op.cit, 1896. p. 24.

Após a administração de Eduardo Ribeiro a construção do Palácio do Governo foi praticamente abandonada. Em seu governo, Fileto Ferreira⁴²² comunicou que essas obras se encontravam paralisadas em virtude da rescisão de contrato solicitada pela empresa *Moers & Morton*, que justificara que, por “maos orçamentos”, reconhecia a impossibilidade de concluí-las. No ano seguinte⁴²³, o governador informou que “os planos” para os dois palácios haviam sofrido modificações, a fim de evitar os prejuízos decorrentes dos “inconvenientes defeitos que apresentavam os primitivos”.

Até a administração de Ferreira, é possível notar que a construção do Palácio do Governo mantinha-se em pauta. A propósito, o Diretor de Obras Públicas, Candido Mariano⁴²⁴, informou que fora aberto edital de concorrência pública para o fornecimento do “material metálico para a cobertura do Palacio Novo e outros fins”. Fora autorizada a publicação do edital no Pará, no Rio de Janeiro e no exterior.

Ao mesmo tempo em que demonstrava a intenção de investir na construção do novo edifício, o governador⁴²⁵ sugeria que fosse adquirido o imóvel no qual se encontrava instalada a sede do governo. Seu argumento era que o Tesouro do Estado já havia aplicado grandes investimentos no melhoramento do prédio, que se tornara de interesse da Intendência Municipal⁴²⁶.

Apoiado pela perspectiva de uma crescente prosperidade financeira, o governador Ramalho Júnior⁴²⁷ manteve as mesmas solicitações. Entretanto, até julho de 1898 as obras do palácio permaneciam paralisadas. Justificava-se que o reinício da construção dependia de detalhados estudos, sem os quais era impossível ter uma idéia clara dos compromissos assumidos pelo Estado.

Além de detalhados, os estudos foram também bastante demorados, pois a questão só foi retomada em 1900⁴²⁸, quando o jornal *A Federação* divulgou

⁴²² Ferreira, *op.cit.*, 1897, p.21.

⁴²³ *Ib.* 1898, p. 48.

⁴²⁴ MARIANO, Candido. *Relatório do Diretor Interino das Obras Públicas*, em 2 de abril de 1898.

⁴²⁵ Ferreira, *op.cit.*, 1898., p. 85.

⁴²⁶ A sede do governo permaneceu nesse prédio até 1917, quando se adquiriu a residência do comerciante alemão Waldemar Sholz, onde foi instalado o Palácio Rio Negro.

⁴²⁷ Ramalho Júnior, *op.cit.*, 1898, p. 19.

⁴²⁸ *A Federação* de 1.º e 24 de maio de 1900.

algumas notas a respeito do novo projeto apresentado pelo arquiteto italiano Filinho Santhoro. Na oportunidade, comunicou-se a “inauguração” dos trabalhos de construção do novo palácio, com o início da demolição das paredes existentes⁴²⁹.

Em mensagem emitida em 10 de julho de 1900, o governador demonstrou grande expectativa em relação ao novo projeto, ressaltando suas vantagens frente à antiga construção e elogiando

*a edificação esbelta de valor architectural que substituirá com vantagem **aquella mole** (grifo nosso) demolida que tão mal terminava a nossa mais luxuosa Avenida. Então, ao subir a Av. Eduardo Ribeiro, ver-se-há lá em cima, no ponto terminante uma construção digna d'aquella arteria de circulação, digna do nome do patriota que foi um dos principaes iniciadores do progresso do Amazonas.* (Ramalho Júnior, 1900, p. 26)

Mesmo demonstrando reconhecer a relevante atuação de Ribeiro na história do Estado, a fala do governador desqualificava uma das principais obras arquitetônicas de seu antecessor. Teria agido assim, possivelmente, sob o impacto das belas pranchas⁴³⁰ apresentadas pelo arquiteto Filinho Santhoro, que, com grande apoio da imprensa, divulgou o seu projeto para o Novo Palácio do Governo, sensibilizando a todos.

Do ponto de vista estético, a substituição do antigo projeto pela proposta apresentada por Santoro era incontestavelmente mais vantajosa. Poucos anos após a paralisação, o aspecto abandonado⁴³¹ da construção destacava-se, por sua localização no alto da principal avenida da cidade, de modo assaz negativo. Em contrapartida, a habilidade projetista do profissional italiano seduzia não apenas pela rica ornamentação da nova fachada, mas pela monumentalidade e

⁴²⁹ Apesar da dedicação de Eduardo Ribeiro, a construção do Novo Palácio não foi concluída durante a sua administração; entretanto, a obra encontrava-se bastante adiantada. Todas as paredes já estavam construídas, assim como a estrutura de ferro que receberia o telhado. Contudo, a construção foi abandonada por seus sucessores.

⁴³⁰ As plantas encontram-se na seção de iconografia da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

⁴³¹ Em 10 de agosto de 1898, um artigo publicado no *Commercio do Amazonas* acusou Fileto Ferreira de haver promovido desapropriações irregulares em torno do edifício, assim como de ter despendido grandes somas para demolir parte das colunas do palácio, “cujo vigamento e andaimes, expostos a ação do tempo, apodreciam accretando assim novas despesas ao Estado”.

atualidade estilística, mais de acordo com os padrões vigentes nos grandes centros.

Não disponho de maiores esclarecimentos sobre as verdadeiras razões que levaram à demolição do palácio. Um argumento incontestável seria a comprovação de alguma fragilidade que comprometesse a estrutura do prédio. Caso contrário, poder-se-ia contestar a derrubada, argumentando que a aplicação dos elementos apresentados por Santhoro poderia perfeitamente ser adaptada à estrutura já construída, considerando-se que a proposta do arquiteto italiano não a modificava radicalmente. Assim, evitar-se-iam os gastos empregados na derrubada e na nova construção.

Ainda que o Estado do Amazonas usufrísse uma invejável prosperidade financeira, a construção de um novo palácio não deixava de se constituir num investimento demasiadamente elevado. Portanto, não se pode deixar de deduzir que essa decisão levou em conta alguns interesses, possivelmente favorecendo grupos empresariais. Houve também, certamente, uma grande dose de boa vontade do próprio governador, que, consciente do significado de um monumento de tal proporção, viu nele uma oportunidade rara de deixar seu nome definitivamente gravado na história da cidade.

Além do interesse pessoal que o governador possa ter tido na aprovação do novo projeto do Palácio do Governo, não se pode ignorar que tal opção contou com o apoio incondicional de opositores políticos de Eduardo Ribeiro. Para esses, promover a demolição do palácio era uma oportunidade ímpar de apagar mais uma das evidências da passagem do ex-governador, cujas realizações incontestavelmente definiam a nova imagem da cidade⁴³². Localizada no ponto mais destacado de Manaus, a obra revestia-se de grande significação simbólica, pois, além de configurar a representação do poder do Estado, rememorava a incômoda administração do “Pensador”.

⁴³² Entre as obras arquitetônicas monumentais, destacam-se o emblemático Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, o Instituto Benjamin Constant, o Palacete da Imprensa e o Reservatório do Mocó.

Em junho de 1900 foi iniciada a desastrada demolição⁴³³ do palácio, mas a empreitada não teve grande avanço, já que, no mês seguinte, ao tomar posse, o novo governador Silvério José Nery⁴³⁴ mandou suspender todas as obras públicas. Apenas em 1901 é que o diretor de Obras Públicas anunciou que já “estavam respaldadas as obras do porão” do novo palácio e que em breve seria “atacada a construção do primeiro pavimento”. Contudo, o edifício jamais foi concluído e, em seu lugar, construiu-se, depois de algumas décadas, o Instituto de Educação do Amazonas.

O Palácio do Governo ocupava papel relevante na configuração da nova imagem de Manaus. Ele era o destaque central e representava não somente a prosperidade do período, mas as aspirações da sociedade. Foi em virtude da inconclusão da obra que o Teatro Amazonas ganhou maior relevância e assumiu praticamente todos os papéis reservados ao Palácio, tornando-se o emblemático símbolo da cidade e de toda uma época.

5.1.3 Palácio da Justiça

Em 1893, o governador solicitou a decretação de verba para a construção de um “edifício vasto” para servir de Palácio da Justiça de Manaus, o qual deveria oferecer amplas acomodações para o Superior Tribunal de Justiça, Junta Comercial, Júri, Sala de Casamentos, de audiências e cartórios de tabeliães e escrivões. Em seguida, Ribeiro comunicou que o plano e o orçamento da obra já se encontravam organizados.

Para justificar a necessidade dessa construção, no ano seguinte Ribeiro⁴³⁵ informou que o Tribunal continuava a funcionar no mesmo palacete, à rua da Instalação. Ainda que se encontrasse “decentemente ornamentado”, reconhecia que era um edifício pequeno; portanto, não oferecia acomodações necessárias à Secretaria e demais dependências. Assegurou que essa situação seria superada com a construção do Palácio da Justiça. Segundo informação de Ribeiro, após concorrência pública perante o Conselho da Repartição de Obras Públicas, fora

⁴³³ As obras de demolição foram realizadas com dinamite e uma das explosões feriu uma freira italiana que atuava como porteira no prédio vizinho, onde funcionava o Instituto Benjamin Constant.

⁴³⁴ NERY, Silvério José. Mensagem do governador, emitida em 10 de julho de 1901. Manaós Typographia do Jornal do Commercio, 1901, p. xii.

⁴³⁵ Ribeiro, op.cit, 1894. p. 11.

aceita a proposta mais vantajosa, sendo o contrato lavrado na repartição competente pela quantia de 654:295\$933 réis. Ele previu a conclusão da obra para quinze meses após a assinatura do contrato⁴³⁶.

Em 1895, Ribeiro comunicou que a construção do Palácio da Justiça progredia regularmente, tendo sido concluídas as alvenarias do pé direito⁴³⁷. Entretanto, explicou que, estando localizada no mesmo plano do teatro, a obra exigia plataforma e escadarias semelhantes. Em março de 1896⁴³⁸, informou o término das alvenarias do primeiro e segundo pavimentos, prevendo para breve a finalização dos soalhos, forros, cobertura e serviços de carpintaria.

5.1.4 Instituto Benjamin Constant

Antes de se chamar Instituto Benjamin Constant, essa instituição denominava-se *Asylo Orphanologico Elysa Souto* e fora inaugurada em 1884 como segunda escola destinada à educação de órfãos. Em 26 de abril de 1892, o Decreto nº. 11 trocou o nome do asilo para Instituto Benjamin Constant e lhe deu um regulamento. O governador mandara orçar as obras necessárias para o funcionamento do Instituto e justificava que suas antigas dependências deveriam ser adaptadas ao fim a que se destinavam.

Em 1894, o governador informou que a parte leste do edifício estava quase concluída⁴³⁹, mas solicitou crédito para reconstruir a parte oeste. Em 1896, Ribeiro comunicou que o prédio fora “construído com gosto artistico extraordinário, sendo observados todos os preceitos aconselhados pela hygiene e pela pedagogia”. Ele dispunha de amplas acomodações para comportar cem alunas e o pessoal da administração⁴⁴⁰.

Ribeiro demonstrou grande satisfação ao anunciar que com as obras realizadas no Instituto Benjamin Constant era possível proporcionar abrigo à orfandade desvalida. Ressaltava o governador que a instituição vinha prestando e prestaria “importantissimos e humanitarios beneficios a pobresa do Amazonas”.

⁴³⁶ Ibid., . p.34.

⁴³⁷ Ribeiro, op.cit, 1895. p 31.

⁴³⁸ Ribeiro, op.cit, 1896.p. 24.

⁴³⁹ Ribeiro, op.cit, 1894.p. 30.

⁴⁴⁰ Ribeiro, op.cit, 1896. p. 11.

5.1.5 Outras construções

Quanto aos edifícios onde se exercia o culto católico e que se encontravam inconclusos ou necessitando de reparos, o governador alegou ter solucionado definitivamente a questão. Ele lembrou que o “Estado não deve tomar mais a sua conta a conservação desses prédios”⁴⁴¹. Ao adotar tal postura, ele apenas seguiu determinações da Constituição Brasileira, que, ao mesmo tempo em que exaltava a liberdade de culto, retirava do Estado a responsabilidade de construir e conservar edifícios de caráter religioso.

Em 1893, Ribeiro informou que o palacete da Imprensa Oficial estava sendo “edificado em um dos melhores pontos da rua Municipal”⁴⁴². Previu que sua construção seria sólida e com vastos espaços para a redação e as várias oficinas. O edifício foi inaugurado em 1894 e, segundo suas palavras, tratava-se de “um proprio estadual de grande valor, pois está construido com muita arte e elegância”.

O governador comunicou também já ter contratado a construção de quatro prédios para instalar escolas públicas do ensino primário na capital. Duas delas, por sinal, já tinham sido iniciadas. A esse respeito em 1895, informou que, dentre as obras concluídas, encontravam-se “tres predios elegantes e de construção moderna, para escolas publicas da capital”.

Para erguer vários outros prédios, além dos destinados à educação, solicitou, como é óbvio, mais dinheiro. Esses novos edifícios se destinavam ao Congresso e sua secretaria, bem como à Chefatura de Segurança Pública. Ribeiro justificou sua pretensão dizendo que o Estado despendia grandes somas com o aluguel de prédios impróprios e sem as condições necessárias. Pediu ainda, com a devida urgência, a construção de um quartel suficientemente espaçoso para o serviço da guarnição, além do soerguimento de edifícios apropriados para um hospital de caridade e outro para o tratamento de alienados.

⁴⁴¹ Ribeiro, op.cit, 1892. p.17.

⁴⁴² Por muitos anos esse local foi ocupado pela sede do Banco do Estado do Amazonas B.E.A, inclusive a coleção numismática do Estado, mas com a recente encampação do B.E.A pelo BRADESCO, o edifício encontra-se desenvolvendo outra atividade comercial.

Dentre as obras arquitetônicas creditadas à realização de Eduardo Ribeiro incluem-se a reforma e a ampliação do Quartel da Polícia, o antigo Palacete Provincial e do Reservatório do Mocó. Mesmo próximo de deixar o governo, ele ainda fez uma série de solicitações para concluir umas e iniciar outras obras que seriam importantes para a consecução de seu plano.

Na realidade o reservatório do Mocó era somente uma imensa caixa d'água toda em ferro, cujas características foram camufladas por uma fachada neo-renascentista, com dois pavimentos, recortado por arcos romanos e detalhado em seu andar superior com um conjunto de janelas cegas, demonstrando a evidente preocupação com o aspecto estético dos prédios públicos.

5.2 VERDE NA CIDADE

5.2.1 Praças e Jardins

No final do século XIX, com a crescente valorização das necessidades de lazer para a população, os espaços públicos, sobretudo as praças, passaram a ser equipados com uma série de melhoramentos. O atrativos desses espaços não era apenas os ornamentos produzidos com a vegetação de seus jardins. Havia também a tentativa de reproduzir diferentes elementos naturais, como lagos, fontes, riachos, grutas e bosques, cujo conjunto apresentava um aspecto bastante bucólico. Além das referências naturais, havia uma tendência a equipar tais espaços públicos com modernos equipamentos industrializados: fontes ornamentais, coretos, bancos, bebedouros, estufas, pontes e esculturas em bronze, ferro fundido e mármore.

O uso desses espaços por parte do público começava a tornou-se um hábito em Manaus, ganhando destaque como opção de lazer. Além de manter contato com elementos de uma natureza domesticada e com a instalação de atraentes equipamentos, a população tinha ainda a oportunidade de participar de animados programas musicais executados pela banda da Polícia Militar.

Em 1894, o governador informou que o trabalho de embelezamento da praça Quinze de Novembro estava em fase de conclusão⁴⁴³, estando já terminada na parte central, a instalação da fonte monumental. Na oportunidade, ele

⁴⁴³ Ribeiro, op.cit, 1894, p.28.

lamentou que, por falta do crédito necessário, as obras complementares da rampa não tivessem “tido progresso”. O plano proposto pelo governo pretendia embelezar todas as praças localizadas na área central da cidade. Como exemplo concreto, Ribeiro anunciou a abertura ao público do jardim da praça da República, ocorrida em janeiro de 1894, com uma descrição em que ressaltava com detalhes os elementos decorativos do referido logradouro:

*fartamente provido de grande numero de plantas e flores raras, dispostas com gosto e arte, tem na sua parte central uma sumptuosa fonte de bronze, e dispersos pelo jardim outros adornos destinados a proporcionar aos visitantes as precisas commodidades.*⁴⁴⁴

Em 1894⁴⁴⁵, Ribeiro afirmou que o jardim da Praça da Republica já não comportava o grande número de visitantes que a ele afluíam em busca de um “recreio aprasivel”, sobretudo aos domingos e quintas-feiras, quando a banda da Polícia Militar se apresentava no coreto. Mais que uma evidente tentativa de demonstrar a eficácia de sua obra, as declarações de Ribeiro procuravam justificar a necessidade de se construir um outro jardim na praça da Constituição e regularizar e embelezar a praça da Saudade. No entanto, nota-se que essas obras não foram concretizadas durante sua administração, pois, em 1896, voltaram a ser solicitadas pelo seu sucessor.

Tendo em vista o embelezamento da cidade e adotando uma nova atitude em relação aos denominados espaços santos, o governador acatava a sugestão do inspetor de Higiene Pública⁴⁴⁶ e solicitava providências para que o antigo cemitério São José⁴⁴⁷, localizado em frente à praça da Saudade, fosse transformado em “um bello e confortavel jardim”. Ribeiro propunha que os

⁴⁴⁴ Ibid.

⁴⁴⁵ Ibid.

⁴⁴⁶ PEREIRA, Henrique Alves. Relatório do Inspector Interino apresentado Governador em 20 de junho de 1893. Anexo a Mensagem do governador Eduardo Ribeiro emitida em 10 de julho de 1893. Manaós: Imprensa Oficial, 1893 p.7.

⁴⁴⁷ No final do século XIX, o cemitério São José já não comportava novos enterramentos e se tornara inconveniente no centro da cidade. Apesar de algumas tentativas de incluir esta área em projetos de área verde, não ocorreu. Mas certamente não foi por temores a memória dos mortos, pois no final da primeira metade do século XX, o cemitério deu lugar a sede do Rio Negro Sport Club, tradicional agremiação “barriga preta”. Teve grande destaque no futebol amazonense e na sociedade local, tendo como atração o seu moderno parque aquático, seus bailes carnavalescos e até a década de 1880, anualmente abrigava o concurso para a escolha da Miss Amazonas.

mausoléus, juntamente com os restos mortais, fossem removidos e transferidos para o novo cemitério municipal, alegando que a medida seria uma grande contribuição à higiene da capital.

5.2.2 Parques e Bosques

A intenção de criar espaços verdes na área urbana de Manaus foi freqüentemente expressa por diferentes administradores públicos. Em geral, ela dizia respeito à arborização da cidade e ao embelezamento das praças. Entretanto, mesmo para essas aplicações, ignorava-se a rica diversidade da flora amazônica, mantendo-se a prática de importar espécimes de outras regiões.

Contrariando essa tendência e ainda que sob a influência de projetos europeus, Fileto Ferreira⁴⁴⁸ apresentou um conceito inovador para aquele momento, destacando a natureza local como um elemento precioso no embelezamento da paisagem urbana. Ele argumentou que, em vez de se buscar no exterior plantas para adornar os bosques, poder-se-ia encontrar “cousas muito mais ricas e formosas em nossas florestas”. A observação do governador sugere que sua concepção de embelezamento era muito mais ampla que as propostas usuais, que, em geral, não só reproduziam os mesmos traçados e elementos dos espaços públicos, como definiam também as mesmas espécies a serem conservadas nesses espaços. Sem dúvida, a grande inovação da proposta de Ferreira era a valorização de elementos da flora regional.

Em sua mensagem emitida em 1898⁴⁴⁹, ele destacou os projetos para a construção de um grande parque no centro da cidade e um bosque na área da Cachoeira Grande. O projeto do parque em torno do Novo Palácio do Governo ganhou grande espaço numa segunda mensagem, que ele emitiu exatamente com a finalidade de discutir a conveniência de se fazer “um bellissimo parque”. O governador assegurou que, mesmo com escassos recursos orçamentários, havia empreendido essa “magnifica obra” projetada pela Comissão de Saneamento.

⁴⁴⁸ Ferreira, *op.cit.*, 1898, p.22.

⁴⁴⁹ *Ibid.* p. 42.

Segundo os dados por ele fornecidos, o parque teria mais de cem mil metros quadrados⁴⁵⁰, com 1.322 metros lineares de avenidas de 10 metros de largura para o trânsito de carruagens e outros veículos.

A maior parte dos terrenos já estava desapropriada e já haviam se iniciado os serviços de terraplanagem da área. Ferreira solicitou a verba necessária para a realização dessa “obra de arte” que muito honraria Manaus e que teria um grande futuro, pois a área encontrava-se no coração da cidade⁴⁵¹.

A importância do paisagismo na valorização de obras arquitetônicas foi ressaltada pelo governador⁴⁵² ao comunicar a existência do projeto de se construir “um magnífico jardim” em frente ao Novo Palácio do Governo. Ele argumentou que essa obra traria grande embelezamento “ao soberbo edifício deixando que se possa vel-o em toda sua grandeza, de qualquer ponto da avenida”⁴⁵³.

Fileto⁴⁵⁴ comunicou também que, na “mata que fica na margem direita da Cachoeira Grande”⁴⁵⁵, mandara construir o Bosque 22 de Junho. Esse novo

⁴⁵⁰ A área do parque projetado estava delimitada pelas ruas Treze de Maio (atual avenida Getúlio Vargas), Leonardo Malcher, Ramos Ferreira e Ferreira Penna e seria prolongada pelos jardins da praça em frente ao Palácio, assim como pelos da praça Cinco de Setembro e pelos que seriam construídos no local do antigo cemitério São José.

⁴⁵¹ A área delimitada ainda hoje seria consideravelmente grande, sobretudo se se atentar para a sua localização central. Mais de um século depois, nota-se que a existência desse parque, no centro da cidade, amenizaria a propagação do calor e o crescente aumento de temperatura que abala a cidade de Manaus. Sua importância ainda cresceria mais, se se considerar que a capital do Amazonas perdeu praticamente todos os espaços verdes de sua área central, suas ruas ganharam revestimento asfáltico, os passeios foram calçados com concreto, parte das habitações e do comércio se verticalizou e o uso de automóveis e de aparelhos de refrigeração se tornou de uso indiscriminado.

⁴⁵² Ferreira, *op.cit.*, 1898, p. 42.

⁴⁵³ A observação do governador Fileto Ferreira, quanto à valorização da perspectiva dos edifícios, remete diretamente ao projeto de Haussmann implantado na reforma de Paris.

⁴⁵⁴ Ferreira, *op.cit.*, 1898, p. 49.

⁴⁵⁵ Desde 1872, os Códigos de Posturas de Manaus apresentavam alguns artigos que pretendiam coibir a degradação dos igarapés e das áreas verdes em torno deles, sugerindo que houvesse por parte da sociedade constituída uma conscientização da importância da conservação do meio-ambiente. Por outro lado, a oficialização de medidas protecionistas sugere que eram os usuários desses ambientes que os degradavam. Vivendo em uma região cercada de floresta por todos os lados, era compreensível que não houvesse por parte da população uma consciência sobre a necessidade de se preservar a natureza circundante. Sob este ponto de vista, é possível deduzir que o projeto apresentado por Ferreira não tenha sido devidamente apreciado nem despertado o interesse da sociedade local. Irrelevante para aquela época, atualmente esse empreendimento seria pequeno, perante o intenso processo de degradação dos igarapés e das matas circundantes. A área verde que compunha o projeto do Bosque 22 de Junho foi totalmente dizimada e o igarapé, além de degradado, foi em grande parte aterrado. O bosque ficaria localizado entre a cachoeira do reservatório d'água e a ponte construída sobre a estrada de Epaminondas, ou seja, entre o bairro de São Jorge e a avenida Constantino

logradouro teria 4.652 metros de avenidas com 10 metros de largura para o trânsito de carruagens e cavalheiros, além de “outros embelleamentos” projetados. Segundo suas palavras, os trabalhos que ali se realizavam estavam bastante adiantados, pelo que previa que, até o final de março daquele ano – 1898 –, o bosque já estaria aberto ao público.

O governador acreditava que o bosque viria preencher uma falta “bem sensível” entre os melhoramentos da cidade. Argumentava que: “O local é magnifico; as belezas naturaes são attrahentes”⁴⁵⁶. Segundo ele, estava sendo construído “com muito gosto” e seria um dos pontos que produziria impressão agradável aos habitantes de nossa capital.

Se realizados, os dois grandes projetos de valorização das áreas verdes teriam sido as grandes contribuições de Ferreira ao plano de embelezamento da cidade e de humanização da população; contudo, os interesses da política local, mais uma vez, desviaram os rumos da administração pública.

Quanto às reformas das praças, o governador⁴⁵⁷ informou que em breve a praça 5 de Setembro seria “apropriada com os melhoramentos indispensáveis”. Ele previu ali a colocação da estátua do “fundador da província”,⁴⁵⁸ comunicou ter mandado executar o “ajardinamento lateral á Igreja Matriz”⁴⁵⁹ e notou, a esse respeito, que ele já apresentava um “aspecto regularmente agradável”. Antes do final daquele ano, logo que o orçamento permitisse, mandaria calçar a praça de São Sebastião e substituir a coluna comemorativa. Quanto ao melhoramento de outras praças, informou que a Comissão de Saneamento já havia projetado o “aformoseamento” da praça General Osório.

Nery, área atualmente ocupada pelo Colégio Solon de Lucena, por empresas privadas e por alguns condomínios residenciais.

⁴⁵⁶ Ferreira, *op.cit.*, 1898, p. 43.

⁴⁵⁷ Mensagem emitida em 6 de janeiro de 1898, p. 42-44.

⁴⁵⁸ O governador se refere ao monumento em homenagem a João Baptista de Figueiredo de Tenreiro Aranha, o primeiro presidente da Província do Amazonas.

5.3 SERVIÇOS PÚBLICOS COMO SÍMBOLOS DO PROGRESSO

A ação reformadora do Plano de Embelezamento não ficou limitada à área central da cidade, nem restrita ao nivelamento de ruas ou construções de edifícios. Ela estendeu-se e ultrapassou limites tradicionais com a construção de quatro importantes pontes. A cidade, em consequência, expandiu-se, incorporando outras áreas. Instalaram-se, então, vários serviços sugeridos pelo Congresso e solicitados pela população. A esse respeito, Ribeiro⁴⁶⁰ informou que “muitas obras e serviços de imediata utilidade pública” estavam em andamento e sua conclusão contribuiria “poderosamente para o embelezamento de Manaus”.

Os problemas de infra-estrutura ganharam importância no projeto de reformulação da imagem da cidade não somente por sua necessidade, mas, sobretudo, porque a sua solução se constituiria, convenientemente, num atrativo para o lugar. A instalação de serviços como iluminação pública através da eletricidade, o fornecimento de água potável, rede de esgoto, transporte coletivo através de bonds elétricos, além de uma rede telefônica eram fundamentais para a nova cidade. Eram símbolos que atribuíam ao lugar o *status* de um centro civilizado. Mesmo assim, nota-se que grande parte dos problemas infra-estruturais, para os quais vinham sendo solicitadas providências desde a época provincial, não foi totalmente solucionada durante a primeira década da República e alguns ainda perturbam o cotidiano da cidade.

5.3.1 Iluminação

Em 1893, o governador⁴⁶¹ comunicou que já tinha contratado o serviço de iluminação pública por meio da eletricidade e esperava que, em breve, a capital estivesse provida desse melhoramento. Com a instalação do novo serviço, o Diretor de Obras Públicas, Armênio Figueiredo⁴⁶², acreditava que logo

⁴⁵⁹ Paradoxalmente, Ferreira informou que a conservação do jardim da praça da República, assim como os jardins laterais da Matriz, juntamente com o “viveiro de plantas” e toda a arborização da cidade estavam sendo transferidos para a administração da Intendência Municipal, que se tornaria responsável por eles.

⁴⁶⁰ Ribeiro, *op.cit.*, p. 11.

⁴⁶¹ Ribeiro, *op.cit.*, 1893. p. 12.

⁴⁶² FIGUEREDO, Armênio. Relatório do Director de Obras Publicas apresentado em 21 de junho de 1893, anexo da Mensagem do governador do Estado do Amazonas em 10 de julho de 1893. Manaus: Typographia do Diário Oficial. p. 11.

desapareceria um dos “maiores vexames” para os habitantes de Manaus, que ainda suportavam os inconvenientes do óleo de nafta nos combustores públicos.

Na mensagem de 1895, Ribeiro informou⁴⁶³ que a iluminação pública seria feita com “arcos voltaicos”, enquanto a particular o seria com lâmpadas incandescentes. Ele confiava que o serviço seria executado no prazo estabelecido pelo contrato. A capital passaria, então, a gozar desse melhoramento, que viria “concorrer para o seu aformoseamento e para o desenvolvimento de seus arrabaldes”.

O historiador amazonense Mário Ypiranga Monteiro⁴⁶⁴ afirmou que Manaus foi a primeira cidade do País a experimentar as vantagens da “luz voltaica”. Contradizendo-o, o pesquisador Mavignier de Castro⁴⁶⁵ diz que Manaus pode “jactar-se de ter sido a segunda cidade brasileira que teve iluminação elétrica”, a qual foi “proclamada das melhores” em todo o Brasil.

Apesar da propaganda instalação do sistema de eletricidade em Manaus, persistiam algumas deficiências na iluminação pública. Em 1898, o chefe do Departamento do Interior, Pedro Freyre,⁴⁶⁶ informou que os bairros da Cachoeira Grande, Cachoeirinha e Mocó ainda eram iluminados a *naphta*, sendo utilizados, nesse serviço, trezentos lampiões.

Como é possível deduzir, a instalação do sistema de eletricidade favorecera apenas a parte central da cidade, enquanto a população dos arrabaldes ainda não usufruía essas vantagens, tendo suas ruas precariamente iluminadas. Isso significa que, em tais condições, uma eventual saída noturna era uma verdadeira temeridade.

A instalação dos serviços públicos, assim como o embelezamento da cidade, era, sem dúvida, um aspecto fundamental na definição de uma imagem bela e progressista para a capital, merecendo contínua atenção dos governadores. Todavia, em mensagem de 6 de janeiro de 1898, Fileto Ferreira

⁴⁶³ Ribeiro, op.cit, 1895. p.32.

⁴⁶⁴ MONTEIRO, Mário Ypiranga.. Teatro Amazonas., volume 1. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965, p.133.

⁴⁶⁵ CASTRO, Mavignier. Síntese Histórica e Sentimental da Evolução de Manaus. Manaus: Typographia Fênix, 1948, p.171.

⁴⁶⁶ FREYRE, 1898, p. 65.

criticou o elevado número de funcionários da municipalidade, que, segundo ele, consumia a maior parte da avultada receita. Assim, passou para a Intendência a manutenção de alguns jardins públicos e a iluminação dos subúrbios da capital.

Ao passar para a Intendência Municipal a administração do serviço de eletricidade dos subúrbios, o governador deixou bem caracterizado que a intenção dos investimentos era realmente a de privilegiar a parte central da cidade. A delimitação dessa área favorecia as classes mais abastadas da sociedade e, ao mesmo tempo, ostentava uma imagem de Manaus devidamente equipada, capaz de seduzir os visitantes.

Ainda que esporadicamente criticado por suas deficiências através da imprensa, o serviço de iluminação pública era apontado por Fileto Ferreira⁴⁶⁷ como a melhor “instalação” que o Estado possuía. Lamentava, entretanto, que, apesar de ir “funcionando bem regularmente”, a manutenção desse serviço era caríssima e declarou que ela deveria ser feita pelo município, pois trazia um “excesso de gasto para o Tesouro”.

Em mensagem de 10 de julho de 1898,⁴⁶⁸ Ramalho Júnior informou que fora autorizado pela Lei n.º 205, de 16 de fevereiro de 1898, a encampar a *Manãos Eletric Lighting Company* e que o contrato ocorrera em 26 de abril daquele mesmo ano. Todavia, essa negociação não parece ter beneficiado o Estado, pois, em junho, o jornal *Commercio do Amazonas*⁴⁶⁹ criticara o serviço, afirmando que o governador já estaria arrependido “do mau negocio que fez para a sua terra”.

A serviço da propaganda do Estado do Amazonas, o Barão de Santa-Anna Nery⁴⁷⁰, radicado em Paris, divulgou que, enquanto grande parte da capital francesa ainda não dispunha de iluminação elétrica, em Manaus esse melhoramento substituíra sem transição a iluminação a óleo. No entanto, em 6 abril de 1900, o jornal *A Federação* afirmou ser “pessimo” o serviço de iluminação pública da cidade, pois durante “tres ou quatro noites seguidas”, depois de

⁴⁶⁷ Ferreira, *op.cit.*, 1898, p. 33.

⁴⁶⁸ *Ibid.* p. 11.

⁴⁶⁹ *Commercio do Amazonas* de 11 de junho de 1898.

⁴⁷⁰ NERY, Frederico José de Santa-Anna. *O País das Amazonas*, p. 104. A publicação brasileira da obra de Nery é a tradução da segunda edição de *Le Pays des Amazones*, que foi atualizada e editada em 1899, em Paris. A primeira edição data de 1885.

determinada hora, a capital ficara completamente às escuras. Certamente não eram infundadas as críticas do referido jornal, porque, no ano seguinte, o próprio Diretor de Obras Públicas, Candido Mariano,⁴⁷¹ informou que a “iluminação Electrica Publica” era feita por “327 lâmpadas de arco voltaico”, muito irregularmente distribuídas pelas áreas da cidade.

5.3.2 Abastecimento d’Água

Antes, em 1893, Ribeiro informara⁴⁷² que o serviço de distribuição de água potável tinha sido incrementado e se tornara eficiente, atendendo às insistentes reclamações da saúde pública. Em 1894, comunicou que as obras do reservatório do Mocó estavam em execução⁴⁷³. Em 10 de março 1895⁴⁷⁴, anunciou para breve a inauguração do serviço de distribuição de água do reservatório.

Em janeiro de 1898, o Reservatório do Mocó, apenas virtualmente terminado na administração de Ribeiro, ainda não se encontrava totalmente concluído. Naquele mesmo ano, o Governador Fileto Pires Ferreira⁴⁷⁵ anunciou que, por falta de “escrupulos da população”, passar-se-ia a empregar o uso de hidrômetro. Na ocasião, o jornal *Commercio do Amazonas* freqüentemente solicitava providências para a constante falta d’água que afetava diferentes ruas da capital.

Nesse mesmo ano, o serviço de abastecimento d’água de Manaus, feito a partir dos reservatórios do Mocó e da Castelhana, foi contratado com a Manáos Railway, uma empresa estrangeira que recebeu a concessão dos serviços por um período de vinte e sete anos. O fornecimento d’água deveria ser mantido por meio do sistema de bombas hidroelétricas pertencentes ao Estado. No entanto, alguns anos depois, Candido Mariano⁴⁷⁶, o Diretor das Obras Públicas, lamentava que, dentre todos os contratos, esse era o que mais pesava “sobre os cofres públicos, sem produzir vantagens correspondentes ao Estado”.⁴⁷⁷

⁴⁷¹ Mariano, *op.cit.*, 1901, p.119.

⁴⁷² Ribeiro, *op.cit.*, 1893.p. 14.

⁴⁷³ Ribeiro, *op.cit.*, 1894. p. 38.

⁴⁷⁴ Ribeiro, *op.cit.*, 1895. 30.

⁴⁷⁵ Ferreira, *op.cit.*, 1898, p.26.

⁴⁷⁶ MARIANO, Candido José. *Relatorio da Directoria Geral de Obras Publicas do Estado do Amazonas*, em 8 de janeiro de 1901, p. 105.

⁴⁷⁷ *Ibid.*

Em 10 de julho de 1898,⁴⁷⁸ Ramalho Júnior enumerou alguns dos contratos feitos para a melhoria dos serviços públicos. Comunicou que a introdução de novas máquinas para realizar a distribuição de água do Reservatório do Mocó vinha “merecendo” sua atenção, já que a higiene dependia “do abundante fornecimento d’água”. Otimista em suas previsões, o governador informou ter realizado um novo contrato para esse serviço e declarou que, no ano seguinte, o fornecimento atenderia a todas as necessidades da população.

Em sua última mensagem, Ramalho Junior observou que o serviço de abastecimento d’água da capital já se encontrava defasado, mas justificou que tal fato decorrera do repentino e crescente aumento populacional. A consequência direta desse fenômeno fora o incremento da construção civil, cuja prática provocara o aumento do consumo de água.

O dado fornecido pelo governador demonstra que o crescimento da demanda desestabilizara o serviço. A administração de empresas era uma prática recente, que não se apoiava na previsão de um mercado consumidor. Em geral, os serviços públicos eram contratados com empresas privadas, com cláusulas que determinavam quantidades, extensões e outros elementos estruturais. Ainda que recebessem concessões e subvenções do governo do Estado, aparentemente não assumiam papel social. De forma que qualquer ampliação ou melhoramento que fizessem deveria ser objeto de um novo contrato que, em geral, favorecia apenas a elas próprias.

5.3.3 Comunicações

Quanto aos serviços de comunicação com as demais regiões brasileiras, em 1894, Ribeiro⁴⁷⁹ lamentou que o Amazonas fosse, por falta de “comunicação telegraphica”, o único Estado a se manter separado de seus irmãos. Em sua opinião, eram “enormissimos os prejuizos, que resultarão não só para o governo como especialmente para o commercio”. Mesmo a comunicação oficial com o governo federal mantinha-se defasada. Ele acreditava, portanto, que uma linha

⁴⁷⁸ RAMALHO JÚNIOR, José. *Mensagem do governador do Estado do Amazonas*, emitida em 10 de julho de 1899. Manaus: Imprensa Official, 1899, p. 19, 18 e 10.

⁴⁷⁹ Ribeiro, *op.cit.*, 1894, p. 40.

telegráfica colocaria o Amazonas “em franca e rapida communicação com os grandes centros civilizados”.

Para sanar o problema de comunicação na capital, o governador informou⁴⁸⁰ ter mandado incluir, entre as obras em execução, a “colocação de postes elegantes de ferro” para o serviço telefônico.

O cabo subfluvial entre Manaus e Belém só foi inaugurado em 10 de fevereiro de 1896⁴⁸¹; contudo, o governador comunicou o fato com grande satisfação, afirmando se tratar do “elemento mais importante de que precisava o Amazonas para a sua completa emancipação, para o seu engrandecimento crescente”. Ele entendia que, ligado ao mundo civilizado, o Amazonas passaria a gozar das “vantagens e proveitos” já desfrutados por todos os Estados brasileiros. Em sua conclusão, Ribeiro afirmou que “nova era de progresso e de engrandecimento foi escripta nas paginas gloriosas da historia do Amazonas”.

O cabo subfluvial entre Manaus e Belém só foi inaugurado em 10 de fevereiro de 1896⁴⁸²; contudo, o governador comunicou o fato com grande satisfação, afirmando se tratar do “elemento mais importante de que precisava o Amazonas para a sua completa emancipação, para o seu engrandecimento crescente”. Ele entendia que, ligado ao mundo civilizado, o Amazonas passaria a gozar das “vantagens e proveitos” já desfrutados por todos os Estados brasileiros. Em sua conclusão, Ribeiro afirmou que “nova era de progresso e de engrandecimento foi escripta nas paginas gloriosas da historia do Amazonas”.

Em 1897, Fileto Pires Ferreira⁴⁸³ anunciou que o novo proprietário da empresa telefônica solicitara a revisão do contrato, no sentido de melhorar o serviço, que estava sendo muito mal executado. Em janeiro do ano seguinte, o governador⁴⁸⁴ disse que o contrato para o serviço de telefones de Manaus fora revisto, argumentando que “o contracto primitivo não [fora] elaborado como convinha a um serviço desta natureza”. Observou que as linhas aéreas traziam sérios inconvenientes, mas lamentava que o governo nada pudesse fazer no

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 38.

⁴⁸¹ Ribeiro, *op.cit.*, 1896. p.30.

⁴⁸² Ribeiro, *op.cit.*, 1896. p.30.

⁴⁸³ Ferreira, *op.cit.*, 1897, p. 25.

⁴⁸⁴ Id., 1898, p. 34.

sentido de transformá-las completamente. Todavia, sugeria que se melhorassem radicalmente as condições do serviço, pois como se encontrava não satisfazia⁴⁸⁵.

5.3.4 Bonds

Há muitos anos a administração pública almejava instalar um serviço de transporte coletivo sobre trilhos. Provavelmente a primeira tentativa para dotar a cidade desse serviço tenha sido a Lei n.º 595, de 29 de maio de 1882⁴⁸⁶, que autorizava o presidente da Província a contratar um sistema completo de viação pública por meio de “carros americanos sobre trilhos”. A Lei especificava “*Railways* sobre trilhos de sistema *Bougois* para cargas e passageiros, sendo aqueles movidos pela tracção animal”. Se contratado, o serviço parece não ter sido instalado e, em 30 de junho de 1889⁴⁸⁷, voltou a ser autorizado através da Lei n.º 811, que permitia ao presidente contratar a instalação de uma linha de *bonds* na capital. Mais uma vez, a iniciativa não foi adiante.

Finalmente, em 22 de setembro de 1894, a Lei n.º 79 autorizou o governador a contratar “linhas de *bonds* de tracção animal ou electrica para serviço e locomoção publica” da cidade e dos subúrbios, mediante concorrência⁴⁸⁸. Com o crescimento da cidade, alguns bairros afastados do centro, como Cachoeira Grande, Cachoeirinha, Nazaré e Rio Branco, tornaram-se populosos, requisitando transporte público. Por outro lado, a instalação desse serviço viabilizaria o plano de expansão implantado por Ribeiro, que pretendia ver os arrabaldes ocupados.

O governador incluiu a demanda por transporte público entre as necessidades prementes de seu plano. Através de insistentes argumentos, destacou a importância da implantação de um serviço viário na capital do Amazonas. Ribeiro⁴⁸⁹ alegou que a construção de “uma linha circular de *bonds*” em Manaus era urgente, justificando que, com ela, fomentaria a expansão populacional nos “bellos arrabaldes da cidade”.

⁴⁸⁵ Em 23 de fevereiro desse mesmo ano, a Lei n.º 207 mandava melhorar a rede telefônica de Manaus, determinando que a empresa substituísse o sistema em uso por uma rede subterrânea.

⁴⁸⁶ Coleção de Leis do Estado do Amazonas: 1882-1883. Manaós: Typographia do Amazonas, 1882, p. 87.

⁴⁸⁷ Coleção de Leis de 1889. Manaós: Typographia do Amazonas, 1889, p. 79.

⁴⁸⁸ Coleção de Leis de 1894. Manaós: Typographia Palais Royal, 1901. p. 44.

⁴⁸⁹ Ribeiro, *op.cit.*, 1893, p. 15.

Ardoroso em suas explanações em defesa do novo melhoramento, afirmou que era evidente o “poderoso influxo” exercido pela viação urbana rápida, cômoda e barata. Admitiu ser plenamente justificável a concessão de um auxílio razoável para a empresa que pretendesse instalar e explorar o serviço. Para ele, tal fato se tornaria indispensável, porque os custos para a instalação da empresa seriam muito elevados em Manaus, ainda mais se se considerasse que, no início, a receita não cobriria a despesa aplicada. Finalmente, concluiu sua argumentação afirmando: “É, pois urgente inadiável a construção de um sistema de viação urbana n’esta capital”.⁴⁹⁰

Ainda que oficialmente não houvesse qualquer contrato ou compromisso do Estado com a instalação de um serviço de *bonds*, o governador implementava a realização de obras de nivelamento da cidade, justificando-as como um trabalho de “grande utilidade e economia”, pois, segundo ele, se realizadas mais tarde seriam maiores as despesas e a tarefa.

Ao relacionar essas obras, destacou os trabalhos que estavam sendo feitos como capazes de tornar “exequível o estabelecimento de um *trainway (bond)*”. Com eles, poder-se-ia oferecer transporte rápido e cômodo à população. As escavações estavam sendo realizadas nas ruas Tarumã, entre a de Porto Alegre e Correia de Miranda⁴⁹¹, devendo-se também nivelar a rua Municipal⁴⁹² e a rua Vinte e Quatro de Maio.

Em mensagem datada de 10 de julho de 1894⁴⁹³, Ribeiro voltou a insistir na questão do serviço de *bonds*, afirmando que o constante crescimento da população exigia “providencias urgentes” para lhe melhorar as condições de vida. Julgava cumprir com o seu dever ao insistir na concessão de meios para o estabelecimento de vias de comunicação que facilitassem o transporte rápido e barato da população para os subúrbios da cidade e vice-versa. Ribeiro argumentava que “os esplendidos arrabaldes” da Cachoeira Grande e Cachoeirinha já estavam quase ligados ao perímetro da cidade através de pontes

⁴⁹⁰ Ibid.

⁴⁹¹ Atual avenida Joaquim Nabuco.

⁴⁹² Atual avenida Sete de Setembro.

⁴⁹³ Ribeiro, *op.cit.*, 1894, p. 36.

que denominava de “monumentaes obras de arte”, prevendo que rapidamente ficariam transformados em “centros populosos e aprasiveis”, desde que lhes fossem facilitados meios de locomoção.

Reafirmou que um auxílio pecuniário era “indispensável” à empresa que assumisse esse serviço. Segundo justificava, a ajuda atenderia principalmente às dificuldades resultantes da situação do País no momento. Concluiu alegando que qualquer sacrifício que se fizesse nesse sentido seria “largamente compensado com a prosperidade invejavel que resultará á bella Manáos”.⁴⁹⁴

Reafirmou que um auxílio pecuniário era “indispensável” à empresa que assumisse esse serviço. Segundo justificava, a ajuda atenderia principalmente às dificuldades resultantes da situação do País no momento. Concluiu alegando que qualquer sacrifício que se fizesse nesse sentido seria “largamente compensado com a prosperidade invejavel que resultará á bella Manáos”.⁴⁹⁵

Finalmente, em 1.º de março de 1896, Ribeiro pôde anunciar a inauguração do serviço de viação pública que ligava o perímetro urbano aos subúrbios. O serviço funcionava provisoriamente desde fevereiro daquele ano, limitando-se aos trechos compreendidos pela estrada de Epaminondas, entre a praça Uruguaiana e a praça Cinco de Setembro, e entre esta e o cemitério de São João Batista⁴⁹⁶. Ele previu que, pelo contrato assinado, esses trechos seriam ampliados e os materiais em uso seriam substituídos por outros de melhor qualidade.

Mesmo depois de regularizado, o serviço de *bonds* continuou a ser criticado pelo *Amazonas* e também pelo sucessor de Eduardo Ribeiro, que, durante o ano de 1897, penalizou a empresa responsável com a paralisação temporária de suas atividades. Apesar disso, não conseguiu solucionar os problemas que afetavam a qualidade do serviço.

No que diz respeito aos *bonds*, o governador Fileto Ferreira, em março de 1897,⁴⁹⁷ comunicou ter mandado “suspender o trafego da empreza de viação suburbana”, porque o serviço estava sendo pessimamente executado e a

⁴⁹⁴ Ibid. p. 33.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 33.

⁴⁹⁶ Ribeiro, *op.cit.*, 1896, p. 26.

⁴⁹⁷ Ferreira, *op.cit.*, 1897, p. 25.

empresa, cujo concessionário era o Sr. Hebblet Wait, não estava cumprindo com suas obrigações contratuais. Contudo, prosseguiram os “trabalhos de movimento de terra” para o “acentamento de trilhos”, que estava previsto para ser concluído no prazo estipulado.

No ano seguinte, Ferreira⁴⁹⁸ divulgou que o contrato com a empresa fora revisto, com grandes vantagens para o Estado. Informou ainda que parte do material “rodante” sofrera reforma e, apesar da aplicação de multas e suspensões, lamentava que o serviço continuasse “muito irregular, pessimo mesmo”, longe de ser perfeito. Contudo, no novo contrato, a empresa de *bonds* se comprometia a, no prazo de um ano, construir mais cinco quilômetros de linha para uso de tração elétrica.

O Barão de Sant’Ana Nery,⁴⁹⁹ em 1899, divulgou a notícia de que em Manaus havia uma linha de *bonds* a vapor que estava em vias de ser substituída por um sistema de tração elétrica. Observou ainda que, em 1897, esse serviço explorava dezesseis quilômetros, mas, na oportunidade, preparavam-se mais dois. O serviço de viação estava equipado com dez carros para passageiros e vinte e cinco para o transporte de mercadorias e encomendas. A linha estabelecida era constituída por duas estações e vinte e quatro paradas. Apesar disso, em 1900, o jornal *A Federação* veiculou várias notas criticando a deficiência do serviço de *bonds*.

O projeto de construção da nova imagem da cidade favorecia, sobretudo, os empresários da construção civil e os de prestação de serviços. Uma empresa que administrasse serviços públicos, mesmo tendo a oportunidade ímpar de obter grandes vantagens financeiras, não apresentava qualidade nem atuação eficiente, em virtude da crescente demanda exigida pela cidade. As empresas nem sempre dispunham de técnicos especializados e equipamentos atualizados, reutilizando, muitas vezes, materiais retirados de outros centros.

Apesar de algumas deficiências apresentadas nos serviços públicos, deve-se considerar que a participação das máquinas no cotidiano urbano era uma inovação destacada. Em virtude da mecanização o espaço físico, o temporal

⁴⁹⁸ Id. 1898, p. 33.

também estava sendo redimensionado: a velocidade da máquina e a eficiência da técnica permitiam maior dedicação ao lazer, ainda que para alguns isso significasse maior exploração dos operários. Freyre⁵⁰⁰ observa que Manaus apresentava a destacada “economia regional mecanizada e em parte eletrificada”, o que impressionava aqueles que chegavam à região.

A necessidade de melhorar o aspecto da capital do Amazonas já fora esporadicamente abordado em documentos emitidos por diferentes presidentes. Havia neles, porém, um tom de lamento pela falta de condições financeiras que possibilitassem a execução das obras requisitadas. Entretanto, a prosperidade financeira gerada pela exploração comercial da borracha e a autonomia administrativa proporcionada pelo sistema republicano na última década do século XIX tornaram possível o financiamento de grandes empreendimentos públicos e a realização das mais diversas obras, promovendo uma transformação radical no visual da cidade.

Os excedentes econômicos garantiam o financiamento de projetos que revolviam praticamente toda a área central da cidade, ampliando os limites de Manaus. Foram, então, instalados equipamentos, serviços e melhoramentos que até o momento, a maior parte das cidades brasileiras não dispunham por falta de recursos. O crescente volume de obras públicas, mencionado nas mensagens governamentais a partir da década de 80, ganha maior impulso na década de 1890, contrastando acentuadamente com o número de realizações oficialmente anunciadas nas décadas anteriores. Este contraste e a grande quantidade de obras executadas ao mesmo tempo sugerem que a cidade assumia o aspecto de um grande canteiro de obras, promovendo atividades nunca dantes experimentadas na região.

5.3.5 Porto

A Manaus só se chegava através do rio e o porto da cidade era, por isso, a única entrada da cidade. Era dali que o viajante tinha a primeira impressão da capital amazonense. As obras que se faziam no porto não eram, portanto, meros

⁴⁹⁹ Nery, *op.cit.*, p. 104.

⁵⁰⁰ Freyre, *op.cit.* p. 582.

ornamentos de um cartão de visita. Pelo contrário, pretendiam atender as demandas do intenso movimento comercial.

Ao solicitar obras para o porto da cidade, em 1893, Ribeiro afirmou que elas seriam de grande vantagem para o comércio local, que há muito requiritava a melhoria dos serviços de transporte de mercadorias e a facilitação do embarque e desembarque de passageiros. Ele reconhecia as péssimas condições em que se faziam a carga e a descarga de mercadorias, causando grandes prejuízos ao serviço público e ao particular; por isso, reiterava que, com a realização dos melhoramentos propostos, o porto ficaria em excelentes condições.

Constantemente mencionado como “engenheiro militar”, presume-se que Eduardo Ribeiro tivesse conhecimento aprofundado das questões urbanas e arquitetônicas, sobretudo das necessidades do porto de Manaus. Afinal de contas, em 1888, ele fora designado para ocupar o cargo de engenheiro da 1ª Seção da Repartição de Obras Públicas, ficando encarregado de fiscalizar a construção do trapiche Princesa Isabel⁵⁰¹.

Em 1894, já como governador, insistiu para que as obras da rampa fossem concluídas, pois acreditava que atenderia “as necessidades palpitantes” requisitadas pelo comércio de importação. Segundo ele⁵⁰², nos portos da cidade não havia espaço suficiente para o desembarque. Além disso, a repartição aduaneira não dispunha de acomodações sequer para receber uma pequena parte da importação. Para evitar maiores prejuízos e melhorar as condições de embarque e desembarque de mercadorias, Ribeiro propôs que se construísse uma rampa no prolongamento da praça dos Remédios.

Fileto Ferreira, em 1898, alertava⁵⁰³ para o fato de que, depois dos serviços de águas e esgotos, o melhoramento do porto era o de maior urgência para a capital. Meses depois, o vice-governador Ramalho Júnior informava que o concessionário⁵⁰⁴ da obra do porto trouxera um engenheiro de uma “caza ingleza”

⁵⁰¹ OLIVEIRA MACHADO, Joaquim. Relatório emitido pelo presidente em 2 de junho de 1889. Manaós: Typographia do Commercio do Amazonas. 1889. p. 29,38.

⁵⁰² Ribeiro, *op.cit.*, 1894. p. 31.

⁵⁰³ Ferreira, *op.cit.*, 1898, p. 36.

⁵⁰⁴ Ramalho Júnior (*op.cit.*, 1898, p. 3) informa que o contrato fora firmado entre o Estado e o engenheiro João Martins da Silva.

para estudar a viabilidade do projeto de melhoramento e a conveniência do investimento. Os projetos e orçamentos já haviam sido aprovados pelo governo do Estado; todavia, o representante federal do Ministério da Fazenda questionara a competência do Estado para contratar tal obra, paralisando por alguns anos o seu início⁵⁰⁵.

Em 1898, as obras de melhoramento do porto não haviam sido iniciadas, em virtude da intervenção do governo federal, o que demonstra que essa esfera de poder mantinha conflitos com a administração estadual. A propósito, Ramalho Júnior informou⁵⁰⁶ que o representante do Ministério da Fazenda fizera oposição ao contrato firmado, pois compreendia que era “attentatorio dos direitos da União”, e ameaçara impetrar uma ação de nulidade, caso ele não fosse rescindido.

5.4 SANEAMENTO COMO CIVILIZAÇÃO

Desde o início da segunda metade do século XIX, a administração pública brasileira começou a se orientar no sentido de implantar serviços para sanear as cidades, tomando algumas providências solicitadas pela Corte. Contudo, a modesta condição financeira da Província do Amazonas não possibilitava grandes investimentos nessa área. Nota-se que na administração de Eduardo Ribeiro, sob propícias condições financeiras, a principal orientação para o saneamento partiu do Inspetor Interino do Departamento de Higiene Pública, Dr. Henrique Álvares Pereira⁵⁰⁷.

Bastante detalhado em suas observações, o relatório de Pereira encaminhado ao governador sugeriu uma série de obras de saneamento e higiene públicos⁵⁰⁸. Seus argumentos não só se apoiavam em citações de Spencer⁵⁰⁹ e Leibnetz⁵¹⁰, mas continham exemplos de diferentes cidades

⁵⁰⁵ Relatório de 10 de julho de 1898.

⁵⁰⁶ Ramalho Júnior, *op.cit.*, 1898, p. 5.

⁵⁰⁷ Pereira, H, *op.cit.* . 1893.

⁵⁰⁸ *Ibid*, p. 3.

⁵⁰⁹ *Ibid*. Segundo declaração de Pereira, Spencer estudando o homem e a sociedade, “affirmou que haveria felicidade quando ao lado de uma sociedade completa, existisse vida completa”.

⁵¹⁰ *Ibid*. Quanto a Leibnetz, Pereira ressaltou “a saúde e a virtude deverão servir de fito as vossas preocupações. O sábio mestre tinha razão, pois revigorar o caracter e retemperar o corpo, modelar fielmente a

européias. Dentre outras citações, o inspetor ressaltou uma conclusão do Conselho de Saúde de Lisboa, sugerindo o acatamento dessa afirmação como uma orientação a ser tomada pelo Estado:

*a saude publica é uma das primeiras garantias dos povos, uma das primeiras leis do Estado; um dos primeiros cuidados dos governos em todas as nações. Segurança, propriedade e liberdade são os tres direitos naturaes e individuaes do cidadão, mas suppoem primeiro a existencia e a conservação e para existirem e conservarem-se é necessario manter-se a saude publica.*⁵¹¹

Para garantir essa segurança, Pereira propôs algumas intervenções básicas que, em seu entendimento, seriam eficientes para melhorar as condições de salubridade da cidade. Para reduzir os inconvenientes, indicou como medidas de alto valor sanitário as seguintes:

*a drenagem do solo; arborização systematica das praças; calçamentos regulares, lavagens das ruas; aterros de igarapés, etc. Inquestionavelmente tem essas medidas dado os mais positivos resultados nas cidades em que tem sido applicadas.*⁵¹²

Certamente, a argumentação de Pereira era uma das principais justificativas para a realização das obras de aterramento dos igarapés da cidade. Um discurso bem atualizado, com citações eruditas, comprometia o Estado com as tarefas de saneamento. Nele, explicava-se que cabia ao governo manter-se atento a “esse ramo do serviço publico”, assim como estabelecer meios para preservar o cidadão e a coletividade dos perigos iminentes que afetavam muitas cidades⁵¹³.

Pereira foi buscar os exemplos europeus bem sucedidos da Alemanha e na Inglaterra, cujos resultados teriam ecoado no Brasil um pouco antes da Proclamação da República, “no seio do *Congresso Brasileiro de Medicina e*

norma do comportamento moral pelas leis do justo e do bem; pautar o comportamento physico pelas leis da saude; relacionar o homem prendendo-o as cadeias do meio social, estreitando os laços com o meio ambiente, garantindo a perfectibilidade e vitalidade do individuo e da espécie.

⁵¹¹ .Ibid., . p.4..

⁵¹² Ibid, p. 4.

⁵¹³ Ibid.

Cirurgia reunido na Capital Federal”, quando essas medidas foram consideradas de urgente necessidade⁵¹⁴.

O relatório do diretor interino é bastante detalhado. Ele defendia, com muitas especificações, as vantagens de um sistema de canalização com rede de esgotos subterrânea. Declarou ainda a limpeza pública como “um dos mais imperfeitos serviços públicos” da capital e alertou para as reclamações que surgiriam de todas as partes. Talvez já justificando futuras intervenções, afirmou que “os reclamantes julgam-se com direito de exigir dos poderes publicos tudo, até aceios do domicilio, cousa que compete exclusivamente ao individuo em sua habitação”⁵¹⁵.

Quanto à edificação de construções irregulares, Pereira observou que o Código de Posturas Municipais proibia a construção de cortiços, mas reconheceu que o instinto capitalista conseguia burlar os princípios da higiene⁵¹⁶. Mesmo assim, o inspetor sugeriu a eliminação dessas construções, remetendo mais uma vez a soluções propostas pelo Congresso e exemplificando com a extinção do célebre “*Cabeça de Porco*”, na Capital Federal, que apontava como um digno exemplo a ser seguido em Manaus.

Nota-se que mesmo adotando algumas medidas pioneiras em relação as mudanças urbanas, a administração do Amazonas buscava referências no Rio de Janeiro, cuja reforma urbana, ainda não havia ocorrido.

A partir da década de 1890 a capital amazonense estava sendo revolvida por algumas obras públicas, que se tornaram mais intensas a partir de 1892, quando Ribeiro assumiu o governo e iniciou algumas obras que integravam o seu projeto. Em virtude desse fato, várias áreas da cidade foram revolvidas e se transformaram em um verdadeiro “canteiro de obras”, com trabalhos de nivelamentos, aterros e escavações.

Em 1894, Ribeiro comunicou⁵¹⁷ que as condições sanitárias do Estado eram “as mais lisongeiros possíveis”. Observou que a capital, anualmente,

⁵¹⁴ Ibid. p.5

⁵¹⁵ Ibid.

⁵¹⁶ Ibid, p. 6.

⁵¹⁷ Ribeiro, op.cit, 1894 .p. 19.

costumava ser vitimada por surtos de “febre palustre”; entretanto, felizmente, isso não havia ocorrido naquele ano. Ribeiro afirmou ainda que, dentre as várias causas que tinham “poderosamente concorrido para esse fim”, devia-se citar “os atterros dos igarapés que atravessam a cidade de norte a sul”.

No mesmo ano, o governador anunciou que já estavam contratados os serviços de esgotos da cidade. No entanto, além das galerias que se construíam sob a avenida do Palácio e do aterro do igarapé dos Remédios, provavelmente não se conseguiu instalar um sistema regular de esgotos, haja vista que, em 1896, ele continuava insistindo para a liberação de verba para esse serviço.

Nessa oportunidade, Ribeiro classificou de “lastimável” o sistema de limpeza pública da capital. Segundo ele, diariamente, o contratante do serviço depositava grande quantidade de lixo nos “capinzaes” que existiam dentro do perímetro urbano⁵¹⁸.

Para completar a boa higiene da cidade, solicitou crédito a fim de promover a arborização de vias públicas. Segundo ele, a municipalidade não dispunha de recursos para promover “de prompto varios serviços que são indispensaveis para melhorar as nossas condições de vida”. Todavia, informou ⁵¹⁹ que a arborização da cidade havia se estendido por toda a rua da Instalação, que não era extensa, e pela rua Municipal, indo até a praça Vinte e Oito de Setembro.

Ainda em 1896, Ribeiro elogiou a elaboração do relatório do inspetor de Higiene, apontando suas solicitações como “medidas salutareis e providencias salvadoras da saude publica” e destacando o serviço de esgotos como um importante melhoramento, de acordo com as “modernas prescripções da sciencia”.⁵²⁰

Certamente, parte da sensibilização para com o saneamento e para com a saúde pública ocorreu em virtude dos grandes prejuízos materiais provocados pela epidemia de varíola, que, naquele ano, afetou a população da capital, pressionando a administração a tomar providências drásticas e urgentes em

⁵¹⁸ Ribeiro, op.cit, 1896.p. 8.

⁵¹⁹ Ibid, p. 22.

⁵²⁰ Ibid, p.5

relação à higiene. Fileto Ferreira criou uma Comissão de Saneamento⁵²¹ e criticou os serviços executados nessa área, justificando suas ressalvas a partir da premissa de que a higiene pública era “um dos assuntos que mais preocupava os povos cultos”.

Fileto⁵²² ainda destacou o papel desempenhado pela Repartição de Higiene Pública, atribuindo-lhe um lugar proeminente na administração e ressaltando que sobre ela pesava “múltiplos e delicados serviços, todos da máxima importância e valor”. Segundo ele, os assuntos que diziam respeito à saúde, ao bem-estar e à prosperidade de seus concidadãos deveriam “preocupar profundamente” todos os governos, pois entendia ser “incontestavelmente” o que mais de perto afetava a felicidade do povo⁵²³.

O governador lamentou que, sem falar no interior do Estado, em Manaus houvesse apenas “um arremedo de serviço de Higiene”, entendendo ser a saúde “quase primitiva”. Mas reconhecia que, com os recursos disponíveis, não era possível melhorá-la. Argumentou que não obstante ter expedido muitos atos relativos ao serviço de higiene, a epidemia de varíola se prolongara, provocando “desgostos e trabalhos” para a administração, sobretudo pelos gastos que acarretara ao Tesouro⁵²⁴.

Como medida preventiva, impusera a vacinação obrigatória, que ele acreditava viesse a produzir benéficos resultados, se praticada com séria e rigorosa fiscalização. Como outra medida urgente, solicitou a instalação de “um desinfectorio”. Para uma boa higiene, era necessário que houvesse vários serviços e “entre outros avultam exgottos, aguas, prompta remoção do lixo e sua incineração”.⁵²⁵ Essa última atividade era realizada pela Intendência Municipal, a qual era duramente criticada pelo governador, que, em síntese, afirmava: “tudo o que faz é primitivo”. Lamentou, entretanto, que não existissem recursos e, por isso, não houvesse esperanças de melhorá-lo.

⁵²¹ Ferreira, *op.cit.*, 1898, p. 42.

⁵²² Id. 1897, p. 13.

⁵²³ Ibid., p. 15.

⁵²⁴ Id., 1898, p. 24 e 25.

⁵²⁵ Ibid., p. 26.

Depois de traçada a carta geral da cidade, a Comissão de Saneamento havia iniciado os estudos para projetar a rede de esgotos. Fileto previu ser uma obra onerosa, mas importante. Reconhecendo sua grandiosidade e urgência, sugeriu que fosse iniciada e concluída o mais breve possível. Entretanto, sua execução, assim como a do calçamento de várias ruas, a arborização e a reforma do hospital, dependia de verba a ser liberada pelo Congresso⁵²⁶.

As teorias a respeito dos miasmas eram amplamente difundidas no circuito administrativo. Elas orientavam as propostas apresentadas pelos inspetores de saúde pública e serviam de base para os argumentos do governador do Estado. Assim, a limpeza e o aterramento dos igarapés passaram a ser considerados “medidas urgentes”. Ferreira solicitou essas providências para os igarapés que cortavam Manaus, sobretudo o da Cachoeira Grande, alegando que todos deviam conhecer “perfeitamente a somma de males que acarreta a grande quantidade de vegetaes em decomposição no leito desses cursos d’agua”.⁵²⁷

Apesar de todas as limitações que envolviam a higiene, o governador explicou que as condições não eram tão precárias quanto se difundia fora do Amazonas. Segundo ele, os dados estatísticos confirmavam ser o estado da higiene “muito lisonjeiro”.⁵²⁸ Assegurou ainda a eficácia do serviço estatístico, prevendo que, remediadas as inconveniências do presente, a capital seria considerada uma das mais salubres da República.

À medida que a Inspetoria de Higiene ampliava suas ações, mais penetrava nos interiores das construções particulares. Intervindo através dos códigos de posturas, tornava de domínio público espaços que tradicionalmente eram privados. O governador lamentava que os prédios não fossem apropriados ao clima: “na maior parte sem ar, sem luz e desprovidos do essencial em materia de hygiene, concorrem para a produção de males que poderiam se evitar”. Naquele ano de 1898, ele anunciou o início da inspeção dos prédios em construção,⁵²⁹ afirmando que a Intendência dispunha de um bom código de

⁵²⁶ Ibid., p.47.

⁵²⁷ Ibid., p. 28.

⁵²⁸ Ibid., p. 2.

⁵²⁹ Ibid., p. 27.

posturas. Se continuasse fiscalizando a cidade teria “bons predios hygienicos”. Segundo ele, essa tarefa deveria ser realizada com a colaboração das repartições de higiene do Município e do Estado.

Também Ramalho Júnior⁵³⁰ dava atenção à higiene. Ele afirmava que a instalação de uma rede de esgotos era o primeiro serviço higiênico a ser implantado em Manaus. Mesmo reconhecendo que era “um onus pezado para os cofres publicos”, argumentava que as despesas empregadas compensariam, “creando um ambiente salubre em torno de nós, dando a esta capital do Amazonas, os meios de conservar, de augmentar sua população”.

5.5 MÃO-DE-OBRA E IMIGRAÇÃO

Construir uma cidade moderna e ampla exigia mais que recursos para financiar as obras e fixar sua população. Era necessário que o administrador apresentasse estratégias capazes de atrair um contingente de trabalhadores e artistas para executar os projetos e fazer uso dos espaços. Aparentemente simples para outras regiões do País, a falta de mão-de-obra na região era um problema, desde a proibição de escravizar os silvícolas.

Com a libertação dos escravos e a Proclamação da República, esperava-se que o País recebesse uma grande massa de trabalhadores europeus, como realmente ocorreu. Entretanto, esse grande contingente de trabalhadores concentrou-se no sul e no sudeste brasileiro. A Amazônia continuava um grande deserto, pois o seu clima não inspirava confiança. Além das moléstias, havia os perigos da selva.

Desde os primeiros anos da Província, a carência de mão-de-obra era uma das lamentações mais constantes nos relatórios dos administradores públicos, e desde aquela época investiu-se na propaganda para promover um fluxo migratório para a região; todavia, foi somente no governo de Eduardo Ribeiro que se obteve algum resultado concreto. A partir do Decreto n.º 8, entrou no Estado um grande número de operários mais ou menos especializados em diferente

⁵³⁰ Ibid., p. 18.

áreas dos serviços urbanos. Apesar disso, o Amazonas permanecia praticamente desabitado e dependendo de braços para explorar suas riquezas.

O enriquecimento repentino de alguns empresários do setor extrativista soava como uma poderosa propaganda das possibilidades financeiras da Amazônia. Assim, a ilusão de obter rápidas vantagens na extração ou comercialização da borracha funcionava como um atrativo irresistível, que seduzia praticamente todo o contingente de trabalhadores que para ali se dirigia.

Esse fato era lamentado com frequência por cronistas e mesmo por presidentes e governadores, que o acusavam de prejudicar os demais setores da economia. Contudo, nota-se que o Estado não fazia investimentos capazes de estimular o desenvolvimento de outras fontes, acabando com o monopólio do látex.

Orientados pela mesma lógica dos empresários investidores, os trabalhadores optavam pelas atividades extrativas, desprezando os demais setores da economia, pois acreditavam que naquele momento, era a mais lucrativa. Em geral, acreditavam ser passageira sua estada na Amazônia e, nesse sentido, buscavam alternativas que oferecessem possibilidades de enriquecimento mais rápido, abreviando, assim, a permanência na rudeza da região.

Em 1892, o diretor de Obras Públicas, Armênio de Figueiredo, esclareceu que as construções eram muito caras porque, além das questões puramente econômicas, o que realmente onerava o andamento era:

*a pessima educação do operario (...) e a carencia absoluta de pessoal. Em geral, n'esta Capital, o operario-artista ou trabalhador — é o patrão. A maior observação quando se procura obter maior dóse de trabalho util, imprimindo o impulso correspondente ao salario, é a causa da sahida do pessoal. É esta a synthese do trabalho em Manãos — caro, lento e nem sempre bom.*⁵³¹

A viabilização das obras exigia do governador uma série de procedimentos associados. Como se viu, a elaboração e a apresentação de um projeto amplo e viável para promover os melhoramentos da cidade não eram as tarefas mais

⁵³¹ FIGUEIREDO, Armênio de. Relatório do Diretor de obras Públicas , 1893. p.3.

difíceis para um administrador atualizado. Além dos trâmites legais, ele deveria articular apoio político capaz de garantir a liberação de verba pelos integrantes do Congresso Estadual.

Em geral, os valores solicitados eram demasiado elevados, pois a concretização das obras exigia a importação de materiais de construção e de mão-de-obra, que eram extremamente caros e escassos, sobretudo operários especializados capazes de executar muitas obras exigidas pelos projetos. A sensibilização e o convencimento dos deputados implicava o domínio de um discurso de conteúdo inovador e uma retórica capaz de justificar as necessidades da obra e indicar a disponibilidade de recursos financeiros.

Autorizada a verba, Ribeiro deveria ainda superar a carência de mão-de-obra na região, um obstáculo que fora lamentado durante todo o período provincial no Amazonas. Algumas medidas adotadas sugerem que ele buscava uma solução para esse problema, investindo em três frentes pelo menos: o estímulo à imigração, a importação de operários e a reorganização do sistema educacional.

Uma alternativa que fez efeito imediato foi a importação de operários, tanto através da repercussão da Lei nº 8⁵³², quanto pela contratação direta de trabalhadores em outros Estados brasileiros, principalmente no Maranhão. Promulgada em 21 de setembro 1892, essa lei autorizava “conceder passagens gratuitas de 3ª classe a artistas nacionais e estrangeiros” que pretendessem fixar residência no Amazonas. Como pré-requisito, exigia-se apenas que o candidato apresentasse um atestado de sua profissão ao cônsul brasileiro, se estivesse no exterior, ou ao chefe de segurança pública, se em outro Estado brasileiro.

Numa demonstração da necessidade de operários na região e da garantia da jornada, o Estado assegurava que, no primeiro mês, até conseguir emprego, o candidato teria direito a alojamento e a uma diária de 2\$000 réis.

Em 1893⁵³³, o governador divulgou os primeiros resultados obtidos com a implantação da referida Lei, comunicando a chegada de 80 artistas da Europa e

⁵³² Coleção de Leis do Estado do Amazonas - 1892. Manaós: Livraria e Typographia Palais Royal, 1901. p. 19.

⁵³³ Ribeiro, op.cit, 1893. p. 13.

de outros Estados brasileiros. Aproveitando o ensejo, solicitou a ampliação da verba para afastar a fase melindrosa por que passava o Estado.

Ele também insistiu na concessão de “vantagens apropriadas” para fixar os trabalhadores na região, pois, segundo seu ponto de vista, ela seria a única solução capaz de conter o constante deslocamento de operários, o que provocava enormes prejuízos à produção, já que deles dependia “a prosperidade e engrandecimento do Amazonas”.

Não se pode negar que a estratégia adotada pelo governador era, no mínimo, uma alternativa corajosa, uma rara possibilidade de superar os problemas gerados pela falta de mão-de-obra. Ela há de ter criado, porém, grandes inconvenientes, atraindo, além dos profissionais requisitados, muitos aventureiros e desocupados. Entretanto, Ribeiro estava convencido da eficácia do método e orgulhosamente afirmava: “*Abri as portas do Amazonas a densas massas immigratorias que venham povoar o nosso solo, na maior parte inculto trazendo-lhe poderoso auxilio do trabalho em todos os recantos*”.⁵³⁴

Em 1894⁵³⁵, Ribeiro afirmou que, sendo de grande valor sociológico, a “magna questão da imigração” prendia a atenção dos poderes públicos em todos os países. Ele observou que, mesmo durante a monarquia, o tema esteve nas tribunas do parlamento e na imprensa, mas somente naquele momento os estudos estavam sendo coroados com melhores resultados.

Na seqüência da exposição, o governador⁵³⁶ declarou que, sem braços, não era possível explorar a vastidão e a fertilidade do Estado, em cujo seio jaziam tesouros inesgotáveis. Também admitiu que, como já acontecera muitas vezes, tornava-se mister promover uma corrente migratória para a região. Reconheceu, no entanto, que já estavam provados os efeitos negativos da imigração européia para o Amazonas. Assim, perguntou: “onde ir buscar braços para dar vida á nossa lavoura que está quasi extincta e povoar o nosso vasto territorio que por assim dizer está inculto e dezerto?”.

⁵³⁴ Ribeiro, 1893, p. 10.

⁵³⁵ Ribeiro, op.cit. 1894. p. 24.

⁵³⁶ Ibid. p. 25.

Com grande expectativa, assegurou que a experiência aconselhava a buscar a solução no continente asiático, sugerindo que não importava os princípios religiosos daqueles povos, mesmo que este aspecto obrigasse a que o cruzamento de raças fosse evitado. Demonstrando a urgência e o oportunismo da situação, afirmou que o importante era que trouxessem “os processos de arrancar do seio da terra todas as suas riquezas”, que nos instruissem suficientemente “para dar vida á nossa lavoura”, que nos ensinassem como cultivar o solo para torná-lo fértil⁵³⁷.

Em 1896, Ribeiro⁵³⁸ informou não ter sido ainda iniciado o serviço de imigração para o Estado através do contrato assinado com a *Companhia Oriental de Imigração e Comercio*, do Rio de Janeiro, para a gradual introdução de 3000 imigrantes japoneses, o que deveria começar do fim de junho até o mês de dezembro. Afirmava ser de necessidade urgente a liberação de verba suficiente para os preparos de recepção, localização e custeio dos serviços que promoveriam para a chegada dos imigrantes.

Dentre todos os setores, a agricultura e a indústria eram os mais prejudicados. A deficiência provocava a importação de produtos e a manutenção de preços elevados. Consciente dessas dificuldades, Ramalho Júnior criticava o desvio provocado pela economia extrativista, muito embora depositasse grande expectativa na “imigração” como uma alternativa capaz de solucionar o problema, ocupando os espaços e “civilizando” a região.

Em mensagem datada de 10 de julho de 1898, ele⁵³⁹ declarou ter decretado a caducidade do único contrato que havia para promover a entrada de colonos japoneses no Amazonas. Porém, insistiu nesse mesmo projeto, alegando que em breve esperava resolver o problema “em bases seguras de prosperidade”. Ramalho Júnior já havia autorizado a entrada de colonos nacionais e previa o desenvolvimento de uma “pequena agricultura” em terrenos do Estado, localizados nas proximidades da capital. Esperava ainda que, com a aplicação dessa medida, o mercado local se tornasse mais farto.

⁵³⁷ Ibid.p. 26.

⁵³⁸ Ribeiro, op.cit, 1896. p.32.

⁵³⁹ Mensagem do governador José Cardozo Ramalho Júnior, emitida em 10 de julho de 1898, p. 20.

Provavelmente, o governador estava contando que flagelados cearenses, fugindo da seca que assolava a região nordestina, se dirigissem para o Norte. Para isso, ele se comunicara⁵⁴⁰ com o presidente do Ceará para “oferecer passagens aos que desejassem vir para o Amazonas onde facilmente achariam recurso, os meios de vida de que careciam na pátria”.

A iniciativa de Ramalho Júnior era amplamente apoiada por parte da imprensa. Em 2 de julho daquele ano, o jornal *Commercio do Amazonas* comentou o fato, informando que o governador estava oferecendo apoio às famílias cearenses que quisessem migrar para o Amazonas, onde o governo se achava perfeitamente aparelhado para recebê-las e fornecer-lhes o necessário.

Em 22 de julho de 1898, foi ainda o *Commercio do Amazonas* quem informou que, no dia anterior, as plantas e utensílios necessários à construção da represa de água de uma hospedaria foram entregues ao contratante da obra. A nota demonstrava que a administração pública estava promovendo outros investimentos para garantir alguma estrutura material para fixar os migrantes que se dirigiam para o Norte.

Essa hospedaria de imigrantes fora erguida em Paricatuba, uma área próxima a Manaus, localizada à margem direita do rio Negro. A construção era o modelo da forma aspirada e a instalação de uma represa se tornava, sem dúvida, um complemento significativo para o seu aprimoramento. Sua finalidade, facilmente se pode deduzir, era amenizar as dificuldades encontradas pelos nordestinos recém-chegados. Apesar disso, deve-se ressaltar que, em geral, o governo era criticado por não investir na alocação dos migrantes, deslocando-os para áreas distantes, sem oferecer boas condições para o desenvolvimento da agricultura, mediante a ocupação e a exploração do solo, e sem criar meios que facilitassem a comunicação e o escoamento da esperada produção.

As mensagens oficiais sugerem que o governo tinha inteira consciência da necessidade de promover a imigração para a região. Os dirigentes acreditavam que ela seria uma alternativa capaz de promover a ocupação e o desenvolvimento e, por isso, mantinham grande expectativa quantos aos resultados que poderiam

⁵⁴⁰ Idem, p. 15.

advir. Nesse sentido, faziam consideráveis investimentos na propaganda, sobretudo no exterior⁵⁴¹.

Nota-se, contudo, que havia uma grande distância entre a idealização teorizada no discurso proferido pelo governador e as condições reais promovidas pelo corpo administrativo. Além de impossibilitar os projetos de ocupação, essa incoerência da administração penalizava o objeto de seu desejo, ou seja, os migrantes, praticamente isolados e sem as mínimas condições financeiras, eram retidos na região por absoluta falta de oportunidade para escapar.

Perante tantas dificuldades para o aproveitamento das riquezas naturais e para realizar atividades possíveis de fomentar a produção agrícola, o governador lamentou a impossibilidade de utilização de braços indígenas nessa tarefa, reconhecendo que a questão era muito polêmica. Observe-se, porém, que a sugestão apresentada pelo governador era freqüentemente ventilada como uma das soluções para os problemas da Amazônia. Mesmo após a legislação que proibia o trabalho escravo, o contingente de trabalhadores índios era cobiçado e, não raramente, explorado até mesmo pelas autoridades do período provincial⁵⁴².

É possível que Ramalho Júnior⁵⁴³ se esforçasse para demonstrar aquiescência às idéias da modernidade. Todavia, em relação à “civilização de índios”, revelava uma certa resistência à opinião de “sociologistas modernos”, ao afirmar que eles estavam indo longe demais ao concluírem ser impossível trazer o

⁵⁴¹ O barão de Santa-Anna Nery, membro de tradicional família local, era uma espécie de embaixador do Amazonas na Europa, onde se mantinha desde a época provincial. O historiador Agnello Bittencourt (*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, 1885, p. 448) informa que Nery fez seus primeiros estudos de humanidades no seminário de São José, em Manaus, e, em 1862, quando tinha apenas 14 anos, seguiu para Paris “sob inspiração e patrocínio” do Bispo Dom Antônio Macedo Costa e com bolsa de estudos da Província do Amazonas. Coursou o seminário de Saint-Sulpice e, em 1867, bacharelou-se em Letras em Paris. Em seguida, doutorou-se em Direito pela Universidade de Roma e, a partir de 1874, fixou-se na capital francesa. Durante a última década da monarquia, o nome do Barão de Sant’Anna Nery apareceu várias vezes como beneficiário do orçamento da Província do Amazonas pelo seu trabalho de propaganda para a imigração e comércio, sendo freqüentemente citado em discursos na Assembléia. Recebeu apoio financeiro para editar a primeira e a segunda edições de *Le pays des Amazones* (1885 e 1899). Nos últimos anos do século XIX esteve envolvido em vários empreendimentos para promover a propaganda do Brasil ou do Amazonas na Europa, em feiras internacionais.

⁵⁴² Um exemplo dessa prática foi indicado no relatório do presidente Herculano Ferreira Penna (1854, p.14), ao discorrer sobre a dificuldade de operários para promover as obras públicas na Província do Amazonas. Ele sugeriu que índios do Alto Rio Negro fossem mantidos, mesmo contra a vontade, em trabalhos de construção em Manaus.

⁵⁴³ Ramalho Júnior, *op.cit.*, 1898, p. 26.

selvagem à vida civilizada. A propósito do assunto, transcreveu uma citação de André Lebfevre, como uma justificativa inquestionável:

*As raças selvagens, não podem se beneficiar com a cultura que lhes dá um modo diferente de viver para o qual as predispõem a hereditariedade. A civilização mata-as e, por mais que se intente conservá-las, põ-las até na redoma da cultura, ellas morrerão, simplesmente porque ahi se as olha. Todavia esta conclusão não esta de accordo com os factos históricos, a historia dar-lhes um completo desmentido. Verdade que isolada, uma raça selvagem não pode existir quando lhe bate á porta uma civilisada, mas é possível fazer com que ella, sem perda de suas energias, entre na communhão dos povos civilizados.*⁵⁴⁴

5.6 EDUCAÇÃO

Com as radicais mudanças sociais processadas a partir do Iluminismo e da Revolução Francesa, a educação pública assumiu grande relevância e novas idéias em torno dos métodos educacionais reverberaram praticamente em todo o planeta. Dela dependia o refinamento da sociedade e a valorização das noções de progresso e modernidade, que tanto configuravam a nova cidade como os hábitos da população. No final do século XIX, o Positivismo e a República orientavam a elite brasileira para a formação de um Estado que tomava para si a responsabilidade de tornar pública a educação. Todavia, nota-se que este era um dos grandes desafios nacionais, pois, até o início daquele século, a legislação portuguesa não permitia a criação de escolas nem a entrada de livros no Brasil. Portanto, era natural que grande parte da população se mantivesse analfabeta.

Freqüentemente, Eduardo Ribeiro exaltava a importância da Educação como uma de suas grandes preocupações e uma necessidade fundamental do Estado. Através da *Lei nº 24*, de 22 de outubro de 1892, ele foi autorizado a reformular a *Instrução Pública* e, pelo *Decreto nº 10*, de 19 de novembro do mesmo ano, organizou a instrução primária do Estado. Entretanto, não ficou satisfeito com os resultados obtidos e reconheceu que:

Não é com certesa um trabalho perfeito como desejava e fica muito aquém das grandes reformas que tem sido feitas nos paizes cultos

⁵⁴⁴ Ibid.

*da America e Europa, mas asseguro-vos que é organização moldada nos melhores preceitos da moderna sciencia. Nessa organização procurei tanto quanto possivel levantar o nivel do ensino publico, que infelizmente muito deixa a desejar.*⁵⁴⁵

Seguir a orientação definida e empregada pelos “países cultos”, assim como a adotar os “preceitos da moderna ciência”, era a segurança de manter-se atualizado e atender às exigências do discurso do progresso.

Uma das grandes preocupações manifestas pelo governador na área de formação era quanto ao ensino técnico e profissional. Assim, Ribeiro solicitou⁵⁴⁶ a reforma radical e urgente do *Regulamento do Instituto Amazonense de Educandos Artífices*, alegando que, da forma como estava organizado, não compensava os “enormes sacrifícios monetários feitos pelo Estado”.

Em 1894⁵⁴⁷, promulgou-se o novo regulamento do *Instituto de Educandos Artífices*, que passou a se denominar *Instituto de Artes e Ofícios*. Para o seu funcionamento, adotou-se o regime disciplinar dos internatos militares de ensino, justificando-se tal atitude com “os princípios da sciencia moderna”.

Dois anos depois, em 1896⁵⁴⁸, Ribeiro comunicou que a Instrução Pública tinha experimentado “extraordinário progresso”, mesmo no interior do Estado. Transferindo um pouco suas expectativas para o que afirmava, o governador disse sentir “um certo entusiasmo pelo estudo e uma certa dedicação pela instrução”. Em seguida, explicou que, desde 1892, o grande número de escolas instaladas na capital e no interior havia gerado resultados produtivos no ensino. Informou ainda que, naquela ocasião, funcionavam 144 escolas públicas em todo o Amazonas.

Em sua última mensagem antes de deixar o poder, lamentou o estado da Biblioteca Pública, afirmando que a maior parte do acervo encontrava-se em péssimas condições. Comunicou que mandara transportar “os restos” da antiga Biblioteca, que se encontravam no *Gymnasio Amazonense*, para um armazém situado à praça da Constituição, abrindo crédito para a montagem de uma nova

⁵⁴⁵ RIBEIRO, 1893. p.5.

⁵⁴⁶ Ibid., p. 6.

⁵⁴⁷ Ribeiro, op.cit, 1894. p. 16.

⁵⁴⁸ Ribeiro, op.cit, 1896. p. 9.

biblioteca. No ensejo, solicitou também a reorganização do Museu, cujos objetos se encontravam em um compartimento da Repartição de Instrução Pública⁵⁴⁹.

Eduardo Ribeiro afirmava ter promovido a reforma do ensino no Amazonas; contudo, a oposição mantivera-se incrédula quanto aos resultados positivos das mudanças introduzidas, acusando um longo distanciamento entre as belas propostas contidas nos discursos e a prática adotada nas escolas.

A questão do ensino público voltou a ter destaque nas mensagens de Fileto Ferreira⁵⁵⁰, que, em março de 1897, solicitou autorização do Congresso para introduzir o método Frebel em uma das escolas da capital, argumentando que, com ele, já se haviam obtido “magníficos resultados” no Instituto Benjamin Constant.

Segundo o governador, esse educandário, destinado a moças órfãs e desamparadas, continuava produzindo bons resultados. Enquanto isso, o Instituto de Artes e Ofícios, que ocupara bastante a atenção de Eduardo Ribeiro, que o considerara de grande futuro para a formação de mão-de-obra no Estado, encontrava-se praticamente abandonado.

Ferreira afirmava que o Amazonas era, possivelmente, quem com mais generosidade pagava o seu professorado. Em que pese esse aspecto, lamentava e achava doloroso o abandono em que a quase totalidade dos professores deixava o ensino público, com graves prejuízos para o futuro do Estado.

O relatório do Superintendente dos Negócios da Instrução Pública, Francisco Antonio Monteiro,⁵⁵¹ era taxativo quanto às péssimas condições do Instituto de Artes e Ofícios:

*Não podem ser mais precárias do que com efeito são as actuaes condicções de tão útil instituição de ensino, destinada pela sua própria natureza a produzir excellentes resultados, preparando convenientemente a vida da mocidade desprovida da fortuna.*⁵⁵²

⁵⁴⁹ Ribeiro, *op.cit.*, 1896. p. 14

⁵⁵⁰ Ferreira, *op.cit.*, 1897, p. 6 e 7.

⁵⁵¹ MONTEIRO, Francisco Antonio. *Relatório do Superintendente dos Negócios da Instrução Publica*, em 5 de janeiro de 1898. p. x.

⁵⁵² *Ibid.*

Para Monteiro, a instituição se encontrava necessitada “de quase tudo que é indispensável a um estabelecimento” daquela natureza. Suas oficinas estavam desprovidas de máquinas imprescindíveis à mais simples aprendizagem. Notou o superintendente que, sendo mal remunerados, os mestres, cuja formação exigia especialização, preferiam prestar serviços a particulares. Além disso, destacou as péssimas condições físicas do prédio, que se achava em ruínas.

Em sua última mensagem, Fileto Ferreira⁵⁵³ informou que a instrução primária continuava “ressentindo-se da falta de pessoal habilitado”. Em sua opinião, o governo fizera todo o esforço para corrigir os inconvenientes desse mal. Infelizmente, porém, “os resultados não correspondem aos sacrifícios empregados”.

Ferreira afirmava⁵⁵⁴ que não eram “pequenas as verbas despendidas no reparo das escolas”, todavia, essa afirmação soa contraditória perante a informação de que, em maio do ano anterior, tivera de permitir o desligamento dos alunos do Instituto de Artes e Ofícios, para evitar um desastre que poderia ocorrer com o iminente desabamento do prédio.

As críticas por ele formuladas quanto à falta de sistematização na agricultura, no comércio, na indústria e em parte dos serviços públicos, assim como em relação à carência de braços e de capitais em Manaus, demonstram uma clara insatisfação com a realidade local e a idealização de uma outra sociedade, uma outra cidade – um lugar moderno e progressista, mais de acordo com os vigentes ideais de civilidade. A interpretação das observações do governador, sob essa perspectiva, sugere que grande parte do conteúdo de suas mensagens pretendia, na realidade, justificar a continuidade das obras, todas projetadas em direção da imagem idealizada.

Assim como os seus antecessores imediatos, Ramalho Júnior manteve praticamente o mesmo discurso em torno da importância da educação, lamentando que os pequenos resultados obtidos não fossem compatíveis com os grandes investimentos feitos na área.

⁵⁵³ Ferreira, *op.cit.*, 1898, p. 13.

⁵⁵⁴ *Ibid.*, p. 13, 14 e 20.

Em sua primeira mensagem, ele⁵⁵⁵ solicitou uma posição do Congresso quanto à Educação, com o argumento de que a matéria

*reclama as vossas vistas, que vos pede attento exame, afim de que possais melhorar-lhe as condições, o ensino publico impõe-se-vos como uma necessidade inadiavel sobre a qual tendes que legislar. (...) Toda despeza effectuada racionalmente com a instrucção possui o caracter de reproductiva, é uma semente que se lança a terra e que dá multiplicadamente o que com ella se despendeu.*⁵⁵⁶

No ano seguinte, Ramalho Júnior⁵⁵⁷ lamentou que, apesar de todo o investimento feito em “prol da instrucção”, o Estado não a havia firmado em “bases sólidas”. Em sua opinião, a maioria das escolas não possuía “um professorado á moderna” e ressentia-se de acomodações e mobílias higiênicas e apropriadas às crianças.

Ao promover a discussão em torno do apoio dado à Escola de Belas Artes, o governador inseriu um destaque especial sobre a importância da formação artística, ressaltando que:

*As artes.são, quiçá, o maior symptoma da vitalidade de um povo, é pelos monumentos que se julga de uma civilisação; a historia nos ensina que são elles que perpetuam a memoria das nações. Assim o comprehendendo quando vi prestes a extinguir-se uma Academia de Bellas Artes fundada por particulares com auxilio do meu Governo, deliberei transformal-a em instituição do Estado, chamando á direção dos poderes publicos.*⁵⁵⁸

5.7 JUSTIFICATIVAS DE RIBEIRO

Os argumentos de Eduardo Ribeiro para promover as obras constantes do Plano de Embelezamento da cidade de Manaus tinham como insistente justificativa o bem comum da população. Segundo ele, era para o povo que ele melhorava as condições da cidade, ampliava seus arrabaldes, promovia a instalação de serviços públicos como eletricidade e *bonds*, embelezava os espaços públicos e criava opções de lazer.

⁵⁵⁵ Ramalho Júnior, *op.cit.*, 1898, p. 7.

⁵⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁵⁷ *Id.* 1899, p. 11.

⁵⁵⁸ *Ibid.*, 1900. p.25.

Ao deixar o governo em 23 de julho de 1896, Ribeiro concluía muitas obras, mas diversas outras estavam em execução e algumas somente projetadas. Ainda assim, ele fez um balanço em defesa dos melhoramentos materiais implementados durante sua administração.

Afirmou o governador⁵⁵⁹, nessa ocasião: “Não tenho poupado esforços no sentido de transformar Manáos de maneira a torná-la um centro confortável de habitação”⁵⁶⁰. Convicto de sua empreitada, alegou que as obras estavam sendo executadas “para melhorar as condições de vida em Manáos e para satisfazer o plano de embelezamento da capital”. Entretanto, alertou para a inconclusão de seu projeto, argumentando que apesar de feitos “grandes melhoramentos” e do progresso de outros que estavam em execução, não se deveria deixar de “continuar a consignar meios para completar o plano de embelezamento desta capital”. Perante o Congresso, o governador argumentou que “Executados todos os melhoramentos que vos venho solicitar, Manáos será a cidade mais confortável e mais bella do Norte da Republica.”⁵⁶¹

Acreditando nas garantias financeiras, Ribeiro insistia na manutenção dos investimentos. Segundo ele, “os sacrifícios feitos pelo Estado com essas despesas elevadas são fartamente compensados pelos benefícios resultantes para o bem estar da população de Manáos”. A respaldar seus pedidos havia, sem dúvida, a prosperidade dos cofres públicos⁵⁶². Para se justificar, explicava que, desde a implantação do sistema republicano, as rendas cresciam progressivamente, a cada ano.

Para ele, as previsões orçamentárias eram sempre excedidas em virtude do constante acréscimo na arrecadação, levando-o a afirmar que não exagerava quando dizia que as fontes de riqueza do Estado eram “inexgotáveis”.

⁵⁵⁹ Ribeiro, *op.cit.*, 1896, p. 21.

⁵⁶⁰ Sugerimos a confrontação dos argumentos apresentados por Ribeiro com as observações feitas por Fileto Ferreira, em sua mensagem de 4 de março de 1897 (p. 2) e com a mensagem de Ramalho Júnior, emitida em 10 de julho de 1900 (p. 23).

⁵⁶¹ Ribeiro, 1896, p. 31.

⁵⁶² Ribeiro, *op.cit.*, 1896. p.p. 28, 35.

Prosseguindo, Ribeiro⁵⁶³ afirmou que, no período de 1892 a 1895, fora aplicado no conjunto de melhoramentos da capital e do interior um pouco mais da terça parte da renda produzida pelo Estado. Eis uma de suas declarações a respeito do assunto:

*A riqueza publica do Amazonas tem tido o mais honesto e moralizador destino que seu poder desejar. Nenhuma parcela do erario tem sido distrahida na minha administração que não tinha immediata applicação ao bem publico. A completa transformação por que está passando a cidade de Manáos é a prova patente do que vos afirmo. Será um crime ousar negal-o .*⁵⁶⁴

Desde a Proclamação da República, a administração do Estado do Amazonas tornou-se uma questão política muito delicada, já que envolvia interesses de diferentes grupos locais, não havendo apoio total nem unanimidade em torno de qualquer nome. Em sua mensagem de despedida, Ribeiro lamentou que, contra o seu governo, só tenha havido “o insulto, a mentira e o embuste” porque segundo ele, “me tenho constituído guarda avançada dos dinheiros públicos”.

Ele encerrou sua última mensagem governamental garantindo ter realizado “um governo sério e moralizador”. Em tom de despedida, agradeceu a acolhida hospitaleira do povo amazonense através de seus representantes no Congresso, que sempre lhe dispensou “provas de sympathia e amizade”, escolhendo-o mais uma vez para dirigir seus destinos. E, para concluir:

*Orgulho-me de ter posto ao serviço do Estado do Amazonas toda a minha actividade, toda a minha dedicação, em prol de seu engrandecimento, de sua prosperidade .*⁵⁶⁵

Em sua última mensagem, Ribeiro comunicou que muitas obras para complementar o embelezamento da cidade estavam⁵⁶⁶ em andamento. Na oportunidade, solicitou verba para a conclusão de várias outras. Quanto ao aspecto geral da urbe, admitiu que o serviço de nivelamento da cidade e dos

⁵⁶³ Ibid. p. 41

⁵⁶⁴ Ibid .

⁵⁶⁵ Ibid. p. 46.

⁵⁶⁶ Ibid, 23.

novos arrabaldes era de urgente necessidade, antes do início de novas construções.

Para ele, esse era “o melhor e o menos dispendioso meio de corrigir os acidentes do terreno”. Acreditava que, assim, as futuras construções não ficariam subordinadas às irregularidades.⁵⁶⁷ Só lamentava que, por “descuro” da Intendência anterior, construções erguidas em ruas da Cachoeira Grande e da Cachoeirinha não respeitassem “as prescrições municipaes do código de posturas”. Contudo, estava convencido de que a Intendência atual consideraria o embelezamento da Capital e se esforçaria para que o fiel cumprimento do código de posturas se tornasse uma realidade.

Em sua mensagem de despedida, Ribeiro⁵⁶⁸ pediu atenção para o estado em que a maioria das ruas da capital ficava, devido à ausência de calçamento, durante a estação das chuvas. Observou que, nessa época do ano, quase todas as ruas da cidade se tornavam intransitáveis. Reconhecia ser pesada a despesa “com o emprego de parallelepipedos de granito”, portanto sugeria o emprego de pedras irregulares, que existiam nos arrabaldes. Frisou que o trabalho deveria ser bem executado e concluiu dizendo que a despesa feita reverteria “em beneficio directo do povo”.

Naquele momento, além do embelezamento da cidade e da instalação de modernos serviços públicos, as atividades de saneamento urbano tornavam-se relevantes como justificativas para as intervenções nos espaços públicos e até mesmo privados, pois, além de agregarem as reivindicações sobre a saúde, atendiam aos apelos comprometidos com os aspectos estéticos. Assim, as questões de higiene pública, que haviam sido abordadas com destaque nos relatórios de Henrique Pereira, Inspetor de Higiene, em 1895, com sugestões que foram acatadas e solicitadas por Eduardo Ribeiro até mesmo em sua última mensagem, datada de 1896, ganharam maior destaque com Ferreira.

Ele encerrou sua última mensagem governamental garantindo ter realizado “um governo sério e moralizador”. Em tom de despedida, agradeceu a acolhida hospitaleira do povo amazonense através de seus representantes no Congresso,

⁵⁶⁷ Ibid, p. 31.

que sempre lhe dispensou “provas de sympathia e amisade”, escolhendo-o mais uma vez para dirigir seus destinos. E, para concluir seu discurso afirmava: “Orgulho-me de ter posto ao serviço do Estado do Amazonas toda a minha actividade, toda a minha dedicação, em prol de seu engrandecimento, de sua prosperidade.”⁵⁶⁹

Em 7 de abril daquele ano, o Congresso⁵⁷⁰ respondeu à mensagem do governador, reconhecendo que sua administração fora uma “grandiosa obra”, apesar dos “grandes labores de administração difficil e espinhoza”, merecendo que se lhe rendesse “justiça ao mérito”. O documento foi assinado pelos deputados Pedro Regalado, Epiphanio Baptista, Raymundo de Vasconcellos, João Reis, Carlos C. Fernando de Sá e Pedro Henrique Cordeiro Junior.

As tentativas de desfazer características tradicionais da paisagem local sugerem que a elite e os governantes pretendiam extinguir traços de manifestações de uma cultura ultrapassada e firmar compromisso com as expressões de um novo momento histórico. Além disso, o saneamento, o embelezamento e os aspectos tecnológicos eram empregados como argumentos consistentes de um discurso que desejava combater a propaganda negativa sobre a região. A pretensão de apresentar uma imagem moderna e embelezada era a garantia de atrair e fixar as populações, mantendo-se, assim, os investidores e a prosperidade econômica.

Se, por um lado, essa atitude demonstrava uma aparente ruptura com a manutenção da imagem histórica da cidade e com o ritmo de vida de suas populações, por outro, pode ser interpretada como um esforço de adequação às exigências da época. Naquele momento, adequar a imagem da cidade a um modelo atualizado exigia transformações bastante radicais e sob um ritmo muito mais acelerado do que fora experimentado até então. A intensificação do processo de transformação apagava referências e rompia tradições que até então orientavam o desenvolvimento e a identidade do lugar. Assim, o resultado do processo de atualização é tão acentuado que sugere mais que uma redefinição

⁵⁶⁸ Ibid, p. 29.

⁵⁶⁹ Ibid., p.46.

⁵⁷⁰ Ibid., p. 3.

dos espaços: tratava-se de uma verdadeira refundação da cidade, através de outro molde.

Não se pode afirmar que a reforma estivesse completamente concluída e que a imagem da cidade se encontrasse perfeitamente embelezada quando Ribeiro deixou a administração do Estado. Na realidade, muitas obras não haviam sido terminadas durante o seu mandato, mantendo aspecto pouco ordenado, o que poderia caracterizar um canteiro de obras. Contudo, ao ingressar no século XX, a cidade já apresentava uma convincente imagem de civilização, progresso e beleza. A imagem gerada era impactante e apresentava evidente contraste com as imagens e narrativas feitas até 1880. Isso sugeria que se tratava, até mesmo, de uma outra cidade.

As determinações políticas articuladas em torno do “Projeto de Embelezamento da Cidade de Manaus” sugerem que a manutenção e a conclusão do projeto implantado por Eduardo Ribeiro era mais que a obra de um administrador em particular. Tratava-se de uma ação corporativa para implantação das inovações de uma nova era de progresso. Assim, mesmo que os seus sucessores tenham procurado demonstrar um certo distanciamento da figura de Ribeiro como líder, não se desviavam do discurso do progresso e do embelezamento, que permearam toda a administração do Pensador. Por outro lado, não se pode ignorar que a política republicana sempre esteve comprometida com essas idéias.

Através deste prisma, é possível compreender que, apesar de todos os conflitos político-partidários que porventura houvesse entre os administradores públicos republicanos, instalara-se um consenso em torno do projeto. Sua concretização significava a eficácia da política republicana.

Sem dúvida, a imagem configurada, assim como o poder vigente, era uma obra temporária. Mas, com certeza, pode-se afirmar que alguns elementos construídos naquele momento, sobretudo as obras arquitetônicas, impuseram-se como monumentos que ainda hoje caracterizam o período áureo da borracha na região.

PARTE III

POLÍTICA E EMBELEZAMENTO



Fachada do Novo Palácio do Governo – Projeto de Filinho Santoro - 1900

6. ARTÍFICE DA CIDADE



Eduardo Gonçalves Ribeiro - 1862/1900

6.1 EDUARDO RIBEIRO - O PENSADOR⁵⁷¹: 1862 – 1900

Dentre os governadores do período estudado, destacamos a emblemática figura de Eduardo Ribeiro, apontando-o como o responsável pelo desencadeamento do processo de modernização da cidade de Manaus. A própria história de Ribeiro e sua trajetória política, é um exemplo das possibilidades da nova sociedade, tornando-se um líder político e o principal responsável pelo processo de modernização da cidade.

Os traços marcantes que definiram a vida do personagem Eduardo Ribeiro tendem a extrapolar a figura do mero administrador. Mesmo discussões em torno de seu desempenho político e realizações públicas são, muitas vezes, mescladas a referências sobre as condições de seu nascimento, seu suposto enriquecimento ilícito, seu provável desequilíbrio mental, culminando nos mistérios que envolvem sua morte. Assim, é natural que a construção de sua imagem histórica não ignore traços pitorescos da vida pessoal.

Ainda que a investigação sobre a vida do governador Eduardo Ribeiro revele grandes lacunas, acreditamos que os dados fornecidos sejam bastante significativos e possam orientar a compreensão de alguns fatos que marcaram

⁵⁷¹ *O Pensador* era o título de um jornal contestador, editado em São Luis em 1880, que combatia alguns posicionamentos conservadores da Igreja, da Monarquia e da sociedade provincial. Segundo Mário Ypiranga Monteiro (*Negritude e Modernidade*, 1990. p.p. 89, 138, 140), Joaquim Vieira Luz (na obra Fran Paxeco e as figuras maranhenses, editada em 1957) informa que o referido jornal fora fundado por Eduardo Ribeiro, que assim como outros colaboradores, quase todos menores de idade, assim como Pedro Freyre (um de companheiros de Ribeiro que também atuou na política amazonense), apresentava seus artigos contestatórios sob a proteção de pseudônimos, com exceção de Manuel de Bénthecourt e Aluísio de Azevedo assumiam suas próprias assinaturas. Todavia, tende-se a indicar Bénthecourt como o possível líder do grupo e provável fundador, considerando que é indicado como um dos orientadores da formação de Ribeiro e de Freyre. De toda forma, o apelido atribuído ao governador estava carregado de significados combativos.

sua atuação política administrativa. Marcadamente a orientação de sua trajetória marcada pelo compromisso com o sistema republicano e sua ambiciosa carreira política.

6.2 ORIGEM E FORMAÇÃO

Ainda que a formação de Ribeiro tenha ocorrido durante o período monárquico, a trajetória de vida política pode ser vista como um exemplo emblemático das novas possibilidades geradas pela República Brasileira. Disso resulta que mesmo a figura do administrador Eduardo Ribeiro tende a escapar de um desenho linear e tradicional. De origem extremamente humilde, conseguiu superar grandes dificuldades e rapidamente galgou significativas posições na política e na sociedade.

Em seu aniversário de trinta e três anos, o governador Eduardo Ribeiro teve sua biografia publicada no *Diário Oficial do Amazonas*⁵⁷². Em uma linguagem mais lírica e humana que histórica, o anônimo biógrafo demonstra conhecer intimamente a vida do biografado, das dificuldades geradas pela pobreza ao sofrimento solitário e às humilhações enfrentadas para concluir a carreira militar. Ainda que destine grande atenção a sua origem humilde, nada revela sobre o nome de seus pais. Sobre o nascimento informa:

*Na risonha e poetica S. Luiz, (...) em uma casinha de apparencia mais que modesta nasceu em 18 de Setembro de 1862 o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro" (...) Sendo pobre e **obscuro o seu berço** (grifo nosso), não teve (...), ao sorrir-se o mundo, as galas de uma recepção brilhante, os europeis do fausto, não encontrando sequer dessa mediania que criteriosamente aproveitada, pode vir a ser excellente auxiliar na conquista de um futuro mais ou menos feliz.*

⁵⁷³

Nem a biografia oficial de Ribeiro nem as notas de conteúdo insinuante publicadas na época pelos jornais de oposição fornecem dados sobre os nomes

⁵⁷² A biografia do governador, publicada no *Diário Oficial* em 18 de setembro de 1895, não é assinada, mas a riqueza de detalhes, sobretudo das questões sentimentais, levam a deduzir que as informações fornecidas tinham muito da própria pena do biografado.

⁵⁷³ Ibid.

de seus pais. Somente após a sua morte, em 1900⁵⁷⁴, o jornal *Amazonas* publicou uma nota anunciando a chegada da mãe, Florinda Ribeiro. Em *Negritude e modernidade*, Mário Ypiranga Monteiro⁵⁷⁵, baseado em declaração assinada pelo General de Brigada dos Corpos de Estado Maior de 1.^a e 2.^a Classes, Frederico Cavalcanti de Albuquerque, localizada no Arquivo Histórico do Exército, indica que o capitão Eduardo Gonçalves Ribeiro, de cor parda, com um metro e sessenta, cabelos pretos, solteiro e sem ofício, era filho de Florinda Maria da Conceição. Entretanto, o documento não faz qualquer menção ao nome do pai.

Como a maioria dos autores que, de alguma forma, abordaram a vida de Ribeiro, Monteiro não deixa de ressaltar sua situação

*de menino pobre gerado numa família sem condições financeiras. Além do mais corria em Manaus uma notícia que parece ajustar-se àquela expressão dura “fatalidade atávica”. Parece que o genitor do governador não era equilibrado mentalmente, e até nos causa certa estranheza nunca se referirem aos pais dele.*⁵⁷⁶

Em outro ponto de sua investigação, Monteiro destaca mais uma vez que a ascendência do governador era um dos particulares de sua vida. Segundo o autor:

*Parece que ninguém quer falar ou ousa transpor os limites da confiança. Daí supor inevitavelmente que sua origem fosse do tipo daquela que humilhava o grande Machado de Assis, filho de lavadeira e de mata-cachorro.*⁵⁷⁷

É de se presumir que a omissão do nome da mãe de Ribeiro, em sua biografia, procurasse afastar as atenções sobre o nome do pai. Isso sugere que ele talvez fosse filho natural. Na época, havia um grande preconceito social contra as uniões sem a oficialização de um matrimônio católico, pesando sobre a mulher enorme discriminação, sendo estigmatizados os filhos dessas relações.

Às disputas políticas, às tradições culturais e aos preconceitos sobrepujaram-se as idéias liberais da igualdade e da fraternidade. Um exemplo

⁵⁷⁴ *Amazonas* de 23 de outubro de 1900.

⁵⁷⁵ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e modernidade*, 1990, p. 49.

⁵⁷⁶ *Ibid.* p. 58.

⁵⁷⁷ *Ibid.* p.89.

dessa resistência, sobretudo com fins políticos, são algumas manifestações da imprensa local diante de matérias emitidas por jornais oposicionistas.

A origem de Ribeiro foi continuamente explorada por seus adversários, principalmente através de artigos publicados em tom pouco respeitoso nos jornais de oposição: *Diário de Manáos*, *Amazonas* e *Estado do Amazonas*. Ora desqualificavam a insignificância do berço, ora ressaltavam a exorbitância de seus ganhos, e muitas vezes forçavam réplicas dos defensores do governador, através do jornal *A Federação*. Assim, alguns detalhes da vida do governador, que não haviam sido valorizadas em sua biografia oficial, tornavam-se de domínio público, tal como sua evidente origem africana, sua experiência como sacristão e a profissão paterna, que seria a de sapateiro. Muitas vezes, as informações eram apenas insinuadas, provocando reações e réplicas que nem sempre esclareciam os detalhes sugeridos.

As únicas referências localizadas sobre a paternidade de Ribeiro, são as pequenas e imprecisas notas em um artigo publicado pelo *Amazonas*⁵⁷⁸. O artigo intitulado *Represálias* já sugere o tom do conteúdo exposto. O redator oposicionista invade a vida pessoal do governador, sugerindo que ele seria filho de um sapateiro. O oposicionista insinuava que o governador ocultava este fato por algum grave motivo de honestidade, pois, segundo ele, isto seria motivo de orgulho, “desde que sua honradez fosse reconhecida pela sociedade”. Mantendo a linguagem de insinuações, dirige-se ao governador ameaçando contar a história de um sapateiro que trabalhava no corredor da casa do padre Pedro.

Os dados fornecidos pelo biógrafo de Ribeiro sugerem que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo futuro governador, ele tinha inteira consciência de que, somente através da educação, conseguiria superá-las. Como não teve protetores que o apoiassem, seu mérito foi pessoal:

Foi elle a escola que lhe temperou de aço a rigidez do carácter, que lhe tornou inquebrantável o animo e lhe preparou as armas para o grande combate da vida, fazendo delle um forte na acepção genuína do termo.

⁵⁷⁸ *Amazonas* de 23 de maio de 1896.

Cedo, muito cedo (...) atirava-se aos poucos livros que com dificuldade adquiria, aproveitando-se para isso do pouco tempo que os afazeres diurnos roubava. (...)

Operario afanoso da intelligencia, só deixando os livros quando outros afazeres próprios de quem moireja pelo pão de cada dia o iam procurar, taes e tão rápidos progressos fez, que dentro de poucos annos, sabendo tudo quanto se ensinava em nossas escolas primarias, se matriculou no Lyceu Maranhense.⁵⁷⁹

Ainda menino, Ribeiro teve que iniciar sua vida de labuta, engraxando botas como ajudante de um velho sapateiro, que, pelas insinuações, seria seu pai, em um corredor da residência do padre Pedro. Por algum tempo, Ribeiro atuou com sacristão desse religioso, que provavelmente foi quem iniciou sua educação. Depois, o futuro governador do Amazonas trabalhou como ajudante de vaquejada, em Anajatuba.⁵⁸⁰

Superando grandes obstáculos, inclusive financeiros, em 1879⁵⁸¹ Ribeiro conseguiu concluir o curso primário e, em seguida, ingressou no Liceu Maranhense, para fazer o curso de Humanidades. No período de sua formação em São Luis, Ribeiro teria adquirido o apelido de *O Pensador*, ao dirigir um jornal estudantil com essa denominação. A lembrança dessa experiência parecia lhe ser muito cara, pois batizou com o mesmo apelido a chácara adquirida nas proximidades da Cachoeira Grande, arrabaldes de Manaus. Além do apelido que ressaltava seus dotes intelectuais, Ribeiro tinha um outro, que tanto poderia sugerir sua competência policial quanto lembrar a austeridade e o zelo que tinha para com as finanças públicas: era o *Terror dos gatunos*. Todavia, ambos os apelidos eram com frequência utilizados de forma irônica nos artigos publicados pela oposição, com o claro intento de ridicularizar a imagem do governador.

A biografia oficial tende a valorizar os esforços de Ribeiro e amenizar as possíveis limitações dos acadêmicos, explicando que as necessidades impostas

⁵⁷⁹ *Diário Oficial*, p.1. 18 de setembro de 1895.

⁵⁸⁰ Alguns desses dados encontram-se no corpo do artigo *Nossa Attitude*, publicado por *A Federação* em 19 de abril de 1896.

⁵⁸¹ Mário Ypiranga Monteiro (*op.cit.*, p. 89) cita um artigo publicado em *A Federação* em 18 de setembro de 1898, assinado por Manuel Béthencourt, antigo professor de Ribeiro em São Luiz, que informa que, em 1878, foi procurado pelo futuro governador do Amazonas para complementar sua formação com estudos de francês e matemática.

pela sobrevivência não permitiam que Ribeiro freqüentasse com regularidade as aulas, mas justifica que ele procurava

*prestar sempre com maior brilhantismo os respectivos exames, ainda que muitas vezes não representassem as notas obtidas a expressão real de seu mérito, por que á elles comparecia, sem recommendação alguma, unicamente confiando em seus estudos e conhecimentos.*⁵⁸²

A educação e a carreira militar se apresentavam como raras possibilidades de ascensão social. Assim, em fevereiro de 1881, Ribeiro sentou praça e “com meia dúzia de mil réis e grande somma de força de vontade embarcou para o Rio de Janeiro; ambição de sua alma sedenta de instrucção”. Em 1884, Ribeiro foi promovido a alferes-aluno e, em 1886, a 2.º tenente de artilharia, bacharelando-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais em janeiro de 1887⁵⁸³.

Em *Os Militares e a República*, Celso Castro⁵⁸⁴ afirma que ingressar na Escola Militar “não era muito difícil”. Segundo o autor, exigia-se que o candidato fosse maior de 16 e tivesse menos de 25 anos de idade, houvesse sentado praça, que lesse e escrevesse corretamente o português, efetuasse as quatro operações matemáticas e fosse aprovado na inspeção de saúde. Castro observa que, durante do Império, a Escola Militar representou

*uma rara possibilidade de ascensão social para as pessoas que não pertenciam à elite tradicional e cujas famílias não podiam custear cursos superiores na faculdade de direito ou medicina.*⁵⁸⁵

Em seu estudo, Castro⁵⁸⁶ apresenta quadros estatísticos elaborados por Schulz⁵⁸⁷ a partir de um levantamento histórico sobre as classes sociais que compunham o Exército brasileiro. Os índices apresentados no quadro referente ao período 1864-1889, período em que Ribeiro⁵⁸⁸ fez sua formação na Escola

⁵⁸² Diário Oficial. 18 de setembro de 1895.

⁵⁸³ *Diário Oficial* de 18 de setembro de 1895.

⁵⁸⁴ CASTRO, Celso. *Militares e a República*: um estudo sobre a cultura e ação política, 1995, p. 48.

⁵⁸⁵ *Ibid.* p.43.

⁵⁸⁶ *Ibid.*, p. 26.

⁵⁸⁷ SCHULZ, John. *O Exército na política*. Apud Castro, p. 26.

⁵⁸⁸ Além das diferenças sociais, os alunos veteranos mantinham um tratamento hierárquico extremamente rígido e discriminatório, destratando os “calouros”. Possivelmente, as condições de Ribeiro não favoreciam sua permanência na instituição, levando-o a reclamar, através de sua biografia publicada em 1895, que na

Militar, demonstram que ainda era muito reduzida a participação de jovens oriundos da população mais pobre. Naquele momento, em que grande parte dos brasileiros permanecia analfabeta, ser aceito pela Escola Militar era integrar uma elite. O gráfico de Schulz indica que 42,9% dos alunos faziam parte da elite⁵⁸⁹ nacional, enquanto 19,6% possivelmente também integravam as classes mais abastadas. Somente 37,5% dos alunos não eram realmente da elite.

O pequeno percentual indicado pelo gráfico ressalta ainda mais o êxito de Ribeiro. Sem dúvida, foi um feito memorável para as suas condições. Mas a dificuldade maior era concluir os estudos naquela instituição e tornar-se um “oficial científico”, não somente pelo elevado grau de exigência disciplinar e do nível técnico e científico dos conteúdos aplicados na formação, mas, sobretudo, pelas discriminações de que foi alvo. Em sua biografia publicada em 1895, ressalta-se o esforço que fizera para entrar na Escola Militar e afirma-se que:

*Não lhe foi dado porem repousar sobre os louros dessa primeira Victoria por desenvolverem contra elle na Escola uma guerra surda e tenaz com o fim único de impedir que ali se bacharelasse um homem de obscuro nascimento. Guerra providencial porém que fez mais do que realçar o seu mérito revelado nos brilhantes exames então feitos.*⁵⁹⁰

Após a conclusão de seus estudos, Ribeiro foi designado para servir na região norte do País, havendo, entretanto, alguma controvérsia quanto às razões e o local desta indicação, pois mesmo as fontes oficiais da época são controversas. Na biografia mencionada⁵⁹¹, afirma-se que, após concluir seus estudos, Ribeiro seguiu para Belém para servir em um dos corpos de guarnição estacionados naquela capital. No Pará, teria permanecido “francamente adepto às idéias republicanas” e teria sido, “por castigo transferido para o Amazonas”.⁵⁹²

Escola Militar tivesse enfrentado uma “guerra surda e tenaz com o fim único de impedir que ali se bacharelasse um homem de *obscuro nascimento*” (grifo nosso).

⁵⁸⁹ O autor classifica como integrante da “elite” aquele aluno que tinha alguma posse e cuja estada no Rio de Janeiro não significava um sacrifício para a família, que lhe assegurava toda a comodidade, atitude que contrastava com a precária situação econômica de alguns, que precisavam prestar serviços variados e vender objetos para sobreviver e manter os estudos.

⁵⁹⁰ Diário Oficial. 18 de setembro de 1895.

⁵⁹¹ *Diário Oficial*, Manáos, Imprensa Oficial, 18 de setembro de 1895, p. 1, 2.

⁵⁹² *Ibid.*

Em documento publicado em 1897⁵⁹³, o Pensador afirma que, após seus estudos acadêmicos, seguiu para o Estado do Amazonas, a fim de recolher-se ao Batalhão de Artilharia. Mas, “por insistência” do comandante das armas do Pará, coronel Francisco Cardoso Júnior, teria permanecido alguns meses em Belém, “até que motivos políticos”, em agosto daquele ano, o fizeram seguir para Manaus, onde se encontrava sediado o batalhão para o qual fora designado.

Na interpretação da historiografia local existe uma pequena controvérsia entre as deduções de Artur Reis e Mário Ypiranga Monteiro. Para Reis, Ribeiro teria sido enviado para o Amazonas “por medida disciplinar, dada as suas demonstrações pela República”.⁵⁹⁴ Contudo, o estudioso Mário Ypiranga Monteiro questiona a indicação apresentada por Reis e afirma que:

*Não me parece que a simpatia pela forma republicana (extensiva e intensiva no exército da época) fosse suficiente razão para que, naquele tempo, e quiçá ainda hoje, se considera pena severa o desterro para a Amazônia. Deve de haver sido algo mais discriminante, que não chegou a ser divulgado.*⁵⁹⁵

Possivelmente, Monteiro afirma que a causa tenha sido “algo mais discriminante” por duvidar das idéias republicanas de Ribeiro, insinuando que ele não teria atuado na formação da consciência republicana, nem teria tomado parte nas campanhas abolicionistas, em virtude de não assumir a própria cor.

Entretanto, um pouco mais à frente na discussão, Monteiro parece reformular sua opinião a respeito das convicções de Ribeiro, afirmando que a transferência dele teria sido por “medida disciplinar”. Logo em seguida, acrescenta um dado retirado do *Álbum descritivo amazônico*, de Artur Caccavoni, em que se afirma o seguinte: “removido por fútil motivo para Manaus”. A esse dado, acrescenta:

*O motivo, fútil ou grave, não nos interessa em sua parte civil, pois que era da alçada militar e não cremos que houvesse conexão com a honra do homem. Já se disse que ele era republicano convicto e essa convicção filosófica talvez chocasse os monarquistas.*⁵⁹⁶

⁵⁹³ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. *Contra a Calúmia*, 1897, p. 9.

⁵⁹⁴ REIS, Artur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*, 1989, p. 256.

⁵⁹⁵ Monteiro., op.cit, 1990, p. 13.

⁵⁹⁶ Ibid., p. 46.

Deve-se esclarecer que, nos últimos anos da Monarquia, grupos militares reivindicavam maior participação política e assumiam tendências republicanas, gerando uma série de conflitos com o Estado. Essa postura passou a ser denominada de *Questão Militar*. Naquele momento, os desterros tornaram-se freqüentes, mas eles não eram a única forma de punir oficiais com idéias republicanas. Em fevereiro de 1887, o Marechal Deodoro protestou contra punição⁵⁹⁷ de 50 alferes-alunos da Escola Militar que estavam sendo enviados para a Escola do Realengo por haverem demonstrarem apoio e solidariedade a Deodoro, tendo comparecido ao seu desembarque no Rio de Janeiro. Por suas idéias, o futuro primeiro presidente fora destituído do cargo de Comandante das Armas e do de presidente em exercício da Província do Rio Grande do Sul. Enviado então à Capital Federal, foi maciçamente aclamado pelos alunos da Escola Militar.

Ribeiro havia concluído seus estudos em janeiro de 1887, mas provavelmente mantinha-se vinculado às atividades da escola, não sendo remota a possibilidade de ter participado das manifestações. Foi talvez em consequência deste fato que tenha sido punido com a designação de servir no Amazonas. Meses depois, o próprio Marechal Deodoro foi desterrado para o Mato Grosso⁵⁹⁸.

Um fato significativo que tanto confirmou a posição da Escola Militar quanto provocou maior reação do Estado foi o discurso proferido por Benjamin Constant em 23 de outubro de 1889. O banquete, promovido na Escola Militar para recepcionar a comitiva chilena em visita oficial ao Brasil, teve a presença de várias autoridades do governo, inclusive a do Ministro da Guerra. Durante a solenidade, as manifestações de apreço e consideração da “mocidade militar” estimularam Constant a assumir publicamente uma posição crítica perante o governo, reivindicando maiores considerações aos militares e lembrando: “sob a farda de cada soldado, pulsa o coração de um cidadão e de um patriota”. O clima de euforia entre os estudantes e o conteúdo do discurso proferido pelo líder soara

⁵⁹⁷ Castro, *op.cit.*, p. 96, informa que a punição era a transferência de alunos da Escola Militar para estagiar por um ano na Escola de Tiro do Realengo, que era um estágio obrigatório somente para oficiais simplificados e impedia a complementação da formação científica dos punidos.

⁵⁹⁸ *Ibid.* p.p. 96; 135.

como uma clara provocação às autoridades presentes, antecipando a retirada do Ministro da Guerra.

Celso Castro⁵⁹⁹ informa que, após o fato, “correu o boato” de que Benjamin Constant seria preso e isto gerou um movimento de solidariedade por parte da “mocidade militar”. Para Hélio Silva⁶⁰⁰, Benjamin Constant era o centro irradiador das idéias republicanas por todo o Exército; portanto, houve várias manifestações de apoio a sua pessoa. Como represália, porém, às manifestações, o Ministro da Guerra puniu a classe, determinando o envio do 22.º Batalhão de Infantaria para o Amazonas.

Nessa época, Ribeiro já se estabelecera nesse Estado. Se fora por punição ou não, o certo é que, chegando em Manaus, soubera tirar partido da situação e em pouco tempo fez uma carreira bem sucedida. Desenvolveu atividades de engenharia e de administração pública, paralelamente às obrigações da carreira militar.

6.3 CARRREIRA POLÍTICA

Eduardo Ribeiro⁶⁰¹ afirma que, quando foi proclamado o regime republicano, ele exercia o cargo de secretário do Comando das Armas e, ao constituírem o primeiro governo provisório do Estado, foi “distinguido com a nomeação de Oficial de Gabinete”. Assim, ele iniciava uma meteórica carreira política. Em 1890, ao ser empossado o primeiro presidente do Amazonas, Augusto Ximenes Villeroy, o Pensador foi mantido no cargo de secretário⁶⁰² e, sem prejuízo de suas obrigações, continuou também no comando das armas, sendo promovido a tenente do Estado-Maior.

Em novembro de 1890, o presidente Villeroy necessitou se retirar com urgência para a Capital Federal, estando o vice-presidente Leovigildo Coelho incompatibilizado com o cargo, já que ocupava uma cadeira no Senado Federal.

⁵⁹⁹ Ibid., p. 170.

⁶⁰⁰ SILVA, Hélio. *Nasce a República. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.*, 1º volume. p.66.

⁶⁰¹ Ribeiro, *op.cit.*, 1897, p. 9.

⁶⁰² No auge dos debates que antecederam o término do mandato de Ribeiro, o jornal de oposição *Amazonas*, em 24 de maio de 1896, afirmou que Villeroy manteve Ribeiro no cargo de secretário “por ser d'elle collega militar e de quem este se dizia amigo jurando-lhe fidelidade absoluta em tudo e por tudo”.

Por ordem do governo federal, Eduardo Ribeiro, contando com apenas 28 anos, assumiu provisoriamente o cargo de presidente do Estado do Amazonas, mantendo-se no cargo até 5 de maio de 1891.

Ribeiro era muito jovem, solteiro e sua descendência africana era evidente na cor da pele. Não tinha fortuna nem sobrenome aristocrático. Além disso, não era nativo. Ainda que sua formação na Escola Militar lhe proporcionasse um elevado *status*⁶⁰³, isso não era atributo suficiente para lhe proporcionar uma acolhida satisfatória pela sociedade e pelas oligarquias locais. Orientado por um discurso de princípio republicano e pelos ideais do progresso, Ribeiro imprimiu uma administração dinâmica ao Estado. Mas confrontava-se com a tradição de uma política de velhos coronéis e barões; portanto, não havia unanimidade em torno de seu nome.

Possivelmente as ações do jovem presidente colocavam em risco os interesses de alguns segmentos da sociedade local. Assim, em pouco tempo sua substituição foi articulada na Capital Federal. Ao ser destituído do cargo, Ribeiro seguiu para o Rio de Janeiro para assumir as funções de professor da Escola Superior de Guerra, posto para o qual fora nomeado em junho do ano anterior. Em novembro de 1891, Ribeiro foi promovido a Capitão do Estado-Maior da 1.^a Classe.⁶⁰⁴

Contudo, em menos de um ano, acontecimentos nacionais e manifestações locais propiciaram que Ribeiro fosse reconduzido ao posto. Ao assumir pela segunda vez a administração do Estado do Amazonas, o Pensador encontrava-se amplamente respaldado. Fora aclamado em manifestação popular e oficialmente indicado por Floriano Peixoto, presidente do Brasil.

Aparentemente havia conquistado a adesão de vários políticos e parte do apoio popular, mas enfrentaria a resistência de adversários poderosos, que perturbariam intensamente a sua segunda administração, sobretudo no último ano do mandato.

⁶⁰³ Segundo José Veríssimo (*apud* Sevcenko, Nicolau. *A literatura como Missão*, 1999, p. 88), em artigo publicado em 1900, a estatística oficial de dez anos antes (1890) indicava que somente 16 ou 17 de cada 100 brasileiros sabiam ler.

⁶⁰⁴ Biografia publicada na primeira e segunda páginas do *Diário Oficial* de 18 de setembro de 1895.

A partir das articulações que recompuseram o Congresso Estadual e reformularam a Constituição, a oposição passou a manifestar seu descontentamento através de artigos publicados no *Amazonas*. Com a aproximação do anúncio da chapa dos sucessores, em dezembro de 1895, esse jornal publicou um artigo no qual insinuava irregularidades no repentino enriquecimento de Eduardo Ribeiro, embora não citasse o seu nome.

Em 22 de dezembro de 1895, *A Federação* reagiu através de um artigo intitulado *Retrogrado*, no qual exigia definição nas acusações:

Botem os pingos nos is, e digam que são esses os ‘grandes senhores ostentando teres e haveres sem que o publico tenha conhecimento dos meios decentes da aquisição de tão rápida e misteriosa fortuna’.

Quaes são os ingratos que não contentes de morder as mãos protectoras que lhes foram estendidas na chegada, ainda procuram achincalhar a terra de seus filhos’.

(...) quem tem fortuna? Quem tem essas riquezas fabulosas de que tanto alardeia o “Amazonas”?

*Basta de calunnia. A quem se referem estas torpezas?*⁶⁰⁵

Do ponto de vista dos adversários, a ascensão política e social de Ribeiro fora baseada no oportunismo e na traição. Um de seus mais fortes oponentes era, sem dúvida, o senador Costa Azevedo, o Barão de Ladario, que fez vários pronunciamentos contra o governador, além de publicar acusações em jornais de várias regiões do País⁶⁰⁶. Aparentemente, o objetivo do senador era demonstrar o caráter ilícito da riqueza adquirida por Ribeiro e assim neutralizar suas possibilidades de conquistar uma cadeira no Senado. Em um dos muitos pronunciamentos feitos contra o governador, Azevedo fez a seguinte interpretação de seu rápido enriquecimento e ascensão social:

Chegando pobre em Manaós, vivendo só do seo soldo de tenente de engenheiros, S. Exc. conseguiu por artes e manhas insinuar-se no espírito de algumas influencias políticas e subiu depois ao poder.

Recomendado por pessoas acima de qualquer suspeita e que abonaram a sua honra, entregaram-se todas ao Sr. Eduardo Ribeiro

⁶⁰⁵ *A Federação*, 22 de dezembro de 1895.

⁶⁰⁶ Nota publicada no *Amazonas* de 21 de agosto de 1896, transcrita da *Gazeta de Noticia* do Rio de Janeiro, que por sua vez a extraíra do *Jornal do Recife*.

*e S. Exc. foi captando a confiança publica ao mesmo tempo que ia enriquecendo.*⁶⁰⁷

Dentre os vários pronunciamentos contra o enriquecimento ilícito de Ribeiro feitos pelo Barão do Ladario no Congresso, destaca-se o seguinte⁶⁰⁸:

*O pobre tenente chegando ao Amazonas, que precisou para viver com menos dificuldades, de leccionar em casas particulares; esse tenente, que pobrissimo assumio a governação do Estado em 1892, desceo d'este cargo riquíssimo, todos o sabem; tendo seguramente fortuna de milhares de contos de réis em moeda no paiz e fora do paiz, em terras, em propriedades, no Amazonas e no Maranhão.*⁶⁰⁹

Considerando o status político do ex-ministro e senador Barão de Ladario na capital do País, é possível prever que seus contínuos ataques criaram algumas dificuldades para Ribeiro, dificultando-lhe o trânsito político junto ao governo federal.

Com o final do mandato de Ribeiro, a oposição articulou uma campanha desmoralizadora contra a imagem do governador. O conteúdo dos artigos publicados buscava atingi-lo através dos mais variados setores de sua administração e de sua vida pessoal. Em 10 de julho de 1896, o *Amazonas* voltou a afirmar que Ribeiro “não é republicano senão por especulação, precisa enricar monetariamente, não é amazonense; e o seu interesse é o da bolsa”.

A campanha contra o Pensador foi mantida, mesmo após o seu mandato, pois a oposição procurava impedir que o governador assumisse uma cadeira no Senado Federal e substituísse o Barão de Ladario⁶¹⁰, um dos mais proeminentes aliados dos Moreira⁶¹¹ na Capital Federal. Além de intensificar as críticas sobre

⁶⁰⁷ Barão do Ladario. *Gazeta de Noticia*. 24 de julho de 1896.

⁶⁰⁸ Trechos de pronunciamentos do Barão do Ladario foram publicados por *A Federação*, quando o advogado de Ribeiro apresentou recurso contra as acusações de injúria e calúnia impressas movidas pelo ex-senador contra o ex-governador.

⁶⁰⁹ Pronunciamento de Ladario em 12 de novembro de 1896, publicado pela *A Federação* em 8 de março de 1899.

⁶¹⁰ Pelas notas publicadas nos jornais e pelo documento divulgado por Eduardo Ribeiro após o mandato, o seu rompimento com o Barão do Ladario ocorrera em virtude das críticas que este último teria feito ao presidente Floriano Peixoto.

⁶¹¹ LIMA, Regina Márcia de Jesus. “A Província do Amazonas no Segundo Reinado”. In: *História em Novos Cenários – Amazônia* (Cadernos da Amazônia, 1995, IV e V capítulos da dissertação de Mestrado, intitulados, respectivamente, “O sistema eleitoral: 1852-1868” e “O Partidarismo Político e as Eleições: 1868-1889”, p. 51). Lima informa que, em 1878, na primeira eleição geral, após a volta dos liberais ao poder,

cada uma das principais obras realizadas na administração de Ribeiro, o jornal *Amazonas* questionava seu compromisso com os princípios republicanos e com os interesses da população.

No dia 23 de julho de 1896, data do término do mandato de Ribeiro, o *Amazonas* voltou a insistir que o enriquecimento do governador fora ilegal. A matéria da oposição informava que, nos cinco anos em que esteve na direção do Estado, Ribeiro fora um dos maiores favorecidos pelas desapropriações promovidas por sua administração, pois adquirira por preço insignificante 42 terrenos já beneficiados.

As matérias publicadas no *Amazonas* eram uma parte significativa da campanha promovida pelos adversários de Ribeiro, que as difundiram também em nível nacional. Posteriormente, a lista dos bens do governador passou a integrar um documento apresentado no Senado por Costa Azevedo, o Barão de Ladario, que, assim como Joaquim Sarmiento, denunciava o enriquecimento do Pensador como resultado de práticas ilícitas.

Pressionado pelas críticas, Ribeiro produziu um documento⁶¹² que tanto pode ser visto como uma réplica de defesa, quanto um instrumento de propaganda de seus feitos na administração. A data da assinatura do ex-governador no referido documento é 9 de janeiro de 1897. Naquele momento, discutia-se a sua eleição para o Senado. Não se pode ignorar o caráter defensivo que ele assumiu no conteúdo. Sem dúvida, o objetivo de Ribeiro era desfazer as acusações feitas por seus adversários através de pronunciamentos no Congresso e no Senado, além das veiculadas em artigos publicados na imprensa nacional no ano anterior.

Nas cinqüenta páginas do documento assinado por Ribeiro, ele não só contesta as acusações feitas contra sua administração, como apresenta um balanço de seus ganhos e gastos pessoais, desde a sua chegada a Manaus, justificando a aquisição dos imóveis relacionados na lista dos adversários.

a facção liberal, liderada por Guilherme José Moreira, indicou os nomes de José da Costa Azevedo e Joaquim Saldanha Marinho para representarem a Província do Amazonas na Câmara dos Deputados. Com isso, deduz-se que a solidariedade entre esses políticos envolvia um poderoso jogo de interesses, mantida pelas articulações que visavam à manutenção no poder.

⁶¹² RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. *Contra á Calumnia*, 1897.

Ainda que fosse elevado o número de terrenos adquiridos pelo governador, deve-se notar que os documentos não revelam a extensão das áreas adquiridas. Observa-se, porém, que a grande maioria desses terrenos concentrava-se nos arrabaldes da cidade, tendo, portanto, valor comercial limitado. Uma parte estava localizada na Cachoeirinha e outra na Cachoeira Grande. Possivelmente, grande quantidade das aquisições se tratava de pequenas propriedades, cujo conjunto formava a área onde o governador instalou a chácara *O Pensador*, localizada na Cachoeira Grande.

Somente três dos terrenos relacionados pelos opositores encontravam-se na área central da cidade, enquanto os demais localizavam-se nas afastadas áreas acima mencionadas. Sem valor monetário significativo, à época⁶¹³. Nota-se, entretanto, que tais aquisições tanto podem confirmar o espírito previdente e empreendedor de Ribeiro quanto o seu caráter especulador.

As indicações apresentadas pelo ex-governador para justificar a legalidade da aquisição dos imóveis são convincentes, com exceção da explicação sobre a origem de um pequeno imóvel na rua São João, em São Luis, que, em 1893, teria sido doado a sua irmã “por um grupo de amigos de Manáos, cujos nomes até hoje eu e ella ignoramos”.

A doação de um imóvel, terrenos e outros presentes valiosos sugere uma ação de retribuição por algum favorecimento ou superfaturamento em contratos que beneficiavam a determinado grupo ou empresa.

Para justificar seus proventos, Ribeiro explicou ter obtido “boas vantagens, attentas ás boas relações adquiridas e á falta absoluta de pessoal habilitado”. Segundo ele, sempre se ocupou com trabalhos de sua profissão nas horas que lhe sobravam dos “cumprimentos das obrigações militares”. Assim, afirmava que “a vida econômica” que sempre teve, aliada às vantagens proporcionadas pelos trabalhos de que lhe encarregaram, “deixarão-me em resultado um pequeno peculio que trouxe quando retirei-me para esta capital, a Junho de 1892”.

É evidente o caráter defensivo do texto, o qual se encontra repleto de justificativas. O uso recorrente de algumas expressões sugere a tentativa de

esquivar-se de qualquer vinculação ou aliança com grupos políticos locais. O ex-governador afirma ter se mantido “indiferente á politica local, entretendo sempre relações amistosas com todos” e ressalta ainda que foi distinguido com várias nomeações para integrar comissões do Estado e do município, “todas porém, sem caracter político”⁶¹⁴, segundo ele.

Ribeiro explicou que as vantagens que obteve em Manaus tinham ocorrido em virtude de sua imparcialidade política partidária, afirmando que, ao chegar à cidade, teve “a felicidade de conquistar em pouco tempo, a mais fraca sympathia de todos, sem distinção de partidos”⁶¹⁵.

Essa postura de “indiferença” ou de falta de “caráter político” assumida por Ribeiro foi duramente criticada em alguns artigos publicados pelo *Amazonas*, sendo ressaltada pelos opositores como uma evidente manifestação de oportunismo. O jornal acusa o governador de ser

*(...) petulante e traiçoeiro, não se contenta em abater a Republica pela força e pelo arbitro da autoridade, sem raízes na opinião. Tripudia sobre a sua dignidade moral na corruptella, que elle exercita n' um naturalismo de pasmar, como producto immanente de seu organismo, tal o desembaraço despejo deste regulo velhaco e sem tradições.*⁶¹⁶

Em 22 de maio 1896, o *Amazonas* afirmou que, por conveniência, Ribeiro teria assumido o papel de republicano histórico, mas, na realidade, ele era monarquista. O articulista afirma que quando o Conde d’Eu passou pela região, em 1889, Ribeiro teria “surrateiramente” tentado se fazer fotografar ao lado dele. Mesmo que o fato tenha ocorrido realmente, não se constituiria em argumento suficiente para sustentar a afirmação. Todavia, o redator duvidava também das convicções liberais do governador, afirmando que ele estivera “sempre ao serviço de todos os presidentes conservadores, depois que chegou ao Amazonas”.

⁶¹³ Com o crescimento da cidade, somente depois de um século é que essas áreas passaram a ter um razoável valor monetário.

⁶¹⁴ Ribeiro, *op.cit.*, 1897, p. 9.

⁶¹⁵ *Ibid.*

⁶¹⁶ *Amazonas*, 17 de maio de 1896.

Em 31 de maio daquele ano, o *Amazonas* voltou a levantar suspeitas sobre as convicções republicanas de Ribeiro, afirmando, sobre a hipótese de ele ter de se decidir sobre a República ou a Monarquia, o seguinte:

Vimol-o sempre ao lado desta, mostrando-se adepto dos favores da Princesa Dona Isabel a quem chamava – a mãe do povo brasileiro – por causa da lei de 13 de Maio, ao passo que aos republicanos adjetivava sempre de — idiotas — porque não acreditava na proclamação da República no Brazil.⁶¹⁷

Parte das críticas às convicções políticas de Ribeiro foi feita exatamente no período final de seu mandato e soa como um artifício da oposição para desviar as acusações de sebastianismo contra os Barões do Ladario e do Juruá, que, defendendo-se através do jornal de seu partido, procuravam transferi-las para o governador.

Em 24 de outubro de 1896, um articulista do *Amazonas* contestava o conteúdo de um artigo publicado em *A Federação*, no qual se afirmava que, ao deixar o governo, Eduardo Ribeiro encontrava-se pobre. Mantendo um tom irônico, o redator oposicionista afirmava:

Ficamos em duvida á respeito do júizo a fazermos dos calumniadores que, os terrenos, predios e dinheiros, que dizem esses mentirosos, s.s. possui aqui, no Maranhão, na Capital Federal e na Europa, avaliada no mínimo a sua fortuna em reis Dois mil contos. (...) Quem diria que depois da concessão de grande numero de terrenos a seos subordinados de tantas compras depois de feitas, a elles e outros, de tanta edificação de nobres e espaçosos prédios no cedntro da Capital, além da grande quinta do Baptista, como não existe outra igual, em riqueza e esplendor, em todo o globo terráqueo; depois das compras de prédios e acções no Maranhão; da entrada de dinheiro em bancos e companhias diversas e de tantas outras coizinhas mais etc.etc...⁶¹⁸

6.4 NEGRITUDE DELIMITADORA

Presume-se que, naquele momento histórico, além da pobreza do berço e da possível “naturalidade” do nascimento de Ribeiro, o tom de sua pele fosse um

⁶¹⁷ *Amazonas* de 31 de maio de 1896.

⁶¹⁸ *Amazonas*, 24 de outubro de 1896.

dos maiores obstáculos enfrentados, sobretudo na Província do Maranhão, onde a campanha abolicionista encontrou enormes resistências. Ao chegar ao Amazonas, em 1887, Eduardo Ribeiro, com apenas 25 anos, já havia se bacharelado e fora promovido a 2.º tenente do Exército. Perante as idéias abolicionistas no Amazonas e a falta de mão-de-obra especializada na região, esses atributos ganhavam relevância e reduziam as dificuldades para o desempenho de suas atividades em Manaus.

Logo depois da Província do Ceará, o Amazonas libertou seus escravos. Isso em 1884, quatro anos antes da assinatura de *Lei Áurea*. Presume-se, portanto, que oficialmente as manifestações de caráter discriminatório fossem menos contundentes, o que atraía políticos e intelectuais maranhenses cujo tom de pele mostrasse a nova face brasileira.

Contudo, com as disputas partidárias, as discriminações contra Ribeiro emergiram fortemente através de matérias veiculadas pela imprensa oposicionista. O *Amazonas*⁶¹⁹ ridicularizou a origem do Pensador, ao transcrever um artigo publicado no *Jornal do Brasil*⁶²⁰, do Rio de Janeiro, que exaltava seu nascimento como um filho do povo. Mas, ao transcrevê-lo, o redator local ironizou a afirmação, acrescentando entre parênteses a seguinte sugestão: “(ou da pova)”. Com isso, deixou implícito que o governador seria filho de mãe solteira. A matéria desqualificava ainda a fotografia publicada no jornal carioca, afirmando que sua figura “aparece com os lampejos límpidos e induvidosos da azulada e bem delineada raça caucasia”.

Críticas à administração de Ribeiro freqüentemente a qualificavam com variantes dos termos escuro, obscuro e negro, sugerindo, numa leitura denotativa, o caráter negativo de seu desempenho administrativo. Entretanto, nota-se que, amiúde, o uso de tais vocábulos ressaltava, de forma conotativa, a coloração da pele do governador.

Como exemplos da incidência dos termos utilizados pelo jornal de oposição, destacamos três indicações publicadas entre 25 de julho e 1.º de agosto de 1896, justamente na semana em que Ribeiro deixara o cargo. Na

⁶¹⁹ *Amazonas* de 17 de maio de 1898.

primeira matéria o redator se refere à administração de Ribeiro como “a **nuvem negra** (grifo nosso) que **ensombrou** (grifo nosso) e comprometeo o futuro do Amazonas” e insiste ao afirmar “a **negregada administração** (grifo nosso) que ante-hontem cahio por espiração de um mandato, acompanhada da maldição de um povo livre, independente e progressista, que tanto soffreu della.”⁶²¹ Poucos dias depois, possivelmente o mesmo redator reafirmava: “agora que o regimen do **obscurantismo** (grifo nosso) parece ter **desanuviado** (grifo nosso) os horisontes do Amazonas”⁶²²... Para contestar o órgão de defesa do ex-governador, o articulista argumenta que *A Federação* foi “inventado unicamente para defender essa **situação negra** (grifo nosso)”.⁶²³

6.5 VISIONÁRIO

Os dados divulgados na biografia oficial de Ribeiro tendem naturalmente a enaltecer as dificuldades que ele encontrou em sua vida e exaltam suas qualidades e idealismo. Já os dados biográficos não autorizados, que foram manipulados e divulgados pela oposição com a evidente intenção de denegrir sua imagem e humilhá-lo publicamente, tanto demonstram as limitações de uma sociedade provinciana com dificuldades de superar tradições conservadoras, como exaltam as qualidades de Ribeiro, ratificando a figura traçada pela biografia oficial.

A tradicional abordagem da historiografia local feita até os anos setenta do século XX ressalta o caráter visionário da personalidade de Eduardo Ribeiro e o autoritarismo de suas ações, pois ele, extrapolando as atribuições de sua função como administrador, realizava projetos e intervinha diretamente nas obras. Em geral, essa historiografia generalizou as realizações do governador, ressaltando as informações mais extravagantes, que tanto poderiam exaltar como desqualificar suas ações.

⁶²⁰ *Jornal do Brasil* de 10 de abril de 1896.

⁶²¹ *Amazonas* de 25 de julho de 1896.

⁶²² *Amazonas* de 31 de julho de 1896.

⁶²³ *Amazonas* de 1.º de agosto de 1896.

Um dos representantes mais resistentes dessa tendência da história local é Mário Ypiranga Monteiro, cujo levantamento e produção histórica é considerável. Durante o seu percurso como historiador, Monteiro modificou alguns pontos de vista sobre a figura de Eduardo Ribeiro. Em um trabalho publicado em 1969⁶²⁴, afirmou que Eduardo Ribeiro chegou tarde à região, que era um erro grosseiro atribuir a ele certas providências que, iniciadas por outros, apenas receberam sua atenção e apoio para “o andamento das transformações fáceis físicas” da cidade de Manaus. Segundo Monteiro, este fato “se processou durante o período provincial com maior ênfase e não no republicano com Eduardo Ribeiro”. Alguns anos depois, em *Negritude e modernidade*⁶²⁵, Monteiro, reformulando algumas de suas posições mais tradicionais sobre a figura do Pensador, afirmou:

*Salvo alguma predisposição para o exagero, Eduardo Ribeiro traçava os planos que executava realmente. Por isso cercou-se de uma equipe de infatigáveis homens de talento, engenheiros, burocratas que o ajudavam a manter o ritmo dos negócios administrativos.*⁶²⁶

Em *A Expressão Amazonense*, Márcio Souza assume uma posição bastante crítica sobre as características assumidas pela sociedade amazonense, suas manifestações e seus representantes. Segundo ele:

*As personalidades mais representativas do “ciclo da borracha” são predominantemente aventureiras, metropolitanas e românticas. Para além da diferença e nuances psicológicas, a vibração e o espírito de modernidade os torna agressivos. O jovem coronel-engenheiro Eduardo Ribeiro (...), movimentando um fabuloso erário público, sonha com uma Manaus imensa, urbanizada e próspera, como uma Paris dos Trópicos.*⁶²⁷

⁶²⁴ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O Jornal*. Caderno comemorativo aos 300 anos de Manaus, em 24 de outubro de 1969.

⁶²⁵ Monteiro, *op.cit.*, p. 14.

⁶²⁶ *Ibid.*, p. 14.

⁶²⁷ SOUZA, Márcio Bentes de. *A Expressão Amazonense : do colonialismo ao neo-colonialismo*. Alfa Ômega 1977,p.90.

Nos meses que antecederam o pleito para a escolha do novo governador, o deputado federal Gabriel Salgado dos Santos publicou uma série de artigos⁶²⁸ no *Amazonas*, insistindo na inconstitucionalidade da inscrição de Fileto Pires Ferreira e garantindo que a indicação de seu nome devia-se a um compromisso firmado com o governador para garantir-lhe uma cadeira no Senado. O deputado ainda alertou para o fato de que a eleição de Ribeiro também não atendia às exigências constitucionais, pois, segundo ele

*S. Exc. não terá a idade constitucional – 35 annos, exigida para poder ser senador federal, facto importante causa infallivel de nullidade de eleição e para a qual em nota e carta chamarei a atenção do Exm. Dr. Fileto Pires.*⁶²⁹

Em várias edições veiculadas no mês de outubro de 1896, o jornal oposicionista publicou um mesmo artigo, contendo a transcrição de um telegrama que teria sido enviado por Ribeiro ao Barão do Ladario, desacatando-o e prevenindo que seria o novo senador do Estado. As acusações contra Ribeiro continuaram a ser feitas até a data do pleito.

Em 5 de dezembro⁶³⁰, o Diretório do Partido Republicano deliberou não concorrer ao pleito que deveria ocorrer no final daquele mês. Numa nota publicada no jornal *Amazonas* e assinada por uma comissão composta pelo Barão do Juruá, Lima Bacury, Raymundo Nunes Salgado, Manoel Pereira de Araújo e Adolpho Delcidio do Amaral, o Partido anunciava que não apresentaria nenhuma chapa, pois alegava que “perderão seu tempo os partidos da oposição em correr ao próximo pleito eleitoral, porque não existindo mais leis, direitos, garantias nem liberdade de espécie alguma neste paiz (...)”. Porém, contradizendo-se, em 19 do mesmo mês, o Partido apresentou o nome do coronel Francisco Ferreira Lima Bacury como candidato a senador.

Como estava previsto, Ribeiro foi eleito para ocupar uma cadeira no Senado Federal como representante do Amazonas, devendo substituir um de

⁶²⁸ Além dos artigos de Gabriel Salgado, veiculados no *Amazonas* de 19 e 21 de abril e 19 de maio de 1896, apareceram outros, não assinados, dentre os quais se destacam os de 4 e 20 de outubro do mesmo ano.

⁶²⁹ *Amazonas* de 20 de março de 1896.

⁶³⁰ *Amazonas* de 6 de dezembro de 1896.

seus maiores inimigos políticos, o Barão do Ladario. Todavia, encontrou uma forte resistência organizada pela ação de políticos na Capital Federal, através de artigos veiculados pela imprensa e publicações assinadas por tradicionais adversários, como o próprio barão de Ladario e o ex-governador Gregório Thaumathurgo de Azevedo⁶³¹. Ribeiro não conseguiu assumir o cargo. Contudo permaneceu no Rio de Janeiro, de março a dezembro de 1897, “pleiteando o seu diploma de Senador eleito pelo Amazonas”⁶³².

6.6 ABALOS E QUEDA

Após o término de seu mandato e sem ser empossado como senador, Ribeiro retornou a Manaus, onde encontrou muitas dificuldades de ordem política, pois já não usufruía os privilégios do cargo de governador e continuava sob a mira das críticas da oposição, que se utilizava, sobretudo, da imprensa. Em 1898, mantinha-se como líder do Partido Republicano Federal, tendo assumido a presidência do Congresso Estadual e o posto de redator político de *A Federação*.

Naquele ano, o líder do Partido Republicano no Amazonas voltava a concorrer a uma vaga no Senado, mas não foi eleito. Em julho, o jornal *Amazonas Commercial*⁶³³ explicou que, apesar de ser o candidato favorito, Eduardo Ribeiro fora derrotado, pois Ruy Barbosa votara em Jonathas Pedrosa e Bernardo Mendonça, que assinara parecer favorável a Ribeiro, não se encontrava na casa por ocasião da votação.

Além dos desgastes políticos e das constantes investidas da imprensa, Ribeiro enfrentava grande pressão psicológica em decorrência de um processo movido pelo Barão do Ladario, que o acusava de injúrias e calúnias impressas. A decisão se arrastou por alguns anos, e somente depois de longos e desgastantes debates através da imprensa e da divulgação de recursos impetrados pelos dois

⁶³¹ AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. Eleição Federal de 30 de Dezembro de 1896. Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1897. p. 4 e 5. Azevedo afirma que: “A eleição de 30 de Dezembro é falsa. (...) Se elle afirma que são verdadeiras, nós o negamos com provas materiaes, e, se na Capital, em presença das autoridades e da fiscalização de uma grande população deram-se violencias, fizeram-se fraudes, supprimiram-se votos em beneficio dos seus candidatos, manda a lógica dos factos e ordena o bom senso que se considerem também falsas essas eleições e ao de todos os municípios”.

⁶³² Em artigo veiculado em 30 de março de 1898, A. Pereira informou que, no período em que se manteve no Rio de Janeiro, o ex-governador Eduardo Ribeiro se encontrava lecionando na Escola Superior de Guerra.

lados, é que, em 8 de outubro de 1899, *A Federação* anunciou a nulidade do processo.

Certamente, tal situação deve ter afetado não apenas sua carreira pública, mas sua vida particular. Além disso, as sucessivas derrotas eleitorais e as frustrações políticas devem ter contribuído decisivamente para o abalo de sua saúde. Desde janeiro daquele ano, *A Federação* passou a publicar algumas notas sobre a instabilidade da saúde de Ribeiro. Em outubro, noticiou sua ida para o Maranhão e, posteriormente, para o Ceará para tratamento de saúde. Contudo, as notas não emitem maiores informações sobre a enfermidade do ex-governador. Em outubro de 1899, Ribeiro foi substituído pelo coronel Silvério Nery na redação política de *A Federação*.

Em 13 de dezembro de 1899, o mesmo jornal anunciou o retorno do Pensador a Manaus como um fato histórico, adiantando que o ex-governador se encontrava “francamente restabelecido da enfermidade que por alguns mezes o afastou do nosso convívio social”.

A frequência com que *A Federação* anunciava o restabelecimento da saúde de Ribeiro, afirmando não ser grave o seu estado de saúde, sugere que se tentava esconder uma enfermidade grave. Mesmo que se tratasse de um homem público, um líder político, foi aparentemente excessiva a grandiosidade das homenagens a ele prestadas por ocasião de um de seus retornos, após viagem para tratamento, como se se tratasse de uma despedida eminente.

A programação anunciada pelo jornal era digna de um chefe de Estado. Além da diversidade, as manifestações se prolongariam por mais de um dia. Iniciar-se-ia com o seu desembarque e se estenderia até a noite do dia seguinte. Ribeiro seria recebido por várias embarcações e por uma salva de 21 tiros. Desembarcaria no porto das catraias, que estaria decorado com bandeirinhas. Os prédios públicos estariam iluminados e em todas as praças da cidade haveria girândolas de foguetes. A avenida Eduardo Ribeiro seria “vestida de gala”, ostentando “um elegante coreto”, onde tocaria uma banda. Na mesma área, seria montado um pavilhão com brinquedos para as crianças e, ao fundo, ficaria “uma

⁶³³ *Amazonas Commercial* de 17 de julho de 1900.

fonte luminosa e o arco triunfal com o retrato do festejado chefe político”. No dia seguinte seria realizada uma missa na Matriz e uma corrida de bicicletas; à noite, haveria um baile no *Sport Club*.

Em 1900, a saúde do ex-governador voltou a ser abalada. Em 15 de fevereiro, o jornal *Diário de Notícias* notificava que, por motivo de doença, Eduardo Ribeiro passara a chefia do Partido ao Coronel Silvério Nery. Curiosamente, o nome de Ribeiro era mantido como candidato a governador do Estado; entretanto, a inexpressiva votação obtida em março daquele ano leva a crer que a gravidade do estado de saúde era de domínio público.

A propósito dessas eleições, no dia 27 de março, o *Diário de Notícias* informou que Silvério Nery apresentava o total de 1.486 votos, enquanto Ribeiro, apenas o de 76. Dois dias depois, o mesmo jornal divulgou a contagem final, informando que Nery fora eleito com 2.074 votos, ao passo que Ribeiro mantivera os mesmos 76 votos já computados. A desproporção numérica apresentada entre os votos dos dois candidatos parece exorbitante, mas não é tão estranha quanto o congelamento do número de votos obtidos por Ribeiro, indicando que, evidentemente, o resultado fora manipulado sem muita sutileza.

Durante o primeiro semestre de 1900, *A Federação* publicou várias pequenas notas sobre o estado de saúde do Pensador. Entretanto, ou por desconhecimento da gravidade do fato ou por indiferença, no mesmo período o jornal *Diário de Notícias* publicou uma série de artigos avaliando o quadriênio e fazendo críticas à administração de Ribeiro, sobretudo as relativas às questões sucessórias, que teriam sido diretamente orquestradas por ele.

A Federação contestou as acusações, afirmando que os artigos eram redigidos por Pedro Freyre, um antigo correligionário de Ribeiro e seu amigo desde o tempo de escola no Maranhão. Naquele momento, porém, Freyre assumia outra posição. Por sua vez, o *Diário de Notícias* rebateu as acusações, afirmando que era o próprio Ribeiro quem escrevia os artigos que acusavam e criticavam Freyre.

Sem dúvida, os interesses decorrentes das negociações políticas suplantavam qualquer laço de amizade; todavia, os rompimentos deveriam produzir seqüelas dolorosas mesmo no mais irracional dos políticos.

O estado de saúde de Ribeiro permanecia grave e, em julho, o citado jornal comunicava que o governador Ramalho Júnior recebera telegrama anunciando o embarque de Ribeiro em Florença, onde fora em busca de tratamento.

Em texto de Júlio Benevides Uchoa⁶³⁴ apresentado por Mário Ypiranga Monteiro, explica-se que, em Gênova, o ex-governador fora assistido por uma junta integrada pelos médicos Ludovici Maragliano e Taburini, que concluíram que o restabelecimento do paciente “se processaria pouco a pouco”. Ribeiro retornou a Manaus em 5 de setembro de 1900 e, segundo informações fornecidas pelos jornais locais, encontrava-se restabelecido.

Em 18 de setembro de 1900, o ex-governador recebia homenagens públicas e o jornal *A Federação* estampava um retrato seu na primeira página, para comemorar a passagem de seu trigésimo oitavo aniversário.

A festa de aniversário de Ribeiro foi realizada na chácara *O Pensador* e, entre os integrantes da longa lista publicada no jornal, destacam-se os nomes dos políticos e empresários que ergueram os sete brindes em homenagem ao aniversariante: governador Silvério Nery, coronel Affonso de Carvalho, coronel Raymundo Nina, deputado federal Carlos Marcellino, major Miranda, Dr. Orlando Lopes e Antônio Januzzi.

Em poucos dias seria publicado o resultado da convenção do Partido Republicano Federal, indicando o nome de Ribeiro como um dos candidatos a deputado estadual. Em 14 de outubro, menos de um mês após a grande festa de aniversário, Ribeiro foi encontrado morto em sua chácara. Segundo as notícias, o ex-governador se suicidara, pois estava sofrendo das faculdades mentais. Assim informa *A Federação*:

⁶³⁴ Uchoa, *apud* Monteiro, 1990. Monteiro transcreve trechos de um artigo escrito por Júlio Benevides Uchoa (p. 47), mas não fornece maiores dados quanto à origem da publicação. Supõe-se que se trate da mesma obra, cujo título Monteiro mantém anônima, mas, em nota lateral de página (p. 49), informa ter sido escrita por Uchoa, juntamente com Agnello Bitencourt e Edmundo Levy.

De há muito era sabido que o dr. Eduardo Ribeiro não se achava no gozo pleno das suas faculdades mentaes. (...) Infelizmente a vigilancia ao enfermo prevaleceu-se elle de instante que o deixaram a sós e poz termo a vida, da maneira tragica já conhecida pelos leitores”⁶³⁵

Aparentemente, o estado de saúde de Ribeiro inspirava grandes cuidados e o tratamento era muito restrito. Após sua morte, surgiu nos jornais locais uma polêmica entre os médicos, que procuraram se justificar e retirar de si qualquer responsabilidade pelo gesto fatal de Ribeiro.

A propósito desse assunto, em 18 de outubro de 1900, o *Amazonas* publicou uma nota da equipe médica composta pelos doutores Carlos Grey, Miranda Leão, Jorge de Moraes e Antonio de Carvalho Palhano, contestando uma nota publicada no *Amazonas Commercial* de 16 daquele mês, assinada pelo Dr. Antonio de Figueiredo, que afirmava ter deixado de exercer as funções de “médico assistente” de Eduardo Ribeiro desde 11 de outubro, quando a “comissão do exame de sanidade fez retirar o colete de força mandado colocar por elle e seu collega Ribeiro da Cunha”. Contradizendo-o, a citada comissão afirmava que, ao iniciar o seu trabalho “já não encontrou o doente submettido á camisa de força”.

Segundo informação de Uchoa⁶³⁶, o ex-governador, após seu retorno a Manaus, fora assistido por um grupo composto por seis vigilantes: um médico, um alferes, um furriel e três praças. Tanta gente, entretanto, não foi capaz de evitar o gesto que teria dado fim à vida de Ribeiro. O autor explica que, na noite de sua morte, Ribeiro permaneceu “agitadíssimo”:

Pela madrugada, tirando as correntes da rede, sacudia-as, jogando-as umas contra as outras. Tiradas estas por um dos enfermeiros, ele pediu um pouco de leite. (...) E enquanto seu guarda saía do quarto para pedir o liquido, o grande homem só, isolado por minutos , pôs termo a sua utilíssima existência.

Momentos depois foi encontrado morto. Tinha enlaçado no pescoço uma corda de mosquito – uma corda de cor verde – que pendia do armador .Eduardo Ribeiro jazia com a cabeça para o lado direito, sentado no soalho, a cabeça e o tronco apoiados na parede, as pernas estendidas ao comprido, os pés ligeiramente cruzados.

⁶³⁵ A Federação 18 de outubro de 1900.

⁶³⁶ Uchoa, *apud* Monteiro, 1990, p. 47.

*Vestia na ocasião um camisão de dormir de linho branco e meias pretas com listas brancas.*⁶³⁷

A posição em que foi encontrado o corpo sugere que algo suspeito ocorreu. No dia 18 de outubro, *A Federação*⁶³⁸ comentou o laudo assinado pela comissão médica, dando conta da posição do cadáver e de detalhes da cena:

*(...) cabeça presa por uma corda de linha (...) a parte superior em um armador de rede; esta corda estava atada por um nó corredio em volta do pescoço do suicida; o restante da corda passava em uma roldana destinada a suspender o mosqueteiro, fixada no centro do tecto do quarto, a cabeça do cadáver achava-se reclinada sobre a espádua direita; a boca aberta deixava ver a extremidade da língua e a face vultuosa e congesta. O braço direito, em meia flexão, repousava sobre o terço superior da coxa do mesmo lado, o braço esquerdo pendendo sobre o soalho repouzando sobre a face dorsal da mão que se achava em supinação. Pelo habito externo, não notaram echymoses ou outros signaes de violencia, que denunciasses lucta ou haver-se elle debatido na ocasião da morte. Nas conclusões do seu relatório os médicos legistas ainda declaram que a posição em que estava o cadáver era naturalissima.*⁶³⁹

Um artigo publicado no *Amazonas*⁶⁴⁰ notifica que a polícia ordenara o exame cadavérico, sendo “diagnosticada a causa *mortis*, estrangulação por asfixiamento”.

Os autores que estudaram a figura de Eduardo Ribeiro não deixaram de mencionar as condições misteriosas que envolveram sua morte, sugerindo que o suicídio tenha sido tramado por adversários políticos. Mário Ypiranga Monteiro questiona alguns dos indícios suspeitos e afirma que:

*“um médico italiano que vinha acompanhando o doente, estranhou aquela cena tão pouco revestida de naturalidade, chegando ao clímax de declarar suspeita de homicídio, de assassinato! Para escurecer ainda mais o episódio trágico, o processo sumira da Polícia!”*⁶⁴¹

⁶³⁷ Benevides Uchoa apud Monteiro p. 47.

⁶³⁸ *A Federação* de 18 de outubro de 1900.

⁶³⁹ *A Federação*, 18 de outubro de 1900.

⁶⁴⁰ *Amazonas* de 16 de outubro de 1900.

⁶⁴¹ MONTEIRO, 1990, p. 48.

A divulgação da morte de Ribeiro provocou intensa comoção pública e atraiu grande população até a chácara. Posteriormente, seguindo a linha de bonde, o povo acompanhou o funeral até o cemitério São João Batista.

No dia seguinte à morte do Pensador, foi iniciado o arrolamento de seus bens por Emílio Bonifácio Ferreira d'Almeida, “juiz de orphao, auzentes e interdictos d'este termo”, que ordenou a arrecadação dos bens pertencentes ao acervo do falecido, que se encontravam sob a guarda de Manoel Menelio Pinto e Maria Izabel de Souza Leal. O Auto de Arrecadação, composto por uma longa lista, passou a ser publicado no jornal *Amazonas* a partir do dia 17 de outubro de 1900.

Objetivamente, desconhecemos o destino dado a essa arrecadação de bens do ex-governador. Sabe-se que a mãe, uma irmã e um sobrinho residiam em São Luis. Segundo nota do jornal *Amazonas* de 23 de setembro de 1900, sua mãe chegou em Manaus somente em 22 de setembro daquele ano.

Monteiro⁶⁴² informa que Ribeiro “não se casou, mas vivia com uma senhora com quem teve um filho muito nomeado na crônica dos jornais da oposição e quem ele, dr. Eduardo Ribeiro fazia de seu herdeiro universal”, levando os opositores a acreditarem que “acumulara riquezas a fim de deixar o filho em situação independente”. Entretanto, Monteiro observa que, ao ser aberto o seu testamento, curiosamente revelou-se que Ribeiro não deixara nada para o seu filho ilegítimo⁶⁴³, nem para sua prima, nem sobrinho, mas somente para sua mãe Florinda Maria da Conceição, que estava mencionada na qualidade de herdeira universal. Contudo, o autor observa que amigos e empresas dilapidaram o espólio de Ribeiro. Contas tiveram seus valores ampliados e muitos objetos valiosos desapareceram rapidamente⁶⁴⁴.

Após a morte de Eduardo Ribeiro, jornais publicaram artigos exaltando as qualidades de sua personalidade, assim como as realizações de sua administração, ressaltando sua importância para a prosperidade do Estado.

⁶⁴² Monteiro, *op.cit.*, 1990, p. 13.

⁶⁴³ Ibid. Monteiro afirma que, após a morte de Ribeiro, “nunca mais se soube notícias desse filho”. Assinala, porém, que “uma versão da época o localiza primeiro em Minas Gerais, depois no Rio de Janeiro” para onde teria sido enviado por alguns amigos do ex-governador.

⁶⁴⁴ Ibid. p. 49.

Mesmo o *Amazonas*, o jornal que em vida fora o seu maior adversário, publicou uma série de artigos elogiosos. Um dos exemplos mais significativos dessa nova série de manifestação em favor de Ribeiro é o artigo veiculado dois dias após sua morte⁶⁴⁵:

*Sua vida foi um exemplo de energia e força de vontade.
Filho do povo, elevou-se pelo seu esforço as mais
proeminentes posições sociais.
Espírito culto, educado na escola do liberalismo mais
adiantado, tendo como phanal que iluminava a todos os seus actos o
Maximo respeito aos direitos de terceiros.
Desde os seus mais verdes anos, que se revelou como um
trabalhador infatigável, à par de uma intelligencia lúcida, propensa
sempre para o bem.
Sabia fazer-se amar por todos os que d'elle se aproximavam.
O seu nome venerado e querido, não se apagará jamais da
lembrança do povo do Amazonas.
O Estado do Amazonas e principalmente sua capital, deve-lhe
o maior carinho, em tudo pode aproveitar ao seu embelezamento
moral e material.
Não há um só edifício publico n'esta nossa hoje bella capital
onde não esteja radicado o nome do pranteado extincto.*⁶⁴⁶

O reconhecimento de seus feitos e de suas qualidades foi ressaltado em muitos artigos, dentre os quais uma despedida publicada no mesmo *Amazonas*, no dia 17 de outubro de 1900, da qual transcreve-se um pequeno trecho:

*A sua Idéia predominante era o embelezamento material de
minha terra; o seu desejo fraternal era a democracia e a polidez; o
palpitar de coração era a bondade e a concórdia: eram os maiores
prazeres na vida e a sua unigenta prova de patriotismo.
Adeus martyr, adeus para nunca mais ver!
Descença a somnio eterno!*⁶⁴⁷

O conteúdo elogioso dessas matérias contrasta acentuadamente com tudo o que foi publicado após o segundo semestre de 1895, mas se assemelha às matérias publicadas em 1892, quando Ribeiro assumiu o governo e se mantinha politicamente ligado aos irmãos Moreira.

⁶⁴⁵ *Amazonas*, em 16 de outubro de 1896.

⁶⁴⁶ *Amazonas* 15 de outubro de 1900.

⁶⁴⁷ Matéria assinada por N. Batista, veiculado no *Amazonas* em 17 de outubro de 1900.

Além dos detalhes da morte e do sepultamento de Eduardo Ribeiro, *A Federação*, em 18 de outubro de 1900, informava que, dois dias antes, “representantes da imprensa amazonense” haviam se reunido no escritório do jornal *Commercio do Amazonas* para tratar da construção de um monumento⁶⁴⁸ de “subscrição popular”, que deveria ser erigido na capital, em memória do *Pensador*. A comissão para projetar o monumento era composta por Candido Mariano, Joaquim Catramby, Alberto Rangel, José Maria dos Santos e Libanio do Amaral.

A partir dos últimos dias de outubro de 1900, o *Amazonas* publicou diariamente um anúncio do curador dos bens de Ribeiro, Amaro Bezerra, convidando todas as pessoas que mantiveram alguma transação com o falecido para que se apresentassem em seu escritório munidas dos documentos. No dia 13 de novembro de 1900, amigos⁶⁴⁹ de Ribeiro anunciaram uma “sessão civica” a se realizar no dia seguinte, no Teatro Amazonas, em homenagem ao *Pensador*.

Como é possível perceber, os artigos contra Eduardo Ribeiro publicados no *Amazonas* construíram parte da história local daquela época. Um dos historiadores locais de maior longevidade, Agnello Bittencourt (1876-1975), já escrevia no referido jornal e, como testemunha da história, ajudou a definir a imagem dos personagens que haviam sido seus contemporâneos.

Monteiro⁶⁵⁰, falecido com 94 anos em 2004, naturalmente por tentar manter uma posição crítica perante a atuação do *Pensador*, nem sempre o defendeu, mas deve-se destacar a defesa que fez em parte do conteúdo de *Negritude e modernidade*, quando afirmou que, após a morte de Ribeiro, “os amigos e adversários políticos passaram a lixívia. Lavaram a roupa suja em público.

⁶⁴⁸ O monumento em homenagem a Eduardo Ribeiro jamais foi erigido, mas o seu busto em mármore, executado pela marmoraria Ítalo-amazonense, foi instalado pela prefeitura de Manaus somente em 1978, no cemitério São João Batista. Posteriormente, prestaram-lhe uma nova homenagem, com a instalação de um pequeno busto sobre um pedestal, no centro da praça do Congresso, no início da avenida que tem o seu nome. Mas, lamentavelmente, a imagem esculpida apresenta um tratamento de aspecto *naif*, que não condiz com a relevância do homenageado.

⁶⁴⁹ O convite era assinado por Raymundo Affonso de Carvalho, Arthur Cezar Moreira de Araújo, Raymundo da Silva Rodrigues, Candido José Mariano, Manoel Uchoa Rodrigues, Francisco Gonçalves da Costa e Annibal Mascarenhas de Ribeiro.

⁶⁵⁰ Monteiro, *op.cit.*, 1990. p. 74.

Queimaram a imagem popular do ex-governador, ou tentaram fazê-lo em nome de uma coisa repelente que se chama politicagem”.

Ainda que as afirmações contidas em muitos artigos escritos contra Ribeiro possam estar destituídas de argumentação consistente, nota-se que, por uma tendência da historiografia local que predominou até quase o final do século XX, apenas as afirmações da oposição assumiam grande relevância na construção da imagem histórica de Eduardo Ribeiro.

Freqüentemente, as opiniões sobre o Pensador emitidas por Mário Ypiranga Monteiro indicam uma grande influência dos artigos do *Amazonas*. Um dos exemplos mais claros que levam a esta dedução é a argumentação apresentada por Monteiro⁶⁵¹ para questionar as convicções republicanas de Ribeiro. Ele praticamente reproduz o artigo publicado no *Amazonas*⁶⁵², quando cita o fato da passagem do Conde d’Eu por Manaus e o interesse de Ribeiro em ser fotografado ao seu lado.

Não resta dúvida de que as matérias publicadas pelos jornais locais se constituem em relevantes fontes de pesquisa, apoiando trabalhos sobre os mais diversos temas. Todavia, nota-se que, tentando escapar da versão oficial dos fatos, muitas vezes o historiador simplesmente opta pela informação oposta, assimilando o caráter crítico das observações feitas pela oposição, sem contrapor maiores questionamentos, atribuindo a estes dados um papel preponderante na versão dos fatos e na definição dos personagens estudados.

A trajetória de Ribeiro iniciada em um berço obscuro, mas movido por uma personalidade inquietante, rapidamente ascende ao poder e a riqueza. Ainda que esse processo possa ter sido duro e muito difícil, só se tornava possível nas condições daquele novo tempo que se apresentava predisposto às inovações. Não há dúvida que os passos desse processo pessoal foram assimilados e definiram as ações do homem público e sua experiência de vida foi a sua principal motivação para transformar a cidade.

É possível observar que com a mesma velocidade que Ribeiro ascende ao poder, através de uma carreira meteórica e o resultado de suas ações aparecem,

⁶⁵¹ Ibid. p.13.

sobretudo no aspecto urbanístico da cidade de Manaus. A medida que define nova configuração para cidade Ribeiro ganha notoriedade e se define como líder político e administrativo. Assim, observa-se que autor e obra são modelados em uma ação dialética, confirmando neste processo a teoria de Ernst Fischer exposta na introdução desta tese e que orientou a compreensão da cidade como artefato cultural.

⁶⁵² Amazonas de 22 de maio de 1896.

7 CIDADE DA POLÍTICA

Mesmo com as novas propostas geradas pelo sistema republicano, a política no Amazonas mantinha fortes compromissos com a tradição de favorecimento a interesses de determinados grupos. Porém, novas práticas e atores passaram a atuar em Manaus, proporcionando outras relações e exigindo diferentes cenários. Na presente pesquisa, busca-se identificar quanto significou para a reforma de Manaus a participação do grupo de militares republicanos comprometidos com as idéias positivistas, que se estabeleceu na administração do Estado por quase uma década.

Ao localizar as motivações que sustentavam a rede de relações e de interesses nas reformas urbanas e nos projetos de embelezamento da cidade, buscou-se identificar o artífice ou artífices responsáveis pela configuração de Manaus como obra. Caso contrário, ela seria apenas um produto, um múltiplo urbano. A manutenção dos discursos de valorização dos aspectos estéticos é um indício claro de que, apesar dos constantes conflitos de ordem político-partidária, havia consenso em torno da beleza da cidade, reafirmado, até mesmo, através das manifestações de desagrado da oposição. Os discursos em torno das reformas, modernização e embelezamento estavam intimamente vinculados aos interesses políticos e econômicos, que eram regidos pelas idéias de ordem e progresso.

7.1 GOVERNANTES COMO COLABORADORES

Ao adotar as políticas públicas em voga, o governador assumia o papel de representante ou catalisador das idéias predominantes em seu tempo. Suas mensagens evidenciavam a concepção de uma cidade que atendia a interesse dos grupos dominantes. Em uma análise sobre a disseminação das influências do

discurso do progresso, Eric Hobsbawm ⁶⁵³ explica que o mundo estava dividido em uma parte menor, onde o “progresso” nascera, e uma outra muito maior, onde fora introduzido pelo “conquistador estrangeiro, ajudado por minorias de colaboradores locais”. Na primeira parte, o autor indica que até as pessoas comuns “acreditavam que o progresso era possível e desejável”, e explica que:

Na França, nenhum político sensato em campanha e nenhum partido significativo se definiam como 'conservadores'; nos Estados Unidos, o 'progresso' era uma ideologia nacional; até na Alemanha imperial — o terceiro grande país a adotar o sufrágio universal masculino nos anos 1870 — os partidos que se diziam “conservadores” receberam menos de um quarto dos votos nas eleições gerais daquela década. ⁶⁵⁴

Hobsbawm pergunta por que, sendo o progresso tão poderoso, tão universal e tão desejável, ainda havia tanta relutância em acolhê-lo ou mesmo participar dele em certas regiões do mundo:

Seria simplesmente o peso morto do passado que gradual, desigual, porém inevitável seria tirado dos ombros daquelas parcelas da humanidade que ainda se dobravam sob seu peso? Em breve não seria erguida uma ópera, aquela catedral característica da cultura burguesa, em Manaus, mil e seiscentos quilômetros acima da foz do Amazonas, no meio da floresta equatorial primitiva, com os lucros do boom da borracha, cujas vítimas indígenas sequer teriam, lamentavelmente, oportunidade de apreciar Il Trovatore? Grupos de paladinos dos novos hábitos já não estavam à frente dos destinos de seus países, como os chamados científicos no México, ou se preparando para isso, como o também significativamente chamado Comitê para a União e o Progresso (mais conhecido como Jovens Turcos) no Império Otomano? O próprio Japão não rompera séculos de isolamento para adotar hábitos e idéias ocidentais — e se tornar uma grande potência moderna, como seria demonstrado em breve pela prova conclusiva do triunfo e da conquista militares? ⁶⁵⁵

Os exemplos apresentados pelo autor demonstram o relativo sucesso de práticas que se difundiram e se impuseram de maneira mais ou menos uniformemente em diferentes pontos do planeta. Segundo Hobsbawm, a impossibilidade ou recusa “da maioria dos habitantes do mundo” de viver à altura

⁶⁵³ HOBBSAWM. *Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 53.

⁶⁵⁴ *Ibid.*, p. 53.

⁶⁵⁵ *Ibid.*

dos exemplos das burguesias ocidentais era mais evidente do que as tentativas de imitá-los. Entretanto, nota o autor que a supremacia e desprezo manifesto pelo Primeiro Mundo recaía, sobretudo, na questão racial. Para ele a humanidade estava dividida segundo a “raça”, uma idéia que penetrou na ideologia da época quase com tanta intensidade quanto a noção de “progresso”.⁶⁵⁶

A biologia era aplicada para demonstrar a desigualdade entre os homens e justificar a superioridade dos brancos e a existência de classes sociais. Hobsbawm nota que esta situação tornava mais dramático o desespero daqueles cujos planos de modernização iam de encontro à “incompreensão e à resistência silenciosa de seus povos”. Assim, os dirigentes pretensamente brancos das repúblicas latino-americanas, sob a influência das revoluções européia e americana, concebiam que o progresso de seus países dependia do “branqueamento” da população.

Pelo ponto de vista de Hobsbawm, as ações de nossos políticos e administradores públicos poderiam ser classificadas como práticas colaboracionistas, que favoreciam a entrada e o domínio de um sistema alienígena.⁶⁵⁷ Todavia, é possível interpretar suas tentativas de dominar os discursos e adotar tais práticas como um esforço para atender às pressões externas e buscar inserir-se nas decisões de seu tempo. Ainda que em uma situação desvantajosa, dominar o discurso vigente e suas convenções implicava participar da encenação que regia os interesses do mundo naquele momento.

A prosperidade econômica da região facilitava a implantação de projetos e oferecia grandes possibilidades de investimentos, atraindo o projeto expansionista do mercado europeu. Em contrapartida, os possíveis investidores e produtores de bens e serviços impunham condições, mantendo, assim, a tradicional relação de dependência desenvolvida desde a época colonial.

⁶⁵⁶ Ibid., p. 54.

⁶⁵⁷ O termo “colaborador” pode assumir uma conotação antipatriótica, ao remeter às operações de uma guerra armada. Por uma leitura crítica atual, é possível interpretar a ação de nossos governantes como participantes de ações colaboracionistas em uma luta que favorecia os interesses daqueles países que nos exploravam. Sob uma revolução, poderiam ser acusados de tramar contra os interesses do País e de sua população, lembrando que, em geral, nas situações de guerra declarada, ações dessa natureza poderiam ser julgadas e, em regra, seus autores seriam condenados à pena de morte por traição. Colaborações com participações menos graves,

A simplificação dos métodos para reproduzir os modelos importados pode ser comparada aos processos de reprodução gráfica feitos através de frotage⁶⁵⁸ ou da impressão de uma gravura⁶⁵⁹. Algumas observações acerca da reprodução de modelo de cidade por parte das comunidades americanas foram ressaltadas no segundo capítulo deste trabalho. Destacamos o pensamento de Angel Rama e Giulio Argan. Do primeiro, a relação entre transposição dos traçados da cidade e a manutenção de uma estrutura de poder; do segundo, a opinião de que essa prática fazia das cidades módulos vazios.

Sob diferentes pressões, nem sempre evidentes, os governantes reproduziam representações de outra realidade, demonstrando a manutenção de um processo de submissão cultural que não permitia maiores reflexões filosóficas ou atitudes críticas perante os efeitos de seus impactos “modernizadores” sobre a realidade local.

Ao adequar a sua fala e suas ações para atender às reivindicações dos grupos mais influentes e assumir a liderança política do Estado, o governador atuava como um administrador dos interesses desses grupos e da sociedade que se expandia. Isso implicava adotar praticamente todas as idéias vinculadas ao discurso do progresso. Assim, os documentos oficiais, tais como as mensagens governamentais e relatórios das variadas repartições públicas, além do formato muito semelhante, apresentavam praticamente o mesmo repertório de conteúdos.

Discutir a consciência política de nossos governantes naquele momento resgataria grande parte de nossa história de dependência cultural e ausência de perspectivas que favorecessem uma outra concepção de sociedade e de cidade. As manifestações comprometidas com o comunismo e com o socialismo confrontavam-se com a ordem estabelecida, e os projetos de cidades apareciam muito mais como utopia do que como solução para os problemas que afetavam a

como os favores sexuais das mulheres francesas prestados a soldados alemães, foram severamente punidas com perseguição e humilhação pública após o término da Segunda Guerra Mundial.

⁶⁵⁸ Processo de reprodução de um desenho calcando-se o relevo de uma imagem, obtendo-se, como resultado, uma cópia no mesmo sentido da imagem original, porém sem o volume dos relevos.

⁶⁵⁹ A impressão de uma gravura (xilogravura, metal ou litografia) implica reproduzir uma imagem gravada sobre um suporte rígido (uma matriz) em um papel. Nesse processo, a imagem sobre o suporte deve ser entintada e prensada, gerando uma imagem com todos os detalhes da matriz (uma cópia), todavia no sentido inverso.

sociedade. Essas propostas, portanto, afligiam o poder constituído, sobretudo porque as sociedades se fundamentavam nas relações em torno do capital e da propriedade privada.

Assim, a função do governador, como a imagem de um maestro frente a uma grande orquestra, perde consistência e pode ser substituída pela figura de um personagem teatral, integrante de uma complexa encenação dramática. Por diferentes interesses, políticos e administradores públicos decoravam e assimilavam textos, alguns acreditando nas idéias, outros estimulados pelos ganhos pessoais. Todos estavam envolvidos nos conflitos, sendo suas ações regidas por uma trama com prêmios e punições. Entretanto, tal como no teatro, a trama da encenação era dirigida pela concepção de um diretor que, em geral, se encontrava fora da cena.

7.2 SIGNIFICADO DAS MENSAGENS

Mesmo que os administradores públicos do Amazonas se encontrassem em uma região praticamente isolada do restante do país, mantendo um outro ritmo quanto à política nacional, eram orientados pelos trâmites da burocracia administrativa e regidos pelas normas e pelas práticas adotadas em modelos europeus, cuja orientação era decisiva. Deve-se ressaltar também que as políticas públicas aplicadas apresentavam-se, em geral, bastante atualizadas e o aparente pioneirismo de certas adoções era propiciado por uma sociedade predisposta às inovações.

Compreendemos que a documentação oficial, emitida pelos presidentes e governadores do Amazonas no período delimitado por este trabalho,⁶⁶⁰ é representativa como manifestação do pensamento político nacional. Durante a Primeira República, os governadores, assim como parte de seus auxiliares mais

⁶⁶⁰ São inúmeros os lugares de enunciação dos discursos, mas insistimos em afirmar que as principais fontes primárias orientadoras deste trabalho são as mensagens governamentais emitidas no período de 1890 a 1900, ainda que tenhamos investigado também os relatórios e os documentos oficiais, além de vários periódicos e observações de viajantes que trataram da região no mesmo período.

diretos, eram originários de diferentes estados brasileiros e quase todos haviam se bacharelado na Escola Militar na Capital Federal⁶⁶¹.

A formação desses administradores convergia para as idéias republicanas e implicava a adoção de procedimentos e práticas administrativas de caráter nacional. Além destes pontos, deve-se considerar o local de origem de tais políticos: são três nordestinos⁶⁶², um carioca⁶⁶³ e um amazonense⁶⁶⁴. Destes, somente o amazonense não tinha formação militar na Capital Federal.

Como observa Hobsbawm, não somente no Amazonas, mas praticamente em todo o universo de influência ocidental, as nações aspirantes ao *status* da civilização européia procuravam adotar práticas que lhe permitissem a inserção no mercado internacional. Contudo, as limitações da realidade de dependência dessas nações não admitiam que reproduzissem muito mais que a aparência do modelo aspirado.

Muitas evidências deste processo são expostas por Márcio Souza⁶⁶⁵ em uma de suas obras mais significativas, a que trata da chamada “expressão amazonense”. Nela, o autor ressalta criticamente as manifestações da sociedade gerada sob a relação de interesses internacionais e as limitações da elite local. Souza evidencia a dependência desse processo através do neocolonialismo, cuja configuração interpreta no artificialismo da imagem da cidade criada:

Os coronéis de Manaus experimentaram a tentação do internacionalismo e da irresponsabilidade burguesa da belle-époque. Manaus foi a única cidade brasileira a mergulhar de corpo e alma na franca camaradagem dispendiosa da belle-époque. Os coronéis, de seus palacetes, com um pé na cidade e outro no distante barracão central pareciam dispostos a recriar todas as delícias, mesmo a peso de ouro”.(...) Uma cidade que não é verdadeiramente cidade, mas

⁶⁶¹ Na primeira década republicana, o Estado do Amazonas foi dirigido por dois presidentes e três governadores, todos militares, mas somente Gregório Thaumaturgo de Azevedo e Ramalho Júnior não eram oriundos da Escola Militar do Rio de Janeiro. Os demais apresentavam o título de bacharel em Ciências Físicas e Naturais, que os permitia exercer a profissão de “engenheiro militar”. Naquele momento, os oficiais da Escola Militar, que compunham a elite inovadora do exército, tinham uma formação acadêmica bastante sofisticada para a época e eram chamados de “militares científicos”. Com o advento da República, assumiram o papel de porta-vozes de determinadas idéias consideradas inovadoras para o momento histórico.

⁶⁶² Gregório Thaumaturgo de Azevedo e Fileto Pires Ferreira eram do Piauí e Eduardo Ribeiro do Maranhão.

⁶⁶³ Augusto Ximeno Villeroy.

⁶⁶⁴ José Cardozo Ramalho Júnior.

⁶⁶⁵ SOUZA, Márcio Bentes. *A Expressão Amazonense - do colonialismo ao neo-colonialismo*. Manaus: Alfa-Omega, 1977.

*decoreção, cenografia, palco ideal para a reificação colonialista. Copiando diretamente a arquitetura, a pompa, os costumes, os coronéis de barranco não eram propensos, no entanto ao liberalismo, ou ao bom humor burguês que levantava indústria e feiras industriais como monumentos à vitória do progresso. Há uma recusa inconsciente a essa intromissão nova, uma velada antipatia por essa nova sociedade de preço fixo.*⁶⁶⁶

Os reprodutores dos discursos pareciam acreditar que a imagem, mais que um artifício para atrair a mão-de-obra e o capital estrangeiro, garantiria a entrada, ainda que compulsória, ao universo da *belle-époque*. Era, portanto, natural que o conteúdo das mensagens emitidas pelos governadores refletisse os interesses da sociedade capitalista e burguesa. Em última instância, isto significava participar da única alternativa de progresso e modernidade.

Dentre as atribuições determinadas pela Constituição Estadual,⁶⁶⁷ o governador deveria anualmente apresentar “mensagem minuciosa”, expondo a situação “dos negócios do Estado” e sugerindo providências. Assim, as mensagens emitidas pelo governador eram um documento constitucional que assegurava a oficialidade das propostas apresentadas.

Como instrumento de comunicação, as mensagens governamentais eram regidas por um código, cuja eficácia transcendia as questões denotativas do conhecimento da língua e da gramática. O êxito de seu objetivo dependia da atualidade do repertório e da adequação de seus conteúdos. Portanto, era necessário que os políticos e administradores bem sucedidos detivessem este domínio discursivo e apresentassem argumentos.

Em Manaus, como na maior parte dos lugares em que foram emitidos os discursos, a administração pública mantinha uma posição centralizadora e autoritária perante a realidade local. Posicionava-se como detentora de uma solução inaugural e decisiva para todos os problemas concernentes à cidade. Não raro, fazia-se tábula rasa de sua história, ignorando-se a existência de uma

⁶⁶⁶ Ibid., p.98;104.

⁶⁶⁷ Esta atribuição do governador repete-se nas quatro Constituições Estaduais aprovadas durante a última década do século XIX: as duas de 1891, a de 1892 e a de 1895.

cultura local, como se tratasse da fundação de uma nova cidade, com outros elementos, interesses e necessidades próprios. Como se a partir da elaboração discursiva fosse dado o grande impulso para a real construção da urbe. Mesmo que não fossem inteiramente assimilados nem eficientes, a simples instalação dos novos serviços era apontada como um relevante indicador da melhoria do nível de civilização, representando a garantia de segurança dos cidadãos.

As mensagens dos governadores do Amazonas emitidas durante a Primeira República refletem o novo contexto político e as tentativas de demonstrar compromisso com uma era de transformação, preservando e reproduzindo a estrutura formal tradicional no país, demonstrando as relações desiguais entre o poder do Estado e as ações populares.

Como um instrumento oficial do poder, é previsível que o conteúdo das mensagens fosse manipulado e que ressaltasse determinados aspectos para favorecer interesses específicos. Contudo, devemos salientar que, mesmo que esses documentos fossem regidos por determinadas práticas políticas e sociais, não invalidaria nosso interesse pelos conteúdos emitidos, pois acreditamos que, através das justificativas e solicitações feitas pelo governador, é possível localizar indícios e evidências da concepção de progresso e modernidade que orientavam a construção da nova imagem da cidade.

As fontes governamentais integram uma grande rede de comunicação que transcende as instâncias administrativas. A interpretação do conjunto de documentos como um veículo de interesses específicos de determinados grupos explica as razões das atitudes centralizadoras e autoritárias. Não se pode ignorar, entretanto, que, por estratégia política, o corpo de suas propostas contemplava reivindicações de diferentes segmentos da sociedade. Assim, a ação dos administradores estava politicamente respaldada e ganhava legitimidade social.

Muitas vezes, essas propostas se convertiam em leis e decretos que passavam pelo governador e chegavam ao Congresso do Estado. Essa rede se estendia através de uma ação bilateral, dinâmica e dialética. A mensagem emitida pelo governador podia ser o princípio ou o fim do processo da cadeia. Por esta lógica, a ação dos secretários e diretores de repartições tanto podia engendrar as

práticas idealizadas pelos governadores como embasar seus discursos e justificativas.

Seguindo o circuito da documentação oficial, é possível reproduzir a trama da rede de comunicação de várias instâncias administrativas envolvidas no processo de transformação da cidade. Priorizam-se, porém, as referências emanadas do poder executivo, sobretudo as mensagens governamentais e os relatórios de seus secretários e diretores de repartições públicas. Ainda que nem sempre as propostas desses assessores mais diretos fossem creditadas nas mensagens governamentais ou contempladas com a realização, era relevante a sua participação na definição da política das obras públicas.

Nesse sentido, além das mensagens governamentais, a pesquisa destacou os relatórios emitidos pela Diretoria da Repartição de Obras Públicas e pela Inspetoria de Higiene, por compreender que nessas áreas da administração estadual concentravam-se as propostas e as discussões sobre a transformação da cidade. Este material favorece o levantamento e a investigação de dados que, de alguma forma, podem evidenciar a relação entre as idéias que integram o discurso do progresso e a forma dada à reconstrução da paisagem urbana de Manaus.

Objetivamente, as mensagens governamentais deveriam ser dirigidas ao Congresso Estadual, mas eram também publicadas em jornais locais, assumindo um papel democrático de prestação de contas à população. Elas justificavam as ações realizadas e buscavam o apoio popular para a aprovação e financiamento dos novos projetos que, em primeira instância, deveriam beneficiar toda a sociedade.

As mensagens dos governadores não eram apenas uma comunicação administrativa composta pela exposição das realizações, projetos e justificativas. Nem mesmo eram documentos representativos das variadas instâncias, contendo as mais diversas propostas e reivindicações. Esses textos eram, sobretudo, um instrumento político de persuasão e propaganda administrativa e partidária. Além disso, na densidade do conteúdo retórico havia o discurso formador da cidade. Através da retórica, administradores habilidosos são capazes de projetar e

divulgar propostas e realizações, formatando imagens na consciência dos usuários da cidade e sugerindo o desempenho eficaz de sua administração.

Ainda que as ações do governador estivessem teoricamente apoiadas por uma grande estrutura administrativa, nem sempre isto era capaz de garantir a aplicação das solicitações contidas nas mensagens como um instrumento capaz de intervir de maneira eficaz no processo de transformação da cidade. Era fundamental que o chefe de Estado mantivesse o apoio político local e isto dependia de uma carreira repleta de relações e interesses ajustados.

Naquele momento, mesmo perante a especificidade das mudanças que se processavam na região, mesmo que grande parte da população não mantivesse maiores vinculações com as tradições e interesses da cidade, uma carreira política bem sucedida implicava uma série de alianças que promovesse práticas e ações calculistas e contemplasse interesses de grupos locais.

A maior parte dos políticos locais havia passado pelo Partido Liberal, que, após a República, se desdobrou no Partido Nacional Republicano e no Partido Federal Republicano. Posteriormente, este último foi desdobrado em duas outras tendências. Assumir uma posição de liderança era muitas vezes uma questão de oportunidade, mas, mantê-la, no entanto, era uma tarefa extremamente delicada, exigindo um desempenho desdobrado. Em geral, o vínculo com o poder se respaldava em compromissos firmados com as elites locais, ou com os membros do Congresso do Estado. Mas as garantias eram tão frágeis e temporárias quanto os interesses firmados.

A oratória mantinha-se como um instrumento fundamental para o êxito político e a difusão das idéias que pretendiam implantar, sendo o exercício básico para a persuasão do grupo. Assim, os políticos e administradores públicos deveriam apresentar um repertório atualizado que, além de reverberar as idéias de seu tempo, contemplasse os interesses dos grupos locais politicamente atuantes e economicamente influentes.

Muitas questões podem ser levantadas quanto à legitimidade das propostas apresentadas nas mensagens governamentais, assim como sobre os projetos apresentados, discutidos e aprovados na Assembléia do Estado.

Entretanto, ao priorizar-se a documentação oficial, optou-se pela expressão dos interesses de um determinado grupo, compreendendo que, em última instância, ela representa as idéias e as manifestações deste mesmo grupo, que era, afinal quem definia predominantemente a nova imagem da cidade.

O eixo central desse estudo se apóia, portanto, na produção material e imaterial dos grupos dominantes, considerado como um conjunto de manifestações que reflete suas idéias, seus desejos e suas necessidades. Identificam-se os discursos governamentais como fonte primária para esta pesquisa, já que são indicadores que sugerem a orientação e a aplicação de práticas “modernas e civilizadas”, sobretudo no que se refere à paisagem urbana.

Das primeiras reivindicações e justificativas dos projetos de reformas aos procedimentos adotados nas intervenções em direção à cidade idealizada, a administração pública reproduzia as mesmas propostas de reformas realizadas em diferentes pontos do globo, orientadas, principalmente, pelas noções de progresso e modernidade que vigoravam na Europa.

Participar das articulações para integrar esse universo implicava submeter-se a uma série de condições impostas pelos produtores do mercado internacional. Dentre as exigências, destacava-se a questão da ordem, pois, do ponto de vista da segurança política e da saúde pública, ela era necessária como garantia de retorno dos possíveis investimentos do capital estrangeiro.

Assim, os anseios da sociedade organizada determinavam que a administração pública definisse e implantasse uma política de valorização da imagem da cidade, priorizando os aspectos materiais que dessem uma aparência “mais civilizada”.

As propostas apresentadas para implantação de obras de melhoramentos públicos e serviços exigiam o uso de um pequeno conjunto de justificativas que orientava as reformas urbanas européias. As rubricas preferenciais que estruturavam tanto as mensagens dos governadores quanto os relatórios de seus assessores indicavam as prioridades definidas pelo Estado e levaram a identificar os principais eixos temáticos dos discursos e a compreensão de uma estrutura montada sobre o seguinte tripé: saúde (higiene e saneamento), progresso e

modernidade (instalação de serviços públicos), questões estéticas relacionadas ao embelezamento (construção de grandes edifícios decorados, preparação de ruas, ajardinamento de praças e instalação de monumentos).

Quase todas as propostas parecem convergir para a noção de civilização, sendo possível distinguir os melhoramentos urbanísticos introduzidos a partir de obras de infra-estrutura e da instalação dos serviços públicos.

Os discursos sugerem que estas características constituíam um dos maiores objetivos do processo de civilização. Entretanto, não se pode desvincular esse processo de reformatação da imagem da cidade das aspirações de uma sociedade com múltiplos interesses.

Originalmente, os discursos comprometidos com as idéias de modernidade e progresso apoiavam-se em idéias filosóficas e científicas e camuflavam aspectos que pudessem revelar o conteúdo materialista e mercantilista da sociedade. Partia-se de elementos abstratos e idealizados, mas insistia-se em sua concretização material, destacando o papel humanista do sistema e valorizando seus lucros sociais. A transposição desse elemento imaterial para o material implicava um conjunto de práticas e era orientada por interesses que reformulavam os espaços urbanos, gerando um novo modelo de cidade.

A sociedade brasileira aspirava por essa nova concepção de urbe e contava com adeptos em diferentes instâncias. Manifestações de apoio podem ser identificadas em editoriais e pequenas notas veiculadas na imprensa, nos longos e polêmicos debates promovidos pelos representantes na Assembléia do Estado e, sobretudo, nas mensagens governamentais.

As obras e serviços eram defendidos como necessidades fundamentais para a sociedade daquele momento e suas vantagens e benefícios eram propagados através da imprensa. Muitos projetos eram resultados de propostas e discussões de políticos que, na Assembléia, formulavam suas reivindicações sob a justificativa de serem legítimos representantes do povo. Sob essa ótica, as propostas apresentadas pelo governador poderiam ser interpretadas como um instrumento reivindicatório e legítimo. Todavia, as práticas sugerem outros interesses.

7.3 TRANSIÇÃO POLÍTICA NO AMAZONAS: 1890/1892

Nos dois primeiros anos após a Proclamação da República, a situação política no Amazonas refletia a instabilidade reinante em todo o País. Nesse curto período de adaptação política ocorreu uma série de sucessões governamentais que não facilitaram o desempenho dos administradores na região.

A notícia da Proclamação da República chegou a Manaus somente em 21 de novembro de 1889, sendo imediatamente acolhida pelo Partido Republicano e em seguida pelos integrantes do Partido Conservador, mas até o final daquele ano o Partido Liberal absteve-se de qualquer manifestação a favor do novo regime.

No dia 22 de novembro constituiu-se uma *Junta Governativa* que tomou posse e, apesar de conflitos entre alguns de seus integrantes, resistiu até 4 de janeiro de 1890, quando assumiu o primeiro presidente do Estado do Amazonas: o capitão Augusto Ximeno Villeroy⁶⁶⁸ (1863-1937).

Antes de completar um ano de mandato, problemas familiares forçaram o presidente a retirar-se repentinamente para o Rio de Janeiro. Em 2 de novembro de 1890, por ordem do governo federal, assumiu o cargo o tenente Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), Oficial de Gabinete do presidente e Diretor das Obras Públicas. Na verdade, ele foi designado para ser vice-presidente, já que Leovigildo Coelho, o titular, se encontrava incompatibilizado com o posto⁶⁶⁹.

Articulações feitas por políticos locais impediram que Villeroy reassumisse a direção do Estado. Em 2 de janeiro de 1891, após a exoneração do presidente,

⁶⁶⁸ CASTRO, Celso. *Os militares e a República*, Rio de Janeiro: Zahar, 1995. Nessa obra, Castro cita várias vezes Villeroy e informa que o futuro primeiro presidente do Amazonas teve participação destacada entre os líderes da *Escola Militar* no movimento republicano. Ele foi incluindo entre os jovens intelectuais chamados de “militares científicos” ou “bacharéis fardados”. Como aluno-acionista da *Revista do Clube Acadêmico*, Villeroy traduziu e publicou, em 1887, a segunda parte do livro de Auguste Comte, *Geometria Analítica a duas dimensões*, demonstrando seu grande interesse pelas idéias positivistas. Participou diretamente da “*Questão Militar*” – uma série de eventos provocados pelo confronto do governo com os militares, ocorridos em 1866 e 1867 e que desencadearam o golpe de 1889. Villeroy integrava um pequeno grupo que atuou como aluno coadjuvante de ensino, bacharelado-se em Matemática e Ciências Físicas na Escola Militar. Ao assumir a presidência do Estado do Amazonas, contava com apenas 27 anos.

⁶⁶⁹ O vice-presidente Leovigildo Coelho ocupava uma cadeira do Estado do Amazonas no Senado Federal.

Ribeiro foi oficialmente empossado nesse cargo, mantendo-se no posto até 5 de maio⁶⁷⁰, quando o mesmo grupo político articulou sua substituição.

Em documento⁶⁷¹ publicado alguns anos depois, Ribeiro sintetiza o seu primeiro período na direção do Amazonas, tentando ressaltar as próprias convicções e criticar o conservadorismo da sociedade local. Segundo ele:

*Nesse honroso posto de sacrificio prestei á Republica e ao Estado do Amazonas os mais relevantes serviços, já implantando no solo amazonense o verdadeiro espirito republicano alli pouco desenvolvido, já continuando as patrioticas reformas iniciadas pelo meu digno antecessor, reduzi despezas improficuas, organizei orçamentos em que forão feitas notaveis economias.*⁶⁷²

Em posição defensiva, o ex-governador afirma que, durante o período de seu governo, “nenhuma accusação” fora feita contra sua probidade como funcionário público, nem contra sua honra ou mesmo contra sua pessoa. Categórico afirma: “Nenhuma palavra foi pronunciada na imprensa de Manáos e desta Capital, na tribuna de qualquer das camaras, que não tivesse resposta imediata”.⁶⁷³

Em biografia publicada em 1895, indica-se que Ribeiro deixou o cargo em 1891, “por incompatibilizar com o governo immoral do Barão de Lucena, graças aos indecentes manejos e pequenas intrigas de desclassificados politicos”.⁶⁷⁴ Em versão publicada em 1897, Ribeiro afirma que sua exoneração fora promovida pelo senador Joaquim Sarmiento (1845-1914) e por Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Segundo ele, a articulação fora desencadeada por sua negativa em favorecer os interesses especulativos de Azevedo sobre os serviços públicos⁶⁷⁵ em Manaus e a decisão fora favorecida pela ausência dos outros representantes

⁶⁷⁰ RIBEIRO. Eduardo Gonçalves. *Contra á Calumnia..* Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1897. p.p.10;49.

⁶⁷¹ *Ibid.*, p. 10.

⁶⁷² *Ibid.*

⁶⁷³ *Ibid.*

⁶⁷⁴ *Diário Official* de 18 de setembro de 1895.p.2.

⁶⁷⁵ Segundo Ribeiro, a articulação ocorreu em decorrência de sua negativa em protelar o prazo de concorrência para o sistema de esgotos.

do Estado na Capital Federal. Conclui que o fato fora explicado, “embora não calasse no espirito das pessoas sérias e honestas do paiz”.⁶⁷⁶

Oficialmente, os ideais republicanos eram aplicados até nos discursos conservadores e difundiam-se na sociedade como um hino decorado, sem a devida assimilação. Entretanto, a imagem e, sobretudo, a prática de personagens como Ribeiro tornaram-se uma ameaça para a estabilidade política local. A sociedade provinciana e conservadora do Amazonas era regida por políticos tradicionais, que mantinham a mesma prática do período monárquico, apoiando-se na solidariedade partidária e nos laços de família.

Em 2 de abril de 1891, o presidente Deodoro da Fonseca nomeou o tenente-coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo⁶⁷⁷ (1851-1921) para assumir a presidência do Estado do Amazonas. Azevedo era um militar de carreira, natural do Piauí e, na época de sua nomeação, atuava na Capital Federal.

O fato provocou uma reação popular em Manaus, com protestos em praça pública e registro em uma ata⁶⁷⁸ assinada por trezentas e sessenta e três pessoas, dentre as quais destacavam-se políticos influentes e profissionais de diversas áreas. Dessa maneira ratificava-se o nome de Eduardo Ribeiro para permanecer no cargo, aclamado que foi como o legítimo presidente do Estado.

Apesar de todas as manifestações em seu favor, em 5 de maio de 1891, por ordem federal, Ribeiro teve de entregar o posto ao vice-presidente Guilherme

⁶⁷⁶ RIBEIRO, op. Cit, 1897. p.p. 10 e 49.

⁶⁷⁷ BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias – vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 481. Bittencourt informa que Gregório Thaumaturgo de Azevedo nasceu no Piauí em 17 de novembro de 1851, bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemática pela Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, e em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Recife. Além de presidente do Amazonas, Azevedo governou também o Estado do Piauí e na carreira militar chegou ao posto de general.

⁶⁷⁸ “*Acta da Aclamação do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro*, para governador do Estado do Amazonas, em consequência do acto violento de sua demissão desse cargo pelo Governo Federal, a 2 de Abril de 1891. Aos doze de Abril de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da Republica, reunido o povo da cidade de Manáos, em nome da população do Amazonas, na Praça da República, em vista da demissão traiçoeiramente conseguida do Governo Geral pelos inimigos da Republica, do cidadão Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que contento da população do Amazonas está dirigindo os destinos deste Estado, resolveu a mesma população aclamar o referido Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, governador effetivo do Estado do Amazonas. Em seguida o mesmo povo depoz a Intendencia Municipal por não mais lhe merecer confiança. E por ser esta a vontade do povo, foi lavrada a presente acta que lida ao cidadão governador proclamado pelo povo, foi acceita e assignada pelos presentes”. Segue-se uma lista com 363 assinaturas de profissionais das mais variadas áreas”.

José Moreira (1835-1899), Barão de Juruá⁶⁷⁹. O novo mandatário se manteve no cargo somente por vinte dias, sendo substituído pelo coronel Antônio Gomes Pimentel, que fora enviado pelo governo federal⁶⁸⁰.

Em seção solene de promulgação da Constituição do Estado, em 27 de junho de 1891, os vinte deputados integrantes do Congresso elegeram o presidente e o vice-presidente do Amazonas. Foi eleito para o primeiro cargo, por uma maioria de quinze votos, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, o que referendava a indicação feita pelo governo federal. Já o nome de Eduardo Ribeiro, que fora aclamado em manifestação pública, recebeu somente cinco votos⁶⁸¹.

Na mesma votação Guilherme José Moreira, Barão do Juruá, foi eleito vice-presidente com 19 dos 20 votos, o que demonstra a clara liderança que possuía na política local. Os irmãos Moreira atuavam em Manaus desde a década de 1850, quando Antônio José Moreira chegou ao Amazonas para atuar como médico do exército e, posteriormente, como deputado. Seus irmãos Emílio José (1846-1896)⁶⁸² e Guilherme José chegaram em Manaus ainda crianças.

Os três irmãos atuavam na política desde a monarquia e dirigiram o Partido Liberal, do qual fez parte Eduardo Ribeiro quando chegou a Manaus. Após a Proclamação da República, o partido passou a denominar-se Partido Democrático e, um pouco depois, Partido Republicano Federal. Era dirigido por Guilherme José

⁶⁷⁹ Segundo informação do historiador Agnello Bittencourt, em seu *Dicionário Amazonense de Biografias*, de Guilherme José Moreira (1835-1899) era natural da Bahia, mas se encontrava na região desde 1854. Em 1859 iniciava a sua escalada na carreira militar e em 1868 assumiu o cargo de vereador. Ainda que por seus interesses pessoais, Moreira foi um dos raros representantes da Província do Amazonas na Câmara dos Deputados que estava radicado na Província. Liderou uma das facções do Partido Liberal no Amazonas, e em 1878 assumiu o cargo de vice-presidente, fato bastante criticado pelos conservadores, que denunciavam a sua inexperiência administrativa. O coronel Guilherme Moreira estava, portanto, bastante familiarizado com o jogo do poder e com o novo sistema de governo passava a ter oportunidades de exercer com maior intensidade sua liderança sobre os políticos locais, sendo apoiado por laços de família e de amizades.

⁶⁸⁰ Ribeiro, op.cit, 1987. p. 9.

⁶⁸¹ *Annaes da Assembléa*. 1891. Manáos. Typographia do Amazonas, 1889. p. 43.

⁶⁸² A biografia publicada em 30 de janeiro de 1896, no jornal Amazonas, informa que Emílio José Moreira nasceu na Bahia e cursou o seminário São José, em Manaus, cidade onde começou sua carreira militar. Durante a monarquia, foi eleito deputado por diversos mandatos, assumindo algumas vezes o posto de presidente da Assembléa Provincial do Amazonas. No período republicano, foi presidente do Congresso Estadual e "firmou" as Constituições de 1891 e 1892. A partir de novembro de 1894 tornou-se opositor de Eduardo Ribeiro.

Moreira, enquanto seu irmão, o deputado coronel Emílio José Moreira, exercia a liderança sobre os deputados na presidência do Congresso Amazonense.

A prolongada permanência no poder fixava tradições que se fortaleciam pelas relações partidárias, pelos laços de família e, acima de tudo, pelo uso de um veículo de comunicação – o jornal *Amazonas*, órgão do Partido Republicano Federal. Assim, os Moreira detinham uma rede de influências e constituíram uma das mais fortes oligarquias locais.

Em 1º de julho de 1891, o Barão do Juruá foi empossado no cargo, dois meses antes do presidente Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Moreira montou todo o aparelho administrativo e político com elementos de seu grupo, ignorando que o novo regime exigia mudanças.⁶⁸³

7.4 ADMINISTRAÇÃO DE GREGÓRIO DE AZEVEDO: 1891-1892

O presidente Azevedo⁶⁸⁴ assumiu em 1.º de setembro de 1891 e quinze dias depois apresentou sua mensagem⁶⁸⁵ inaugural, fazendo propostas que constituíram um verdadeiro confronto com os interesses de grupos políticos locais. O presidente propunha anular várias decisões tomadas antes de sua posse. Dentre elas constava a reformulação de projetos aprovados pelo vice-presidente. Uma das questões mais delicadas foi solicitar a rescisão do serviço de esgotos, pois atingia diretamente o interesse de políticos e empresários. Isso desencadeou uma série de protestos que culminou numa total conspiração orquestrada pelo Partido Democrático no Congresso Estadual.

Além de atender às exigências do contexto internacional, os administradores brasileiros precisavam apresentar um discurso afinado com os ideais republicanos. Assim, é possível identificar na primeira mensagem emitida

⁶⁸³ REIS, Artur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. p. 250.

⁶⁸⁴ No cabeçalho da documentação oficial emitida durante a administração de Azevedo constava a seguinte referência: Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, Bacharel em Mathematica e ciencias phisicas, engenheiro Militar, Bacharel em Sciencias Jurídicas e Sociaes, Tenente-coronel do Corpo de Engenheiros, no quadro extranumerário E Presidente do Estado do Amazonas, etc. etc".

⁶⁸⁵ AZEVEDO, Gregorio Thaumaturgo. *Mensagem do Presidente do Estado. lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de 15 de Setembro de 1891*. Manaus: Typographia. do Amazonas, 1891.

pelo presidente Azevedo um discurso comprometido com a mudança, preservando, no entanto, a garantia das instituições:

*Como base fundamental de um governo que se firma em um systema novo, julgo conveniente que me auctoriseis a reorganisar todos os serviços da administração publica, nos seus differentes ramos, mantendo a estabilidade das funcções politicas, e a unidade de acção do governo sem offensa da descentralisação compativel com o regimen livre e democratico, afim de que a administração, a justiça, a segurança publica e a municipalidade possam funcionar harmoniosamente, assegurando os interesses do Estado e garantindo os direitos politicos e privados do cidadão.*⁶⁸⁶

Em sua mensagem, Azevedo⁶⁸⁷ se declara comprometido com a tarefa de reconstruir o País, propondo-se a aparelhar o Estado e a promover os melhoramentos urbanos necessários à capital. O presidente reafirma sua disposição em colaborar com sua “actividade”, seu “patriotismo”, alegando que a única recompensa desejada de sua administração seria promover “o bem estar do povo” e manter ileso a “*lei mater*, garantidora das liberdades constitucionaes”.

Azevedo reconhecia que seu plano de governo era “vasto”, mas acreditava ser perfeitamente praticável. Quanto aos “melhoramentos materiaes”, o presidente alertava que o “Estado carece de todos, tanto na capital como, principalmente no interior”.⁶⁸⁸

O novo presidente revelava a intenção de implementar um grande projeto de transformação da cidade com pretensões evidenciadas através de uma confessada expectativa em relação à repartição de “Obras Publicas, Terras e Estatistica”. Azevedo considerava que, do “ponto de vista da ordem e da tranquillidade publicas”, este departamento era talvez o mais importante da sua administração, devendo merecer “toda atenção” do Estado. Para ele, essas atividades seriam capazes de divulgar a imagem do Estado no restante do Brasil e no exterior, pois reconhecia que o Amazonas era tão vasto quanto ignorado.

⁶⁸⁶ Azevedo, op.cit, 1891. p.4.

⁶⁸⁷ Ibid. p. 3.

⁶⁸⁸ Ibid.. p.4.

Numa demonstração de economia dos gastos públicos e de conscientização dos limites do orçamento estadual, Azevedo solicitou ao Congresso Constituinte algumas modificações contratuais. Uma delas era a rescisão do contrato para a construção do teatro⁶⁸⁹, sugerindo que erguessem “um outro, adaptado ao clima e modesto em suas dimensões”. O presidente propôs deslocar a verba destinada à construção do quartel de polícia para a construção de um novo prédio para a⁶⁹⁰ a Santa Casa de Misericórdia⁶⁹¹, que era uma necessidade maior.

O presidente reconhecia que, pelo novo sistema de governo, a Igreja encontrava-se separada do Estado, mas, mesmo assim, sugeriu que o Estado assumisse os custos com a construção do adro da Igreja Matriz e com os da segunda torre da Igreja de S. Sebastião, além de providenciar a conclusão da Igreja dos Remédios. Segundo Azevedo, esses edifícios encontravam-se “muito arruinados” e previa que, não dispondo de recursos próprios, o clero não teria como concluí-los. Notava que, sem as providências propostas, o embelezamento da cidade ficaria prejudicado, pois permaneceriam aqueles prédios com “architectura defeituosa”. Indicando ter consciência patrimonial, o presidente argumentava ainda que, tendo sido começadas com o dinheiro do Estado, essas construções eram “como monumentos publicos”.

Uma das maiores críticas feitas à administração de Azevedo foi a sua tentativa de obter autorização para fazer um empréstimo no elevado valor de 450:000\$. Segundo o presidente, o valor solicitado destinava-se a promover a “desapropriação”, implementar o nivelamento e o calçamento de ruas e praças, construir pontes, docas e o trapiche do cais. Além de outras obras, o presidente destacava a necessidade de se erguer o Palácio do Governo.

⁶⁸⁹ O contrato para a construção do teatro Provincial foi assinado em 1883, com o empresário Manuel Oliveira Palmeira de Menezes, mas no ano seguinte foi transferido para Alexandre Dantas que, passou os direitos do mesmo a empresa Rossi e & Irmãos. Em 1885, a Assembléia Província autorizou a reformulação do referido contrato, mas os concessionários recusaram a proposta, sendo em 1896, rescindido pelo presidente Vasconcellos Chaves, mas a questão permaneceu pendente na justiça até a decisão de Ribeiro. (Mesquita, 1999.p. 208).

⁶⁹⁰ Azevedo, op.cit. p. 10.

⁶⁹¹ Ibid., p. 11.

Dentro da nova organização proposta pelo poder executivo, as obras de saneamento da cidade, assim como as de salubridade pública, ficariam ligadas à Diretoria da Polícia e Segurança e Assistência Pública⁶⁹². Caracterizava, portanto, essas questões como uma atividade de segurança, remetendo à discussão a respeito do papel do Estado sobre o saneamento básico, com o objetivo de manter a ordem e o controle social (ver, a propósito, as conclusões de Foucault no primeiro capítulo deste trabalho). As atividades saneadoras da cidade ficariam agrupadas juntamente com os serviços de vigilância e prevenção de delitos e crimes, inspeção de prisões, asilos e hospitais, distribuição de socorros e assistência aos enfermos.

Azevedo propôs a rescisão do contrato para o serviço de esgotos⁶⁹³, por entender que nas condições estabelecidas era “oneroso e prejudicial á hygiene”. Segundo ele, não haviam sido “consultados os aperfeiçoamentos modernos sobre tal assumpto”. Quanto ao serviço de iluminação pública, o presidente afirmava ser tão deficiente quanto urgente, e sugeria que se adotasse o mesmo sistema “aplicado nas grandes cidades que era hydrogenio carburetado ou pela luz electrica”⁶⁹⁴. Tudo se torna aparentemente simples numa leitura atual, mas deve-se ressaltar que, naquele momento, a introdução desses serviços públicos exigia tecnologias não dominadas no País, implicando a importação de bens e equipamentos. Afora isso, não dispúnhamos nem de produtos industrializados nem mão-de-obra especializada para instalar e manter em funcionamento tais serviços.

As propostas do presidente para as obras públicas não podem ser consideradas como arrojadas ou de grande contribuição para o visual da cidade. Com exceção do grande empréstimo solicitado para o serviço de esgotos, Azevedo manteve uma prática comedida e tímida, bastante tradicional e limitada do ponto de vista da transformação. No entanto, é relevante seu esforço para

⁶⁹² Ibid., p. 8.

⁶⁹³ A anulação do contrato do serviço de esgotos e a necessidade de uma nova proposta foram os pontos mais criticados das polêmicas mudanças apresentadas pelo presidente Azevedo, pois feriam interesses de grupos locais e reforçavam a rejeição a sua permanência no poder. Após a deposição do presidente, o contrato foi anulado e, em 1896, voltou a ser discutido na imprensa, quando Moreira e Ribeiro se acusaram mutuamente de haver obtido vantagens com a referida anulação.

adequar-se aos recursos financeiros e priorizar algumas atividades estruturais, em vez de concentrar-se em ações voltadas exclusivamente para a melhoria da imagem da cidade.

Suas propostas encontravam-se de acordo com as políticas públicas adotadas naquele momento, ou seja, inteiramente comprometidas com o pensamento de sua época e com as aspirações da sociedade que se modelava ao sabor de determinados interesses. Apesar disso, suas solicitações foram todas rechaçadas e negadas pelo Congresso.

Acredita-se que, mesmo que os argumentos apresentados nas justificativas do presidente fossem inquestionáveis, suas propostas jamais seriam aprovadas pelo Congresso Amazonense, pois, ao confrontar-se com decisões tomadas pelas lideranças políticas locais⁶⁹⁵, ele se incompatibilizara com o Congresso e passara a enfrentar a resistência de uma maioria de oposição.

Sem apoio político, tornaram-se restritas as possibilidades administrativas de Azevedo, sobretudo após a solidariedade prestada ao marechal Deodoro, que fechara o Congresso Nacional e, em seguida, fora deposto por um levante da Marinha. O vice-presidente Marechal Floriano Peixoto assumiu a Presidência da República e anulou o decreto assinado por seu antecessor, exonerando do cargo os presidentes estaduais que o haviam apoiado.

Mesmo sob pressão dos políticos locais, Azevedo resistiu à intimação da Presidência da República, que solicitava sua presença na Capital Federal. Conhecedor da Constituição estadual, o presidente compreendia que uma possível viagem sem que o Congresso Estadual tivesse autorizado implicaria, oficialmente, a sua exoneração do cargo.

Em 14 de janeiro de 1892, membros do Partido Democrático promoveram um *meeting* para depor o presidente do Estado e elegeram Eduardo Ribeiro como

⁶⁹⁴ AZEVEDO. op. cit. p. 9.

⁶⁹⁵ A oligarquia contava com a liderança do vice-presidente do Estado, Guilherme José Moreira, que era apoiado pelo coronel Emílio Moreira, pelos senadores Joaquim Sarmiento e Costa Azevedo, o Barão de Ladario e o deputado Lima Bacury. A partir de 1895, quando ficou mais acentuada a cisão entre Ribeiro e Moreira, este último teve seu grupo ampliado consideravelmente, contando, inclusive com antigos correligionários políticos de Ribeiro, como o intendente de Manaus, Manoel Uchôa Rodrigues, o senador Manoel Francisco Machado e o deputado federal Gabriel Salgado dos Santos, que desencantados com o líder ou prezando outros interesses migravam para a oposição.

o novo chefe do Poder Executivo no Amazonas. Constituíram, em seguida, uma *Junta Provisória* que deveria funcionar até a chegada do novo presidente, que se encontrava no Rio de Janeiro.

Pressionado pela situação, Azevedo recorreu aos poderes que lhe outorgava a *Constituição do Estado do Amazonas* e decretou⁶⁹⁶ *estado de sítio* para a capital do Amazonas pelo período de um mês. Para punir os líderes do movimento que teriam conspirado contra o governo legalmente constituído, ele os desterrou para o interior do Estado, incluindo entre os punidos o presidente e o vice-presidente do Congresso amazonense.

Por conspiração foram demitidos de seus postos os intendentess de vários municípios amazonenses, inclusive o de Manaus, Leonardo Antônio Malcher. Também o foram, pelo mesmo motivo, alguns funcionários públicos. Em 12 de fevereiro de 1892, conforme previa o decreto do presidente, foi suspenso o *estado de sítio*⁶⁹⁷. Em seguida, e após uma longa e tumultuada negociação com o governo federal, o presidente Azevedo, ainda sob protesto, entregou o cargo em 26 de fevereiro de 1892⁶⁹⁸.

A rápida e conflituosa passagem de Azevedo pela administração do Estado do Amazonas é uma demonstração das fragilidades da primeira fase da República brasileira. A *Constituição Nacional* atribuía aos Congressos Estaduais o poder de formular e promulgar suas Constituições, dando assim autonomia e poder às unidades federativas para escolher seus governantes e adquirir empréstimos.

Nos primeiros anos da República, a escolha do presidente dos estados, tal como no período provincial, continuava a ser feita pelo poder central, ainda que passasse a contar com a aquiescência do Congresso. Mesmo que os problemas enfrentados por Azevedo possa ter sido gerados pela disputa de outros interesses que não políticos, não se pode deixar de identificar a situação como um exemplo típico das dificuldades encontradas em conciliar as diferentes facções de poder.

⁶⁹⁶ *Decreto n.º 16*, promulgado em 14 de janeiro de 1892.

⁶⁹⁷ *Decreto n.º 22*, de 12 de fevereiro de 1892.

⁶⁹⁸ *Diário de Manáos*, de 16 de janeiro a 1º de março de 1892.

A confrontação de práticas políticas orientadas por diferentes tendências evidenciava a incoerência desse período. As idéias democráticas idealizadas pelo novo sistema não se coadunavam com a manutenção das práticas autoritárias e centralizadoras que haviam marcado a tradição e os vícios da monarquia.

Por um lado, o discurso da República, pretensamente inovador, tentava transformar a sociedade brasileira, sobretudo a administração pública. Por outro, mantinham-se atuantes os interesses, mediante a resistência das lideranças locais, que demonstravam seu poder de oposição e decidiam através da coesão de seus integrantes no Congresso Estadual.

7.5 ADMINISTRAÇÃO DE EDUARDO RIBEIRO: 1892-1896

Em 27 de fevereiro de 1892, no dia seguinte à deposição do coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, a presidência do Estado do Amazonas foi provisoriamente assumida pelo capitão de fragata José Ignácio Borges de Machado, que permaneceu no cargo até 11 de março daquele ano, quando o capitão Eduardo Ribeiro foi reconduzido pelo presidente Floriano Peixoto.

Segundo Ribeiro, ele fora incumbido de restabelecer a ordem, motivo por que assumia, pela segunda vez, a direção do Estado do Amazonas. O primeiro decreto assinado pelo novo presidente, datado de 12 de março de 1892, dissolvia o Congresso Amazonense, em virtude desse órgão ter apoiado o Marechal Deodoro na dissolução do Congresso Nacional. Em 18 de março, o Decreto n.º. 5 regulava o “modo de eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Estado”⁶⁹⁹.

Dois dias depois da posse de Ribeiro, ou seja, em 13 de março, o jornal *Amazonas* publicava em sua primeira página um pequeno artigo exaltando as qualidades do novo presidente e de seu secretário, tenente Fileto Pires Ferreira:

Espírito superior, eminentemente culto, e inflamado de patriotismo, o Dr. Eduardo Ribeiro inicia o seu governo no Amazonas, sob os melhores auspícios possíveis.(...) O advento do

⁶⁹⁹ *Collecção de Leis do Estado do Amazonas – 1889-1896. Manáos: Imprensa Official, 1897.*

*Sr. Eduardo Ribeiro, na pátria amazonense, na tarde de ante-hontem foi um verdadeiro triunfo! E da mais alta significação moral para o espírito observador, que o comparou com o êxodo do déspota, que dias atraz se evadia desta terra, cercado de capangas e meia dúzia de amigos que lhe garantisse a vida, e coberto das maldições de uma população inteira!*⁷⁰⁰

Nota-se que a valorização das qualidades atribuídas a Ribeiro não era apenas uma franca demonstração de apoio partidário manifesto pelo jornal, mas também a tentativa de contrastar as qualidades do novo presidente à figura de seu antecessor.

Em 1º de junho de 1892, após a reformulação da Constituição do Estado, Ribeiro recompôs o Congresso Estadual com praticamente todos os membros que o compunham antes da dissolução, mediante a justificativa de que quase todos o apoiavam. Em 23 de julho daquele ano assumiu oficialmente o posto de primeiro governador do Estado do Amazonas,⁷⁰¹ com mandato que se estenderia até 23 de julho de 1896.

No discurso inaugural, Ribeiro⁷⁰² reafirmou seu alinhamento com as idéias de grandes reformas, assumindo o discurso da época e o compromisso com a sociedade que lhe era contemporânea:

Ao tomar o compromisso como Presidente eleito, sinto que uma grande responsabilidade peza sobre meus hombros, principalmente nesta época de reconstrucção, em que grandes e urgentes reformas se fazem sentir.

Eu, por minha parte vos affirmo, empregarei todos os meus esforços; toda minha dedicação para que no mais curto espaço de tempo o Estado tenha as reformas que reputo necessarias e ingentes. (...)

Se todos se dizem republicanos, se todos querem os sãos principios, abracemos a todos os que quizerem auxiliar a grande obra da reconstrucção da Patria, perdoando-lhes os erros do passado.(....)

⁷⁰⁰ Amazonas, de 13 de março de 1892.

⁷⁰¹ O artigo nº 34, da *Constituição Política do Estado do Amazonas*, promulgada em 23 de julho 1892, determina: “a suprema direção governamental e administrativa do Estado é confiada a um cidadão denominado ‘Governador do Estado’ que exercerá livremente, conforme o bem público interpretado, de acordo com as leis”.

⁷⁰² RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. *Mensagem do Exm. Dr. Presidente deste Estado Lida Perante o Congresso Amazonense, Na Seção De Instalação, Em 1º De Junho De 1892*. Manáos: Typ. do Amazonas, 1892, p. 8e 9.

*Na quadra difficil que atravessa a Humanidade, nesta época de indisciplina e de frouxidão de costumes é preciso, primeiro que tudo, regenerar a classe dirigente, inaugurar uma moral nova, capaz de guiar-nos á felicidade. Sem isto, nada de util e de estavel se conseguirá!*⁷⁰³

A fala de Eduardo Ribeiro ressalta as questões financeiras. Seu papel foi o de um administrador eficiente que estava equilibrando os cofres públicos, na tentativa de superar os problemas deixados por seu antecessor. O presidente alegava estar economizando o dinheiro público e arrecadando os que haviam sido dados sem obediência à lei.

Otimista em suas expectativas, Ribeiro afirmava que, em virtude do final da safra da borracha e do pagamento das dívidas do governo anterior, reconhecia a diminuição da renda do Estado. Mas o governador alegava que o balanço acusava um aumento de 584:708\$252 réis sobre o saldo que existia em 29 de fevereiro, que era de 1.947.651\$755 réis. Esperançoso, previa que até o final daquele semestre a receita do Estado atingisse mais de 3.000:000\$000 réis. Previa ainda que, em consequência da safra daquele ano, o saldo teria um aumento “extraordinário” e que o Congresso disporia de meios “para acudir de prompto as despesas extraordinarias que são exigidas para a execução dos grandes melhoramentos que necessitamos”.⁷⁰⁴

As afirmações em torno da prosperidade financeira do Estado passavam a constituir um dos mais fortes argumentos para justificar a liberação de recursos para implementar projetos em todas as áreas, mas era também essencial que se mantivesse respaldado pela Constituição e apoiado pela promulgação das leis. As ações promovidas por Ribeiro, ao assumir pela segunda vez a direção do Estado, sugerem que o jovem administrador mantinha um completo domínio dos trâmites burocráticos necessários para colocar em prática os seus projetos.

Depois de decretar a reformulação da Constituição Estadual, o presidente promulgou uma série de leis e decretos que, pelo conjunto, sugerem suas intenções quanto ao funcionamento dos serviços públicos. Ribeiro autorizava obras e dava suporte ao conjunto de ações que pretendia desenvolver nas mais

⁷⁰³ Ibid., p. 8 e 9.

diversas áreas. Dentre várias outras medidas, o novo presidente aumentava o orçamento vigente⁷⁰⁵, reformava a Instrução Pública⁷⁰⁶, fundava o Diário Oficial⁷⁰⁷, reorganizava a Junta Comercial⁷⁰⁸. Quanto aos aspectos urbanos, aprovava lei para realizar o aterro de Igarapés⁷⁰⁹ e a construção de várias obras arquitetônicas, dentre as quais a continuidade da construção do teatro⁷¹⁰, a contratação de operários, de artistas⁷¹¹ e de uma companhia lírica.⁷¹²

Em 17 de junho de 1892, o Congresso Legislativo do Amazonas emitiu uma *Resposta à Mensagem* do governador Eduardo Ribeiro⁷¹³. O conteúdo desse documento demonstra que as ações do governador estavam sendo apoiadas e incentivadas pelo Congresso, que ressaltava a necessidade de se implantar uma série de serviços necessários à melhoria da cidade de Manaus.

O documento foi assinado por uma comissão composta pelos deputados Francisco das Chagas Souza Pinto, João Baptista Borges Machado e Raymundo de Amorim Figueira, sendo o nome deste último indicado como vencido. O documento ratifica praticamente todos os pontos abordados por Ribeiro e insere alguns outros considerados necessários. Sem dúvida, essas indicações não só orientavam as ações de Ribeiro, mas apoiavam previamente as justificativas que seriam dadas em futuras reivindicações do governador.

Um dos primeiros pontos tratados na *Resposta* do Congresso é a questão da imigração, considerada como uma necessidade tanto para povoar os “desertos uberrimos” que circundavam a urbe, como pela “formação do capital humano” que

⁷⁰⁴ Ibid.p.,p. 11; 12 e 13.

⁷⁰⁵ A Lei n.º 9 consignava e aumentava o orçamento vigente.

⁷⁰⁶ Lei n.º 24, autorizando o governo do Estado a reformar a Instrução Pública

⁷⁰⁷ Lei n.º 2, criando a Imprensa do Estado, justificada pela necessidade de um “órgão de publicidade oficial”.

⁷⁰⁸ A Lei n.º 5 reorganizava a Junta Comercial do Amazonas.

⁷⁰⁹ A Lei n.º 12 autorizava “mandar aterrar diversos igarapés”.

⁷¹⁰ Lei n.º 3, autorizando o governo a liquidar as contas da construção do teatro da praça de São Sebastião e continuar a referida obra.

⁷¹¹ Lei n.º 8, autorizando “a conceder passagens gratuitas de 3ª classe a artistas nacionais e estrangeiros” que pretendessem fixar residência no Amazonas.

⁷¹² A Lei n.º 29 autorizava o governador a contratar a representação de “uma Companhia Lyrica n’esta Capital”.

⁷¹³ Annaes do Congresso Legislativo dos Representantes do Estado do Amazonas da Sessão Constituinte do anno de 1892. Manáos. Typographia do Amazonas, 1892. Resposta à Mensagem do Governador do Estado 17/06/1892. p. 9.

poderia gerar. Além disso, o documento reconhecia uma série de limitações e sugeria algumas soluções:

Manáos, a capital do Estado, exige que dê todo o desenvolvimento no seu engrandecimento material e moral, offerecendo todas as commodidades, e confortos e gosos indispensaveis a uma cidade frequentada por nacionaes e estrangeiros, que aqui affluem por diversos motivos e encontrados, entre outros pelas avultadas transações commerciaes que aqui se operão, como para admirarem os prodigios da natureza equatorial, que se revela em toda sua pujança neste valle enormissimo já qualificado por um notavel estrangeiro — the garden of the world.

*Assim, pois, o calçamento, a iluminação, a arborisação e o ajardinamento de suas ruas e praças, os tramways que diminuição as distancias de seus pittorescos arrabaldes, as pontes, os aterros de igarapés insalubres, para que ella constitua-se um centro aperfeiçoado de vida social amena e feliz, de movimento e progresso, de paz duradoura e fecunda, de policia e de ordem firmes e tranquilisadora, de bem estar individual e colectivo tudo isto deve merecer desvelos dos poderes publicos.*⁷¹⁴

Quanto aos investimentos para implementar as obras públicas, o Congresso sugeria que fossem feitos com maior economia e consideração ao “movimento progressivo das rendas do Estado”, evitando perturbá-lo com despesas elevadas. Entretanto, a comissão de deputados reconhecia que, dentre outras obras, reclamavam “maior atenção dos poderes públicos” a construção do Palacete do Congresso, a do Palácio do Governo, a do fórum e a continuação do teatro. Também o calçamento e a iluminação da cidade exigiam soluções urgentes.

O documento apresentado pelos congressistas demonstra grande convergência com as propostas inicialmente apresentadas por Ribeiro, o que reforçava seu programa de governo. Era como uma linha orientadora que ganhava destaque no conteúdo dos discursos reivindicatórios e apoiava, de antemão, o plano de embelezamento apresentado no ano seguinte.

O mandato de Ribeiro encerrou-se em 23 de julho de 1896. Foi um período de grande prosperidade econômica na região e seu governo conseguiu

⁷¹⁴ Resposta do Congresso do Amazonas, em 17 de junho 1892, p.9.

implementar uma grande variedade de projetos, que ainda hoje caracterizam a riqueza e a história do período.

Sob contínuas críticas e questionamentos da oposição, Eduardo Ribeiro deixou o cargo em 23 de julho de 1896, assumindo pelo governador Fileto Pires Ferreira e o vice-governador Ramalho Júnior.

7.6 ARTICULAÇÕES PARA A SUCESSÃO

No final de 1895, a Comissão Executiva do Partido Republicano Federal divulgava em *A Federação*⁷¹⁵ a chapa de seus candidatos, que era composta por Fileto Pires Ferreira e Ramalho Júnior, para governador e vice-governador, respectivamente. O documento da citada comissão foi assinado pelos seguintes membros: Joaquim Albuquerque Serejo, Pedro Regalado E. Bapista, Deusdedit da Silva Ferraz⁷¹⁶, Raymundo de Amorim Figueira, Marcello José Pereira Guimarães e Boaventura de Paula Avelino.

A partir desse fato, intensificou-se um violento confronto entre antigos correligionários, o que provocou uma acirrada campanha de agressões veiculadas em alguns periódicos locais. Tanto *A Federação* quanto o *Amazonas* adotavam o subtítulo de “Órgão do Partido Republicano Federal”, mas, enquanto o primeiro defendia as posições de Eduardo Ribeiro, o outro assumia o papel de principal porta-voz da oposição, sendo dirigido pelos Moreira⁷¹⁷. A oposição contava também com o apoio do *Estado do Amazonas*⁷¹⁸, órgão do Partido Nacional Republicano, e do *Diário de Manáos*.

Aparentemente, Fileto Ferreira fora indicado pelas incontestáveis convicções republicanas e pelo desempenho como deputado federal. Sem dúvida, esses aspectos eram relevantes em sua carreira política, mas deduz-se que sua

⁷¹⁵ *A Federação* de 25 de dezembro de 1895.

⁷¹⁶ Na época, o nome do jornalista Deusdedit Ferraz aparece no expediente d’ *A Federação* como redator-chefe.

⁷¹⁷ Sendo o *Amazonas* o órgão do partido dos Moreira, é natural que fossem com certa frequência mencionados como chefes. Assim, em um artigo veiculado em 24 de maio de 1896, há uma referência aos Moreira como “nossos prestigiosos chefes”. No expediente, nota-se, entretanto, que o nome de Eusébio de Souza Caldas consta como proprietário do jornal, enquanto o nome do tenente-coronel Raymundo Nunes Salgado, irmão do deputado Gabriel Salgado dos Santos, aparece como redator.

indicação por Ribeiro tenha levado em conta a similaridade da formação de ambos, além do compromisso com as idéias republicanas e a construção de um novo tempo, tendências que tivera oportunidade de observar em Ferreira, quando este, por duas vezes, atuou como secretário de seu governo e deputado de seu partido.

A convivência entre estes dois oficiais, com carreiras muito semelhantes, há de ter criado laços e cumplicidades que os aproximaram, principalmente os que se referem à desvinculação com as oligarquias locais. A indicação de Ribeiro fora orientada por uma avaliação pessoal, tendo por base, acima de tudo, a confiança e a lealdade do candidato, em detrimento de possíveis interesses políticos e partidários que, em outro contexto, determinariam a escolha. Entretanto, a aceitação do nome de Fileto Ferreira como sucessor de Ribeiro parece ter sido resultado de uma longa negociação, pois antes dele foram indicados como virtuais candidatos o senador Machado, o capitão-tenente Joaquim de Albuquerque Serejo, Affonso Carvalho e o deputado Gabriel Salgado dos Santos.

Aliás, foi exatamente o deputado federal Gabriel Salgado, também membro do Partido Republicano Federal, cujo nome fora temporariamente apontado como possível virtual escolhido para o cargo, um dos primeiros a contestar a candidatura de Fileto Pires Ferreira a governador do Amazonas.

Através de uma série de artigos publicados no *Amazonas*⁷¹⁹, Salgado denunciou a indicação do candidato do Partido Republicano Federal como resultado de uma negociação que firmara o compromisso de manter a “política do Pensador”. Sua denúncia tinha como argumento principal a afirmação de que, no ano anterior, participara juntamente com Fileto Pires de algumas articulações para a escolha do novo governador. Para comprovar o que dizia, o político apresentou vários telegramas que teriam sido enviados a ele por Fileto, cujo conteúdo

⁷¹⁸ Em 12 de dezembro de 1895, o jornal *A Federação* anunciava que, no dia anterior, voltara a circular o jornal o *Estado do Amazonas*, órgão do Partido Nacional Republicano que, por três anos, deixara de ser editado.

⁷¹⁹ *Amazonas* dos dias 16, 21, 22 de fevereiro e 20 de março de 1896.

evidenciava a tentativa de assegurar o comprometimento dos possíveis candidatos com as orientações de Ribeiro.

Na concepção de Salgado, o mais grave era a inconstitucionalidade da indicação. Ressaltava que, dentre outras condições de elegibilidade, o candidato “deveria ter pelo menos trinta annos de idade e três de residencia no Estado”.⁷²⁰ Segundo depoimento do deputado, meses antes, ao ser sugerido o nome de Fileto Ferreira como eventual sucessor de Ribeiro, ele próprio declinara do convite, alegando não ter a idade nem o tempo de residência no Estado exigidos pela Constituição.

As afirmações feitas pelo deputado Gabriel Salgado indicam que Ribeiro, mesmo sabendo que enfrentaria as consequências geradas pela irregularidade da escolha, optou pela indicação de Fileto Ferreira devido às dificuldades de garantir o compromisso de outros virtuais candidatos. O nome de Fileto era uma das alternativas mais complicadas, inclusive constitucionalmente, sugerindo que os demais candidatos talvez não lhe tivessem despertado confiança no que tange ao alinhamento com as idéias do partido ou com a sua política.

Em editorial publicado n’*A Federação*, o Partido Republicano Federal contestou a hipótese levantada pela oposição e afirmou que “seria um erro politico qualquer manifestação ostensiva por parte do Governador”.⁷²¹ No calor das querelas partidárias, as contestações, muitas vezes, ganham um caráter de confirmação, sobretudo quando se considera que, em outras polêmicas, hipóteses contestadas foram posteriormente confirmadas. Contudo, se, de fato, o governador optou por um determinado candidato, decerto tinha consciência do erro que seria assumir essa escolha de modo explícito. Por isso, sua atitude, nesse sentido, foi a de manter em segredo sua preferência.

Apesar de todo o poder de decisão de que dispunha, Ribeiro não tinha autonomia para indicar pessoalmente o nome de um sucessor que não apresentasse as exigências constitucionais nem garantir oficialmente a eleição

⁷²⁰ Em matéria publicada no *Amazonas* de 21 de fevereiro de 1896.

⁷²¹ *A Federação* de 19 de Abril de 1896. p.1.

desse candidato. Além disso, as disposições da Constituição de 1892⁷²² previam que a apuração dos resultados eleitorais deveria ser realizada pelo Congresso, que se encontrava em oposição ao governador. Isso impossibilitava a manipulação dos resultados eleitorais na capital, assim como nos demais municípios do Estado, cuja fiscalização deveria ser feita pelos respectivos intendentess municipais.

Além das dificuldades enfrentadas na capital, o projeto articulado pelo “Pensador” encontrava maiores obstáculos no interior do Estado, onde nem ele nem o jovem candidato tinham força política suficiente. O apoio e a lealdade política dos intendentess municipais tinham sido depositados em políticos mais tradicionais, o que tornava praticamente sem efeito algumas intervenções que só poderiam ser realizadas através de tráfico de influência do governador.

Tanto para indicar como para eleger Fileto Ferreira, sem incorrer oficialmente em atos ilegais, era necessário reformular a Constituição, modificando alguns artigos e extraindo empecilhos que inviabilizavam a candidatura. Isso não era tarefa fácil, considerando-se que o governador não tinha o apoio da maioria no Congresso Estadual. Desde novembro de 1894⁷²³ que ele enfrentava a oposição direta de Guilherme Moreira, que, como líder do Congresso impossibilitaria a reformulação de qualquer aspecto constitucional que pudesse lhe favorecer.

Sem o controle do Congresso, o governador não teria qualquer chance de manipular o resultado das eleições para favorecer o seu candidato. Na interpretação do deputado oposicionista Gabriel Salgado dos Santos⁷²⁴, em 20 de março de 1895 o “Pensador” teria articulado a recomposição do Congresso Estadual com membros estranhos ao seu corpo legalmente constituído, sendo a

⁷²² Constituição Política do Estado do Amazonas. Promulgada em 23 de julho de 1892. Manaus: Imprensa Oficial. 1892.

⁷²³ Alguns dias após a morte do coronel Emílio Moreira, o jornal *Amazonas*, de 30 de janeiro de 1896, publicou sobre ele uma matéria biográfica. Informou, dentre outros dados, que fora eleito deputado ao Congresso Estadual em 15 de novembro de 1894, “mas não querendo desviar-se do caminho que devia seguir um chefe de caracter, viu-se na necessidade de afastar-se do governo entrando em franca oposição”. A verdadeira razão dessa oposição não foi oficialmente declarada. Mas as freqüentes acusações de ganhos ilícitos, feitas por ambos os lados, muitas vezes, leva a deduzir que o rompimento entre as facções ocorreria por conflito de interesses em relação ao favorecimento dos contratos firmados entre o Estado e grupos empresariais que se estabeleciam em virtude das facilidades.

sessão iniciada duas horas antes do horário e encerrada na hora em que deveria começar. Durante o tumulto gerado pelos questionamentos dos legítimos membros, teria estourado o foguete do Observatório Astronômico, indicando o horário e a evidente irregularidade da sessão. Segundo o deputado, após esse fato, o legítimo Congresso passou a funcionar em um dos salões da Intendência Municipal, enquanto o outro ganhou o apelido de “Congresso Foguetão”.

Em 17 de agosto de 1895 foi promulgada a nova Constituição Política do Estado do Amazonas, com modificações estratégicas que permitiam a inscrição de Fileto Ferreira e asseguravam o controle político dos municípios pelo governador. Modificaram-se basicamente quatro⁷²⁵ significativos artigos da Constituição de 1892: a) antecipou-se de 10 de julho para 1º de março a data da abertura anual do Congresso; b) substituiu-se a obrigatoriedade de o cidadão ter pelo menos três anos de residência no Estado para poder candidatar-se ao cargo de governador, pela simples exigência de “ter residência no Estado”; c) os superintendentes, que antes eram eleitos pelos municípios, passaram a ser “de livre nomeação do poder executivo”; d) estabeleceu-se, em consequência da decisão anterior, que uma lei regularia “as condições para a sua nomeação e demissão”.

Ainda que fosse suprimida a exigência sobre o tempo de residência no Estado, mantivera-se, contudo, o dispositivo quanto à idade mínima de trinta anos. Posteriormente, o deputado Gabriel Salgado dos Santos, através da imprensa, acusou Fileto Ferreira de ter forjado uma nova certidão de nascimento para atender a essa exigência da lei.

Embora a articulação possa ter proporcionado a Ribeiro maior autonomia e autoridade, reduzia significativamente parte de seu apoio político e popular, pois o rompimento com correligionários tradicionais, como os Moreira, cuja liderança era inquestionável, ameaçava interesses de várias oligarquias locais. O resultado significava enfrentar uma dura oposição, através de representantes no Senado e na Câmara Federal, além de campanhas veiculadas em jornais da cidade.

⁷²⁴ Amazonas de 15 de abril de 1896.

⁷²⁵ *Constituição Política do Estado do Amazonas*, promulgada em 17 de agosto de 1895. p. p. 10, 40, 95 e 118.

Sem dúvida, o cumprimento de seus objetivos era uma tarefa extremamente difícil sob condições legais e constitucionais. Ribeiro não poderia contar somente com os méritos que possivelmente viriam a ser creditados a sua obra. Ele tinha inteira consciência de que seu intento só seria alcançado se adotasse determinadas estratégias políticas.

Revelações e justificativas de ambas as partes eram publicadas, assim como as trocas de ofensas que, muitas vezes, extrapolavam o plano político ou pessoal e não poupavam nem as genitoras dos envolvidos. Ainda que a campanha envolvesse praticamente todos os políticos e administradores públicos do Estado, o principal alvo dos ataques desferidos era a demolição da imagem de Eduardo Ribeiro. Através de artigos pretensamente civilizados, os opositores lhe desencadearam uma campanha de calúnias e difamações. Já as réplicas assumiam, muitas vezes, o tom jocoso que caracterizava o bate-boca.

Por sinal que o debate entre os periódicos fazia emergir publicamente inúmeros detalhes de irregularidades e diferenças nunca antes mencionados. Recuperavam-se diferentes versões de antigas tramas e traições que antecederam a Proclamação da República. Artigos tendenciosos eram veiculados em ambos os sentidos, traçando uma extensa teia de intrigas que desestabilizava o Partido Republicano Federal e envolvia praticamente todos os políticos do Amazonas.

Como extensão das práticas das facções políticas, a imprensa ultrapassava os limites da regularidade e mesmo da legalidade. A opinião imparcial, que deveria ser a tônica dos periódicos locais, encontrava-se inteiramente comprometida sob o calor da luta, tendendo explicitamente às causas e interesses de determinado grupo. Se fosse possível suprimir o nome dos envolvidos nos acontecimentos locais, poder-se-ia deduzir que as interpretações emitidas pelas diferentes tendências não se referiam ao mesmo universo ou que a percepção de cada um dos lados era exatamente oposta, tais como seus interesses políticos e econômicos.

As acusações feitas pela oposição indicam que a prioridade política de Ribeiro voltava-se para o estabelecimento de estratégias que o mantivessem na

estrutura de poder do Estado após o seu mandato. Segundo críticas que se faziam, as articulações visavam estabelecer compromissos que garantissem a eleição de seu candidato, que este mantivesse a sua plataforma de embelezamento, concluindo as obras iniciadas em sua administração, e, finalmente, que, após o seu mandato, o seu nome fosse indicado para ocupar uma cadeira no Senado, onde pretendia manter a imunidade parlamentar e conseguir maior visibilidade no plano nacional.

Possivelmente, foram as prioridades da administração de Ribeiro que o levaram ao rompimento com o presidente do Congresso, o Barão do Juruá, Guilherme Moreira, o Barão de Juruá. Após a cisão, os partidos oposicionistas passaram a estreitar os laços tanto no Congresso e na Assembléia Estadual quanto na imprensa, na tentativa de combater as ações administrativas do “Pensador”. Em dezembro de 1895, voltava a circular o jornal *Estado do Amazonas*, que, juntamente com o *Amazonas*, fortalecia as posições e as reações da oposição.

Para os adversários, a indicação do nome de Fileto Ferreira representava uma grande ameaça, pois significava a continuidade de um grupo de “forasteiros” no poder. Esse fato desencadeou uma seqüência de acontecimentos conflitantes que marcaram toda a campanha da sucessão governamental.

Em 18 de fevereiro de 1896, *A Federação* alertava para o pleito que ocorreria em 25 de março seguinte, observando que os órgãos de imprensa da oposição nada diziam a não ser “impropérios e insultos vis e baixos, torpes e ignóbeis” e que não eram conhecidas “as candidaturas oposicionistas”. A matéria prevenia que:

Amanhã, porém, amanhã quando após o grande pleito, as nossas forças entoarem os hymnos dos vencedores, e os suffragios eleitoraes sagrarem victoriosos os nomes dos nossos distinctos candidatos, ella a opposição — ella a mais elevada expressão de despeito, espumando de raiva, pela mais tremenda e legitima das derrotas, fará em torno das nossas glorias — a grita descompassada e sedição dos condemnados pelas antypathias publicas — pelas nobres repulsas de um eleitorado digno e independente. Fraude e violencias — será o seu argumento — o seu brado estulto e

*desesperado no exterior de suas agonias. Desvairada oposição — ha de como general romano inquerir de balde pelas suas legiões.*⁷²⁶

As negociações que levaram à indicação de Fileto Pires provocaram a dissidência de alguns nomes⁷²⁷ destacados do Partido, fortalecendo a oposição através da aliança entre adversários locais que sempre estiveram em situações opostas. Assim, em 1º de março de 1896, o *Amazonas* anunciou a formação de uma chapa resultante da união do Barão do Juruá, de chefes do Partido Republicano Federal e do Dr. Jonathas Pedrosa, chefe do Partido Nacional Republicano. No corpo da matéria explicava-se que:

*A situação do Estado está por tal forma constituída que o interesse das classes conservadoras da sociedade e a segurança de cada um impôs não uma coalização, que tem interesses momentaneos, mas uma liga patriótica, uma fusão de partidos contra as invasões da tyramnia (...). É assim que os partidos Federal sob a chefia do exm. Barão de Juruá e Nacional sob a chefia do exm. Sr. Dr. Pedrosa, fundiram-se sob a bandeira do bem publico para esmagar nas urnas esse sindicato político-administrativo que actualmente nos opprime, suffragando para o corpo do Governo deste Estado o nome prestigioso do illustre cidadão Jonathas de Freitas Pedrosa e Vice-governador o do estimável Tenente-Coronel Raymundo Nunes Salgado.*⁷²⁸

Com a proximidade da data do pleito, as matérias publicadas pela imprensa de oposição vieram confirmar as previsões anunciadas por *A Federação*. Em março daquele ano, o *Amazonas*⁷²⁹ alertou para o fato de que o resultado seria falsificado pelo governador Eduardo Ribeiro. Ao anunciar o resultado das eleições, esse jornal de oposição⁷³⁰ estampou o título “VITÓRIA” em letras garrafais na primeira página. No corpo da matéria, explicava o seguinte:

apezar de todas as manobras postas em pratica pelo sr. Capitão Eduardo Ribeiro, da força publica espalhada pelas cercanias dos

⁷²⁶ *A Federação*, 18 de fevereiro de 1896.

⁷²⁷ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. *Contra a Calumnia*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio -1897, p. 44. Ribeiro explica ter mantido convivência íntima e de apoio com o senador Joaquim Sarmento e o deputado Bacury até 18 de fevereiro de 1895, data em que se organizou em Manaus o Partido Republicano Federal. Na ocasião, os citados políticos tornaram-se dissidentes, passando a integrar o Partido Democrata, dirigido pelo Barão do Juruá. A partir daquela data, ambos se declararam opositores.

⁷²⁸ *Amazonas*, 1º de março de 1896.

⁷²⁹ *Amazonas* de 24 de março de 1896. p.1.

⁷³⁰ *Amazonas* de 27 de março de 1896. p.1.

*edificios em que reuniram as mesas eleitoraes, da pressão desbragada exercida contra o brioso eleitorado amazonense e a classe do funccionalismo publico, das promessas e ameaças de toda a sorte das mesas eleitorais unanimemente composta de agentes do governo e da exclusão dos fiscaes da opposição – foi estrondosa a nossa Victoria e completa a derrota dos candidatos governistas.*⁷³¹

A nota oposicionista afirmava ainda que os resultados oficiais eram falsos, que haviam sido manipulados, promovendo a inversão do resultado para favorecer a eleição de Fileto Ferreira. Contrariando a versão apresentada pelo *Amazonas*, *A Federação*⁷³² dizia que as eleições tinham transcorrido “sem a menor agitação, sem nenhum incidente desagradável, placidamente correram nesta capital”.

7.7 ADMINISTRAÇÃO DE FILETO FERREIRA (1896-1898)

A biografia de Fileto Pires Ferreira (1966-1937), fornecida pelo historiador Agnello Bittencourt,⁷³³ informa que o sucessor de Eduardo Ribeiro nasceu no Piauí, tendo iniciado sua formação militar em Porto Alegre, em 1884. No ano seguinte transferiu-se para o Rio de Janeiro e, posteriormente, “veio [para Manaus] tomar parte na preparação do movimento republicano, sob a orientação de Benjamin Constant”⁷³⁴.

Dentre os alferes-alunos do Regimento de Artilharia que manifestaram solidariedade a Benjamin Constant, assinando o chamado “pacto de sangue”,⁷³⁵ estava Fileto Ferreira. Em 1889, quando contava 23 anos, Ferreira integrou o grupo de oficiais da 2.^a Brigada que acompanhou o marechal Deodoro na

⁷³¹ *Amazonas*, 27 de março de 1897.

⁷³² *A Federação* de 27 de março de 1896. p.1.

⁷³³ BITTENCOURT, A. *Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p. 219-223.

⁷³⁴ Em *Os Militares e a República*, Celso Castro se refere a Fileto Ferreira como um dos jovens oficiais que esteve presente à assembléia geral do Clube Militar, no dia 9 de novembro de 1889. Em 1890, escreveu uma carta (op.cit, p.183) a Benjamin Constant, cujo conteúdo está transcrito na obra de Castro. Nela, demonstra o alto grau de consideração depositado na figura de Benjamin Constant como um símbolo da Pátria.

⁷³⁵ Celso Castro (op.cit, p. 29) informa que “pactos de sangue” era a expressão utilizada para denominar os seis abaixo-assinados apresentados a Benjamin Constant, poucos dias antes do golpe, “hipotecando-lhe solidariedade incondicional até a morte”. Castro informa que os pactos foram assinados pelos “alunos da Escola Militar, pelos oficiais e praças pré-aquartelados na praia Vermelha”; “alunos da Escola Superior de Guerra”, “oficiais dos corpos de Guarnição Federal”, “oficiais do 2º Regimento de Artilharia de Campanha”; e diversos oficiais”.

deposição do Barão de Ouro Preto. Ferreira concluiu sua formação militar básica em 1891 e, assim como Ximenes Vileroy e Eduardo Ribeiro, bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais na Escola Militar.

Fileto Ferreira encontrava-se em Manaus por ocasião da tentativa de deposição do presidente Gregório Thaumaturgo de Azevedo, em 14 de fevereiro de 1891. Bittencourt⁷³⁶ informa que Fileto Ferreira fora deslocado de Belém para Manaus, por ordem do Marechal Floriano Peixoto, para atuar no contragolpe que pretendia a derrubada dos governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro. Há indícios, nos artigos publicados em jornais da época, do comprometimento de Ferreira no fato. Ao ser preso por participar do movimento que destituiria Azevedo do cargo, o desembargador Floresta Bastos acusou Fileto Ferreira de ser o único responsável pela agitação⁷³⁷.

A participação de Fileto Ferreira nos eventos pela deposição do presidente indica que ele estava respaldado por alguma ordem, pois, além da acusação feita pelo desembargador, o senador Joaquim Sarmiento publicou um manifesto sobre o acontecimento no *Diário de Notícias* de Belém, sugerindo que a participação dos tenentes Ferreira e Amorim no movimento pela deposição do presidente do Amazonas tivera a conivência do governo federal. Entretanto, o *Diário de Manáos*, de 29/01/92, contestou várias das afirmações do senador, alegando que a conduta dos referidos oficiais como “*corypheus*” da deposição fora severamente condenada pelo governo através de ofício publicado dois dias antes no mesmo jornal.

Ferreira teria atuado como negociador entre os rebeldes e o presidente e teria tentado convencer este último a se entregar sem resistência. A participação extra-oficial de Fileto Ferreira nesse fato inaugura uma série de ações que marcaram de forma decisiva a sua passagem pela política local. Possivelmente, Ferreira fora enviado a Manaus pelo governo federal com a incumbência de articular o golpe junto às lideranças locais. Todavia, a intervenção oficial não seria

⁷³⁶ Bittencourt, op.cit, p.220.

⁷³⁷ O *Diário de Manáos*, em sua edição de 19/01/92, veiculou que o major Ismael Cezar Paes, ao ser preso por haver participado do golpe contra o presidente Azevedo, afirmou que “o único culpado deste fato é o sr. Fileto Pires Ferreira”.

aceita como uma ação politicamente correta, considerando-se os direitos constitucionais adquiridos recentemente pelos Estados da federação brasileira.

Após a deposição de Azevedo, Fileto Ferreira retornou a Manaus, assumindo o cargo de secretário do presidente Eduardo Ribeiro⁷³⁸, em março de 1892. Naquele mesmo ano, Ferreira integrou a Comissão de representantes do Congresso Constituinte do Estado⁷³⁹ e, em 1893 e 1894, foi eleito deputado federal pelo Amazonas.

Em 23 de julho de 1896, Ferreira foi oficialmente empossado como governador do Estado. Todavia, uma nota provocativa publicada no *Amazonas*⁷⁴⁰ sugeria que isto não era um fato consumado, já que os candidatos da oposição haviam prestado juramento e assumido o governo na redação do jornal, em virtude da ausência de um local público que garantisse a segurança dos verdadeiros eleitos.

Ao assumir o governo, Fileto Pires Ferreira procurou demonstrar sua intenção de dar continuidade aos projetos de Ribeiro. Em sua primeira mensagem⁷⁴¹, datada de março de 1897, o governador reafirmou o compromisso com o programa implantado pelo seu antecessor, reconhecendo a grandiosidade de sua obra e afirmando que:

*Quem conhece o desenvolvimento e prosperidade a que atingiu Manáos durante a administração do Exm. Snr. Eduardo Ribeiro, compenetra-se da necessidade que tem seu sucessor de não paralyzar nem estorvar um so instante a marcha progressiva da bella capital. É também a convicção que nutro, e para o empreendimento de novos melhoramentos e conclusão das obras começadas não tenho poupado esforços nem regateado sacrificios.*⁷⁴²

Ferreira⁷⁴³ procurou demonstrar sua sensibilidade perante a região, assegurando que suas idéias com referência ao interior do Estado eram “mais seguras (..) mais dilatadas”, de resultados mais produtivos e práticos. Afirmou

⁷³⁸ *Amazonas* de 13 de março de 1892.

⁷³⁹ *Annaes da Assembléia* de 1892.

⁷⁴⁰ *Amazonas* de 26 de julho de 1896. p.1.

⁷⁴¹ FERREIRA, Fileto Pires. Mensagem de 4 de março 1897. Manáos: Typographia do Diário Official.

⁷⁴² *Ibid*, p. 20

⁷⁴³ *Ibid*.

reconhecer que era dessas regiões que vinham os recursos que apoiavam as atividades administrativas e os empreendimentos de utilidade pública; portanto, ajudá-las e favorecer o seu desenvolvimento era cumprir com o dever.

Quanto à prosperidade financeira, o governador previu “um crescimento constante” da receita do Estado. Todavia, emitiu um dos primeiros alertas quanto aos riscos de se depender exclusivamente dos impostos provenientes da exportação da borracha. Ferreira alegou que o produto encontrava-se sujeito “a todas as modalidades e variações do preço deste gênero” e, como alternativa, declarou: “julgo de bom conselho aparelhar novos elementos e dispor os actuaes de modo a estarem promptos para enfrentar a todas as situações desvantajosas que possam surgir”. Apesar disso, o governador afirmou aos congressistas já ter feito notar “que o Amazonas tem a suprema fortuna. Presentemente, [...] são as mais lisongieras as condições do thesouro”⁷⁴⁴.

De modo paradoxal, Fileto Ferreira⁷⁴⁵ demonstrou preocupação com a estrutura econômica do Estado, destacando que daria apoio a atividades de base e voltaria sua atenção para a navegação com o exterior. Naquele momento, crescia consideravelmente o volume de produção de borracha no Estado e, possivelmente, o poder dos comerciantes exercia alguma pressão sobre as ações do governador. Assim, Fileto reconhecia que a navegação aumentara bastante, mas, segundo ele, ainda não fora satisfatória para atender à produção a ser exportada, sugerindo que o desenvolvimento da navegação traria resultados benéficos se o Estado adotasse medidas protecionistas em benefício de seu comércio.

Ferreira⁷⁴⁶ insistia em que somente a reunião e a disposição de “elementos novos” seriam capazes de fazer “frente a qualquer crise que porventura” pudesse advir. E para evitar “uma surpresa” sugeria investir na lavoura e na criação da indústria. O governador tinha consciência de que a prosperidade financeira era aparente, pois tinha por base uma economia frágil, levando-o a prever a grande crise que ocorreria exatamente uma década após sua sugestão.

⁷⁴⁴ Ibid, p. 31 e 35.

⁷⁴⁵ Ibid, p. 26.

⁷⁴⁶ Ibid, p. 31.

No ano seguinte⁷⁴⁷, ele pôde anunciar, como motivo de “justo jubilo”, a intensificação da navegação para o interior do Estado e para o exterior, pois entendia que isso atestava o progresso e o engrandecimento, devendo o assunto ser tratado com muito cuidado.

Ao se dirigir ao Congresso, o governador discorre sobre a rubrica *Comércio, Indústria e Agricultura*⁷⁴⁸, sugerindo que nessas áreas havia “magnos problemas” a enfrentar, e alertava que “tudo em começo aqui, sem uma systematisação e o menor methodo, urgente se torna que as vossas vistas n’elles se demorem largamente”. Segundo Ferreira a situação dessas atividades na região ainda estavam “a dar os primeiros passos” e alegava que “a falta de braços e de capitais tem paralisado nosso engrandecimento nas suas principaes fontes de riqueza”.

Em mensagem de 6 de janeiro de 1898⁷⁴⁹, Ferreira parecia seguro de sua posição e afirmava que os seis primeiros meses de sua administração haviam sido caracterizados pela “ordem e o progresso”, levando-o a prever que assim continuaria, pois, “sobre essas duas sólidas bases”, encontrava-se assentado o seu governo. Entretanto, lamentava não poder dizer o mesmo sobre a política federal, afirmando não ser possível prever o desfecho da “crise impertinente” que estava minando os dias da República com “factos graves, irregulares e anormaes”.

A tranqüilidade da política amazonense era aparente, não deixando que Ferreira fosse capaz de prever que, poucos meses depois, quando se encontrasse na Europa, licenciado⁷⁵⁰ para tratamento de saúde, sua renúncia seria forjada pelos próprios correligionários. Em 1.º de agosto de 1898, quando o jornal *Commercio do Amazonas* publicou uma nota afirmando que o governador obtivera bons resultados nas negociações para promover a migração italiana para

⁷⁴⁷ Id, 1898. p.34.

⁷⁴⁸ Ibid, p. 37.

⁷⁴⁹ FERREIRA, Fileto Pires. Mensagem de 6 de janeiro de 1898. Manáos: Typographia do Diário Official, 1898. p. 3-5.

⁷⁵⁰ O governador Fileto Pires Ferreira se afastou do cargo em 4 de abril de 1898 e em 1º de agosto do mesmo ano sua “renúncia” foi apresentada ao Congresso.

a região, o Congresso Estadual se reuniu para discutir a suposta renúncia do governador, enviada de Paris, com data de 27 de junho.

No dia 2 de agosto de 1898, o *Commercio do Amazonas* publicou uma fotografia de Ferreira na primeira página e anunciou em letras garrafais o seguinte título: “No Congresso – Renuncia do Dr. Fileto Pires (Ex-Governador do Estado do Amazonas)”. A matéria transcrevia o conteúdo do documento⁷⁵¹, que apresentava a assinatura do demissionário.

O ofício de renúncia apresentado ao Congresso foi contestado por Fileto Ferreira, que afirmou ter sido falsificada a sua assinatura. Argumentou também que não poderia ter renunciado na data indicada no documento, pois, três dias depois dela, participara de um banquete como governador do Estado e nele fizera um pronunciamento mostrando o seu futuro programa de administração.

O historiador Mário Ypiranga Monteiro⁷⁵² informa que, ao tomar conhecimento do fato, ainda na Europa, o governador Fileto Ferreira teria dado uma entrevista coletiva à imprensa internacional, na qual acusara Eduardo Ribeiro de ser o autor da articulação. Segundo o historiador, Ferreira teria explicado a vários jornais europeus que, há muitos anos, havia deixado com o “Pensador”

⁷⁵¹ “A Renuncia

Cidadão Presidente e mais Membros do Congresso Amazonense.
Pariz, 27 de junho de 1898

Saudo-vos , apresentando-vos os mais sinceros e cordiaes protestos de meu acatamento e respeito para convosco.

Cumprindo o preceito constitucional venho trazervos hoje a renuncia do cargo que exerço n’este Estado do qual sois dignos representantes por não me ser possivel por motivo de ordem superior continuar a exercel-o.

Vós melhor do que ninguém, sabeis que aceitei essa delegação do povo amazonense depois de reiterados pedidos de todos os nossos amigos; delegação repito, que por mim jamais foi ambicionada e que hoje não o é.

Discípulo de Benjamin Constant, inspirado nos seus ensinamentos é convicção minha que a tolerancia e a tranzigencia deviam ser sempre as qualidades de um homem publico.

Fiz tudo que as minhas forças comportaram e não me accusa a consciencia de me haver afastado da linha que propuz-me seguir.

Tornando esta resolução suggerida pelos ditames de meus sentimentos, determinada pelo imperio das circunstancias deixo bem patente aos meus concidadãos que dos cargos que na policia occupei apenas me prendiam a vontade e o desejo de por intermedio d’elles ser util ao meu paiz.

Crete de que o digno povo amazonense saberá fazer-me a devida justiça, enviou-lhe as expressões dos mais ardentes votos que faço pela prosperidade e engrandecimento que lhe asseguram as suas riquezas e o patriotismo acrysolado dos seus filhos.

Saude e fraternidade
Fileto Pires Ferreira

uma folha em branco com sua assinatura, para a elaboração de um documento que, entretanto, não chegou a ser feito.

Na verdade, Fileto Ferreira já estabelecera uma certa distância de Eduardo Ribeiro, assumindo posicionamento político que desagradara o líder do Partido Republicano no Amazonas. Segundo A. Pereira, autor de uma série de artigos veiculados por *A Federação*⁷⁵³, nos últimos meses de 1898, sob o título de *Negócios do Amazonas*, a relação entre os dois políticos se encontrava estremecida desde o final do ano anterior, quando o ex-governador retornara a Manaus e fora visitado por inúmeras pessoas, dentre as quais se encontrava um réu que foi por ele absolvido. Como a condenação desse homem fora a tentativa de assassinato de Fileto Ferreira, estabeleceu-se, em conseqüência, um clima de desconfiança e suspeita entre o antigo e o atual governador.

Movido pelo mesmo sentimento de injustiça que a oposição brandira quando de sua eleição, inutilmente Fileto Ferreira contestou a renúncia, acusando antigos correligionários. Mas, pelo menos na aparência, perdera qualquer apoio entre os políticos locais. Em vão, o governador denunciou veementemente a tramóia em vários jornais. Voltou então suas suspeitas para o vice-governador Ramalho Júnior e onze deputados. Chegou a recorrer ao governo federal, pretendendo contar com uma intervenção, no entanto, não conseguiu reverter o quadro.⁷⁵⁴

Além das inúmeras matérias locais ironizando e ridicularizando o ex-governador, através de versinhos e outras expressões não muito refinadas da literatura, nota-se que, oficialmente, também foram tomadas providências para destituir possíveis referências que exaltassem a figura política de Ferreira. Em 9 de agosto, o *Commercio do Amazonas* comunicou que, em sessão ocorrida no dia anterior, a Intendência Municipal decidira resgatar o “antigo nome rua Municipal a que ultimamente havia sido chismada com o nome de dr. Fileto

⁷⁵² MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Renúncia do dr. Fileto Pires Ferreira*. Manaus: Edições Governo do Amazonas (fac-similado), 2001. p. 13.

⁷⁵³ *A Federação*, 23 de novembro de 1898. p. 1.

⁷⁵⁴ FERREIRA, Fileto Pires. *A verdade sobre o caso do Amazonas*. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio, 1900. Ferreira (p. 17) solicitou a intervenção do Governo Federal e, em documento impresso,

Pires”. No dia seguinte, o referido jornal informou que o retrato do ex-governador do Estado fora retirado do salão de honra da Intendência.

A velocidade dos acontecimentos, assim como o poder adquirido por determinados grupos de interesses, assumiu relevância preponderante na construção da imagem de personagens públicas e de histórica memória. A imprensa, como uma aliada do sistema, desempenhou papel fundamental na fixação de tais imagens e cumpriu esse propósito mesmo quando noticiava um fato de maneira aparentemente imparcial.

Fileto Ferreira manteve-se no cargo por apenas dois anos, a metade do tempo previsto para o seu mandato. Em 4 de agosto foi destituído do posto, sendo substituído pelo vice-governador José Ramalho Júnior e, apesar de mover um processo que se prolongou até 1899⁷⁵⁵, não conseguiu reaver o cargo.

As mesmas práticas obscuras que o elegeram governador do Estado acabaram por destituí-lo. Os fatos sugerem que o cargo era regido pelos interesses de grupos políticos que tanto decidiam sobre a escolha quanto sobre a manutenção no posto. Não resta dúvida que esta prática ganhou maiores proporções devido à instabilidade política nacional e à relativa autonomia administrativa estadual, pois as associações partidárias formavam uma rede de interesses que se fortalecia e ampliava o tráfico de influência para manipular as decisões políticas. Isso demonstra que, em tal contexto de transição, nem as garantias constitucionais eram recursos suficientemente capazes de assegurar a manutenção no posto de governador.

Por certo, a política da Primeira República no Estado do Amazonas é um tema extremamente instigante. Sua investigação é de grande relevância para a compreensão daquele momento histórico brasileiro. Não resta dúvida que foi em virtude das práticas permitidas por essa política que foi possível concretizar o projeto de refundação da cidade de Manaus nos termos em que foi realizado.

argumentou que era “conhecedor do inaudito estellionato praticado pelo Vice-governador e onze deputados estadoaes”.

⁷⁵⁵ Em 15 de junho de 1899, *A Federação* publicou que o Supremo Tribunal Federal negara o “provimento ao recurso de *habeas-corpus*” impetrado pelo advogado do ex-governador Fileto Pires Ferreira, em vista “da resolução do Tribunal Mixto de Manaus”.

7.8 ADMINISTRAÇÃO DE RAMALHO JÚNIOR:1898-1900

Durante o período monárquico, os presidentes da Província do Amazonas eram nomeados pela Corte e a quase totalidade desses administradores era originária de outras regiões brasileiras. Em virtude de sua história de dependência e pouco menos de cinco décadas como unidade do Império, a sociedade amazonense ainda se estruturava. Era inexpressiva política e economicamente no cenário nacional, em virtude do controle exercido pelo poder central, que não favorecia a organização e a prática de uma política mais autônoma. Para isso contribuíam a estrutura administrativa muito recente, as deficiências culturais da sociedade, a isolada localização geográfica, a precariedade das finanças e a fragilidade da organização política.

Em sua dissertação de mestrado, Regina Márcia de Lima⁷⁵⁶ oferece uma instigante interpretação das intervenções do poder central do Segundo Reinado na política da Província do Amazonas e fornece dados bastante elucidativos a respeito das reações dos grupos políticos locais perante a implantação do novo sistema político.

A autora observa que, desde a instalação da Província do Amazonas, em 1852, os amazonenses, teoricamente, podiam escolher representantes para a Assembléia Geral Legislativa e constituir a própria Assembléia Provincial. Entretanto, as manifestações do poder local não detinham força suficiente para resistir às interferências externas.

Regina Lima⁷⁵⁷ estabelece o período compreendido entre 1852 e 1868 como o da “montagem da máquina político-administrativa⁷⁵⁸”, notando que os deputados que integraram a composição da primeira legislatura (1852-1853) mantiveram-se no poder e vieram a constituir o “grupo que durante todo o período

⁷⁵⁶ LIMA, Márcia Regina. *A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado (1852-1889)*. In *História em Revista. Amazônia em Cadernos*. 2/3. Manaus: Universidade do Amazonas, 1995. p. 43. IV e V capítulos da Dissertação de Mestrado aprovada no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1979. *O Sistema Eleitoral: 1852 e O Partidarismo Político*

⁷⁵⁷ Lima, op.cit. p. 40.

⁷⁵⁸ Quanto à diversidade de elementos que compunham tanto o Partido Liberal quanto o Partido Conservador, na Província do Amazonas, Regina Márcia Lima (op.cit, 45) observa que a composição social de seus integrantes não podia partir de um esquema simples. Nota que esses partidos se compunham da elite e eram formados “por aqueles elementos mais influentes, mais atuantes nos pequenos municípios, principalmente os radicados em Manaus”.

do Segundo Reinado ocupou os lugares de maior expressão na política local”. A autora ressalta ainda que a maior parte desses representantes da Província do Amazonas se servia da representação “como um estágio inicial na sua escalada política⁷⁵⁹”

Nota-se que o processo de formação do sistema eleitoral e o relacionamento dos agentes do governo central com os representantes da política local não facilitaram a participação de elementos nativos. Regina Lima⁷⁶⁰ informa que somente em 1872 se cogitou o nome de um amazonense para concorrer à vaga de representante na Câmara Geral. Era o bacharel conservador Gustavo Adolpho Ramos Ferreira⁷⁶¹. Todavia, perante uma possível derrota no maior colégio eleitoral, o grêmio conservador substituiu sua candidatura, optando pelo nome do comerciante carioca Ângelo Thomaz do Amaral⁷⁶², que, por duas vezes já, representara o Amazonas na Câmara.

Após a Proclamação da República, a fragilidade das organizações civis no Amazonas, como em outros Estados brasileiros, permitiu que a escolha dos presidentes e governadores seguisse as tradicionais práticas centralizadoras: o Governo Federal é quem indicava os dirigentes. E assim como na política do Segundo Império, as articulações para ocupar a administração do Estado do Amazonas sugerem que o cargo mantinha-se como um intermediário para atingir posições mais eminentes em outros Estados ou para aproximar-se do centro de poder através de uma cadeira como senador ou deputado federal, no Rio de Janeiro.

Possivelmente, os militares republicanos preservavam a mesma prática da monarquia, mantendo representantes nas mais diversas regiões do País. Da capital articulavam e controlavam estratégias para garantir a participação de

⁷⁵⁹ Márcia Regina Lima (op.cit, p. 34 e 41) explica que a força centralizadora do governo imperial atuava também em outras províncias, “interferindo no processo de escolha através de seus agentes treinados”. Segundo ela, esses agentes realizavam uma circulação geográfica, ascendendo “gradativamente em suas carreiras com o objetivo de atingir as funções mais relevantes no cenário político administrativo do Império”.

⁷⁶⁰ LIMA, op. cit. p. 33 e 48. Segundo a autora, as bases do processo eleitoral não puderam garantir o funcionamento do sistema representativo e este resultava em uma permanente corrupção”.

⁷⁶¹ REIS, Artur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Manaus: Superintendência, 1989. Reis (p. 260). informa que Gustavo Ramos Ferreira assumiu a presidência da Província no período de 23 de junho a 7 de novembro de 1866.

elementos comprometidos com a consolidação da República. Além disso, nota-se que a manutenção de alguns traços da política do Amazonas parece ter contribuído decisivamente para a participação de uma seqüência de oficiais⁷⁶³ na administração do Estado, com o predomínio de dirigentes oriundos da Escola Militar.

A participação do coronel José Cardozo de Ramalho Júnior nesse grupo foi, aparentemente, obra do acaso, mas sua atuação na administração do Estado parece ter assumido grande relevância na definição da política local. Tanto por representar o final da primeira fase republicana, dirigida por militares, quanto pela participação mais direta de elementos da sociedade local na direção da política do Amazonas.

Mesmo que oriundo do grupo de Eduardo Ribeiro, Ramalho Júnior era o primeiro amazonense a assumir o cargo de governador do Estado. Filho de um empresário português da área da construção civil⁷⁶⁴ e de uma brasileira, Ramalho Júnior fez sua formação elementar na capital do Amazonas e realizou “os seus estudos⁷⁶⁵” na cidade do Porto, em Portugal. Ao retornar a Manaus, ainda no período imperial, integrou-se ao Partido Liberal e atuou como redator do jornal *Amazonas*. Após a República exerceu o cargo de diretor da Imprensa Oficial e foi eleito deputado estadual⁷⁶⁶.

A indicação do nome de Ramalho Júnior para o cargo de vice-governador, resultado de uma longa negociação, foi divulgada pela *A Federação* em 25 de dezembro de 1895. Ele compunha com Fileto Ferreira a chapa que foi eleita em

⁷⁶² Reis (op.cit. p. 260) comunica que Ângelo Thomaz do Amaral assumira a presidência da Província do Amazonas nos períodos de 12 de março a 11 de maio de 1857 e de 7 de setembro a 10 de novembro de 1857.

⁷⁶³ Em meu trabalho de mestrado (MESQUITA, 1997. p.137) fiz uma reflexão sobre a seqüência de presidentes e governadores de formação militar na direção do Estado do Amazonas nos primeiros dez anos da República, criando uma analogia com a imagem de uma “troca da guarda”.

⁷⁶⁴ Em sua biografia publicada em *A Federação* de 7 de abril de 1899, informa-se que Ramalho Júnior era filho de “um artista, um operario”. Na realidade, o nome de José Cardozo Ramalho foi mencionado em vários relatórios de presidentes da Província do Amazonas e de diretores da repartição de Obras Públicas entre os anos de 1872 e 1886. Inicialmente, era citado como “mestre de pedreiros” e, depois, como arrematante de algumas das obras públicas mais relevantes do período, dentre as quais as obras da Igreja Matriz e as do Mercado de Ferro.

⁷⁶⁵ O texto da biografia apresentada em 7 de abril de 1899, em *A Federação*, não informa precisamente qual foi a formação do governador. Comunicava, todavia, que, de sua estada em Portugal, ele “trouxe o amor pelas letras e pelas couzas portuguezas, seus costume e norma de existencia”. O referido texto informa também que ao retornar ao Brasil, Ramalho Júnior teria trabalhado como redator do jornal *Amazonas*.

25 de março de 1896. Em 1.º de agosto de 1898, após a “renúncia” do titular, assumiu oficialmente a administração do Estado⁷⁶⁷, mantendo-se no cargo até 23 de julho de 1900, cumprindo o prazo previsto para o mandato de sua chapa.

O fato de Ramalho Júnior ser natural do Amazonas⁷⁶⁸ parece ter sido um fator extremamente importante para amenizar o grau de resistência às ações de uma administração vinculada a Ribeiro⁷⁶⁹. Os confrontos entre as esferas federal e estaduais⁷⁷⁰ foram deflagrados desde a indicação dos primeiros presidentes do Estado e se acirraram com o estabelecimento do grupo liderado pelo “Pensador”.

A permanência desse grupo no poder caracterizava um processo de intervenção federal e a sociedade local ressentia-se da falta de um legítimo representante comprometido com os seus interesses⁷⁷¹. Os temores frente à permanência do grupo liderado por Eduardo Ribeiro provocavam o posicionamento das oligarquias amazonenses e justificava a união de diferentes tendências opositoras.

Nesse contexto, as vinculações com a história local assumiam grande relevância, o que poderia dar maior legitimidade à figura do governador. Ramalho Júnior nascera em Manaus e, além de filho de conceituado empresário e de ativa participação na imprensa, possuía resistentes laços de parentesco⁷⁷² e

⁷⁶⁶ A *Federação* de 7 de abril de 1899.

⁷⁶⁷ Esclarecer as razões que levaram a substituição de Fileto Pires por Ramalho Júnior certamente exigiria um outro trabalho de tese. Expô-las agora provavelmente distanciará em demasia este trabalho das questões relacionadas à construção da imagem da cidade.

⁷⁶⁸ Em seções da Assembléia e em notas publicadas na imprensa local, há algumas menções sugerindo que, por ser amazonense, o governador apresentava maior compromisso com as questões locais. Além disso, os seus laços de amizade e de família eram muito mais estreitos que as relações estabelecidas pelos seus quatro últimos antecessores. Certamente, esta condição se constituía em consistente anteparo de defesa natural.

⁷⁶⁹ Assim se denomina, genericamente, a estrutura montada e liderada pelo grupo de militares originário de outras regiões do País.

⁷⁷⁰ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. p. 183. Furtado observa que, no final do século XIX, inicia-se o período de tensões entre o governo federal e os estaduais, em virtude das tendências descentralizadoras do sistema republicano, que, por um lado, permitiam maior flexibilidade aos governos no campo econômico, em benefício dos interesses dos grandes exportadores agrícolas. Entretanto, por outro lado, o sistema facilitava a ascensão política de novos grupos sociais, de rendas não derivadas da propriedade, e isto reduzia substancialmente o controle exercido pelos mesmos exportadores sobre o governo central.

⁷⁷¹ Se, por um lado, as vinculações sociais estabelecidas por Ramalho Júnior funcionavam como um aparato de defesa e de apoio político, por outro, é possível admitir que sua formação na Europa mantinha-o, de certa forma, afastado da sociedade e da política locais. Deduz-se, então, que foi justamente este último aspecto de seu comportamento que o aproximou de Eduardo Ribeiro.

⁷⁷² Ramalho Júnior casou três vezes. Seu primeiro matrimônio ocorreu em Portugal e sua mulher morreu do parto do primeiro filho, que também veio a falecer seis meses depois. As segundas núpcias foram com

compromissos partidários, que eram ainda reforçados por seguras amizades que naturalmente conservava.

Certamente, sua rede de relações sociais não era suficiente para vedar ou extinguir as manifestações de resistência da oposição, mas é provável que o entrelaçamento desses fios mais ou menos sólidos criasse um considerável anteparo de proteção, capaz de amenizar parte do impacto provocado pelas investidas dos que se lhe opunham⁷⁷³.

Com a posse de Ramalho Júnior, não se extinguiu a poderosa rede de interferências do poder central sobre as questões locais; todavia, notam-se indícios de maior participação da elite amazonense na estrutura político-administrativa do Estado. Ao recompor parte de seu quadro de assessores, inevitavelmente o governador passou a contar com maior participação de integrantes de famílias locais na administração pública. Isso permitiu a formação de pequenas instâncias de poder, cuja organização ampliava as possibilidades de liderança e de penetração de outros grupos políticos.

Em sua *Breve História da Amazônia*⁷⁷⁴, Márcio Souza observa que a desconfiança dos republicanos históricos em relação a grupos políticos regionais provocava um atrito permanente, "por barrar os especuladores locais do caminho do erário público". Todavia, o autor compreende que foi em 1900, com a posse do amazonense Silvério José Nery, um representante "dos poderosos extrativistas", que se restabeleceu o antigo sistema administrativo. Souza indica que um dos benefícios dessa gestão foi tornar "obrigatório o beneficiamento sumário da borracha em Manaus".

Leocádia Malcher, que também faleceu após o nascimento da primeira filha. Em seguida, o viúvo casou com Leonarda Malcher, filha de Leonardo Malcher, um empresário da construção civil, cujo nome aparece associado ao de seu pai em alguns contratos para obras públicas realizados durante o período provincial no Amazonas.

⁷⁷³ Dentre vários exemplos publicados na imprensa local que procuravam ressaltar a origem nativa do governador, destacamos uma nota veiculada no jornal *Comércio do Amazonas*, em sua edição de 12 de junho de 1898: "O coronel Ramalho Junior, moço em que o Amazonas ainda deposita confiança, amazonense único que conseguiu galgar as cumiadas do poder, bem podia seguir as pegadas do seu collega do Pará e iniciar, neste momento oportuna a exploração da agricultura, única fonte de riqueza inesgotável que possui esta extraordinária terra".

⁷⁷⁴ SOUZA, Márcio Bentes. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p.138.

7.9 PRÁTICAS REPUBLICANAS

A vinculação entre os projetos de embelezamento das cidades e as questões políticas remonta a uma longa data. No Brasil, a relação evidencia-se após a República, quando começou a crescer a participação da sociedade civil. Teoricamente, a introdução do sistema republicano no país pretendia desfazer a concentração de poder e o autoritarismo que caracterizaram o sistema monárquico. A Constituição propunha a autonomia administrativa dos Estados e a participação dos variados segmentos da sociedade na escolha e fiscalização dos administradores públicos.

Com a introdução de um novo sistema político, previa-se que a estrutura administrativa fosse completamente reformulada e os cargos públicos tornar-se-iam elegíveis e transitórios. A avaliação da sociedade civil ganhava maior relevância na escolha de seus representantes e exercia uma significativa pressão sobre o desempenho de políticos e administradores.

Além disso, o sistema republicano estimulava o surgimento de partidos políticos e promovia a concorrência entre eles pela ascensão ao poder. Entretanto, essa disputa, que seria salutar para promover a escolha dos representantes, gerava práticas e campanhas nem sempre éticas. Assim, todas as ações e realizações administrativas, sobretudo as obras públicas, tornavam-se foco de críticas e de grandes confrontos promovidos através das várias instâncias políticas.

Através da imprensa, as denúncias ganhavam maior repercussão e abalavam o futuro político de administradores públicos. Jornais de diferentes tendências questionavam e faziam denúncias, nem sempre devidamente argumentadas. Sem limite de censura ou considerações éticas, defendiam idéias e interesses nem sempre de caráter político.

Se, por um lado, pode-se louvar a tradição democrática que vinha permitindo a livre expressão da imprensa brasileira, por outro, pode-se lamentar que o conteúdo veiculado pelos jornais fosse, em grande parte, manipulado por interesses partidários e econômicos.

A maior parte dos jornais pertencia a grupos político-empresariais, o que comprometia decisivamente a imparcialidade da imprensa, sobretudo durante o calor das polêmicas provocadas pela disputa de interesses partidários. Portanto, as opiniões eram tendenciosas e reduziam sensivelmente a veracidade dos fatos. Contudo, em virtude das limitações de outras fontes de conteúdo crítico, o material veiculado pela imprensa da época ganha relevância e não deixa de assumir a função de um arauto fiscalizador das ações da administração pública.

Em virtude da importância assumida pela opinião pública ao se avaliar a atuação dos administradores, suas práticas passaram a ser orientadas e regidas por projetos que garantissem maior rentabilidade eleitoral. Nesse sentido, a quantificação de obras realizadas por um governante tornava-se um dos parâmetros mais aplicados para mensurar a competência de seu desempenho administrativo.

Perante a agilidade com que os políticos manejavam os parâmetros adotados, o processo de avaliação de seu desempenho na administração pública revelava-se frágil e totalmente manipulável pelas estratégias adotadas. Assim, gerava-se mais uma prática negativa na política administrativa brasileira, cujas ações passavam a premeditar realizações com maior potencial de visibilidade e de propaganda, em detrimento de obras estruturais que promovessem melhorias reais do espaço urbano.

Os argumentos e a ampliação dos resultados através dos documentos oficiais e dos jornais podiam persuadir a população, que, não dispendo de maior discernimento, aprovava integralmente certas propostas.

Além disso, as disputas partidárias determinaram a prática da descontinuidade administrativa, caracterizada pelo desprezo aos projetos e obras públicas implantados ou iniciados nos governos anteriores, sobretudo se fossem de iniciativa de opositores políticos. Em geral, grandes investimentos aplicados em obras inconclusas eram ressaltados para demonstrar a incompetência do administrador e evidenciar os prejuízos provocados aos cofres públicos. Raramente, considerava-se o inconveniente de mantê-las inacabadas.

Essa prática se fixou e tornou-se tradicional na política, sendo amplamente aplicada na era contemporânea. Além disso, não se pode ignorar que a elaboração de certos projetos, aparentemente voltados para a sociedade, na realidade atendia unicamente aos interesses de determinado grupo político-empresarial. Certamente não se pode generalizar essa prática a todos os administradores públicos brasileiros, nem desqualificar o comprometimento e as intenções de todos os projetos propostos. Nota-se, entretanto, que a implantação de grandiosos projetos urbanísticos ou arquitetônicos muitas vezes esteve vinculada a estratégias para marcar a passagem de determinado administrador público.

Ainda que a organização política brasileira apresentasse poderes devidamente constituídos, os quais contemplavam a representação popular, pode-se questionar a legitimidade desses representantes quando se apontam as deficiências do sistema educacional e as falhas na distribuição de renda do País. Isso significa que as propostas de intervenção nas áreas urbanas ainda não contavam com a efetiva e esclarecida participação popular.

Deve-se notar, entretanto, que as ações do Estado se ampliavam e penetravam praticamente em todos os segmentos da sociedade, intervindo também na área da educação, na saúde, na moradia e na pesquisa, exercendo uma postura que René Rémond classificou como a do “mecenato dos antigos príncipes”.

Analisando as conseqüências dessas falhas na elaboração dos projetos urbanos e sociais, tende-se a ressaltar a falta de legitimidade das ações impetradas pelo Estado. Além do autoritarismo da formulação das propostas, apontam-se deficiências em relação aos impactos culturais e ambientais. Tais propostas não atendiam às necessidades reais da população, considerando-se que grande parte das obras públicas, em última instância, parecia ser catalisada pela figura do governador. Sob essa perspectiva, a ação do governador estaria relegada ao papel de um defensor de interesses de grupos politicamente influentes e representados através dos partidos organizados, que, na concepção de Hobsbawm, atuavam como “agentes colaboradores” para consolidar a

expansão do mercado capitalista.

A aquisição, a instalação e a manutenção dos serviços eram práticas que geravam uma dependência dos mercados produtores, reafirmavam a nossa condição de consumidor e implicavam uma relação de submissão econômica, política e cultural em relação aos países “desenvolvidos”.

Sem dúvida, a adoção das características do modelo significava uma tentativa de atualização e envolvia um complexo jogo de interesses políticos e econômicos, próprios da época. Pela tradição cultural, a política brasileira era regida por uma elite economicamente produtiva e socialmente organizada. Nota-se que, mesmo após a Proclamação da República, a participação dessa sociedade organizada se restringia praticamente às famílias tradicionais. No entanto, a orientação positivista promovia a separação da Igreja e tornava obrigatória a educação, apesar de, na última década do século XIX, o acesso e os efeitos da educação ainda serem limitados na sociedade brasileira.

Assim, revela-se que grande parte dos políticos brasileiros era originada das elites econômicas ou com elas mantinha fortes vínculos de interesses. Parte dos conflitos partidários era desencadeada pela disputa entre grupos econômicos. Mas, em geral, as propostas para introduzir melhoramentos e serviços encontravam-se apoiadas pelo discurso do progresso. Para sustentar seus argumentos, políticos, administradores públicos e empresários adotavam o mesmo conjunto de justificativas empregadas nos discursos europeus.

Em geral, as críticas feitas pelos grupos de oposição não recaíam na introdução dos serviços, mas na qualidade dos materiais e na estética das obras realizadas. Assim, é possível deduzir que parte das críticas feitas à falta de qualidade estética das obras de Ribeiro era uma tentativa de desqualificar também a sua formação e falta de sensibilidade, que naquele momento parecia se apresentar como um parâmetro para mensurar a atuação do administrador.

Ainda que essa administração local possa ter assumido uma atitude convencional, adotando medidas autoritárias e coercitivas para concretizar seus projetos, deve-se notar que não havia uma tradição cultural capaz de questionar as características do modelo nem propor uma solução específica para a realidade

manauense. Mesmo em São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentrava grande parte da intelectualidade brasileira da época, não surgiu uma proposta de urbanização diferenciada ou tipicamente brasileira, pois nessas cidades reproduziu-se o mesmo padrão importado. Na América, como na Europa, aplicava-se um padrão de soluções cujos resultados apresentavam grande similaridade.

8 OLHARES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

A partir do quarto capítulo deste trabalho, destacamos a atuação de Eduardo Ribeiro como personagem fundamental no processo de refundação da cidade de Manaus. Destacamos ainda parte de suas realizações, justificativas, biografia e articulações políticas. Contudo, a confrontação dessas informações com as críticas feitas pela oposição ressaltam as seqüelas das disputas partidárias, evidenciando o caráter político que envolvia o projeto de embelezamento da cidade. A oposição oferece outra visão dos fatos e da imagem de Manaus. Por isso, faz-se necessária a participação de outros autores observadores, que possam apoiar as ponderações sobre algumas questões, assim como a tentativa de reduzir a carga emocional que revestia praticamente todos os fatos e ações dos personagens implicados naquela encenação histórica.

8.1 DESQUALIFICAÇÃO DA OBRA

Ao mesmo tempo em que o governador Eduardo Ribeiro difundia os seus feitos administrativos, sobretudo as obras públicas, através de mensagens e de artigos de correligionários, veiculados no jornal dirigido pelo partido, a oposição refutava todas as realizações divulgadas, procurando desqualificá-las e demonstrar a ineficiência de Ribeiro como administrador público.

Ao assumir o governo do Estado do Amazonas, Eduardo Ribeiro contava com o apoio dos segmentos mais representativos da política local, como o dos irmãos Moreira, cuja atuação no Congresso Estadual e na imprensa local foi fundamental para impulsionar sua carreira.

Até o final de 1894 os Moreira através do jornal Amazonas mantinham sua adesão a Eduardo Ribeiro. Antes deste período, as manifestações contrárias a administração de Ribeiro foram limitadas. No ano anterior, o *Diário de Manáos*⁷⁷⁵, jornal de oposição editado por Manuel Mendoza, publicara um editorial intitulado *Como são tratados os imigrantes*. O conteúdo era uma crítica às afirmações de Ribeiro publicadas no dia anterior pelo jornal *A Federação*, que a oposição denominava de “gazeta oficial”. O editor afirmava que estabelecer medidas que valorizassem a imigração para “zonas desabitadas” não era “nada novo e nada de extraordinário”. Em seguida, criticava as prioridades dadas ao imigrante estrangeiro, em detrimento dos nacionais, que ficavam abandonados. Segundo o editor, causava espécie o governador “ordenar” ao Congresso medidas para atrair imigrantes para o Amazonas, enquanto os seus amigos deixavam em desespero os que já se encontravam instalados.

Tratava-se, na verdade, da defesa de uma colônia composta por cerca de quinhentas pessoas que, em documento assinado por várias delas, afirmavam que dois anos antes tiveram o consentimento do coronel Emílio Moreira para se instalar na área denominada de *Sacco do Alferes*⁷⁷⁶. Mas agora dispunham de apenas dois meses para demolir suas habitações e retirar-se do terreno. Defendendo-as, o editor afirmava que não teriam para onde ir, pois não seriam indenizadas pelas benfeitorias feitas na área. Além disso, o preço dos terrenos era extremamente elevado em Manaus. Mendoza dramatizava sua crítica, afirmando

*Quinhentas pessoas, que dão para formar um povoado, vão vagar pelas brenhas, porque o paternal governo do sr. dr. Eduardo Ribeiro não tem meios de estabelecer um ante-mural, entre a acção devastadora do senhorio e as habitações do infeliz inquilino!*⁷⁷⁷

Mendoza declarava que Ribeiro quase “desenganou os infelizes postulantes”, mas esclareceu que seria mesmo o coronel Emílio Moreira quem

⁷⁷⁵ *Diário de Manáos* de 14 de julho de 1893.

⁷⁷⁶ O trecho da cidade referido no artigo é um pequeno bairro popular localizado no centro da cidade, atualmente denominado de bairro do Céu.

⁷⁷⁷ *Diário de Manáos* 14 de julho de 1893

decidiria o que fazer. Assim, encerrava seu editorial sugerindo que, sem teto e sem abrigo para oferecer, não se devia pedir imigrantes⁷⁷⁸.

Certamente, o governador encontrava grandes dificuldades com práticas irregulares na administração pública e com o oportunismo de muitos de seus correligionários. Também não deveria dispor de soluções para todos os problemas que surgiam em uma cidade onde muitos interesses se confrontavam na disputa pelo espaço urbano e a especulação imobiliária crescia de forma exorbitante. Por outro lado, o editorial veiculado no *Diário de Manáos* não era somente uma crítica a suas ações, mas a opinião de um grupo opositor, que jamais aceitara a substituição de Thaumaturgo de Azevedo.

Por alguns anos, a oposição manteve uma posição crítica perante todas as realizações da administração de Ribeiro, desqualificando-as e procurando demonstrar sua incompetência como administrador público. Logo ao término do mandato, tornaram-se mais intensas as críticas dirigidas a sua administração e a sua pessoa. O jornal *Amazonas*, dirigido politicamente por Guilherme Moreira, foi um de seus mais ferrenhos adversários no âmbito local, enquanto que na Capital Federal a oposição contava com senadores e deputados que se manifestavam tanto na imprensa quanto em suas respectivas instâncias. Todos pretendiam desmascarar a eficácia das ações administrativas de Ribeiro.

Argumentando sobre o acréscimo das rendas do Estado, o editor do *Amazonas*⁷⁷⁹ declarou que uma das razões para esse aumento era a “corrente emigratoria nacional”, entendendo que as riquezas naturais do solo e a valorização da borracha eram os principais atrativos. Mas assegurava que o Estado nada fizera para promover essa “corrente emigratoria”.

O redator opositor reconheceu que Ribeiro, como todos os governantes locais, “nunca cessou de fallar na emigração”; entretanto, argumentou que “tudo isto era para inglês ver”. Na interpretação opositora, as verbas se esgotavam nas grandes comissões para fazer propaganda no estrangeiro, embora seus integrantes não saíssem do País. O redator assegurou que a composição dessas comissões tinha como objetivo não beneficiar “senão

⁷⁷⁸ *Diário de Manáos* de 14 de julho de 1893.

adherentes poucos escrupulosos ou conquistar defensores para servir após e fazer apologia de sua administração”. Complementando a crítica, lia-se no artigo que, se naqueles quatro anos da administração de Ribeiro, não fora maior a emigração, era “devido unicamente a falta de confiança e de garantias que inspirava aos emigrantes o Governo do Sr. Eduardo Ribeiro.”⁷⁸⁰

O jornal *Amazonas*⁷⁸¹ publicou um pequeno artigo criticando duramente não apenas a figura pessoal do governador, mas também a sua atuação sobre o sistema educacional. O redator afirmou que a instrução pública no Estado fora rebaixada. Felizmente, já não estava na administração

*o homem que tanto nela se celebrizou pelas falsidades inveteradas, o ingrato, o hipócrita, que reformou a instrução pública com programmas belíssimos, mas que não eram executados.*⁷⁸²

Quanto aos investimentos feitos nessa área, a título de “reforma da instrução pública”, o artigo opositor expôs que o erário público havia despendido “fabulosa somma do dinheiro do contribuinte sob o pretexto de instrução pública”; mas, na verdade, o que se via era o “retrogradamento” da mesma, feita por agentes “ignorantes arvorados em perceptores da mocidade

Ao contestar as realizações governamentais divulgadas pelo jornal *A Federação*, o redator do opositor *Amazonas*⁷⁸³ se propôs a identificar onde estariam os “decantados melhoramentos” implementados por Ribeiro. Mantendo uma linguagem irônica, o redator perguntava, sugerindo a resposta: “Estarão nas custosas, defeituosas e intermináveis obras publicas de Manáos?” Os adjetivos pejorativos que integravam a pergunta já indicavam precisamente o juízo da apreciação. Ao classificar as realizações da administração Ribeiro como “aleijões de exóticas architecturas de fragilissimas construcções”⁷⁸⁴, a crítica generalizava e evidenciava de forma contundente o seu reducionismo.

⁷⁷⁹ *Amazonas*, 11 de agosto de 1896.

⁷⁸⁰ *Ibid.*

⁷⁸¹ *Amazonas*, 31 de julho de 1896.

⁷⁸² *Ibid.*

⁷⁸³ *Amazonas* de 27 de junho de 1897.

⁷⁸⁴ *Amazonas* de 11 de agosto de 1896.

Em 27 de junho de 1896, por exemplo, o *Amazonas* veiculou um longo artigo intitulado *Amazonas*, no qual o editor criticava a linha editorial do jornal *A Federação*, pela insistência em divulgar as obras do governo de Ribeiro. O editor iniciava sua contestação afirmando:

*Falam alli de grandes melhoramnetos, de beneficios, de honestidades do governo, etc; cousas que não custam escrever e a impássibilidades dos typos vae espalhando, mas não indicam onde estão esses decantados melhoramentos, beneficios etc.
Sempre a mentira official...⁷⁸⁵*

No artigo, alegava-se que o governo se caracterizara exclusivamente pela violência, pelo “esbanjamento” e pelas infrações criminosas das liberdades públicas. Após perguntar pelos melhoramentos aplicados na área comercial, o editor constatava que “unicamente pela iniciativa particular” o comércio no Amazonas havia crescido, porque, apesar dos impostos exagerados, o governo não havia feito “absolutamente nada para fomentar esta atividade”.

Reclamava também da ausência de uma casa bancária, notando que uma administração criteriosa observaria esta necessidade; entretanto, de tal proposta nem se cogitara. Quanto à navegação, condenava que se tivesse subvencionado o estabelecimento de uma linha para o rio Purus, o que teria beneficiado determinado empresário, ou seja, a concessão fora apenas um pretexto para dar um “presente”.

Indagando sobre a lavoura e a agricultura, o editor opositorista escreveu que a produção do Estado fora reduzida e lembrou que antes o Amazonas já exportara vários produtos, como café, fumo, anil, piaçaba, mas, naquele momento, importava “tudo para o seu consumo”. E mais uma vez perguntou o que fizera o governo para solucionar o problema, respondendo que: “Nada, simplesmente nada”.

No mesmo tom crítico, a matéria questionava também a falta de apoio aos melhoramentos no porto e de incentivos à indústria. Ao fechar seu artigo, o redator concluiu que, se eram estes os efeitos dos melhoramentos e benefícios, seriam todos negativos e “só tem servido para favorecer a derrama criminosa do

dinheiro do povo”. Além desses pontos, denunciava as freqüentes desapropriações promovidas pela administração de Ribeiro como uma prática especulativa. As concessões de terrenos favoreceriam o próprio governador, que, posteriormente, os adquirira a preços reduzidos.

Na interpretação de oposicionistas que, através de artigos veiculados no *Amazonas*⁷⁸⁶, mantinham suas críticas ao governo, o calçamento da rua Municipal estava “pessimamente feito”. Além disso, lamentavam que as obras tivessem demorado tanto. Segundo o artigo, o calçamento levava cinco anos para ser concluído. Nesse espaço de tempo já fora “remendado”, estando naquele momento necessitando de novos reparos.

Os melhoramentos da praça da República referidos por Ribeiro foram sumariamente desqualificados pela oposição através de artigo publicado no jornal *Amazonas*⁷⁸⁷. O redator questionou o elevado valor empregado na obra ao tratar dos “importantes melhoramentos que tanto se pavoneia”, observando que se tratava de um “pequeno jardim” encravado na praça e afirmando que todos os serviços ali aplicados não excederiam a quantia “de cem contos de réis”. Para o autor do artigo, o jardim era “um insignificante quadrado” localizado no centro de uma pequena praça, imprópria para conter “um jardim publico, na extensão da palavra”:

O conteúdo do artigo sugere um elevado grau de exigência quanto à originalidade das obras e demonstra grande alienação no que diz respeito às condições ambientais locais. Reproduz o pensamento de outras culturas e nega a qualidade ornamental de espécimes vegetais da região como elementos embelezadores, sugerindo que o ideal seria decorar os espaços públicos com espécimes raros de outras realidades: Por habitar uma região que era como um viveiro de espécimes exóticos, é possível que o redator da matéria idealizasse um jardim com plantas como rosas, petúnias e miosótis. Ou, então, sua pena foi simplesmente dirigida pela intenção de desqualificar não a vegetação local, mas o trabalho realizado pela administração do Estado.

⁷⁸⁵ *Amazonas*, 27 de junho de 1896.

⁷⁸⁶ *Amazonas* de 27 de junho de 1896.

⁷⁸⁷ *Amazonas*, 14 de agosto de 1896.

*No espaço plantado não se encontra uma só flor, uma só planta que chame a atenção dos visitantes: além de algum capim não se vê ali senão umas plantas e flores tão comuns em Manáos e que se encontram nos jardins os mais simples das casas particulares desta cidade.*⁷⁸⁸

A oposição criticava a aparência da praça, comentando que era cercada por um muro de alvenaria muito baixo e “com tosco gradeamento de ferro imitando um cemiterio d’aldeia”. Segundo o redator da matéria, o calçamento da praça deveria ter sido feito com paralelepípedos de “madeira real”, mas na realidade fora “pessimamente” feito com “pedaços de madeira mal preparados e quebrados que ali se vêem”. A descrição das péssimas condições sugeridas pelo redator adversário servia de pretexto para questionar a “perícia do diretor de Obras Publicas e especialmente do Governador, *portador de um diploma de engenheiro*”, e para duvidar da imparcialidade da construção da maior parte das obras do Estado.

Como todas as obras da administração de Ribeiro, a construção do palácio foi bastante criticada pela oposição, sobretudo pelo volume de investimento consumido. Em 1896, um artigo publicado no *Amazonas*⁷⁸⁹ alegava que o Palácio não beneficiaria a ninguém, a não ser o “feliz” que fosse nele habitar. A oposição condenava o investimento de “milhares de contos de réis”, afirmando que a obra já consumira todo o crédito e não estava nem “em meia viagem”.

Mesmo os sucessores imediatos de Ribeiro condenavam a aparência da obra. Finalmente, em 1900, a construção foi explodida com dinamite. Em seguida, o arquiteto Filinho Santoro apresentou um projeto mais atualizado para o palácio, mas a obra jamais foi concluída e, por muitas décadas, as suas ruínas testemunharam o descaso em relação ao dinheiro público.

No caso do teatro Amazonas, as críticas da oposição extrapolavam as questões financeiras, indicadas através dos gastos exorbitantes. Elas desqualificavam esteticamente a obra, que em sua concepção era “um aleijão da *architectura*”⁷⁹⁰.

⁷⁸⁸ *Amazonas*, 14 de agosto de 1896.

⁷⁸⁹ *Amazonas* de 27 de junho de 1896.

⁷⁹⁰ *Amazonas* de 27 de junho de 1896.

Logo que se pôde iluminar e animar o Teatro com apresentações dos mais diversos gêneros de espetáculo e com a circulação da sociedade local, o espaço ganhou a relevância de um trunfo capaz de amenizar as críticas da oposição. Um raro exemplo de condescendência foi manifestado pelo jornal *Amazonas*⁷⁹¹, em artigo veiculado em 12 de dezembro de 1896, no qual se descrevia uma apresentação musical realizada por ocasião da inauguração do sistema de iluminação elétrica do Teatro e da experiência feita com a caixa harmônica da orquestra.

Ao descrever o programa, o redator oposicionista não resistiu e apresentou alguns detalhes do interior da construção, não conseguindo evitar elogios, sobretudo sobre a sedutora platéia. Inicialmente, confessou que, ao entrar na sala de espetáculos, sua impressão “foi a mais agradável possível”. Todas as frisas e camarotes estavam ocupados pelo que havia de “mais *chic* do bello sexo manauense”. As mulheres vestiam “*toilettes* claras, recebendo nas lindas e mimosas faces os raios da luz elétrica”, mostrando um espetáculo “deslumbrante”. Entretanto, movido por interesses pouco arquitetônicos, o senso crítico do redator lamentava que as grades dos camarotes fossem demasiado elevadas, escondendo “os elegantes bustos” e só deixassem ver as cabeças das senhoras e senhoritas. Sugeria que, sem esse inconveniente, a sala teria um aspecto “mais encantador”. Apesar disso, congratulou-se com o diretor do teatro pela qualidade da luz elétrica, reconhecendo ser “esplendida”, ainda que o seu aguçado senso crítico o levasse a completar que o sistema não estava “com toda a sua força”.

Tão impactante quanto o fato de se encontrar pela primeira vez sob a claridade da iluminação elétrica e de ouvir uma apresentação musical de qualidade em Manaus, era o raro prazer de desfrutar da presença das belas senhoras e senhoritas em suas *toilettes* de noite. Mesmo guardadas recatadamente por trás dos altos balcões, eram capazes de animar a imaginação dos mancebos, estimulando toda sorte de fantasias e pensamentos sensuais, que, naturalmente, seriam reprimidos e purgados nas habituais missas de domingo.

⁷⁹¹ *Amazonas* de 12 de dezembro de 1896.

Ainda que a frequência ao teatro possa ter sido restrita à elite local, nota-se que o uso de suas dependências atribuía significativa relevância ao mais novo espaço físico da sociedade. Por um lado, a ocupação e o uso do edifício destituíam-lhe o caráter de uma construção virtual, retirando-o do centro das atenções para um plano secundário. Por outro lado, o uso do espaço físico por parte da sociedade inseriu-o no universo social e ele passou a integrar o cotidiano da cidade, se bem que no papel de um cenário perfeitamente destinado às práticas de exposições públicas.

A excepcionalidade do evento, a ambientação da sala e a diversidade de atores sociais partícipes eram, sem dúvida, uma experiência de impacto e inovadora até para a história, quiçá para um homem sensível. O embelezamento do espaço decorado e a modernidade vibrando sob a iluminação do ambiente e da acústica produzida pela caixa harmônica causariam grande impacto sobre qualquer mortal naquele momento histórico.

Era uma obra de exposição de arte e de modernidade. Além disso, as demonstrações de música erudita e a sensualidade da platéia feminina criavam um ambiente totalmente fora do comum, capaz de sensibilizar até os menos sensíveis. Mesmo as tradicionais investidas da oposição perderam a agressividade e tornaram-se suaves, suprimindo quase totalmente as tentativas de criticar e desqualificar o espaço físico. O redator opositor parecia ceder perante tantos atrativos, perdendo a concentração e a coerência com a linha discursiva de seu jornal, que contestava quaisquer realizações do governo.

Só assim é possível compreender um pouco as contradições expostas pelo redator, que ora cedia aos encantos do espaço, ora procurava manter-se coerente com sua orientação partidária:

A sala de espetáculo, apesar de ter muitos defeitos, está muito bonita com a sua decoração, com especialidade o arco de abertura do palco que muito prova dá do gosto e saber do Sr. Crispim do Amaral⁷⁹² e seus dois artistas portugueses⁷⁹³.

⁷⁹²VALLADARES, Clarival do Prado. Restauração do Teatro Amazonas. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, p. 60, indica que em *História da caricatura no Brasil*, editado em 1963, Herman Lima informa que Crispim do Amaral era pintor, desenhista, caricaturista, cenógrafo, músico, ator e comediógrafo formado pela Academia São Lucas, na Itália. Como decorador, Amaral contratou vários artistas para auxiliá-lo no trabalho e adquiriu várias obras na Europa. Atribui-se a ele a autoria da pintura do pano de boca do teatro, cujo tema é

O autor do artigo notou ainda que o pano de boca encontrava-se descido, “apresentando no palco uma luxuosa sala com elegante mobília estofada”. Demonstrando um raro conhecimento musical, descreveu detalhadamente cada parte do programa, avaliando a participação de cada um de seus integrantes. Observou também que “a acustica do Theatro não é das melhores, porém é muito boa”.

A sensibilização causada pelo espetáculo pôde justificar os grandes esforços despendidos pela administração pública para concretizar essa obra, assim como explicar a insistência em conservar as constantes subvenções que poderiam manter animada a programação teatral, ainda que, muitas vezes, a qualidade das companhias fosse criticada.

Apesar das constantes subvenções concedidas pelo governo às companhias de teatro, nem sempre os espetáculos apresentados eram de bom nível. Muitas vezes, eles eram duramente criticados. Dentre as críticas mais contundentes, destacam-se as feitas pelo chefe do Departamento do Interior, Pedro Freyre⁷⁹⁴, em relatório apresentado em 5 de janeiro de 1898. Nesse documento, Freyre propôs que as subvenções governamentais fossem destinadas apenas às companhias líricas ou dramáticas de “primeira ordem” e cujo espetáculo contribuísse para elevar o nível moral do público, ao contrário do que vinha ocorrendo naquele teatro, que, segundo ele, era:

um acanalhamento completo da arte, dramalhões de capa e espada, recheiado de adultério, suicídios, assassinatos, a Providencia surgindo na ultima scena para punir os maos e recompensar os bons. Isso pode ser tudo que quiserem, menos alguma coisa que honre á arte, á literatura. Os seus effeitos são nocivos: estraga o gosto do publico que jamais poderá tolerar em scena tudo aquilo que não seja maxixe. A opera lyrica, o drama, a comedia bem burilada scintilante de espirito fino, já não consegue chamar concorrência aos teatros, pois o que se deseja, o que aplaude é a graça descarada, atirada imprudente á luz das gambiarras.⁷⁹⁵

uma criação mitológica do Encontro das Águas. Possivelmente, Amaral serviu de intermediário com os artistas italianos que decoraram o Salão Nobre do teatro.

⁷⁹³ Amazonas, 12 de dezembro de 1896.p.1.

⁷⁹⁴ FREYRE, Pedro. *Relatório do Chefe do Departamento do Interior apresentado em 5 de janeiro de 1898*. Anexo da Mensagem do governador Fileto Pires Ferreira de 6 de janeiro de 1898.

Freyre concluiu a crítica afirmando que subvencionar companhias daquele tipo era assumir “o rebaixamento da arte dramática e concorrer para o depravamento do publico”. Já a preocupação do governador Fileto Ferreira⁷⁹⁶, na mesma ocasião, não era com a qualidade dos espetáculos apresentados, mas com a freqüência do público ao teatro. Provavelmente, ela não atendia a sua expectativa, o que o fazia lamentar que a “concorrença” ao teatro fosse “diminuta”. Acreditava, porém, não ser conveniente “arrefecer”, julgando ser de maior utilidade reduzir as subvenções aos espetáculos, pois a manutenção do Teatro era dispendiosa aos cofres públicos.

Atualmente, pode-se interpretar a posição do chefe do Departamento do Interior como conservadora, por não aceitar a comédia como espetáculo e condenar a expressividade das manifestações populares. Em que pese esse aspecto, sua crítica torna-se significativa se considerarmos que ela refletia a opinião de uma parcela da população que reagia perante as inovações que transformavam os costumes e as tradições da época. De modo diverso, a postura do governador, cuja preocupação maior estava voltava para o uso do espaço por um grande público, revela que ele pensava exatamente como os administradores contemporâneos.

Ao mesmo tempo em que a construção do Teatro pode ser interpretada como uma das possibilidades de configuração a ser realizada, não se pode ignorar seu caráter propagandístico. Antes mesmo de se apresentar um palco para as artes cênicas, construiu-se um palco propício às grandes encenações políticas e sociais. O Teatro como obra arquitetônica de formato grandioso e decoração profusa passava a exigir uma série de melhoramentos que o equipasse mais de acordo com o estilo e com a função a que se destinava. Sua aparência repercutia no entorno e justificava o embelezamento da praça e a construção de um novo monumento.

Ainda que os investimentos feitos nessa obra fossem freqüentemente contestados pelos opositores, a administração pública continuava aplicando grandes somas no sentido de decorar ostensivamente o edifício e dotá-lo dos

⁷⁹⁵ Ibid, p.55.

equipamentos e serviços mais atuais. Assim, junto com sua inauguração, instalou-se também o serviço de iluminação pela eletricidade, que, na opinião do governador, estava em boas condições e de acordo com os modernos melhoramentos usados nos trabalhos desse gênero.

8.1.1 DESSERVIÇOS

Por ironia, muitas das críticas que Ribeiro emitiu em 1894, sobre a falta de qualidade dos serviços de embarque e desembarque no porto de Manaus, foram praticamente reproduzidas pela oposição dois anos depois, quando o governador deixou a administração. Todas as obras realizadas durante o seu mandato passaram então a ser questionadas, através de artigos nos jornais de oposição e, invariavelmente, as análises negavam que as obras de melhoramentos realizadas fossem uma contribuição real.

Um artigo publicado no *Amazonas*⁷⁹⁷ denunciava que o porto permanecia repleto de navios, que, de modo improvisado, desembarcavam as mercadorias em “alvarengas e batelões”, pois não havia outro meio de realizar essa importante tarefa para o comércio local, que ficava no prejuízo. O jornal, entretanto, se contradiz: primeiro, afirmara que o projeto de construção de uma rampa havia ficado apenas em palavras; em seguida, menos de um mês depois, possivelmente outro redator do *Amazonas*⁷⁹⁸ voltou a discutir o trapiche da capital, afirmando que a obra já se encontrava concluída quando Ribeiro assumira, cabendo-lhe apenas inaugurá-lo. O editor lamentava que o Estado tivesse gastado tanto numa obra que teve tão pouca utilidade durante o governo que findara.

A inauguração ocorreu somente em outubro de 1896. Entretanto, ao anunciar esse fato, o jornal *Amazonas*⁷⁹⁹ não perdeu a oportunidade de reduzir sua qualidade, alegando não ser possível avaliar o serviço, pois, sendo uma noite de luar, “quase nenhuma diferença” se notava entre a claridade das ruas que apresentavam luz elétrica e as outras, onde o serviço ainda não fora instalado. No

⁷⁹⁶ Ibid. p.23.

⁷⁹⁷ *Amazonas* de 27 de junho 1896.

⁷⁹⁸ *Amazonas* de 11 de agosto 1896.

⁷⁹⁹ *Amazonas* de 17 de outubro de 1896.

artigo, informou-se que o sistema funcionou de dezenove às vinte e duas horas, sendo interrompido diversas vezes, o que foi atribuído à inconclusão do serviço. O redator pediu mais tempo para observar o funcionamento a fim de que, com “franqueza e exatidão”, pudesse apresentar o seu “juízo a respeito”.

Ao anunciar a instalação do telégrafo, o jornal *Amazonas*⁸⁰⁰ manteve sua costumeira posição crítica, revelando, no corpo da matéria, alguns indícios de suas idéias sobre “civilização”. A nota intitulava-se *Melhoramento* e afirmava que naquele século não se podia compreender “um povo civilizado” que não se servisse do telégrafo elétrico, considerando que a supressão das distâncias estava em primeiro lugar entre os elementos da “civilização”, pois concorria para a solidariedade da raça humana. O redator atribuía ao século a glória de pôr à disposição do homem “as duas forças que mais facilmente resolveram este problema: o vapor e a eletricidade”, não havendo “paiz policiado” que não as adotasse.

No fim da nota, o redator finalmente anunciou o funcionamento do serviço, afirmando que, até o momento, o Amazonas era o único Estado brasileiro que “*não podia participar das grandes vantagens que ao homem civilizado dá a segunda das forças e sofria qual Tântalo, o supplicio de não poder gosar com seus irmãos do beneficio do telegrapho.*”⁸⁰¹

Em junho do mesmo ano, o jornal *Amazonas*⁸⁰² denunciou que o serviço de *bonds* em Manaus era uma “flagrante infracção da lei que o autorizou”. O artigo condenava o serviço por entender que ele deveria servir “para a commodidade da locomoção publica”; entretanto, afirmava que “a única linha em funcionamento era para favorecer o acesso a chácara do sr. Eduardo Ribeiro”.

No mês seguinte, o *Amazonas*⁸⁰³ manteve suas criticas ao governo, condenando a notícia da inauguração do serviço de *bonds* anunciada n’*A Federação*. Segundo a nota oposicionista, a linha inaugurada compreendia o trecho que ia “do Mocó á rua Marcílio Dias”. Depois de uma série de críticas

⁸⁰⁰ *Amazonas* de 12 de fevereiro de 1896.

⁸⁰¹ *Amazonas*, 12 de fevereiro de 1896.

⁸⁰² *Amazonas* de 27 de junho de 1896.

⁸⁰³ *Amazonas* de 30 de julho de 1896.

quanto à precariedade das instalações, acusava a “sofreguidão em inaugurar serviços não acabados”, concluindo que o de *bonds*, “assim mesmo imprestável”, estava sendo executado, ainda que se destinasse apenas “a condução de terra” das obras inacabadas, iludindo a todos. Alertava o redator que a inauguração do serviço ocorria “a fim de figurar nos decantados melhoramentos de Manáos levados a efeito ainda na administração do capitão Eduardo Ribeiro!”.

Ao fazer um balanço da administração⁸⁰⁴ de Ribeiro, a oposição alegou que, apesar dos grandes investimentos, os serviços públicos eram precários. O sistema de abastecimento não atendia às necessidades da população, que continuava reclamando da falta d’água. Esse fato, por sinal, impossibilitava a ação eficaz dos bombeiros, causando intensos prejuízos ao comércio. E, com freqüência, os jornais locais publicavam notas sobre a falta d’água em diferentes pontos da cidade.

Deve-se ressaltar que os serviços públicos implantados em Manaus atendiam apenas uma parte da população e, mesmo assim, com deficiência, pois com freqüência o seu funcionamento era criticado em pequenas notas publicadas na imprensa local e nas mensagens emitidas pelos governadores. Ao discorrer sobre as condições dos vários serviços públicos, Fileto Ferreira observou que, com exceção do de “luz electrica”, que funcionava regularmente bem, todos os outros eram deficientes⁸⁰⁵.

Durante todo o ano de 1898, o *Commercio do Amazonas* publicou pequenas notas criticando a deficiência dos serviços de eletricidade e de abastecimento d’água em diferentes trechos da cidade, assim como a falta de um eficiente serviço de limpeza pública.

Praticamente todas as questões de interesse público eram discutidas pela imprensa local. Muitas vezes, as questões abordadas sugerem que, a direção do periódico ou os autores dos artigos tivessem outros interesses, que não fosse apenas reivindicar a melhoria da qualidade de vida da população. Às vezes, um determinado contrato era acompanhado pelos jornais. Assim como nas questões políticas, a imprensa participava ativamente do jogo de interesses econômicos.

⁸⁰⁴ *Amazonas* de 27 de junho de 1896.

Todavia, é possível observar que parte das matérias apresentava caráter de propaganda, defendendo arduamente serviços ou tecnologias de maneira bastante tendenciosa.

Um exemplo dessa prática é a divulgação da proposta para a compra de um forno de incineração de lixo feita através do *Commercio do Amazonas*. Várias vezes, entre 1.º de julho e 10 de agosto de 1898, o jornal publicou notas sobre a possível instalação do sistema de fornos *Colwell* para cremar lixo, informando que o representante das indústrias metalúrgicas inglesas, *Joseph Baker & Sons*, apresentara a proposta desse melhoramento ao governador. Em matéria veiculada em 6 de julho do mesmo ano, o jornal ressaltou o problema de higiene que afetava as grandes cidades, mencionando a conveniência do serviço para Manaus. Citou Nova York como exemplo bem sucedido, reproduzindo depoimento do engenheiro-chefe⁸⁰⁶ do serviço de higiene daquela cidade.

Por um lado, a atuação da imprensa pode ser interpretada como uma ação fiscalizadora, na tentativa de demonstrar que era realmente criteriosa em referência à qualidade de vida da população. Por outro lado, o zelo com que o jornal divulgava detalhadamente as negociações sugere que estava tentando exercer pressão ou respaldar as decisões tomadas pelo governador.

Apesar de todo o empenho da imprensa, o contrato para a instalação do forno de incineração de lixo parece não ter sido realizado como se previa, pois, em 1900, o assunto voltou às páginas de jornais locais⁸⁰⁷. No ano seguinte, porém, esse melhoramento já se encontrava instalado, conforme ilustra um relatório da Intendência Municipal⁸⁰⁸.

As críticas eram de fato constantes, tanto que, em 9 de janeiro de 1900, o jornal *A Federação* publicou um artigo em defesa de uma outra crítica feita ao

⁸⁰⁵ Ramalho Júnior, *op.cit.*, 1898, p. 33.

⁸⁰⁶ O artigo publicado pelo *Commercio do Amazonas*, em 5 de julho de 1898, afirmava que “Mr. Waring, engenheiro chefe de serviço de hygiene da mesma cidade, e cujos trabalhos são universalmente conhecidos como o que melhor há na especialidade, disse em seu parecer sobre os fornos do systema que preconizamos: ‘It is the last word to be said regarding the important problem of removing sreet and house refuse, in a economical, rapid, and hygienical manners’.”

⁸⁰⁷ Em 11 de março daquele ano, o jornal *A Federação* noticiou que o governador tivera uma conferência com Daniel Mac-Farlane, o concessionário do forno de lixo.

⁸⁰⁸ ARAÚJO, Artur Cesar Moreira de. *Relatório da Intendência Municipal. 2.ª Reunião Ordinária do anno de 1901*. Manáos: Typographia Palais Royal, 1901, p. 66.

serviço de limpeza pública, na qual ele fora considerado deficiente e em que se afirmava ser a cidade “um grande chiqueiro”. Na matéria do jornal reconhecia-se que o otimismo de ninguém poderia afirmar que na “bella Capital do Amazonas” fora realizado “todos os melhoramentos exigidos por uma cidade que espera colocar-se entre as de primeira ordem”. Segundo o redator,

se muito tem se andado, muito falta percorrer e largo tempo e muito esforço será ainda dispendido antes de alcançar-se tão cubiçada meta. Esses melhoramentos, porem, destinados a transformar Manaós em uma cidade modelo, são accordes n'este ponto todas as pessoas sensatas, não podem ser introduzidos de uma só vez, abalroando uns com os outros.

O redator do artigo argumentou ainda: “Em que peze aos espiritos atacados pela nevrose do progresso, cada cousa só pode vir de cada vez e isto após reflectida e demorada consulta sobre a conveniencia da introducção da novidade”. Além disso, acrescentou ser necessário realizar um exame detido sobre o Erário, assegurando “o vigor necessario para o comettimento.

Em 10 de julho de 1896, o jornal *Amazonas* veiculou outro artigo intitulado *Agonizante*, no qual louvava a proximidade do término do mandato do governador Eduardo Ribeiro, ofendendo sua figura pessoal e criticando sua administração. Transferiu seu julgamento para o futuro e anteviu que “o que foi ella a própria historia dirá”.

Na edição de 11 de agosto de 1896, o editor do *Amazonas* escreveu mais um artigo crítico à administração recém-finda, cujo principal argumento se sustentava em uma hipérbole que não deixa qualquer dúvida quanto à intenção de desqualificar todo o trabalho de Eduardo Ribeiro. O texto foi construído a partir da afirmação de que ele “fez menos, muito menos do que o que menos fez dentre todos os seos antecedentes”, levando-se em conta a duração de seu governo e os “recursos extraordinarios” de que dispusera. Na opinião do articulista opositor, a quantidade de obras realizadas por Ribeiro não era proporcional à elevação das rendas do Estado, que, segundo ele, haviam sido triplicadas.

Os adversários políticos do ex-governador contestavam sua obra e não admitiam qualquer mérito em sua administração. Os artigos veiculados em jornais

da oposição, apesar de contraditórios, não reconheciam qualquer contribuição de Ribeiro para o melhoramento da cidade e procuravam destruir tudo o que fizera.

Nota-se, entretanto, que, se por um lado, os argumentos da oposição desqualificavam todas as realizações promovidas por Ribeiro, por outro, o radicalismo exacerbado fazia desmoronar a própria crítica, evidenciando-lhe a postura tendenciosa. Por ironia, e apesar de todas as objeções feitas, em quatro anos os seus sucessores concluíram praticamente todas as obras iniciadas em sua administração. Nesse período, as alianças políticas mantiveram a rotatividade em função dos interesses partidários. De forma que, em 1900, ano da morte de Eduardo Ribeiro, o jornal *Amazonas*, que fora o seu mais árduo adversário e combatente⁸⁰⁹, publicou artigos elogiando-lhe os méritos pessoais e a eficácia de sua administração, exaltando-o como o grande realizador das obras locais. Ainda que parte dos artigos fosse assinada, não há como não estranhar a radical mudança de comportamento.

8.2 VITRINE REVELADA: DISCURSO-CONFISSÃO

Ainda que houvesse críticas às principais obras arquitetônicas da administração de Ribeiro, nota-se que a reprovação a esses projetos, por parte da oposição, ocorria em virtude da estética adotada. Apesar de todos os conflitos políticos, aparentemente era consenso a necessidade de embelezar a cidade. A maior demonstração dessa prática é a manutenção do projeto de embelezamento pelos sucessores de Ribeiro.

Grande parte das intervenções e realizações promovidas para o embelezamento de Manaus pode ser interpretada como atividades integrantes de uma campanha eleitoral que visava auferir ganhos para a manutenção de carreiras políticas. Contudo, as justificativas dos governantes apresentadas em mensagens oficiais eram sempre as mesmas: a melhoria da qualidade de vida na cidade; a propaganda da civilização para desfazer a imagem de um espaço

⁸⁰⁹ Nota-se que, ao deixar o cargo de governador, Ribeiro mantinha-se como líder político, mas não era mais o centro das atenções dos adversários, sobretudo após a morte de Guilherme Moreira, em 1896, que, em posição oposta, investia contra Ribeiro através do *Amazonas*.

selvagem, inseguro e agressivo; a construção da imagem de uma cidade moderna e bela.

A definição de um espaço belo e civilizado era, sem dúvida, um projeto oficial. Mas a realização dos projetos de intervenção urbana não era suficiente para assegurar sua manutenção. Desde os meados do século XIX, a legislação dos códigos de posturas auxiliava a administração pública na orientação dada sobre a ocupação e o uso dos espaços públicos. Os códigos regiam o alinhamento dos imóveis, os materiais utilizados, assim como alguns aspectos formais.

O Código de Posturas municipais da cidade de Manaus de 1872 já proibia a construção de casas cobertas de palha em várias ruas e praças, sob pena de se demolir a obra e ficar o infrator sujeito à multa de 30\$000 réis ou a oito dias de prisão.⁸¹⁰

O Código de Posturas de 1893 acentuava ainda mais a preocupação com alguns aspectos da cidade: estendia-se a proibição de construção de casas cobertas de palha a todo o perímetro urbano. Determinava-se que todas as construções deveriam ser rebocadas, caiadas ou pintadas. As construções deveriam ser iniciadas pela fachada e não era permitido edificar qualquer prédio com frente para as ruas e praças que não tivesse platibanda, determinando-se para essa parte da construção a altura de um metro. Mantinha-se a proibição de construir casebres ou pequenos quartos dentro do alinhamento urbano, permitindo-se porém, que estes fossem construídos fora desses limites. O proprietário, no entanto, deveria erguer uma parede "imitando frente da casa" com uma altura superior a cinco metros. Quem já possuísse tais construções, estava obrigado a levantar o referido muro dentro de um ano⁸¹¹.

A velocidade com que se montavam os novos espaços da cidade de Manaus era como um cenário que emergia da selva. Muitos elementos eram instalados rapidamente, mas o resultado era insuficiente para atender aos anseios de uma propaganda que demonstrasse o quanto se havia concretizado do projeto

⁸¹⁰ Colleção de Leis da Província do Amazonas de 1872, tomo XX, parte I. Manaós: Typographia do Amazonas, 1872, p.62.

⁸¹¹ *Código de posturas municipais de Manáos* — 1893. Manaus: Typographia do Amazonas. 1893.

e avançado contra a barbárie. Era preciso um impacto ainda maior, com mais adereços, para que fossem ressaltadas a ocupação, a civilização e a beleza da cidade.

Em diferentes momentos, as declarações dos governantes deixam claro que as políticas públicas priorizavam os projetos comprometidos com os melhoramentos materiais da cidade. Em geral, as declarações dos governadores expressavam claramente a idéia de que a adoção de projetos comprometidos com as idéias de progresso e modernidade se constituiria uma contribuição importante para a reformulação da imagem regional, o que poderia amenizar as propagandas que ressaltavam os inconvenientes da região amazônica. Adotando a mesma idéia difundida em outros centros, onde foram promovidas reformas urbanas, os administradores públicos no Amazonas reconheciam que uma cidade embelezada e com uma aparência segura era uma imagem capaz de atrair os cobiçados investidores e trabalhadores de outras regiões.

Por esse ponto de vista, podemos afirmar que, naquele momento, o embelezamento da cidade de Manaus assumia caráter estratégico. Não apenas do ponto de vista da segurança, como Walter Benjamin denunciou na reforma de Paris. Assim como na capital francesa, na capital amazonense essa prática foi regida pelo Estado. Assim como em Paris, grande parte dos melhoramentos favorecia as elites locais. Entretanto, oficialmente, as justificativas dos governantes estavam sempre vinculadas a uma política de progresso econômico e de melhorias para o Estado.

Como já foi observado, Ramalho Júnior, assim como Fileto Ferreira, manteve praticamente o mesmo discurso de Eduardo Ribeiro quanto à valorização da imagem da cidade. Inclusive, em sua última mensagem⁸¹², ele se pronunciou com detalhes sobre a questão do embelezamento, justificando os grandes gastos realizados como um investimento financeiro.

Uma capital é um núcleo de população em que se encontra a parte dirigente de um povo e dotada de melhoramentos é trabalhar pela causa pública. Das grandes cidades é que a vida irradia para o

⁸¹² Mensagem do Vice-Governador José Cardoso Ramalho Junior em 10 de julho de 1900. Manaus. Imprensa Oficial, 1900, p. 23.

territorio, do centro é que parte a força para o circunferencia, nem se conhece civilização em que as cidades deixassem de representar tal papel. Mas uma cidade não é simplesmente um ponto de estada para os homens, precisa, a par das necessidades satisfeitas da vida animal, de conceder prazeres de ordem superior aos seus habitantes e visitantes. Com esta compreensão trabalhou o meu governo pelo embelezamento de Manáos, não julgando improductivas as despesas a esse fim consagradas — O estrangeiro julga sempre de um paiz pela sua capital: se esta o attrahe, está sempre disposto, ou a consagrar-lhes a sua actividade, ou, quando de volta á sua patria, fazer-lhes referencias que determinem compatriotas seus a emigrarem para o paiz assim enaltecido.⁸¹³

Esse pronunciamento indica, de modo preciso, a política que orientou as três últimas administrações do Estado. O embelezamento da capital foi tratado como prioridade, visando oferecer atrativos que amenizassem a rudeza do trabalho na região. Nos argumentos de Ramalho Júnior, dotar Manaus de melhoramentos era trabalhar pela causa pública.

Assim, o governador pretendeu justificar os grandes investimentos relacionados ao embelezamento da cidade como uma fórmula capaz de atrair não somente o estrangeiro, mas de construir uma nova imagem para o Estado:

Tudo o que se faça pelo embelezamento da Capital do Amazonas, a primeira vista parecendo obra superflua, é de resultado praticamente immediato. Além disso uma população laboriosa precisa de prazeres superiores que lhes suavizem as agruras do trabalho, de locais onde possa empregar as suas horas de lazer e uma cidade revestida de bellezas corresponde a essa necessidade. Estamos em começo da grandeza do Amazonas, e se, psicologicamente, nas crenças recém-nascidas, o órgão mais desenvolvido é a cabeça. Manáos deve corresponder socialmente a essa formula da vida. O desenvolvimento das regiões do interior do Estado advirá como consequencia do seu nucleo de população: primeiro o foco, depois as suas irradiações luminosas.⁸¹⁴

Ao justificar as elevadas despesas aplicadas no embelezamento da capital como um investimento, com resultados quase imediatos, Ramalho Júnior demonstrava ter consciência da relevância da imagem da cidade como um recurso político e econômico, reforçando, assim, a analogia do embelezamento de Manaus com a confecção de uma vitrine decorada para seduzir.

⁸¹³ Ibid.

A cidade saneada e embelezada seria uma clara referência aos avanços da obra civilizadora em direção à virtude da nova sociedade instalada e estaria completamente adequada ao modelo orientador. Cada melhoramento sugerido ou introduzido ampliava o imaginário da população, gerando expectativas e dando um novo significado às mudanças.

8.3 IMAGENS DIFUNDIDAS

A partir da última década do século XIX, as imagens da cidade de Manaus passam a apresentar um espaço de aparência moderna e embelezada. O processo de transformação urbana ocorreu em um ritmo tão rápido e acentuado que as narrativas feitas a partir do início do século XX sugerem que as significativas mudanças nos aspectos visuais, arquitetônicos, culturais e sociais ali implantadas promoveram tantas modificações que o produto resultante pode ser interpretado como uma outra cidade, reforçando, assim, a hipótese de **refundação**.

A apreciação desse conjunto de descrições assume destaque relevante para este trabalho, não apenas por comprovar a velocidade do processo, mas, sobretudo, porque as características descritas contrastam acentuadamente com o conjunto de imagens divulgadas até o final do período monárquico. O contraste resultante desse confronto torna-se mais acentuado ao inserir a mudança nas referências culturais e nos aspectos do cotidiano da população.

Em comunicação pessoal, Euclides da Cunha⁸¹⁵ fez observações críticas sobre aspectos da cidade e da sociedade erguida na floresta. O autor manifestou sua desaprovação quanto às características artificiais assumidas pela capital do Amazonas, ainda que na época houvesse uma forte tendência para exaltar tais características como sinais do evidente progresso e da prosperidade da região:

Estanquei à entrada de meu misterioso deserto do Purus; e, para maior infelicidade, depois de caminhar algumas três milhas, caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes,

⁸¹⁴ Ibid., p.p 23.24.

⁸¹⁵ CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido* – Reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1976, p. 312. Carta enviada a Domício da Gama em 1905.

*zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio européia, onde tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do Yankee espigado...o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca transformada em Gand.*⁸¹⁶

Os estímulos financeiros favoreciam a organização de uma sociedade com características bastante definidas, ainda que possam ser interpretadas de pontos de vista distintos. A partir da década de 30 começaram a surgir algumas obras produzidas por intelectuais brasileiros de influência marxista, que criticaram duramente as alternativas adotadas para fixar o homem ao solo amazônico. Dentre as novas idéias, destacam-se as interpretações de Gilberto Freyre, Prado Júnior e Vianna Moog.

Freyre ressalta a cidade de Manaus como um artificialismo cenográfico, resultante da ostentação burguesa, enquanto Prado Júnior enfoca a prioridade dos interesses comerciais e a falta de compromisso da população local, que, segundo ele, não tinha o caráter de uma sociedade, mas sim o de um “acampamento de aventureiros”, que, perante as evidências da decadência econômica, abandonaram a região.

Clodomir Vianna Moog⁸¹⁷ observa que, no Amazonas, com exceção de Manaus, “o branco faz apenas um acampamento provisório”, o que o leva à conclusão de que “entre o homem e a terra nada mais há do que um pacto de interesse”.

A relação de interesse como atrativo foi discutida em *Ordem e Progresso* por Gilberto Freyre⁸¹⁸, o qual, criticando algumas práticas, exalta os aspectos que revelavam o cosmopolitismo do novo centro, apesar das limitações regionais:

Manaus foi uma reação à rotina brasileira: reação tornada possível pela distância física e cultural do Rio de Janeiro, de uma sub-região —a amazônica— que, adotando ingresias e francesias, ianquices e até espanholadas, diferenciou-se enormemente daqueles

⁸¹⁶ Ibid.

⁸¹⁷ MOOG, Clodomir Vianna. *O Ciclo do Ouro Negro*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1936. p. 34.

⁸¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1959p. 413.

*centros brasileiros onde, na República, continuaram a ser preservados valores sensatamente brasileiros e o seu tanto imperiais de comportamento. Daí ter atraído desajustados sociais e políticos de áreas brasileiras já estabilizadas em sua cultura e limitadas nas possibilidades aparentes da sua economia. Desajustados que, no ambiente de uma economia de aventura e de “civilização” antes cenográfica do que autêntica, encontraram campo às vezes ideal para se compensarem de frustrações aos seus desejos de triunfo rápido.*⁸¹⁹

Já Caio Prado Junior⁸²⁰ assume posição mais crítica quanto ao período de deslumbramento e riqueza que animou a região:

*Prosperidade de aventureiros que dissipava a largas mãos, em despesas suntuárias, uma fortuna rápida e facilmente adquirida. Menos que uma sociedade organizada, a Amazônia destes anos de febre da borracha terá o caráter de um acampamento. Enquanto a massa da população, os trabalhadores dos seringais, dispersos e isolados, se aniquilava nas asperezas da selva e na dura tarefa de colher a goma, os proprietários dos seringais, os comerciantes e toda esta turba malta marginal e parasitária de todas as sociedades deste tipo, se rolavam nos prazeres fáceis das cidades, atirando a mancheias o ouro que lhes vinha tão abundante da mata. A riqueza canalizada pela borracha não servirá para nada de sólido e ponderável.(...) É claro que desfeito o castelo de cartas em que se fundava toda a prosperidade fictícia, nada sobraria dela. Em poucos anos, menos ainda que se levava para construí-la, a riqueza amazonense se desfará em fumaça*⁸²¹.

Certamente, pode-se acusar as populações geradas pelo ciclo econômico da borracha de não apresentarem maiores compromissos com a história regional nem com a cultura local, de não ter pudores de se apoderar das cidades apenas para uma relação de trabalho e de interesses financeiros. Mas, deve-se, em parte, justificar tais características pelos esforços feitos para atraí-las. O Estado era o maior estimulador dessas práticas, ao promover uma propaganda nem sempre sincera para atrair trabalhadores para a região. Com esse mesmo objetivo, empregava grandes investimentos nos melhoramentos dos espaços da cidade, prevendo que tais atrativos fossem capazes de manter a população no local.

⁸¹⁹ Ibid.

⁸²⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasileira, 1945. p. 240.

⁸²¹ Ibid.

A imigração nordestina, em direção a Amazônia promoveu um acentuado crescimento populacional da cidade de Manaus, nas três últimas décadas do século XIX, além de promover a concentração de variadas culturas, destaca-se nesse processo, o branqueamento da população local, que até então era composta predominantemente por índios e seus descendentes.

Por um lado, pode-se condenar a falta de vinculações dessa sociedade, que se estabelecia através de uma organização de traços artificiais e interesses comerciais. Por outro lado, porém, é possível perceber que somente com a ruptura da ordem local, drasticamente abalada pela introdução de novos hábitos de múltiplas tendências culturais, era possível promover o surgimento de uma sociedade cosmopolita e um ambiente propício à introdução do processo reformador e modernizador da cidade.

Eram grandes os impactos ambientais e sociais provocados pelas intervenções urbanas que se processavam ao mesmo tempo em que ocorria a concentração populacional. A explosão demográfica em uma área geograficamente restrita mantinha-se há anos como uma característica da cidade. No final da primeira década do século XX, quando já se evidenciava a crise econômica, o jornalista carioca Annibal Amorim⁸²² fez algumas observações sobre a concentração populacional em Manaus:

*Creio que nenhuma outra cidade do Brazil tem uma população mais densa que a metropole amazonense. A area da cidade é relativamente pequena. A população é de 60 mil almas. Parece um ovo. D'ahi o grande movimento urbano. D'ahi a excellente impressão que o forasteiro recebe, de golpe, em chegando áquelle viveiro de ambições e de luxúria, que tem feito a ruína de muita gente e a fortuna de meia duzia de homens sem escrupulos, que mais preferem alguns milhares de libras esterlinas do que um nome limpo e respeitado...*⁸²³

A impressão causada a Amorim levou-o a afirmar que, “relativamente à cifra da população, há mais vida e rumor em Manáos que no Rio de Janeiro”,

⁸²² AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria Garnioer, 1917, p. 155-156. Amorim passou em Manaus em 1909, data de seus depoimentos; entretanto, a publicação de sua obra ocorreu somente em 1917.

⁸²³ Ibid., p.p. 155.156.

sugerindo que esta impressão era dada, sobretudo, pela intensa movimentação da cidade, expressa através da grande quantidade de embarcações no porto e a contínua circulação de *tramways* elétricos, automóveis e carruagens, além dos passeios da avenida Eduardo Ribeiro cobertos de mesas. Para o jornalista, tinha-se “a impressão de um notável centro de vida, com todo o conforto e requinte do mundo contemporâneo”.

Manaus se encontrava no fluxo do movimento comercial que se propagava pelo mundo ocidental, em consequência da expansão industrial. Depois de uma longa viagem chegavam ao interior da Amazônia produtos de bens e consumo, que, graças à produção em série, se vulgarizavam e passavam a integrar o cotidiano das mais diferentes culturas. Tais produtos ofereciam vantagens práticas e maiores possibilidades de ornamentar o cotidiano, mesmo das classes populares. Naquele momento, os estabelecimentos comerciais, com suas *vitrines* e produtos embelezados, passaram a constituir mais um espaço atraente para o programa familiar e a circulação pública. Assim como os cafés, com suas mesas no *trottoir* e pequenas apresentações musicais no interior dos estabelecimentos.

Pode-se afirmar que, a partir da última década do século XIX, Manaus manteve contato direto com as manifestações do universo europeu e até experimentava alguns de seus atrativos. Os habitantes locais mesclavam-se a uma grande população flutuante, gerando múltiplas tendências culturais, mas não é difícil deduzir que, mesmo perante as mudanças processadas no sentido de construir uma nova imagem da cidade, houvesse alguma resistência por parte das pessoas mais ligadas às tradições locais.

Apesar da longa distância existente entre a capital amazonense e as cidades européias, a construção da nova imagem de Manaus ostentava uma série de elementos que denotavam o evidente compromisso com as matrizes do Velho Mundo. Quase automaticamente, copiavam-se as formas do processo, ainda que essa prática de reprodução revelasse uma antiga relação de dependência cultural.



Ilustração 01 - Xilogravura que ilustra a obra *Voyage a Travers L'Amérique du Sud de l'Océan Pacifique a L'Océan Atlantique par Paul Marcoy*, em 1669. A gravura encontra-se assinada pelos gravadores Riou e A. Bertrand e se refere a entrada da cidade no sentido Norte, destacando o igarapé do Espírito Santo.



Ilustração 02 - A amplitude e a regularidade da av. Eduardo Ribeiro no sentido Norte. Fotografia de Fidanza, veiculada no álbum *Amazonas: Manaus 1901-1902*.

8.4 CHOQUE DO NOVO

Independente de qualquer juízo de valor que se possa fazer quanto às práticas adotadas nas intervenções urbanas processadas na capital amazonense, não há como negar a transformação. Ainda que a nova imagem da cidade seja avaliada por diferentes perspectivas, há um consenso entre seus observadores: todos ressaltam a aparência moderna e embelezada do lugar, contrastando com as narrativas feitas até a penúltima década do século XIX, quando descreviam um lugar de aspecto bucólico e rudimentar.

A década de 1890 foi o marco transformador entre os dois períodos. O confronto de um grupo de gravuras veiculadas em período um pouco antes, com uma série de fotografias realizadas na primeira década do século XX, evidencia de forma contrastante as imagens.

Além dos indicativos contidos nos desenhos da cidade, no crescimento populacional, nas mudanças culturais, na substituição da toponímia e no contraste de narrativas, pode-se constatar o choque das mudanças através da confrontação de dois pequenos conjuntos de imagens. O primeiro grupo se refere a imagens difundidas no período provincial, enquanto o segundo é composto por imagens realizadas na primeira década do século XX.

A primeira imagem observada (ilustração 01) é a representação de um pequeno vilarejo, sem uma clara definição de ruas, com alguns casarios dispostos irregularmente às margens de um curso d' água margeado por um capinzal. Trata-se de uma das primeiras imagens da cidade de Manaus divulgada pelo mundo ocidental. É uma xilogravura que ilustra a obra *Voyage a Travers L'Amérique du Sud de l'Océan Pacifique a L'Océan Atlantique par Paul Marcoy*, editada em 1869. A gravura encontra-se assinada pelos gravadores Riou e A. Bertrand e se refere a entrada da cidade no sentido Norte, destacando o igarapé do Espírito Santo.

Naquele momento, a área em torno do igarapé do Espírito Santo dava destaque à cidade. Em uma de suas margens encontrava-se o sobrado ocupado pela presidência da Província e, do lado oposto, foi construída a nova igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Durante a administração do governador

Eduardo Ribeiro, o trecho ocupado pelo igarapé ganhou maior importância, sobretudo no projeto de embelezamento da cidade. Todavia, era necessário promover o seu aterramento para construir a avenida do Palácio, uma das peças mais destacadas do projeto de Ribeiro para a construção da nova imagem da cidade.

O igarapé foi aterrado na última década do século XIX e a avenida do Palácio passou a denominar-se avenida Eduardo Ribeiro, a principal artéria da cidade e um de seus eixos. O destaque da referida avenida foi favorecido pela desapropriação de alguns terrenos e imóveis, que ficavam irregularmente distribuídos entre a travessa do Equador, a travessa da Conceição e a rua Comendador Clementino. A amplitude e a regularidade dessa via, vista no sentido Norte, pode ser constatada na fotografia de Fidanza (ilustração 02), veiculada no álbum Amazonas: Manaus 1901-1902.

Uma fotografia do alemão Huebner, realizada na década de 1870, fornece uma outra visão do igarapé do Espírito Santo (ilustração 03). A imagem do igarapé foi feita no sentido Sul, nas proximidades da ponte do Espírito Santo (atualmente o cruzamento da avenida Eduardo Ribeiro com a avenida Sete de Setembro).

A fotografia de Huebner ressalta uma paisagem com predominância dos elementos da natureza, vendo-se farta vegetação e o curso d'água, mas pode-se ressaltar a presença humana através da presença de algumas embarcações cobertas de palha, além da indicação do sobrado onde funcionava o palácio dos presidentes da Província. A fundo, aparece a ponte da Imperatriz.

Em 1901, menos de três décadas depois da imagem de Huebner, o italiano Fidanza registra o mesmo ângulo (ilustração 04). Contudo, o resultado apresentado é a imagem de uma área totalmente urbanizada e ocupada pela avenida Eduardo Ribeiro. Além do desaparecimento do igarapé, destaca-se a ausência de vegetação silvestre, sendo esta substituída pela arborização do jardim da lateral da Matriz. Maior contraste apresenta a fotografia publicada no Almanaque Palais Royal, de 1909 (ilustração 05).



Ilustração 03 - Fotografia de Huebner, década de 1870 apresenta o igarapé do Espírito Santo no sentido Sul, nas proximidades da ponte do Espírito Santo (atualmente o cruzamento da avenida Eduardo Ribeiro com a avenida Sete de Setembro).



Ilustração 04 – o mesmo ângulo registrado por Fidanza em 1901.



Ilustração 05 - fotografia publicada no Almanaque Palais Royal, de 1909.



Ilustração 06 - Aquarela de Joseph Keller, de 1868, mostra a construção da Igreja Matriz e a ponte de madeira na rua Brasileira, sobre o igarapé do Espírito Santo (atual cruzamento da avenida Eduardo Ribeiro com av. Sete de Setembro).



Ilustração 07 – Construção da Matriz vista da rua Municipal. Fotografia de Huebner. Década de 1870.



Ilustração 08 – Av. Sete de Setembro, esquina com av. Eduardo Ribeiro. Fotografia de Huebner & Amaral, veiculada sob formato de cartão postal, na primeira década do século XX.

Mesmo após a construção do Teatro Amazonas, a igreja Matriz continuava como uma das principais referências estéticas da cidade. Imagens de sua construção e do seu entorno são indicativos de grandes transformações espaciais. A aquarela de Joseph Keller datada de 1868 (ilustração 06) mostra a construção da igreja Matriz e a ponte de madeira na rua Brasileira, sobre o igarapé do Espírito Santo (atual cruzamento da avenida Eduardo Ribeiro com av. Sete de Setembro). Mesmo irregular e sem calçamento, a rua Brasileira era a principal artéria da cidade.

Mais ou menos uma década após a aquarela de Joseph Keller, Huebner fez um registro fotográfico da construção da igreja Matriz no mesmo ângulo (ilustração 07). A obra apresentava um avanço considerável, mas o seu entorno mantinha-se praticamente inalterado. Contudo, uma fotografia de Huebner & Amaral (ilustração 08), veiculada sob formato de cartão postal, na primeira década do século XX, apresenta um contraste bastante acentuado com as duas imagens anteriores.

A igreja Matriz ficava entre o igarapé do Espírito Santo e uma pequena colina que, até a década de 1880, mantinha-se ocupada por um quarteirão disposto na irregularidade do terreno, como é possível constatar através de uma ilustração da obra *Les Pays des Amazones*, de autoria do Barão de Santa Ana Nery, publicada em 1885 (ilustração 09).

Trata-se de uma xilogravura de Humbert e Michelet feita a partir de originais fotográficos. Algumas transformações processadas nessa área podem ser constatadas através de uma fotografia também da autoria de Huebner & Amaral (ilustração 10), realizada na década de 1890. Além da desapropriação das habitações existentes naquela área, deve-se ressaltar a importância do aterramento do igarapé da Ribeira para a circulação de veículos e transeuntes e a ampliação do espaço da praça Quinze de Novembro.

Sob o planejamento da administração de Eduardo Ribeiro, a irregularidade do terreno e o aspecto desleixado dos sobrados foram substituídos por um espaço mais arejado e embelezado (ilustração 11): é a imagem da rua da Instalação, na esquina com a avenida Sete de Setembro.



Ilustração 09 - Ilustração da obra *Les Pays des Amazones*, do Barão de Santa Ana Nery, publicada em 1885. Xilogravura de Humbert e Michelet feita a partir de originais fotográficos



Ilustração 10 - Fotografia de Huebnjer e & Amaral, realizada na década de 1890.



Ilustração 11 - Fotografia de Fidanza, veiculada no álbum Amazonas-Manaus 1901/1902.



Ilustração 12 - Fotografia de Fidanza, veiculada no álbum Amazonas-Manaus 1901/1902

Uma fotografia de Fidanza (ilustração 12), veiculada no álbum Amazonas-Manaus 1901/1902, indica que, ao se iniciar o século XX, as obras realizadas em torno da igreja Matriz se encontravam praticamente concluídas: vê-se nela o calçamento da praça Quinze de Novembro, a instalação da fonte decorativa, o ajardinamento das laterais da Matriz. Localizada sobre uma pequena elevação na entrada da cidade, a igreja da Matriz se apresentava como elemento definidor de uma primeira imagem urbana. A construção se encontrava em frente ao porto, ainda que daquele ponto já se avistasse a cúpula colorida do monumental Teatro Amazonas.

Desde a aprovação do projeto para a construção do Teatro Amazonas, o tema alimentou polemicas que se estenderam por décadas. Em geral, as críticas recaíam na monumentalidade da obra, que, além de exigir grandes investimentos, não parecia de acordo com a insignificância do lugar. Uma nova imagem de Huebner e Amaral (ilustração 13), produzida no final da década de 1890, fornece uma noção da extravagância que foi a construção do Teatro Amazonas naquele momento. Um edifício monumental, localizado entre uma avenida e uma praça inacabadas, cercado por quintais repletos de bananeiras, açazeiros e biribazeiros, era realmente uma imagem impactante, que tanto poderia confirmar o gesto ousado do administrador como o capricho de um visionário.

Para que a construção do Teatro produzisse um impacto positivo, tanto para a propaganda do administrador quanto para a imagem da cidade, era necessário apresentá-lo como obra de uma sociedade que também se transformava. Portanto, era indispensável que os melhoramentos implantados em seu entorno se ampliassem, beneficiando outras áreas. Os investimentos feitos em torno das grandes obras arquitetônicas sugerem que elas, assim como os eixos do traçado da cidade, desempenhavam um papel determinante na escolha das áreas beneficiadas pelos melhoramentos.

Apesar do ritmo acelerado adotado na implantação das obras, nota-se que foi somente nos primeiros anos do século XX que a nova aparência da cidade estava definida. O Teatro Amazonas, como protótipo do projeto de uma nova capital, estava oficialmente inaugurado após o término da administração de

Eduardo Ribeiro, em 1896. Mas sua conclusão só ocorreu no primeiro semestre de 1900.

A imagem do Teatro Amazonas, juntamente com o desenho do calçamento da praça de São Sebastião e o monumento de Abertura dos Portos, se tornara a maior referência visual urbana. Imagens como as contidas nas fotos de Huebner & Amaral (ilustração 14), difundidas através de cartão-postal, eram sem dúvida uma propaganda que se difundia pelo mundo de maneira eficiente e que, em menos de um século, se fixou como emblema da cidade.



Ilustração 13 – Fotografia de Huebner e Amaral, produzida no final da década de 1890.



Ilustração 14 - Fotografia de Huebner & Amaral, veiculada sob formato de cartão postal, na primeira década do século XX.

8.5 BALANÇO EM PERSPECTIVA

As condições ambientais, econômicas, técnicas e culturais encontradas na sociedade local eram limitações drásticas à implantação de qualquer projeto de melhoramento urbano. Mas, superada a dificuldade financeira, a administração pública demonstrava grande interesse em promover mudanças em vários aspectos da cidade. Caberia questionar o nível de informação dos promotores dessas mudanças, buscando identificar a orientação de que dispunham e a aplicabilidade do modelo sobre a realidade local.

É evidente que Ribeiro pretendia introduzir mudanças em todos os setores da administração pública do Estado e promover uma transformação da cidade, dotando-a de melhoramentos modernos. Os projetos para as obras públicas eram apenas uma parte das ações de sua administração, mas ocupavam um papel importante em seu plano de governo.

Certamente, não havia naquele momento, no Brasil, uma proposta para um planejamento urbano tropical, mas pode-se perguntar: qual a concepção do plano apresentado pelo governador Eduardo Ribeiro? Seria uma proposta inovadora para a política urbana brasileira ou mera reprodução das intervenções que haviam ocorrido na Europa? Quais seriam suas pretensões para uma pequena cidade quase perdida na selva? Havia realmente um projeto de modernidade conscientemente elaborado? Em que modelo se inspirava o projeto apresentado pelo governador? Que concepção orientava esse projeto? Seria realmente a tentativa de apresentar uma cidade progressista?

No plano político, a adoção do modelo europeu estruturado nas intervenções para transformar a aparência da cidade não era apenas uma evidência do processo “civilizador”, mas marcava o confronto entre a realidade local, com todas as suas limitações naturais, e a idealização de uma obra a ser construída pelo homem, capaz de demonstrar as virtudes da civilização.

Se, por um lado, pode-se compreender as transformações como um processo de atualização cultural ou de reeuropeização, como observou Gilberto Freyre, por outro, admite-se que não havia possibilidade de desvincular as ações da administração pública das idéias e dos interesses políticos e econômicos

vigentes no País. Assim, ao mesmo tempo em que as ações saneadoras ganhavam espaço nas políticas públicas, atendiam aos objetivos do processo de branqueamento da cultura local, sob a pressão de possíveis investidores estrangeiros.

Nessas condições, poder-se-ia perguntar que possibilidades teriam os governadores de melhorar as condições de suas cidades sem assumir o papel de “colaboradores”. Quanto à implantação dos melhoramentos, é lícito questionar: que outras práticas seriam mais eficazes para atrair e fixar o homem na região, com a urgência que se tinha, do que a construção de uma *vitrine* que demonstrasse a prosperidade e a civilização?

Todas essas questões podem sugerir que a construção da imagem da cidade integrava um macroprocesso, no qual a política nacional e os caprichos da elite não conseguiam transcender o papel de coadjuvante perante as decisões previamente definidas pelo mercado internacional. Não é possível concluir que as transformações processadas em Manaus fossem apenas obra da vontade particular de um governante ou de um administrador a serviço de uma elite composta por novos ricos, cujas prioridades eram regidas por interesses comerciais e anseios consumistas. A aparente fragmentação do processo aplicado apresenta, às vezes, semelhanças com a confecção de uma colcha de retalhos, mas caberia perguntar se esta característica não refletia os diferentes interesses que mantinham a condição de dependência cultural e manipulavam o gestor do processo.

O pequeno centro histórico de Manaus não apresentava um aglomerado tão denso e atravancado quanto o de algumas cidades européias que, à época, também realizavam reformas urbanas. Mesmo que o projeto de Ribeiro tenha afetado áreas relativamente pequenas, as intervenções processadas inevitavelmente perturbavam o cotidiano da cidade. Verdade que as mudanças não foram tão drásticas quanto as obras realizadas em Paris, por exemplo, cujas transformações provocaram reações populares e de intelectuais, sobretudo pelo deslocamento de monumentos históricos e a extinção de bairros tradicionais.

Se comparada a Paris, Viena ou São Petersburgo a área a ser revolvida era relativamente reduzida, não apresentava focos tradicionais de ocupação, nem era atravancada como os centros urbanos europeus. Nota-se que, se comparada às reformas havidas em cidades européias, a intervenção realizada em Manaus fora de pequeno formato. Entretanto, a proporção dessa intervenção, assim como sua velocidade, foi algo excepcional para a cidade, se mensurada pela história regional, e um exemplo destacado no cenário nacional ou americano.

Do ponto de vista urbanístico, é destacável o papel pioneiro assumido pelas cidades de Belém e de Manaus. Naquele momento, eram poucas as cidades brasileiras que dispunham de recursos e predisposição política para aplicar as idéias referentes às reformas urbanas e à instalação de uma série de melhoramentos e serviços públicos.

Assim como o governador Antônio Lemos, do Pará, o governador do Estado do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, assumiu a tarefa de transformar sua capital e, para isso, promoveu uma grande reforma em busca de uma nova imagem. Foi no período de sua administração (1892-1896) que se implementou o “plano de embelezamento da cidade” e construíram-se as obras públicas mais significativas da chamada “época da borracha”, que, ainda hoje, caracterizam o período de prosperidade econômica da região.

Por certo, a grande quantidade de obras realizadas simultaneamente perturbava o cotidiano da população, não somente pelas questões de circulação e tranqüilidade, mas, sobretudo, pelos problemas de limpeza e saneamento públicos. Além disso, as obras consumiam grandes financiamentos, exigindo contínuas solicitações e justificativas do governador.

Na prática cotidiana o processo ampliava e revolia áreas tradicionais, provocando um redimensionamento de sua ocupação e de seu uso. Entretanto, deve-se ter em vista que grande parte da população de Manaus era recém-instalada, chegara juntamente com as mudanças que se processavam na cidade e, portanto, é possível que não tenha sentido maior impacto das mudanças aplicadas.

À parte a prosperidade financeira, que foi decisiva para sustentar os

projetos de obras públicas, deve-se acrescentar que a tarefa de Ribeiro foi facilitada pelas tendências reformadoras que a política nacional assumia naquele momento. Além disso, sua liderança política na capital do Amazonas foi fundamental, como prova o apoio que recebeu de parte da elite e da população local, cuja composição era de origem bastante diversificada.

Essa população, oriunda de vários estados brasileiros e de outros países, foi atraída para a região, sobretudo, pelas vantagens financeiras que o comércio da borracha oferecia. Havia a necessidade de oferecer melhores condições de urbanidade, pois políticos, comerciantes, funcionários públicos, empresários, artistas, jornalistas, professores, prostitutas, aventureiros e tantos outros pretendiam obter aqui alguma vantagem.

Além dos seringais espalhados por quase toda a região, era nas capitais nortistas que se concentrava uma significativa parcela de trabalhadores e aventureiros. Entretanto, grande parte desse contingente mantinha um caráter flutuante, tanto a grande massa, quase sempre solitária⁸²⁴ e sem capacitação, que buscava trabalho para a subsistência nos seringais isolados na floresta, como os profissionais que se concentravam preferencialmente nos centros urbanos em busca de maiores vantagens financeiras e divertimentos fáceis.

O conteúdo das mensagens de Ribeiro, assim como as indicações de seu Plano de Embelezamento, evidenciam que a administração pública assumia uma nova concepção de cidade, com o modelo adotando praticamente todos os aspectos da cidade burguesa e capitalista. Seu discurso estava intimamente comprometido com as idéias veiculadas pela noção de progresso, o que poderia ser interpretado como a intenção de atender às demandas de uma sociedade que aspirava por uma imagem mais atualizada e que correspondesse às noções de “civilização”.

⁸²⁴ O contingente de trabalhadores nordestinos que se dirigia à região, composto principalmente por cearenses, era predominantemente do gênero masculino. Solteiros e casados, muitos pretendiam apenas acumular algumas economias e retornar o mais breve possível para sua região de origem. Apesar disso, muitos ficavam retidos na região por pura falta de condições financeiras. Já outros conseguiam auferir algum ganho e enviar parte dele aos seus parentes, chegando até mesmo a atrair para junto de si parte da família. No entanto, a maioria constituía nova família. Espalhados por todos os recantos da região, esses trabalhadores foram os maiores povoadores da Amazônia.

As obras propostas pelo projeto atendiam grande parte das exigências que haviam promovido as intervenções urbanas na época. As recomendações desse modelo de cidade podem ser agrupadas em três grupos básicos de ações – embelezamento, segurança e modernidade –, que formavam um tripé que sustentava praticamente todas as obras públicas e a instalação dos serviços.

O embelezamento da cidade era ressaltado, sobretudo, através das fachadas arquitetônicas, do ajardinamento das praças, da construção de monumentos públicos e do calçamento de ruas. A segurança do espaço urbano era pensada do ponto de vista da saúde e da higiene, mediante ações que se acreditavam saneadoras, tais como o aterramento de igarapés, o nivelamento de terrenos, a construção de hospitais e o estabelecimento da segurança policial.

Quanto aos aspectos relativos à modernidade e ao progresso, estavam vinculados ao aspecto tecnológico e eram expressos através da instalação de serviços públicos como iluminação elétrica, distribuição de água potável, rede de esgotos, transporte coletivo, comunicação através do telégrafo e do telefone e construção de pontes para proporcionar o crescimento da cidade em outras direções. Eram comuns as referências aos “métodos modernos” em todos os setores da administração pública, tanto na educação quanto no comércio. Em geral, elas se reportavam ao caráter civilizador, que era salientado principalmente pela qualidade dos equipamentos e materiais.

A realização dessa tarefa exigia um arrojado investimento financeiro e, apesar de algumas tentativas, até a administração de Eduardo Ribeiro não havia ocorrido uma intervenção de caráter tão amplo e transformador na cidade. Sem dúvida, tratava-se de uma grande obra e sua concretização exigia práticas inovadoras que somente um administrador hábil e corajoso poderia realizar. Nesse contexto, surge a figura de Ribeiro como um jovem empreendedor com vivência na administração pública, que profissionalmente já exercera atividades de engenharia, atuara na Repartição de Obras Públicas e fora designado, ainda que em caráter temporário, para dirigir o Estado.

Deduz-se, pois, que Ribeiro conhecia bem os problemas da região, sobretudo as limitações urbanas da capital. Além disso, o governador mantinha-

se atualizado, não somente quanto às intervenções a serem empregadas, mas também quanto à valorização do aspecto estético da cidade. Pode-se ainda deduzir que as práticas administrativas do novo dirigente refletiam naturalmente as tendências de sua formação. Como oficial militar do período imperial, ainda que republicano e positivista, herdara o autoritarismo da centralização que marcara a política e a elite nacional.

Normalmente, a historiografia regional atribui com razão a Eduardo Ribeiro as transformações processadas na cidade, destacando a realização das grandes obras arquitetônicas que vieram a caracterizar o período de maior prosperidade da região. Os documentos oficiais não só confirmam esta premissa como identificam a existência de um projeto extremamente ambicioso, que pretendia abranger todos os segmentos da sociedade e transformar as mais diversas atividades urbanas.

Não é sem razão que a historiografia vê na sensibilidade e na habilidade administrativa de Ribeiro as características predominantes de sua dinâmica atuação no governo do Estado. Sem dúvida, o exercício dessa prática exigia um desempenho de liderança e o conseqüente apoio de um grupo político.

Tanto a documentação oficial quanto outras fontes comprovam que, a partir de 1880, houve um crescimento do volume das obras públicas realizadas em Manaus, mas as mudanças mais significativas ocorreram nos primeiros cinco anos da última década do século XIX. Entende-se o fato como um reflexo do momento econômico, pois esse foi o período financeiro mais próspero de todo o ciclo da borracha, quando se procuraram realizar todas as obras longamente adiadas pelas precárias condições da Província. Assim como um novo rico que procura usufruir a sua situação, adquirindo em um curto espaço de tempo todos os bens e serviços de que fora privado durante a vida, a cidade passou por um processo semelhante; logo, não havia como assimilar todas as nuances do processo nem as novidades do cotidiano.

No início de sua administração, Ribeiro declarou que em Manaus "tudo estava por fazer". Tomando para si a realização dessa tarefa, passou todo o mandato pedindo a liberação de verbas para os mais diversos projetos. Em geral,

o governador ressaltava o caráter de urgência tanto para solicitar a autorização das obras quanto para reivindicar a verba necessária aos serviços.

Tendo o referido plano sido implantado em 1893, é natural que o governador demonstrasse urgência, pois só dispunha de três anos para concluí-lo e assim comprovar a eficiência de seu desempenho como administrador e receber os méritos pelo sucesso obtido.

Ao encerrar o mandato, Ribeiro previu que seu projeto ficaria incompleto. Isto comprometeria seriamente a avaliação de seu desempenho pela população e pela imprensa. Não só o volume de obras, mas, sobretudo, a grandiosidade de muitas delas ressaltava as prioridades que tivera no governo. Entretanto, se permanecessem inacabadas, tornar-se-iam uma propaganda negativa de sua atuação. Seguramente, esse fato seria utilizado pela oposição como um forte argumento para desqualificar seu trabalho e neutralizar as expectativas que tinha de realizar uma carreira política mais bem sucedida. Por conseguinte, todo o empenho em transformar a cidade seria anulado, assim como as pretensões de deixar marcada uma relevante contribuição histórica.

Por excesso de zelo administrativo declarado ou por outros interesses não explicitados, é notória a persistência com que Ribeiro procurava concluir as obras de sua administração. Em sua última mensagem, o governador ainda insistiu em solicitar recursos para obras que nem haviam sido iniciadas, mas cuja realização justificava como fundamental para complementar o Plano de Embelezamento da cidade. Ele comunicou também haver aprovado leis que, mesmo após o seu mandato, garantiriam a liberação de verbas para a conclusão de algumas obras, como, por exemplo, o Teatro Amazonas. Essas práticas podem ser interpretadas como um indício de evidente preocupação com os melhoramentos urbanos de Manaus.

O estado em que se encontrava a construção do teatro provincial e o incerto destino do novo Palácio do Governo fundamentavam a preocupação de Ribeiro. Após o seu mandato, a construção do Palácio permaneceu paralisada por alguns anos, sendo classificada como “uma mole” que comprometia o embelezamento da cidade. Depois, ele foi demolido para dar lugar a um novo

projeto de palácio que não se realizou. Abandonado, o prédio permaneceu em ruínas por mais de três décadas, quando finalmente os seus alicerces serviram para sustentar outro prédio público.

Ao assumir o compromisso de concluir as obras iniciadas em sua administração, o governador Eduardo Ribeiro pretendia demonstrar que economizara o dinheiro do Estado e valorizara os bens públicos. Assim, estaria aplicando o discurso republicano que adotara desde a sua primeira mensagem e que procurara reiterar durante todo o mandato. Podemos deduzir que Ribeiro não era movido apenas pelas convicções republicanas, depois de experimentar os prazeres e os dissabores do poder. Certamente ele desenvolveu não só o gosto pela política, mas também estratégias capazes de mantê-lo no poder.

Independentemente das intenções que pudesse conter o Plano de Embelezamento da Cidade apresentado por Ribeiro, não é possível ignorar a posição preponderante desse projeto em sua plataforma política. Certamente, ele foi o ponto de maior visibilidade de sua carreira político-administrativa. Mesmo que apresentasse limitações de ordem sociológica, tanto do ponto de vista da abrangência espacial, quanto das reais melhorias da qualidade de vida da população, não é possível desqualificá-lo de objetivos sociais nem do comprometimento com o modelo em vigência.

Sem dúvida, o Plano de Embelezamento assumiu o papel mais destacado na administração de Ribeiro. Sua realização fortaleceu não somente os recursos retóricos contidos em seus discursos, mas se constituiu numa peça de propaganda inquestionável para futuras campanhas do governador e certamente lhe garantiria um relevante papel na história regional e, quiçá, nacional. Não se pode ignorar também que a concretização das obras envolvia muitas expectativas pessoais, próprias da vaidade humana e de cujos sintomas os administradores não se encontram imunizados.

Algumas atitudes de Eduardo Ribeiro sugerem que ele agia como se estivesse constantemente em campanha política para uma carreira de amplitude maior que a de governador do Estado do Amazonas. Podemos deduzir que ele soube aproveitar sua passagem por Manaus para demonstrar habilidade

administrativa e garantir uma carreira bem sucedida, ressaltando traços inovadores que poderiam demonstrar o pioneirismo de seu caráter e sua capacidade política.

Não resta dúvida de que Manaus era um importante degrau em suas pretensões. Como profissional dedicado que há de ter sido, é possível que, além de usufruir os benefícios proporcionados pelo cargo, promovesse realizações com a finalidade de marcar a passagem pela administração do Estado como um investimento para o futuro de sua carreira. Esta hipótese poderia explicar em grande parte a urgência que tinha em transformar e embelezar a capital do Amazonas, implantando ao mesmo tempo todos os modernos serviços públicos de que a maioria dos outros Estados brasileiros não dispunha.

Para que suas ações provocassem o efeito desejado e tivessem destaque nos confins do Amazonas (e, quem sabe, em todo o Brasil) era necessário que realizasse muito mais que uma administração bem sucedida. Era preciso realizar um feito memorável, quiçá, uma transformação monumental que ficasse espetacularmente marcada.

E, de fato, a administração de Ribeiro se tornou um fato memorável, capaz de impressionar não somente a população regional, mas chamar a atenção de todo o País e inspirar grande curiosidade nos estrangeiros. Tudo indica que ele tinha inteira consciência que seu trabalho em Manaus fora uma obra de impacto, possível de demonstrar todo o seu potencial como empreendedor. Tão chocante quanto a frase que o Barão de Santa Ana Nery afirma ter ele dito ao deixar o governo: “Encontrei uma pequena aldeia e transformei-a em uma cidade moderna”.

Deduzimos que Eduardo Ribeiro tivesse plena consciência de que a conclusão de seu projeto dependia do compromisso assumido por seu sucessor. Era necessário assegurar um candidato de confiança e articular algumas estratégias capazes de garantir-lhe a eleição. Sem essas garantias, grande parte de seus investimentos teria sido em vão, pois muitas obras por ele iniciadas jamais seriam concluídas. Mais que um compromisso partidário, as articulações

para promover a eleição do sucessor eram a garantia do cumprimento de uma plataforma pessoal.

Além disso, torna-se evidente o predomínio de políticas públicas na valorização de uma série de elementos estéticos da cidade, destacando-se a monumentalidade de edifícios tratados com fachadas artísticas e a profusão de elementos ornamentais, tais como o ajardinamento das praças, a instalação de monumentos artísticos e históricos, a abertura de largas avenidas embelezadas, a variedade de casas comerciais com suas vitrines exibindo produtos importados. Os cafés, a iluminação dos espaços públicos e a grande movimentação social imprimiam uma animação nunca antes experimentada pela cidade, cujos aspectos modernos e embelezados por si só já se constituíam atrativos para o lazer. A eletricidade, o *bond*, o telefone, o telégrafo sem fio, a distribuição de água potável, o sistema de esgoto, a coleta de lixo e a arborização eram componentes indispensáveis do progresso para compor o cenário com espaços prósperos e atualizados, que caracterizassem uma cidade “civilizada”.

A introdução desses serviços era uma significativa propaganda de longo alcance, não somente pela força do discurso do progresso, mas pelo contraste provocado com a realidade local. Vencer a barbárie era a confirmação da melhora do nível de “civilização”, como um destaque não apenas em âmbito regional, mas nacional, pois, naquele momento, entre as cidades brasileiras, somente o Rio de Janeiro e São Paulo dispunham de rede de eletricidade e eram servidas por linhas de *bonds*, justificando a atenção dispensada pelo governador a esses melhoramentos emblemáticos.

Deve-se ressaltar o aspecto didático que assumiram os comentários dos viajantes e pensadores sobre as vantagens e conveniências de se abraçar as idéias comprometidas com o progresso e a civilização. As informações da imprensa escrita se tornavam cada vez mais atualizadas com o estabelecimento de linhas de vapores cruzando o mundo conhecido. Publicações ilustradas difundiam imagens técnica e esteticamente produzidas. Eventualmente, reproduziam-se fotografias, sobretudo de eventos históricos. Por sinal que a técnica da fotografia ganhava credibilidade e aos poucos se popularizava como

registro do real: começavam a circular os primeiros postais ilustrados com imagens da cidade.

Assim como as práticas aplicadas nas metrópoles européias, adotava-se uma atitude racional perante o traçado da cidade, priorizando um desenho regular e mais amplo em substituição ao traçado mais orgânico e atravancado que caracterizava os centros históricos. A principal evidência desta nova prática se apresenta através do traçado tipo tabuleiro de xadrez, definido pelas linhas retas das ruas que se cruzam perpendicularmente formando quadras retangulares. A criação de amplos espaços públicos arborizados, ajardinados e embelezados, assim como a abertura de largas avenidas demarcando os eixos da cidade e seus pontos mais nobres para o comércio, a circulação e o lazer.

O projeto de expansão da cidade de Manaus, apresentado através da planta levantada durante a administração de Eduardo Ribeiro, indica um traçado regular e bem definido, baseado no modelo tipo tabuleiro de xadrez, que fora resgatado pela reforma de Paris. A opção por esse traçado organizado, amplo e embelezado demonstra que a administração pública encontrava-se atualizada com as idéias em vigência nas grandes metrópoles européias. Simbolicamente, pode ser interpretado como um compromisso com os interesses de uma nova era, que exigia maior racionalização do espaço perante as necessidades da vida moderna, priorizando as questões de saneamento, segurança pública, comércio e circulação.

Como foi observado, a tentativa de se imprimir um desenho mais ordenado à malha urbana de Manaus exigia que, além da regularização da topografia e da ampliação dos limites urbanos, se redefinisse o traçado de alguns trechos. Para essa tarefa, o Estado desapropriou algumas propriedades privadas e promoveu a regularização dos terrenos, ordenando-os em lotes.

Grande parte dos melhoramentos iniciados na administração de Ribeiro continuou na pauta de seus sucessores, que, insistentemente, tentavam concluir obras e aperfeiçoar serviços. Ainda que um dos objetivos dos serviços públicos fosse atrair e fixar uma grande população na capital, não havia previsão ou controle capaz de amenizar os choques produzidos pela velocidade das

transformações, nem como tornar harmônico o desordenado fluxo da população urbana.

Sem dúvida, a instalação e funcionamento de uma série de serviços públicos se constituíram em melhoria considerável para a qualidade de vida. Nota-se, contudo, que, apesar de algumas tentativas e obras isoladas, os administradores públicos da primeira década republicana no Amazonas não conseguiram instalar um sistema de esgotos nem promover a melhoria dos serviços de carga e descarga do porto da cidade.

As informações contidas nas mensagens e as notas publicadas na imprensa local dão conta de que a introdução dos melhoramentos urbanos, sobretudo a instalação dos serviços públicos, encontravam algumas dificuldades para atingir a esperada eficiência. Verdade que parte das deficiências apresentadas pelos serviços não eram exclusividade de Manaus. Em geral, a tecnologia recente envolvida no processo não estava aprimorada nem dispunha sempre de assessoramento técnico devidamente especializado. Os constantes contratos para a reformulação dos serviços podem ser interpretados como tentativas da administração de melhorar suas condições.

Os esforços despendidos na construção da imagem da cidade sugerem, muitas vezes, que o principal objetivo das obras de melhoramento fosse realmente a **confeção de uma vitrine**. Não há como contestar que parte dos projetos de embelezamento realizados naquela época quase sempre não passavam de “obras de fachada”. O caráter autoritário das intervenções, assim como os interesses mercantilistas, imprimiam uma imagem artificial, com aspecto cenográfico, sobretudo para impressionar os visitantes e iludir a população.

A introdução de certas idéias e a adoção de vários serviços públicos proporcionavam melhoramentos reais para a sociedade local. Todavia, observa-se que nem sempre esses serviços eram eficientes, ou por má instalação ou por falta de manutenção dos equipamentos. Tais condições levam a deduzir que a instalação dos melhoramentos não era, na maioria dos casos, mais que um dos muitos artifícios para complementar a imagem de vitrine e atender aos interesses de grupos econômicos.

Não se pode desqualificar os benefícios gerados com a introdução dos melhoramentos; contudo, deve-se observar que as vantagens promovidas se apresentavam compulsoriamente, pois estavam vinculadas diretamente à disponibilidade financeira do Estado. Esta, por sua vez, dependia dos interesses dos grupos econômicos que, perante a crise do ciclo da borracha e a impossibilidade de continuar auferindo grandes lucros, promoveram a migração dos investimentos para outros mercados mais prósperos, deixando inconcluso o projeto de civilização baseado no discurso do progresso.

Assim, comprova-se a falácia do discurso do progresso, com suas intenções civilizatórias, modernizadoras e humanistas, mostrando-o apenas como mais um mito capitalista.

Tais como as reformas implantadas em outros centros, as mudanças introduzidas em Manaus são freqüentemente criticadas por suas soluções artificiais, pois ignoravam o meio-ambiente e a cultura local. Além disso, o aspecto monumental e ornamental das obras mais significativas evidenciava o poder do Estado e o compromisso com as elites, sobretudo pela exclusão social que promovia. Isso demonstra que a introdução dos melhoramentos era restrito em sua área geográfica e social, empurrando para fora das áreas nobres a população de trabalhadores que construíam a cidade. Em geral, os trabalhos sobre as reformas urbanas ressaltam esses aspectos e afirmam que os melhoramentos introduzidos não beneficiavam a população nem eram assimilados por aqueles que deles podiam usufruir.

A definição do modelo de reforma urbana resultava das práticas determinadas pelos interesses da sociedade, cujo objetivo era a ordenação dos espaços públicos. Manaus não se encontrava fora deste paradigma. No entanto, nota-se que as intervenções processadas na cidade apresentavam algumas especificidades. Primeiramente, deve-se enfatizar que a área de ocupação da capital amazonense era muito reduzida, pois a população nativa era insignificante perante a intensificação do fluxo migratório.

Como foi visto no corpo deste trabalho, a falta de mão-de-obra era um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento econômico da região. Mas, a partir

dos atrativos do Decreto n.º 8, assinado por Ribeiro, ampliou-se a massa de trabalhadores na cidade. Naquele momento de reforma, a participação dessa população era oportuna não somente para a concretização dos projetos, mas também pela oportunidade de demonstrar a ocupação e o movimento dos novos espaços, sugerindo que a vitrine não se encontrava vazia. Com a rápida especulação imobiliária ocorrida na cidade, parte dessa população começou a se instalar nos arrabaldes que, atualmente, constituem os bairros de Aparecida, Educandos, São Raimundo, Cachoeirinha, São Geraldo e Chapada. As desapropriações executadas para a implantação do Projeto de Embelezamento a cidade se restringiam à parte mais antiga da cidade, ocupada pelos segmentos tradicionais do lugar. Assim como a reforma de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, é possível que os alguns proprietários de terrenos e imóveis tenham usufruído vantagens financeiras, enquanto outros não tenham sido beneficiados.

No corpo deste trabalho reconhecemos as limitações dos benefícios das reformas, não somente em Manaus, mas em todas as cidades em que foram implantadas. Todavia, as críticas encontram-se vinculadas às aspirações de progresso e modernidade que orientavam a ação política e administrativa do País. Assim, é possível compreender que, sob a prosperidade econômica proporcionada pela exploração da borracha, a administração pública perseguisse uma imagem “civilizada” da cidade, mais compatível com a sua nova situação.

Sem dúvida, o Projeto de Embelezamento da Cidade de Manaus foi implementado e regido pela figura do governador Eduardo Ribeiro, mas não podemos relevar o fato de que, por trás de suas ações, houvesse o apoio da estrutura de Estado, nem podemos ignorar que essa estrutura estivesse submetida às exigências do mercado internacional, que, em última instância, é quem maquinava e determinava os traços dos projetos adotados. A dependência econômica e cultural brasileira mantinha os governantes como meros súditos de um grande reinado, fiéis aos príncipes europeus, com suas poderosas cédulas, chaminés e maquinários.

Apesar da relevante atuação de Ribeiro na história local, não podemos deixar de reconhecer que ele desempenhava o papel de ator coadjuvante em uma

grande encenação, na qual se configurava a imagem de um poder cujo centro estava nos países desenvolvidos. Apesar de não se poder dizer se ele estava consciente ou não de seu papel, não há como eximi-lo de ações que poderiam inseri-lo no grupo de “agentes colaboradores”.

Não são remotas as possibilidades de que a implantação do Plano de Embelezamento de Manaus tenha gerado as mesmas práticas desenvolvidas nas cidades em que ocorreram grandes reformas urbanas, nem é impossível que Eduardo Ribeiro tenha participado diretamente de uma rede de interesses paralela aos objetivos de seu governo. Ao ocupar o cargo político mais importante na administração pública do Estado, ele assumiu o papel de principal estimulador das obras, atraindo para si não somente as responsabilidades, mas também o usufruto de benefícios e vantagens financeiras proporcionadas pelo cargo.

A insistência com que fez a defesa de determinadas construções, como o palácio e o teatro, e da implantação de um serviço público como a linha de *bonds* leva a deduzir que, além da tentativa de fazer uma administração eficaz, ele tivesse também interesses pessoais. Essa dedução pode parecer mais coerente se aferirmos a questão a partir do padrão de comportamento político contemporâneo. Com tal parâmetro, tender-se-ia a concluir que Ribeiro participasse de um jogo com grandes ganhos financeiros. Contudo, não se pode deixar de creditar uma grande influência ao idealismo e aos princípios republicanos na personalidade do governador, cujos traços românticos e ambiciosos sugeriam uma forte crença na verdadeira transformação da sociedade e do homem, tendo como exemplo mais vivo e evidente as mudanças processadas em sua própria vida.

É possível interpretar o Projeto de Embelezamento da cidade como mais uma prática autoritária, cujos traços não eram adequados à realidade regional, como algumas críticas atuais pretendem caracterizá-lo. Entretanto, não é sensato nem admissível desvincular as ações de Eduardo Ribeiro de seu tempo e do pensamento vigente na época. Além disso, as ações do governador encontravam-se assessoradas por um quadro de especialistas instalado em todas as áreas de sua administração.

A Repartição de Obras Públicas, por exemplo, funcionava com um corpo de profissionais gabaritados, cujas práticas deveriam estar perfeitamente afinadas com o plano de governo. Tendo formação e experiência, é possível que Ribeiro tenha realmente intervindo diretamente na resolução de alguns projetos. Contudo, assim como o governador, esse corpo administrativo era o gestor de um projeto típico de sua época e reivindicado pelas elites.

Sem dúvida, o projeto de Ribeiro inspirava-se nos modelos europeus, sobretudo em alguns dos procedimentos barrocos que orientaram as obras da capital francesa: a regularização da topografia da cidade; a tendência ordenadora do traçado a partir do desenho de um tabuleiro de xadrez; o destaque para as grandes avenidas que, em perspectiva, destacavam o embelezamento de praças; a instalação de monumentos; a construção de obras arquitetônicas monumentais e profusamente decoradas.

A proposta de Ribeiro era, portanto, bastante atualizada. Ele optou pelo modelo aspirado por parte da política brasileira mais comprometida com as idéias de modernidade e progresso. Inevitavelmente, o seu plano apresentava vários aspectos que remetiam diretamente ao grande paradigma de cidade do final do século XIX: Paris, cuja reforma embelezadora foi realizada pelo seu prefeito, o barão Haussmann.

A concentração física das obras arquitetônicas mais importantes em uma nova área da cidade de Manaus, deslocando o sentido de seu crescimento, ainda que possa sugerir uma estratégia de propaganda da administração de Ribeiro, era, na verdade, uma característica do modelo de cidade barroca, que exigia amplitude e linearidade.

Os projetos arquitetônicos eram elaborados em estilo Eclético, numa clara tentativa de demonstrar que se encontravam atualizados com as idéias predominantes nos grandes centros. Esse estilo se apresentava como o revestimento mais adequado para a nova malha urbana traçada e atendia às aspirações da sociedade que se definia e estava ávida para demonstrar o novo *status*.

As características do Eclétismo, que se difundira em diferentes regiões do planeta, estavam intimamente vinculadas à concepção de embelezamento e prosperidade, que, por sua vez, dependiam diretamente da produção industrial e da sociedade de bens e serviços.

Deve-se destacar o caráter inovador das reformas urbanas promovidas nas capitais nortistas, não somente para o contexto amazônico, mas no âmbito nacional. Antecipava-se em uma década a reforma promovida por Pereira Passos na Capital Federal, sobre cujo processo a historiografia nacional tem se debruçado atentamente, sobretudo pelo destaque que assumiu no projeto de construção da nova imagem do Brasil, como uma nação próspera, segura e civilizada.

A imagem da capital amazonense, assim como a totalidade das cidades ocidentais, externava o compromisso com o capitalismo e com a burguesia. A imagem embelezada e moderna configurava os interesses do poder constituído, privilegiando as classes mais abastadas, valorizando as imagens saneadas e embelezadas, embora não conseguisse esconder as disparidades sociais próprias do sistema.

CONCLUSÃO

CIDADE DO PODER, ORNAMENTOS DO PROGRESSO

Este trabalho foi estruturado com o objetivo de apresentar e discutir a concepção de cidade como obra humana e coletiva – **um artefato cultural** modelado por diferentes forças, manipulado por múltiplos escultores sociais de diferentes tempos. Todavia, a questão central não é a autoria da cidade, mas alguns aspectos de seu processo de atualização.

Tendo como objeto de investigação a reforma urbana processada em Manaus na última década do século XIX, concentramos nossas hipóteses em três aspectos do problema que se encontram enunciados no título desta tese: *La Belle Vitrine*: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus – 1890/1900.

Ao procurar concentrar a discussão em torno das transformações dos aspectos formais da cidade, tornou-se imperativo investigar e discutir a imagem e os significados implícitos de sua aparência. A investigação concentrou-se na busca de indícios que comprovassem ser as ações promovidas pelas intervenções urbanas tão intensas e de caráter tão transformador, do ponto de vista urbanístico, social e cultural, que poderiam ser interpretadas como uma verdadeira refundação.

Igualmente indispensável era ressaltar que as políticas de intervenção urbana concentravam-se em obras de valorização da aparência estética da cidade. O Estado definia um espaço belo e seguro, mas artificial e desvantajoso do ponto de vista sociocultural, pois atendia prioritariamente aos interesses das elites.

Ao compreender que a construção da cidade fora, em grande parte,

orientada no sentido de definir uma imagem embelezada e artificial, fomos induzidos a resgatar uma analogia com a confecção de uma vitrine. Contudo, esta interpretação exigia mais que a percepção das imagens compostas pelas obras. Fazia-se necessário localizar outros indícios capazes de identificar elementos característicos de tais preferências, sobretudo no conteúdo das mensagens emitidas pelos governadores. Assim, investigamos a discussão dos projetos, procurando identificar os aspectos modernos e estéticos de sua concepção e implantação.

A preferência por determinada orientação formal na construção da imagem da cidade pode ser comprovada por alguns indicativos: não somente pela prioridade dada aos projetos monumentais e profusamente decorados, mas também pela tentativa de embelezar os espaços públicos e as fachadas de suas obras. Além disso, destacamos as recomendações estabelecidas pelos códigos de posturas e a argumentação feita pelos governadores para justificar os grandes investimentos empregados no embelezamento de Manaus.

Mesmo reconhecendo as especificidades que distinguem diferentes cidades, não se pode ignorar que a forma e a organização do Projeto de Embelezamento seguem a orientação de determinada matriz. Em face disso, procuramos demonstrar, através da investigação histórica, que as características da imagem criada para a capital amazonense mantiveram-se intimamente vinculadas aos padrões que traçavam e atualizavam o modelo de cidade européia.

Em última instância, buscamos evidenciar que o modelo de urbe resultante manifestava a ordem social, com seus confrontos e desigualdades existentes nos vários níveis e áreas de ocupação. Todavia, ressaltamos que a consolidação dessas formas de expressão não refletia as necessidades nacionais ou locais, mas evidenciava o predomínio de interesses de uma sociedade que se impunha em âmbito internacional.

Contudo, as idéias e as práticas dessa sociedade essencialmente econômica se amparavam em discursos liberais e humanistas. Sob a forma das mais diversas manifestações de progresso e modernidade, elas se difundiam pelo

mundo, ampliando o seu mercado consumidor. Assim, pretendíamos comprovar que a liberalidade de suas idéias e o humanismo de suas ações estavam intimamente vinculados aos interesses econômicos.

Apesar do impacto das idéias e das imagens difundidas pelo discurso do progresso, nota-se que, para os que viviam sob condição financeira desfavorável, os efeitos do Projeto de Embelezamento eram praticamente nulos em relação à melhoria da qualidade de vida. Suas vantagens restringiam-se àqueles que dispunham de condições financeiras, sendo declaradamente, portanto, um benefício oferecido pelo mercado comercial. Tal constatação leva a compreender que os benefícios promovidos por seus efeitos eram como um mito arquitetado e difundido pelo sistema econômico em vigência.

A interrupção do projeto de modernidade em Manaus se apresenta como um exemplo típico da falácia desse discurso, pois, ao serem reduzidas as possibilidades econômicas que sustentavam a região, logo se desfez a rede de relações interessadas e se extinguiram os benefícios que sustentavam a imagem progressista e moderna. Todavia, não podemos perder de vista que, sendo o discurso do progresso um produto do sistema econômico, coerentemente suas idéias mantinham-se firmemente vinculadas aos princípios do mercado.

Propusemo-nos a identificar e reconstituir um desenho mais realista e menos comprometido com os clichês difundidos pela historiografia local mais tradicional. Esta proposta da investigação se constituiu num verdadeiro desafio não apenas no plano acadêmico, mas, sobretudo, no plano afetivo. Reconhecemos que nossas vinculações com os elementos arrolados no processo de discussão se tornaram uma dificuldade para promover uma análise impessoal dos fatos e dos personagens estudados.

A exaustiva revisão bibliográfica foi de grande auxílio na atualização das abordagens e métodos da história e contribuiu para diluir as limitações de uma leitura da cidade através de uma perspectiva romântica e objetiva, como poderíamos ter realizado. A partir dessa tarefa, tornaram-se remotas as chances de enxergar a cidade como um cenário estático, incapaz de ser reconstituído e compreendido integralmente em suas múltiplas manifestações.

A realização desse trajeto de estudo foi apenas o início de um longo percurso de investigação para articular as referências à cidade traçadas nos desenhos e expressas nas narrativas de época, o que favoreceu a compreensão de seu processo de transformação material e de sua imagem.

Penetramos um pouco mais do que pretendíamos na averiguação das articulações político-partidárias traçadas em torno do Projeto de Embelezamento da cidade. Entretanto, justificamos que a complexidade das relações, assim como as estratégias envolvidas nesse segmento, não permitiram responder a muitas interrogações surgidas no decorrer do trabalho. Tais lacunas ressaltam a necessidade de estudos históricos regionais, não somente pela carência apresentada no esclarecimento de muitos problemas, mas, sobretudo, pela urgência em investigar e conservar os acervos de documentos e periódicos.

A exaustiva investigação de fontes documentais e historiográficas embasa contundentemente a afirmativa de que as cidades americanas foram formatadas a partir de matrizes européias. Certamente, havia um distanciamento considerável entre a realidade das cidades européias e a das brasileiras. Nas primeiras, a resistência dos costumes e a permanência dos fatos urbanos ratificavam tradições de uma história de longa duração, enquanto em suas congêneres do Novo Mundo havia condições muito favoráveis à mudança, em virtude de uma cultura mais predisposta ao novo, quer pela imposição das autoridades, quer pela reduzida resistência local.

Apesar do distanciamento geográfico e cultural existente entre as cidades brasileiras e européias, adotamos pressupostos das transformações européias, assim como a grande maioria dos estudos acadêmicos sobre as reformas urbanas brasileiras. Contudo, justificamos a legitimidade desse procedimento ao compreender a cidade do século XIX como uma das configurações das idéias que predominavam na época. Como uma forma definida por um conteúdo político e social, cujo modelo se difundiu e se desenvolveu como um fenômeno de abrangência internacional.

Interpretamos o Projeto de Embelezamento da cidade como um elemento definidor do modelo adotado, como uma orientação de caráter político e

econômico. O problema ganhou alguns elementos complicadores, ao nos centrarmos no estudo da cidade no século XIX, sobretudo por adotarmos pressupostos levantados a partir dos estudos sobre cidades européias, que identificam na industrialização e no crescimento das populações urbanas o ponto de partida da problemática das cidades daquele período.

As manifestações formais do modelo podem ser expressas com nuances diferenciadas, através de um vocabulário diversificado, mas, invariavelmente, a escolha da configuração será regida por um conjunto de idéias e práticas que expressam o sistema político e econômico. Dessa forma, a análise da configuração, assim como o estudo de uma manifestação artística de âmbito regional, justifica a investigação das origens do estilo adotado, não somente para identificar a sua gênese, mas para explicar as razões de suas práticas e o significado do repertório, assim como para apontar as adaptações e inclusões agregadas ao modelo.

A definição do modelo de cidade urbanizada, saneada e embelezada atravessou mares e florestas e se instalou nos pontos mais longínquos do planeta. As formas configuradas pelo modelo expressavam o pensamento e os interesses da sociedade capitalista e burguesa. A cidade materialmente apresentada através de seu urbanismo, de suas obras arquitetônicas e de seus monumentos revela um conjunto de representações de conteúdo social, político e simbólico. Expressa, portanto, as idéias predominantes de um determinado tempo.

Nesse sentido, compreendeu-se que as características formais, assim como o significado simbólico impregnado nos projetos, foram escolhas conscientes. Muitas vezes, o emprego de determinado repertório formal assumia o papel de um artifício retórico. Assim como o discurso verbal, a construção da imagem mantinha coerência com os princípios e os interesses do sistema político e econômico. Sob a perspectiva do século XIX, a construção dessa imagem significava um compromisso com as noções de uma civilização do progresso.

As intervenções urbanas implicavam um conjunto de práticas cuja adoção engendrava uma série de procedimentos transformadores do espaço urbano e da

vida social. A discussão teórica em torno da confecção da imagem da cidade como um recurso retórico levou-nos a compreender o modelo de cidade adotado como um artifício amplamente reproduzido em muitos de seus aspectos ideológicos e materiais. Os elementos que se agregavam à nova imagem da cidade, assim como os discursos que vinculavam o progresso material à civilização, integravam o mesmo repertório de representações.

A adoção desse modelo de cidade no Brasil se apresenta como um dos esforços feitos para reformular a apresentação do País mediante uma imagem mais atualizada e moderna. Assim, faziam-se grandes investimentos nas políticas públicas de melhoramento das condições urbanísticas das cidades, sobretudo no que se referia à segurança, ao saneamento e ao embelezamento dos espaços públicos.

Como a maior parte dos trabalhos consultados, tendemos a vincular o significado das idéias de progresso e modernidade aos interesses e às vantagens das elites. Compreendemos que as elites usufruíam uma situação privilegiada graças aos desníveis proporcionados pela organização social em moldes capitalistas. Assim, elas desfrutavam das vantagens da concorrência de mercado, apoiadas que eram pelos argumentos de uma política pretensamente liberal e humanista.

Sem dúvida, a noção de progresso assumiu papel fundamental não somente na concepção do projeto de refundação da cidade, mas em todas as etapas de sua concretização. Esse conjunto de idéias e práticas encontrava-se impregnado em todos os segmentos da sociedade. Todavia, tendemos a interpretar que sua contribuição se restringiu apenas aos aspectos materiais, principalmente os relacionados ao mercado de bens e serviços. Assim, o progresso se apresentava como um mito de conteúdo ideológico, favorecendo a ampliação dos mercados e o fortalecimento das elites econômicas.

Em geral, os benefícios previstos pelo discurso do progresso priorizavam questões materiais muito restritas e plenamente acentuadas através das imagens difundidas da cidade. Na prática, o discurso do progresso estava intimamente

vinculado às estratégias de mercado, estimulando a demanda e alimentando o consumo.

A partir dessa diretriz, a discussão básica priorizou a reflexão sobre o papel orientador das representações de “civilização moderna” na definição das características adotadas para a nova cidade de Manaus, que se pretendeu erguer sobre a primitiva urbe. A discussão reafirmou a preponderante participação do Estado, cujos interesses foram regidos por políticos nacionais na busca de consolidar o ideal de Estado-Nação.

O uso da imagem da cidade pelas políticas públicas é uma prática que se difundiu e se popularizou entre nós, mantendo-se completamente atualizada. As intenções de vincular essa tradição aos aspectos mais civilizados da sociedade diluí-se perante o caráter propagandístico e eleitoreiro dos administradores públicos e afastam essa imagem embelezada da noção de virtude humana.

Mesmo partindo-se do princípio de que nem a cidade nem a sociedade são totalmente passíveis de controle, não se pode ignorar a existência de um confronto entre os seus diferentes grupos e segmentos. Mesmo marcada pela desigualdade, essa relação de disputa tende a favorecer os grupos mais bem estruturados politicamente. Assim, a configuração urbana passa a ser traçada predominantemente pelo repertório de representações da elite e a extensão dos benefícios de seus projetos tende a delimitar as áreas de interesse, concentrando-se em uma determinada face da cidade.

Concluimos que, apesar de todos os avanços políticos e sociais ocorridos e propagados no Ocidente, seus efeitos não foram suficientemente fortes para reverberar e se manifestarem na forma material da cidade. Mesmo com todas as transformações processadas no pensamento e na sociedade sob as influências do Iluminismo e das Revoluções Francesa e Americana, aparentemente a forma da cidade manteve-se fiel à tradição barroca. Não somente por causa de seus traçados reguladores, de suas obras monumentais e de seus espaços embelezados, mas também em virtude da orientação autoritária das intervenções, cuja tendência se assemelha às práticas empregadas pelos príncipes.

A compreensão do problema por este prisma leva a conjecturar duas

conclusões. Ou as transformações ocorridas foram de caráter superficial, não sendo capazes de promover uma mudança radical na estrutura social, ou ratificamos a teoria de Ernst Fisch, que ressalta o caráter conservador da forma perante as tendências revolucionárias do conteúdo, sem, contudo, dissociá-los.

Em virtude da localização e da repentina transformação processada em seu visual, Manaus despontava como um dos mais significativos exemplos do novo modelo de cidade. Favorecida por sua condição econômica e prosperidade financeira, evidenciava os sinais de uma nova era, demonstrando a intensidade do processo e das novas manifestações do mundo ocidental.

Entretanto, na perspectiva da história local, a adoção do novo modelo de cidade implicou uma drástica cisão nos traços culturais da sociedade regional. Tratava-se não apenas de uma atualização da forma, mas de uma mudança radical. Até poucas décadas antes, Manaus se encontrava bastante distanciada do modelo de cidade européia e sua constituição preservava fortes traços nativos, mesmo sob um contínuo processo de miscigenação. A precariedade financeira e as limitações culturais da sociedade local não lhe conferiam sequer a condição de um centro consumidor em potencial. A atualização dos novos conteúdos e formas implicava a substituição de um repertório de representações. Suprimiam-se referências e manifestações nativas, assim como se atualizavam os traços comprometidos com antigas tradições.

Tanto nos documentos oficiais quanto em outras fontes foi possível localizar indícios das preferências urbanas da sociedade local. Com certa unanimidade, seus membros manifestavam-se favoráveis a qualquer inovação ou melhoria e assim promoviam o distanciamento dos aspectos vinculados à sua história e à cultura de origem indígena. Acreditamos que o conteúdo dos discursos confirme a predisposição para aceitar uma civilização delineada pelos traços do progresso e da modernidade.

Até o final da monarquia, os presidentes da Província do Amazonas lamentavam que a falta de recursos financeiros e o isolamento geográfico fossem as principais dificuldades para promover o desenvolvimento da região. Contudo, após a Proclamação da República, essa situação foi revertida, sobretudo pela

prosperidade econômica da borracha. No contexto de intranquilidade política nacional, o isolamento geográfico assumiu um novo papel, proporcionando uma certa tranquilidade política que favorecia a implantação dos projetos urbanos.

Dentre os políticos e administradores que, naquele momento, atuaram em Manaus, destacamos a figura do governador Eduardo Ribeiro. Sua repentina trajetória social e política anunciaram os ares de uma nova época de mudanças na sociedade brasileira. Todavia, essas transformações ainda não se encontravam consolidadas, pois a estrutura política do País se mantinha sob a orientação das ações e dos privilégios da elite econômica, em detrimento da participação de outras classes. Além disso, a teia de relações sociais preservava tradições vinculadas aos laços familiares e aos tons de cor da pele como atributos promotores da ascensão social.

O mesmo vigor que lhe proporcionou o afastamento do berço obscuro, permitindo-lhe galgar rapidamente os patamares da sociedade, aparece determinando a dinâmica de sua prática política e administrativa. A visualidade da cidade se apresentava adrede à concretização de seus esforços e os resultados obtidos podem respaldar a afirmação atribuída a ele ao deixar o governo: “Encontrei uma pequena aldeia e transformei-a em uma cidade moderna”.

Por essas considerações, dilatamos o enfoque sobre a personalidade pertinaz e visionária do mulato Eduardo Ribeiro, identificando em seu espírito inquieto as tendências que desencadearam sua atuação transformadora da cidade. Sua descendência escrava, a pobreza de seu berço, que não lhe conferia um sobrenome tradicional, e o fato de não dispor de um padrinho importante exigiam grandes esforços. Em tais circunstâncias, sua formação de elite, realizada na Escola Militar, significava um *status* relevante na sociedade brasileira. Apesar disso, seu conhecimento técnico e profissional não era suficiente para lhe garantir ascensão social e política.

Ao assumir o governo do Estado do Amazonas, Ribeiro contrapôs-se a um conjunto de adversidades. Entretanto, tinha a seu favor a formação republicana e uma experiência bem sucedida na administração pública. Apresentava-se como um personagem tipicamente republicano, não somente pelas transformações

processadas em sua vida pessoal, mas pelo domínio de um conjunto de idéias que lhe garantia uma posição destacada no partido e na política local. Além disso, devemos ressaltar os efeitos favoráveis de sua retórica positivista, comprometida com as idéias de progresso e modernidade.

A tarefa de administrar um Estado financeiramente próspero era uma oportunidade ímpar no País e uma possibilidade para comprovar as ações inovadoras do sistema republicano e sua vinculação com uma nova era de progresso. A intensidade das transformações processadas produzia um grande impacto visual e os efeitos obtidos ganhavam grande repercussão através das imagens difundidas a partir do início do século XX. O confronto dessas imagens com outras produzidas algumas décadas antes provoca um acentuado contraste. O choque dessa comparação se constituiu num de nossos primeiros argumentos e, por sinal, sustenta nossa hipótese de refundação da cidade.

Ao apontar Ribeiro como o seu principal responsável, atribuímos a ele o papel de artífice ou artista da cidade. Por um lado, as características definidas nas obras da administração de Ribeiro sugerem que se tratava de uma obra autoral; mas, por outro lado, essa obra não deixa de revelar um intenso compromisso com os princípios republicanos e positivistas. Mesmo que suas ações possam ter se revestido de um caráter de campanha, com o intuito de assegurar uma trajetória política, ou que ele tenha tido inteira consciência de que a amplitude da obra lhe asseguraria um lugar na memória da cidade, não há como contestar a grandiosidade de seu trabalho. Qualquer que tenha sido a verdadeira intenção do artista, não há como desvinculá-lo da obra e vice-versa. Obra e artista, indissociáveis, se construíram em um processo dialético.

Mesmo que sob outra perspectiva possamos reduzir a sua atuação política ao papel de mero “agente colaborador”, devemos compreender que, naquele momento histórico, nosso País se mantinha na incômoda condição de consumidor de idéias, de produtos e de serviços oferecidos pelo mercado europeu. Assim, nossos políticos e administradores regionais simplesmente reproduziam e se adaptavam às práticas impostas pelo sistema econômico adotado pelo restante

do País. Através dessa orientação, tendiam a favorecer grandes grupos estrangeiros na expansão de um mercado internacional.

Por este ponto de vista, é possível sustentar que não somente Manaus, mas a totalidade das cidades que promoveu a reforma de seus centros urbanos na expectativa do progresso, a partir da segunda metade do século XIX, o fez sob a vontade e a autoridade do príncipe. Essa interpretação tende a limitar ainda mais o desempenho de nossos administradores, atribuindo-lhes a insignificante função de marionetes de um grande teatro, cujos moldes e manipuladores ainda permanecem no Velho Mundo. Todavia, deve-se ressaltar que, mesmo em se tratando de uma forma de expressão originada em outro continente e cuja implantação reproduziu rígidas convenções, não se pode suprimir a participação dos aspectos locais, com suas características e suas limitações técnicas e materiais, em que pese os traços criativos e originais de determinadas expressões.

Assim como um artista, o personagem político e suas respectivas obras não devem ser analisados sem uma apreciação das referências de seu contexto histórico, político e social. Vimos que, em última instância, a configuração dada a uma obra artística ou política é o resultado das condições proporcionadas pelas forças que circulam e se debatem em torno de seu criador. Não se trata apenas do resultado de uma seqüência de gestos e de interesses pessoais de um sujeito, mas a expressão de um observador perante os elementos disponíveis em seu contexto.

Sendo assim, é possível reabilitar a ação de um administrador como Eduardo Ribeiro. Não como o inventor da forma da cidade, mas como um artista que efetivamente definiu sua configuração e lhe atribuiu personalidade. Ainda que suas ações tenham sido orientadas por um repertório de vocabulário mais ou menos restrito, foi ele o autor que compôs os traços que, em última instância, definiram a imagem da cidade. Seja ela marcada pela regularidade ou pelo confronto, será sempre definida a partir de um conjunto de imagens, quer se destaque a cúpula colorida do Teatro, quer a aparência moderna do novo traçado da cidade, quer o contraste do conjunto de edificações cercado pela floresta. Mas

é sempre a percepção dessas imagens, com sua história e imaginário, que determinará sua identidade.

Não é possível restringir a relevância das articulações políticas em torno do **“Projeto de Embelezamento da Cidade de Manaus”** ao âmbito local, nem atribuí-la somente à perseverança da figura do governador Eduardo Ribeiro. Não lhe destituímos da menção feita no corpo deste trabalho, na qual sugerimos que a amplitude da obra pretendia transcender o impacto local e garantir uma propaganda capaz de lhe assegurar uma carreira política no cenário nacional. Contudo, deduzimos que, mais do que apenas a obra de um administrador em particular, tratava-se de um projeto coletivo e articulado por interesses de um grupo nacional. Os discursos e a permanência de Ribeiro na liderança do Partido Republicano local significavam uma sólida vinculação com um grupo político e suas ações deveriam honrar tal comprometimento.

Através desse prisma, é possível justificarmos a manutenção das obras e a conclusão dos projetos pelos sucessores de Ribeiro, sobretudo pela conveniência de se promoverem as idéias republicanas, que já estavam traçadas no projeto e na política. Além dos fortes laços de comprometimento que poderiam sustentar a política de manutenção das obras, não se pode ignorar que, sobrepostas às diferenças partidárias, encontravam-se as idéias de modernidade e progresso, como argumentação incontestável que sustentava a continuidade do Projeto de Embelezamento da Cidade.

I BIBLIOGRAFIA

I.1 FONTES

ARANHA, João Batista de Figueiredo Tenreiro. *Relatório de 30 de Abril de 1852*.

Barra do Ro Negro: Typographa do Ramos. 1852.

ARAÚJO, Artur Cesar Moreira de. *Relatório da Intendência Municipal*. 2ª reunião

ordinária do anno de 1901. Manaós: Typographia Palais Royal, 1901.

AZEVEDO, Gregorio Thaumathurgo de. *Mensagem lida perante o Congresso*

Amazonense, na sessão de 25 de novembro de 1891. Manáos.

Typographia do Commercio do Amazonas. 1891.

AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. *Eleição Federal de 30 de Dezembro de*

1896. Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1897.

CHAVES, Vasconcellos. Relatório de 03 de março de 1886 do presidente da

Província. Manáos: Typographia do jornal Amazonas. 1886.

COELHO, Joaquim Leovigildo de Souza. Relatório do Diretor da Repartição de

Obras Publicas, em 8 de julho de 1884; Manaós: Typographia do

Amazonas. 1884.

DIAS, Satyro de Oliveira. *Falla do presidente da Província, em 1º de Outubro de*

1880. Manáos: Typographia do Amazonas, 1880.

FERREIRA, Fileto Pires. *Mensagem do governador*, em 4 de março 1897.

Manáos: Typographia do Diário Official. 1897.

FERREIRA, Fileto Pires. *Mensagem do governador*, em 6 de janeiro de 1898.

Manáos: Typographia do Diário Official,

FERREIRA, Fileto Pires. *A verdade sobre o caso do Amazonas*. Rio de Janeiro:

Typographia do Commercio, 1900.

FERREIRA JUNIOR, João Jansen. *Falla do presidente da Província*, em 21 de

Setembro de 1885. Manaós: Typographia do Amazonas. 1885.

FERREIRA PENNA, Herculano. *Falla do presidente da província do Amazonas*

1854. Barra do Ro Negro: Typographia S. Ramos, 1854.

FIGUEREDO, Armênio. *Relatório do Director de Obras Publicas* apresentado em

21 de junho de 1893, anexo da Mensagem do governador do Estado do

- Amazonas em 10 de julho de 1893. Manaós: Typographia do Diário Oficial. 1893.
- FREYRE, Pedro. *Relatório do Chefe do Departamento do Interior*, apresentado em 5 de janeiro de 1898. Anexo da Mensagem do governador Fileto Pires Ferreira de 6 de janeiro de 1898.
- FURTADO, Alarico João. *Falla do presidente da Província*, em 27 de agosto de 1881. Manaós: Typographia do Amazonas. 1882.
- MARIANO, Candido. *Relatório do Diretor Interino das Obras Públicas*, em 2 de abril de 1898. Manaós: Imprensa Oficial. 1898.
- MARIANO, Candido José. *Relatorio da Directoria Geral de Obras Publicas do Estado do Amazonas*, em 8 de janeiro de 1901, anexo a Mensagem do governador Silvério José Nery de em 10 de julho de 1901. Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio. 1902.
- MARTINS, Francisco Gonçalvez. *Melhoramentos sanitários na Capital e n'outras povoações do Império*. Rio de Janeiro: Typ Nacional, 1853.
- MATTOS, José Wilkens de. Relatório do presidente da Província, em 25 de Março de 1870. Manaós: Typographia do Amazonas, 1870.
- MONTEIRO, Francisco Antonio. *Relatório do Superintendente dos Negócios da Instrução Publica*. Em 5 de janeiro de 1898. Manaós: Imprensa Oficial. 1898.
- NERY, Silvério José. *Mensagem do governador*, emitida em 10 de julho de 1901. Manaós Typographia do Jornal do Commercio, 1901.
- NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Exposição do Presidente da Província do Amazonas em 10 de janeiro de 1888*. Manaós: Typographia do Amazonas, 1888.
- OLIVEIRA MACHADO, Joaquim. *Relatório do presidente da província do Amazonas*, em 2 de junho de 1889. Manaós: Typographia do Commercio do Amazonas. 1889.
- PEREIRA, Henrique Álvares. *Relatório do Inspector Interino da Hygiene do Estado* ao governador em 20 de junho d 1893, anexo da mensagem governamental de 10 de julho de 1893. Manaós: Imprensa Oficial, 1893.

RAMALHO JÚNIOR, José. *Mensagem emitida em 10 de julho de 1898*. Manaus: Imprensa Oficial, 1898.

RAMALHO Júnior, José. *Mensagem do governador do Estado do Amazonas*, emitida em 10 de julho de 1899. Manaus: Imprensa Oficial, 1899.

RAMALHO JUNIOR, José Cardoso. *Mensagem do Vice-Governador*, em 10 de julho de 1900. Manaus. Imprensa Oficial. 1900.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem Do Exm. Dr. - Presidente deste Estado Lida Perante o Congresso Amazonense, na Seção de Instalação, em 1º de Junho de 1892. Manaus: Typographia do Amazonas, 1892.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem do governador, em 10 de julho de 1893. Manaus: Typographia do Diário Oficial. 1893.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. *Mensagem do governador*, em 10 de Julho de 1894. Manaus: Imprensa Oficial. 1894

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves Ribeiro. *Mensagem do governador*, em 10 de março de 1895. Manaus: Typographia do Diário Oficial. 1895.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. *Mensagem do governador*, em 1º de março de 1896. Manaus: Typographia do Diário Oficial, 1896.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. *Contra a Calumnia*. Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1897.

I.II VIAJANTES E CRONISTAS

AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionario Topographico Historico Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Commercial. 1852, p. 189.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. 1980.

BAENA, Antônio Ladislau. *Ensaio Corografico sobre a Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos, 1839.

BASTOS, A. C. Tavares. *O Vale do Amazonas*. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1975.

- BIARD, François Auguste. *Dois anos no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1945.
- COELHO, José Maria. *Memória sobre a capitania de São José do Rio Negro*. IN: Revista do IHGB, VOL.203: Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948.
- CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido – Reunião dos Ensaio Amazônicos, Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1976*.
- DIAS, ARTUR. *O Brasil Atual*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1904.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*. Rio de Janeiro: Circulo do Livro, 1971.
- FORTES, Ernesto Mattoso Maia. *Itinerário e Trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada Madeira-Mamoré*. Impressões de viagem por um dos membros da mesma. Rio de Janeiro: Soares & Niemeyer, 1885
- GIBBON, Ladner e HERNDON, Lewis. *Exploración del Valle del Amazonas* (Tomo I). Quito: Monumenta Amazônica. 1991.
- KELLER-LEUZINGER, Franz. *The Amazon and Madeira rivers*. Londres: Chapman and Hall, 1874.
- LINDEMBERG E GODINHO. *Norte do Brasil: através do Amazonas, do Pará e do Maranhão*. Rio de Janeiro:Laemmert & Cia, 1906.
- MARTIUS, Carl Friedrich e SPIX, Johan Baptist Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975, Tomo*.
- MAW, Henry Lister. *Journal of passage from the Pacific to the Atlantic crossing the Andes and down the Amazon and descending the river Maranhão*. Londres, 1829.
- NERY, Frederico José de Santa-Anna. *O País das Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.
- SOUZA, Francisco Bernardino de. *Lembranças e curiosidades do Amazonas*. Pará: Typographia do Futuro, 1873.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / EDUSP, 1979.

I.III DOCUMENTOS

- Annaes da Assembléia Legislativa do Amazonas*. Janeiro de 1887 a dezembro de 1892. Manáos: Typographia do Amazonas. 1893.
- Annaes da Assembléia*. 1891. Manáos. Typographia do Amazonas, 1889.
- Annaes do Congresso Legislativo dos Representantes do Estado do Amazonas da Sessão Constituinte do anno de 1892*. Manaós: Typographia do Amazonas, 1892.
- Anuário Estatístico do Brasil*. Ano II. Rio de Janeiro. Tipografia do Estado e Publicidade. 1936.
- Código de posturas municipaes* — 1901. Manaus: Imp. Official. 1901.
- Código de posturas municipais de Manáos* — 1893. Manaus: Typographia do Amazonas. 1893.
- Colleção de Leis da Província do Amazonas de 1872*, tomo XX, parte I. Manaós: Typographia do Amazonas, 1872.
- Colleção de Leis de 1889*. Manaós: Typographia do Amazonas, 1889.
- Colleção de Leis de 1894*. Manaós: Typographia Palais Royal, 1901.
- Colleção de Leis do Estado do Amazonas – 1882-1883*. Manaós: Typographia do Amazonas, 1883.
- Colleção de Leis do Estado do Amazonas - 1892*. Manaós: Livraria e Typographia Palais Royal, 1901.
- Colleção de Leis do Estado do Amazonas – 1889-1896*. Manáos: *Imprensa Official*, 1897.
- Colleção de Leis do Estado do Amazonas 1896*. Manaós: Livraria e Tipographia Palais Royal, 1901.
- Constituição Política do Estado do Amazonas*. Promulgada em 27 de junho de 1891. Manaós: Typographia do Amazonas. 1891.
- Constituição Política do Estado do Amazonas*. Promulgada em 23 de julho de 1892. Manaós: Typographia do Amazonas. 1892
- Constituição Política do Estado do Amazonas promulgada em 17 de agosto de 1895*.
- Divisão das Comarcas – Sessão do Conselho Geral da Província do Pará de 25 de Junho de 1833*.

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. VII Recenseamento Geral do Brasil
1960. I.B.G.E. 1960.

I.IV PERIÓDICOS

A Federação: orgam do Partido Republicano Federal. 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900.

Amazonas: orgam do Partido Republicano Federal .*Manaós*, 1890, 1892, 1895, 1896, 1897, 1900.

Amazonas Commercial. *Manaós*, 1900.

Commercio do Amazonas: orgam do commercio. *Manaós*, 1891, 1898.

Diário de Manaós :orgam neutro commercial e noticioso. *Manaós*, 1892, 1893.

Diário Oficial do Estado do Amazonas. *Manaós*, 1895 1900.

Estado do Amazonas: jornal político, comercial, noticioso e literario. *Manaós*. 1892.

O Theatro: *Manaós*, 1906.

I.V ICONOGRAFIA

Álbum do Amazonas: Manaus – 1901/1902. sem local, sem editora e sem data de edição.

Almanaque Brasileiro Garnier-1907. Rio de Janeiro: Garnier. 1907.

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Atlas Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1868.

Anuário de Manáos: 1913-1914. Lisboa: Typographia da A. Ed. Ltda, 1913.

Carta cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manáos. Levantada por João Miguel Ribas e desenhado por Willy Von Bancelis. Lisboa: Cia. Nacional ed, 1895. Acervo Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

Cópia da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro. De 1844, copiada pelo capitão João Pedro de Gusmão em 1853. Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro.

NERY, Frederico José de Santa-Anna. *Le pays des Amazones, l'Eldorado, les terres a caoútchout*. Paris: Frinzine. 1885.

Planta da cidade de Manaus do Archivo Militar, assinada com a data de 26 de fevereiro de 1879, copiada pelo Capitão Tenente Raphael Lopes Araújo. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro.

Plantas das Villas de Manaós e Ega. Levantada e desenhada pelo capitão tenente Raphael Lopes Anjo. 1845. Acervo Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro.

The city of Manáos and the country of rubber, trees. (Álbum souvenir distribuído na Exposição de Chicago em 1893). Sem local, editora e data de impressão.

VERNE, Jules. *La jangada: huit cents lieues sur l'Amazone*. Paris: Biblioteque D'Education et Récréation. 1881.

WRIGHT, Marie Robinson. *The New Brazil*. Philadelphia: George Barrie & Son. 1901 e 1907.

II ESTUDOS

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes. 1995.

AVELLAR, Hélio de Alcantara. *História Administrativa e Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fename. 1976

BARTHES, Roland. *A aventura Semiológica - Semiologia e Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes. 2001, p.p. 189; 224; 229; 231.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos : Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca. 1990.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva. 1976.

BENEVOLO, Leonardo. *As Origens da Urbanística Moderna*. Lisboa: Editorial Presença. 1994.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: Textos de Walter Benjamin. São Paulo: Ática. 1985.

BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

- BESSA FREIRE, José Ribamar. *Manáos, Barés e Tarumãs*. In : Arquitetura e Urbanismo fev. e mar de 1987.
- BITTENCOURT, Agnello. *Cincoentenário do Teatro Amazonas*. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1948.
- BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias – vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. In: Cultura e Cidade; Revista Brasileira de História.vol.5: São Paulo: ANPUH e Editora Marco Zero, 1985.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Cidade e História*. In Cidade: História e Desafio. Rio de Janeiro: FGV. 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma opinião sobre as representações sociais (Introdução)*, In *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus. 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- CASTRO, Celso. *Militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- CASTRO, Mavignier. *Síntese Histórica e Sentimental da Evolução de Manaus*. Manaus: Typographia Fênix, 1948.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHIAVARI, Maria Pace. *As Transformações Urbanas no Século XIX*. In *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro. PUC. Coleção uma cidade em questão. 1985.
- CHOAY, Françoise. *A Regra e o Modelo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1985.
- CORRÊA, Luis de Miranda. *Manaus: aspectos de sua arquitetura*. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1964.
- DAVIS, Kingsley. *A Urbanização da Humanidade*. In *Cidades: A urbanização da Humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.

- DELLE DONNE, Marcela. *Teorias sobre a Cidade*. Lisboa: Edições 70. 1983.
- DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. 1º volume. Belém: Universidade do Pará, 1970.
- ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 1994.
- ENGELS, Frederich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo. Global. 1985.
- FABRIS, Annateresa. O Ecletismo à luz do modernismo. In *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal. 9º ed. 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- FRITSCH, Lilian e PECHMAN, Sérgio. *A Reforma Urbana e o seu Averso: Algumas Considerações a Propósito da Modernização do Distrito Federal na Virada do Século*. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 5. n.º 8/9. 1984/1985.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- HOBBSAMW, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário brasileiro Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 15ª edição, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, 1969.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JOLY, Martine. *Introdução à Análise da Imagem*. Campinas: Papyrus, 2001.
- KNAUSS, Paulo. *Cidade Vaidosa – imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Coordenação Paulo Knauss. Introdução. Rio de Janeiro: Sette letras. 1999.
- LAMAS. José M. Rossano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

- LANDES, David. *Prometeu Desacorrentado: Transformações Tecnológicas e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1994.
- LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes. 1992.
- LE GOFF. *Por Amor às cidades*. São Paulo: UNESP. 1988.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LIMA, Márcia Regina. *A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado (1852-1889)*. In *História em Revista. Amazônia em Cadernos*. 2/3. Manaus: Universidade do Amazonas. 1995.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade..* São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.
- MENEZES, Lená Medeiros. *Nas trilhas de progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (RJ 1902-1906)*. In *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d' Água. 2000.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura – 1852/1910*. Manaus: Editora Valer. 1999.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Renúncia do dr. Fileto Pires Ferreira*. Manaus: Edições Governo do Amazonas (fac-similado).2001.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1990.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. Aspectos geográficos e humanos. In: *O Jornal Suplemento especial*, Manaus. 24 de outubro de 1969.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Teatro Amazonas*, vol. 1. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.
- MOOG. Clodomir Vianna. *O Ciclo do Ouro Negro*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1936.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MUMFORD. *A cultura das Cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1961.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Cia das Letras. 1993.

- NEVES, Margarida de Souza. *A Ordem é o Progresso: O Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual. 1991.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Moderna: a França no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense. 1991, p. 200.
- PEREIRA, Sônia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ-EBA. 1998.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Best Seller. 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense. São Paulo, 1945.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985.
- REIS, Artur César Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas/ São Paulo: EDUSP. 1989.
- ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A Era das Demolições*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento. Geral de Documentação e Informação. Cultural. 1986.
- RONCAYOLO, Marcel. *Cidade* in Enciclopédia ENAUDI, volume 8 - região. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda. 1986.
- ROSÁRIO, José Ubiratan. *Belém, urbe amazônica: Seu destino, Evolução e Perspectiva*. Belém: Edição Mitograph, 1980.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Melhoramentos, 1995.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os Fios de Ariadne. Tipologia de Fortunas Sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Paulo. *Cidade no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz. 1980.
- SCHORSKE, Carl E. *Viena Fin-de-Siècle*. São Paulo: Editora da Unicamp/ Companhia das Letras. 1990.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão - Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo. Brasiliense, 1999.

- SILVA, Hélio. *Nasce a República*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.
- SITTE, Camillo. *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*. São Paulo: Editora Ática. 1992.
- SOUZA, Márcio Bentes. *A Expressão Amazonense - do colonialismo ao neo-colonialismo*. Manaus: Alfa-Omega, 1977.
- SOUZA, Márcio Bentes. *Breve História da Amazônia* São Paulo: Marco Zero, 1994.
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TOCANTINS, Leandro. *Aspectos da arquitetura tradicional de Manaus*. In: *Arquitetura. Revista do IAB. Rio de Janeiro: Arte Nova. Janeiro de 196*.
- VALLADARES, Clarival do Prado. *Restauração do Teatro Amazonas*. Rio de Janeiro: Bloch Editores. 1974.
- VERNE, Julio. *A Jangada*. 2ª parte. A justificação. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; Lisboa: Livraria Bertrand, sem data de publicação.
- ZUMTHOR Paul *La Medida del Mundo*. VI capítulo. Madrid: Ed. Cátedra, 1993.